



VIII
**Conferência Nacional
de Assistência Social**

**CONSOLIDAR O SUAS E
VALORIZAR SEUS TRABALHADORES**

ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

7 A 10 de dezembro de 2011
Brasília- DF

Dilma Roussef

Presidenta da República Federativa do Brasil

Michel Temer

Vice-Presidente da República Federativa do Brasil

Tereza Campello

Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Rômulo Paes de Sousa

Secretário Executivo

Marcelo Cardona

Secretário Executivo Adjunto

Maya Takagi

Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Tiago Falcão

Secretário Nacional de Renda de Cidadania

Paulo Jannuzzi

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Ana Fonseca

Secretária Extraordinária de Erradicação da Pobreza

Denise Colin

Secretária Nacional de Assistência Social

Valéria Gonelli

Secretária Adjunta

Aidê Caçado Almeida

Diretora de Proteção Social Básica

Telma Maranhão Gomes

Diretora de Proteção Social Especial

Simone Albuquerque

Diretora de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

Maria José de Freitas

Diretora de Benefícios Assistenciais

Carolina Gabas Stuchi

Diretora da Rede Socioassistencial Privada do SUAS

Antonio Jose Goncalves Henriques

Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - GESTÃO 2010/2012

Presidente: Carlos Eduardo Ferrari

Vice-presidente: Renato Francisco dos Santos Paula

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

Renato Francisco dos Santos Paula - Titular
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Brenda Ferreira Silva - Suplente
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Simone Aparecida Albuquerque - Titular
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Mariana Santarelli Roversi - Suplente
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Eutália Barbosa Rodrigues - Titular
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Maria do Socorro Fernandes Tabosa - Suplente
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Anna Cláudia Romano Pontes - Titular
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Antônio Santos Barbosa Castro - Suplente
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

José Geraldo França Diniz - Titular
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Igo Martini - Suplente
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Fátima Aparecida Rampin – Titular
Ministério da Previdência Social

José Ferreira da Cruz – Suplente
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Rita de Cássia Freitas Coelho - Titular
Ministério da Educação

Milena Leal Pacheco - Suplente
Ministério da Saúde

Célia Mota de Carvalho - Titular
Fórum de Secretários Estaduais de Assistência Social – FONSEAS

Nelma de Azeredo - Suplente
Fórum de Secretários Estaduais de Assistência Social – FONSEAS

Sérgio Wanderly Silva - Titular
Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS

Marisa Rodrigues da Silva - Suplente
Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Ir. Pedro Vilmar Ost - Titular
União Brasileira De Educação E Ensino – Ubee

Wagner Carneiro de Santana - Suplente
Fundação Orsa

Antônio Celso Pasquini - Titular
União Social Camiliana

Renato Saidel Coelho - Suplente
Associação da Igreja Metodista

Clodoaldo de Lima Leite - Titular
Federação Espírita Brasileira

Leila Pizzato - Suplente
Associação Antônio Vieira

Maria do Carmo Tourinho Ribeiro - Titular
Associação Brasileira de Autismo – ABRA

Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo - Suplente
Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS

Carlos Eduardo Ferrari - Titular
Federação Nacional das Associações para Valorização das Pessoas com Deficiência – AVAPE

José Araújo da Silva - Suplente
Pastoral da Pessoa Idosa

Samuel Rodrigues - Titular
Movimento Nacional de População de Rua

Maria da Conceição Pires dos Santos - Suplente
Federação Nacional das Apaes – Fenapaes

Frederico Jorge de Souza Leite - Titular
Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI

Jane Pereira Clemente - Suplente
Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e
Filantrópicas – FENATIBREF

Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria - Titular
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT –
CNTSS/CUT

Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho - Suplente
Ordem dos Advogados do Brasil

Carlos Rogério de Carvalho Nunes - Titular
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB

Iolete Ribeiro Da Silva - Suplente
Conselho Federal de Psicologia

Secretaria Executiva do CNAS

Maria das Mercês Avelino de Carvalho
Secretária Executiva

Christianne Camargo Menezes
Coordenadora de Normas da Assistência Social

Liliane Neves do Carmo
Coordenadora de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social

Jamile Maria Boueres Calado
Coordenadora de Financiamento da Assistência Social

Maria Auxiliadora Pereira
Coordenadora de Política da Assistência Social

Randriene Maia
Chefe da Divisão de Apoio Logístico e Administrativo

COMISSÃO ORGANIZADORA DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari – coordenador

Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula – coordenador

Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite

Conselheiro Renato Saidel Coelho

Conselheiro José Araújo da Silva

Conselheira Marisa Rodrigues da Silva

Conselheiro José Ferreira da Crus

Conselheira Célia Mota de Carvalho

EQUIPE DE RELATORIA

Valdete de Barros Martins

Coordenadora Geral

Beatriz Augusto Paiva

Relatora Geral

Maria José Sousa Lanzetti

Assessora Técnica

RELADORES RESPONSÁVEIS POR SUBTEMA

Dilceane Carraro

Eloisa Castro Berro

Maísa Miralva da Silva

Mirella Rocha

RELATORES DE GRUPO E DE OFICINAS

Abigail Silvestre Torres
Angela Maria Siman
Alexandra Trivelino
Ana Angélica Campelo de A. e Melo
Andréa Mayer Gomes
Aurélio Eduardo do Nascimento
Carla Rosane Bresan
Celda Maria Chaves de Souza
Célio Vanderlei Morais,
Cláudia Francisca de Amorim
Cristiane Ferreira
Cristiano Mariotto
Daraci Rosa dos Santos
Deborah Cristina Amorim
Dulcelena Alves Vaz Martins-
Edna Alves de Oliveira
Fátima Valéria de Souza
Heloisa Helena Mesquita
Iraci de Andrade
Jacy Corrêa Curado
Joana Marques de Almeida Michalski
Kathiuça Bertollo
Ledi Ferla
Marcella Gavinho D' Icarahy
Marcia Ivone Leal de Oliveira
Marcia Pastor
Marcio Antunes da Silva
Magda Carvalho Rodrigues Sant'ana
Maria Angela Rocha Pereira
Maria Aparecida Moraes Mendes
Maria Aparecida de Assunção Ribeiro
Maria do Rosário Corrêa Salles Gomes
Maria Rosângela Pinheiro Dâmaso
Marina de Pol Poniwas
Marisa da Silva Ferreira
Marta Maria Castro Vieira da Silva
Mônica Figueiredo Le Vem
Pedro Nazareno Barbosa Júnior
Rafael Garcia Carmona
Reinaldo Nobre Pontes
Reynan C. B. Abreu
Sandra Costa Lima
Simone de Almeida
Stela de Freitas
Tânia Brasil de Menezes
Thaís Alves Rodrigues
Ubirajara Bento Marques
Vânia Nery
Vinólia Costa Vieira

A concepção republicana do SUAS requer trabalhadores e, muito mais, equipes de referência que se comprometam com o fortalecimento de valores éticos e políticos dos cidadãos e com a construção cotidiana e permanente de espaços públicos democráticos nos seus campos de trabalho....É preciso que os trabalhadores da assistência social desejem o SUAS enquanto projeto de defesa da vida e se sintam protagonistas na busca desse projeto, para que continuemos avançando em direção à implementação de um sistema cidadão no qual o usuário é sujeito protagônico central.

Egli Muniz

*Que os justos avancem
solidários como abelhas
aguerridos como feras
e empenhem todos os seus nãoos
para instalar a grande afirmação*

Mario Benedetti

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	13
1.1 . Processo de Realização das Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal	14
1.2 Processo de Realização da VIII Conferência Nacional de Assistência Social	17
1.2.1 Organização da Conferência Nacional	20
1.2.2 Organização do Trabalho da Relatoria	22
1.2.3 Procedimentos Adotados para a Sistematização dos Relatórios das Conferências Estaduais de Assistência Social e do Distrito Federal	22
1.2.4 Organização e Funcionamento dos Grupos de Trabalho e da Apreciação das Deliberações na Plenária Final	23
1.2.5 Organização e Funcionamento das Oficinas	24
2. PROGRAMAÇÃO.....	31
3. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO	33
4. BALANÇO CRÍTICO DO PROCESSO DAS CONFERÊNCIAS 2011, DA GESTÃO E DO CONTROLE SOCIAL.....	42
5. SOLENIDADE DE ABERTURA	75
6. CONFERÊNCIA MAGNA: CONSOLIDAR O SUAS E VALORIZAR SEUS TRABALHADORES: DESAFIO PARA A SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA NO BRASIL.....	84
7. PAINEL: ESTRATÉGIAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS E O CONTROLE SOCIAL.....	94
8. PAINEL: REORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E O CONTROLE SOCIAL	153
9. PLENÁRIA FINAL.....	192
10. MOÇÕES DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	303
MOÇÕES COM NÚMERO DE ASSINATURAS NECESSÁRIAS PARA APROVAÇÃO.....	303
MOÇÕES DE REPÚDIO	303
MOÇÃO DE RECONHECIMENTO	317
11.OFICINASTEMÁTICAS	318
OFICINA 1: GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS.....	318
OFICINA 2: TRABALHADORES DO SUAS: RECONHECIMENTO E ORGANIZAÇÃO	322
OFICINA 03 - OS CRAS E OS SERVIÇOS REFERENCIADOS NO TERRITÓRIO: O TRABALHO COM FAMÍLIAS NA ÓTICA DOS DIREITOS.....	326
OFICINA 4: PARADIGMAS DA RELAÇÃO PÚBLICO PRIVADO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: TRABALHO EM REDE, A NATUREZA DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO, ASSESSORAMENTO E DEFESA DE DIREITOS E O VÍNCULO SUAS.....	331

OFICINA 5 - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL CREAMS MUNICIPAL E REGIONAL- DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA PROTEÇÃO ESPECIALIZADA NO SUAS.....	334
OFICINA 6 : SUAS E O PLANEJAMENTO NA PERSPECTIVA DA NOB SUAS.....	336
OFICINA 7: FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA SOCIAL COMO ESTRATÉGIA PARA QUALIFICAÇÃO DO SUAS	339
OFICINA 8: A INTEGRAÇÃO DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS NA GARANTIA DO ACESSO AOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS	343
OFICINA 9: O PROTAGONISMO DO USUÁRIO NO FORTALECIMENTO DE NOVAS ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO NO SUAS	347
OFICINA 10: SUAS E A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	351
OFICINA 11: A ASSISTÊNCIA SOCIAL E A UNIVERSALIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL	357
OFICINA 12: O PAPEL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PLANO VIVER SEM LIMITE	362
OFICINA 13 : O FINANCIAMENTO E COFINANCIAMENTO DO SUAS: O ORÇAMENTO PÚBLICO DOS ENTES FEDERADOS E A GESTÃO DOS FUNDOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	366
OFICINA 14- SUAS E O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: A TRADUÇÃO DE GRANDES COMPROMISSOS	371
OFICINA 15. OS BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS NA PERSPECTIVA DO DIREITO: BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA, PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E BENEFÍCIOS EVENTUAIS.....	373
OFICINA 16: OS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: MOBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E CONTROLE SOCIAL	377
OFICINA 17: A PROTEÇÃO SÓCIO ASSISTENCIAL PARA POPULAÇÕES NO CONTEXTO DE DESASTRE AMBIENTAL: ENFRENTAMENTO DAS CALAMIDADES PÚBLICAS E SITUAÇÕES EMERGENCIAIS	382
OFICINA 18: ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGAS: UM DEBATE NECESSÁRIO.....	388
OFICINA 19: O SUAS E A QUESTÃO DE FRONTEIRAS.....	397
OFICINA 20: GARANTINDO DIREITOS NO SUAS: O PAPEL DA OUVIDORIA, DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA DEFENSORIA PÚBLICA	400
OFICINA 21: O SUAS E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	404
OFICINA 22: SUAS E A QUESTÃO DE GÊNERO.....	412
OFICINA 23: Tema: O SUAS e as Contribuições para a Conferência Rio + 20.....	415
12. ANEXOS	421
ANEXO 01	422
ANEXO 02	430
ANEXO 03	435

1. APRESENTAÇÃO

A temática do trabalho e dos trabalhadores no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) expressa um grande desafio aos operadores do sistema, no sentido de contagiar o conjunto dos atores do conteúdo ético e político para defesa da grandeza do papel do Estado, da necessidade da sua ampliação e fortalecimento democrático, em face dos complexos compromissos da Política de Assistência Social brasileira, voltada ao atendimento das necessidades básicas e comprometida com a consolidação dos direitos e da universalização da seguridade social.

O processo político e institucional democrático do SUAS é fundamental para estabelecer uma aliança estratégica entre os trabalhadores e os usuários como sujeito de direitos, visando incorporar e legitimar práticas engajadas no processo de construção de uma sociedade mais livre, dedicada fortemente à redução das desigualdades, humanamente mais justa e democrática.

Assim, com a finalidade de avaliar e propor diretrizes para o aprimoramento da gestão do SUAS, na perspectiva da valorização dos trabalhadores e da qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios e em continuidade aos avanços conquistados desde a I Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 1995, foi convocada pela Portaria Conjunta nº 1, de 17 de dezembro de 2010 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS a VIII Conferência Nacional de Assistência Social, tendo tema central: “Consolidar o SUAS e Valorizar seus Trabalhadores”. Pela Resolução nº 07, de 21 de fevereiro de 2011, foi definido ademais o período para realização das Conferências de Assistência Social em 2011:

- Conferências Municipais - prazo inicial: 02 de maio – prazo final: 07 de agosto de 2011
- Conferências Estaduais e do Distrito Federal - prazo final: até 14 de outubro de 2011
- Conferência Nacional - 07 a 10 de dezembro de 2011.

Este documento reúne as principais informações sobre os antecedentes históricos, o processo de realização e as deliberações da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, realizada no período de 07 a 10 de dezembro de 2011, em Brasília, reunindo 1.766 participantes no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, com os seguintes objetivos:

- Avaliar os avanços obtidos na gestão do trabalho no SUAS, seu financiamento e propor estratégias para implementação da NOB/RH, como mecanismo para qualificar os serviços e consolidar o SUAS no sistema de proteção social não-contributivo brasileiro.
- Avaliar a qualidade da oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social sob a lógica do trabalho articulado em rede (entidades socioassistenciais e unidades estatais), do protagonismo e participação dos usuários e da valorização dos trabalhadores.
- Propor estratégias para o fortalecimento do alcance das atenções ofertadas pelo SUAS no processo de erradicação da pobreza extrema, definindo articulações intersetoriais prioritárias e formas de financiamento adequadas.
- Avançar na proposição de estratégias para a consolidação da participação e do controle social na assistência social, como eixo estruturante do SUAS, para o fortalecimento do protagonismo dos usuários e para valorização dos trabalhadores.

As Conferências previstas no artigo 18, da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, são espaços de participação popular democrática, que visam qualificar e aproximar suas deliberações cada vez mais das reais necessidades da população.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Assim, diferente dos conselhos, cuja existência atende a fóruns de democracia representativa, elas não devem limitar a participação aos rigores da representação institucional. A participação direta de seus sujeitos fundamentais - usuários e trabalhadores - permitem um debate e a formação de atores, com qualidades democráticas, absolutamente fundamentais na caminhada de fortalecimento da política pública de assistência social como um sistema único.

Há que se reconhecer, nesse processo nacional de discussão e avaliação coletiva, que as Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal adquirem singular importância para avaliar e concretizar os avanços conquistados na política pública de assistência social, no esforço republicano de ampliar ainda mais a consolidação da democracia em nosso país, com efetiva participação e controle social nesta área estratégica da proteção social.

Nesse sentido, registra-se que a etapa da mobilização que antecede as Conferências revelou-se mesmo primordial para tornar visíveis as necessidades e aspirações da população e qualificar os debates.

O conteúdo das discussões e das proposições que enriquecem, desde municípios e seus territórios, a avaliação do SUAS em âmbito nacional, contou assim com uma notável construção coletiva, reveladora de importantes acúmulos, o que permitiu que os avanços pudessem ser dimensionados e potencializados, dado o especial momento de controle social e de participação popular.

Em 2011, a exemplo do ocorrido em 2009, as Conferências de Assistência Social foram antecedidas de mobilizações e debates dos subtemas. Esse processo foi vital para ampliação dos horizontes de análise e articulações políticas que a área requer em termos das condições de sua efetivação. Assim, em muito contribuiu para atingir os resultados esperados no que se refere a avaliação (balanço crítico) da implantação do SUAS.

A Conferência Nacional foi marcada portanto por um amplo diálogo com diferentes sotaques e pela busca do melhor consenso. Na Plenária Final, Delegadas e Delegados aprovaram propostas/deliberações para a consolidação do SUAS, para a valorização dos trabalhadores e para a qualificação da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios, construindo novas e aperfeiçoadas diretrizes, que orientarão a política pública de assistência social nos próximos dois anos.

1.1 Processo de Realização das Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal

Em abril de 2011, com o objetivo de atender as demandas apresentadas por Conselhos e órgãos gestores municipais e estaduais na realização de suas Conferências, o CNAS enviou aos Conselhos Estaduais e divulgou em seu site o Manual Orientador da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, que continha o passo-a-passo para o processo de mobilização e realização das Conferências em todo país, além de realizar reunião com os Conselhos Estaduais, objetivando apresentar e discutir os procedimentos metodológicos.

E em Junho /2011, o CNAS enviou as Orientações Complementares ao Manual Orientador da VIII Conferência Nacional de Assistência Social: Etapa Estadual e do Distrito Federal, visando contribuir para esta construção coletiva e participativa.

O Manual Orientador e as Orientações Complementares reuniram concepções e fundamentos, o principal marco legal, os procedimentos necessários e os instrumentos norteadores para a realização de



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

uma conferência, além de resgatar o processo histórico da política de assistência social e de reafirmar a democracia participativa como fim e meio da construção deste especial direito.

A finalidade precípua dos documentos acima referidos, apresentados aos conselhos de assistência social de todo país como sugestão, foi subsidiar uma sistemática para a consecução das Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal e balizar a Conferência Nacional, traduzindo a intenção do CNAS em contribuir para os profícuos resultados nas Conferências de Assistência Social,

Assim, com respeito às diversidades e peculiaridades locais, o CNAS cuidou de conferir unidade ao processo de realização das Conferências nas três instâncias, sem prejuízo da autonomia dos Conselhos de Assistência Social na organização de suas respectivas Conferências.

Objetivando desdobrar o tema geral e melhor subsidiar a construção das reflexões suscitadas com a temática oficial, foram definidos quatro subtemas:

- Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS.
- Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais.
- Fortalecimento da participação e do controle social.
- A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil.

Foram, ainda, elaboradas ementas para cada subtema, contendo conteúdos e referências conforme segue:

1) Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS:

- a) Concepção da gestão do trabalho no SUAS;**
- b) Significado do trabalho social e Política de Capacitação;**
- c) Organização dos trabalhadores e controle social;**
- d) Compromissos dos entes federados para implementação da NOB/RH e na gestão do trabalho;**
- e) Equipes de referência e serviços socioassistenciais;**
- f) Metas estabelecidas no Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual;**
- g) Indicador do CRAS (IDCRAS).**
- h) Metas e estratégias do Plano Decenal SUAS Plano 10**

2) Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais:

- a) Centralidade da oferta dos serviços com base na família e no território;**
- b) Avaliação da implementação do SUAS com base nas funções da Política; no planejamento e organização da gestão; no financiamento e repasse fundo a fundo; utilização dos recursos do Índice de Gestão Descentralizado nos municípios e estados; no controle social e na participação dos usuários; nos serviços proteção social da assistência social e as seguranças ofertadas pela rede socioassistencial (pública e privada); na regionalização dos serviços socioassistenciais e na intersetorialidade, tendo como referências:**

- Deliberação das Conferências ;
- Plano Decenal SUAS Plano 10
- Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
- Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual;



- Protocolo de Gestão Integrada de Serviços e Benefícios;
- Resolução nº 05/2010 da CIT (patamares de desenvolvimento dos CRAS) ;
- Resolução nº 08/2010 da CIT (procedimentos para os entes federados);
- Resoluções n. 23, 24, 237/2006 e 105 de 3 de dezembro/2009.

3) Fortalecimento da participação e do controle social:

- a) Contribuição da participação e do controle social no processo de consolidação do SUAS e na perspectiva da erradicação da pobreza;**
- b) Avanços e desafios dos conselhos de assistência social no Brasil pós SUAS, tendo como base o Plano Decenal SUAS Plano 10 e as deliberações das conferências;**
- c) Limites e possibilidades da organização e participação dos movimentos sociais no SUAS na atualidade;**
- d) Estratégias utilizadas pelos municípios na perspectiva de potencializar a participação dos usuários;**
- e) Participação dos usuários como condição para prevenção a riscos sociais;**

4) A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil:

- a) As múltiplas dimensões da pobreza e o desenvolvimento de estratégias para seu enfrentamento;**
- b) As expressões da desigualdade social, (renda, gênero, raça e etnia)**
- c) Direitos Humanos e Direitos Socioassistenciais;**
- d) A participação do SUAS na geração de oportunidades com base no fortalecimento da liberdade e da cidadania;**
- e) Universalização dos direitos sociais na perspectiva da construção de um sistema de proteção social não contributivo;**
- f) A intersetorialidade no desenvolvimento das políticas e programas de enfrentamento à pobreza.**

Nas Orientações Complementares ao Manual Orientador da VIII Conferência Nacional de Assistência Social: Etapa Estadual e do Distrito Federal, foram sugeridos conteúdos para a realização dos Painéis e Grupos de Trabalho, considerando que um aspecto decisivo para o sucesso das Conferências é a produção de subsídios para avaliação e análise da realidade de implantação do SUAS, na esfera estadual e do DF.

Para auxiliar as discussões nos grupos foram propostas questões para o debate nos grupos, por subtema:

SUBTEMA 1 - ESTRATÉGIAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS.

- 1) Quais são as iniciativas relacionadas à implementação da NOB/RH no âmbito do Estado ou DF?**
- 2) As equipes de referência estão estruturadas de forma a atender às exigências do SUAS para a esfera estadual ou do DF?**
- 3) Em que medida as ações do pacto estadual de gestão estão encaminhadas?**
- 5) Quais as estratégias que estão sendo utilizadas para estruturar a gestão do trabalho no âmbito do DF e do órgão gestor estadual?**
- 6) Como o Estado tem contribuído para estruturar a gestão do trabalho nos municípios?**



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUBTEMA 2 - REORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS:

- 1) De que forma as iniciativas do Estado fortalecem a implantação do SUAS?
- 2) Em que medida os recursos próprios do orçamento estadual ou do DF têm contribuído para a qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais? Há sobreposição de fundos estaduais na área?
- 3) Qual o alcance da capacitação continuada para a qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais?
- 4) Como o estado tem atuado para implementar ações regionalizadas de forma atender as orientações/ pactuações da CIB e CEAS?
- 5) Como se dá o apoio técnico dos estados aos municípios no reordenamento dos serviços socioassistenciais, na perspectiva das normativas do SUAS?

SUBTEMA 3 - FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL:

- 1) Como se dá a participação e o controle social no processo de consolidação do SUAS?
- 2) Quais os principais desafios dos conselhos/fóruns de assistência social?
- 3) Como os movimentos sociais tem atuado na defesa do SUAS, como direito de seguridade social?
- 4) Como tem sido potencializada a participação dos usuários para a qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais?

SUBTEMA 4 - A CENTRALIDADE DO SUAS NA ERRADICAÇÃO DA EXTREMA POBREZA NO BRASIL:

- 1) De que forma podemos consolidar a centralidade do SUAS frente ao Plano Brasil sem Miséria?
- 2) Quais as estratégias que o SUAS pode desenvolver para o fortalecimento da intersetorialidade das políticas sociais?
- 3) Em que medida o SUAS tem contribuído para a universalização do acesso aos direitos sociais?
- 4) Como as diferentes expressões da desigualdade social (renda, gênero, raça e etnia) tem sido enfrentadas no âmbito do SUAS?

1.2 Processo de Realização da VIII Conferência Nacional de Assistência Social

O CNAS, com o objetivo de orientar a participação na VIII Conferência Nacional de Assistência Social, emitiu alguns Informes, são estes:

- Informe CNAS nº 1/2011: Orientações para a garantia da acessibilidade nas Conferências.
- Informe CNAS nº 2/2011: Orientações Gerais aos CEAS, CAS/DF e Gestores Estaduais da Política de Assistência Social, para uso compartilhado dos estandes na VIII Conferência Nacional de Assistência Social.
- Informe CNAS nº 3/2011: Orientações Gerais para uso dos estandes e espaços alternativos para reuniões e mobilizações na VIII Conferência Nacional de Assistência Social.
- Informe CNAS nº 4/2011: Informe complementar ao Manual Orientador da VIII Conferência Nacional de Assistência Social.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

- Informe CNAS nº 5/2011: Orientações gerais para participação na VIII Conferência Nacional de Assistência Social e FICHA DE INSCRIÇÃO do acompanhante de Delegado/a representante da Sociedade Civil, com deficiência.

O credenciamento de Delegados foi realizado previamente utilizando-se o Sistema de Credenciamento, sendo que os Delegados nacionais pelo CNAS e os representantes dos municípios, dos estados e do Distrito Federal, respectivamente, pelos CEAS e CAS/ DF. A confirmação da inscrição, a entrega do material e dos crachás observou o estabelecido pela Comissão Organizadora nos horários definidos no Regimento Interno da VIII Conferência Nacional.

Os Convidados, Observadores e demais participantes, devidamente credenciados no Sistema, receberam o crachá de identificação no dia 7 de dezembro, no horário de 12h às 17h ou no dia 8 de dezembro, de 8h às 14h, no Balcão de Credenciamento do Centro de Convenções.

De acordo com o Regimento Interno, na ausência dos Delegados (as) titulares, os respectivos suplentes foram credenciados mediante apresentação de documento de substituição, devidamente assinado pelo Presidente do Conselho Estadual ou do Distrito Federal, ou pelo coordenador da Delegação, desde que apresentado até às 14h do dia 8 de dezembro, na Sala de Soluções, da VIII Conferência, observando a deliberação da Plenária da Conferência Estadual ou do Distrito Federal.

Os (as) Delegados(as) que precisavam de transporte especial para locomoção em Brasília, hospedagem e acompanhamento, bem como os que dependiam de atenção especial quanto à alimentação, serviços de tradução de sinais, braille, e outros mecanismos, tiveram suas necessidades informadas na Ficha de Credenciamento, preenchida pelo CEAS e CAS/DF no Sistema próprio, e automaticamente atendidas pela organização da Conferência Nacional.

A definição do número de Delegados de âmbito municipal, estadual e distrital para a VIII Conferência Nacional foi aprovada na Plenária da 189ª Reunião Ordinária do CNAS, realizada em 17 a 19 de maio de 2011, e constituiu os anexos XI e XII do Manual Orientador da VIII Conferência Nacional.

De acordo com as orientações do CNAS, a Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social realizou a distribuição dos delegados municipais e delegados estaduais para a VIII Conferência Nacional. Trabalhou com um quantitativo total de delegados dos municípios equivalente ao da conferência anterior, 1.150 (um mil cento e cinquenta) e no estabelecimento de critérios, que de alguma forma marcasse questões políticas relevantes para o avanço do SUAS, que buscasse incentivar, premiar aqueles estados e municípios aonde o SUAS tem avançado, mas respeitando os parâmetros básicos da Federação.

Nesse sentido, considerou os critérios da população e quantidade de municípios existentes em cada estado, por acreditar que essas duas variáveis são fundamentais para refletir a pluralidade do país, a organização político-administrativa federativa, porque é importante que na Conferência Nacional tenha uma representação de certa forma proporcional e que reflita a distribuição da população no território brasileiro.

Para definir a quantidade de delegados municipais por estado, a Comissão deliberou sobre a utilização dos seguintes critérios:

- a) Quantidade de municípios existentes no estado e o percentual em relação ao total do País que era de: 5.564 (janeiro 2011);**



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- b) Quantidade de municípios em Gestão Básica ou Plena no SUAS existentes no estado e o percentual em relação ao total no País nesses níveis de gestão que era de: 5.230(janeiro 2011);**
- c) População residente no estado, sendo que o total da população brasileira era de 185.712.713(IBGE – Censo 2010);**
- d) Mínimo de 8 delegados municipais por estado);**
- e) Quantidade de Municípios da UF que realizaram Conferencia de Assistência Social em 2009: 4.984 (Censo SUAS); e**
- f) Respeito à paridade governamental e não governamental.**

Dos seis critérios acima elencados, a novidade é a inclusão do percentual de municípios da UF que realizaram Conferencia de Assistência Social em 2009, em relação ao número de municípios existentes por Unidade da Federação.

Os critérios “a”, “b” e “c” são equivalentes a um percentual que representa a participação do estado em relação ao total do país, sendo que os critérios “a” e “b” correspondem, cada um deles, a 25% na composição de distribuição e o parâmetro “c” corresponde a 50%.

Considerando que o total de vagas para delegados municipais foi fixado em 1.150, em função da disponibilidade de espaço do local de realização do evento, e visando garantir o critério “d”, assim como para assegurar à distribuição paritária dos delegados, critério “f”, foi necessário realizar alguns arredondamentos, visando composições de número par de delegados em todas as UF’s, com a quantidade mínima de oito delegados municipais por UF. Foi necessário realocar 14 vagas para completar, em três UF’s, o número mínimo de delegados municipais; para isso, foram subtraídas 4 vagas de SP, 4 vagas de MG, 2 da BA, 2 vagas do RS e 2 vagas do PR, por serem os estados com maior número de delegados.

Convém ressaltar que todas as delegações mantiveram ou tiveram acréscimo no número de delegados com relação as Conferência anteriores.

Neste contexto, é importante destacar que, na distribuição dos delegados, o CNAS recomendou a participação de no mínimo 1/3 dos usuários, considerando seu papel de protagonista na Política Pública de Assistência Social. Para definir o quantitativo de delegados estaduais por estado, foram observados os seguintes parâmetros:

- a) Estados com menos de 2% do total da população brasileira= 04 delegados: (14 UF’s = 56 delegados);**
- b) Estados entre 2% e 5% do total da população brasileira= 06 delegados (07 UF’s = 42 delegados);**
- c) Estados com mais de 5% do total da população brasileira= 08 delegados (06 UF’s = 48 delegados).**

Adotando como referência os critérios acima relacionados, o Regulamento da VIII Conferência Nacional de Assistência Social previu como participantes:

- 1.420 – Delegados, sendo 36 delegados natos e conselheiros do CNAS; 1.296 representantes das esferas municipais (1.150), estaduais (146) e distrital (12), eleitos nas Conferências de Assistência Social estaduais e do Distrito Federal; 88 representantes da esfera federal, indicados pelo Governo Federal e pelo CNAS;



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

- 280 - Convidados do CNAS, dentre autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Secretários Executivos dos Conselhos Estaduais, profissionais e representantes de entidades e organizações da área, trabalhadores, usuários e organizações de usuários;
- 200 – Observadores, que se inscreveram no sistema de credenciamento “online” na página eletrônica do CNAS, seguindo critérios de ordem de acesso;
- Colaboradores - conferencistas, relatores, expositores de oficinas, expositores de estandes, grupo de mobilização, equipe de apoio e outros.

O Regulamento definiu, ainda, que os Convidados seriam as autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; secretários executivos dos CEAS e CAS/DF; profissionais e representantes de entidades e organizações da área; trabalhadores; usuários e organizações de usuários, a critério da Comissão Organizadora. Os Observadores aqueles que se inscreveram, no Sistema de Credenciamento “online” na página eletrônica do CNAS (www.mds.gov.br/cnas), seguindo critérios de ordem de acesso.

A VIII Conferência Nacional de Assistência Social contou 1.766 participantes, sendo:

- 1.150 Delegados (as) eleitos (as) nas Conferências Estaduais;
- 12 Delegados (as) eleitos (as) na Conferência do Distrito Federal;
- 36 Delegados (as) natos (conselheiros do CNAS);
- 88 Delegados (as) nacionais representando a esfera federal;
- 280 Convidados (as) Institucionais (indicados pela Comissão Organizadora);
- 200 Observadores (as).

Seguindo a mesma sistemática sugerida para as Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal, a VIII Conferência Nacional de Assistência Social desdobrou o tema geral em quatro subtemas com o intuito de melhor subsidiar as reflexões suscitadas:

- Subtema I: Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS.
- Subtema II: Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais.
- Subtema III: Fortalecimento da participação e do controle social.
- Subtema IV: A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil.

1.2.1 Organização da Conferência Nacional

A VIII Conferência Nacional foi presidida pelo Presidente do CNAS e teve, como Presidente de Honra, a Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, contou com a Comissão Organizadora, constituída por meio da Resolução CNAS nº 40, de 21 de dezembro de 2010. Esta foi subsidiada pelos Comitês: I Acessibilidade;

II - Comunicação; III- Editorial; e IV- Executivo.

A Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional teve as seguintes atribuições: I) encaminhar a realização da VIII Conferência Nacional, atendendo às deliberações do CNAS; II) propor ao Pleno CNAS os subtemas; III) apresentar ao Pleno do CNAS o Manual Orientador para as Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal; IV) indicar metodologia do trabalho em grupos, os temas e as ementas das oficinas; V) sugerir, para aprovação do Pleno do CNAS, os nomes dos



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

expositores dos painéis; VI) apresentar os critérios para participação e a definição dos convidados e observadores; VII) elaborar roteiro de orientação para os expositores dos painéis e as ementas para o Caderno de Textos; VIII) acompanhar a disponibilidade e organização da infraestrutura, inclusive, do orçamento para a *Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - Etapa Nacional*; IX) apresentar ao Pleno do CNAS a prestação de contas da VIII Conferência Nacional; X) encaminhar o Relatório Final ao CNAS; XI) realizar o julgamento dos recursos relativos aos credenciamentos de delegados da VIII Conferência Nacional.

A VIII Conferência Nacional foi desenvolvida por meio de painéis, oficinas simultâneas, grupos de trabalho, debates e plenária final.

Após à aprovação do Regimento Interno foi realizado um *“Balanço Crítico do processo das Conferências 2011, da Gestão e do Controle Social”* com uma mesa composta dos seguintes expositores:

- **Maria Carmelita Yazbek – Pontifícia Universidade Católica/ SP**
- **Edval Bernardino Campos – Universidade Federal do Pará**
- **Denise Colin – Secretária Nacional de Assistência Social**
- **Carlos Eduardo Ferrari – Presidente do CNAS**
- **Coordenação: Conselheiros Nacionais Renato Francisco dos Santos Paula e José Araújo da Silva**

De acordo com a programação, o subtema IV foi abordado, no dia da abertura, pela Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, na Conferência Magna: *“Consolidar o SUAS e Valorizar seus Trabalhadores: desafio para a superação da extrema pobreza no Brasil”*.

O subtema III *“Fortalecimento da participação e do controle social”*, por ser transversal aos demais subtemas e pela sua relevância para a consolidação do SUAS foi abordado nas mesas que se seguiram. O subtema *“Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS e o controle social”* foi abordado no Painel, realizado no dia 08 de dezembro pelas seguintes expositoras:

- **Berenice Rojas Couto – Pontifícia Universidade Católica/RS**
- **Jucimeri Isolda da Silveira- Pontifícia Universidade Católica /PR**
- **Raquel Raichelis - Pontifícia Universidade Católica /SP**
- **Representante do Fórum Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social- FNTAS**
- **Coordenação da mesa: Conselheiros Nacionais José Crus e Frederico Jorge de Souza Leite.**

E o subtema *“Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais e o controle social”* foi a pauta do Painel, realizado no dia 09 de dezembro pelas seguintes painelistas:

- **Maria Luiza Rizzoti -Universidade Estadual de Londrina - UEL**
- **Aldaíza Sposati – Pontifícia Universidade Católica /SP**
- **Representante do Fórum Nacional de Assistência Social**
- **Coordenação da mesa: Conselheiros Nacionais Renato Saidel Coelho e Célia Mota de Carvalho**



1.2.2 Organização do Trabalho da Relatoria

A equipe de relatoria contou com uma coordenação geral, uma relatora geral, uma assessora, quatro relatores responsáveis por subtema de discussão, vinte e três relatores de grupo e vinte e três relatores de oficina, que constituíram duplas e atuaram conjuntamente nos grupos e oficinas

Ao Coordenador Geral coube: I- produzir, em conjunto com a assessoria, orientações gerais para o processo de realização das Conferências de Assistência Social nos municípios, estados, DF e a nacional (histórico, tema, subtemas, objetivos, processo de mobilização, metodologia, dentre outros); II- produzir orientações para as Conferências Municipais de Assistência Social (Passo a Passo); III- produzir orientações para as Conferências Estaduais e DF; IV- propor instrumentais para elaboração de relatórios das Conferências municipais para os CEAS e das conferências Estaduais e DF para o CNAS; V- apresentar metodologia para as conferências em reunião do CNAS com os CEAS; VI- propor o Regulamento e Regimento Interno da VIII Conferência Nacional; VII- propor a criação e regras de sistema informatizado para o recebimento, controle e acompanhamento do registro dos relatórios das conferências estaduais e DF; e do processo de relatoria dos grupos de trabalho e plenária final durante a VIII Conferência Nacional; VIII- definir processo de trabalho para recebimento de relatórios das conferências estaduais e do DF e consolidação do Balanço das Conferências.

A equipe de relatoria organizou-se em dupla para realizar o registro das mesas de aprovação do Regimento, do Balanço Crítico e dos Painéis. Aos relatores de oficinas coube sistematizar o conteúdo das exposições e do debate ocorrido em cada oficina, apontando as intervenções, as sugestões e os encaminhamentos efetuados.

1.2.3 Procedimentos Adotados para a Sistematização dos Relatórios das Conferências Estaduais de Assistência Social e do Distrito Federal

A Comissão de Relatoria sistematizou todas as propostas aprovadas integrantes dos relatórios das Conferências Estaduais de Assistência Social e do Distrito Federal, com o intuito de organizar o Caderno de Deliberações apresentado aos delegados e demais participantes da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. O Caderno foi o subsídio mais importante para apreciação dos grupos de trabalho.

As propostas encaminhadas pelos Estados e pelo Distrito Federal totalizaram **584 proposições**. Reorganizadas pela similitude e aproximação entre conteúdo e *subtema*, somaram 63 propostas-base, atentando para a plena inclusão de cada uma delas, conforme sua caracterização, dentre os princípios, diretrizes e objetivos da Lei Orgânica da Assistência Social, e os termos da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.

As propostas foram organizadas por subtema, conforme indicado na caminhada de discussões, a partir dos conteúdos das deliberações das Conferências Estaduais e do Distrito Federal:

- Subtema I: Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS: 16 deliberações
- Subtema II: Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais: 18 deliberações
- Subtema III: Fortalecimento da participação e do controle social: 17 deliberações
- Subtema IV: A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil: 12 deliberações.



1.2.4 Organização e Funcionamento dos Grupos de Trabalho e da Apreciação das Deliberações na Plenária Final

Os trabalhos dos grupos realizaram-se com o objetivo de aprofundar a avaliação da consolidação do SUAS e a valorização dos trabalhadores e tendo como base os 4 (quatro) subtemas, constantes dos Relatórios consolidados das Conferências Estaduais e do Distrito Federal.

Os grupos reuniram-se, concomitantemente, em número de 24 (vinte e quatro) conforme definido na Programação da VIII Conferência, em dois momentos específicos, nos dias 8 e 9 de dezembro, no horário das 14h às 18h. Todos discutiram cada um dos subtemas e encaminharam propostas para sistematização, a ser realizada pela equipe de relatoria da VIII Conferência, visando a apresentação na Plenária Final para deliberação. Nesse sentido, apreciaram o conjunto de propostas sistematizadas advindas dos Estados e do Distrito Federal, podendo aprovar integralmente, aprovar com alteração de redação, rejeitar e, podendo ainda, apresentar até 3 (três) novas propostas por subtema.

Integraram os grupos Delegados (as), Convidados (as), Colaboradores (as) e Observadores (as), previamente distribuídos no momento do credenciamento, de forma aleatória, por meio do Sistema de Inscrições da Conferência, em número de 83 (oitenta e três) participantes em razão de estrutura física das salas, observada a acessibilidade. Teve direito a voto os (as) Delegados (as) que dele participaram, devidamente credenciados (as) na VIII Conferência e que estavam de posse do crachá de identificação e os demais participantes tiveram direito a voz.

Cada grupo de trabalho contou com um coordenador e um relator previamente indicado pela coordenação de relatoria da VIII Conferência. Já os coordenadores foram eleitos dentre os presentes no grupo e tiveram as seguintes atribuições: a) coordenar os debates assegurando o uso da palavra a todos os participantes; b) controlar o uso da fala pela ordem de inscrição; c) cronometrar o tempo de intervenção de cada participante, fazendo respeitar os 03 minutos para cada uma delas; d) contar os votos para cada proposta; e) assegurar que as propostas sejam encaminhadas à coordenação de relatoria de acordo com a deliberação do grupo. Com relação às atribuições dos relatores estas consistiam em: a) abrir os trabalhos e encaminhar eleição do coordenador; b) verificar o número de delegados presentes; c) acompanhar e relatar os debates do grupo apresentando e ordenando as deliberações para apoiar a relatoria geral; d) oferecer suporte ao andamento dos trabalhos do grupo; e) registrar as conclusões do grupo em sistema próprio da relatoria; f) apresentar a sistematização à coordenação de relatoria.

Foram remetidas à Relatoria, por cada grupo de trabalho, as propostas sistematizadas advindas dos Estados e do Distrito Federal, assim como as novas propostas aprovadas por 50% (cinquenta por cento) mais um dos Delegados que estavam presentes no momento da votação. Estas proposta foram inseridas no Sistema de Informação, cujos relatórios parciais foram encaminhados para composição para a equipe de relatoria. Assim, a relatoria organizou as propostas aprovadas pelos grupos para encaminhá-las à apreciação da Plenária Final da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, que deliberou, após amplo debate, sobre:

- as propostas aprovadas na íntegra, sem alteração, como referendo;
- o conjunto de propostas aprovadas com alteração, por no mínimo 50% mais um dos grupos de trabalho;
- as novas propostas apresentadas pelos grupos de trabalho da Conferência Nacional de Assistência Social, desde que aprovadas no mínimo em 50% mais um dos mesmos.



Em relação às moções, na plenária final delegou ao CNAS a tarefa de aprovar todas aquelas que se coadunassem com as propostas aprovadas, rejeitando as conflitantes com os parâmetros e princípios do SUAS.

O resultado das deliberações aprovadas pela plenária final compõem os Anais da VIII Conferência Nacional de Assistência Social agora apresentado e disponibilizado no site www.mds.gov.br/cnas.

1.2.5 Organização e Funcionamento das Oficinas

A realização de oficinas durante as Conferências Nacionais de Assistência Social são reconhecidas como de fundamental relevância para o processo do controle social, uma vez que possibilitam aprofundamento dos temas e enriquecimento das discussões, abordando propostas, problemas, e estratégias desenhadas pelas políticas sociais em seu esforço de responder as mais diferentes dimensões da pobreza e da desigualdade social no país.

Assim sendo, o CNAS valorizando esta iniciativa, inseriu na programação da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, 25 (vinte e cinco) oficinas.

A ampla participação de estudiosos das respectivas matérias, conselheiros, delegados (as), observadores (as), convidados (as), entre outros, resultaram no aprimoramento das novas regulações do SUAS, diante das concepções, das diretrizes, das deliberações e das sugestões apresentadas pelos participantes.

A finalidade precípua foi a de colocar em debate conceitos e práticas sob a ótica do desafio da universalização da seguridade social, problematizando desde os desafios do SUAS, passando pelas questões decorrentes das transversalidades de gênero, etnia, condição física, dos extremos geracionais, das políticas de direitos, da intersectorialidade, dos problemas do financiamento e gestão, das questões políticas de articulação com Parlamentos de Ministérios Públicos, até os dilemas da participação social.

Com essa intenção foram definidos, pelo CNAS, as temáticas e construídas as ementas para cada oficina, considerando o conteúdo a ser abordado, em seus aspectos teórico-prático, ético e político, as implicações na política de assistência social e os principais avanços e desafios, com os seguintes objetivos:

- viabilizar as exposições dos temas mais recorrentes em grupos menores, visando enriquecer e aprofundar e o debate e amadurecer as intervenções nas deliberações da Plenária Final;
- possibilitar uma capacitação, alicerçada em referencial teórico e empírico, além de estimular amplos debates democráticos, propiciando aos participantes uma intervenção mais qualificada, não só na Conferência, como nos seus espaços de atuação na política de assistência social;
- estimular a reflexão e sistemática sobre temas que facilitem a adoção de mecanismos, instrumentos e estratégias para a implantação e implementação do SUAS no âmbito da esfera pública;
- contribuir para a construção de uma nova cultura de participação popular, com ênfase no controle social efetivo do Estado pela sociedade, e no protagonismo dos usuários do SUAS e do respeito aos direitos humanos no âmbito da família, das instituições e da sociedade;
- aprimorar o processo crítico de reflexão para que as deliberações da VIII Conferência Nacional de Assistência Social sejam introduzidas na agenda pública e se constituam, de fato, em prioridades que contemplem a superação das desigualdades, a promoção da equidade e afirmação da diversidade, para o avanço e consolidação do SUAS em todo o território nacional.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pautadas nas discussões acumuladas no processo de construção da Política de Assistência Social e do SUAS, as oficinas contaram com uma multiplicidade de experiências e de atores governamentais e não governamentais que constituem a sociedade brasileira.

As ementas das oficinas foram construídas pela Comissão Organizadora com o apoio da Equipe de Relatoria a partir dos temas deliberados pelo CNAS, considerando os aspectos importantes a serem apresentados pelo(a) expositor (es) e debatidos pelos participantes. Os conteúdos se referenciaram em documentos conceituais e normativos da Política de Assistência Social e de outras políticas sociais e de direitos humanos, nos Anais da VI e VII Conferências Nacionais.

As oficinas contaram com um ou mais expositores, com a atribuição de apresentar o tema em sua relevância face à Política de Assistência Social e ao SUAS, com o intuito de favorecer o debate. Foram coordenadas por 1(um) conselheiro nacional de assistência social com a função de contribuir com o bom andamento das atividades e da dinâmica proposta, possibilitando espaço democrático e momento adequado à intervenção dos participantes. Contou, ainda, com 1(um) relator previamente escolhido pela coordenação geral da equipe de relatoria, que formou uma dupla com o relator de grupo, correspondente a numeração da oficina, para auxiliá-lo na atribuição e responsabilidade de registro e de sistematização de pontos relevantes tratados durante a oficina, de forma sintetizada, com fidedignidade ao exposto e debatido.

A opção pela oficina foi do próprio delegado (a), mediante inscrição durante a Conferência. Nas oficinas em que houve vaga, convidados (as) e observadores (as) puderam se inscrever.

De acordo com o Regimento Interno as oficinas foram simultâneas com, no máximo, 83 (oitenta e três) participantes cada. Ocorreram nas salas destinadas aos trabalhos de grupo. Das 25 previstas, duas foram canceladas por falta de adesão dos participantes.

A seguir as oficinas são relacionadas, com as respectivas ementas, e as sínteses das exposições e debates constituíram o item “11” deste Anais da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, que será colocado à disposição de toda a sociedade brasileira:

01 - A GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS

Ementa: O tema recursos humanos frente às transformações ocorridas no mundo do trabalho. As particularidades e perspectivas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social -SUAS. A estruturação do trabalho, a qualificação e a valorização dos trabalhadores e sua relação com o processamento dos serviços socioassistenciais. A Política de Capacitação e os princípios estruturantes da educação permanente frente à defesa e garantia dos direitos socioassistenciais. Produção e disseminação de conhecimento em assistência social e de novas práticas e tecnologias. A Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11 e sua importância para a consolidação do SUAS. Implicação do Art. 6º, Alínea “e” e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

02 - TRABALHADORES DO SUAS: RECONHECIMENTO E ORGANIZAÇÃO

Ementa: A centralidade dos trabalhadores na efetivação do SUAS. O reconhecimento das categorias profissionais no âmbito do SUAS: discussão, participação, contribuições e proposições dos trabalhadores para a estruturação da gestão do trabalho. A Resolução do CNAS nº 17/2011: perfil, habilidades, atitudes, competências profissionais, representação e representatividade; Mesa de Negociação do SUAS, Plano de Carreira, Cargos e Salários – PCCS. A importância do trabalho inter-



disciplinar. A exigência do perfil crítico do profissional: desnaturalização da pobreza, preconceitos e todas as formas de desigualdade e opressão. A gestão colegiada e participativa no SUAS como forma de democratizar as relações de trabalho. A Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/2011 e valorização do trabalho profissional.

03 - O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS E OS SERVIÇOS REFERENCIADOS NO TERRITÓRIO: O TRABALHO COM FAMÍLIAS NA ÓTICA DOS DIREITOS

Ementa: A Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11 e a organização dos serviços no território: a referência do equipamento público estatal e sua tradução em direitos. O fluxo dos usuários e a lógica da territorialização na organização dos serviços socioassistenciais. O PAIF e os serviços de convivência e fortalecimento dos vínculos na ótica da territorialidade e sua articulação com a rede socioassistencial. O trabalho com famílias no CRAS na ótica do direito. O desafio da busca ativa e do acompanhamento familiar no processo de garantia de direitos das famílias no Cadastro Único, no BPC, no Programa Bolsa Família e nos serviços ofertados no território. As equipes volantes e a ampliação da oferta dos serviços socioassistenciais. A articulação do CRAS e CREAS e serviços de alta complexidade.

04 - PARADIGMAS DA RELAÇÃO PÚBLICO PRIVADO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: TRABALHO EM REDE, A NATUREZA DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO, APOIAMENTO E DEFESA DE DIREITOS E O VÍNCULO SUAS

Ementa: Resgate histórico da relação público x privado na Política de Assistência Social no Brasil. Caracterização das entidades de assistência social no art. 3º, da LOAS. A relação de complementariedade entre Estado e entidades de assistência social nos serviços socioassistenciais. Os princípios fundamentais da assistência social: gratuidade na oferta dos serviços socioassistenciais e sem exigência de contraprestação do usuário. Previsões legais, operacionais, orçamentárias e financeiras para a instituição do vínculo SUAS. Critérios, indicadores e padrão de qualidade dos serviços nos eixos da Proteção Social Básica – PSB e da Proteção Social Especial - PSE e a regulamentação do vínculo SUAS. Lei 12.101/2009 e seu desdobramento no processo de constituição da rede socioassistencial.

05 - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS MUNICIPAL E REGIONAL: DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA PROTEÇÃO ESPECIALIZADA NO SUAS

Ementa: Os dispositivos da Lei 8.742/93 alterada pela 12.435/11 e a proteção social especial. O CREAS e os serviços especializados municipalizados e regionalizados. O atendimento das famílias e indivíduos com direitos violados. O CREAS e a municipalização das medidas sócio educativas em meio aberto. O enfrentamento do trabalho infantil. O Suas e o sistema de garantia de direitos. A referência e contra referência no processo de inserção das famílias nos serviços socioassistenciais e na articulação com outras políticas.

06 - SUAS E O PLANEJAMENTO NA PERSPECTIVA DA NOB/SUAS 2011

Ementa: O planejamento como parâmetro estruturante do SUAS na organização da oferta de serviços, benefícios e projetos. E como forma de consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva nos termos da Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11. Indicadores de acompanhamento, monitoramento e avaliação e da superação de deficiências de gestão e controle social. Tecnologia da informação, utilização da base de dados dos territórios, indicadores de vulnerabilidade social e especificidades locais/regionais no planejamento. O Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS e o fortalecimento da capacidade técnica e de gestão.



07 - FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA SOCIAL COMO ESTRATÉGIA PARA QUALIFICAÇÃO DO SUAS

Ementa: A vigilância social no SUAS como função da política de assistência social que demanda capacidade e meios de gestão para produzir e sistematizar informações; construção de indicadores que possibilitem detectar vulnerabilidades e riscos sociais; mensuração, na perspectiva da territorialidade, de situações de riscos sociais e de violação de direitos; compreensão das precarizações que trazem riscos e vulnerabilidades ao cidadão; análise de sistemas de notificação de risco e vulnerabilidade que identifiquem violação de direitos; estudos e análises de vulnerabilidade e riscos da população, de acordo com a Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11. O georeferenciamento de indicadores, demandas e serviços para qualificação da política. identificação das formas de vulnerabilidade e risco social da população e do território. Construção de instrumentos de coleta de informações nos territórios. Diagnóstico Socioterritorial como instrumento de planejamento na função de vigilância social.

08 - A INTEGRAÇÃO DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS NA GARANTIA DO ACESSO AOS DIREITOS SOCIO-ASSISTENCIAIS

Ementa: A Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11 e a gestão integrada de benefícios e serviços. Resgate do processo de integração dos beneficiários no acesso à proteção social e seus respectivos serviços socioassistenciais, na perspectiva da universalização do atendimento. Articulação dos Benefícios e Serviços no fortalecimento da autonomia e protagonismos dos usuários. A construção da articulação no planejamento, gestão e execução dos benefícios e serviços socioassistenciais.

09 - O PROTAGONISMO DO USUÁRIO NO FORTALECIMENTO DE NOVAS ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO NO SUAS

Ementa: Protagonismo popular e a perspectiva da superação da subalternidade na democratização do poder. As estratégias de participação dos sujeitos de direitos na política de assistência social e nas diferentes instâncias do SUAS. Os mecanismos e processos para fomento e garantia da participação dos usuários na política de assistência social. O processo de participação dos usuários no acesso aos benefícios e na oferta dos serviços do SUAS. A representação e a representatividade dos usuários nos conselhos de assistência social.

10 - O SUAS E A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ementa: A questão social, os determinantes estruturais da pobreza e os desafios das políticas sociais. A estratégia da articulação intersetorial e intergovernamental. Formas estratégicas de fortalecimento e integração das ações do SUAS com as demais políticas setoriais, conforme preconiza a Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11. A intersetorialidade como estratégia de gestão e de prestação de serviços nos territórios. A articulação intersetorial e a superação da extrema pobreza no Brasil. A construção de espaços de diálogo intersetorial para garantir a articulação dos serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas, possibilitando a participação do usuário. A articulação com a rede socioassistencial e com as demais políticas setoriais.

11 - O DESAFIO DA TRANSVERSALIDADE NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

(oficina cancelada)



12 - A ASSISTÊNCIA SOCIAL E A UNIVERSALIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL

Ementa: O tripé constitucional da Seguridade Social – limites e possibilidades. O lugar da Política de Assistência Social na Seguridade Social e os princípios da integralidade, universalidade e equidade, da participação da comunidade e controle social. A Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11 e a afirmação da proteção social não contributiva. O Plano Decenal da Assistência Social e a universalização da proteção social básica. Universalização dos direitos sociais na perspectiva da construção de um sistema de proteção social não contributivo. O debate do universalismo básico, Piso de Proteção Social Mundial (proposta da ONU). Carta da Conferência Internacional de Seguridade Social.

13 - O PAPEL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO O PAPEL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – VIVER SEM LIMITE

Ementa: Acesso e formas de atendimento dos usuários e seus familiares no sistema de proteção social e serviços públicos na perspectiva do desenho universal e da acessibilidade. Definição de papéis entre as políticas públicas setoriais e a sociedade civil no atendimento a pessoa com deficiência. Articulação dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS com os demais serviços da rede socioassistencial no processo de habilitação e reabilitação e na construção de contextos inclusivos. Superação das barreiras arquitetônicas e atitudinais. Fomento ao uso de tecnologias assistidas. Estratégias para mobilizar, articular, organizar, estimular e potencializar recursos das pessoas com deficiências e pessoas idosas, famílias e comunidade no processo de habilitação e reabilitação e inclusão social, como garantia da segurança de autonomia. Atenção para os princípios constitucionais e da Convenção da Organização das Nações Unidas - ONU.

14 - O FINANCIAMENTO E COFINANCIAMENTO DO SUAS: O ORÇAMENTO PÚBLICO DOS ENTES FEDERADOS E A GESTÃO DOS FUNDOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ementa: Financiamento da Seguridade Social. Lógica de financiamento e de cofinanciamento do SUAS. O processo orçamentário e a articulação com os instrumentos de gestão do SUAS(Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA, Planos de Assistência Social e Relatórios de Gestão e Fundos). Instituição, regulamentação e gestão dos fundos de assistência social. Aplicação de recursos e a prestação de contas. Lei de Responsabilidade Fiscal e a contratação de servidores públicos. A Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11 e a obrigatoriedade do repasse de recursos para pagamento de pessoal.

15 - O SUAS E O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: A TRADUÇÃO DE GRANDES COMPROMISSOS

Ementa: A superação da extrema pobreza no Brasil e a centralidade da assistência social nessa agenda nacional, como estabelece a Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11. A assistência social e os determinantes estruturais da pobreza. A construção do protagonismo popular como centralidade da assistência social e a erradicação da miséria. O Plano Brasil sem Miséria: os eixos de Garantia de Renda, Inclusão Produtiva e Acesso a Serviços Públicos. O Comitê Interministerial de gestão do Plano Brasil sem Miséria e a coordenação do MDS. O papel estratégico da política pública de assistência social na busca ativa e no acompanhamento familiar. A intersetorialidade no desenvolvimento das políticas e programas de enfrentamento à pobreza. A proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos.



16 - OS BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS: BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA, PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Ementa: Concepções e vertentes dos programas de transferência de renda no contexto mundial. Preconceitos em relação à política de transferência de renda - desnaturalização e criminalização da pobreza. Os programas de transferência de renda como instrumentos de garantia dos direitos socioassistenciais. O impacto do Programa Bolsa Família - PBF e do Benefício de Prestação Continuada - BPC no enfrentamento das desigualdades sociais e de redução da pobreza e indigência. Os Benefícios Eventuais, regulamentação e processualidade. O desempenho dos municípios na gestão do PBF e BE. Lei 10.836/2004 que instituiu o PBF e a Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11. O papel dos Conselhos de Assistência Social e de outros órgãos de fiscalização e controle social no Programa Bolsa Família - PBF, Benefício de Prestação Continuada - BPC e Benefício Eventual - BE.

17 - OS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: MOBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E CONTROLE SOCIAL

Ementa: A redemocratização do Brasil e seus atores. Desafios para os Conselhos e as Conferências. Estrutura, funcionamento dos conselhos e os desafios para aprimorar o controle social no SUAS. Representação e representatividade dos segmentos populares. As diferenças constitutivas entre os movimentos sociais e ONGs e sua relação com a Política de Assistência Social e à defesa dos direitos. Participação popular nas unidades de assistência social e como ela se organiza. O espaço qualificado das entidades sociais e o desafio do controle social democrático. A autonomia dos conselhos e sua relação com o órgão gestor. Estratégias para potencializar a participação nos conselhos. O papel dos conselheiros como agente público.

18 - A PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL PARA POPULAÇÕES NO CONTEXTO DE DESASTRE AMBIENTAL: ENFRENTAMENTO DAS CALAMIDADES PÚBLICAS E SITUAÇÕES EMERGENCIAIS

Ementa: A devastação florestal, a poluição hídrica e do ar, os saneamentos urbanos, industrial e do meio rural. A proteção das matas e a coleta pelas populações nativas. A organização popular na defesa do meio ambiente e a assistência social. Mapeamento dos espaços de devastação, das áreas de perigo e de concentração populacional e a iminência de desastres ambientais nas regiões brasileiras. As calamidades sociais decorrentes da devastação e destruição ambiental e a articulação socioassistencial. Recursos e responsabilidades das três esferas governamentais, os planos de emergência e o SUAS. Os serviços e benefícios socioassistenciais - função e especificidades da política de assistência social no enfrentamento das calamidades públicas e situações de emergência.

19 - A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGAS: UM DEBATE NECESSÁRIO

Ementa: A intersectorialidade das políticas sociais, a articulação da assistência social com as políticas de saúde e educação no enfrentamento às drogas. “O Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas”. A proteção social ofertada na política de assistência social como estratégia de prevenção ao uso de drogas ilícitas. Crianças, adolescentes, jovens e drogas.



20 - O SUAS E A QUESTÃO DE FRONTEIRAS

Ementa: Panorama atual das fronteiras brasileiras (encontro da diversidade, nacionalidade, língua, cultura, economia). Questões sociais/econômicas/legais nas fronteiras (tráfico de drogas, tráfico de pessoas, contrabando, livre trânsito, livre circulação de mercadorias). Organização institucional na fronteira e a presença do Estado em seus três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário (esferas federal, estadual e municipal). Precarização do trabalho e dos direitos sociais, violência, desigualdade e pobreza, acesso precário às políticas públicas e as perspectivas para o SUAS. O papel do CREAS na acolhida e encaminhamento das várias demandas das populações no território transnacional.

21 - O PAPEL DAS FRENTES PARLAMENTARES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONSOLIDAÇÃO DO SUAS

(oficina cancelada)

22 - ASSEGURANDO DIREITOS NO SUAS: O PAPEL DA OUVIDORIA PÚBLICA, DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA DEFENSORIA PÚBLICA

Ementa: O papel da Ouvidoria Pública, do Ministério Público e da Defensoria Pública e os direitos socioassistenciais reclamáveis pelos cidadãos brasileiros. Espaços de inscrição de demandas sociais e do processo de tomada de decisões. O papel da Ouvidoria Geral do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS como um dos instrumentos de participação popular na busca da proteção social como direito. A relação do gestor e do conselho de assistência social com os órgãos de fiscalização e de defesa de direitos. Inserção do debate acerca do Decreto nº 6.932, de 11/08/09, que instituiu a Carta de Serviços ao Cidadão e da Proposta de Lei Orgânica da Administração Pública Federal, subseção IV - "Do controle social", nos artigos 66, 67 e 68. Considerar a Resolução nº 71 do Ministério Público e Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

23 - O SUAS E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Ementa: O acolhimento institucional na tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. Orientações técnicas no acolhimento de crianças e adolescentes. As diferentes modalidades de abrigos. Integração com o sistema de garantia de direitos. Oferta de segurança, apoio, proteção e cuidado de qualidade O convívio familiar para preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. O serviço de acolhimento X fragilização e perda do vínculo familiar. Estratégias para contribuir com a superação dos motivos do acolhimento. Regionalização e reordenamento dos serviços.

24 - SUAS E A QUESTÃO DE GÊNERO

Ementa: O poder patriarcal e a luta feminista. Enfrentamento à feminilização da pobreza. Economia feminista e os sentidos do trabalho da mulher. As políticas de desenvolvimento e a questão de gênero. Protagonismo social e político das mulheres. Os desafios da igualdade de gênero na política brasileira hoje, na economia e na vida social do país. Luta contra a desvalorização do trabalho feminino e do trabalho doméstico. Ações emancipatórias para as mulheres e a política de assistência social. A responsabilização da mulher nas políticas sociais. A reprodução da vida, o afeto e a proteção familiar. O CREAS e a acolhida das mulheres vítimas de violência.



25 - O SUAS E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A CONFERÊNCIA RIO +20

Ementa: A Conferência de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas Rio + 20. A intersetorialidade da sustentabilidade e os serviços, programas, projetos e benefícios para a população em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal. A matriz da sustentabilidade nas metas do Plano Decenal de Assistência Social, na gestão e execução dos serviços socioassistenciais. O controle social na agenda do desenvolvimento sustentável. A construção da agenda de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas brasileiras. A visão e a participação da sociedade civil na Rio + 20. Propostas do CNAS para compor o documento de contribuição das conferências para a Rio + 20.

Durante o evento, também foram distribuídas quatro publicações para os gestores municipais. A *Política Nacional de Capacitação dos Trabalhadores do Suas, Gestão do Trabalho, Orientações para Processos de Seleção e Recrutamento e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH) Comentada* “São orientações que apoiam os municípios na realização de concursos públicos na área da assistência social, tendo em vista a regulamentação do CNAS que autoriza a utilização de até 60% do co-financiamento federal para pagamento dos trabalhadores do Suas”.

2. PROGRAMAÇÃO

Dia 07/12 (4ª feira)

- 12h às 17h Credenciamento
- 12h30 às 15h Almoço / Acolhida aos participantes
- 14h às 15h Discussão e aprovação do Regimento Interno.
Coordenação: Conselheiros Nacionais José Geraldo França Diniz e Leila Pizzato
- 15h às 18h Balanço crítico do processo das Conferências 2011, da Gestão e do Controle Social.
 - Maria Carmelita Yazbek – Pontifícia Universidade Católica/ SP
 - Edval Bernardino Campos – Universidade Federal do Pará
 - Denise Colin – Secretária Nacional de Assistência Social
 - Carlos Eduardo Ferrari – Presidente do CNAS
 - Coordenação: Conselheiros Nacionais Renato Francisco dos Santos Paula e José Araújo da Silva
- 18h Jantar
- 19h às 20h Solenidade de Abertura.
- Show com Pereira da Viola.
- 20h às 21h Conferência Magna: Consolidar o SUAS e Valorizar seus Trabalhadores: desafio para a superação da extrema pobreza no Brasil.
 - Tereza Campello – Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Coordenação: Conselheiros Nacionais Carlos Eduardo Ferrari e Renato Francisco dos Santos Paula.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Dia 08/12 (5ª feira)

- Até 14h Credenciamento
- 8h30 às 11h30 Painel: Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS e o controle social.
 - Berenice Rojas Couto – Pontifícia Universidade Católica/ RS
 - Jucimeri Isolda da Silveira- Pontifícia Universidade Católica /PR
 - Raquel Raichelis - Pontifícia Universidade Católica /SP
 - Representante do Fórum Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social- FNTASCoordenação: Conselheiros Nacionais José Crus e Frederico Jorge de Souza Leite
- 11h30 às 12h30 Debate
- 12h30 às 14h Almoço
- 14h00 às 16h Grupos de Trabalho
- 16h00 às 16h30 Lanche
- 16h30 às 18h Continuação dos grupos de trabalho
- 18h Jantar
- 19h às 22h Oficinas Simultâneas

Dia 09/12 (6ª feira)

- 8h30 Acolhida aos participantes
- 8h30 às 11h Painel: Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais e o controle social.- Márcia Lopes– Universidade Estadual de Londrina - UEL
 - Aldaíza Sposati – Pontifícia Universidade Católica /SP
 - Representante do Fórum Nacional de Assistência SocialCoordenação: Conselheiros Nacionais Renato Saidel Coelho e Célia Mota de Carvalho
- 11h30 às 12h30 Debate
- 12h30 às 14h30 Almoço
- 14h30 às 16h Grupos de Trabalho
- 16h às 16h30 Lanche
- 16h30 às 18h Continuação Grupos de Trabalhos
- 18h Jantar



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Ato Político
 - Comemoração pelos 18 anos da LOAS.
 - Posição política dos participantes da conferência sobre temas da atualidade.
 - Lançamentos de Livros.

Dia 10/12 (Sábado)

- 8h30 Acolhida aos participantes
- 8h30 às 9h - Homenagem (in memorian) ao Conselheiro Nacional Antônio Kbça
 - Entrega da premiação ao vencedor do concurso da Logomarca do CNAS
- 9h Plenária Final
- 13h às 14h30 Almoço e Programação Cultural
- 14h30 às 18h Plenária Final
- 18h Mesa de encerramento da VIII Conferência Nacional de Assistência Social
- 18h30 Jantar

3. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

Mestre de Cerimônias: Senhoras, senhores, boa tarde, por gentileza queiram ocupar os seus lugares. Sejam todos bem vindos à VIII Conferência Nacional de Assistência Social, por gentileza mantenham os celulares desligados ou no perfil silencioso ao longo de todo evento. Iniciando as atividades desta tarde teremos a discussão e aprovação do Regimento Interno, para tanto, convidamos o senhor Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS. Convidamos também o senhor Renato Francisco de Paula, Vice Presidente do CNAS. Para Coordenação dos trabalhos convidamos os Conselheiros Nacionais José Geraldo França e Leila Pizzato. Convidamos também o senhor Ronaldo Sena. Tem a palavra a coordenação da mesa.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente CNAS): Boa tarde, boas vindas. Senhores delegados, delegadas, convidados, convidadas, observadores, a gente inicia os trabalhos dessa tarde com um momento importante para essa Conferência Nacional que é discutir e aprovar o Regimento Interno de todos os nossos trabalhos, o Regimento de como nós vamos conduzir a VIII Conferência Nacional de Assistência Social, que trata da consolidação do SUAS e da valorização dos seus trabalhadores.

Para dar início aos trabalhos vou pedir ao Conselheiro Nacional Sr. José Geraldo França, para proceder à leitura do rito dos trabalhos. Quero antes cumprimentar, também, presente à mesa, o Sr.vice-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Renato Francisco de Paula, e a conselheira nacional Leila Pizzato. Por gentileza senhor José Geraldo.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Sr. José Geraldo França: Cumprimento o senhor Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Carlos Ferrari, Vice-Presidente Renato de Paula. Boas vindas a todos vocês, a essa VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Nós submeteremos aqui, agora, a aprovação do Regimento Interno desta Conferência. Será feita a leitura da proposta do Regimento Interno, apresentado pela comissão organizadora da VIII Conferência.

No processo de discussão e aprovação do Regimento Interno, votarão os delegados de posse do crachá de identificação. Durante a leitura do Regimento Interno os participantes para solicitarem destaque devem levantar o crachá e dirigir-se à mesa de apoio para registro. Os artigos que não foram destacados no momento da leitura, isso é uma proposta que eu gostaria de submeter a vocês, se podemos trabalhar com os artigos que não receberem destaque se a plenária concorda que eles sejam considerados aprovados, por favor levante o crachá quem está de acordo, ok, aprovada a proposta, obrigado.

Os artigos poderão ser destacados para 1. Esclarecimentos; 2. Apresentação de proposta de supressão parcial ou total, apresentação de proposta de alteração e apresentação de proposta de inclusão. Uma observação, o Regimento encontra-se na pasta que vocês receberam. A cada ponto destacado será apresentada uma defesa a favor e uma contrária, quando for o caso, obedecendo ao tempo máximo de 3 minutos para cada uma. Esclarecidas as propostas essas serão submetidas à votação pela plenária, serão aprovadas as propostas que obtiverem a maioria simples dos votos dos delegados e delegadas presentes, identificados por contraste e recorrendo-se à contagem em caso de dúvida. No processo de discussão e aprovação do Regimento Interno, vou repetir, votarão os delegados credenciados de posse do crachá de identificação, aos demais participantes é garantido o direito de voz. Eu passo em seguida a palavra a Conselheira Leila Pizzato para que dê início à leitura do Regimento.

Conselheira Leila Pizzato: Boa tarde a todos e a todas, boa tarde Presidente, boa tarde Vice-Presidente, vamos à leitura do Regimento Interno da VIII Conferência Nacional de Assistência Social.

REGIMENTO INTERNO DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Define as regras de funcionamento da VIII Conferência Nacional de Assistência Social.

Art. 1º A VIII Conferência Nacional de Assistência Social, convocada pela Portaria Conjunta nº 01, de 17 de dezembro de 2010, assinada pela Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em cumprimento ao disposto no Inciso VI do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e na Resolução CNAS nº 06, de 9 de fevereiro de 2011, será realizada de 7 a 10 de dezembro de 2011, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília/DF.

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 2º A VIII Conferência constitui-se como instância máxima de deliberação da Política de Assistência Social, e tem como objetivo geral Avaliar e propor diretrizes para o aprimoramento da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na perspectiva da valorização dos trabalhadores e da qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Seção I Do Temário

Art. 3º A VIII Conferência tem como tema “Avançando na Consolidação do Sistema Único de Assistência Social com a Valorização dos Trabalhadores e a Qualificação da Gestão dos Serviços, Programas e Projetos e Benefícios”.

CAPÍTULO II DOS PARTICIPANTES

Art. 4º São participantes da VIII Conferência Nacional:

- I - delegados, devidamente credenciados, com direito a voz e a voto;
- II - convidados do CNAS com direito a voz;
- III - observadores com direito a voz.

Seção I Do Credenciamento

Art. 5º Os (as) Delegados (as) natos, de âmbito nacional, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, devidamente credenciados no Sistema “online”, pelos Conselhos Nacional, Estaduais e do Distrito Federal, receberão o crachá de identificação no dia 7 de dezembro, no horário de 12h às 17h ou no dia 8 de dezembro, no horário de 8h às 14h, no Balcão de Credenciamento do Centro de Convenções, em Brasília.

Parágrafo Único. Na ausência dos Delegados (as) titulares, os respectivos suplentes serão credenciados mediante apresentação de documento de substituição, devidamente assinado pelo Presidente do Conselho Estadual ou do Distrito Federal, ou pelo coordenador da Delegação, a ser apresentado até às 14h do dia 8 de dezembro, na Sala de Soluções, da VIII Conferência, observando a deliberação da Plenária da Conferência Estadual ou do Distrito Federal.

Art. 6º Os Convidados, Observadores e demais participantes, devidamente credenciados no Sistema “online”, receberão o crachá de identificação no dia 7 de dezembro, no horário de 12h às 17h ou no dia 8 de dezembro, de 8h às 14h, no Balcão de Credenciamento do Centro de Convenções.

§ 1º Os convidados, conferencistas e expositores de oficinas poderão ser credenciados até o horário da sua participação na VIII Conferência.

§ 2º No dia 8 de dezembro, no horário de 14h as 17h o credenciamento funcionará para atender as excepcionalidades, conforme orientação da Comissão Organizadora.

Art. 7º As excepcionalidades surgidas no credenciamento serão tratadas pela Comissão Organizadora.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 8º A VIII Conferência será presidida pelo Presidente do CNAS e, como Presidente de Honra, a Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Parágrafo único. Na ausência do Presidente, o Vice-Presidente do CNAS assumirá a Presidência.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Art. 9º A VIII Conferência Nacional contará com Painéis, Oficinas (simultâneas), Grupos de Trabalho, Debates e Plenária Final.

Seção I Dos Painéis

Art. 10 Os Painéis, visando subsidiar os grupos de trabalho, abordarão os seguintes subtemas da VIII Conferência:

- I - Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS.
- II - Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais.
- III - Fortalecimento da participação e do controle social.
- IV - A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil.

Art. 11 Após a apresentação dos Painéis os (as) participantes da VIII Conferência poderão fazer inscrição para intervenção ou encaminhar perguntas por escrito aos conferencistas, respeitado o tempo previsto para debate na programação.

Parágrafo único. Cada intervenção deverá ser de, no máximo, 3 (três) minutos.

Seção II Dos Grupos de Trabalho

Art. 12 Os trabalhos dos grupos realizar-se-ão com o objetivo de aprofundar a avaliação da consolidação do SUAS e a valorização dos trabalhadores e tendo como base os 4 (quatro) subtemas, constantes dos Relatórios consolidados das Conferências Estaduais e do Distrito Federal.

Art. 13 Os grupos reunir-se-ão, concomitantemente, em número de 24 (vinte e quatro) conforme definido na programação, em dois momentos específicos, nos dias 8 e 9 de dezembro, no horário das 14h às 18h.

Parágrafo único. Os grupos discutirão todos os subtemas e encaminharão propostas para sistematização, a ser realizada pela equipe de relatoria da VIII Conferência, e apresentada na Plenária Final para deliberação.

Art. 14 Os grupos serão integrados por Delegados (as), Convidados (as), Colaboradores (as) e Observadores (as), previamente distribuídos no momento do credenciamento, de forma aleatória, definidos em número de 83 (oitenta e três) participantes em razão de estrutura física das salas, observada a acessibilidade.

Parágrafo único. Terão direito a voto no grupo os (as) Delegados (as), que dele participa, devidamente credenciados (as) na VIII Conferência e que estejam de posse do crachá de identificação e os demais participantes terão direito a voz.

Art. 15 Os grupos apreciarão o conjunto de propostas sistematizadas advindas dos Estados e do Distrito Federal podendo aprovar integralmente, aprovar com alteração de redação, rejeitar e, podendo ainda, apresentar até 3 (três) novas propostas por subtema.

Parágrafo único. As propostas sistematizadas advindas dos Estados e do Distrito Federal assim como as novas propostas serão remetidas à Relatoria, por cada grupo de trabalho, devendo ser aprovadas



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

por 50% (cinquenta por cento) mais um dos Delegados que deles participam e que estiverem presentes no momento da votação.

Art. 16 Serão encaminhadas à Plenária Final somente:

- I - as propostas sistematizadas advindas dos Estados e do Distrito Federal que obtiverem aprovação de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um, ou seja, no mínimo 13 (treze) grupos de trabalho;
- II - as novas propostas que obtiverem aprovação de no mínimo 20% (vinte por cento) dos grupos de trabalho, ou seja, 5 (cinco) grupos.

Art. 17 Cada grupo de trabalho terá um (a) Coordenador (a) e um Relator (a).

§ 1º Os (as) Coordenadores (as) serão eleitos dentre os (as) presentes no grupo e terão como atribuições:

- I - coordenar os debates, assegurando o uso da palavra a todos (as) os participantes;
- II - controlar o uso da fala pela ordem de inscrição;
- III - cronometrar o tempo de intervenção de cada participante, fazendo respeitar os três minutos, para cada uma delas;
- IV - contar os votos para cada proposta;
- V - assegurar que as propostas sejam encaminhadas à Coordenação de Relatoria de acordo com a deliberação do grupo.

§ 2º Os (as) Relatores (as), que serão previamente indicados pela Coordenação de Relatoria da VIII Conferência, terão como atribuições:

- I - abrir os trabalhos e encaminhar a eleição do coordenador;
- II - responsabilizar-se em verificar o número de delegados presentes;
- III - acompanhar e relatar os debates do grupo, apresentando e ordenando as deliberações para apoiar a Relatoria Geral;
- IV - oferecer suporte ao andamento dos trabalhos do grupo;
- V - registrar as conclusões do grupo em sistema próprio da relatoria;
- VI - apresentar a sistematização à Coordenação de Relatoria e contribuir para a organização das propostas para deliberação na Plenária Final.

Art. 18. A sistematização dos grupos deverá ser entregue à Coordenação de Relatoria até às 20 horas dos dias 8 e 9 de dezembro.

Seção III Das Oficinas

Art. 19 A VIII Conferência contará com 25 (vinte e cinco) Oficinas, com o objetivo de socializar concepções, aprofundar conteúdos e experiências no campo da Política de Assistência Social.

§ 1º As Oficinas acontecerão simultaneamente no dia 8 de dezembro, das 19h às 22h;

§ 2º As inscrições para as Oficinas serão realizadas no dia 8 de dezembro, de 8h às 15h, no Balcão de Credenciamento, no Centro de Convenções;



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

§ 3º As Oficinas possuem número limitado de 83 (oitenta e três) participantes, em função de estrutura física das salas e as vagas serão preenchidas por ordem de inscrição.

CAPÍTULO IV DA PLENÁRIA FINAL

Art. 20 A Plenária Final da VIII Conferência, constituída de Delegados (as), Convidados (as), Observadores (as) e Colaboradores (as), tem caráter deliberativo, com atribuição de discutir, modificar, aprovar ou rejeitar as propostas consolidadas nos grupos de trabalho, bem como as moções.

Parágrafo único. Apenas terão direito a voto os (as) Delegados (as) devidamente credenciados (as) na VIII Conferência e que estejam de posse do crachá de identificação. Aos demais participantes será garantido o direito a voz.

Art. 21 As moções deverão ser apresentadas à Coordenação de Relatoria, em formulário próprio, retirado no Balcão de Credenciamento, até às 19h do dia 9 de dezembro, com a assinatura de, no mínimo, 10% (dez por cento) dos (as) Delegados (as), de que tratam os artigos 5º e 6º deste Regimento, de forma a permitir o processo de apreciação e votação pela Plenária Final.

§ 1º As moções serão apreciadas pela Plenária Final logo após a aprovação do Relatório das propostas oriundas dos Grupos.

§ 2º A comissão organizadora apresentará no dia 9 de dezembro, no período da manhã, o número de delegados credenciados para a VIII Conferência no Balcão de Credenciamento do Centro de Convenções.

Art. 22 A Plenária Final deliberará sobre:

- I - as propostas aprovadas por subtemas nos grupos, conforme artigo 16 deste Regimento;
- II - as moções.

Art. 23 O processo de apreciação e aprovação do Relatório Final dar-se-á da seguinte forma:

- I - leitura do Relatório consolidado das propostas dos grupos de trabalho;
- II - apresentação dos destaques solicitados;
- III - apresentação de 1 (uma) defesa a favor e 1 (uma) contrária, obedecendo ao tempo máximo de 3 (três) minutos, para cada;
- IV - esclarecidas as propostas, essas serão submetidas à votação pela Plenária Final;
- V - serão aprovadas as propostas que obtiverem a maioria simples dos votos dos (as) Delegados (as) presentes, identificados por contraste e recorrendo-se à contagem em caso de dúvida.
- VI - as propostas não destacadas serão votadas em bloco.

Art. 24 A Plenária Final contará com uma Mesa de Apoio que auxiliará a coordenação dos trabalhos.

Art. 25 Instalado o processo de votação, é vedado o levantamento de questões de qualquer natureza.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26 Será apresentado pela Comissão Organizadora da VIII Conferência, até às 09h do dia 10 de dezembro, o número de Delegados (as) aptos (as) a votar e o número de Convidados (as) e Observadores (as) presentes.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 27 As deliberações aprovadas na VIII Conferência serão publicadas no Diário Oficial da União pelo CNAS, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do seu encerramento e disponibilizadas na página eletrônica do Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 28 Assegura-se à Plenária o questionamento, pela ordem, à Coordenação da Mesa, para restabelecer os trabalhos ou no caso em que este Regimento não esteja sendo cumprido.

Art. 29 Os casos omissos serão apreciados pela Comissão Organizadora da VIII Conferência e submetidos à aprovação da Plenária.

Sr. José Geraldo França: Obrigado, senhora Conselheira Leila, nós temos alguns destaques. Está aqui conosco também na mesa o companheiro, Ronaldo Sena, que vai nos ajudar a encaminhar os destaques que estão vindo da mesa de apoio. Parece que são três destaques, correto, mesa, cinco destaques. Pela ordem, Ronaldo, por gentileza para que a gente possa proceder à apresentação de cada um deles.

Sr. Ronaldo Sena: Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Carlos Ferrari, Presidente do Conselho Nacional e na pessoa dele cumprimentar todos os Conselheiros Nacionais do Conselho de Assistência Social. Na pessoa do nosso vice-presidente do Conselho Nacional, Renato de Paula, cumprimentar todos os trabalhadores do governo federal presentes a esta Conferência. Cumprimentar também a todos os participantes presentes a este auditório.

Conforme foi dito anteriormente e aprovado por este plenário, os artigos que foram lidos e não destacados já estão aprovados, ou seja, nós não voltamos mais à discussão de artigos que já foram votados, este plenário deliberou esse encaminhamento. Vou pedir à coordenação da mesa de apoio só para informar quais os artigos que foram destacados.

O parágrafo único do artigo 15, nós tivemos destaque, eu só vou falar os que tiveram destaque só para vocês acompanharem. O artigo 15, no parágrafo único; depois tivemos também Inciso 1º do artigo 16; depois foram destacados o artigo 21; no artigo 23, no item 3 e no item 6. São esses os destaques apresentados à mesa de apoio, correto?

Parágrafo único do artigo 15 que é o seguinte: As propostas sistematizadas advindas dos estados e do Distrito Federal assim como as novas propostas serão remetidas à relatoria por cada grupo de trabalho devendo ser aprovadas por 50%+1 dos delegados que deles participam e que estiverem presentes no momento da votação.

A Nazaré solicitou o destaque, por favor, peço à Nazaré que se aproxime, peço às pessoas que fizeram destaque para ficarem próximas à mesa de apoio. Você não fez destaque, mesa, teve destaque no parágrafo único? A Nazaré está dizendo que ela não fez destaque no artigo 15. (intervenção fora do microfone) correto.

Artigo 16, por favor. O artigo 16 ela destacou o inciso 1. É a seguinte redação que veio da comissão organizadora: Inciso I. As propostas sistematizadas advindas dos estados e do Distrito Federal que obtiverem aprovação de, no mínimo 50%+1, ou seja, no mínimo 13 grupos de trabalho, esse foi o inciso destacado pela Nazaré. Três minutos.

Sr.a. Nazaré: O meu destaque, eu não sou boa de conta, mas estou querendo fazer uma sugestão de alteração de texto que no mínimo essas propostas sejam aprovadas em oito grupos e não 13, diminuir essa relação que eu acho que deve dar mais ou menos 1/3, ficou claro? Alteração de texto.



Sr. Ronaldo Sena: Ok. Na verdade nós temos duas propostas, uma que veio da comissão organizadora que é essa que está na proposta de Regimento Interno que é 50% mais 1, 13 grupo, justamente 50%+1 do total de grupos que vão acontecer nessa conferência por isso que a comissão organizadora fez a proposta de 13 grupos e a Nazaré está apresentando a proposta que não seja 50%+1 as propostas que vão ser discutidas nos grupos, mas que passem em 8 grupos só, não é isso Nazaré, 8 grupos e não 13 grupos, conforme a proposta que veio da comissão organizadora. Quero saber o seguinte, o plenário está esclarecido a votar? Precisa de defesa, alguma coisa nesse sentido, precisa? (intervenção fora do microfone), eles estão pedindo Nazaré para você justificar sua proposta de 8 e não 13 (intervenção fora do microfone) ok, gente nós vamos fazer, eu estou perguntando justamente se ela quer fazer a justificativa da proposta dela que a gente chama a pessoa também para fazer a defesa da manutenção do texto.

Sr.a. Nazaré: Na verdade eu acho que são muitos grupos para a gente conseguir trazer algumas propostas, seria no sentido de conseguir aprovar mais propostas com menos grupos, eu acho que dificulta muito a mesma proposta ter que ser aprovada por 13 grupos e facilitaria para o articulador articular 8 grupos e não 13.

Sr. Ronaldo Sena: Ok. Alguém quer fazer a defesa de manutenção do texto? Simone Albuquerque.

Sr.a. Simone Albuquerque: O espírito aqui é que as propostas que vieram das conferências estaduais são propostas que passaram pelas conferências e foram sistematizadas. Como nós estamos numa Conferência Nacional, para elas serem modificadas ou mudadas a ponto de ser levada para nova deliberação, elas passem por 50%+1 dos grupos, eu defendo a manutenção por causa da coerência do processo das conferências.

Sr. Ronaldo Sena: Plenário está esclarecido para entrar em regime de votação? Quem está, por favor, levante o crachá de votação. Em regime de votação, proposta número 1, que é a proposta que veio da comissão organizadora, é essa que vocês leram e que a mesa leu que foi apresentada pela comissão organizadora as proposta devem ser aprovadas em 13 grupos estou resumindo para a gente ganhar tempo. Proposta número 2, melhorou o som? A proposta de número 1, que veio da Comissão Organizadora, que coloca que as propostas discutidas no grupo, para vim a plenária final devem ser apreciadas em 13 grupos, que significa 50%+1. A proposta de número 2, que é a proposta feita pela participante Nazaré, reduz de 13 grupos para 8 grupos, conforme justificativa apresentada pela companheira, ok? Quem vota na proposta de número 1, faça o favor de levantar o crachá de votação. Pode abaixar. Quem vota na proposta de número 2 de alteração, faça o favor de levantar o crachá de votação, pode abaixar. Abstenção. Aprovada a manutenção de 13 grupos, ok?

Vamos para o próximo destaque. O próximo destaque é o artigo 21, conforme a mesa nos passou, é o Natanael. Nós estamos com dificuldade de ler a escrita na mesa de apoio. Eu vou ler Natanael só para o pessoal poder acompanhar a discussão. Artigo 21. As moções deverão ser apresentadas à coordenação de relatoria em formulário próprio retirado no balcão de credenciamento até às 19h do dia 9 de dezembro com assinatura de, no mínimo, 10% de delegados de que trata o artigo 5º e 6º deste Regimento, de forma a permitir o processo de apreciação e votação pela plenária final. Essa é a redação que veio pela comissão organizadora. Por favor, Natanael.

Sr. Natanael: A minha sugestão é alterar de 10% para 5%, eu acho que 10% é um número muito alto aqui na plenária.

Sr. Ronaldo Sena: Eu pergunto, alguém quer fazer a defesa da manutenção do texto de 10%. Não tem ninguém que queira fazer? Por favor, fale o nome no microfone.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sr. Miguel (RJ): Sou do município de Seropédica, estado do Rio de Janeiro. Eu acho que a proposta de 10% da comissão organizadora é consenso, eu acho que menos de 10% torna-se inviável, pelo contrário, eu acho que a gente ainda poderia acrescentar na redação que não serão aceitas as moções que tiverem assinatura de convidados.

Sr. Ronaldo Sena: Isso já está colocado aqui no Regimento, quem assina moção são somente delegados, pela proposta que veio não houve nenhum destaque nesse sentido, o destaque que estamos discutindo aqui é se nós vamos colocar 10% ou 5% conforme a proposta do companheiro de São Paulo, Natanael. Plenário, está esclarecido para votar? Ok. Proposta número 1 é a proposta que veio da comissão organizadora da VIII Conferência, que exige 10% de assinatura de delegados para que a moção possa ser apreciada pela plenária final. A proposta de número 2 é a proposta do Natanael, que no lugar de 10% seja 5% dos delegados, para que a moção venha a ser apreciada pela plenária final. Em regime de votação, quem concorda com a proposta de número 1, favor levantar o crachá de votação, pode abaixar. Quem concorda com a proposta de alteração do texto, favor levantar o cartão, pode abaixar. Abstenção. Aprovada a manutenção do texto.

Artigo 23, inciso III, Daniela, Distrito Federal. Daniela fez destaque da seguinte questão. Artigo 23. O processo de apreciação e aprovação do relatório final dar-se-á da seguinte forma. O inciso III é o que ela destacou: Apresentação de uma defesa a favor e uma contrária, quando for o caso, obedecendo o tempo máximo de 3 minutos para cada.

Sr.a. Daniela (DF): A minha proposta é que ao invés de constar “quando for o caso” especifique “quando for solicitado por qualquer delegado”, que a ideia da defesa é exatamente para esclarecer o plenário sobre o conteúdo daquela proposta, esse “quando for o caso” é muito vago e o que fica a critério da mesa então me parece que a gente pode incorporar aqui “quando solicitado por qualquer delegado” então nós garantimos a defesa para que possa vir argumentação do plenário para conhecimento de todos. Essa é a proposta.

Sr. Ronaldo Sena: Alguém quer fazer defesa da manutenção do texto vindo pela comissão organizadora? Alguém? Não? Então estamos entendendo aqui que a única proposta em votação é da alteração? Plenário está esclarecido para votar? Então a seguinte redação está em regime de votação: Apresentação de uma defesa a favor e uma contrária, solicitado por qualquer delegado, obedecendo o tempo máximo de 3 minutos para cada. É isso? Em regime de votação, quem concorda com a alteração, favor levantar o cartão de votação, pode abaixar. Quem discorda? Ok. Abstenção? Ok. Aprovada a alteração no Regimento Interno. O outro destaque continua no artigo 23, no inciso VI, se não me engano, Marcos do Rio de Janeiro.

Sr. Marcos: Boa tarde a todos e todas, na verdade apenas um detalhe com relação ao aposto quando o texto diz que “As propostas não destacadas serão votadas em bloco” e ao que me parece, se permanece da forma que está nós teremos que voltar para todas aquelas propostas que não sofreram destaques para colocar em votação em bloco, quando na verdade deveria ser à medida que não sofrerem destaques estariam automaticamente aprovadas. Primeiro faço essa reflexão, em havendo consenso, eu proponho o texto “As propostas não destacadas serão automaticamente aprovadas”. Obrigado.

Sr. Ronaldo Sena: Ok, Marcos, obrigado. Alguém quer fazer defesa da manutenção do texto? Não? Plenário está esclarecido para votar a proposta apresentada pelo companheiro Marcos? Em regime de votação, quem concorda com a alteração proposta, favor levantar o crachá de votação, ok, quem discorda, ok. Abstenção, ok. Aprovada a alteração no texto. Eu peço aos participantes que façam essa alteraçõzinha no texto de vocês, como o Regimento Interno já foi impresso e distribuído, como foram



poucas as modificações, eu acho que é perfeitamente possível que as pessoas anotem na cópia do seu Regimento, para que a gente possa tê-lo como instrumento que vai conduzir os trabalhos da VIII Conferência.

Diante disso, senhor presidente, declaro aprovado o Regimento Interno por essa plenária, peço uma salva de palmas.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente CNAS): Agradeço ao companheiro, Ronaldo Sena, uma figura histórica nas nossas conferências sempre contribuindo muito com os nossos processos participativos. Agora são 15 horas, nós já vamos devolver para o cerimonial para que a gente possa compor a próxima mesa, os convidados ainda estão chegando para a próxima mesa. Eu convido a todos para que participem, da mesa que vai tratar do balanço crítico, não só das deliberações dos estados e dos municípios mas também da gestão e do controle social no âmbito do CNAS, então convido a todos que permaneçam neste Auditório, que em breve vamos começar a próxima mesa. Obrigado.

Mestre de Cerimônias: Em alguns instantes daremos continuidade às atividades desta tarde. Lembramos que hoje às 19horas será realizada a solenidade de abertura da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, retornaremos dentro de alguns instantes, em poucos minutos obrigada.

4. BALANÇO CRÍTICO DO PROCESSO DAS CONFERÊNCIAS 2011, DA GESTÃO E DO CONTROLE SOCIAL

Expositores:

- **Maria Carmelita Yazbek** – Pontifícia Universidade Católica/SP
- **Edval Bernardino Campos** – Universidade Federal do Pará
- **Denise Colin** – Secretária Nacional de Assistência Social
- **Carlos Eduardo Ferrari** – Presidente do CNAS

Coordenação: Conselheiros Nacionais Renato Francisco dos Santos Paula e José Araújo da Silva

Presidente Ferrari: Boa tarde, vamos retomar os trabalhos e antes recompor a mesa queria convidar a todos e todas para que a gente pudesse fazer uma breve apresentação dos estados aqui presentes, de todas as delegações presentes. É um momento para que possamos nos conhecer, para começar a nos integrar nesse momento de início de conferência. Está aqui com a gente, nosso companheiro da comissão organizadora, coordenador de Gestão Trabalho do Departamento de Gestão do SUAS, grande militante da assistência social, Conselheiro José Crus, que vai me ajudar agora, aqui nesse processo de chamamento das delegações. José, conto com você para essa missão linda na conferência, para que a gente possa conhecer as delegações estaduais.

Sr. José Crus: Boa tarde a todos e a todas, Delegados, Delegadas, Observadores, Convidados, amigos, sejam bem vindos a nossa VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Vamos iniciar e vocês me ajudem, para eu não esquecer nenhuma unidade da federação. Delegação do estado do Amazonas, estado do Acre, Amapá, Bahia, Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso,



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima, Pernambuco, Pará, Paraná, Sergipe, Piauí, Minas Gerais, Paraíba, Santa Catarina, Tocantins, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Maranhão.

Presidente Ferrari: Muito bom o improviso. Sejam todos muito bem vindos. Nós vamos ter aqui uma tradução do Brasil por meio dos nossos stands, onde nós temos 26 estados representados aqui, importante que a gente possa conhecer um pouco do que tem sido feito no âmbito do SUAS em cada um desses estados, o que tem sido desenvolvido a partir da assistência social na promoção da inter-setorialidade com outras políticas, os stands estão trazendo essa multiplicidade. Sexta-feira na parte da manhã, antes de abrir os trabalhos, nós vamos ter aqui um presente do Amazonas para o Brasil, através de uma apresentação cultural, vai ser um momento muito bacana daqui até sábado do Brasil poder se encontrar com o Brasil através dos nossos stands das nossas culturas, nossas falas e das nossas experiências políticas, convido a todos que estejam com a gente.

Nesse próximo painel, como eu disse a vocês, nós vamos ter oportunidade de fazer uma síntese de tudo o que foi discutido ao longo do nosso processo de conferências, lembrando que precedeu esse processo de conferências um processo bastante, eu diria empolgante, também trabalhoso, mas um processo bastante intenso de mobilização, esse processo que teve início com a conferência de 2009- Participação do Controle Social no SUAS- e que agora foi bastante consolidado, com envolvimento de todos os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social.

Quero cumprimentar não só as gestões estaduais e municipais, como o movimento trabalhadores através do Fórum dos Trabalhadores do SUAS e das suas entidades que compõem a coordenação colegiada que nos ajudaram a fazer esse trabalho de mobilização pré-conferências municipais, estaduais por todo Brasil. Vocês vão ver que essa caminhada envolveu praticamente todo país e trouxe bastante resultado nos quatro subtemas, que foram trabalhados, queria chamar também para fazer uma saudação a vocês, antes de iniciarmos os trabalhos, não sei se já está aqui presente, o nosso vice-presidente Renato de Paula.

Sr. Renato Francisco de Paula (CNAS):Boa tarde. Depois do almoço a gente fica assim meio cansadinho mesmo, mas como nós começamos bem os trabalhos, aprovando o nosso Regimento Interno, sem grandes alterações, isso pode ser um bom indicativo que essa VIII Conferência será um sucesso. Eu quero bem rapidamente saudar a todos, cumprimentar o nosso presidente Carlos Ferrari, cumprimentar o nosso companheiro Conselheiro José Crus e cumprimentar a todas as delegações, a gente sabe as dificuldades para chegar até aqui, com essas coisas de voo, distâncias e tudo mais, acredito que todos nós aqui estamos por uma boa causa, que é transformar de fato a assistência social na política pública que a gente quer que ela seja, bem rapidamente só saudar a todos e desejar uma boa conferência para todos nós, obrigado.

Mestre de Cerimônias: Senhoras e senhores, o estado São Paulo avisa que no seu stand estão sendo distribuídos alguns bottons, os interessados podem se dirigir até o stand de São Paulo. Continuando com as nossas atividades faremos agora o balanço crítico do processo das Conferências 2011, da Gestão e do Controle Social, convidamos o Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula e o senhor José Araújo da Silva para coordenação da mesa. Para integrar a mesa de trabalho, convidamos também senhor Carlos Eduardo Ferrari, presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, senhora Denise Colin, Secretária Nacional de Assistência Social, senhora Maria Carmelita Yazbek da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e ainda o senhor Edval Bernardino Campo, da Universidade Federal do Pará. Com a mesa composta passamos para a coordenação da mesa.

Conselheiro Araújo: Boa tarde, Brasil! Muito bem, é um prazer e uma honra estar com todos vocês aqui, vamos dar início aos nossos trabalhos, essa é uma mesa importante porque vai situar toda nossa



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Conferência e para dar segmento a esse trabalho passo a palavra ao nosso vice-presidente, coordenador da mesa também, Renato de Paula.

Renato Francisco de Paula (Vice-Presidente do CNAS): Obrigado, Conselheiro Araújo, mais uma vez eu quero cumprimentar a mesa na pessoa do nosso presidente companheiro do Conselho Nacional, e quero, com o coração cheio de alegria, cumprimentar o professor Edval Bernardino, companheiro de já bastante tempo nessa luta conosco pelo reconhecimento da assistência social como política pública, como política de direito, estudioso de vários assuntos dentre eles o controle social. Tivemos o prazer de compartilhar as cadeiras do CNAS na gestão passada, seja bem vindo, professor.

Gostaria de cumprimentar ainda a professora Carmelita Yazbek, também muito conhecida de todos nós aqui, aguerrida militante, estudiosa da área de assistência, que tem ao longo desses anos nos brindado com uma produção de conhecimento bastante profícua sobre assistência social e as outras políticas públicas. Seja bem vinda.

Quero cumprimentar também a nossa Secretária Nacional de Assistência Social, Denise Colin, que tem enfrentado o desafio de conduzir a gestão federal de política de assistência social, que não é uma coisa simples. Mas a Secretária Denise tem enfrentado esse desafio com bastante competência, grande maestria e também nos honra com sua presença aqui. Em nome do nosso Conselho seja bem vinda, Secretária.

Bem rapidamente gostaria de situá-los acerca do significado desta mesa de agora. Não sei se os senhores se lembram, mas nas Conferências de Assistência Social do ano de 2009, o Conselho Nacional procurou inovar no processo de discussão das conferências, à medida que o Conselho Nacional orientou os municípios e estados para que fizessem um processo de mobilização, que seria um processo que deveria anteceder as realizações das conferências de assistência social.

Só para a gente ter uma ideia, quem aqui está participando de uma conferência de assistência social pela primeira vez, levante a mão, só para a gente conferir. Tem mais gente estreante ainda... muito bem, sejam bem vindos, isso é muito bom, porque isso significa que os quadros da assistência social vão se renovando e a gente vai incorporando mais pessoas à nossa luta, então para toda essa gama de pessoas que estão chegando, quero dizer que a conferência de 2009 teve como tema Participação e Controle Social.

O Conselho Nacional orientou que as conferências municipais e as conferências estaduais fossem antecedidas de um processo de mobilização e que essa mobilização deveria se registrada, como forma de nos mostrar um pouco esse processo de discussão política da conferência, para além daquele processo de deliberações que tradicionalmente a gente faz. Nós avaliamos que esse foi um processo bastante positivo. Como em 2009 nós tínhamos como tema central a questão da participação dos usuários, então, nós avaliamos como sendo bastante positivo esse processo. Nós tivemos portanto uma mesa muito parecida com essa na Conferência Nacional de 2009, onde nós também contamos, inclusive a professora Carmelita que esteve conosco, e nós pudemos ter um panorama geral do que foram essas mobilizações que antecederam essas conferências.

Agora, no processo das conferências deste ano, nós mantivemos a ideia de que tivéssemos um registro do processo de implantação dos SUAS nos estados e municípios, uma espécie de balanço o que nós estamos chamando de balanço crítico das conferências. Então, os estados sistematizaram as avaliações, a partir do que eles receberam das conferências municipais, e nos enviaram e a gente vai contar agora com a contribuição do professor Edval Bernardino e da professora Carmelita Yazbek. Com base na síntese dos quatro subtemas discutidos nas conferências estaduais e municipais, teremos um pouco desse balanço, desse panorama de implantação do SUAS nos estados e nos municípios.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Portanto, tem que ficar claro que não se trata do balanço das deliberações, mas da avaliação crítica que os estados e municípios fizeram sobre a implantação do SUAS, nos seus âmbitos.

Também compondo essa mesa, teremos a Secretária Nacional Denise Colin e nosso presidente do Conselho Nacional, que também vão nos brindar com o que nós podemos chamar, também, de balanço crítico, mas cada um do ponto de vista do lugar que ocupa. Nossa Secretária vai nos apresentar o balanço da gestão do SUAS, dos avanços que tivemos, dos desafios que teremos daqui para a frente, com relação à gestão do SUAS e o nosso Presidente fará uma fala na mesma perspectiva, com relação ao que nós avançamos no controle social e nos desafios que nós temos, então, é um pouco este o objetivo desta mesa. Sem mais delongas vou passar a palavra para o professor Edval Bernardino, que vai nos apresentar o balanço crítico das conferências de 2011.

Professor Edval Bernardino Campos (Universidade Federal do Pará): Boa tarde, quero inicialmente cumprimentar os integrantes da mesa na pessoa do Presidente do CNAS. Em nome dele quero cumprimentar todos os representantes da sociedade civil. Na pessoa da nossa Secretária Denise e em seu nome gostaria de cumprimentar todos os gestores da assistência social. Cumprimento e manifesto minha grande satisfação de compartilhar essa mesa com a ilustre professora Carmelita Yazbek, que sem dúvida nenhuma é uma das pessoas que mais tem contribuído com a assistência social no Brasil. Em nome da Carmelita eu quero cumprimentar a todos os que compõem a comunidade acadêmica. Gostaria ainda de cumprimentar os Conselheiros Renato e o José Araújo, com quem eu tive o prazer, o privilégio de compartilhar algumas reuniões no CNAS.

Quero, sobretudo, me confraternizar com os participantes da VIII Conferência e parabenizar a todos que, ao longo desse processo, tanto nas esferas municipais como estaduais, se envolveram na construção de uma política pública, cujo papel estratégico para a cidadania é hoje, na sociedade brasileira, inquestionável.

Nosso desafio na assistência social não é essencialmente construir uma política social para atender aos pobres, já passamos dessa etapa. Nosso empreendimento é muito maior, pois a assistência como política pública faz parte de uma agenda de compromissos para construir uma sociedade mais justa, uma sociedade com mais oportunidades de vida cidadã. É com esse sentimento de quem constrói uma sociedade, é com esse sentimento de quem participa da construção de uma sociedade democrática, que eu também participo desta conferência.

O trabalho desta mesa e em particular o meu e o da professora Carmelita consiste em apresentar um balanço crítico, sintético, obviamente, dos desafios e realizações que o Estado brasileiro, por meio do poder executivo de seus entes federados, municípios, estados e Distrito Federal, elegeram e realizaram no intervalo entre a última conferência 2009 e a conferência atual. Esse é o momento que nós precisamos conferir maior atenção, porque consiste num dos momentos especiais do exercício do controle social, exatamente apreciar o que foram feitos das nossas deliberações, qual foi o destino que nós mesmos demos aos desafios que elegemos.

Eu me ocuparei neste debate do subtema 1, Estratégias para Estruturação do Trabalho do SUAS e do subtema 3, Fortalecimento da Participação e Controle Social. A professora Carmelita, obviamente, se ocupará dos subtemas 2 e 4. Portanto, vou falar no primeiro momento do subtema 1, desafios e realizações, ela depois falará do subtema 2 e ao cabo disso tudo, a mesa dará continuidade à programação com a presença dos demais integrantes da mesa.

No subtema 1: Estratégias para Estruturação do Trabalho no SUAS, os relatórios tanto dos municípios quanto dos estados traduzem, no meu entendimento, a convicção de que desafio dessa estruturação do trabalho



do SUAS está diretamente relacionado à estruturação do próprio SUAS, enquanto instrumento de efetivação de uma política pública sob responsabilidade primaz do Estado, gerido de forma democrática, participativa e profissionalizada.

Pelo que pude ler de todos os relatórios, em nenhum momento há a manifestação de estados ou municípios, com relevância, em que questionam esses fundamentos que vêm estruturando a assistência social desde a LOAS e de forma muito mais particular desde o SUAS. Há, portanto, uma convicção ética e política na nossa sociedade entre os militantes que atuam no campo da assistência social, de que esta é uma política fundamentalmente de responsabilidade do estado gerida de forma descentralizada, democrática e profissionalizada.

Não há nos relatórios, tanto entre os desafios quanto nos relatórios que tratam dos resultados, manifestações que reivindiquem que o planejamento e que a gestão da assistência social sejam deslocados da esfera do Estado para a esfera da sociedade civil, acho que isto é um ganho muito importante para esta conferência, porque nós vamos, a cada conferência, construindo e consolidando esta convicção, de que aqueles fundamentos que elegemos na LOAS são os fundamentos mais relevantes do ponto de vista ético-político para estruturação desta política pública.

Vou destacar alguns desafios de municípios e depois de estados sobre aquilo que se considera importante para estruturação do trabalho do SUAS e sobre aquilo que os estados e municípios apontam como realizações ao longo desse tempo para a estruturação do trabalho no SUAS. Esta síntese que nós vamos apresentar, tanto eu como a professora Carmelita, ela explicará melhor no seu devido momento, traz para vocês aquelas manifestações que estão presentes na maioria dos municípios e na maioria dos estados, portanto, do ponto de vista metodológico nós elegemos trazer para esta comunicação e para esta apreciação aquelas manifestações que são pontos convergentes entre vários estados e também entre vários municípios.

O desafio maior que está colocado nos relatórios, em todos eles, é a ampliação dos recursos humanos para o aprimoramento das ações do SUAS, por meio de concurso público. Esse é o desafio que está presente nos estados e nos municípios, o que dizem os relatórios, o que dizem os profissionais, o que dizem os usuários, o que dizem os gestores para estruturar o trabalho no SUAS? Precisamos ter equipes mais completas, não só em quantidade mas em habilidades, equipes contratadas mediante concurso público.

Definitivamente a reivindicação é para inscrever a assistência social, a condição maior de uma política pública, de uma política de Estado. Não há nenhuma reivindicação de contratos temporários, de contratos eventuais, então, este é o desafio primeiro para estruturação do trabalho.

Qual é o desafio, que segundo os relatórios, ocupa um lugar imediato, a capacitação dos profissionais que atuam na área da assistência social de forma regular, sistemática e continuada? O que dizem os relatórios? Assistência social não é campo de improvisação, assistência social não é o campo da boa vontade, assistência social como política pública é campo do trabalho profissional qualificado, fundado em condições técnicas e científicas.

O terceiro desafio, que é colocado nos relatórios, diz respeito ao plano de cargos, carreira e salário. Os profissionais na assistência social não estão reivindicando, para este campo privilégios, não querem outra coisa senão a estruturação de uma carreira profissional, como deve ser profissional em qualquer atividade republicana. Eles querem melhorar as condições de infraestrutura para que o trabalho possa atender de forma respeitosa os usuários da assistência social. Em quase todos os relatórios está pre-



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

sente a necessidade de ampliação da estrutura, mas também de melhoria da estrutura. Com um detalhe, essa é uma das poucas vezes que eu leio relatórios de municípios e estados em que estes entes federados colocam o desafio para as três esferas e não apenas para a esfera imediatamente superior, nós temos uma tradição de sempre deliberar para o poder que não é o nosso, sempre deliberar para o poder que está na escala da República, com outras prerrogativas, mas neste relatório nós observamos que os municípios demandam a melhoria dos espaços da infraestrutura para o trabalho como sendo responsabilidade dos três entes.

Outro desafio que está posto, com muita frequência, é a questão do cofinanciamento da assistência social, em particular, o cofinanciamento por meio dos estados regionais e o cofinanciamento por meio dos municípios. A gente observa nos relatórios que em muitos estados dessa federação existe ainda uma distância, um certo afastamento ou se não ausência do envolvimento mais sistemático dos estados regionais com a gestão da política de assistência e, sobretudo, com o seu cofinanciamento.

Os relatórios também apontam no sentido de reivindicar para melhorar a estrutura de trabalho do SUAS, a definição de um percentual do orçamento da esfera do governo que seja destinado à assistência social, essa não é uma demanda nova, está presente desde a primeira conferência, esse percentual aparece de forma variada desde 3% do orçamento do município até 10% do orçamento do município.

Há ainda no campo dos desafios uma demanda muito forte dos municípios para uma maior aproximação e um maior diálogo entre estados e municípios, o que se percebe nos relatórios é que, em um número ainda importante dos estados da nossa federação, há um afastamento nesse diálogo, tão necessário para que a assistência possa de fato se instituir como uma política, sobre a responsabilidade dos três entes federados.

Outra demanda que eu destaquei foi a necessidade de formação de consórcio intermunicipal para execução de serviços de média e alta complexidades. Do ponto de vista dos desafios, estas são as manifestações mais frequentes em todos os relatórios que nós tivemos a oportunidade de ler, após a síntese que foi apresentada pela comissão responsável no âmbito desta conferência.

Como se manifestam os resultados esperados, o que é que os municípios apontam que já realizaram ou que estão realizando para melhor estruturar o trabalho no SUAS, o que dizem os municípios? Primeiro, alguns municípios, não são poucos, apontam que já realizaram concursos públicos para composição de equipes técnicas. São fatos importantes, embora, todavia, saibamos que os trabalhadores do SUAS não são apenas os profissionais de nível superior, então, nós precisamos profissionalizar as equipes profissionais. É importante que este desafio seja compreendido, não apenas para contratação de profissionais de nível superior, mas para a contratação dos profissionais que atuam na assistência social.

Outra realização frequentemente apontada pelos municípios é a contratação de equipe mínima, exigida pela NOB-RH para os CRAS, e aí nós precisamos refletir o seguinte: quando a NOB-RH indica, aponta a composição de equipe mínima ou equipes mínimas para o trabalho nos CRAS(s), nos CREAS (s), etc, não está em hipótese nenhuma dizendo aos municípios que eles não possam ter as equipes adequadas. Equipe mínima é aquela condição abaixo da qual não se deve considerar como estruturado minimamente satisfatório. A equipe para o trabalho na assistência social, todavia, quando as demandas se colocam numa escala maior, precisam se organizar para que de fato se constituam em equipes adequadas em quantidade e em habilidades, obviamente habilidades relacionadas às demandas que se manifestam naquele espaço específico.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Há uma indicação, de muitos municípios, da realização pontual de capacitação profissional. Não há uma manifestação muito forte, é muito episódica de algum município, que realizou ao longo deste período capacitação de forma sistemática, regular e continuada.

Alguns municípios apontam também neste trabalho de estratégias para estruturação do trabalho do SUAS, que vem não só regulamentando o Fundo de Assistência Social, mas constituindo equipes e investindo em profissionais de responsabilidades para a gestão independente do Fundo Municipal de Assistência Social. Nós sabemos o que isso significa nesse campo, sobretudo numa sociedade tão heterogênea, onde na grande maioria dos municípios os próprios secretários, gestores não possuem a prerrogativa efetiva de autorizar a gestão de recurso, então, não só a regulamentação do SUAS, mas a constituição de equipes autônomas, representam medidas muito importantes que nós devemos destacar e recomendar.

A maioria dos municípios tem apontado que tem efetuado o cofinanciamento para a assistência social durante muito tempo. Um senão: a parte maior do recurso para assistência social ficou a cargo da União, nesse processo de partilha federativa e os profissionais e gestores tinham dificuldade de convencer, de conquistar os gestores municipais para assumir de forma corresponsável este desafio da gestão da política de assistência social, por isso observa-se a frequência deste registro nos relatórios.

Há um registro muito importante e aqui serve muito para o processo de gestão que trata da construção de instrumentos para avaliação dos trabalhos realizados pelo SUAS. Alguns municípios, aqui não é um número muito expressivo, apontam que já resolveram o problema de definição de percentual do orçamento municipal para assistência social, alguns inclusive já querendo mudar numa escala ascendente para chegarem até 10%.

Alguns municípios também apontam que planos e cargos, carreiras e salários estão em discussão nas respectivas câmaras de vereadores, mas eu não posso aqui trazer nenhum registro do município que tenha apontado já efetivamente a existência de plano cargo, carreira e salário.

Uma matéria que aparece com grande frequência neste tópico de estratégias para estruturação de trabalho do SUAS é a nomeação de gestor exclusivamente para assistência social e a nomeação de gestor para assistência social de profissionais de terceiro grau. Em linhas gerais são esses os pontos apontados para o município.

Vou brevemente destacar aquilo que está apresentado para os estados porque de certa forma expressa o que os municípios apontam, e a minha tentativa, nessa síntese, é separar aquilo que é mais específico do estado para não se tornar muito cansativo e repetitivo. Oxalá seja possível.

Primeira questão que se apresenta também para os estados como desafio: concurso público para profissionais da assistência social, com ampliação de equipes por meio de concurso público.

Segunda demanda para os estados, e aqui ocorre numa escala diferente: planos de capacitação para o estado, de forma a contemplar as especificidades regionais. Essa é uma situação diferenciada, ou seja, os profissionais querem que as suas regiões, com suas particularidades nesse país tão heterogêneo, sejam consideradas, porque isso tem importância para o sucesso do trabalho que se realiza, o que revela uma sintonia muito precisa entre as manifestações desses relatórios e aquelas demandas que já são de reconhecimento público fundamentais para que a assistência social possa seguir nesse curso afirmativo de uma política pública.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Terceira demanda: o desafio do, Plano de Carreira, Cargos e Salários e definição de um piso salarial nacional para os profissionais do campo da assistência social. Implementação da NOB e cofinanciamento aos municípios, essas são as demandas ou os desafios que os estados reconhecem como mais frequentes. O que consta dos relatórios dos estados como resultados já alcançados e alguns estados em realizados.

Concurso público para compor equipe técnica - muitos estados reafirmam que estão realizando concurso para compor equipes técnicas. Segundo, e de grande relevância, criação de secretaria específica para assistência social. Não esqueçamos de que a criação da secretaria significa uma manifestação de política pública, do reconhecimento desta área como uma política de primeiro escalão do estado.

Enquanto a política estiver como puxadinho de assistência social, estiver como puxadinho de uma outra política tradicional ela não se efetivará como uma política pública. Os estados têm apontado, nesse sentido, muitos estados apontam que estão adotando medidas de cofinanciamento, sobretudo para as ações em CRAS e CREAS e alguns estados apontam a elaboração de um plano permanente, sistemático para os trabalhadores do SUAS e para implementação da política nacional de assistência social. Nenhum estado apontou concretamente existência já de um plano de cargo, carreira e salário, mas muitos apontam que estão empreendendo iniciativas, o relatório não diz em que nível, para a implantação da gestão do trabalho nos termos em que está previsto na NOB-RH.

Quero dizer aqui do meu lugar como uma pessoa que tem acompanhado todas as conferências, que essa VIII Conferência parece assinalar o novo momento da assistência social e que de áreas outrora de conflitos e de atritos entre aquilo que deveria ser a política de assistência social numa perspectiva atrasada, conservadora, perde lugar, perde fluência, não ter participação nos debates e por isso mesmo parece que nós poderemos doravante apertar nosso acelerador da assistência social como política pública. Muito obrigado.

Vice-Presidente Renato: Obrigado professor Edval Bernardino, vou passar imediatamente a palavra à professora Carmelita Yazbek para as considerações.

Professora Carmelita Yazbek: Eu queria inicialmente cumprimentar a todos e a todas que estão aqui presentes e cumprimentar os integrantes desta mesa na pessoa de seu presidente, o presidente do CNAS, Dr. Carlos Ferrari, a senhora secretária Denise Colin, os nossos Conselheiros Renato, José de Araújo, especialmente o meu companheiro Edval Bernardino, que enfrentou um enorme desafio de sintetizar uma quantidade muito grande de informações, de dados, de posicionamentos, que foi a tarefa que nos coube. Eu vou falar do subtema 2 que é um subtema que diz respeito ao reordenamento e à qualificação dos serviços.

De modo geral eu diria que os resultados ou aquilo que se encontra nestes relatórios, tanto do ponto de vista dos desafios como do ponto de vista daquilo que foi alcançado, acabam expressando ou expressam um quadro, um retrato de uma realidade em movimento, de uma realidade em transformação e em construção, embora nós todos saibamos das dificuldades do contexto, das dificuldades desse processo de mudanças, da convivência de velhos paradigmas com as novas exigências da política nacional e do sistema único de assistência social.

Nesse subtema os dados foram agrupados em dois subgrupos, vamos dizer assim: de um lado há um conjunto, primeiro do ponto de vista dos desafios, daquilo que se espera, há um conjunto muito grande de demandas e de desafios colocados do ponto de vista da qualificação do sistema,



aparece muito forte as demandas para qualificar o sistema, os serviços especialmente que é foco dos subtemas, entendendo esses serviços como mediações no acesso a direitos sociais.

De outro lado também há muitas observações sobre o trabalho em rede, a rede entra aqui no sentido de colocar esse trabalho na perspectiva da construção dos direitos com a primazia do comando único do estado. Do ponto de vista dos resultados esperados, (às vezes aparecem nos relatórios como desafios a serem enfrentados), uma grande parte dos relatórios colocam a perspectiva de ampliação dos programas, projetos e especialmente serviços tanto na proteção básica como especial, como um dos maiores desafios a serem alcançados.

Também na perspectiva de ampliação desses serviços, do ponto de vista das particularidades onde ele se insere, seja no meio rural, seja no meio urbano, aparecem serviços volantes, serviços itinerantes aparecem muito fortes, nas expectativas e desafios e, também como uma demanda no sentido de ampliação da infraestrutura propriamente dita, os equipamentos e a infraestrutura entendidas do ponto de vista físico, do ponto de vista funcional para viabilizar a oferta de serviços no campo da proteção social.

Outro conjunto de resultados diz respeito à rede, à qualificação dos serviços não apenas ofertados pelo estado, mas pela rede socioassistencial, isso aparece muito, o número de usuários, particularmente os que são detalhados, destacados: as famílias, os jovens, os idosos, um aumento da demanda, especificamente para uma população usuária, ampliando não só os serviços como as equipes de referência para prestar esses serviços.

É muito interessante observar que embora o eixo subtema esteja especificamente voltado ao serviço e à rede, os relatórios fazem contínuas referências aos demais meios, por exemplo, a qualificação dos quadros prestadores de serviço, surgem muito forte, aqui numa perspectiva de que se não houver o profissional qualificado o serviço não será qualificado. Aparecem várias outras dimensões, de outros aspectos de gestão, relacionando sempre com a boa qualidade do serviço, eu entendo que essa separação é apenas didática, vamos dizer assim, porque na verdade esses serviços todos estão absolutamente relacionados.

A ampliação dos serviços, fortalecendo e revitalizando programas específicos de atendimento à juventude, de fortalecimento de vínculos familiares, vínculos comunitários, isso tudo é registrado e bastante detalhado na perspectiva da defesa pela qualificação e ampliação dos serviços, direcionados a determinadas parcelas da população.

Ampliação de serviços relacionados sempre aos seus prestadores, relacionados àqueles que vão receber os serviços esse é um traço bastante interessante dos desafios e das expectativas que se encontram nos relatórios, no sentido de vincular o serviço ao seu prestador e àquele que o vai receber aparece bem forte, como também demandas ligadas à criação de CRAS e de CREAS para populações indígenas, para populações rurais.

Os relatórios registram uma demanda forte no sentido da divulgação e da comunicação, do tipo de serviços, da publicização dos serviços que são oferecidos, e a implantação desses serviços em espaços do ponto de vista físico, do ponto de vista da construção de acordo com orientações técnicas, de acordo com acessibilidade, dotados de equipamentos adequados para que os serviços, os programas e projetos possam funcionar com qualidade.

Aparece, obviamente depois de um bom tempo, a tipificação, como expectativa importante, como desafio importante no sentido de que, pela mediação da tipificação, os serviços serão adequados, serão articulados, integrados ao projeto SUAS aos serviços oferecidos pelos CRAS e CREAS.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ainda do ponto de vista dos resultados esperados, aparece uma demanda avaliativa, quer dizer, como, aliás, essa é uma questão que vai se colocar de várias formas como avaliar a qualidade dos serviços, como definir o custo de um serviço, quais são os padrões de qualidade que devem estar incorporados na oferta de um serviço, então, a preocupação em avaliar a política, verificando se esses serviços são ou não adequados aos programas que são executados, ao perfil da população ao qual eles se destinam, isso surge também como um desafio, uma necessidade a ser enfrentada.

A melhoria na distribuição da oferta, a melhoria na divulgação dos serviços, a desburocratização dos serviços e a divulgação aparecem muito. Os usuários não acessam, não utilizam determinados serviços simplesmente porque não os conhecem.

Do ponto de vista da rede, aparece ainda nos municípios, um traço constante a demanda da qualificação e do fortalecimento da rede, das entidades, entendida a rede aí não apenas constituída por entidades da sociedade, como também por entidades estatais, unidades estatais. O próprio conceito de rede dá conta desta totalidade, desta unidade que deve ser pensada, esse fortalecimento a partir de definição de alguns indicadores, de alguns parâmetros, de alguns padrões, sempre partindo de um diagnóstico da realidade, onde esses serviços são ofertados

Interessantíssimo (foi a primeira vez que li isso): será que cabe em serviços, ou não, fortalecer o protagonismo do usuário. Isto aparece neste subtema 2, aparece no subtema 4, e eu entendo que é uma referência a centralidade do usuário na definição dos próprios serviços, na prestação dos serviços, a razão de ser do serviço é o usuário, portanto, aparece sempre no sentido de que ele é um protagonista, de que ele tem que participar de um lado e de outro lado.

Aparece forte também a valorização dos trabalhadores, no item serviços, expressões como: “é preciso trabalhadores qualificados para serviços qualificados, é preciso trabalhadores respeitados para que os serviços alcancem os seus objetivos”. Se entrecruzam aqui elementos do subtema 1, que eu vou encontrar depois no subtema 4, eu acho que atravessa todo o conjunto de subtemas, ainda como resultados, em termos de município.

Surge em muitos estados o desafio da intersetorialidade, a busca da intersetorialidade, a articulação entre as políticas, mas também entre entidades, entre órgãos, inclusive. Aparece em mais de um município a proposição de que essa articulação seja assegurada por legislação específica, como uma sugestão.

Ainda sob o ponto de vista de outros resultados, ampliar a participação da população hoje é muito interessante porque nós estamos falando de serviços aí vem forte a presença do usuário, a presença da participação popular mobilizando e capacitando esses usuários para intervir nas decisões, para intervir na dinâmica cotidiana dos próprios serviços para avaliar, fiscalizar a assistência social, isso aparece também em muitos relatórios de municípios e estados.

Realizar um trabalho conjunto com as demais políticas, qualificar os trabalhadores, vejam que interessante, qualificar os trabalhadores para qualificar os serviços, eu elegi apenas os desafios e as expectativas que está presente em dois ou três relatórios, a lista é enorme, surge muitas vezes a demanda da qualificação dos trabalhadores, a demanda por concurso público para os trabalhadores, a criação de plano de cargos e salários, um item, que em tese, está voltado para a problematização dos serviços, uma orgânica vinculação entre as partes.

Do ponto de vista dos estados, os resultados se repetem em certo sentido e dizem respeito, claro, ao cofinanciamento. O estado é cobrado do ponto de vista do cofinanciamento, como a gente vai ver, e da



aplicação de recursos no aprimoramento técnico dos trabalhadores, para que estes ofereçam à comunidade um trabalho com qualidade, quer dizer, mais uma vez se entrecruzam os subtemas. Ao estado também cabe aí, como expectativa, oferecer suporte técnico para esse processo de reordenamento e qualificação.

Ainda nos estados, surge a regionalização como uma demanda, como um desafio, e o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais aparece forte, com também construção dos CRAS, dos CREAS. Aparecem percentuais fixos que oscilam também entre 5 a 10%, a capacitação permanente sistemática dos municípios para executar seus programas, projetos e serviços e a maior participação do estado na garantia dos serviços socioassistenciais dos municípios. Aqui também observei, como o Edval Bernardino, esta perspectiva integrada e articulada dos entes federativos na perspectiva de qualificar o serviço.

Finalmente, em relação aos estados, constata-se uma última demanda, um último desafio que é o direito do usuário, é a defesa do direito. Vejam que há certa mistura, mas que tem pertinência do modo como é colocado, o direito do usuário da rede em ter garantido o atendimento integral, serviço de qualidade, com qualidade profissional.

A ideia do serviço contínuo e sistemático, tanto no meio urbano como no meio rural, do ponto de vista do resultado dos serviços alcançados, (já vou entrando na parte dos resultados), também foram muito observados. Aparecem nos relatórios, principalmente, aqueles relativos à ampliação e qualificação dos serviços. Isso aparece como realidade já em construção, já em andamento, então, nos municípios é forte a perspectiva da ampliação dos serviços, dos programas, melhorando a oferta desses serviços, ampliando os processos de capacitação dos trabalhadores para que os serviços sejam implementados com qualidade, a realização dos diagnósticos da situação de vulnerabilidade, a criação de serviços adequados e compatíveis às necessidades mostradas por estes diagnósticos, o reconhecimento do usuário, interessante como aparece o usuário como sujeito central e beneficiário das ações, isso já como resultados alcançados.

Os relatórios mostram que já há um processo de colocar esse reconhecimento no centro da própria política. A organização e padronização dos serviços, de acordo com a tipificação, também já é uma realidade em andamento, em construção em alguns estados do Brasil, municípios depois estados. A ampliação da intersetorialidade que é outro desafio que a gente vem buscando há muito tempo, mas já vem se efetivando, o atendimento direcionado à população rural, também é uma realidade em muitos estados desse país.

A oferta de cursos aparece forte, por meio dos cursos profissionalizantes para inserir a população no mercado, fortalecimento e monitoramento da avaliação das ações. Outro resultado alcançado diz respeito à estruturação, descentralização e implantação dos serviços em locais próprios.

A realização de concursos públicos surge aqui como resultado alcançado na qualificação dos serviços, reordenamento das funções dos serviços e dos benefícios socioassistenciais, a implantação e ampliação de serviços de média e alta complexidade e a criação de novas secretarias de assistência social. Isso aparece também como resultado alcançado, como ampliação da tipificação junto aos serviços públicos e junto aos serviços não governamentais.

Uma ideia muito interessante trazida na síntese é da ampliação do Programa Bolsa Família, dos programas transferência de rendas, como uma responsabilização maior dos serviços, no acompanhamento da população que usa o Programa Bolsa Família.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atendimento com qualidade, isso tudo já é alcançado para todos os usuários da rede e melhor infraestrutura e equipe técnica qualificada, também isso é resultado alcançado, cofinanciamento para construir CRAS e CREAS, cofinanciamento dos serviços de convivência, fortalecimento de vínculos, serviço proteção especial de média e alta complexidade, muitos relatórios mostram esses cofinanciamento em andamento, depois continua a perspectiva, ela aparece muito forte nos serviços, o cofinanciamento estadual para construir CREAS, aqui já são os estado.

Destaca-se como desafio, portanto, o estado cofinanciando construção de CRAS e CREAS, implantando equipamentos e serviços regionalizados, intensificando a capacitação dos trabalhadores para implementar esses serviços, implementando serviços volantes, implantando sistemas de informação e de acompanhamento e monitoramento de serviço envolvendo usuários com predomínio daqueles que estão em programas de garantia de sigilo.

Só um rápido fechamento: observamos que permanecem históricas dificuldades criadas pelo modo subalterno de tratar a política de assistência social no conjunto das outras políticas, mas ao mesmo tempo observamos que há avanço e há um protagonismo crescente nos serviços ofertados pela política e também por seus usuários, então, uma reflexão que a gente pode fazer é que apesar das dificuldades históricas que a assistência social enfrenta, pelo modo subalterno pelo qual são tratados os seus usuários, os serviços estão avançando, eles estão deixando aquela histórica característica de serviço pobre para pobres, eles estão reconhecendo direitos e qualificando-se a partir desse processo.

A perspectiva da qualificação se destacou entre os resultados mais esperados e entre os resultados mais alcançados do desenvolvimento e como parte da construção do sistema protetivo brasileiro, ligado ao respeito, ao reconhecimento e garantia dos direitos.

Expressando (esse é um fenômeno muito interessante) um avanço no reconhecimento da centralidade do usuário na política e no direito que o usuário tem a ser tratado com qualidade, a receber serviços de qualidade.

A qualificação dos serviços de proteção básica e especial coloca também um ponto forte como exigência: avançar na adequação desses serviços, programas, projetos conforme a tipificação.

Também vem avançando, talvez mais timidamente, mas ela vem também caminhando cada vez mais articulado e integrado, pois exige ainda um trabalho, e que é forte não apenas nessa conferência, o monitoramento e avaliação da política, a formulação de diagnóstico a definição de indicadores, a melhoria na divulgação. Isso sobressai nos relatórios em múltiplos serviços, por exemplo, em serviços que incentivem o protagonismo juvenil, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A estrutura física e funcional, ampliação dos CRAS e CREAS, incluindo CRAS rural, CRAS indígena, a adaptação do CRAS, a inserção do CRAS, a construção de equipamentos para crianças, idosos e, finalmente, o último aspecto que se destaca é a perspectiva do cofinanciamento. Ela se apresenta forte, como realidade contundente, como resultado esperado, desejado, mas sobretudo como resultado alcançado, por meio do caráter continuado dos serviços, distinguindo a necessidade de estabelecer mecanismos que façam valer o reconhecimento público de que as despesas decorrentes desses serviços são asseguradas por lei. Temos que avançar para termos essa garantia, mas para isso é preciso ter muito claro o custo do serviço, qual a qualificação que podemos esperar de cada serviço. Essas questões o relatório levanta e nos coloca como desafio para aprofundar os debates posteriores.



Sr. Renato Francisco de Paula (Vice-Presidente do CNAS): Queria comentar com vocês o seguinte, quando eu perguntei aqui para vocês, quem é que estava participando de uma conferência nacional pela primeira vez e a grande maioria das pessoas nesse auditório levantou a mão, é importante que a gente faça algumas considerações. A primeira delas é que tanto a fala do professor Edval Bernardino quanto a fala da professora Carmelita Yasbek nos mostram o quanto a temática dos trabalhadores é essencial para o avanço do SUAS, mas nos mostram também o quanto essa temática tem que ser tratada no contexto maior da política pública e no contexto de enfrentamento das questões que assolam toda classe trabalhadores de forma geral.

Assim, a preocupação do Conselho Nacional de trazer esse debate diz respeito também ao fato de que o trabalhador do SUAS (e muita gente tem dito por aí) é a principal tecnologia do SUAS. Nós temos qualificado esse debate, para entender a tecnologia não no sentido de recursos meio, mas muito mais que os recursos meio, como processo para se atingir determinada finalidade. Isto ficou claro na fala do professor Edval e da professora Carmelita, o quanto os quatro subtemas da conferência complementam toda luta que temos que fazer, com relação à questão dos trabalhadores.

Eu fiquei de pé também, porque eu queria compartilhar com vocês principalmente para quem está chegando agora, que na IV Conferência Nacional de Assistência Social, para compartilhar um pouco com a história, foi feita uma conferência magna por uma pessoa que talvez seja uma das pessoas que mais têm contribuído nesse país para o avanço e reconhecimento da assistência como política pública: Aldaíza Sposati. Naquela ocasião, a professora Aldaíza Sposati, então, fez uma conferência magna que ficou histórica e que depois inclusive virou um livro que muitos de vocês já conhecem. Naquele momento ela falava de uma menina que estava quase completando aí uma idade de 10 anos, essa menina que a professora Aldaíza se referiu na IV Conferência Nacional hoje, exatamente no dia de hoje, no dia 7 de dezembro ela completa 18 anos e eu queria que a gente ficasse de pé para aplaudir a LOAS, que hoje completa seus 18 anos e, como se não bastasse, não sei se vocês sabem, podem continuar de pé, não sei se vocês sabem mas no ano de 2005, o Presidente Lula decretou o dia 7 de dezembro como o dia Nacional da Assistência Social, que é exatamente o dia de hoje, e nós que estamos aqui que temos como compromisso enfrentar todos os desafios que já foram aqui colocados pelo professor Edval e pela professora Carmelita, temos também que comemorar. Já ouvi vários delegações dizendo que hoje vão celebrar a LOAS, porque nós estamos aqui para isso também, nós estamos para deliberar suas políticas públicas, mas temos também que comemorar.

Eram essas as considerações, registrar também que devemos comemorar a nossa menina LOAS, que hoje entra na maioridade, que traz uma série de desafios para ela. Imediatamente quero passar a palavra para o nosso presidente Carlos Ferrari, presidente do Conselho Nacional de Assistência Social para sua fala.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente CNAS): Muito boa tarde. Quero dizer da grande alegria, da grande honra e satisfação em falar depois de duas grandes personalidades com quem aprendi muito, tanto os ouvindo quanto lendo.

Queria cumprimentar o professor Edval Bernardino, ex-companheiro de CNAS, posso dizer hoje um amigo que ensina muito, seja presencialmente, seja quando a gente está lendo seus trabalhos. A Professora Doutora Carmelita Yasbek, gostaria de cumprimentá-la e também agradecer a contribuição da sua fala, nesse esforço tão brilhante de sintetizar essa análise crítica, que tem sido feita nos estados e municípios. E cumprimentar a nossa Secretária Nacional tem sido tão parceira do controle social, Denise Colin, além do meu querido Vice-Presidente Renato de Paula.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Coube-me fazer um balanço crítico do que a gente tem feito no âmbito do controle social, a partir do Conselho Nacional, aí eu dividi essa fala em três momentos, o momento onde nós vamos olhar para alguns números, depois discutir na perspectiva de expectativas e conquistas e num terceiro vamos falar de desafios. Está projetado na tela a logomarca da VIII Conferência, é isso?

Para os companheiros que não estão vendo estamos projetando na tela a logomarca da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, a próxima transparência traz para gente o título da nossa fala Balanço Crítico do Processo da Conferência, da Gestão e do Controle Social que nós estamos fazendo nessa mesa aqui, e, aí na próxima, a 3ª tela, eu começo a minha conversa com vocês dizendo o seguinte, trago para vocês o histórico simples da construção desse caminho, da construção da participação popular e do controle social.

Eu teria várias estratégias para fazer isso, com números, com fatos, mas eu preferi começar trazendo alguns números simples que estão projetados num gráfico, que podem nos trazer bastante reflexões para que possamos dialogar hoje.

Na primeira conferência, tentando descrever um pouco o gráfico, nós temos, lá em 1995, 689 delegados envolvidos na conferência nacional e 1069 participantes. Foi assim que a gente começou, grandes já. Vejam, com todos os esforços, com todas as diversidades, que aqueles que viveram aquele momento sabem, que houve para construir uma primeira Conferência Nacional de Assistência Social, nós já tínhamos esse contingente de pessoas envolvidas naquele momento.

Não vou ler todo gráfico, eu vou chegar em 2003 com 817 delegados. Já subiu bem, isso pulando de 1997 chegando na III Conferência, como disse o nosso vice-presidente, com 817 e 1053 participantes. Então subiu um pouco o número de delegados, ainda um contingente parecido com a de 1995 em número de participantes. Em 2005 ampliamos bem, vai para 955 delegados, 2000 participantes. Aí começa a estabilização do número de participantes, subindo um pouco o número de delegados - considerando suplentes e titulares - chegando em 2011 com 1993 delegados e 2300 participantes arredondando aqui, 2273 participantes entre delegados, titulares e suplentes. Esses números podem nos dizer muitas coisas, dentre elas os desafios orçamentários em se fazer democracia participativa e controle social no Brasil, dentre elas o crescimento do envolvimento da participação popular, do interesse em estar aqui, em participar, em discutir e construir política pública. Podemos falar dos desafios orçamentários, dos desafios inerentes ao maior envolvimento da população, dos desafios inerentes ao processo de mobilização, pré-conferência que eu disse anteriormente, do desafio concreto ratificado na fala da professora Carmelita Yasbek de nós envolvermos os usuários dessa política no processo de participação popular. Praticamente 10% dos participantes da VII Conferência eram usuários que participaram ativamente, não só aqui nessa conferência, como na dos seus municípios e estados.

Também nos leva a refletir do compromisso e do resultado concreto dos trabalhadores dessa política no controle social. Não fosse isso nós não teríamos essa evolução, não fosse isso não teríamos caminhado nessa política, para além do compromisso com atendimento com a oferta de serviços. Temos o compromisso com a participação popular, com a transformação daqueles que fazem parte da política, a partir do envolvimento dos seus trabalhadores, de envolvimento ético e político para com essa política pública. Todas essas reflexões nos geram uma série de expectativas e aí eu trago algumas delas em relação ao Conselho Nacional e como temos trabalhado isso. Está escrito na tela expectativas e conquistas, é isso?

Estou trabalhando a partir da nossa gestão 2010-2012, pois não daria para dialogarmos com dados de todas as gestões, embora eu vá falar um pouco também das outras, vou me permitir fazer



isso. A primeira expectativa, a grande expectativa que elenquei aí, de todos os militantes da política pública de assistência social, com relação ao controle social, é a consolidação Conselho Nacional de Assistência Social. Me refiro aquele desafio de transição do viés puramente cartorial para o viés político, propositivo, deliberativo e também da capacidade de acompanhar a execução da política pública, de fiscalizar o que está sendo feito, como vimos fazendo. Trago, por exemplo, algumas conquistas, como a Resolução 39 de 2010, que trata de benefícios eventuais, que deixa para saúde algo que era dela e que muitos gestores insistiram em atribuir à assistência social. Os senhores sabem disso, muitas vezes não por maldade, mas por desconhecimento da política pública e muitas vezes não era culpa do gestor da assistência social. O gestor dizia para o prefeito: “*mas prefeito não é aqui*”. E o prefeito insistia: “*você tem que dar cadeira de roda, caixa, dentadura*”. Enfim, para a gente conseguir debater isso um pouco, muitos aqui participaram, quem estava em Fortaleza em 2010?

Muito bem, muitos participaram da aprovação da Resolução 39/2010, que também ratifica e simboliza a consolidação do papel político do CNAS, onde destaco a mobilização que o CNAS capitaneou para aprovação da Lei 12.435, a nossa lei do SUAS. Esse foi um esforço nacional de todo controle social que colheram assinaturas; conselhos estaduais, conselhos municipais, entidades de classe, sistema CRESS, FES, CFP, CRP, companheiros do movimento sindical FENAPS, FNAS, ABRATO, CREFITO, COFITO, trabalhadores, usuários. Todos se mobilizaram para que a gente tivesse de fato a lei do SUAS aprovada, aliás, o SUAS que foi deliberado, concebido, eu não me canso de dizer isso, em conferência, como a de hoje.

Também aprovamos no Conselho Nacional a Resolução 15/2011, que simboliza muito a consolidação do papel político do CNAS. Sua instituição tem a pretensão de convidar a todos os Conselhos estaduais e municipais que também façam a comissão de acompanhamento de benefícios e de programas de transferência de renda, pois esse é um desafio do controle social da política de assistência social: fazer o acompanhamento dos programas de transferência de renda, dos demais benefícios, trabalhando sempre na perspectiva que esses programas sejam colocados no debate, na forma que devem ser colocados: como direito dos cidadãos. De forma portanto que os cidadãos, a partir do controle social, possam acessar esses direitos com toda dignidade e respeito que eles merecem. Também trago aqui a Resolução 18/2011, que trata da ressignificação do controle social no acompanhamento da certificação da rede socioassistencial. Por muito tempo o CNAS teve um papel de acompanhar essa certificação numa perspectiva cartorial, quase que fazendo todo processo. Hoje ele continua acompanhando só que numa perspectiva de controle social, deixando para o gestor fazer o que é papel dele, que é o papel técnico e fazendo acompanhamento político, enfim, que é o papel do controle social. Nessa perspectiva a Resolução 18/2011 dá um pouco as indicações. Veja, esses são instrumentos normativos que apresentam alguns caminhos, obviamente muito ainda precisa ser construído.

Outra grande expectativa para o fortalecimento das relações com os conselhos estaduais e municipais, é que precisamos nos aproximar e estar juntos para consolidar, de fato, o pacto federativo e o poder nas três instâncias de governo. Isso é fundamental!

O que nós temos feito é um documento bastante bacana (e que é dinâmico pois está em permanente construção), que são orientações aos conselhos, através de um documento de perguntas e respostas. Também temos tentado aprimorar a Resolução 16/2010, que dá ao Conselho Municipal o verdadeiro protagonismo no processo de reconhecimento da rede tal como está na LOAS, no seu artigo 9º, pois cabe ao conselho municipal fazer isso. A Resolução 16 trata disso e temos tentado aprimorar à medida que vamos ouvindo os Conselhos e participando dos debates na sociedade.

Esse eu tenho que destacar, o Decreto 7.334 do, Censo SUAS, que merece aplausos porque nós estamos fazendo algo muito novo, na perspectiva de monitorar essa política e o controle social.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Com o Censo SUAS é fundamental que as organizações, os gestores, os conselhos participem. Através desses dados nós vamos saber como caminhar. Através de estratégias como essa, saberemos como evoluir e dar os próximos passos, e tem sido feito um esforço enorme por parte da gestão e por parte do controle social para que dê certo efetivamente..

Os dados do Censo SUAS nos mostram, dentre tantas coisas, que precisamos evoluir, por exemplo. Ainda existem conselhos municipais nesse país, que não são deliberativos porque não atualizaram a sua lei de criação. Nós precisamos evoluir, (mas eu vou deixar para falar dos desafios um pouquinho mais à frente). Está aí na tela Resolução 04/2011, que trata da sistematização do processo de como acolher as denúncias no âmbito do Conselho Nacional não na perspectiva de polícia, de cartório, mas como tratar esse fluxo quando chegam demandas de denúncia. O Conselho tem isso muito claro para que os conselhos estaduais e municipais também saibam com proceder.

Valorização e protagonismo dos trabalhadores, construção de uma aliança para implementação da NOB-RH, todo este processo começou (ou teve um grande impulso) aqui na VII Conferência. Eu não diria que começou porque o Conselho Nacional tem feito isso há muito tempo, a prova disso é a própria aprovação da NOB em 2006, mas essa aliança tem se tornado cada vez mais forte, os trabalhadores têm sido fundamentais para que possamos alavancar o protagonismo do usuário. Por isso a aliança entre todos os segmentos do conselho - gestores e sociedade civil - tem sido fundamental na consolidação do protagonismo dos trabalhadores, na garantia de seus direitos.

O que nós fizemos nesses últimos dois anos, muitos devem ter participado aqui dos encontros regionais e nacional que trataram da habilitação de categorias no âmbito do SUAS, foi muito bacana. Queria muito agradecer a todos que estão aqui e que puderam participar disso, do processo democrático, participativo, que nos ajudou a construir a Resolução 17, uma resolução que todo trabalhador que lê fala, traduzido ao menos aquele do âmbito superior, já que temos a demanda do trabalhador de nível médio, que estamos trabalhando. O Conselho tem esse compromisso, já está trabalhando essa perspectiva no âmbito do SUAS, referenciando o trabalhador de nível médio.

Essa resolução outra também merece aplauso: a resolução 32/2011. Quanta luta para chegar e regular o inciso e do artigo 6º da LOAS que diz que a partir do cofinanciamento, podem ser utilizados recursos para pagamento de trabalhadores. É mais um caminho para que possamos consolidar a lógica do concurso público, a lógica da não precarização, a lógica de reconhecimento, de fato, dessa tecnologia fundamental para que o SUAS tenha sucesso. Essas resoluções todas que estou citando estão no estado do CNAS, depois vocês podem pegar lá para quem não pôde ler, que não teve acesso.

O temário dessa conferência nasceu na conferência anterior, por meio de moção dos trabalhadores, levada para o Conselho Nacional. Apresentaram a proposta, que foi discutida, aprimorada e está aí o tema da VIII Conferência, fruto também dessa aliança estratégica do Conselho Nacional e do fórum dos trabalhadores do SUAS, (que também nasceu na VII Conferência) e das diversas entidades de classes e representações sindicais desse segmento.

Por fim, eu quero falar dos *desafios* a serem vencidos, não é para colocar todos, (senão iríamos até o dia 10), mas tem alguns que são fundamentais. Então, eu começo falando da Resolução 237/2006, que todos conhecem, que trata da garantia de infraestrutura para funcionamento dos Conselhos propriamente ditos, orientando para muito além de outros documentos que o CNAS tem publicado, os termos necessários à reconstrução da lei de criação dos Conselho e que nos ajudam, senhores delegados e convidados, a levar para o âmbito legislativo - municipal e estadual - como se situa o controle social hoje. Nós amadurecemos, evoluímos, estamos na VIII Conferência e tem coisas que não dá mais



para se admitir, tanto no que se refere à infraestrutura física quanto técnica. Ressalta-se aqui a importância do apoio técnico para funcionamento dos Conselhos, das secretárias e secretários executivos, de toda equipe técnica que faz com que o controle social efetivamente tenha a sua qualificação, juntamente com todo apoio que oferece aos Conselheiros.

Registra-se também a importância da infraestrutura física com acessibilidade, para que se garanta a participação de todos, especialmente para assegurar a participação do usuário, seja por meio da garantia do transporte ou da alimentação, como mais uma conquista que alcançamos por meio do artigo 16 da LOAS, consolidada agora na nova Lei.

Outra preocupação é a *reconstrução do paradigma que permeia autonomia política da gestão dos Conselhos*. Quem me ouviu falar nas conferências estaduais e municipais sabe dessa luta, por meio da qual buscamos autonomia política, sabendo que somos vinculados a determinados órgãos, a secretarias A, B ou C, Ministério A, B ou C. Mas todos precisamos de uma mínima ou de uma relativa autonomia de gestão porque senão essa autonomia política fica muito à mercê do gestor, já que quando o gestor quer ele puxa o freio, quando ele quer, aceleramos. Temos sim que batalhar por isso. Vamos fazer moção, vamos batalhar por deliberações entre os grupos, vamos ter o que quisermos desde que nos organizemos nessa Conferência, dá sim para ter, e dá sim para construir esse debate. É inadmissível que ainda não tenhamos conselho se reunindo porque o gestor “ não está a fim”, ou se reunindo na hora que o gestor quer, ou a hora que deu para fazer, ou avisando o Conselheiro “aos 45 minutos do segundo tempo”. Isso tem que ser bem organizado.

Nós sabemos que, o dia que nós conseguirmos isso, nós vamos ter trabalhadores da gestão e dos serviços. Este é um sonho, mas eu quero ver isto um dia ser debatido com mais clareza; somos os trabalhadores e trabalhadoras do controle social, tendo orgulho de dizer isso, de dizer esse é o meu lugar com autonomia para poder dar todo suporte ao controle social com a qualidade, que o controle social merece. Reafirmamos a importância de construção de estratégia para participação dos três segmentos da sociedade civil: trabalhadores, entidades e usuários, reconhecendo que todos são importantes, que nós precisamos construir processos eleitorais que, de fato, tenham na sua concepção a sociedade civil.

O Ministro Patrus Ananias deu essa mensagem para a sociedade brasileira. Quem pensa o processo eleitoral da sociedade civil nos Conselhos é a sociedade civil e aí, companheiros, precisamos nos organizar, precisamos ter essa clareza, não vamos deixar para os outros fazerem o que é de nossa responsabilidade fazer. Esse debate também deve acontecer aqui na Conferência Nacional, devemos dizer o que queremos, não podemos adiar mais esse processo e nem criar discursos que estigmatizem a participação. Devemos dizer de fato quem deve e quem pode participar.

Os usuários fizeram isso aqui na VII Conferência, deram seus recados, e também as entidades precisam fazer com mais força, participar mais, dizer da importância de sua participação, os trabalhadores da mesma forma com novas formas de participação. Esse é o nosso momento: da participação desse segmento, reconhecendo sim que nós temos algumas conquistas de vanguarda, nós evoluímos muito e muitas vezes não valorizamos muitas coisas que já construímos inclusive no processo eleitoral.

Fortalecimento dos fóruns. Os fóruns, na minha visão - nós discutimos muito isso no Conselho - senhor vice-presidente, são espaços de oxigenação, de debate, de articulação e que devem ser valorizados. Nós precisamos reconhecer esses espaços e trabalharmos, estarmos dentro deles para além da nossa muitas vezes atuação de Conselheiro, de líderes de movimentos, enfim, enxergar nos fóruns e também a partir desses fóruns outras formas de participação como meio de consolidação do controle social,



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

seja participação no meio real ou no âmbito virtual, hoje tem aí grandes movimentos, articulando via redes sociais, via grupos de discussão, então, seja fisicamente ou virtualmente nós construímos possibilidades de participação que nos permitam fortalecer os nossos fóruns e fortalecer as instâncias legais de controle social.

Desenvolvimento de ações efetivas que promovam a intersetorialidade da política por meio da participação popular. Reclamamos muito da intersetorialidade, mas a intersetorialidade não vai se dar só a partir da gestão, vai acontecer também a partir da nossa articulação, do envolvimento daqueles que militam nas diversas políticas públicas, participando da política A, B ou C, a gente não pode participar só olhando para o umbigo da política que agostamos ou daquela que temos uma identificação acadêmica, enfim, ou de militância histórica.

Construção de estratégias para qualificação da participação governamental. Felizmente penso que nós vencemos aquela história de que o governo está ali eu estou aqui, falando agora enquanto sociedade civil. Nós somos parceiros, quando sentamos para discutir política pública seja num Conselho, seja numa conferência, é para construir juntos e nós precisamos juntos, pensar estratégia para qualificar essa participação como a representação governamental muitas vezes ajuda a sociedade civil a pensar. Precisamos ter essa participação diversificada, precisamos valorizar, a paridade é um patrimônio do controle social no âmbito da assistência social, precisamos ter a representação governamental presente. Festa boa é festa que todo mundo quer ir! O dia que o governo falar “não quero ir mais para o Conselho” esquece, é porque lá realmente você não vai conseguir deliberar mais nada, então, é importante que estejamos juntos porque para que a política pública de fato seja uma política de Estado, com a primazia do Estado, para que o usuário, ou o trabalhador sejam conhecidos, para que tenhamos uma rede qualificada. Assim, precisamos construir uma política juntos, sabendo da nossas divergências, em alguns momentos, mas sabendo de nosso potencial em construir juntos.

Na última transparência estão meus dados, quero agradecer, a gente vai falar mais em alguns momentos e dizer mais uma vez, muito boas vindas a todos e todas. Obrigado.

Sr. Renato Francisco de Paula (Vice-Presidente do CNAS). Obrigado presidente, brilhante exposição. Eu quero só dizer o seguinte, o balanço crítico que foi feito a partir da sistematização, inclusive quero aproveitar aqui para já fazer um agradecimento para nossa relatoria, queria agradecer a professora Valdete Martins, a professora Beatriz Paiva e à Maria José Lanzetti, que estão coordenando o trabalho de relatoria da Conferência Nacional e que sistematizaram todo balanço crítico, que veio dos municípios, dos estados, trabalhado sem conjunto com a professora Carmelita Yasbek e com o professor Edval Bernardino. E em nome da Valdete e da professora Beatriz e da Maria José, quero também agradecer a todos os relatores que trabalharão conosco nesses quatro dias. Gostaria também de dizer, que vocês observarão quem está participando de Conferência Nacional de Assistência Social pela primeira vez, observarmos uma coisa inédita. Vocês vão ver um sistema de relatoria completamente ágil e seguro realmente avançado. Nós somos, para quem não sabe, como Conferência de Assistência Social uma referência na Esplanada dos Ministérios para outras conferências, sobretudo do ponto de vista de como organizamos o nosso processo de deliberação, isso tem a ver com esse trabalho da nossa relatoria, que eu queria aqui agradecer.

Quanto à organização dos quatro eixos - o eixo da gestão do trabalho, o eixo da participação do controle social, da qualificação do serviço e erradicação da extrema pobreza - quero fazer aqui um mea culpa da mesa, uma vez que não encaminhamos corretamente, mas o professor Edval Bernardino fez uma fala no sentido de nos trazer um balanço crítico, a síntese do eixo da gestão do trabalho e a professora Carmelita Yasbek já fez a sua fala trazendo a síntese do eixo da qualificação dos serviços.



Nesse sentido, eu vou devolver a palavra ao professor Edval Bernardino, para que ele possa ainda no tempo que nós temos, trazer então a síntese do eixo da participação do controle social e depois a professora Carmelita Yasbek trazer a síntese, também de modo bem rápido, do eixo da erradicação da extrema pobreza e o SUAS nesse processo. Professor Edval, por favor.

Professor Edval Bernardino Campos (Universidade Federal do Pará) Nós vamos aqui fazer o relatório da síntese sobre desafios do subtema fortalecimento da participação e do controle social. Compreendendo desde logo que essa matéria se coloca para a política de assistência social de uma forma muito diferente em que ela se coloca para outras políticas públicas, porque a ideia de participação e de controle social dos usuários tem uma demanda histórica para se resolver que não é simples e que a assistência social tem assumido isso com muita responsabilidade. A grande maioria dos usuários da assistência social durante muito tempo ou foi invisível para o poder público ou não teve lugar na esfera pública, ou esteve tutelado de alguma forma.

A nossa tradição de organização e sociedade civil, a rigor, não contemplava os usuários da assistência social. Isso não é um desafio pequeno, não só para assegurar participação, como também para assegurar a esse amplo segmento social, as possibilidades sócio-políticas para o exercício do controle social, porque isso não se faz simplesmente com palavra de fé, é preciso um amplo investimento para instituir estes usuários de representatividade coletiva. Também não se faz por decreto e os municípios, os estados, a União, por meio de uma legião de profissionais, de militantes, de lideranças responsáveis, obviamente têm empreendido um amplo trabalho no Brasil tanto para assegurar a participação como também para propiciar oportunidade do exercício do controle social, mas não tenhamos dúvida, é um desafio muito grande que nós precisamos trabalhar ainda por muito tempo.

Como nosso tempo aqui é muito pequeno em função da agenda eu vou agrupar aquilo que se constitui desafio para municípios e estados, da mesma forma aquilo que está apresentado como resultados alcançados para municípios e estados. Uma questão presente em quase todos os relatórios diz respeito à necessidade do envolvimento dos usuários nos espaços onde se formula a política de assistência social, ou seja, nos espaços de gestão e de fiscalização da política de assistência social. Isto está presente na maioria dos relatórios.

A necessidade de divulgação dos direitos socioassistenciais e da agenda da política municipal de assistência social, também tem uma importância muito grande, porque em muitos municípios às vezes alguns técnicos não conhecem o plano municipal de assistência social, e é preciso que este documento, que expressa o compromisso do município com a sociedade, seja de domínio público sem o que não haverá nenhuma possibilidade de exercício do controle social. Há um desafio para a descentralização no âmbito dos municípios, das reuniões dos Conselhos municipais, de forma a ter presença nos bairros e também um desafio de descentralização no âmbito do Conselho do estado, de forma que possa contemplar as diferentes regiões do estado. Há uma demanda também muito forte nos municípios que é a instituição de espaços nos CRAS e CREAS para a participação da sociedade.

Necessidade de espaço físico adequado e exclusivo para os Conselhos seja em âmbito municipal ou de estado, a necessidade de secretaria executiva com pessoal com formação de terceiro grau e também com equipes multiprofissionais; essa demanda aparece tanto nos estados como nos municípios, aparece a demanda de ampliação dos canais de participação por meio da constituição de fóruns, revitalização de fóruns de assistência, constituição de fóruns de usuários entre outros. Elaboração do plano de ação dos Conselhos, essa é uma demanda também presente em estados e municípios, maior autonomia dos Conselhos em relação às definições do orçamento também nas duas



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

esferas, é uma demanda que me parece que está presente em todos os quatro subtemas que é a necessidade de capacitação dos Conselheiros e é importante essa demanda da capacitação que nós todos somos contemporâneos desta construção e ao mesmo tempo nos sentimos insuficientemente qualificados para empreendê-la e queremos que alguém nos qualifique sendo nós os protagonistas desse processo, é um desafio complicado para gente desenvolver.

As realizações aqui não são tão grandes. Os avanços, diga-se de passagem, o que aparece como realizações em estados e municípios, são as capacitações pontuais para Conselheiros, a melhoria na infraestrutura dos Conselhos, a estruturação dos Conselhos com a participação da sociedade civil, o aprimoramento da interlocução entre as três esferas de governo e a integração das instâncias de controle social e, também se coloca como realização em alguns estados, a já adoção de equipes técnicas próprias para o assessoramento. Alguns estados indicam que foram constituídas secretarias executivas com profissional de nível superior, outros indicam que têm realizado um trabalho de maior articulação com estados e municípios e tem aqui que eu esqueci três demandas que me parece, para concluir, que são demandas bastante relevantes.

Uma delas é a elaboração e a implementação de plano de acompanhamento das deliberações das conferências de assistência social, elaboração e implementação do plano de acompanhamento e fiscalização da rede socioassistencial e a criação da frente parlamentar em âmbito municipal e do estado para a área da proteção social. Em linhas gerais são essas questões que são apresentadas como desafios e como iniciativas para ampliar a participação e o exercício do controle social. Muito obrigado.

Sr. Renato Francisco de Paula (Vice-Presidente do CNAS): Obrigado professor Edval, em cima do tempo. Professora Carmelita, por favor.

Professora Carmelita Yazbek: O balanço crítico em relação ao subtema apresenta maior centralidade, de um determinado ponto de vista, que seria da importância das ações intersetoriais do enfrentamento da pobreza.

Eu vou fazer aqui uma síntese, nem vou passar a projeção, apenas dos pontos importantes porque nós sabemos que o tema da pobreza é um tema bastante complexo, sem deixar de lado as dimensões estruturais da pobreza brasileira, daquilo que configura a pobreza brasileira.

Pensar esta relação SUAS e extrema pobreza é pensar o SUAS como uma possibilidade a mais, como uma porta a mais na direção de uma proteção social mais ampla e nós sabemos que essa questão pode ser problematizada sob diversos aspectos, há diversas formas de entender a pobreza brasileira, pois nós sabemos do risco do paradigma neoliberal ou liberal que considera os pobres imprevidentes ou aqueles que não conseguiram enfrentar determinadas contingências que a vida oferece, esquecendo que a pobreza e, particularmente a pobreza extrema, é uma expressão das relações sociais vigentes na sociedade brasileira e nesse sentido é tarefa do SUAS sim, de sua força protetiva, contribuir para enfrentar a pobreza efetivamente, concretamente, pela vinculação no programa de erradicação da pobreza, mas, sobretudo, contribuir para uma ruptura com a indiferença, com os descasos que vamos encontrar na forma como os mais pobres são visto e tratados na nossa sociedade.

Os relatórios, de modo geral, têm uma convergência em torno da proximidade do programa com o SUAS, mas de forma muito interessante nos dados apresentados como desafios pelos municípios, o primeiro que aparece é ampliar a participação do usuário nesse processo de enfrentamento à pobreza, isso é forte em todos os subtemas. Outro aspecto importante é conhecer melhor, traçar um perfil dessas famílias através do conhecimento das suas necessidades e daquilo que o programa denomina



busca ativa, aparece muitas vezes nas expectativas e nas demandas que se coloca para os municípios realizar essa busca, procurar essas famílias para poder favorecer a implementação do Plano Brasil sem Miséria.

Entre os desafios também aparece a importância de fortalecer pequenos municípios especialmente municípios de porte 1 e 2 onde uma parte desta população, alvo do plano é encontrada, interferir no cofinanciamento estadual e federal para erradicar essa extrema pobreza, fortalecer parcerias e, sobretudo, isso aparece forte em vários desafios apresentados, considerar as aptidões e vocações dos municípios ou da região com vistas ao atendimento das necessidades dessa população, então, a pobreza como mostra o plano, está muito localizada em determinadas regiões, ela passa pelo homem do campo.

Há expectativa, em termos de resultados, parcerias com Pronaf, parceria com outros programas como Minha Casa Minha Vida, programas de inclusão produtiva, a promoção da agricultura familiar. É muito interessante, os desafios que aparecem aqui, trazem um dado novo, pois você não vê, no conjunto observado, como desafio nos demais subtemas: há uma consciência da importância de enfrentar a questão da pobreza rural de criar CRAS itinerantes, CRAS rurais, estreitar parcerias com instituições que atuam na qualificação da mão de obra, respeitando as particularidades regionais, essas parcerias vão desde o Sesc, Senai, Sesi, chegando ao Sebrae.

Detalhamento das particularidades das estratégias de enfrentamento à pobreza, a criação de grupos produtivos, cooperativas cursos para gestão de cooperativas. Também aparece forte como uma necessidade, como um desafio, fazer programas regionais de enfrentamento à pobreza caracterizando as dimensões regionais, envolvendo os municípios na construção dessas estratégias. Implementar muitas vezes a agricultura familiar, através do incentivo para sua melhoria no modo de produzir, no modo de consumir, a comercialização dos pequenos produtores. É muito interessante esse tom que eu diria de municípios menores, municípios rurais.

Aparece muito forte nos desafios e nos resultados esperados, ampliar o cofinanciamento. Também é uma coisa forte para o desenvolvimento dessas ações, aplicar recursos nos programas de transferência de renda, ampliar esses programas, interferir na gestão desses programas, cofinanciar projetos e programas para essa população, dado os resultados alcançados.

Já se observa um atendimento socioassistencial de forma mais descentralizada, alcançando tanto bolsões de miséria do mundo urbano como do mundo rural, com a população rural, isso já encontramos também como resultados alcançados, por exemplo, a utilização de diagnóstico social para identificar essas famílias para identificar estratégias de combate à extrema pobreza, a implementação de programas e projetos específicos para essa população, o avanço da integração das políticas públicas, o fortalecimento de programas voltados para adolescentes, juventude, a transferência de renda para as famílias e uma coisa interessante, talvez pela própria forma como o programa se coloca e é proposto, uma forma intersetorial, interdisciplinar, já temos resultados mostrando uma ação integrada mesmo porque esta pobreza é desafiante.

São destacados também cursos de inclusão produtiva, ampliação de programas de transferência de renda como bolsa família, a busca de pessoas que seriam, vamos dizer, alvo prioritário desses programas, a busca ativa, a intensificação do PETI nessas regiões onde ainda é muito grande o trabalho infantil, a consolidação do SUAS e dos CRAS nesses municípios para que sejam executados de forma a ampliar as portas e as possibilidades, sobretudo os serviços previstos nos CRAS e CREAS, a intersetorialidade aparece muito forte como resultado já alcançado.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O incentivo à produção agrícola, a produção de alimento na agricultura familiar já é um resultado alcançado, os pequenos produtores alcançando formas de subsistência e de permanência no campo isso vem sendo alcançado nessa parceria. A implementação de linhas de microcréditos para criação de cooperativas isso já é o resultado alcançado. Associações na área de fabricação de alimentos, do pequeno artesanato, como doces, a implantação de todos os programas também já é resultado como CRAS, programa do SUAS, o PETI, o Projovem, tem uma lista enorme para municípios onde essa população é encontrada.

Aqui nesse subtema encontramos menos divergência, mas encontramos ainda uma centralidade da divergência, ou seja, entre o que é expectativa e o que vem sendo alcançado, embora o que venha sendo alcançado não seja de porte desejável. Também o peso do “Plano Brasil sem Miséria” é grande, e o SUAS, eu acho, vem abrindo as suas portas e os seus serviços para contribuir no conjunto de propostas que constituem este plano como de fato enfrentamento e erradicação da pobreza. É isso.

Sr. Renato Francisco de Paula (Vice-Presidente do CNAS): Obrigado, professora Carmelita. Vou passar a palavra para a secretária Denise Colin.

Sr.a. Denise Colin (Secretária CNAS): Boa tarde a todos e a todas, boa tarde presidente Carlos Ferrari, Presidente do CNAS, presidente desta Conferência Nacional, Conselheiro Renato de Paula vice-presidente, representante governamental, Conselheiro José Araújo, meu parceiro, já fomos Conselheiro juntos no Paraná e agora ele está aqui representando a sociedade civil. Eu gostaria de cumprimentar a todos os Conselheiros nacionais, governamentais e não-governamentais pela convocação deste evento, pela organização deste evento em parceria com a secretaria-executiva do Conselho e a Secretaria Nacional de Assistência Social. Assim, já agradecer o conjunto de trabalhadores e funcionários desses respectivos órgãos que viabilizaram a organização, a recepção, o funcionamento e serão responsáveis depois junto com o Conselho pela avaliação.

Gostaria de cumprimentar a todos os Conselheiros municipais, estaduais presentes, ao conjunto de trabalhadores hoje aqui já representados por todos os que foram reconhecidos pela resolução do Conselho Nacional. Temos diversas categorias profissionais de nível superior, de nível médio, de nível fundamental.

Queria cumprimentar a todos os usuários, como já foi mencionado, são essenciais, fundamentais e como disse a professora Carmelita a razão de ser do Sistema Único de Assistência Social. Esta política pública existe para atender populações em situação de vulnerabilidade e risco, são essas pessoas que devem avaliar a qualidade dos serviços, apontar as demandas e demonstrar depois que as suas necessidades foram asseguradas por um amplo sistema de proteção no Brasil.

Gostaria ainda de cumprimentar os gestores que executam e que organizam esta determinada política nas três esferas de governo e do Distrito Federal e eu gostaria de fazer uma saudação a nossa ex-ministra Márcia Lopes, que foi a primeira secretária nacional a implantar o Sistema Único de Assistência Social, a IV Conferência deliberou a implantação e logo em seguida, tivemos uma secretaria, um Ministério que assimilou por completo e que executou boa parte das ações que vamos mencionar. Ela foi seguida pela secretária Ana Lígia, pela Secretária Rosilene, pela secretária Maria Luiza, que estão aqui conosco e que também merecem o nosso reconhecimento.

Gostaria de cumprimentar a relatoria e o conjunto de professores e colaboradores, dois deles nos ajudam a pensar esta construção e aprimoramento do sistema, dois deles na mesa, professora Carmelita Yazbek, professor Edval Bernardino, outros tantos estarão nas mesas subsequentes, professora Jucimeri Silveira, professora Berenice Couto, professora Aldaíza Sposati, professora Raquel Raichelis, Maria Luiza Rizzotti, Márcia Lopes também professora, Maísa, Beatriz Paiva e Valdete Barros, estas



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

duas últimas responsáveis pela organização e pela execução de toda relatoria dessa conferência e aí eu gostaria de cumprimentar o conjunto de relatores que vão trabalhar nas oficinas, que vão trabalhar nos grupos e que vão sistematizar esta conferência. Eu já estive nesse espaço e sei o quanto é difícil. Obrigada a todos e a equipe de apoio.

Eu vou pedir licença porque no adiantado da hora nós já estamos cansados, temos que ir para o jantar, voltar aqui para abertura às 19 horas, com uma série de novidades a serem anunciadas, portanto, vou pedir licença para falar daqui, que ajuda a aproximação. A lógica de fazer um balanço crítico das ações do governo federal representa o cumprimento do objetivo de uma conferência, que é exatamente avaliar a condução que está sendo dada para a área assim foi feito nos municípios, assim foi feito nos estados: 97% dos municípios realizaram conferências municipais, 100% dos estados e nós estamos aqui hoje para também avaliar as ações do governo federal tal qual os municípios e estados fizeram. Os professores mencionaram desafios, avanços, mas muito mais que isso estamos para reconhecer as necessidades e apresentar propostas e perspectivas de futuro para os próximos dois anos de gestão até a próxima conferência e é isso que viemos fazer aqui.

Nossa avaliação parte do pressuposto que a história é uma produção humana, portanto ela é o resultado do acúmulo possível teórico, metodológico e político que a área conseguiu conquistar até então e que a área visualiza para o futuro. É preciso, portanto, que façamos uma análise crítica do significado daquilo que nós mesmos construímos, embora muitos daqui estejam numa conferência pela primeira vez. Todos somos agentes políticos de execução e de deliberação desta determinada área nas nossas localidades aí é preciso que possamos fazer uma reflexão dos erros e dos acertos, dos consensos e dos dissensos, dos encontros e desencontros desse movimento porque ele é um campo permeado de contradição e de disputa de interesses e é preciso fazer prevalecer o interesse da defesa de direitos e o interesse da implantação de um sistema de proteção social no Brasil por uma política de seguridade social não contributiva que tenha sua responsabilidade, mas que articulado com uma série de outras é que vai mudar o estado da realidade e erradicar a extrema pobreza, como a professora Carmelita colocou, e que também é uma vinculação enorme com a área.

Cada um de nós, dos nossos lugares e de momentos diferentes que ocupamos, devemos significar e ressignificar estas nossas ações e é isto: viemos de municípios, viemos de estados e estamos aqui na VIII Conferência Nacional para melhorar a política pública de assistência social, consolidar o SUAS, valorizar os trabalhadores e qualificar os serviços; é esta a nossa função até o dia 10 de dezembro e a partir do ano que vem a implantação das nossas deliberações.

Já foi comemorado, estamos hoje nos 18 anos da LOAS e esta data deve representar uma maturidade de reconhecimento das nossas falhas, das nossas dificuldades, dos nossos desafios, mas ela deve representar também, a mobilização, a continuação desta história de mobilização, de categorias de trabalhadores e de construção coletiva desta área como foi a história desde a inserção federal desta política pública de seguridade social não contributiva, como foi a inserção na Lei Orgânica de Assistência Social, como foi com os demais regulamentos que normatizam a área. Foi tudo fruto de mobilização dos trabalhadores em especial de determinadas categorias como dos assistentes sociais e da academia que estes dispositivos foram inseridos no normativo legal brasileiro e que depois nós fomos aprimorando nas nossas intervenções, no começo com grande dificuldade porque vivíamos um momento de muita pressão adverso a estas propostas, sob base de um ideário neoliberal, mas gradativamente a força da mobilização e a necessidade destas demandas serem reconhecidas pelo poder público e pelo movimento da sociedade impulsionaram, enfim, a construção desses espaços, e desde a I Conferência Nacional nós vimos cada vez mais galgando conquistas e avanços nessa área.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A IV Conferência deliberou sobre a organização do SUAS a partir de então tivemos Política Nacional, Norma Básica do SUAS, Norma Operacional de Recurso Humanos, Tipificação, todos os instrumentos que estão sendo legitimados por um pacto federativo que a todo mês se reúnem representantes do governo federal, do governo dos estados, dos governo dos municípios e depois disto é deliberado no Conselho Nacional com a representação da sociedade civil e é isso que dá sustentabilidade, credibilidade e legitimidade para as nossas intervenções.

Reconhecendo que o SUAS é fruto desta capacidade de construção coletiva que tivemos, foi preciso superar uma lógica clientelista segmentada, pontual e privatista para mudança de um paradigma de garantia de direitos e proteção social, mais ainda assim temos práticas que não condizem com esta legislação e é preciso que a gente institua uma cultura organizacional que seja capaz de mudar estas práticas e que sejam práticas democráticas e presentes no nosso cotidiano.

Portanto, aluta pelo fortalecimento do SUAS impõe a defesa intransigente da lógica do direito, uma gestão pública pautada em princípios éticos e técnicos, um financiamento público e regular e automático, um fortalecimento da participação popular e do controle social como foi mencionado o tempo todo pelos relatórios, a oferta de serviços qualificados, a garantia de condições dignas de trabalho, a instituição de uma capacitação permanente, regular e sistemática, foi isso professor Edval?

É nesse sentido, para isso nós trouxemos para fazer um balanço um pareamento do que foi decidido na Conferência de 2005, que estabeleceu um Plano Decenal. Nós temos então até o ano de 2015 para cumprir esse conjunto de metas e é importante que sejamos lembrados de ações que já conquistamos e desafios ainda que se colocam para que posamos deliberar neste sentido.

Em relação à gestão do SUAS - que deve ser necessariamente uma gestão democrática e baseada em princípios republicanos -, temos a permanente afirmação da assistência social como uma política pública de seguridade social não contributiva e que, portanto, requer a primazia da responsabilidade do Estado, a parceria com a sociedade civil na execução das ações é fundamental, mas o Estado não pode mais se furtar das suas responsabilidades em atendimento à população brasileira, ele deve ser precedido deste pacto federativo que já mencionamos e devemos necessariamente cumprir as deliberações da conferência e é isso que nós vamos ver se a estamos fazendo ou não.

Na gestão do SUAS o primeiro deles é reconhecer que muita coisa foi conquistada, mas que ainda como já foi mencionado precisamos fazer a regulação da rede privada componente prestação desses serviços e que são de interesse público, portanto, devem estar conduzidos sob os preceitos que já mencionamos anteriormente. A construção e a mobilização para a melhoria da infraestrutura dos nossos equipamentos públicos e gradativamente de toda nossa rede de atendimento seja ela governamental e não-governamental.

O aprimoramento da responsabilidade de gestão territorial, dos centros de referência assistência social que organizam essa comunidade, que mobilizam a população, que desencadeiam o protagonismo para mudança desses indicadores e dessas situações de vulnerabilidade. O aperfeiçoamento da gestão técnica e financeira aí nós temos uma série de indicativos nos demais eixos da gestão da informação, do monitoramento, da avaliação e da qualificação dos serviços.

Uma meta primeira era instituir o pacto do aprimoramento da gestão e isso os municípios fizeram no seu processo de habilitação, nós temos hoje quase a totalidade dos municípios apenas 151 municípios dos 5.565 não possuem os serviços da proteção social básica e o equipamento CRAS, todos os outros estão habilitados e executando as suas ações. Os 26 estados e o Distrito Federal assinaram um plano



do Pacto de Aprimoramento de Gestão com prioridades e metas nacionais. Nós tivemos alteração da Lei Orgânica de Assistência Social. Não mais como PL, não é, Presidente Ferrari? Mas já a nova LOAS, que inclui a legitimidade do Sistema Único de Assistência Social, numa legislação federal que é um marco legal, e que nos dá legitimidade para todas as previsões que estão previstas para construção dos equipamentos para os sistemas de proteção e dos principais serviços.

Estamos negociando com o Banco Interamericano um programa chamado Fortalecimento do SUAS para efetuar, professora Carmelita, aqueles levantamentos de custos, para efetuar expertises para definir padrões de qualidade de atendimento inclusive de estruturas de equipamentos com construções diferenciadas que responda às necessidades da população atendida. O estabelecimento de termo de cooperação técnica com a Fiocruz para implementação de vigilância social, eles têm uma grande experiência na área da saúde, vão nos apoiar respeitando as nossas especificidades e peculiaridades, mas vão nos apoiar na construção de indicadores, vão nos apoiar na construção de sistemas de informação.

E também um programa com o Ministério das Comunicações, para que nós possamos acessar todo nosso sistema informacional e de internet em várias localidades no país que tenha essa dificuldade, o Ministério das Comunicações está nos ajudando nesse sentido especialmente na região norte e na Amazônia legal. Também havia uma solicitação de padronização das ações e dos serviços, isso foi conquistado com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, foi conquistado agora com a deliberação do Conselho de novas resoluções que reconhecem entidades de atendimento de assessoramento de defesa de direitos, reconhecem o serviço de habilitação e reabilitação de inserção no mercado de trabalho, com o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no Âmbito do SUAS e com uma resolução da CIT, que define parâmetros nacionais de registros e monitoramento dos atendimentos nos CRAS e nos CREAS.

Estamos negociando, ainda, a elaboração de propostas para protocolos de intervenção, todos esses planos nacionais que estão sendo lançados Viver sem Limite, o Programa de Enfrentamento ao Crack, Brasil sem Miséria, requerem essa ação articulada com as áreas da saúde, educação e trabalho, portanto nós estamos desenhando protocolos internos que são próprios das nossas proteções básica e especial, da relação CRAS e CREAS e protocolos com essas outras áreas, adotaremos um sistema acompanhamento das famílias que está sendo concluído e será colocado no ar a partir do ano que vem e várias sistemáticas de resoluções de monitoramento e de acompanhamento desses serviços, Resolução 08 da CIT que é o assessoramento técnico da União aos estados e dos estados aos municípios e dos municípios a sua rede prestadora de serviços.

Está também em desenvolvimento um sistema de informação de benefício, que vai permitir a interoperatividade com diversos outros sistemas, que é uma demanda muito e necessária para essa qualificação e também um módulo de um sistema que faz um acompanhamento do BPC na escola, que tem um êxito muito grande e que já inseriu 52% da população que recebe benefício de prestação continuada, que está em idade escolar e que não se encontrava cursando a educação formal ou especial, e nós estamos nesse movimento de universalizarmos este atendimento para podermos atingir a meta de 100% dessas crianças e adolescentes até 2014.

As pesquisas que levantam toda gestão municipal foram realizadas em 2005 e 2009 e a partir do ano que vem nós faremos das gestões estaduais também. A pesquisa da população de rua que identificou 30 mil pessoas nessa situação e nos induz agora a aplicação da política nacional e das atribuições da área de assistência, instituição de prêmios de boas práticas e vários manuais de orientação e publicações ao longo desses anos.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em relação à rede socioassistencial intersectorial é necessário que nós consigamos fortalecer estas estratégias de enfrentamento do trabalho infantil, teremos a convenção mundial do trabalho infantil no Brasil em 2013, nos comprometemos a erradicar as piores formas até 2015 e depois a totalidade delas até 2020 e temos que nos ater a estas atribuições do poder público. A reintegração das crianças que estão sendo abrigadas e todo movimento com o Conselho Nacional de Justiça, do Ministério Público, instituições defesa de direitos e de acolhimento para reordenarmos esses serviços de acolhimento para modalidade familiar e de reinserção nas suas própria famílias.

Ampliar os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para todos os segmentos, inclusive os intergeracionais no reconhecimento de que esta participação social é, que fará o desenvolvimento do protagonismo para esta população. Aqui muito rapidamente uma meta do Plano Decenal era que pudéssemos universalizar a implantação da proteção social básica tendo no mínimo um CRAS em cada município até 2015 e nós já cumprimos 94% desta meta neste ano com 5.414 municípios, faltando 151 para aderirem plenamente ao SUAS e 7.224 CRAS implantados no Brasil, é muito mais do que a NOB-SUAS prevê para cada município e cada vez mais os gestores, os Conselheiros e a população têm percebido a imprescindibilidade deste equipamento no atendimento da sua população.

Nós temos hoje 25.101 famílias referenciadas sendo atendidas nesses equipamentos públicos. Também a professora Carmelita mencionou que é uma solicitação, e nós percebemos que as situações de vulnerabilidade e risco estavam concentradas em determinadas regiões, e muitas no meio rural e era preciso que umas equipes permanecessem nos equipamentos e as outras levassem esses serviços aonde as populações se encontram e, portanto, já temos a adesão de 1.024 municípios com a implantação de 1.132 equipes volantes, já a partir de 2012, começando a desempenhar as suas efetividades.

Nesse sentido e reconhecendo as especificidades que foram apontadas pelo professor Edval, nos relatórios e sistematizadas por ele, com relação às especificidades, a região norte tem solicitado muito que estes equipamentos ou que o acesso a esses equipamentos respeitem as suas realidades e aí o Governo Federal, a partir de então passa a cofinanciar a aquisição e a manutenção de embarcações para região norte e faremos estudos continuados para verificar outras regiões do país que precisam desse aporte. Nós contamos com apoio da Marinha brasileira que vai fazer essa parceria conosco e disponibilizar esses equipamentos.

A evolução do CREAS também nós já atingimos muito além da meta que era ter no mínimo um CREAS em cada município acima de 20 mil habitantes nós temos hoje 2.155 equipamentos prestando atendimento às populações em situação de risco com direitos violados. Esta capacidade de atendimento também de 121.910 pessoas sendo acompanhadas nesses equipamentos públicos e também a meta que foi estabelecida que seria de atendermos em municípios acima de 100 mil habitantes, o cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, de liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade e nós passamos de 224 municípios para 900 municípios com 73 mil jovens sendo atendidos nesses equipamentos.

Na situação de acolhimento, nós também ao detectarmos que só tínhamos 14 mil vagas de acolhimento cofinanciadas pelo governo federal e existiam 30 mil pessoas em situação de rua imediatamente inserimos no plano Brasil sem miséria o cofinanciamento de mais 16 mil vagas e ampliação dos centros de referência para a população de rua com o espaço de acolhimento, de abordagem e reconstrução dos projetos de vida para essas populações. Para pessoas idosas e com deficiência além de todos os serviços nós estamos junto com o plano lançado Viver sem Limite, instituindo uma modalidade muito nova de um equipamento público conjunto com a política de saúde chamado Centros Dia de Convivências para idosos e pessoas com deficiência.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

O primeiro momento será um piloto, um por estado, esse equipamento não existia na área, a fim de podermos avaliar esse funcionamento, essa articulação, essa parceria com a saúde e reproduzirmos daí para frente e mudarmos, reordenarmos os grandes abrigos para modalidades de residência em pequenos grupos.

Nós temos também a meta de ampliar e atingir a totalidade de pessoas com deficiência e idosos que atendem os critérios do BPC. Já atingimos isso hoje, são 1 milhão e 900 mil pessoas com deficiência e 1 milhão e 700 mil idosos e também fizemos várias alterações na própria legislação do BPC e ampliação do BPC escola para a totalidade dos 5.565 municípios brasileiros para todas as crianças lá estejam. Várias mudanças no BPC, a principal delas é a possibilidade do beneficiário se inserir no mercado de trabalho ou fazer um curso de aprendizagem e ter um período de adaptação para poder avaliar, se ele consegue se estabelecer nestes processos aí sim a partir de uma avaliação a cada dois anos, ele deixaria de ser beneficiário porque tem uma forma de subsistência própria.

E também a regulamentação da concessão dos certificados de entidades beneficentes da assistência social, houve aprovação da Lei 12.101, várias regulamentações, a previsão do vínculo SUAS como condição essencial e a inserção deste critério na Lei Orgânica de Assistência Social.

Em relação ao financiamento, é preciso, e já foi mencionado, a ampliação do cofinanciamento e a participação das três esferas de governo, é preciso também que haja compatibilidade entre os pisos e os custos dos serviços e é por isso que esses estudos serão desencadeados até que nós consigamos chegar na proposta de piso composto, isto significa que é a definição da responsabilidade de cada ente, considerando o custo de cada serviço. Nós temos aqui um levantamento da evolução do orçamento do Ministério, este ano o MDS tem um orçamento com as correções de 44 bilhões e 500 milhões de reais e o ano que vem serão 54 bilhões e 300 milhões de reais.

Esta é uma meta extremamente importante que foi destinado e há várias solicitações, embora não haja vinculação de percentual o governo federal já atingiu a meta de 10% dos recursos da Seguridade Social no Fundo Nacional de Assistência Social e isto representa então o cumprimento da principal meta, de termos o orçamento da seguridade com sua parcela de responsabilidade junto à política de assistência social.

Em relação à gestão do trabalho, é preciso uma unidade e diálogo entre a gestão, os trabalhadores e os usuários, sem essa tríade nós não prestamos uma atenção qualificada e não mudamos os dados de realidade, portanto não há política de assistência social sem uma valorização do trabalho e sem os seus trabalhadores.

A pauta dos trabalhadores que foi mencionada aqui é absolutamente legítima e ela deve estar incorporada na gestão do trabalho no que compete a esta gestão, que seria a defesa da existência de concurso público e de plano de carreiras para esta área, coordenado por cada esfera de governo, que seria a realização de capacitação continuada, sistemática, que seria a oferta de condições dignas de trabalho e que seria a definição de protocolos de atendimento e atribuições de intervenções de cada categoria profissional.

A outra pauta cabe ao espaço da organização dos trabalhadores e ela apesar de ser legítima não pode ser resolvida, exclusivamente no âmbito da gestão e nós precisamos ter maturidade suficiente para poder fazer esta separação do joio do trigo e termos clareza do nosso movimento e da nossa pressão em cada um dos espaços, da gestão e da organização dos trabalhadores.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aí neste sentido nós cumprimos uma importante meta que irá induzir a realização de concursos públicos que é a aprovação na Lei Orgânica de Assistência e já de uma Resolução do Conselho Nacional da autorização dos recursos públicos federais em até 60% para pagamento do quadro de pessoal concursado e em serviço nos CRAS e nos CREAS.

Também estamos em negociação dentro do governo federal e chamaremos o conjunto dos Conselhos das categorias profissionais, mais o fórum de trabalhadores e as suas federações para conversarmos sobre a instalação de uma mesa de gestão do trabalho, com estas atribuições que foram mencionadas, de verificar a qualificação, de observarmos o protocolo de intervenção de cada profissional, de pensarmos dignidade de trabalho, condições de trabalho, infraestrutura, então, a partir do ano que vem estaremos chamando o conjunto desses representantes para essas negociações no âmbito federal.

O governo federal realizou concurso público com 508 vagas e nós temos uma autorização para o ano que vem de concurso público também de analista de políticas sociais. Sabemos que é absolutamente insuficiente, mas gradativamente nós estamos qualificando e profissionalizando a área da assistência social.

Foram realizadas então várias capacitações em torno de 21 mil quase 22 mil para gestores e trabalhadores, um número muito similar para Conselheiros estaduais e municipais, o “Plano Brasil Sem Miséria” prevê a capacitação de 30 mil profissionais, o “Plano Viver sem Limite” idem, o “Plano de Enfrentamento ao Crack” também, mas o mais importante é que nós estamos lançando nesta Conferência o cofinanciamento a versão preliminar da Política Nacional de Capacitação do SUAS e que será discutida com o conjunto de trabalhadores, gestores e com a academia, a fim de que possamos aprová-la e implementá-la para tanto também desencadeamos uma série de negociações com instituições de nível superior e aí acatando uma sugestão da professora Raquel Raicheles, tentando constituir uma rede de instituições que possam ser habilitadas e em parceria com os estados que já estão elaborando cada qual os seus planos estaduais, que possam efetivar esses cursos nas suas localidades dos seus estados.

Também há uma solicitação de que nós fortalecêssemos as equipes de referência, tal qual previsto na NOB-RH, e aí temos várias resoluções e sistemas de informação que nos permitem acompanhar a evolução destas contratações. O último item já foi mencionado, esta política existe em função dos seus usuários e, portanto, a sua mobilização, a criação deste espaço de participação e o fortalecimento dos Conselhos é fundamental. Nós temos autorizado na LOAS agora um índice de aprimoramento da gestão e 3% deste valor repassado deve ser gasto no fortalecimento dos Conselhos municipais e estaduais, acreditamos que isso será uma excelente indução.

Nós temos uma agenda em curso, os estudos dos pisos, a contabilização da oferta e da demanda das realidades, da revisão dos critérios, o repasse fundo a fundo que apenas o governo federal e alguns prestados realizam. É preciso atingir a integralidade, o reordenamento e aprimoramento do serviço à proteção especial protocolos de atendimento, o concurso público único nacional nós estamos tentando essa modalidade de podermos fazer a estruturação de um concurso e aí estados e municípios fazem adesão, porque sabemos que é oneroso para estes entes em especial os pequenos municípios realizarem. Quanto à política de capacitação, já foi dito, sobre os vários sistemas de informação. A implementação das diretrizes que forem aprovadas nesta Conferência serão fundamentais

Temos ainda uma pauta de intersetorialidade que é o aprimoramento da nossa articulação com as outras políticas setoriais e os sistemas de defesa de direitos nos diversos planos, também com o poder judiciário, o Ministério Público e com várias políticas de segmentos e de defesas de direitos.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Nós temos aqui várias expansões previstas de CRAS, de construção de CRAS, de embarcações, de equipes volantes, de CREAS para erradicação do trabalho infantil, de centro de referência para população de ruas, de casas de serviços de acolhimento e, portanto, se nós assumirmos a responsabilidade pelos nossos atos com coragem e disposição isso nos coloca a favor da vida, ela nos apoia e nós teremos a consolidação do SUAS, o fortalecimento dos serviços e a valorização dos nossos trabalhadores. Uma excelente VIII Conferência Nacional de Assistência Social a todos nós.

Sr. Renato Francisco de Paula (Vice-Presidente do CNAS): Obrigado, secretária Denise Colin. Quero, então, ao encerrar essa mesa, agradecer mais uma vez à professora Carmelita Yazbek e ao professor Edval por tê-los em nossa Conferência, contribuído conosco decisivamente com esta bela síntese. Quero agradecer ao nosso presidente Carlos Ferrari, não só pela contribuição nesse momento específico, mas por todo trabalho brilhante que o presidente vem desenvolvendo à frente do Conselho Nacional e quero dizer aqui, de público presidente, que é motivo de orgulho para mim ser seu vice. Nós temos feito grandes realizações no Conselho Nacional, essa tem sido uma gestão muito comprometida em qualificar o controle social.

Quero agradecer também ao Conselheiro Araújo e fazer um agradecimento especial à Kênia Augusta, que é a nossa companheira responsável por toda programação cultural da Conferência, responsável por essa turma que vocês já devem ter encontrado pelos corredores, animando nosso evento. Devo dizer que durante toda a conferência vocês terão muitas surpresas, que foram preparadas pela nossa equipe de programação cultural, assim, quero agradecer à Kênia e a todo o pessoal da equipe cultural.

Vou dar uns avisos rapidamente, e dizer para os senhores que nesse intervalinho que vamos fazer agora, a equipe de som já está comprometida a arrumar esse probleminha do som. Agora nós vamos para o jantar, mas às 19 horas vamos precisar que todos estejam de volta a este auditório para a solenidade de abertura, que contará com a presença da nossa Ministra de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campelo, em comemoração aos 18 anos da LOAS. Muito obrigado.



5. SOLENIDADE DE ABERTURA

Mestre de Cerimônias: Antes de dar início à cerimônia de abertura da Conferência Nacional de Assistência Social, convidamos ao palco o músico compositor e instrumentista Pereira da Viola.

Mestre de Cerimônias: Senhoras e Senhores sejam bem vindos à VIII Conferência Nacional de Assistência Social. A conferência tem como objetivo avaliar e propor diretrizes para ao aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS na perspectiva da valorização dos trabalhadores e da qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios.

Convidamos para compor a mesa de honra da senhora Ministra de Estado do Desenvolvimento Social de Combate à Fome, Tereza Campelo; a senhora Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência Gleisi Hofmann, neste ato representando a senhora Presidenta da República Dilma Rousseff; a senhora Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior; o senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; o senhor Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, Luiz Sérgio; a senhora Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Iriny Lopes; o senhor Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, Carlos Ferrari; o senhor Deputado Federal Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social, Raimundo Gomes de Matos; a senhora Secretária Nacional de Assistência Social, Denise Colin; a senhora Presidente do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social - FONSEAS Arlete Sampaio, neste ato representando o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz; a senhora Vice-Presidente do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – FOGEMAS, Ana Farias; o senhor Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social – FONACEAS, Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho; o senhor coordenador do Fórum Nacional de Assistência Social - FNAS, Clodoaldo de Lima Leite; o senhor representante do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS - FNTSUAS, Ricardo Antunes de Abreu e o senhor Coordenador do Movimento de População em Situação de Rua, Samuel Rodrigues, neste ato representando os usuários da Assistência Social.

Ouviremos agora o Hino Nacional Brasileiro que vai ser executado por Pereira da Viola.

Convidamos o senhor Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Carlos Ferrari, para uma saudação aos presentes.

Sr. Carlos Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Boa noite. Quero parabenizar a todos os presentes. É o compromisso de cada um dos delegados, delegadas que estão aqui, de vocês que se inscreveram, batalharam para estar nessa Conferência que faz com que esse evento inicie com essa grande energia.

Quero saudar o senhor Ministro da Pesca, Luiz Sérgio; o senhor Ministro Gilberto Carvalho, Secretaria Geral da Presidência da República; a senhora Ministra Chefe da Casa Civil Gleisi Hofmann; quero saudar também a senhora Ministra representando a Secretaria das Mulheres, Iriny Lopes; saudar a senhora Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campelo; saudar a nossa Secretária Nacional de Assistência Social, Denise Colin; saudar os companheiros da sociedade civil Ricardo Antunes representando os trabalhadores dessa política; o companheiro Clodoaldo Leite representando o Fórum Nacional de Assistência Social; o companheiro Samuel representando os usuários da Política Pública de Assistência Social; Geraldo Gonçalves, Presidente do FONACEAS - Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Gostaria de cumprimentar Dra. Arlete Sampaio, que aqui representa o Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social; Secretária Ana Farias, que aqui representa o Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social; Deputados Raimundo Gomes de Matos, Benedita da Silva, Antônio Brito, grandes militantes e atuantes da política de assistência social. Quero saudar a cada um, abraçar os deputados, abraçar o nosso músico Pereira da Viola que tocou os nossos corações no início dessa Conferência, quero cumprimentar a nossa equipe da Secretaria Executiva do CNAS, na pessoa da nossa Secretária-Executiva do CNAS Maria das Mercês, que coordenou todo esse trabalho de estruturação dessa Conferência.

Cumprimentar os Conselheiros municipais, estaduais e em especial aos companheiros de Conselho Nacional, pedir que fiquem em pé os companheiros que trabalharam todos esses meses para que essa Conferência pudesse acontecer, os Conselheiros da sociedade civil, representação governamental.

Quero dizer companheiros que estou verdadeiramente emocionado, essa é uma Conferência produto da luta de todos vocês, de todos nós, uma Conferência que iniciou lá nas mobilizações dos municípios, é a Conferência da celebração, a Conferência que consolida e que pode celebrar lutas históricas de ex-ministros como Benedita da Silva, Patrus Ananias, a nossa querida Márcia Lopes, que está aqui presente, lutas históricas de Ana Lúcia, Maria Luiza Rizotti, Rosilene, de tantos secretários nacionais, como agora Denise Colin, lutas históricas de militantes da sociedade civil, entidades religiosas, filantrópicas, movimentos sociais, entidades de pessoas com deficiência, populações em situação de ruas, movimentos de idosos, todos esses mobilizados trabalharam para que o SUAS fosse de fato um sistema instituído não apenas pela nossa lutas pelas nossas deliberações em Conferência, mas também, por lei.

Nós chegamos na VIII Conferência com a satisfação de poder comemorar muitas conquistas, mas com a certeza de que muito nós temos que construir. A temática dos trabalhadores não é à toa, expressa uma grande bandeira dos trabalhadores, que juntos nós temos de lutar para que sejam efetivadas e consolidadas. Nós vamos lutar contra a precarização, pelo reconhecimento e valorização desses que têm trabalhado para que essa política se tornasse de fato pública. É através da aliança entre Estado e sociedade civil que nós vamos conseguir fazer essa caminhada.

Quero dizer, senhores Ministros e Ministras, que é uma pena que a Presidenta não esteja aqui, digam isso a ela. A Presidenta Dilma precisa experimentar uma Conferência Nacional de Assistência Social, para sentir essa festa da democracia. E aqui, os senhores podem ter certeza, ela seria muito bem acolhida, é aqui através dos movimentos sociais que conseguimos produzir nossas deliberações, traduzir os nossos anseios, mas também reconhecer tudo que nós construímos e reconhecer toda a jornada que nós fizemos juntos até aqui.

Nós estamos hoje iniciando um trabalho, tem muito pra fazer até sábado, muitas deliberações, muito para construir nos grupos, muito para pactuar, muito para aplaudir e muito para a gente dizer que precisa ser feito. Nós temos a certeza de que o Estado Brasileiro está disposto a ouvir e essa mesa é uma prova disso. Está disposto a construir junto e essa mesa é uma prova disso. Eu desejo a todos uma excelente Conferência e que tenhamos claro que nós só vamos fazer assistência social no Brasil com esse compromisso, com essa aliança de entidades históricas, dos movimentos de luta e do Estado Brasileiro, sem negar o que já foi posto e sem deixar de reconhecer o que está sendo feito. Um ótimo trabalho, uma ótima conferência a todos nós.

Mestre de cerimônias: Ouviremos agora o Senhor Coordenador do Movimento de População em Situação de Rua Samuel Rodrigues.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sr. Samuel Rodrigues (Coordenador do Movimento de População em Situação de Rua):Boa noite a todos e a todas, eu queria cumprimentar a mesa, da qual faço parte, e aí vou cumprimentar pelo masculino e pelo feminino, os meus companheiros, na pessoa do Presidente Carlos Ferrari, e as companheiras na pessoa da Ministra Tereza Campelo, sejam bem vindos a esta conferência.

Senhores Ministros, Senhores Deputados, Senhores Delegados, trabalhadores, representantes de entidades, representantes governamentais e os usuários aqui presentes, sejam todos bem vindos a VIII Conferência Nacional de Assistência Social, onde o CNAS, onde a direção da política de assistência social traçou como tema a discussão acerca dos trabalhadores dessa política e quando eu fui convidado para fazer uma fala nessa conferência, representando os usuários, eu comecei a pensar o que eu vou dizer na abertura da VIII Conferência.

A VII Conferência era muito tranquila, pois eu estava falando pelos usuários e agora eu também sou convidado a falar pelos usuários, mas nessa Conferência, que tem os trabalhadores como tema, eu comecei a pensar: se há o direito, se há o acesso ao direito os trabalhadores com certeza são a chave desse direito, os trabalhadores são a chave que leva os usuários a acessar esses direitos.

Muito da minha caminhada, muito da minha vida, muito da minha luta dentro do meu movimento, movimento que eu coordeno, deve-se ao empenho de inúmeros trabalhadores que ao longo desse país afora. Eu estou falando ao longo desse país afora, porque eu venho da caminhada pelas estradas de 10 estados diferentes, em cada cidade que eu passava eu encontrava um assistente social, um psicólogo, um terapeuta ocupacional que estava disposto a me ouvir, que estava disposto a direcionar a minha caminhada, que estava disposto a me ajudar na busca da cidadania que eu tanto vinha procurando ao longo da minha caminhada.

A minha história com os trabalhadores não terminou, mas o último ato é a transformação do número 1609 do Albergue Tia Branca, em Belo Horizonte - Albergue do Grupo Consolador onde dois assistentes sociais e um psicólogo transformaram o 1.609, em Samuel Rodrigues novamente. Naquele momento dois trabalhadores se envolvem na minha caminhada, transformando e resgatando o Samuel Rodrigues, que estava escondido atrás de uma carteirinha de albergue registrado.

Esse aqui era o 1.609, presidiário do sistema, presidiário da ausência da política pública e de trabalhadores ousados, trabalhadores que esperavam o último cara chegar no albergue, e o último cara que chegava era sempre o 1.609, e resgatou o 1.609 e transformou ele em Samuel Rodrigues.

Daí o meu agradecimento em nome dos milhões de usuários desse país, a esses bravos guerreiros, a esses assistentes sociais, que eu costumo chamar de insistentes sociais que tanto insistem e tira o sujeito dessa sarjeta, traz para cidadania, discute portaria, discute resolução, permite que usuários de movimento sociais hoje possam participar do Conselho Nacional de Assistência Social, é por isso que eu aceitei esse desafio e vim aqui dizer que nós usuários viemos aqui também para debater a temática dos trabalhadores, porque nós usuários sabemos que quanto mais o trabalhador é valorizado, quanto mais existir trabalhador com dignidade, quanto mais o trabalhador for empenhado, melhor produto, melhor serviço, melhor benefício, melhor projeto, eu, usuário, vou receber lá na ponta onde eu preciso receber.

Parabéns a todos nós, parabéns aos trabalhadores incansáveis dessa política, parabéns aos usuários dessa política, cada vez mais conscientizados de que isso não é favor, de que isso é direito, parabéns a todos os militantes da assistência social, que arranca isso da fala da benesse e traz isso para a fala do direito, para o legado do direito, tendo todos os brasileiros como cidadãos e cidadãs, todos bem vindos e boa conferência a nós.



Mestre de cerimônias: com a palavra o representante nacional dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social Ricardo Antunes Abreu.

Sr. Ricardo Antunes de Abreu: Boa noite, depois da fala do Samuel, fica difícil falar. Meu nome é Ricardo Antunes de Abreu, meu nome é homônimo do Ricardo Antunes da Unicamp e tem uma aparência de sócia, então isso me facilita muito, me ajuda muito também.

O sociólogo, a Federação Nacional de Sociólogos, da qual eu faço parte e da qual sou presidente, começou a participar dessa luta do Fórum Nacional dos Trabalhadores na conferência anterior. Na última conferência da assistência social em 2009, às federações nacionais dos assistentes sociais e dos psicólogos se reuniram, se articularam e começaram a engendrar, a provocar esse fórum, e nós da Federação Nacional de Sociólogos também fomos chamados para compor e, a partir de 2009, começou toda uma luta, uma busca de espaço para fazer reivindicações, pois os trabalhadores estavam com uma grande sede das coisas acontecerem.

Em 2009, aconteceram os encontros regionais dos trabalhadores, como uma proposta de Fórum Nacional dos Trabalhadores, que foi encampada pelo governo. E dos encontros regionais nós fizemos um Encontro Nacional dos Trabalhadores do SUAS. Um dos grandes avanços decorrentes foi a Resolução do CNAS nº 17, que descreve as 12 profissões de nível superior que integram o SUAS. Além dos assistentes sociais e psicólogos, que são da equipe obrigatória, outras categorias passam a integrar a equipe de trabalho do SUAS. Esse é resumidamente o histórico do nosso movimento, do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS.

Eu quero colocar também, que nós temos uma carta reivindicatória, uma carta declarativa das nossas intenções, das intenções do Fórum, nós vamos fechar-la hoje a noite, após o término das apresentações. Aproveitando a oportunidade, eu vou falar um pouco da carta, resumidamente é claro. Convido as lideranças dos fóruns estaduais dos trabalhadores e as lideranças das categorias para se reunir com a gente no stand dos trabalhadores, logo aqui na saída do fórum nacional, por volta das 9h e 30m, 10 horas nós vamos reunir essas lideranças para gente fechar essa carta declarativa, reivindicatória.

Em linhas gerais a referida carta permeia várias reivindicações, vários solicitações que já foram muito faladas hoje durante o Fórum, que é a questão da Mesa Nacional de Negociação. Nós não queremos só mesa nacional, nós queremos mesa estadual, municipal de negociação, plano de cargos e carreiras, entenderam? Nós queremos um piso para os trabalhadores do SUAS, a efetivação da NOB-RH, nós sabemos de todas as dificuldades, mas nós estamos lutando para que seja efetivada concretamente a NOB-RH do SUAS. Nós também estamos pedindo o fortalecimento dos CRAS e dos CREAS.

Tem uma questão que acho de fundamental importância, que é o governo fazer uma reflexão para estender o horário de atendimento dos CRAS e dos CREAS para que a população como cidadã seja atendida fora do horário comercial, certo? Resumidamente são essas reivindicações das categorias, dos fóruns e dos trabalhadores que está escrito nessa carta.

Eu já falei da reunião, mas as categorias também têm um recado. Elas vão se reunir amanhã às 12 horas, assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, vocês procurem os representantes lá no nosso stand, para ver em que local as categorias vão estar se reunindo para discutir as questões relevantes ao SUAS.

Um último aviso, é que no dia 9/12 após o ato político, acredito que seja por volta de 20 horas, nós vamos realizar uma assembleia geral para fazer os encaminhamentos dessa carta reivindicatória. Nós estamos propondo também consolidar esse fórum, criado e referendado no dia 30 de março. Queremos



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

fazer essa reunião para concluir a referida carta e tratar de outras reivindicações dos trabalhadores do SUAS. Por último, eu queria colocar para vocês, para os trabalhadores, a questão fundamental da nossa organização para que organizados possamos reivindicar nossos direitos.

Termino com a frase de uma música do Raul Seixas, que nunca é demais ser lembrando: “sonho que se sonha só é apenas sonho mas sonho que se sonha junto é realidade”. Trabalhadores do SUAS organizados!

Mestre de cerimônias: Antes de prosseguirmos com as falas, gostaríamos de registrar e agradecer as presenças do Senhor Francisco de Assis Castro Gomes, Secretário de Estado do Desenvolvimento Social do Maranhão, neste ato representando a Governadora Roseana Sarney; senhora Susana Dieckman, Assessora Especial neste ato representando o senhor Ministro do Turismo, Gastão Dias Vieira; senhor Fernando Carrilho, Presidente do BID do Brasil; senhora Laís Abramo, Diretora da Organização Internacional do Trabalho – OIT; senhor Rodrigo Morais promotor de Justiça neste ato representando o Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Eduardo Veiga; senhora Ana Paula Crosara, Secretária Nacional Substituta de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Deputado Federal Valmir Assunção; Deputada Federal Benedita da Silva; Deputado Federal Antônio Brito; Deputado Estadual Yulo Oiticica, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social da Bahia; senhora Rosilene Mendes dos Santos, neste ato representando o senhor Diretor-Presidente da ANVISA, Dirceu Barbano e senhora Roseli Barbosa, Secretária de Estado do Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social de Mato Grosso.

Fará uso da palavra o senhor Coordenador do Fórum Nacional de Assistência Social, Clodoaldo de Lima Leite.

Sr. Clodoaldo de Lima Leite (Coordenador do Fórum Nacional de Assistência Social):Minha saudação a todas as autoridades e todos os presentes.

O Fórum Nacional de Assistência Social completou 12 anos de existência no dia 19 de agosto, próximo passado, nasceu durante a reunião ampliada do CNAS, realizada na cidade de Salvador, sua criação significou um novo marco na interlocução entre sociedade civil e governo federal. É fruto do entendimento de que a construção da democracia só se materializa quando temos uma sociedade livre, plena e autônoma, onde esse protagonismo não seja desrespeitado, desconsiderado ou cooptado, onde os espaços de participação não sejam aparelhados, aparelhados para o favorecimento de interesses particulares em detrimento de interesse público e coletivo.

O Fórum Nacional de Assistência Social parte da afirmação da assistência social como política pública de seguridade social, apoiada pelo financiamento público e submetida ao controle social.

Destaco, por ser oportuno, alguns pontos elencados naquela época e que continuam a atuar: defesa da política de assistência social; defesa da primazia da responsabilidade de estado na condução da política de assistência social, na qual o chamado terceiro setor deve ser respeitado em seu papel complementar às ações de estado; repasses de recursos por meio de fundos de assistência social sob controle da sociedade civil; defesa de um salário mínimo per capita como critério de mais justo e inclusivo aos benefícios previstos na LOAS; defesa da descentralização respeitando a autonomia de cada ente federado; estruturação de uma rede socioassistencial com critérios de qualidade no atendimento aos usuários da assistência social; acompanhar as reuniões do CNAS com objetivo de fortalecer a representação mais independente propositiva e progressista da sociedade civil; adesão de fóruns estaduais.

Hoje, também aqui nós temos o FONACEAS, de modo a construir uma rede de informação e articulação. E resultante do atual contexto histórico com aprovação de diversas normas, o Fórum Nacional



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

entende que haja um tempo de transição, para que todos os atores que colaboraram neste processo do Sistema Único de Assistência Social em nosso país, não se sintam atropelados ou marginalizados.

Reiteramos assim a importância da autonomia dos Conselhos para que possam: cumprir seu papel de controle social da política pública de assistência social e a definição do que venha a ser chamado vínculo SUAS, deixando claro o papel da sociedade civil no exercício do controle da certificação; criar mecanismos para agilizar o julgamento dos processos de certificação; com o Plano Nacional de Capacitação, alcançar e atender, de fato, a todos os trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social, governamentais e não governamentais; reconhecerem as entidades como rede complementar impulsionadora da política pública, com suas entidades que executam programas, serviços e projetos e inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social e que elas possam fazer parte da composição dos Conselhos, independente da área de preponderância, pois constata-se o esvaziamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social, principalmente nas cidades de pequeno porte, que hoje todos sabemos em torno de 70% das cidades do nosso país; mobilizar vontade política constatada no orçamento, especialmente pela necessidade de ampliação de recursos para os fundos nacional, estaduais e municipais de assistência social e a importância de se efetivar o cofinanciamento.

Temos, senhoras e senhores, de enfrentar desafios apontados pela sociedade civil, tais como acompanhar os projetos de lei no Congresso Nacional, PPA, LDO, LOAS, DRU e aqueles que querem desfigurar a LOAS, transformando o Sistema Único de Assistência Social numa política periférica e sem valor. Temos de garantir atendimento adequado às pessoas com deficiência intelectual e múltiplas e os autistas em espaços denominados moradias assistidas, e também especificar o entendimento de que as organizações regionais atendam o que determina a Resolução 91/95 do CNAS, e que possam fazer a inscrição nos Conselhos Municipais de Assistência Social. É fundamental também a criação de mecanismos para participação com autonomia dos usuários na assistência social.

Como nós estamos numa conferência de valorização dos trabalhadores do SUAS, que nós tenhamos espaços de valorização dos trabalhadores que atuam em toda a rede socioassistencial, o que implica em salários dignos e capacitação contínua. Que possamos pleitear que a temática da próxima conferência de assistência social tenha centralidade nas entidades que formam a rede socioassistencial complementar, avaliando o SUAS que temos e o SUAS que queremos. E finalmente, quero convidá-los também para que passem no stand destinado aos Fóruns, onde estamos distribuindo material e cadastrando adesões ao fórum Nacional de Assistência Social, muito obrigado.

Mestre de cerimônias: Ouviremos as palavras da senhora ministra de Estado do Desenvolvimento Social de Combate à Fome, Tereza Campelo.

Ministra Tereza Campelo (Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome): Boa noite a todos e todas, é um grande orgulho estar aqui abrindo a VIII Conferência Nacional de Assistência Social. É um grande orgulho estar aqui em nome de todo governo, participando desta Conferência, da Presidenta Dilma, de nossos Ministros, representando o Ministério do Desenvolvimento Social, por isso parabéns a todos nós, vocês trabalhadores e usuários, vocês militantes da agenda de assistência social, porque hoje dia 7 de dezembro, nós completamos 18 anos da publicação da LOAS, hoje é o Dia da Assistência Social. É um dia de festa e de comemoração, é um dia de muita alegria e essa conferência é uma conferência, como disse o nosso presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, é uma conferência que marca muitas vitórias.

Eu queria cumprimentar nossa Ministra-Chefe da Casa Civil, aqui nesse ato representando a nossa Presidenta Dilma, Ministra Gleisi Hoffman, também Senadora, que durante o seu mandato teve a oportu-



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

nidade de nos ajudar a aprovar e a construir a aprovação do PLSUAS, agradecer pelo seu esforço, pelo seu empenho e agradecer por todo apoio que ela tem nos dado no Ministério do Desenvolvimento Social na condução dos trabalhos do MDS e da assistência social.

Queria cumprimentar minha companheira, camarada, Ministra Miriam Belchior do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Ministra Miriam teve um papel fundamental esse ano, nos ajudou a construir a sanção do PLSUAS sem veto, nos ajudou a aprovar um orçamento e ampliar o orçamento da assistência social do MDS ao longo de 2011, nos ajudou a aprovar um orçamento e a nossa proposta na íntegra para 2012. A Ministra Miriam, além de todo esforço e condução da área de orçamento e gestão, tem toda uma experiência na área de assistência social, que na sua história ela teve oportunidade de ser secretária de assistência social em Santo André, portanto, é também uma parceira da nossa luta e da militância na área de assistência social, queria agradecer por todo trabalho e esforço ao longo desse ano.

Queria cumprimentar o nosso Ministro Gilberto Carvalho, aqui representando várias entidades. O Ministro Gilberto, além de ser também o sempre apoiador nosso, também representa os Ministros da Casa, da Presidência da República, representa a nossa Presidenta, representa os oito anos do mandato do nosso Presidente Lula, que também com toda sua história nos ajudou a construir e fortalecer a agenda da assistência social, e representa aqui também a família da Márcia Lopes que foi nossa Ministra de Desenvolvimento Social e também uma militante histórica na área da assistência social. Portanto, Ministro Gilberto representa aqui todo esse nosso patrimônio.

Queria cumprimentar o Ministro Luís Sérgio, da Pesca e Aquicultura, também um apoiador da agenda da Segurança Alimentar do MDS, a Ministra Iriny Lopes, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República, saudar a nossa parceria em várias agendas da assistência social. Semana que vem temos conferência, vamos representar também toda nossa agenda de mulheres, casada com a agenda da assistência social.

Registro um cumprimento muito especial ao Carlos Ferrari, nosso Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, que com muito esforço representa aqui todos os Conselheiros, que nos ajudou a construir nessa trajetória fantástica essa Conferência que já é uma Conferência vitoriosa, que é uma Conferência que representa toda uma mobilização nacional nos municípios, nos estados que reuniu, Ministra Gleisi, ao longo desse ano, 100 mil pessoas em todo Brasil nas conferências municipais, nas conferências estaduais. Em nome do Carlos Ferrari eu cumprimento não só os nossos Conselheiros como cumprimento o conjunto dos delegados que representam a agenda da assistência social no Brasil, que estão aqui hoje iniciando essa conferência.

Quero cumprimentar nosso Deputado Raimundo Gomes de Matos, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social, em nome dele o conjunto dos nossos parlamentares aqui representados, onde também faço um cumprimento todo especial a nossa Deputada Benedita da Silva, que foi também Ministra da Assistência Social. Estão aqui representando os nossos parlamentares, Deputado Antônio Brito que também militou e nos ajudou a aprovar o projeto o PLSUAS, um cumprimento especial à Deputada Benedita, ao Deputado Raimundo, ao Deputado Brito e em nome deles ao conjunto dos Deputados que nos ajudou na construção da LOAS.

Um cumprimento muito especial a nossa Secretária Nacional de Assistência Social, Denise Colin, que batalhou muito para construir junto com o Conselho essa Conferência Nacional, que já começou muito bem, mas que sabemos, temos um longo trabalho pela frente. Uma Conferência que não só representa todo esforço de ser uma Conferência inclusiva, de ser uma Conferência que garante



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

participação de todos, como esforço de construção muito grande nosso e do Conselho Nacional de Assistência Social. Em nome da Denise Colin, eu cumprimento o conjunto de secretários e secretárias de assistência social nos municípios e nos estados.

Um cumprimento muito especial à Arlete Sampaio, aqui representando o nosso governador do DF, representando o conjunto de secretários de assistência social no Brasil. Arlete Sampaio também tem uma passagem importantíssima no MDS, nos ajudou a construir o PLSUAS e construir a agenda de assistência social no Brasil.

Também faço um cumprimento especial à Ana Farias, aqui representando o Colegiado de Gestores Municipais, o nosso CONGEMAS, nossos gestores municipais estão juntos no nosso esforço na construção do Sistema Único de Assistência Social. Os municípios são os nossos grandes parceiros, nos ajudam a ter capilaridade e garantir que, de fato, a gente possa chegar aos mais de cinco mil e quinhentos municípios no Brasil, com o conjunto das políticas de assistência social e com o Bolsa Família. A posição do nosso presidente Lula e da Presidenta Dilma sempre foi o fortalecimento do pacto federativo, dos estados, dos municípios, portanto, reafirmo aqui a intenção do Governo Federal em trabalhar em conjunto, fortalecendo mais e mais os estados e municípios.

Cumprimento também Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, representando o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social, o FONACEAS; Clodoaldo de Lima Leite, Coordenador do Fórum Nacional de Assistência Social; Ricardo Antunes de Abreu, representando aqui os trabalhadores da assistência social de todo Brasil, cumprimento muito especial aos nossos trabalhadores.

E finalmente Samuel Rodrigues, Coordenador do Movimento Nacional de População em Situação de Rua, em seu nome queria saudar o conjunto de usuários dos serviços de assistência social no Brasil, os representantes das crianças em situação de trabalho infantil, em situação de violência, o conjunto das mulheres e das pessoas em situação de violência no Brasil, as pessoas em situação de abandono, de isolamento social, as pessoas com deficiência, moradores de rua e o conjunto dos usuários do serviço de assistência no Brasil.

Cumprimento prefeitos, secretários de assistência social, nossos grandes parceiros, coordenadores aqui dos Centros de Referência da Assistência Social, dos Centros de Referências Especializados da Assistência Social, em seu nome o conjunto da Rede Pública de Assistência Social. Também queria fazer um cumprimento muito especial dirigido aos nossos parceiros da rede não governamental que complementam a rede pública, que compõem também o Sistema Único de Assistência Social no Brasil e com a rede pública tem viabilizado o atendimento de toda essa nossa população usuária da rede de serviço assistência social no Brasil.

Queria fazer um cumprimento especial à nossa senadora Ana Rita, que devia estar votando e chegou agora na nossa Conferência em nome dela o conjunto dos nossos senadores que não tiveram oportunidade de comparecer exatamente porque estão num momento de votação importante. Gostaria de cumprimentar os representantes do corpo diplomático, e os nossos parceiros, que nos financiaram nessa Conferência, particularmente a Caixa Econômica e o SESC.

Queria fazer uma saudação muito especial a todas as categoria de profissionais do SUAS, dentre elas em especial às assistentes sociais, os psicólogos, pedagogos, advogados, sociólogos e tantos outros trabalhadores que constroem junto conosco a agenda e que são os responsáveis por todo esse atendimento dessa população.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Gostaria enfim, de destacar cumprimento especial, que tenho certeza que a nossa Presidenta ficaria feliz que eu fizesse. Destacar algumas mulheres que lutaram e que são grandes lutadoras, que fizeram sua história na política social e por seu talento contribuíram para construir essa agenda, que foram as nossas Secretárias Nacionais de Assistência Social ao longo do período que o MDS existe, então com mais um cumprimento especial a nossa querida Márcia Lopes, foi a nossa primeira Secretária Nacional de Assistência Social e nossa Ministra, queria cumprimentar Ana Lígia Gomes que está aqui presente hoje nessa Conferência, também Rosilene Rocha, Maria Luísa Rizotti e por fim mais uma vez saudar a nossa querida parceira Denise Colin, que junto comigo ajudou a construir esse ano que é um ano de vitórias,. Então eu acho que nessa conferência temos muito a comemorar, ela é uma conferência que já se inicia vitoriosa, é a vitória na verdade de um longo desfecho desde a aprovação da LOAS, é uma vitória de toda construção da assistência social. Desde a primeira conferência da assistência social em 1995, nós temos muito que nos orgulhar e hoje estamos colhendo os frutos que foram plantados na Constituição Federal de 1988 ao instituir assistência social como um direito, cujo percurso, ao longo das oito Conferências, nós construímos juntos.

Esses frutos são muitos. Nós temos hoje a assistência social instituída em todos os estados do Brasil, em todos os municípios do Brasil, são 7.700 CRAS, são mais de 2.150 CREAS. Eu queria fazer um registro muito importante do avanço que tivemos no investimento público, digo investimento e não gasto em assistência social. Em 2002, nós tínhamos em torno de 11 bilhões de reais em valores reais e não nominais, e 6,5 bilhões em investimentos público do orçamento a União em assistência social. Nós pulamos de 11 bilhões para 54 bilhões em 2012, aumentamos em quase cinco vezes ao longo desses 9 anos os investimentos do governo federal em assistência social, isso é muito importante, nós temos que registrar, isso é uma vitória, um ganho, uma conquista da rede de assistência social, da política de cofinanciamento do governo federal.

São mais de 3,6 milhões de pessoas sendo atendidas nos benefícios de prestação continuada, são idosos e pessoas com deficiência, pobres que hoje recebem recursos de transferência permanente do governo federal. São 20 milhões de famílias que estão no cadastro único, quase 100 milhões de pessoas que estão no Brasil hoje que são conhecidas da rede de assistência social, dessas, 13 milhões de famílias recebem Bolsa Família que é o maior programa de transferência do mundo e 97% do Bolsa Família no Brasil é responsabilidade da rede de assistência social.

Aqui eu queria fazer um parêntese, fazer uma homenagem, uma saudação ao nosso presidente Lula, que teve coragem de construir o Bolsa Família, que teve coragem de construir esse programa e que teve coragem de afirmar que o programa deveria ser construído sim em rede com os nossos municípios, construído em rede com a assistência social. Por isso nós conseguimos de fato construir um programa que consegue hoje ter essa capilaridade e chegar na maioria da população pobre, extremamente pobre no Brasil.

O ano 2011 em especial foi um ano de vitórias, e eu queria comentar duas grandes vitórias que para mim são muito importantes, a primeira delas, é a aprovação e a sanção pela Presidenta Dilma do PLSUAS que é uma vitória dessa história e dessa construção, é uma vitória de vocês.

Hoje nós temos mais uma vitória decorrente do PLSUAS, que foi a assinatura agora pela nossa Presidenta Dilma do IGDSUAS, um decreto que regulamenta o PLSUAS e que amanhã vai estar publicado no Diário Oficial da União. Com aprovação do PLSUAS nós temos mais um instrumento de qualificação da rede de assistência social, de qualificação dos nossos serviços, de monitoramento, de transparência e de avanço nas políticas de assistência social, portanto, acho que é mais uma vitória que temos a acumular e mais uma vitória a comemorar nesta Conferência.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

O segundo grande avanço de 2011 é a instituição do Plano Brasil sem Miséria, que é muito importante, é um plano estratégico e a política social central da nossa Presidenta Dilma, é um compromisso de tirar 100 milhões de brasileiros em situação de extrema pobreza, é uma vitória sim para a rede de assistência social.

Na aprovação, na sanção do PL SUAS a nossa Presidenta Dilma fez questão de afirmar que o PL SUAS era o irmão gêmeo do Brasil Sem Miséria, porque é com base na assistência social que nós temos condições de construir de fato essa condição de superação da erradicação da extrema pobreza no Brasil.

Nós sabemos que assistência social não é uma política exclusiva voltada para a população pobre, é uma política voltada para uma população vulnerável, mas sabemos que a pobreza e a extrema pobreza amplia e catalisa, de forma estrutural, as demais vulnerabilidades, portanto, atacar e superar a extrema pobreza é sim uma estratégia de inclusão social, econômica e política dessa população extremamente pobre e, portanto, é para nós uma tarefa importante da agenda de assistência social. Nós consideramos que essa é uma meta estratégica de superar a extrema pobreza até 2014, passa a agenda da assistência social a ser uma agenda estratégica e central, portanto, a assistência social vem para o centro da agenda das políticas públicas no Brasil, vem para o centro da agenda da construção das políticas públicas nacionais.

Nós conseguimos com o Brasil sem Miséria tirar da invisibilidade (e essa é nossa intenção) milhões e milhões de brasileiros que se encontram em extrema pobreza, mas conseguimos, na nossa avaliação, e conseguiremos também tirar da invisibilidade milhares e milhares de trabalhadores, que são os trabalhadores da rede de assistência social, que lida diariamente com essa população pobre, que é uma população invisível. Portanto, é uma vitória sim também da agenda dos trabalhadores da assistência social e nós temos que nos orgulhar e compreender que esse talvez seja o grande desafio para o próximo período, eu acho que essas duas são as duas grandes vitórias da agenda da assistência social desse ano, mas certamente serão também os nossos grandes desafios.

Eu queria listar rapidamente um conjunto de outras conquistas nossas ao longo de 2011:

- além de termos conseguido executar completamente o nosso orçamento de 2011, que é o que nós vamos divulgar no dia 31 de dezembro a execução de 100% do orçamento do MDS na área de assistência social, temos a aprovação da nossa proposta para 2012;
- a regulamentação da LOAS, autorizando gastos com pessoal concursado nos CRAS e nos CREAS é outra conquista da agenda da assistência social;
- o cumprimento de todas as metas do Bolsa Família, no Brasil sem Miséria;
- a implantação da versão 7 do Cadastro Único, 97% dos municípios hoje no Brasil já tem versão 7 funcionando, essa é outra grande conquista da rede de assistência social;
- as equipes volantes dos CRAS é um conquista recente e mais um passo que nós damos para o atendimento da população;
- o lançamento do Plano Viver sem Limites para pessoas com deficiência, que avança muito na agenda da assistência social, no BPC na escola, no BPC trabalho, que é uma novidade na legislação, garantindo a busca dos trabalhadores, das pessoas com deficiência pra conseguir sua autonomia;
- a conquista também no Viver sem Limite, com a construção de 20 centros-dia que será uma parceria do Ministério da Saúde com a Assistência Social;
- e também a ampliação do IGD do Bolsa Família, fortalecendo o trabalho do grupo e a qualificação do cadastro único que também é uma vitória nossa da rede de assistência social.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Portanto eu acho que nós temos muito a comemorar, em especial hoje comemorar a assinatura do IGD SUAS, que é uma vitória de todos nós.

Mas nós temos nessa Conferência e ao longo dos próximos anos, ainda, uma longa jornada para consolidação da LOAS, e eu acho que os desafios que nós temos estão ligados a essas duas redes de conquistas nesse ano, a conquista da aprovação e sanção do PLSUAS, que nos imporá a meta de construir efetivamente o sistema de assistência social no Brasil. Nós só vamos construir o sistema, qualificando e capacitando os trabalhadores. Nós só vamos construir o sistema com o cofinanciamento dos três entes. Nós só vamos conseguir construir o sistema com monitoramento, com qualificação de serviços e com controle popular e com o controle da sociedade. Portanto essa conferência inicia também esse trabalho e nós queremos mais e mais a participação dos senhores.

A segunda grande tarefa, o segundo grande desafio é o Brasil sem Miséria que é o desafio junto com a rede de assistência social, de ampliar essa conquista e garantir que cheguemos em 2014 de fato superando a extrema pobreza. Portanto nós esperamos que os trabalhos dessa Conferência nos ajudem a construir esta agenda para o próximo período, para superar os desafios, para efetivamente responder aos desafios. Quero desejar bom trabalho a todos, viva o PLSUAS e por um Brasil sem Miséria.

Mestre de cerimônias: Registamos e agradecemos a presença do senhor Luiz Eduardo Carneiro Costa, Secretário de Assistência Social do estado do Rio Grande do Norte aqui representando a governadora Rosalba Ciarlini. Com a palavra a senhora Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann.

S.ra. Gleisi Hoffmann (Casa Civil/Presidência da República): Boa noite, queria aqui cumprimentar em primeiro lugar a nossa Ministra Tereza Campelo, pelo entusiasmo, dedicação à frente ao Ministério Desenvolvimento Social, nossa companheira Ministra Miriam Belchior do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministro companheiro de casa Gilberto Carvalho, Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, nosso Ministro da Pesca, Luís Sérgio, nossa Ministra da Secretaria Política para Mulheres, Iriny Lopes, o Carlos Ferrari, que é o Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Deputado Raimundo Gomes de Matos, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social, em nome dele quero cumprimentar todos os demais parlamentares que estão aqui presentes, nossa amiga Denise Colin, conterrânea e Secretária Nacional de Assistência Social, Secretária Arlete Sampaio, presidente do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social, Ana Farias, vice-presidente do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais, o Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social, o Clodoaldo de Lima Leite, Coordenador do Fórum Nacional de Assistência Social, o Ricardo Antunes de Abreu, representante do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, o Samuel Rodrigues, Coordenador do Movimento Nacional de População em Situação de Rua.

Cumprimentar as nossas ex-ministras querida Benedita e minha amiga e conterrânea Márcia Lopes, a nossa senadora Ana Rita, prefeitos, prefeitas aqui presentes, secretários e secretárias estaduais e municipais, os representantes das entidades assistência social, representantes do corpo diplomático e organismos internacionais e todos os que estão aqui participando dessa conferência delegadas e delegados.

Gostaria de dizer em primeiro lugar que é uma honra e uma grande satisfação poder representar a Presidenta da República, que não pôde estar aqui hoje presente nessa cerimônia de abertura da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. A Presidenta Dilma pediu que transmitisse à Ministra Tere-



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

za Campelo em especial e ao Dr. Carlos Eduardo, Presidente do Conselho e a todos e todas que estão aqui que vão participar ao longo dos próximos dias da conferência, um abraço muito caloroso. A Presidenta tem certeza do acolhimento que teria nesse evento, infelizmente não pôde estar presente, mas quero aqui fazer um testemunho do trabalho, da dedicação que a Presidenta dá à assistência social no seu cotidiano, seja pela participação dela na sanção da lei do SUAS, num evento presente no Palácio do Planalto, seja pela elaboração de Brasil sem Miséria, em inúmeras reuniões com a equipe da ministra Tereza Campelo, seja através também da condução do programa da elaboração do programa Viver sem Limite recentemente lançado e também do Plano de Enfrentamento ao Crack, que lançamos no dia de hoje.

Nós sabemos que a Conferências Nacionais de Assistência Social são um fórum privilegiado de representação popular e democrática. O processo das conferências nacionais tem proporcionado ao país os mais importantes avanços na construção de novas e melhores políticas para o conjunto da população, onde as conferências foram fundamentais, por exemplo, na caminhada em direção a uma consolidação de uma política pública de assistência social, concebida como um sistema único e estruturado. A Presidenta saúda por essa razão e por terem escolhido para a VIII Conferência o tema, que é consolidar o SUAS e valorizado os trabalhadores e trabalhadoras. Como recordamos todos, foi no início de julho, no último dia 6, que a Presidenta sancionou a lei do Sistema Único de Assistência Social. Conforme a própria Presidenta observou naquela data tornou-se um dia histórico para todos, que acreditamos que a assistência social é um dever do Estado verdadeiramente democrático, um direito elementar do cidadão e da cidadã, e o SUAS constitui nesse contexto a garantia de proteção do poder público a todos os brasileiros e brasileiras que se encontram em situação vulnerável. Essa garantia é resultado de um grande esforço nacional, foi um processo longo e deliberado voltado para a estruturação de uma política de assistência social unificada e principalmente eficiente.

Com o SUAS o Brasil passou a contar com uma estrutura pública legalmente definida de prestação de assistência social, sistemática e continuada que é coordenada pelo Ministério de Desenvolvimento Social de Combate à Fome. Antigamente antes desse esforço a área de assistência social era muitas vezes tratada como instrumento de clientelismo político, as ações de assistência social ficavam subordinadas a interesses eleitorais e eram atribuídas às bondades das autoridades.

Essa articulação federativa tem por base o município, foi, sobretudo, o SUAS que fez dessa prática um fenômeno do passado, o SUAS institucionalizou no nosso país à maturidade da política pública de assistência social, por meio do SUAS a prestação de serviço de assistência é realizada de forma descentralizada com gestão compartilhada entre o governo federal, os estados e os Municípios, essa articulação federativa tem por base o município pois sobretudo graças à participação ativa, que tivemos uma melhoria significativa para as condições de vidas da nossa população e que estendesse a cobertura da assistência social ao conjunto território nacional.

A assistência social é uma obrigação do poder público ao mesmo tempo é uma responsabilidade do conjunto da sociedade. No SUAS, a sociedade civil também participa do processo de gestão compartilhada por meio das entidades e das organizações privadas que tanto serviços prestam nessa área. É nesse contexto que a VIII Conferência Nacional que hoje se inicia pretende discutir questões da maior importância como a estruturação da gestão do trabalho do SUAS e o reordenamento e a qualificação dos serviços prestados e o fortalecimento da participação e do controle social. Como disse aqui a Ministra Tereza hoje temos o que comemorar, pois a Presidenta assinou um importante decreto que institui o índice de gestão descentralizada o IGDSUAS.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A conferência pretende debater também aquele que talvez seja o tema mais fundamental de todos, na minha opinião, a centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil. No Brasil a assistência social tem um papel realmente central a desempenhar para o fortalecimento da cidadania e a geração de oportunidade para todos.

A rede brasileira de assistência social é a base ideal para as ações e para os diferentes encaminhamentos do Plano Brasil sem Miséria. Nas palavras da Presidenta Dilma Roussef e aqui lembrada pela Ministra Tereza, o SUAS é um fator determinante para o êxito do Plano Brasil sem Miséria e para alcançarmos nossa meta de superação da pobreza extrema. Como disse a Presidenta o Sistema Único de Assistência Social e o Brasil sem Miséria passaram a ser a imagem um do outro, um gêmeo do outro, o SUAS é a estrutura que veio proporcionar ao Estado brasileiro as condições de assumir plenamente a sua responsabilidade sobre o conjunto de serviços que são fundamentais para transformação do nosso país, num país realmente democrático e realmente desenvolvido, um país em que o contribuinte financia o Estado para que o Estado preste serviço ao cidadão, um país próspero em que todos usufruam das mesmas oportunidades. O lançamento hoje também do Programa de Enfrentamento ao Crack é resultado da presença ativa da assistência social nas políticas de governo. Sem ela esse programa não atingirá o sucesso que a Presidenta deseja para o Brasil.

Queria aqui agradecer muito o esforço da Ministra Tereza, em nome da Presidenta da República e no meu próprio nome, desejo a todas e a todos uma feliz, excelente e produtiva VIII Conferência Nacional de Assistência Social, na certeza de que as ações que acontecerão aqui constituirão um marco no aprimoramento da gestão do SUAS e na valorização dos seus trabalhadores e trabalhadoras, parabéns a todos vocês que dão orgulho ao Brasil.

Mestre de cerimônias: Damos por encerrada esta cerimônia de abertura, agradecemos a presença das autoridades a quem convidamos para tomar assento com os participantes. Pedimos a gentileza de permanecer à mesa o senhor presidente Carlos Ferrari e a senhora Ministra Tereza Campelo para apresentação da Conferência Magna. Pedimos a todos que permaneçam no auditório. Convidamos ao palco para integrar a mesa o vice-presidente do Conselho Nacional Assistência Social, Renato de Paula. Senhoras e senhores, teremos agora a conferência magna com o tema Consolidar o SUAS e valorizar os seus trabalhadores, desafio para a superação da extrema pobreza no Brasil. Fará uso da palavra o senhor presidente do CNAS, Carlos Ferrari.

Sr. Carlos Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Mais uma vez quero agradecer a presença da nossa Ministra que agora nesse momento vai cumprir um papel para nós creio que seja fundamental: trazer conhecimento para fomentar os nossos debates, conhecimentos, reflexões que com certeza serão bastante úteis para o decorrer dessa conferência. Quero ratificar a importância dessa fala num momento em que recebemos a notícia do decreto IGDSUSAS, ou seja, um pano de fundo bastante relevante para esse momento, cumprimentar o nosso vice-presidente que também está aqui na mesa e que nos ajuda a conduzir esse processo, a conduzir a apresentação da fala magna. De imediato então Ministra mais uma vez agradecendo, eu lhe passo a palavra desejando a Senhora uma boa fala.



6. CONFERÊNCIA MAGNA: CONSOLIDAR O SUAS E VALORIZAR SEUS TRABALHADORES: DESAFIO PARA A SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA NO BRASIL

- Tereza Campello- Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

- Coordenação: Carlos Eduardo Ferrari e Renato Francisco dos Santos Paula - Conselheiros Nacionais:

Tereza Campello: Boa noite a todos, mais uma vez, primeiro quero dizer que além de termos um plenário cheio aqui às 9 horas da noite, eu sei que muitos de vocês trabalharam ao longo do dia todo, portanto, estão bastante cansados mas eu acho que é muito importante abrimos a Conferência tratando do *Brasil sem Miséria*. Além dessa audiência, nós estamos com milhares de pessoas conectadas pela internet, a nossa Conferência está sendo transmitida ao vivo, portanto, eu acho que é muito importante esse momento, mas como eu disse, vou tentar ser um pouco mais breve, embora o plano seja bastante complexo. Eu queria poder não só apresentar o plano, mas de certa forma e, principalmente, as ações mais estratégicas e já fazer uma certa prestação de contas, porque nós já temos muita coisa em andamento, pois o *Brasil sem Miséria* é um plano que está na rua. Todas as nossas ações já foram iniciadas, por isso é importante ao mesmo tempo apresentar o plano e poder fazer uma prestação de contas.

Primeira coisa antes de iniciar a apresentação do programa é registrar que temos cinco questões fundamentais para destacar, principalmente para rede de assistência social, seja a rede pública, seja da rede privada. Cumprir agendas voltadas para a população pobre é correto sim, o Estado brasileiro tem um papel a cumprir para garantir que essas pessoas saiam da situação de extrema pobreza, que saiam da situação de vulnerabilidade. Hoje nós construímos, nós sabemos o caminho que temos que trilhar, nós tiramos 28 milhões de pessoas da situação de pobreza, isso é uma conquista para o Brasil, 28 milhões é a população do Chile, nós colocamos 40 milhões de pessoas na classe média, 40 milhões de pessoas é quase a população de uma Argentina, isso é uma conquista nossa, isso não aconteceu naturalmente, isso aconteceu sim por uma ação forte do Estado brasileiro.

Essas ações envolveram o Bolsa-Família, a valorização do salário mínimo, a construção de uma agenda de políticas públicas universais, a construção de um programa de aquisição de alimentos, a construção da merenda escolar, um conjunto de ações que viabilizaram essa conquista, que é a inclusão de milhões e milhões de brasileiros na sociedade, tendo direito de se colocar inclusive no mercado, de virar consumidor, de ter acesso à informação e assim por diante, portanto, nós temos que continuar trilhando esse caminho.

O *Brasil sem Miséria* se espelha nesse conjunto de experiências que são vitoriosas e reconhece que nós só vamos tirar esses 16 milhões de brasileiros, que é o núcleo mais duro da pobreza, a população mais vulnerável, mais carente, se nós atuarmos fortemente como Estado, como rede de assistência social.

Segunda grande questão, isso é muito importante para os senhores, é que por conta do plano *Brasil sem Miséria* - estamos aqui com a nossa SECRETÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA Professora Ana Fonseca -, nós criamos uma secretaria que chama extraordinária porque o plano *Brasil sem Miséria* de fato pretende superar a extrema pobreza em 4 anos. Portanto, ele é um plano extraor-



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

dinário, que não pretende e não vai substituir o conjunto das políticas públicas que o Estado brasileiro tem que continuar ofertando, tem que aprofundar e tem que melhorar, nós vamos continuar apostando na construção de políticas universais na área de saúde, na área de educação, na área de assistência, nós vamos continuar fortalecendo a reforma agrária, nós vamos continuar executando e fortalecendo o Estado brasileiro nos três níveis.

O plano *Brasil sem Miséria* não substitui nossas políticas universais; ao contrário: é complementar a elas, tem prazo de execução, por isso é que afirmamos que é um plano extraordinário essa é a segunda questão fundamental e importante registrar, principalmente para os senhores gestores públicos e gestores da rede de assistência complementar.

A terceira questão é que um plano no sentido conceitual significa que ele está aberto, tem que ser aperfeiçoado, revisado, que conta com a participação crescente dos senhores com críticas, com sugestões de aperfeiçoamento. Nós temos um Brasil que é diverso, um país continental com realidades diferentes, com municípios gigantescos, com municípios médios, com municípios pequenos, com municípios isolados, assim, não podemos ter um plano engessado que seja idêntico no Brasil todo, então, nós temos um desenho geral que vou apresentar aqui, mas é um desenho que tem que ser continuamente adequado à realidade, , portanto, não estamos contra o modelo do desenho, queremos que esse desenho seja compartilhado e construído numa agenda principal, numa agenda estadual que respeite a diversidade e as diferenças desse país.

Quarta questão, e aqui eu acho que é uma questão importante, fundamental; não estou falando isso porque estou na Conferência Nacional de Assistência Social, as pessoas que tiverem oportunidade de assistir outras apresentações do *Brasil sem Miséria*, feitas por mim ou por outros parceiros, irão reconhecer isso, que é a centralidade da agenda de assistência social para o *Brasil sem Miséria*. Nós não temos como construir um *Brasil sem Miséria* no modelo de política pública do Brasil de hoje sem contar com a centralidade da rede de assistência social por quatro grandes motivos.

Como eu tinha comentado, uma das duas grandes chaves do *Brasil sem Miséria*, é como vamos encontrar essas famílias, como nós vamos chegar nessas famílias com a rede de assistência social? A primeira delas é o cadastro único que é gerido na grande maioria dos Estados pela rede de assistência social. A segunda é que nós queremos continuar com o comando. Iniciamos na área de assistência social com a referência e a contra-referência dessa população extremamente pobre. Nós só temos como fazer isso construindo a agenda do *Brasil sem Miséria* com os senhores, esse é o primeiro motivo.

O segundo motivo e é um motivo importante, talvez só os senhores consigam identificar, é que os trabalhadores da assistência social acumularam ao longo de toda sua história toda uma expertise de como trabalhar, como abordar e como acolher essa população que é a população mais vulnerável, que é a população extremamente pobre. Essa experiência, essa expertise com acolhimento na abordagem, nós precisamos passar como experiência para a rede pública, nós queremos que a nossa população extremamente pobre do *Brasil sem Miséria* seja bem atendida pela rede de saúde do Brasil todo, pela rede de educação, pelo serviço do Sistema S, pela qualificação profissional, por conjunto das políticas públicas, para fazer isso nós vamos ter que rever nossas cartilhas, nossos materiais, a forma de dar assistência técnica para a população extremamente pobre, a forma de dar assistência técnica para os outros agricultores e familiares e assim por diante.

Na rede de assistência social nós temos todo conhecimento de como chegar nessa população, como abordar, como acolher, como se comunicar. Precisamos do apoio de vocês para que esse conteúdo



possa ser traduzido para o conjunto das outras políticas, seja da área de assistência técnica da Embrapa, da Agricultura, do conjunto dos Ministérios, das secretarias estaduais e municipais que querem nos apoiar. O *Brasil sem Miséria* é uma grande mobilização, hoje é o contrário, todo mundo quer participar, mas tem um jeito, como o Sebrae pode nos ajudar, como como modificar a forma do Sebrae lidar com essa população? Ele quer, por exemplo, nos ajudar fazendo organização da população extremamente pobre que tem o seu pequeno negócio, que tem a sua estratégia de sobrevivência no seu pequeno negócio. Como fazer isso? Nós temos que ajudar, esse é o segundo grande motivo e a grande razão para a rede de assistência social ser estratégica no *Brasil sem Miséria*.

O terceiro é a nossa experiência com a intersetorialidade, é muito fácil ficar falando de política inter-setorial, interministerial, isso não se faz em gabinete, isso não se faz por Decreto, isso não se faz com projeto de lei, isso se faz no dia-a-dia, portanto, nós contamos com a rede de assistência social para nos ajudar e a essa população para que consiga chegar a outros serviços, chegar no Brasil Sorridente, chegar no Olhar Brasil, chegar na rede de alfabetização de adultos, na assistência técnica, para que receba a semente, assim por diante.

O quarto refere-se obviamente aos próprios serviços tipificados da área de assistência social, serviços estratégicos e essenciais para essa população extremamente pobre. É muito importante afirmar e reafirmar que de fato nós contamos com tais serviços, fundamentais para o *Brasil sem Miséria*. E eu sei, estou afirmando isso como Ministra que conduz o conjunto da agenda, mas também pelos relatos recebidos com adesão dos municípios, com adesão do conjunto de gestores municipais. Nós sabemos que essa é de fato a grande vontade de todos os senhores.

Começando agora a falar um pouco desses 16 milhões, não preciso dizer quem são. Os senhores sabem muito melhor do que eu, dos 16 milhões de brasileiros que concentram, a população mais vulnerável do Brasil, 60% deles estão no nordeste, 40% são crianças, têm menos de 14 anos de idade e 70% são negros.

E, certamente, se olharmos o conjunto das vulnerabilidades, vamos encontrar as meninas que mais estão expostas à gravidez precoce, as crianças que estão fora da sala de aula e assim por diante, em todos os indicadores temos a população que mais precisa do nosso apoio.

Como nós chegamos nesses 16 milhões? Vocês sabem que foi estabelecido o mesmo recorte da população extremamente pobre do Bolsa-Família, usando dados do IBGE chegamos nesses 16 milhões para fins de identificar essa população, ou seja, na nossa avaliação, não é tirar essa população da situação de extrema pobreza somente do ponto de vista de renda. O *Brasil sem Miséria* é um plano que busca enxergar a multidimensionalidade da pobreza, portanto, busca atuar e levar a essa população não só renda, mas o conjunto de serviços que o Estado brasileiro e que a rede pública e privada pode oferecer.

Quem são esses 16 milhões de brasileiros? O nosso grande desafio é enxergar não essa população do ponto de vista de renda, mas do conjunto das suas vulnerabilidades. O plano busca tirar a população da pobreza não só levar renda, mas levar bem-estar, e nós temos três grandes eixos, que é o eixo de renda, da inclusão produtiva e o eixo de acesso a serviços públicos.

Começando pelo eixo de renda, os senhores sabem que um dos conceitos que organiza o *Brasil sem Miséria* inclusive foi inspirado numa das experiências da assistência social que é o busca ativa. O busca ativa na verdade foi inspirado no BPC-escola, que é uma experiência fantástica da rede de assistência social em parceria com a rede educação onde a nossa rede foi nas casas das crian-



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ças, com deficiência perguntar para aqueles meninos por que eles estavam fora da sala de aula, e acabou com isso revertendo, de forma muito significativa, esse percentual dramático de crianças fora das salas de aula. Baseados nessa experiência nós conseguimos essa ideia do busca ativa e para essa população mais vulnerável não basta você botar uma plaquinha, dizendo “aqui é o *Brasil sem Miséria*”, ou nós vamos atrás dessa população ou essa população não conseguirá chegar no Estado brasileiro.

Primeiro grande conceito é esse, que não é mais o cidadão pobre correndo atrás da ajuda do Estado, é o Estado chegando onde a população está. Nós temos uma meta muito importante que é de 800 mil famílias, que consideramos que ainda estão fora do Bolsa-Família e não são conhecidos do Cadastro Único. Para esse ano, a nossa meta é 320 mil famílias, estamos com experiência no Brasil todo e temos várias conquistas já, praticamente batemos nossa meta de busca ativa, para isso estamos com uma agenda estratégica de implantação do Bolsa-Família como eu disse, construímos o IGD e aumentamos em 30% o IGD do Bolsa-Família exatamente valorizando o cadastro. Tiveram duas modificações no IGD; uma foi o aumento de 2,5 para 3,25; o segundo - agora ele não é mais computado em cima de cada Bolsa-Família - e sim em cima de cada cadastro que nós temos, seja atualizado, seja cadastro novo. Com isso temos também o fortalecimento do nosso trabalho de melhorar qualidade, melhorar a fiscalização do cadastro público.

Nós estamos trabalhando em parceria. Só coloquei esse slide para deixar claro, porque sei que é uma certa angústia da rede de assistência social. Nós estamos de fato em busca de parceria para identificação dessas famílias, mas quem continuará alimentando o cadastro único no Brasil são os gestores do *Bolsa Família*. Nós não estamos alterando isso, agora queremos parceria para identificar as famílias certas, vai uma rede de assistência técnica rural, identificar uma família que é claramente para o *Brasil sem Miséria* que deveria estar no cadastro único e não está? Qual é o papel deles? Chegar ao CRAS e nos ajudar a identificar essa família? Então, toda orientação que nós estamos dando com apoio do ICMBIO do MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, para encontrar pessoas que estão em reservas extrativistas, que são extrativistas que estão no meio da floresta, que estão desconhecidos da nossa rede, da mesma forma com o conjunto de outros parceiros.

Também estamos fazendo todo um trabalho de melhorar o acesso à internet da nossa rede de CRAS CREAS e a rede da assistência social. Esse ano, estamos com nossa equipe, nosso secretário Tiago Falcão, nossa equipe da SENAR, parceira aqui da rede de assistência social na construção do *Bolsa Família*, e já batemos todas as metas do *Bolsa Família* para esse ano. Acho que estamos todos de parabéns, pois essa meta não foi batida só no governo federal, foi feita lá na ponta pelo município em conjunto com a nossa rede. Estamos com muito orgulho do que já fizemos este ano, tudo o que nos comprometemos a fazer, ampliamos os valores do *Bolsa Família*, valorizando em especial as crianças, ampliamos o número de filhos de três para cinco no *Bolsa Família*, com isso 1 milhão e trezentas mil famílias com crianças foram incluídas. A partir de setembro no *Bolsa Família*, a ampliação de renda das famílias numerosas foi garantida.

Nós estamos pagando, isso é uma novidade, para 69 mil nutrízes um benefício a mais, que é o benefício para criança, e estamos pagando a partir desse mês também para gestantes. Isso é uma informação muito importante, porque à medida que a gestante consiga ir ao posto de saúde o mais rápido possível, ela passa a receber. Se ela for começar a ter um pré-natal no segundo mês, ela já passa a receber um salário-família extra, como se ela já tivesse o bebê. Isso é um ganho da rede, porque protege nossas crianças e nossas mães, e certamente vai melhorar a situação nutricional das mães e dos bebês.

Outra novidade é a ideia que chamamos de “retorno garantido”, que é a suspensão do *Bolsa Família* para aqueles beneficiários que modificaram sua situação de renda, mas não precisarão devolver o car-



tão, porque a ideia não é que devolva o cartão mas que nos informem que modificaram sua situação. , No curto prazo, o benefício passa a ser suspenso, mas, ele perdendo essa situação nova de renda, ele pode retornar automaticamente ao *Bolsa Família*, portanto, a gente cria ideia de que o cartão do Bolsa é um certo seguro de renda para essa população, que, sabemos, enxerga no *Bolsa Família* também uma forma de estar assegurado, inclusive porque o cartão do Bolsa é uma referência para compra, é uma referência para um conjunto de outras coisas.

Nós sabemos que a nossa população é uma população que trabalha; ao contrário do que se diz, é uma população que trabalha, trabalha muito, mesmo assim muitas vezes não consegue ter renda suficiente e, portanto, o *Bolsa Família* é uma complementação de renda, mas à medida que ela melhora a renda, ela tem esse seguro, o novo seguro do *Bolsa Família*, que é esse benefício.

A última ação que penso ser muito importante (eu queria aqui fazer uma referência especial aos nossos parceiros nos governos estaduais), é que nós estamos conseguindo construir uma agenda de complementariedade nos governos estaduais que têm condições de complementar o *Bolsa Família*. Essa agenda é muito importante, não é só de Bolsa de complementação de renda, ela é de fortalecimento do cadastro único, à medida que nós estamos conseguindo construir, unificar os programas de transferência de renda nos estados, nós estamos construindo uma agenda estratégica de ter um único cadastro articulado com estados e municípios, como já temos com o governo de São Paulo, com o governo do Rio, com o governo do GDF, com o do Rio Grande do Sul, com o Espírito Santo, com Rondônia, com o Amapá, estamos em construção com Acre, com Goiás, com Mato Grosso do Sul, Paraná.

Estamos negociando uma situação diferenciada para os estados do nordeste, que certamente terão dificuldade de fazer essa complementação, mas que também são nossos parceiros na construção do cadastro único.

No eixo da inclusão produtiva, os senhores sabem que nós temos duas grandes ações, uma de inclusão produtiva urbana e outra de inclusão produtiva no meio rural. São agendas que se complementam, mas para efeito de apresentação acabamos trabalhando de forma separada. No meio rural a ação estratégica é uma ação de assistência técnica, mas essa população de agricultores familiares em situação extremamente pobre no nordeste brasileiro é uma população que tem terra, mesmo que seja pouca terra, que precisam de apoio, portanto, nós estamos contratando, pagando, sustentando toda uma rede de assistência técnica que vai nos apoiar lá na ponta e que vai ser a chave para que possamos levar um conjunto de outros serviços para essa população, semente, água e luz para todos.

Então essa rede de assistência técnica estratégica vai levar assistência técnica no mínimo para 253 mil famílias. Isso já começou, nossa meta par esse ano era 33 mil famílias, nós já estamos atendendo 44 mil famílias, portanto, estamos acima da meta que tínhamos estabelecido. Essas famílias já estão recebendo, as chamadas foram feitas em todos os estados. Só no nordeste, nós temos rede de assistência técnica já funcionando, estamos distribuindo, através dessa rede, sementes de qualidade da Embrapa. Aqui com a fotografia das famílias já recebendo, são 375 toneladas de semente de milho, de feijão, de hortaliça. As sementes estão sendo distribuídas com o nome das pessoas exatamente para evitar desvios, chegando no agricultor que está recebendo a fundo perdido 2.400 reais para melhorar a situação da sua propriedade.

Em alguns casos nós estamos conseguindo, isso não está na apresentação, mas eu faço questão de colocar. Sei que parte dos senhores também são militantes da agenda de segurança alimentar e nutricional, e nós estamos comprando, pela primeira vez na história de forma formal pela Conab, semente



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

crioula dos agricultores familiares pobres dos assentamentos e distribuindo de graça para a população extremamente pobre. Isso eu acho que é uma vitória fantástica na nossa agenda, comprar da população, comprar dos agricultores pequenos e pobres semente de qualidade, semente crioula e distribuir para os agricultores mais pobres ainda e mais vulneráveis, garantindo aí a continuidade do nosso plano genético que são as nossas sementes crioulas.

Nós temos toda uma agenda que é a ideia de que essa população possa, não só melhorar sua produção à medida que receba assistência técnica e que receba sementes, mas que possa se inserir numa agenda de chegar no mercado. Quantos vão conseguir, vão melhorar sua situação de autoconsumo? Muitos vão conseguir sim, nós estamos apostando crescentemente num aumento do programa de aquisição de alimentos, esse ano nós já tivemos um aumento substancial, todo PAA desse ano já foi empenhado isso também é uma vitória nossa na execução do *Brasil sem Miséria*, 50% do programa de aquisição de alimentos vai ser voltado para a população extremamente pobre, nós queremos sair do patamar inicial de 600 milhões já passou para 800 milhões esse ano para 1 bilhão ano que vem, querendo chegar em 2014 com 2 bilhões dentro do programa de aquisição de alimentos. Isso também vai ser uma vitória e as metas de 2011 já foram alcançadas, porém, nós queremos mais do que as compras públicas, do que a merenda escolar, do que o programa de aquisição de alimentos, nós queremos garantir que a população extremamente pobre consiga chegar na rede privada.

Esse ano nós conseguimos fazer uma coisa que eu particularmente sempre achei que era possível, mas nunca achei que ia ser nessa dimensão que conseguimos: nós assinamos já com a rede de supermercados em todo Brasil para que ela comece a comprar da agricultura familiar extremamente pobre. Nós estamos conseguindo vender farinha de mandioca em Alagoas, nós estamos conseguindo vender pirarucu no Amazonas, nós estamos conseguindo vender frango, nós estamos conseguindo vender castanha de caju, estamos conseguindo vender um conjunto de produtos produzidos pela população em extremamente pobre para a rede de supermercados. Não é para população pobre, estão nas gôndolas de supermercados, isso só não está acontecendo num volume maior porque a gente não está dando conta, então nós estamos lá com toda nossa equipe da SESAN voltada para garantir que a gente consiga ter uma inserção efetiva, portanto, uma parceria grande.

Aqui nós temos geleia, um conjunto de produtos que está representando, aqui a farinha e a geleia de Alagoas que conseguimos vender, laranja de Sergipe, isso vai crescer muito mais do que nós conseguimos até agora, mas já dá uma demonstração do que é possível se fazer.

Além disso, nós temos uma ação inédita que é Bolsa Verde, que é um primo, digamos assim, dos serviços ambientais, pagamento dos serviços ambientais, isso também é uma conquista de pagar para a população extremamente pobre, além do Bolsa Família, pagar 300 reais a cada trimestre para que ela conserve a floresta além de todas as outras ações que nós estamos querendo que chegue nessa população que é uma população extrativista. Nossa meta são 73 mil famílias, o total da população que mora em reserva extrativista do governo federal, nós queremos atingir essa meta antes da Rio+20 que é junho do ano que vem, já conseguimos atingir a nossa meta também de 2011 que é conseguir referenciar essas 18 mil famílias, 10 mil já estão recebendo o Bolsa esse mês de dezembro. Já pagamos em outubro e novembro 7.500 famílias, não são famílias fácil de referenciar, são famílias que moram na floresta, mas conseguimos atingir nossa meta, portanto, estamos confiantes que nós vamos incluir essa população toda não só no cadastro único, mas no *Bolsa Família*.

Quanto ao número urbano (vamos passar muito rapidamente), temos toda uma estratégia que envolve, por um lado, uma estratégia de empreendedorismo, por outro lado, uma estratégia de valorização do emprego formal. No caso do empreendedorismo, envolve o microempreendedor individual, envolve o fortalecimento da economia solidária, envolve agenda de catadores, envolve agenda de microcrédito. Já estamos trabalhando fortemente com estados e municípios. Em alguns estados, eu estava dizendo, essas



ações são diferenciadas. Tem estado que está fortemente trabalhando na busca ativa como é a nossa parceria com o estado de São Paulo e outros que citei aqui. Tem estados que estão trabalhando fortemente na agenda de microcrédito como o Mato Grosso do Sul, com a nossa secretária Tânia Garibe. Tem estados que estão trabalhando na agenda do PRONATEC, portanto, todos estão trabalhando em todas as agendas, mas cada um tem um forte, sendo puxado para algumas dessas ações.

No caso do emprego formal, eu chamo atenção de que nós não queremos trabalhar só com qualificação profissional, nós queremos trabalhar casado, ou seja, qualificação profissional com intermediação de mão de obra. Nós queremos que nossa população seja capacitada sim, o Brasil está cheio de oportunidades, o Brasil cresce, continua crescendo e, apesar da crise internacional, nós vamos continuar crescendo. Precisamos garantir, por um lado, que essa população possa ter acesso à qualificação e possam ser aproveitadas essas oportunidades.

Por outro lado, suprir de fato o conjunto das nossas empresas, das obras do PAC que precisam dos nossos trabalhadores, então, nós temos toda uma estratégia, casar a qualificação profissional com intermediação de mão de obra, para chegar a uma inclusão produtiva e nessa inclusão produtiva casar a agenda de serviços, vou falar sobre isso também.

No caso de empreendedorismo, nós temos uma agenda de economia popular solidária. Nossa meta é incluir 200 mil, estamos falando de pessoas, mas na verdade são pequenas empresas. A meta para 2011 são 20 mil pessoas, os editais que nós lançamos e que estão na rua hoje, eles já garantem 44 mil pessoas beneficiadas. Aqui também já batemos nossa meta, são recursos que estão sendo aprovados agora nesse mês com os nossos municípios, com os governos estaduais. Nós temos uma meta de formalizar 125 mil microempreendedores individuais; no ano de 2011 eram 20 mil e nós já temos 22 mil microempreendedores individuais e o *Bolsa Família* formalizados uma parceria com o SEBRAE. Isso também é mais uma vitória nossa, do nosso trabalho em conjunto, 65 mil pessoas já receberam assistência técnica do Sebrae uma assistência diferenciada voltada para esse público.

No caso, como eu tinha dito do emprego formal, nós sempre estamos trabalhando qualificação e intermediação numa estratégia fundamental, em parceria com os senhores, em estratégia do PRONATEC. Todo mundo acha que o PRONATEC é voltado para o ensino médio, e ele foi pensado assim originalmente, mas o PRONATEC tem três grandes vertentes, uma delas é de fato casar qualificação profissional, com ensino médio, mas um delas tem 1 milhão de vagas, é o PRONATEC *Brasil sem Miséria*, nós temos 1 milhão de vagas, que serão pagas pelo governo federal, as vagas, o transporte, o lanche. Estamos batalhando para construir também que nesse pagamento consigamos garantir que nos cursos intensivos para trabalhadoras mulheres eles possam ter uma recreacionista para que as trabalhadoras possam deixar suas crianças sendo cuidadas. Isso é todo esforço que estamos fazendo exatamente tentando identificar quais são as dificuldades dessa nossa população.

Esses cursos são vagas garantidas pagas pelo governo federal, mas nós precisamos mobilizar, organizar essa nossa população para que tenha acesso a essas vagas. É uma parceria com os senhores onde nós estamos começando. O ano de 2011 é o ano que estamos pactuando uma estratégia negociada com os maiores municípios, pois não conseguimos começar a trabalhar com os 5.500 municípios no Brasil, então, só lembrando o que é o PRONATEC - é formação inicial continuada. Tem cursos que são 160 horas, tem cursos de 400, o público é um público de transferência de renda em idade economicamente ativa, obviamente estamos bancando essa parte toda que envolve vale transporte, alimentação, material didático e, se der certo também, recreação para as crianças.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para esse primeiro semestre de 2012, estamos trabalhando municípios acima de 100 mil habitantes que tenham rede SINE exatamente para podermos fazer esse casamento de qualificação com intermediação. E mais: estamos nesses cursos garantindo que ofertemos também alguns serviços, como é o caso de garantir que as equipes volantes do Olhar Brasil, as equipes volantes do Brasil Sorridente possam atender prioritariamente, vá até o local onde estão acontecendo os cursos. Isso já está acontecendo no programa Mulheres Mil, por exemplo. As nossas mulheres que estão sendo qualificadas já estão recebendo tratamento odontológico, algumas delas já receberam prótese. Isso é um casamento daquilo que eu estava dizendo, intersetorialidade acontecendo lá na ponta e conseguindo superar a extrema pobreza, que, acredito, nós vamos conseguir. Vamos ter de herança para a rede pública esse casamento, trabalhando junto dessa população, que é a que mais precisa.

No programa Mulheres Mil, nós também atingimos nossa meta para os próximos três anos é 100, para esse ano 10 mil vagas criadas, essas vagas já estão contratadas, alguns dos cursos que estou citando aqui não começaram, não porque não tivéssemos como ofertar, mas como o PRONATEC foi aprovado agora em novembro, apesar de estarmos com tudo organizado, é muito difícil mobilizar essa população para ter aula no mês de dezembro. No litoral é exatamente o meio onde essa população tem oportunidade de ter um recurso extra porque está trabalhando nas áreas de turismo, hotelaria assim por diante e no resto do Brasil também ganhando extra nas compras de Natal, aumento de serviço, com as férias, etc. então, nós apesar de estarmos com todos esses cursos contratados eles começam a partir de janeiro, fevereiro e março, dependendo da localidade.

O programa Mulheres Mil, com as 10 mil vagas já contratadas no trabalho com os nossos institutos federais, os IPTs (Institutos de Pesquisas Tecnológicas), tanto o PRONATEC como o Mulheres Mil é um casamento do nosso com o SISTEMA S e com os institutos federais de educação tecnológica.

E, por fim, no caso do acesso a serviços públicos, temos todo um esforço de integrar as políticas, de garantir que o conjunto das políticas públicas cheguem a essa população, e para isso precisamos fortalecer os serviços públicos em dois sentidos: o primeiro deles é aumentar a oferta. O que estamos dizendo, e é esse o discurso da Presidenta Dilma, e é isso que nós fizemos ao longo desse segundo semestre, para quem acompanhou a agenda educação, a agenda da saúde em especial, nós, como eu disse, queremos continuar a fortalecer a estratégia de universalização de políticas públicas.

Muita gente no mundo está aproveitando a crise internacional para cortar a estratégia de universalização e cortar acesso aos direitos aos serviços básicos. Nós continuaremos fortalecendo nossa estratégia de universalização nos serviços públicos, não vamos abrir mão disso, não tem crise que seja justificativa para isso. O que estamos dizendo é que a expansão dos serviços priorizará o público extremamente pobre, então, nós estamos ampliando de forma significativa as unidades básicas de saúde no Brasil.

Por onde nós vamos iniciar essa expansão? Pelos territórios intensivos em população extremamente pobre, nós estamos expandindo mais educação, que é escola em dois turnos da rede federal casado com a rede estadual e municipal. Onde isso vai acontecer? Onde nossas crianças são mais pobres e estão sujeitas à situação de violência. Estamos expandindo a nossa agenda de CRAS e CREAS, e por onde isso vai acontecer? Temos o nosso mapa da pobreza, isso é casado com adequação dos serviços públicos, mas, o olhar está sendo voltado para essa população, portanto, o aumento da oferta de serviços públicos continuará buscando essa universalização, mas ela priorizará, a expansão se dará olhando para o *Brasil sem Miséria*, isso já aconteceu esse ano.

Segunda questão é a qualificação da oferta. Não basta somente expandir a rede, porque o fato de termos mais UBS, de termos mais habitação, não garante que essa população vá ser atendida, então,



aqui volta o que estávamos dizendo, como nós vamos conseguir que o serviço público chegue a essa população? Certamente é a população mais vulnerável, é população que mais precisa de educação, de saúde, é a população mais sujeita à violência, é a população que mais necessita de tudo, de assistência técnica, rural e é a população que está mais excluída.

Como nós vamos garantir que os serviços públicos olhem para essa população com um olhar diferenciado? Por que? Porque a forma como chegamos hoje, não consegue acolher e abordar esse público. Então, temos uma tarefa, eu não acho que essa é uma tarefa fácil, vocês muito menos. Não acho que essa tarefa se dará com mudança de um decreto ou lei, nós podemos até melhorar os nossos protocolos de funcionamento, os nossos protocolo articulando saúde, assistência social, educação, mas também nós temos que melhorar a nossa abordagem. Por isso precisamos construir parcerias lá na ponta e isso é uma coisa que a assistência social tem experiência, portanto tem que nos ajudar a construir esse novo olhar de como o Estado brasileiro pode finalmente chegar nessa população que é a população que mais precisa. De um lado, precisamos expandir e aprimorar os serviços, de outro lado, nós precisamos mobilizar e qualificar os nossos servidores, qualificar nesse sentido, qualificar para chegar nessa população extremamente pobre.

Queremos contar com nossos agentes comunitários de saúde, queremos contar com nossos professores, queremos contar com nossos alfabetizadores para essa missão que não é uma missão somente de assistência social, que é garantir que a nossa população tenha acesso finalmente aos serviços públicos. A rede, eu não vou detalhar aqui, a rede que envolve o conjunto de estados brasileiros tem que se voltar para essa população. Aqui estou listando alguns dos serviços que são serviços que a gente especialmente quer que chegue, portanto, eles são redirecionados, como eu disse, que é saúde e luz para todos, por exemplo. Estamos com todo um olhar especial para isso, no caso, (esqueci de falar do água para todos), nós temos uma meta de universalização no acesso à água para a população pobre, em especial a população do nordeste, mas não só do nordeste, uma meta de ter um conjunto de serviços públicos reorientado para chegar a essa população, em especial valorizando e ampliando os recursos na área de assistência social.

Certamente a nossa secretária Denise vai falar um pouco mais sobre isso ao longo da nossa VIII Conferência, e aqui vou falar muito rapidamente. Temos toda uma definição de uma estratégia específica, de acordo com os públicos, de como melhorar ainda, como termos condições de chegar à população em situação de rua, crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e da mesma forma um conjunto de outros públicos, população extrativista, população quilombola, indígenas,. O que nós temos que melhorar a forma da própria assistência social chegar nesses públicos.

Para isso nós estamos ampliando e melhorando a nossa cobertura com equipamentos. Estamos fazendo isso de forma pactuada nas nossas instâncias para fortalecer o sistema que é o sistema SUAS, e que acabamos de aprovar, valorizando isso tudo que está sendo pactuado com os senhores. Já criamos para o próximo período a equipe volante, aqui essa apresentação registro que 959 municípios que aderiram, mas está acontecendo diariamente. Já temos mais de 1024 municípios que aderiram, contando as adesões de hoje. Da mesma forma, queremos a ampliação dos serviços básicos do CRAS, que também estão sendo ampliados, a construção de CREAS, a construção de toda uma rede de apoio à ajuda de assistência social que certamente os senhores participam e teriam condições de falar muito melhor do que eu, já que ainda estou aprendendo muito, com apoio de vocês, apoio da Márcia que sempre me ajuda, da Denise, do conjunto dos funcionários e servidores da rede de assistência social lá do MDS.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aqui muito rapidamente, não vou entrar no detalhamento de como funciona, no governo federal, para isso funcionar tem que ter uma coisa que eu acho que é uma vitória da rede de assistência social, porque, pela primeira vez, a política mais importante e centralmente estratégica é coordenada pela rede de assistência social no Brasil, que é o *Brasil sem Miséria*. Acho que isso é uma vitória, uma conquista, nós não teríamos condições de fazer isso se não tivesse trilhado esse longo caminho de 20 anos e de tantos outros da Constituição Federal, da construção da LOAS. Isso não é uma vitória porque nós fizemos isso hoje, é uma vitória porque nós construímos isso ao longo de todo esse período, mas mesmo assim não necessariamente estaria no MDS e está. Acho que isso é uma afirmação, uma reafirmação do que vimos construindo como sistema de assistência social, como política do *Bolsa Família*, como política de segurança alimentar e nutricional, como política do fortalecimento das cisternas no Brasil, assim por diante. Uma conquista para o MDS, mas que é uma conquista também dos senhores.

O MDS coordena essa ação no governo federal, mas essa é uma política do governo federal, não é uma ação do MDS, é uma ação de todos os Ministérios. Vocês viram aqui a Ministra Miriam, o conjunto de outros Ministros, o Ministro Padilha está viajando, mas todas as vezes que ele fala, ele fala no *Brasil sem Miséria*, todas as vezes que o Ministro Fernando Hadad fala, ele fala do *Brasil sem Miséria*, isso é uma política de governo e para ela funcionar tem que funcionar assim também em rede no Brasil todo.

O que nós estamos sugerindo e indicando para os nossos governadores, para os nossos prefeitos? A maioria já fez... construir também comitês gestores nos estados e municípios, onde esse comitê gestor tem que ter a rede de assistência social, tem que ter gestor de *Bolsa Família*, senão, não vai funcionar, a referência, a contrareferência não vai funcionar, o cadastro único não vai funcionar, o conjunto das ações que são ações da assistência social e o conjunto de outras ações que podemos ajudar a identificar e mobilizar junto a essa população não vai funcionar. Só tem um jeito de funcionar, ao lado da rede de assistência social: a rede de gestão de *Bolsa Família* tem que ter um comitê gestor, se puder estar na coordenação ótimo, mesmo assim é decisão do governador e do prefeito, agora tem que ter um comitê gestor e nós temos que estar nele.

Essa é nossa última lâmina, (eu coloquei isso para fortalecer essa ideia), temos que falar isso com os nossos prefeitos, temos que falar isso com os nossos governadores e isso na medida do possível venha a acontecer cada vez mais, da mesma forma quando falamos aqui o *Brasil sem Miséria* é dever do Estado, é nosso papel, é o Estado que tem que assumir, mas nós contamos com toda sociedade e no caso das políticas do SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, nós contamos sim com os atores, tanto governamentais que complementam essa rede que trabalham junto conosco e que são atores também estratégicos para garantir não só a mobilização mas a inclusão da maioria da sua população extremamente pobre.



7. PAINEL: ESTRATÉGIAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS E O CONTROLE SOCIAL

Composição da Mesa

- Berenice Rojas Couto – Pontifícia Universidade Católica/RS
- Jucimeri Isolda da Silveira- Pontifícia Universidade Católica /PR
- Raquel Raichelis - Pontifícia Universidade Católica /SP
- Margareth Dallaruvera- Representante do Fórum Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social-FNTAS

Coordenação: José Crus e Frederico Jorge de Souza Leite- Conselheiros Nacionais

Cerimonial: Bom dia senhoras e senhores, convidamos a todos, por gentileza, que ocupem seus lugares e que mantenham os seus celulares desligados ou no perfil silencioso. Mais uma vez queremos convidar as senhoras e senhores a ocuparem seus lugares para darmos início aos trabalhos de hoje. Mais uma vez bom dia, bem-vindos ao segundo dia da VIII Conferência Nacional de Assistência Social.

Iniciaremos os trabalhos dessa manhã com apresentação do painel “Estratégias para estruturação da gestão do trabalho no SUAS e o controle social”. Convidamos para coordenar esta mesa os Conselheiros Nacionais: José Crus e Frederico Jorge de Sousa Leite. Convidamos também os demais integrantes da mesa: Sr.a. Berenice Rojas Couto, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Sr.a. Jucimeri Isolda Silveira, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Sr.a. Raquel Raichelis da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; também convidamos o representante ou a representante do Fórum Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social.

Sr. José Crus (CNAS): Bom dia a todos e a todas, Delegados, Delegadas, observadores, convidados, quero externar a minha alegria de compor essa mesa na condição de coordenação, com as ilustres professoras Berenice Couto; Raquel Raichelis; Jucimeri Isolda; e a nossa querida e Ex- Conselheira, com quem tive o prazer de compor o Conselho, Margareth Dallaruvera, a nossa Vice-Presidente na última gestão, que aqui nesta mesa está com uma grande responsabilidade, ao representar todos os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social do nosso país.

Queria dizer que esta mesa é extremamente importante para a VIII Conferência, portanto, todos nós que a compomos temos uma grande responsabilidade, tendo em vista a centralidade do debate, do trabalho e dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social. Queria, em nome do Conselho Nacional, em nome do nosso Presidente Carlos Ferrari, já agradecer às professoras que compõem essa mesa e a Margareth Dallaruvera, agradecê-las por responder de imediato o convite do nosso Conselho, para compor essa mesa e enriquecer aqui, abrilhantar a nossa Conferência Nacional de Assistência Social.

Eu e Frederico, a quem eu também comprimento, colega de Conselho Nacional, representantes dos trabalhadores no Conselho Nacional de Assistência Social, temos aqui a responsabilidade de fazer esta coordenação conjunta, colegiada e integrada, para que nesta manhã apossamos ter grandes debates em torno da temática desta conferência, que traz para a sua centralidade, os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social. Eu queria desejar um bom dia de trabalho para todos nós, e vou



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

passar, então, a palavra à professora Raquel Raichelis, que inicia este debate abrilhantando e, desde já agradeço, professora, em nome de todos os Conselheiros que compõe o Conselho Nacional, pela brilhante contribuição para a área da assistência social e, principalmente, no tema do trabalho na área da assistência social.

Sr.a. Raquel Raichelis (Pontifícia Universidade Católica/SP): Bom dia a todos e a todas presentes a esta VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Queria cumprimentar todos da mesa e dizer da minha alegria de estar aqui neste momento, compartilhando essa mesa com companheiros de uma trajetória na construção desta política. Mas queria cumprimentar especialmente os Delegados, os presentes a essa VIII Conferência Nacional de Assistência Social, gestores, trabalhadores, usuários, técnicos, enfim, o conjunto de atores e sujeitos que constroem a Política de Assistência Social no seu cotidiano. Começo dizendo da nossa enorme responsabilidade, até pelo que o José Crus acabou de colocar, pela importância dessa mesa e do tema que vai tratar. Eu diria que é mesmo o núcleo duro, o coração da discussão que vamos fazer, que iniciamos ontem e vamos continuar fazendo ao longo desses dias.

Quero dizer também da enorme responsabilidade de estar aqui nesta mesa fazendo esta discussão, fazendo um esforço de colaborar para que essa Conferência atinja seu grande objetivo, que é fazer um balanço crítico, fazer um debate coletivo, analisar os avanços, os limites e as possibilidades de consolidar a Política Nacional de Assistência Social como uma política nacional, e esse é um grande desafio. Se formos ver a trajetória histórica da assistência social em nosso país, poderíamos dizer que é exatamente o inverso que a gente vem construindo, uma trajetória da não política, da ação benemerente, de boa vontade, enfim, que não caracterizou esse campo como de ação pública e de compromisso do estado.

Aliás, historicamente, o Estado renunciou este papel de condutor, coordenador, dirigente e articulador dessa política pública, por isso cabe dizer que esse é o momento privilegiado, que culmina num processo, como eu costumo dizer. É importantíssimo o que vai acontecer aqui, para que consigamos propor, definir, organizar politicamente nossas propostas, nossa pauta de luta. O que acontece aqui é, ao mesmo tempo, o resultado daquilo que ocorreu ao longo desse ano todo, que mobilizou mais de 5.000 municípios no país, todos os estados realizando seu balanço, suas Conferências, então, é preciso ter clareza do que significa esse espaço, da sua importância e do que representa do ponto de vista da mobilização de um número imenso de sujeitos que constroem essa política no dia-a-dia das unidades de referência, dos territórios de proximidade onde vivem, moram, trabalham os sujeitos para os quais essa política se destina.

Gostaria também desejar que consigamos transformar essa VIII Conferência em um marco. Comemoramos a entrada da assistência social na maturidade, a LOAS completou 18 anos e eu fiquei me lembrando que a VIII Conferência Nacional de Saúde, também foi um marco de consolidação do SUS. Esperamos, da mesma forma, que a gente transforme a VIII Conferência Nacional de Assistência Social num marco de consolidação do SUAS, com a valorização dos trabalhadores e com a participação ativa dos seus usuários. Isso posto, começaria colocando as minhas primeiras palavras, dizendo que combinamos uma certa sequência das falas para que pudéssemos ir encadeando as reflexões que gostaríamos de colocar hoje para vocês.

Então, eu vou começar fazendo uma reflexão mais geral, pois é importante a clareza da perspectiva histórica que nós temos que ter. De um lado, entendendo essa VIII Conferência ao longo da sua construção, no contexto das oito conferências que as antecederam e, especialmente, entendendo que a pauta dessa conferência é longamente esperada e articulada pelos trabalhadores da Política de Assistência Social.

Na VII Conferência, em 2009, o tema foi a “Participação e Controle Social no SUAS”, com ênfase no protagonismo dos usuários e na participação popular. Lá discutíamos que não se faz política sem sujeitos



ativos, organizados, com consciência crítica, com organização política, com propostas, com direcionamento. E nessa VIII Conferência nós reafirmamos que não se faz política pública sem trabalhadores qualificados, respeitados em seus direitos e em suas condições de trabalho dignas e adequadas para prestar um serviço de qualidade a essa população. Começo dizendo que esse é um momento importante e privilegiado, de aprofundar o nosso debate, a nossa avaliação crítica e, especialmente, a aliança estratégica que deve ser firmada e reafirmada a cada dia entre trabalhadores e usuários da Política de Assistência Social.

Eu dizia da necessidade de termos uma perspectiva histórica, de não perdermos a dimensão de historicidade daquilo que estamos discutindo aqui, ou seja, nem da construção da política como um processo, que envolve milhares de sujeitos, organizações, entidades, sociedade civil, o Estado nos três níveis de governo. Mas também de não perdermos a dimensão de que discutir o trabalho na assistência social é discutir quem são os sujeitos desse trabalho e também perceber como é que é essa perspectiva, que se coloca no trabalho da assistência social, se insere em um processo muito mais amplo de organização do trabalho na sociedade brasileira, na sociedade capitalista e na sociedade global, que é a sociedade que caracteriza o nosso mundo contemporâneo.

O trabalho no SUAS tem que ser pensado com base nessas questões. Ele é feito e construído a partir do diálogo entre várias profissões, embora saibamos que o serviço social, por exemplo, é uma profissão que historicamente vem construindo e tem sido referência nessa área. Sabemos que a Política de Assistência Social e o SUAS é caracterizado como um espaço de trabalho multiprofissional, interdisciplinar, que promove o diálogo entre várias profissões e elas têm diferentes trajetórias na assistência social, nas políticas públicas da assistência social e no SUAS.

Sabemos do processo importantíssimo que foi desencadeado no diálogo, na definição de quem são essas profissões, quem são os trabalhadores da assistência social - questão que será retomada mais adiante nessa mesa - que são questões exatamente pela heterogeneidade das profissões e de trabalhadores que compõem essa área, que desafiam, de um lado, as universidades, e eu falo deste lugar como trabalhadora da academia, da universidade, como trabalhadora da assistência social, como pesquisadora das questões que envolvem, o trabalho da assistência social.

As presenças de várias profissões desafiam a universidade e os centros de formação, que estão desafiados hoje no sentido de formar profissionais qualificados para trabalhar nas políticas públicas e, especialmente, na Política de Assistência Social, que indaga e exige um determinado tipo, um determinado perfil de profissionais. Nós perguntamos: que conhecimentos, que competência, que formação ético-política o Sistema Único de Assistência Social requer? O que ele está exigindo hoje das universidades e dos centros de formação? Mas, também, por outro lado, esse processo desafia, interpela os órgãos gestores para assumir responsabilidades na perspectiva da formação continuada, da educação continuada, da educação em serviços, como costumamos dizer, e de fornecer os meios necessários, os instrumentos necessários para que o desenvolvimento do trabalho possa se concretizar.

O debate, então, é sobre a qualificação do trabalho. Todas as pessoas que falaram ontem se referiram à necessidade de qualificação do trabalho, ou seja, é um momento muito exigente que coloca para nós a necessidade de novas aquisições e competências. Entendemos, então, que discutir qualificação do trabalho ou qualificação dos trabalhadores é uma questão que não pode se desvincular da discussão e conquista de direitos para esses trabalhadores exercerem sua atividade e também não pode se desvincular dos meios, dos instrumentos, das condições institucionais necessárias para que esses trabalhadores possam desenvolver seu trabalho com qualidade. Ou seja, para desenvolver serviços, benefícios, projetos, programas no âmbito da Política de Assistência Social é preciso articular dinâmica e contraditoriamente,



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

essas dimensões, quer dizer, falar da gestão do trabalho é falar - como questões indissociáveis - também da qualificação dos serviços e e do acesso a direitos de trabalhadores e usuários.

Eu dizia que não dá para discutir limites e possibilidades do trabalho da assistência social sem discutir, pelo menos em linhas gerais, sem colocar no centro da nossa discussão o que acontece na sociedade capitalista contemporânea, ou seja, quais são as mudanças e transformações que acontecem hoje no trabalho em geral que atinge a classe trabalhadora na sociedade brasileira e na capitalista mundial. E percebemos que esse debate da gestão do trabalho do SUAS, que a necessidade de valorizar os trabalhadores nessa política, ocorre em um contexto que costumamos chamar de “fogo cruzado”, em que se encontra o trabalho no “fio da navalha”, na sociedade atual.

O que está acontecendo com o trabalho em geral? Sabemos que nós vivemos, desde os anos 1990, especialmente no Brasil, mas antes no mundo desde os anos 1970, um processo profundo, que é chamado reestruturação produtiva, ou seja, um processo que reorganiza os processos de trabalho, a forma de trabalhar, a relação entre os trabalhadores e a relação deles com o produto de seu trabalho,. E, então, há uma reorganização profunda que começa com uma mudança no trabalho das empresas, depois se estende para bancos, tanto empresas industriais como de serviços. Vai se ampliando para o conjunto dos processos de produção e de trabalho, atingindo todos os setores produtivos da sociedade, que passam a adotar medidas, chamadas de “Ideário neoliberal”. Medidas de ajuste estrutural que acabaram reorganizando o trabalho em todas as esferas, produzindo conforme vimos discutindo, o enxugamento da produção, o corte e a demissão de grande parcela dos trabalhadores estáveis das empresas, incorporando com muita força o trabalho tecnológico, o computador, a microeletrônica, a tecnologia, e uma tecnologia que economiza trabalho humano e vivo, a tecnologia que, em muitos casos, substitui o trabalhador no seu processo de produção e acaba gerando demissão, rebaixamento salarial e perda de direitos desses trabalhadores conquistados ao longo da sua história.

Vivenciamos, então, um processo que muitos autores chamam de globalização, outros de financeirização, onde o uso intensivo de tecnologias produtivas provocam mudanças, não só no trabalho, e isso que é importante aqui, mas mudanças no modo de vida, na forma em que as pessoas se relacionam. Hoje todo mundo tem um celular, todo mundo todo trabalhador é alcançado fora do seu trabalho, então, o trabalhador trabalha muito mais, porque não se trabalha só na empresa, ele trabalha 24 horas por dia, no final de semana, não há mais tempo livre, o trabalho vai avançando para o seu tempo inteiro, inclusive àquele que deveria ser dedicado ao lazer, etc.

Estamos numa época de grandes dificuldades para o trabalho e cada vez mais um trabalho subordinado aos interesses de lucro do capital. E também vivemos um conjunto muito complicados de ideias e valores que predominam na sociedade principalmente quando discutimos uma pauta de organização coletiva de trabalhadores. Discutimos quais são as entidades de representação desses trabalhadores, com predomínio de uma cultura de mercado, de valorização de produtividade, da subordinação de trabalho à máquina, do estímulo à competição entre os trabalhadores. É isso que o grande capital por meio das empresas, acaba estimulando: um profundo individualismo, um estímulo ao consumismo, valores, hoje, que orientam a vida social de maneira geral.

Ao resumirmos esse processo e não esqueçamos que ele está caracterizando o mundo do trabalho, mas por que nós estamos falando disso? Porque isso não acontece só lá, isso não acontece no trabalho da empresa, no trabalho do banco, constata-se que esses processos impactam e se expressam também no trabalho das políticas sociais, no trabalho no âmbito público e dos trabalhadores do SUAS. Então, nós podemos resumir esse processo em flexibilização, são palavras que nós ouvimos a todo o momento: flexibilização dos contratos; do tempo de trabalho; trabalho parcial; trabalho por tarefa;



trabalho a domicílio, um retorno, inclusive, a formas de trabalho que se considerava já superadas, trabalho escravo, trabalho infantil, que é algo que nos interessa de perto, um processo de informalização, trabalho sem vínculos contratuais, sem direitos, trabalhos de Sr. regulamentados, trabalhos terceirizados, nesse sentido, o processo de terceirização é um fenômeno geral que hoje já não é mais extraordinário e já faz parte das relações de trabalho, e nós percebemos como tudo isso atinge também os trabalhadores do SUAS.

Esses processos têm efeitos perversos para o trabalho e os trabalhadores, de maneira em geral, o que são esses efeitos? Perdem-se direitos: direitos trabalhistas, direitos sociais. Dilui-se a convicção em torno do trabalho protegido, não só salário, mas um conjunto de acessos de serviços, de benefícios necessários à qualidade, à condição de vida do trabalhador, uma condição provisória que se torna permanente. Há uma fragmentação dos coletivos de trabalhadores, hoje se discute isso, a dificuldade das entidades de representação dos trabalhadores ou dos sindicatos, enfim, se fortalecerem neste contexto de grandes desafios para o trabalho, onde diferentes níveis salariais coexistem muitas vezes nas mesmas equipes, não só com salários diferentes, mas formas de contrato diferentes, gerando muitas dificuldades para a organização coletiva da luta dos trabalhadores, com alta diferenciação interna entre as equipes, gerando trabalhadores de primeira e segunda categoria e isso não se pode aceitar. .

Comento uma experiência vivida ontem muito corriqueira, para mostrar para vocês como é que estas questões invadem o nosso cotidiano; eu estava no avião, quando ele pousou o piloto começou a dizer isso: *“Pousamos, não sei o que e tal.”* Aí estava tudo mundo em pé, como costumamos ficar no avião, esperando descer, e o comandante do avião diz assim: *“Peço desculpas, mas é o seguinte, nós vamos estacionar o avião mais perto, não foi possível, estamos esperando a escada e esse trabalho é um trabalho terceirizado”*. O que ele quis dizer com isso? Que é um trabalho terceirizado, sobre o qual nós não temos nenhum controle, nenhuma garantia de qualidade e são trabalhadores de segunda classe. Foi isso que ele disse para nós, quer dizer, trabalho terceirizado é diferente e nós não sabemos o resultado e não podemos garantir a qualidade deste trabalho. É isso que temos que discutir, como essas coisas incidem no nosso cotidiano e do Sistema Único de Assistência Social.

E eu queria também chamar a atenção de vocês que quando falamos, hoje, que de maneira geral há uma intensificação do trabalho, todas as pesquisas e estudos mostram isso, há processo de intensificação do trabalho, onde temos que pensar que essa intensificação não é só física, não é apenas um esforço físico maior que nós, trabalhadores, de maneira geral, seja na universidade, no CRAS ou no órgão gestor, desenvolvemos. Essa intensificação do trabalho envolve o conjunto de capacidades do trabalhador, a mobilizar o seu corpo, sua mente, suas emoções, sua afetividade, os conhecimentos e saberes adquiridos na formação, também desafiados a adquirir novos conhecimentos. Portanto, é um processo que impacta o conjunto das relações que os trabalhadores estabelecem por seus colegas, com as chefias, com as coordenações, enfim, como toda a hierarquia nas instituições.

Eu estava dizendo que esse processo hoje está dentro da esfera pública, do trabalho das políticas sociais, e aí não é só na assistência social, há uma grande discussão dessa questão também na área da saúde, como que os processos de trabalho hoje intensificam e mobilizam o prazer e o sofrimento dos trabalhadores ao mesmo tempo, que transformações também acontecem no Estado, no âmbito estatal.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sabemos que a reforma neoliberal do Estado Brasileiro, implantada desde os anos 1990 aqui no Brasil, e nos três níveis de governo, pois quando falamos de Estado Brasileiro é fundamental identificarmos que não se está falando apenas de Governo Federal, como foi muito discutido ontem. Estamos falando de um pacto federativo de União, estados e municípios. Então essa reforma neoliberal trouxe junto do Estado uma campanha ideológica muito clara nos jornais, nas representações que a sociedade faz sobre o que é estatal, numa perspectiva de desconstrução de tudo que é do Estado ou estatal e, em contrapartida, uma valorização do mercado, daquilo que é privado etc.

Esse processo afetou, e é isso que nos interessa, também a imagem do servidor público junto à opinião pública, à sociedade, ou seja, apesar dos avanços que Política de Assistência Social e as políticas setoriais, conseguiram vivemos hoje, de maneira geral, um clima desfavorável a recomposição da expansão da força de trabalho, ou seja, contratação de mais trabalhadores na administração pública, o que levou também a essa perspectiva de cultura do “gerencialismo”, ou seja, uma ideia, que começa nas empresas, e que hoje também está dentro do Estado, de atingir metas de produtividade medidas por números, por quantidades, etc.

Hoje estamos nos subordinando a estes processos: ritmo; velocidade de trabalho; cobranças; exigências; volume de tarefas; aumento do peso da responsabilidade, especialmente dos profissionais que tem um desgaste mental do trabalho complexo, intelectual, do trabalho que realizam no seu cotidiano e, também no âmbito Estatal nas três esferas, a ideia desse “gerencialismo”, da qualidade total e de eficiência e de resultados. Não que eles não sejam importantes, só não podemos nos subordinar a resultados apenas sem discutir os meios e os processos para chegar a esses resultados.

Como que isso atinge o trabalho no SUAS, na assistência social, que tem esse histórico? Nós temos um histórico de *desprofissionalização*, com estruturas improvisadas, paralelismo ou duplos comandos, e ainda o *primeiro-damismo*, que embora esteja caindo em níveis gerais no país, ainda há uma presença muito forte desse paralelismo, do duplo comando, dessa figura emblemática dentro da assistência social.

Como disse, além disso, o trabalho no SUAS é composto por um universo muito heterogêneo, com profissionais da rede estatal e da extensa rede privada de entidades de assistência social que atuam historicamente nessa política, com diversidade de formações, ou seja, trabalhadores que se espalham pelo país de forma muito heterogênea nos estados e municípios. Então, o que as pesquisas e os nossos estudos têm revelado?

De maneira geral, a existência de um número mínimo de profissionais. Quer dizer, a NOB-RH, as diretrizes, as Resoluções são, em geral, cumpridas pelos municípios pelo mínimo, não pelo básico ou não pelo necessário, mas naquilo que é o mínimo, com uma certa minimização das condições e insuficiência de profissionais, também com defasagens teóricas e técnicas. Muitos jovens profissionais hoje ingressam na Política de Assistência Social, trabalham em mais de um programa e muitas vezes em mais de um município, e agora com trabalho volante, itinerante, em barcos, enfim, são modalidades



de trabalho que nós temos que discutir quais são as condições necessárias, importantes, mas quais são as condições que precisaremos para desenvolver esse trabalho com qualidade. Há também alta rotatividade dos trabalhadores que não contam, de maneira geral, com mecanismos de valorização e reconhecimento.

Nós sabemos que não se pode fazer política pública sem financiamento, também não se pode fazer política pública sem o trabalhador, que é a grande matéria-prima do trabalho no SUAS. Sabemos, então, que estamos vivendo na assistência social um processo, definido como de ressignificação do trabalho. Assim, é muito comum o trabalhador da educação dizer: “*Eu sou trabalhador da educação.*” É muito comum o trabalhador de saúde dizer: “*Eu sou trabalhador da saúde.*” Mas, não tem sido comum, até agora, dizermos: somos trabalhadores da assistência social.

Esse processo que vivemos hoje é importantíssimo, é de autoreconhecimento como trabalhador não só da assistência social, mas integrante do conjunto da classe trabalhadora. Só para vocês terem uma ideia, alguns dados importantes foram coletados pelo IBGE nessa pesquisa dos municípios quanto ao movimento dentro da assistência social em relação ao trabalho. Um dado que chama muito a atenção: houve um aumento de 30,7% do pessoal ocupado nas administrações municipais referente assistência social em todo o país, muito bom, ótimo, é o queremos mesmo, ampliar o pessoal ocupado.

Mas hoje a assistência social representa apenas, no conjunto da administração, 3,2% do total do pessoal ocupado nos municípios, é muito pouco em termos de contratação. Quanto ao tipo de contrato, percebemos que a maior elevação se deu onde? Exatamente nos contratos temporários. Houve 73% de aumento de contratos temporários, , precários, que não geram direitos, que não foram acessados via concurso público, que não garantem segurança no trabalho, e assim também uma queda de celetistas de 12,8% para 8,5%.

Então, quero afirmar aqui que vivemos um processo profundamente contraditório. E essa contradição temos que aprofundar, discutir, tomar consciência e avançar naquilo que ela tem de positividade, ou seja, de um lado um processo que demanda ampliação do trabalho, e essa ampliação está acontecendo, os dados mostram, ontem nós tivemos números de CRAS, mais de 7.000 CRAS mais de 2.000 CREAS, enfim, programas novos sendo criados, há um crescimento exponencial do trabalho na assistência social e da contratação e ampliação. Mas ao mesmo tempo, no mesmo processo, no mesmo movimento, temos um processo de precarização do trabalho que aprofunda, então, esses processo mencionados antes, que atingem também os trabalhadores do SUAS.

Que impactos, então, isso traz? Traz um processo de burocratização do trabalho e, que nós percebemos também, um certo produtivismo, como já dito. O meu tempo está encerrado, e eu só queria retomar: quais são os nossos grandes desafios? Primeiro um processo de reordenamento institucional da rede, tanto na esfera estatal quanto na esfera privada, ou seja, é fundamental também que a rede privada de assistência social ingresse no Sistema Único, faça seu reordenamento, discuta as condições de trabalho nas entidades prestadoras de serviços e participem das mesmas diretrizes colocadas para o conjunto do trabalho no Sistema Único, e se submeta também a processos de controle social.

Sabemos das dificuldades de implantação da NOB-RH e do avanço que significou esta conquista, mas há dificuldades. Temos que discutir também os desafios colocados para a implantação em todo os municípios da NOB-RH. Sabemos da importância da chamada Lei do SUAS e da questão que ontem a Secretária nos colocou, da possibilidade de utilização de até 60% dos recursos do Fundo Nacional para



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

pagamento de trabalhadores concursados, estáveis. Isso dá uma direção, uma condição diferente para que possamos negociar com os gestores essa possibilidade concreta e real.

Por uma nova agenda de trabalho no SUAS. É o que vamos discutir aqui ao longo dos nossos debates. Muito já foi colocado ontem e nós vamos reafirmar esse processo que estão aqui tela, que não vou ler, porque o conselheiro José Crus já está me dizendo que meu tempo está esgotado, mas quem sabe possamos retomar no debate.

É fundamental, então, assegurar esse processo de discussão, o debate e a definição clara de qual é a direção social do trabalho, quais são os princípios éticos-políticos que o orientam e que capacidade de articulação e de análise crítica, avaliação crítica e organização política devem ter os trabalhadores desta área. O grande desafio, então, é superar práticas conservadoras, autoritárias, práticas que infantilizam a população no sentido de fazer com que elas assumam a centralidade, o protagonismo, a participação ativa na definição dos programas e que façamos isso através da luta e organização coletiva e da aliança estratégica com os nossos usuários. Muito obrigada.

Sr. José Crus (CNAS): Muito obrigada professora Raquel pela brilhante exposição. Não tenho dúvida que o nosso debate aqui hoje vai ser bastante caloroso com o tema da Gestão do Trabalho. Eu queria passar a palavra para a professora Jucimere e desde já agradecer à Jucimeri, em nome do nosso Conselho Nacional e também em nome de toda a equipe do nosso Ministério, que temos muito orgulho em compartilhar nesse ano uma agenda importante para a gestão do trabalho. Então queria dizer do orgulho, também Jucimeri, de compor essa mesa contigo e do trabalho coletivo que desenvolvemos juntos durante este ano para a gestão do trabalho. Então muito bem-vinda, teremos 30 minutos para sua fala.

Sr.a. Jucimeri Isolda Silveira (Pontifícia Universidade Católica/PR): Bom dia, quero cumprimentar meus companheiros e companheiras de mesa e também dizer da minha emoção de fazer parte dessa mesa tão central para a nossa conferência, que puxa a agenda política da assistência social nesse ano; Gostaria de cumprimentar a Margareth, que representa os trabalhadores no Fórum e que, certamente, vai vocalizar boa parte da agenda política dos trabalhadores aqui. Também de cumprimentar os Conselheiros e Conselheiras e agradecer pelo convite, dizendo da experiência importante que tivemos no processo de colaboração, o reconhecimento dos trabalhadores, uma agenda bastante positiva que mobilizou e que ativou processos organizativos e processos que vão impulsionar a gestão do trabalho; por fim, gostaria de cumprimentar, então, os Conselheiros Frederico e José Crus, mas dizer ainda da minha satisfação, de compor com o José esse processo de discussão da gestão do trabalho na esfera político-institucional, em uma relação de indução importante dos processos que devem avançar na gestão do trabalho e dizer que o seu comando e a sua coordenação têm sido fundamentais para elevar a agenda e conquistar regulações importantes na gestão do trabalho na esfera institucional, sem perder a direção política orientada pelas organizações dos trabalhadores. Preciso dizer também do meu orgulho e da minha satisfação de compor a mesa com a professora Berenice, que ocupou um lugar estratégico no Conselho Federal do Serviço Social junto da direção no momento de negociação política em que setores conservadores não queriam declinar da sua posição, mas conquistamos a Lei Orgânica da Assistência Social, e isso foi fruto de uma ampla mobilização com a sociedade civil, porque é a sociedade civil que tem o papel político de ampliar o Estado, é ela que permite que as respostas, as demandas sociais legítimas dos trabalhadores se efetivem, especialmente num contexto de Estado democrático, especialmente no contexto de construção e conquistas de mecanismos políticos, participativos, que reorganizam e consolidam uma nova cultura em um país tão desigual, pois só vamos superar essa estrutura desigual com poder político. Há ainda que falar, então, da minha satisfação, já



que temos aqui muitos companheiros do Conselho Federal de Serviço Social e dos Conselhos Regionais, numa trajetória de militância que nos permite trazer algumas reflexões aqui, também do lugar de trabalhadores no processo de conquistas parciais em uma sociedade capitalista em termos o direito do trabalho e direitos sociais. Queria falar também da minha alegria e satisfação de fazer parte dessa mesa com a minha orientadora de doutorado na PUC de São Paulo, professora Raquel, com quem tenho feito interlocuções importantíssimas, porque tenho discutido o ponto de vista social, político, a organização e estruturação das profissões na sociedade. E cumprimentar os Delegados e Delegadas, especialmente os trabalhadores e usuários, e dizer portanto que estamos em um processo político muito importante e que não podemos restringir as nossas conquistas à esfera institucional, pois os espaços políticos são muito importantes para dar mais densidade política à nossa luta.

Dizer que também tenho uma trajetória na assistência social, tive o prazer de ficar por sete anos na gestão com a nossa Secretária Nacional, Denise Colin, com outras companheiras: Ironi, Ana Paula, Telma e tantas outras em um contexto bastante adverso, que é o cotidiano dos trabalhadores que estão em diferentes lugares, espaços, ocupando funções em que exigem convicção e direcionamento político, num contexto adverso em que o SUAS se colocou como o nosso grande projeto. E é sobre isso que eu quero falar: qual é o projeto dos trabalhadores, projeto político, a qual projeto nos vinculamos na disputa dos projetos de sociedade? A qual projeto os trabalhadores se vinculam? Qual é o lugar da assistência social na proteção social brasileira, que exige dos trabalhadores que reposicionem o direito à assistência social como um direito que possui uma dimensão estratégica, porque satura a realidade nas suas contradições, nos seus dilemas, na sua programação para nos alienar? Esse mesmo cotidiano, que é sempre grávido de possibilidades e de conquistas no futuro, mas que precisa ser permanentemente questionado.

A partir das questões mais centrais afetas ao trabalho, queria enfatizar que há em curso uma passagem política muito importante na assistência social, ressignificando seus protagonistas - do lugar de servidores para trabalhadores. E isso não é uma mera mudança semântica, pois há um sentido de servir que está relacionado à ajuda, que é a nossa grande demanda. Boa parte dos nossos usuários chegam na assistência social procurando ajuda, mas é o trabalho social que faz essa transfiguração de ajuda para direito. Não é um trabalho simples, mas sim complexo, que aborda singularidades, subjetividades políticas, como o sujeito se percebe no mundo, conforma sua consciência, valores e práticas. É um trabalho complexo com implicações éticas, valoroso e de absoluta relevância pública, num país de cultura política conservadora, patrimonialista.

Então, estamos em um contexto, em um processo cotidiano, de superar o servir, porém, devemos indagar: a quem servimos? Servimos aos usuários e com eles. Em condições objetivas, impulsionamos processos que alimentam esperanças e projetos, na perspectiva de uma sociedade emancipada, reconfigurando o trabalho na assistência social, portanto, não podemos perder a dimensão do conteúdo político que a assistência social tem, nem nos prendermos nas suas definições institucionais meramente, nas suas definições conceituais. Há um conteúdo político do cotidiano que só trabalhador tem condição de impulsionar.

No sentido de recuperar o projeto político, cabe à gestão do trabalho oferecer as condições para esses avanços na realização do direito à assistência social. Estamos sofisticando a política, criando novos mecanismos, conquistando definições que nos confortam de certa forma, pois agora sabemos qual é o lugar da assistência social, fazendo com que outras políticas assumam as suas demandas, a exemplo do acesso à medicação, da educação infantil, e assim reposicionando a assistência social sem perder a sua dimensão de transversalidade, pois ela tem um conteúdo peculiar, que é acesso à proteção social não contributiva. Mas não deixa de perder a sua dimensão de transversalidade, no sentido de alcançar o conjunto dos demais



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

direitos, daqueles previstos do artigo VI da Constituição, mas para além dos direitos reclamáveis já conquistados, dos direitos conquistados no dia-a-dia. Àqueles que fazem da democracia mais do que um exercício formal, que almejam um regime de vida, eu faz do direito mais do que uma conquista formal e sim uma grande mediação, ou seja, uma passagem, uma travessia e não um fim nele mesmo.

Quais são as estratégias que funcionam na gestão do trabalho? Desde o início do SUAS elas já existem, pois são elas que permitem que as induções políticas e institucionais, com uma nova cultura de gestão e de trabalho, para que a repactuação das responsabilidades dos entes federativos aconteçam. A gestão do trabalho já estava presente, mas o SUAS inaugura um novo marco político, regulatório e institucional, que constrói esse conteúdo específico da assistência social na proteção brasileira, dinamizando o processo da democratização. Hoje os Conselhos sabem quanto vem de recurso para cada município em um processo de democratização da informação, e isso não é pouco! Isso traz ferramentas, elementos de poder, de disputa do fundo público, numa perspectiva democrática. Por que algumas entidades nada recebem e outras recebem, mas sem critério? Porque o governante diz que não recebe recurso? Na verdade, agora sabemos, pois nós temos esse instrumento político e democratização da política, de construção da esfera pública no âmbito do Estado.

Estamos em um processo de ampliação do Estado como uma conquista. O SUAS é, sem dúvida, uma das maiores inovações em termos de gestão pública nos últimos anos, e não sou eu que estou falando aqui, apenas estou dizendo aquilo que a mídia, inclusive, já está se dando conta, sobre o quanto essa política tem avançado do ponto de vista da gestão participativa e democrática, que interpela também a sociedade civil para que exerça essa participação, mas também os trabalhadores, na medida em que nós temos que participar das decisões institucionais, dos mecanismos que vão nos avaliar. Nós trabalhadores queremos ser avaliados sobre o resultado do nosso trabalho, pois a gestão do trabalho, não é apenas a conquista parcial dos direitos, é também o resultado daquilo que faço na vida do usuário. Mas queremos participar, não queremos fazer parte das estratégias perversas de avaliação no nosso trabalho, que simplesmente nos colocam diante de mecanismos de controle do nosso trabalho, queremos controles públicos na participação dos trabalhadores na definição desses critérios.

Também entendemos um grande avanço no SUAS o estabelecimento de mecanismos bastante importantes como de impulso do concurso público e de definição dos coordenadores de CRAS, CREAS como do quadro próprio. Essa foi uma importante conquista, mas, no entanto, coordenadores ainda são lá colocados sem nenhum perfil técnico, político, absolutamente presos às definições de relações de mando, de favor, e que, muitas vezes, constroem a autonomia do nosso trabalho, também dificultam a realização do nosso trabalho na relação com o usuário. Queremos sim decidir as coordenações de forma democrática e queremos dar consistência à gestão, do ponto de vista das diretivas constitucionais.

Então, democratização da gestão não é só o acesso à informação, é democratização das decisões de como as políticas nos serviços vão se efetivar. Não é também só deslocar os profissionais para a execução terminal dos serviços lá no território, mas é para que eles adotem mecanismos de participação que interfiram na forma como a política no município e no estado está respondendo às demandas dos usuários. Isso exige de nós capacidade técnica, ética e política, num país em que a grande maioria dos municípios é de pequeno porte, onde temos uma agenda estreita, na medida em que temos pouca participação da sociedade civil vinculada a um projeto democratizador.

Muitas vezes nas cidades quem faz o diálogo, a reflexão e a socialização da informação são os trabalhadores, com uma frágil presença e densidade organizativa. E aí o desafio dos profissionais de fazerem com que esse processo se reverta, e que o usuário, que é o nosso principal compromisso, desenvolva capacidades de protagonismo político.



A Lei 12.435 traz inovações importantes que fazem o trânsito de pacto político para Lei. O SUAS era um pacto, era um grande esforço político para se manter. Hoje o SUAS traz uma certa estabilidade normativa e jurídica no repasse dos recursos aos municípios e traz importantes definições que vão ter desdobramentos regulatórios para garantir avanços na gestão do trabalho, que autorizam o repasse do recurso do quadro próprio. Mas sabemos que na partilha do recurso temos um pacto federativo injusto, pois não basta apenas o repasse do recurso federal para que os municípios tenham serviços de qualidade. Temos que reposicionar as responsabilidades do custeio desses serviços, que é para além do custeio e é também capital. São condições físicas para exercer o nosso trabalho com qualidade e em condições dignas do trabalho.

Temos agora importantes elementos para elevar o SUAS para outro patamar, na medida em que atingimos um platô importante de sua construção como referência estatal e pública, em um processo também de fortalecimento do papel da sociedade civil no âmbito do SUAS. Estamos em um processo de democratização da informação, fortalecendo o papel dos Conselhos nos controles públicos, num estágio do SUAS que trouxe mecanismos indutores da gestão do trabalho, que combinaram requisitos de gestão, com os profissionais e com as equipes de referência. Então, nós atingimos um patamar que permitiu que o SUAS pudesse avançar, como avançou, em todo o território nacional, introduzindo uma lógica que reposiciona o papel dos entes federativos no cofinanciamento e na oferta desses serviços.

E a nova legislação traz avanços importantes. Coloca a gestão do trabalho como uma área a ser estruturada e a educação permanente como uma responsabilidade compartilhada, gerando para nós desafios na direção de criar esses mecanismos e para construir esses espaços, que vão discutir e regular a gestão do trabalho preservando a autonomia dos profissionais, apontando um outro patamar em termos de gestão do trabalho.

Instalamos uma lógica de gestão, num processo que agora exige aprimoramentos, mas que aprimoramentos? Certamente não são meramente gerenciais, são aprimoramentos de gestão pública participativa no exercício do controle democrático, e isso se dá com capacitação e não na lógica da transmissão do conhecimento, se dá na lógica da construção cotidiana de soluções, que certamente vão contar com direção teórica, metodológica, ética, política para superar e ao mesmo tempo sem sair da dinâmica do próprio cotidiano.

Estamos em um processo que vai exigir um maior protagonismo dos trabalhadores, que sempre foram responsáveis pela direção dessa política, mas que agora assumem centralmente o papel de construtores desses mecanismos daqui para frente, para que eles não sejam meramente gerenciais, de controle do pessoal, mas que eles adquiram um conteúdo de gestão democrática participativa. Mecanismos, portanto, que já permitiram chegarmos a um estágio avançado de gestão pública e que vão exigir agora o fortalecimento e a consolidação desses mecanismos e a criação de novas estratégias.

O novo estágio do SUAS anuncia uma agenda política, mas eu me pergunto se estamos inteiramente preparados para essa agenda política. Vamos ter que nos preparar politicamente para esta agenda nos nossos espaços dos trabalhadores, que criem e possibilitem a construção de estratégias, trocas e alianças que devem transitar de uma perspectiva corporativista de disputa de espaço, para uma perspectiva ética ou uma dimensão ético-política, que supere os interesses egoístas, passionais e individualistas.

Como fazer isso em uma realidade adversa? As condições objetivas nos colocam diante de demandas que exigem respostas imediatas, que nos colocam diante, muitas vezes, de condições que não nos permitem exercer a nossa autonomia plenamente. Sabemos que somos os grandes mediadores do



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

acesso ao direito, mas ele não se reduz à nossa orientação, ele também é composto pelo financiamento e por espaços e suas formas de realização com o trabalho social.

A gestão do trabalho é componente e vetor central do SUAS. Sua direção depende de estratégias políticas, impulsionadas pelos trabalhadores e usuários, mas também depende do compromisso político dos gestores, que, aliás, é o que permitiu hoje ser o SUAS o que é: direção, comando nacional e indução política. O SUAS é uma deliberação dos trabalhadores, dos usuários e dos gestores, certamente impulsionado pelos trabalhadores, mas que também depende de compromisso político.

Hoje os governos vão se diferenciar, na medida em que seus compromissos são visibilizados, mas somos nós que temos que apontar quais são os compromissos pactuados no SUAS; o que aquele município tem a avançar e o que aquele estado tem que avançar em termos de gestão do trabalho, ou seja: concurso público e garantias de condições de trabalho, de financiamento público e de implementação do regimento do SUAS, nas três esferas do governo.

A NOB-RH e a NOB-SUAS são os dois grandes instrumentos normativos que estruturam os serviços e a gestão, e que estão relacionadas à estruturação da gestão do trabalho. A outra NOB, que está em processo de pactuação, traz novos grandes desafios em termos de gestão do trabalho. Definirá sobre o repasse de recurso por piso ou por blocos, que vai exigir que o município redefina aonde vai aplicar esse recurso, como, qual a melhor forma e como isso vai exigir um diagnóstico. Isso é competência do trabalhador, em termos do diagnóstico socioterritorial e do planejamento, porque estamos em um estágio que vamos avaliar os resultados do trabalho social em termos das respostas institucionais e da sociedade.

Então, a instituição da gestão do trabalho requer a criação e a manutenção de estruturas de referência técnica, institucional, o que supõe vários elementos de orientação aos municípios e aos estados para estruturarem a gestão do trabalho, em termos de equipe necessária para a gestão no âmbito das respectivas esferas e para os serviços no âmbito dos municípios ou dos estados quando da prestação dos serviços de média e alta complexidade e em termos de supervisão técnica.

Nós lidamos com demandas que expressam a tragédia pessoal e social de uma sociedade absolutamente desigual na sua estrutura. Muitas vezes os trabalhadores se esgotam em termos de saúde mental, dão respostas que muitas vezes estão permeadas de contradições da sociedade, em um território que traz limites objetivos para a recomposição dos direitos humanos. É um trabalho que exige apoio, no sentido de cuidar do cuidador, ou seja, apoio técnico, supervisão, orientação, espaços reflexivos, construção coletiva de respostas às demandas em matéria do direito, regulação de aspectos relacionados ao trabalho, que atendam às funções do SUAS, que serão e são pactuadas nesses espaços.

E a MESA DE NEGOCIAÇÃO é a grande inovação trazida para o SUAS, que vai permitir a construção de avanços em termos da prestação dos serviços e da condição dos trabalhadores exercerem as suas atividades. Traz a organização de uma ampla rede de formação permanente, pois nem na saúde, nem na educação, nem na assistência social podemos ter modelos reeditados de transmissão de conhecimento. Precisamos é construir novas práticas e novos conhecimentos, e isso se dá na reflexão do cotidiano, com o rigor teórico e metodológico, com autonomia e direcionamento ético-político.

A formação não é só para ofertar conhecimento dos trabalhadores operadores dos serviços. A formação é para também rever as suas diretrizes, de forma a corresponder ao trabalho socialmente necessário na assistência social. Então estamos questionando a formação dos trabalhadores, para que possam exercer as suas atividades na assistência social, nesta relação de trabalho como requisito do SUAS. Este início se



deu pela composição das equipes técnicas, pela estruturação de condições mínimas de funcionamento das instâncias, porque desde o início do SUAS estabeleceram-se mecanismos de acompanhamento dos patamares atingidos nos CRAS, via Censo CRAS e Censo CREAS, primeiro com componentes de padrões, depois para além destes, já que não podemos nos reduzir a esses padrões, porque as realidades são diferentes. Ao dizer que aquele CRAS tem que ter aquele número de equipe...não sei. Qual é a demanda? Como é que aquele CRAS está se posicionando no território? É lá naquele espaço que isso tem que ser discutido, porque os patamares e a nacionalização do SUAS são mínimos, mas que permitem que outros sejam construídos em cada realidade.

Essa primeira fase do SUAS trouxe padrões de adequação do CRAS e CREAS. Uma resolução da COMISSÃO INTERGESTORA TRIPARTITE estabelece alguns padrões que vão equalizar e igualizar as condições mínimas, mas que vão oferecer também elementos para outros padrões, ou seja, indicadores de avaliação que devem ser ampliados, especialmente no âmbito dos municípios com a participação ativa dos trabalhadores. E aí, obviamente, há um trabalho idealizado, que não é um trabalho abstrato; é um trabalho real, onde nós combinamos o nosso trabalho abstrato explorado - já que fazemos parte de uma sociedade capitalista - também com um trabalho concreto, que tem finalidade. Não estamos falando de um trabalho produtivo lá no âmbito da indústria, estamos falando na esfera pública do Estado, que traz limites objetivos da compreensão desse trabalho. Estamos falando do campo dos direitos, das conquistas parciais mas fundamentais, porque o Estado, entendido em uma visão ampliada, é a principal instituição que organiza a vida social.

Nosso trabalho sofre os efeitos das determinações da nossa sociedade desigual, onde somos trabalhadores que trabalham com trabalhadores que estão na informalidade, que estão em condições precárias de sobrevivência, sabendo que também vivemos condições adversas e precárias de sobrevivência. Um trabalho constrangido pela nossa formação política, que reprograma e reproduz formas conservadoras de analisar as famílias, de compreender os indivíduos sociais e compreender o papel das instituições; um trabalho social realizado em condições, muitas vezes, adversas que prevalece a redução do Estado, *minimalismo*, como disse a professora Raquel, em um contexto em que muitas vezes exige do trabalhador que sua principal estratégia de luta por direitos seja a legislação. É bem comum os trabalhadores falarem: *“Mas está aqui previsto na NOB”*, ou no processo de negociação dizer: *“Eu não posso fazer isso, está previsto na minha ética profissional.”*

Então, muitas vezes nós somos constrangidos pelas disputas, pelos processos políticos, mas usamos o direito também como uma estratégia de conquista, de negociação, de afirmação das grandes conquistas do trabalho em torno do direito. Como estou com o tempo esgotado, só vou finalizar afirmando que temos relações conservadoras que permeiam a vida social, mas elas só vão ser enfrentadas e superadas na medida em que nós, com convicção, com orientação política, questionarmos essa realidade, para encontramos soluções coletivas, para politizarmos o processo. Isso, certamente, conta com a centralidade do trabalhador e do usuário.

Tem uma série de conquistas que precisamos ainda avançar, em termos de gestão do trabalho. Até elenquei algumas aqui e que no debate vamos poder trabalhar melhor. Mas há algumas limitações, vejam: como vivemos a contradição, que é a política social - ela é conquista e ao mesmo tempo regulação? Mas na via da regulação nós avançamos também nas conquistas. A Lei de Responsabilidade Fiscal especialmente precisa ser revista, pois o teto definido de pessoal passa a ser, a partir de agora, uma das nossas agendas prioritárias. Autorizar o repasse de 60% é um grande avanço, mas precisamos assimilar no Estado Brasileiro que assistência social é continuada, que possui recursos que precisam ser vinculados. Essa é a lógica do SUAS, que foi um pacto e que agora se torna Lei. Precisamos dotar as



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

instituições de capacidade técnica, política e ética, para realizar um trabalho necessário, inclusive para a agenda política que se coloca na conjuntura de erradicação da miséria absoluta, mas também para além disso, de construção de patamares superiores de civilidade.

Temos que superar, nesse sentido, uma série de limitações institucionais, pois as leis não bastam, é preciso o conteúdo político, e esse conteúdo político e de vocalização das demandas dos trabalhadores, em termos de um trabalho social absolutamente necessário, traz a perspectiva da desprecarização dos vínculos. Algo necessário e inegociável, pois não se faz trabalho social sem condições de trabalho, sem condições éticas e técnicas. Estamos em um contexto do SUAS que tem determinadas questões que nós não negociamos mais. O SUAS avançou, foi repactuado, tem uma forte indução federal, mas nós precisamos assumir o SUAS como um projeto nosso, mais do que um projeto, ele faz parte de uma agenda política que compõe um projeto maior, um projeto de sociedade democrática, de sociedade igualitária, que implica poder. Os trabalhadores exercem seu poder, na medida em que eles têm coerência de qual projeto se vinculam, de como disputam o fundo público, das estratégias de ampliação e de alargamento da esfera pública do Estado, para fazer com que as demandas legítimas dos trabalhadores, incluindo os usuários dos serviços socioassistenciais, sejam garantidos na esfera institucional. Quando compõem uma nova cultura que supere a relação de mando, de favor impõem a cultura democrática, que certamente vai exigir novas práticas e recursos.

Eu quero agradecer a oportunidade de dizer que os trabalhadores é que devem dotar os espaços políticos de trabalho, criar estratégias reflexivas e suas mediações importantes, para se refletir o que se faz, mas mais do que isso, devem propor ações ainda de gestão do trabalho, junto às equipes do sistema de justiça que demandam o nosso trabalho. Somos nós que temos que dizer o que é que o trabalhador da assistência social faz, não são as outras instituições ou as outras políticas e, nesse contexto, não podemos ter dúvida sobre o que é trabalho social. Quem tem que dizer são os trabalhadores, qual é a direção do nosso trabalho e as condições em que esse trabalho se realiza, nós é que temos que dizer. Então, quero agradecer a oportunidade de fazer parte desse processo político que se multiplica e se realiza no cotidiano do trabalho dos trabalhadores da assistência social, muito obrigada.

Sr. José Crus (CNAS): Quero agradecer, professora Jucimeri, pela sua brilhante fala. “Reavisar” a todos que a nossa Conferência está sendo transmitida on-line, portanto, hoje, com quase 3.000 pessoas participando dessa Conferência presencial nós temos outras pessoas que estão no seu trabalho, nas suas casas e que estão acompanhando esse rico debate da VIII Conferência Nacional da Assistência Social. O link está disponível no site do Conselho Nacional. Gostaria, então, de cumprimentar também, agradecer, em nome do nosso Conselho, e passar a palavra para a nossa professora Berenice Couto, por favor, Professora.

Sr.a. Berenice Rojas Couto (Pontifícia Universidade Católica/RS): Muito bom dia a todos e todas. Queria começar agradecendo a grande oportunidade de estar nessa mesa e de poder dialogar com vocês sobre o tema, que é central dessa Conferência. Gostaria de dizer que é um privilégio enorme dividir essa mesa com os componentes dela. É muito importante reconhecer que o debate feito aqui só pode ser enriquecido no diálogo com vocês, ou seja, nossas reflexões vão ter um grande sentido, a partir do momento que dialogarmos diretamente com vocês, tanto quanto o que trouxermos aqui puder ser objeto das discussões nos grupos também. Por isso, dialogar aqui com pessoas que possuem larga experiência nessa discussão e que estão contribuindo cotidianamente em um processo de qualificação do Sistema Único de Assistência Social e da LOAS é realmente uma honra.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Então, gostaria de agradecer muito ao CNAS pela oportunidade por meio dos Conselheiros José e Frederico, reafirmando que é um prazer estar aqui nessa mesa com a representação dos trabalhadores, para ouvir a Margareth. O tema é muito importante no contexto da luta construída nos 18 anos de LOAS, lembrando que a luta pela assistência social faz muito mais do que 18 anos.

Queria falar da minha satisfação de dividir essa mesa com a Jucimeri e com professora Raquel, porque nos colocamos também como trabalhadoras da assistência social, ainda que do campo da academia, tanto por meio das pesquisas, como participando e fomentando as discussões. Reconhecemos portanto a importância de estarmos aqui nesse momento, contribuindo com o debate. Gostaria de dizer para os delegados da Conferência que temos um desafio de fazer com que cada Conferência seja um marco histórico na Assistência Social.

Nós lutamos muito, enquanto população do Brasil, para termos as conquistas que alcançamos. A Conferência é produto de luta contra um Estado autoritário. As conferências são produtos de luta para manter a democracia viva e a participação viva de todos nós. Assim temos que assumir este processo, na perspectiva de que fazemos história sim, que as conferências são o espaço legítimo da discussão da Política de Assistência Social. Então, trazer os trabalhadores para esse eixo para a discussão central de uma Conferência também é uma grande vitória.

Começo ressaltando uma questão importante do meu ponto de vista. Temos muitos jovens trabalhadores na assistência social, uma grande geração de jovens, que são muito bem-vindos, mas isso exige que eles se apropriem desta história por nós construída, para que a assistência social e todos nós possamos avançar.

Na assistência social, vamos lidar sempre com o binômio importantíssimo no campo do trabalho social, entre o velho e o novo. Não queremos nos livrar desse binômio, espero que continuemos alimentando a contradição que ele provoca, de forma que possamos avançar. Nesse sentido, vou lembrar que a Conferência Zero, na qual muitos sujeitos históricos que estão aqui participaram, foi palco da luta dos trabalhadores para que juntos derrubássemos um projeto de Lei Orgânica da Assistência Social, do governo na época, que não tinha nada a ver com a LOAS.

Nós já começamos a discussão e a construção da assistência social com o protagonismo dos trabalhadores. Nós sabíamos, naquele tempo, o que não queríamos. Queríamos romper com benesse, com o patrimonialismo, com o clientelismo. Era preciso profissionalizar a política de assistência social. Mas nós sabíamos que, para além dos assistentes sociais, eram necessárias outras categorias profissionais, porque nós sempre sabemos que a assistência social é uma política absolutamente necessária na composição da Seguridade Social. Esse desafio nós vencemos, consignando na Constituição Federal a Seguridade Social, e depois aprovando a Lei Orgânica da Assistência Social, e agora após 18 anos conquistando também a lei que regula o SUAS.

Todo este processo é acompanhado por um debate absolutamente importante feito por nós trabalhadores. Por mais que tentemos sair da lógica da subalternização e romper com o paradigma da tutela, nós ainda enxergamos, em muitos espaços da política, essa lógica pontuando o trabalho dos profissionais da Assistência Social.

Então, não é porque não tenhamos desejo e nem vontade de romper com essa lógica. Temos que começar a pensar sobre isso e dizer: o que nos falta? O que temos que buscar? Como temos que buscar? O que é preciso que se incorpore nas nossas discussões, para que possamos romper com esse viés, para criarmos, enfim, aquilo que sabemos que é o mais importante, ou seja: democratizar essa política?



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esta mesa pauta a GESTÃO DO TRABALHO E DO CONTROLE SOCIAL, e até que ponto nós trabalhadores permitimos que o usuário controle o nosso trabalho? Até que ponto permitimos que os usuários conheçam os mecanismos de inclusão próprios do nosso trabalho? Conheçam como eles podem e como não podem participar dos programas que nós estamos trabalhando? Como é que nós fazemos essa interlocução? Como é que nós permitimos o controle social do nosso trabalho para potencializar o controle social do Estado?

A prática no seu sentido consistente deve ser ética e política, e requer conhecimento. Precisa ser realizada em todos os espaços que o Sistema Único de Assistência Social está, seja ele no CRAS, no CREAS ou na entidade privada integrante da rede. Se esse trabalho não estiver explicitado lá, vamos perpetuar o diagnóstico da falta de protagonismo do usuário e, conseqüentemente, da nossa desorganização. A possibilidade de organização do trabalho comprometido com a perspectiva da democratização exige que o usuário possa assumir o seu protagonismo. Ele precisa pautar nosso trabalho e estar na nossa instância direta de trabalho para que efetivamente possamos discutir, enquanto trabalhadores junto com eles: *afinal de contas que projeto temos?*

Quando a Jucimeri diz: “*A quem servimos?*”. Servimos e temos clareza que servimos aos usuários da assistência social, porque somos trabalhadores sociais, estejamos nós nas entidades privadas ou nas entidades estatais. Como é que o nosso trabalho se torna público? Quando queremos melhores condições da política pública, porque quando lutamos por condições de trabalho, lutamos pelas condições da política de assistência social para ofertar o melhor trabalho também.

Como disse a professora Raquel e a professora Jucimeri, não é possível fazer um trabalho de qualidade se não tivermos profissionais trabalhadores que garantam a qualidade, por meio das suas condições de trabalho, e que tenham o reconhecimento social do seu trabalho, que possam disputar com suas entidades sindicais suas reivindicações frente ao Estado e às entidades. Então, é preciso retomarmos essa necessidade claramente, na dimensão de que nosso conhecimento precisa ser aprofundado, pois precisamos ter condições de avaliar a conjuntura, como foi colocada aqui. É desafio do nosso trabalho a tentativa de consolidar o campo das políticas sociais no Estado de forma geral, na linha do que ontem vimos aqui, pois precisamos continuar insistindo nas políticas públicas universais. Devemos trabalhar nessa perspectiva, embora a dinâmica internacional mostre uma direção contrária. Para que isso seja feito, precisamos sim do Estado brasileiro afirmando e definindo politicamente esse compromisso, mas precisamos também de trabalhadores vigilantes nessa dinâmica, construindo as alternativas de realização deste compromisso.

Quando falávamos ontem do **PLANO BRASIL SEM MISÉRIA**, eu pensava o seguinte: qual é o nosso projeto da assistência social nesse plano? Certamente o nosso projeto não será só cadastrar e realizar a busca ativa. Esse usuário é da assistência social desde sempre, não agora. Está dito: a assistência social é para quem dela necessitar, e se essa população não precisa de assistência social eu não sei qual a população que precisa. Então, qual é o nosso plano? Para além do cadastro, para além da busca ativa, o que os serviços socioassistenciais vão ofertar à população que ainda se encontra na extrema pobreza nesse país? Isso é responsabilidade da assistência social, é nós temos que dizer para o PLANO o que é vamos fazer, nós temos que discutir como vamos incluir os sujeitos e, qual é a nossa participação nesse trabalho.

É preciso compreender que só vamos construir essas alternativas se tivermos clareza teórica e política sobre o espaço específico da assistência social dentro da seguridade social. Não tenho dúvida nenhuma do



quanto somos fundamentais nisso, porque (já foi dito pela professora Raquel) a mediação fundamental da assistência social é o trabalho dos trabalhadores na interlocução direta e estratégica com os usuários da assistência social. Agora, como é que estamos fazendo isso e como estamos lidando com o protagonismo?

Não podemos continuar lidando com as tragédias cotidianas dos usuários da assistência social como se fossem particularidades de pessoas ou de famílias. Elas são expressão da estrutura social e das suas desigualdades sociais. Como vamos enfrentar isso coletivamente? Trazendo os usuários para este cenário, discutindo com eles as estratégias, a partir da compreensão sobre a realidade, com acesso às informações e ao conhecimento que nós trabalhadores temos ou ao menos deveríamos ter.

Como incorporar essa luta dentro da construção cotidiana do CRAS, do CREAS ou da entidade da rede socioassistencial? Como compreender a estrutura dos instrumentos e o trabalho para além da aplicação de instrumentos? Nos potencializando politicamente no campo da assistência social, e nos possibilitando algo importantíssimo: a discussão sobre nosso espaço no fundo público. Temos que nos construir enquanto trabalhadores e usuários da assistência social como elementos que vão discutir o fundo público e o orçamento. Sabemos que o financiamento da política de assistência social melhorou e aumentou, porém, quanto mais precisamos? O que mais precisamos fazer? Como vamos enfrentar a realidade? Nós temos dados e cadastros, e temos que começar a trabalhar os nossos dados, não dá mais para fazermos cadastro e trabalharmos empiricamente para aquele usuário que vem nos procurar.

Temos que começar a resignificar os dados que elaboramos, porque senão também nos empobrecemos enquanto pessoas. Se apenas trabalhamos na perspectiva de dar conta de instrumentos e das metas que temos que cumprir, e não entendemos esses instrumentos e essas metas como mediações estratégicas para inclusão desses sujeitos no campo da disputa do direito social é muito difícil que possamos discutir com clareza nossas condições de trabalho e os nossos direitos trabalhistas. É muito importante começar a pensar sobre isso.

A outra questão é que precisamos, de uma vez por todas, retirar a discussão da assistência social do mundo privado. Por que eu digo isso? Temos que publicizar mais do que já publicizamos. Estamos em um momento absolutamente importante, vale dizer, pois já há mídia para a assistência social, temos discussões e investimentos. Ontem as conferências mostraram o que está em curso, as realizações que foram garantidas, o que conquistamos nesse período todo. Nesse processo, como vamos fazer no pequeno município com relação, por exemplo, aos dados da assistência social que devem ser socializados para a sociedade? Tais análises são problematizadas e socializadas no município? Como fazemos para que essa visibilidade ganhe o debate público? Como discutimos a condição de trabalhador e dos usuários da assistência social? Como trazer essa realidade para a esfera pública e como problematizá-la? Essa é uma tarefa fundamental para os trabalhadores, já que devemos pensar sempre sobre as estratégias de ampliação e de qualificação dos serviços, preocupação que não elide nosso trabalho técnico, pois não somos e não devemos, nem queremos ser meros executores de normas institucionais estabelecidas fora do nosso âmbito de trabalho. Mas, para isso é preciso que nos qualifiquemos e disputemos, desabrigados do conforto das regras institucionais, onde se diz: “Olha, bem que eu gostaria de fazer como técnico... mas veio de lá.”

Como podemos trabalhar essa perspectiva? Apenas coletivamente, pois se quisermos no nosso espaço de trabalho enfrentar sozinho alguma coisa será muito difícil conseguirmos estabelecer um vínculo e uma discussão que possam efetivamente mudar essa situação. Todo lugar de trabalho é um espaço político importante, porque atende demandas imediatas das populações, as quais continuaremos a atender, mas em uma perspectiva de que o sujeito tem direito a elas, e não de que estamos concedendo alguma coisa ou alcançando alguma coisa para melhorar um conflito. A



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

população tem direito de acesso a essa política pública e a se reconhecer como trabalhadora. Os usuários da assistência social não têm esse direito?

Não podemos continuar trabalhando os usuários como se eles não fossem classe trabalhadora, como se não sofressem todas as influências do mundo do trabalho. Eles são classe trabalhadora como nós e, portanto, cabe-nos discutir e qualificar essa lógica: por que eles estão fora? Por que para eles a atividade é só um fuxico? Qual sociedade lhes impinge este estranhamento? Se ele não entende isso não saberá sair dessa situação. Que bom que vocês concordam comigo, porque essa é a nossa tarefa, nós temos essa tarefa, dentro dessa Conferência. Diz a Jucimeri: “Vamos ressignificar o nosso espaço de trabalho coletivamente”. É óbvio que temos regulações e que elas são importantes, nós as saudamos. Os Ministérios têm feito regulações com a participação dos trabalhadores, o que é ótimo, mas para além das regulações, o que nós ofertamos?

O que os assistentes sociais têm a ofertar, do ponto de vista de sua profissão? E os psicólogos e todas as profissões que estão hoje reconhecidas na política de assistência social....como agregam valor àquilo que é tarefa da assistência social? O que é especificidade das profissões, a agregar valor à assistência social em seu sentido político? Quando faremos essa discussão? Fazemos e temos que fazer essa discussão em absolutamente todos os dias, porque se não fizermos acabamos na perspectiva do gerenciamento da pobreza, e não é isso que a assistência social tem que fazer, ela não tem que gerenciar a pobreza, a assistência social tem que lutar para tirar a população da pobreza.

Então, pensando nisso, eu digo: temos uma tarefa enorme nessa Conferência que é de pensar as condições de trabalho de como estruturar o trabalho. Mas uma tarefa maior de pensar: como queremos nos qualificar? Como pensando como trabalhador, pensamos em influenciar politicamente e usar o nosso poder para que a assistência social, cada vez mais, assuma o seu papel na seguridade social, e responda claramente às demandas dos nossos usuários. Eles têm demandas e direitos e precisamos olhar para isso. Não é que eles não falam, é que às vezes não escutam, seja pelo impedimento de ouvir seja porque não conseguimos. Às vezes nos confundimos pela dificuldade de responder a elas. Se não temos condições de responder, pela maneira como estamos estruturados, temos que descobrir um mecanismo de incluir aquelas demandas, rompendo com a lógica de que “o que está estruturado está dado”. Não há outro caminho. Então, é preciso ouvir, fazer diagnóstico, conversar, estudar muito sim, e qualificar a nossa política.

Quero afiançar que no campo da política pública quanto mais a assistência social for importante para a sociedade brasileira, quanto mais disputarmos na sociedade brasileira o espaço da assistência social, mais seremos valorizados como trabalhadores! Nossa valorização como trabalhadores tem que vir diretamente do reconhecimento dos nossos usuários, pois a partir do momento que nós e os usuários reconhecerem que o serviço socioassistencial teve um significado importante no enfrentamento das suas dificuldades nós realizamos o trabalho da assistência social. Portanto, estamos aqui reunidos para discutir que a assistência social não pode prescindir dos seus trabalhadores, ao contrário: na sua centralidade estão seus trabalhadores com uma tarefa fundamental: enfrentar as questões referentes à desigualdade social na sociedade brasileira, reafirmando que o usuário da assistência social é um protagonista fundamental, se quisermos construir um país diferente com condições melhores de vida.

Isso sim é tarefa cotidiana de todos, para a qual nós pesquisadores e trabalhadores estamos dispostos a acompanhar e a discutir com todos que for possível. É preciso sim vigilância e conhecimento. É preciso reconhecer as alianças, os avanços, e é preciso sim ter proposta, contribuir, criar as condições para que nós todos trabalhadores nos sintamos orgulhosos de dizer: “Sou sim trabalhador da assistência social e contribuo para que esse país seja melhor.” Muito obrigada.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Sr. José Crus (CNAS): Obrigado professora Berenice pela brilhante exposição. Passo a palavra, então, a nossa querida Margareth Dallaruvera, representando nessa mesa os trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social, Margareth 30 minutos, por favor.

S.ra. Margareth Dallaruvera: Bom dia a todos e a todas. Em primeiro lugar eu vou cumprimentar os integrantes da mesa em nome do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, assim, cumprimento as professoras Berenice Rojas Couto, professora Jucimeri Isolda, professora Raquel Raichelis; cumprimentamos também os coordenadores deste painel, nas pessoas dos meus ex-companheiros de colegiado do CNAS, os conselheiros nacionais José Crus e Frederico Sousa. Nós, do Fórum, queremos ainda parabenizar a Comissão Organizadora da Conferência, e além da comissão organizadora, parabenizamos todos os Conselheiros Nacionais de CNAS e aos funcionários de apoio técnico do CNAS e do MDS pela organização da VIII Conferência Nacional de Assistência Social.

Também cumprimentamos, muito especialmente, aos trabalhadores do SUAS, os assistentes sociais, os psicólogos, pedagogos, sociólogos, antropólogos, economistas domésticos, advogados, administrador, contador, economista e terapeutas ocupacionais, os músico-terapeutas, todos elencados na Resolução 17. Mas não podemos deixar também de cumprimentar os trabalhadores não elencados, que fazem parte do nível médio e elementar, que também contribuem na construção da Política de Assistência Social. Queríamos afirmar para vocês que essa Conferência é nossa, é dos trabalhadores, o tema já diz, fruto de uma luta nossa dos trabalhadores. Dizer ainda que precisamos, enquanto trabalhadores organizados, sairmos dessa Conferência com uma agenda política propositiva.

Cumprimentamos ainda os usuários da Política de Assistência Social, parceiros na luta em defesa dos direitos socioassistenciais e, assim, cumprimentamos a todos e a todas nessa rica Conferência, pelo tema que ela traz. Como já foi colocado aqui, na VII Conferência foi tematizado o protagonismo dos usuários e na VIII Conferência estamos discutindo a valorização dos trabalhadores. Temos certeza que vamos nos enriquecer aqui no debate, nos trabalhos de grupo e com as proposições que nós vamos fazer - um momento ímpar os nossos debates - com reflexões e críticas construtivas, acreditando no avanço dos grandes desafios ainda colocados para cada um de nós, porque reconhecemos que avançamos muito, mas também temos a clareza de que precisamos ainda ter uma árdua caminhada, para que possamos chegar ao SUAS que nós queremos e que nós merecemos, também em defesa da cidadania.

Também quero agradecer aqui o Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS por ter me dado essa responsabilidade de falar em nome do Fórum. É com muita responsabilidade uma vez que elegeram meu nome para estar aqui entre as 10 entidades que compõem o Fórum Nacional. Para quem não sabe, o Fórum foi instituído na VII Conferência Nacional, onde foram eleitas 10 entidades de âmbito nacional. Nesta construção também fazem parte a FENAS, a qual represento, a FENAPS, Federação dos Psicólogos, a Federação Nacional dos Sociólogos, Associação Nacional dos Pedagogos, o CEFES (Conselho Federal de Serviço Social), o Conselho Federal de Terapia Ocupacional, Conselho Federal de Psicologia, a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), a ABRATO (Associação Brasileira de Terapia Ocupacional) e os músico-terapeutas. Então essas são as entidades que estarão aí ao longo da Conferência, chamando os trabalhadores para esse debate.

Especificamente sobre a nossa intervenção aqui na mesa, como falamos antes, o Fórum não vai trazer aqui para vocês uma agenda, nós vamos trazer reflexões para construção do debate e dos trabalhos de grupo.

O primeiro debate e a primeira reflexão que o Fórum traz já está no tema da Conferência, porque o tema da Conferência que está posto é “consolidar o SUAS e valorizar os trabalhadores”. Para nós,



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

trabalhadores do Fórum, estamos dizendo que o tema deveria ser, “valorizar os trabalhadores para consolidar o SUAS”. Isto porque os trabalhadores são o alicerce que vão operar a Política de Assistência Social, então, primeiro temos que falar sobre como será a valorização dos trabalhadores e, para falar do nosso tema aqui da mesa, indagar: quais são as estratégias para estruturação da gestão do trabalho no SUAS e do controle social?

O Fórum traz aqui essa reflexão, com base em todo o processo para consolidação da política, na perspectiva de garantia de direitos, que deve ter o compromisso de todos os atores, onde todos os segmentos são fundamentais. Para tanto, temos que (de certa forma os demais painelistas da mesa já colocaram isso), afirmar a grande preocupação e a importância de sustentar uma análise crítica, reflexiva e política, para além do conhecimento real das legislações, porque, dessa forma, se não temos esse conhecimento, devemos fazer como a professora Berenice acabou de indicar, temos que estudar, temos que nos qualificar.

É verdade, porque se não tivermos o “empoderamento”, como é que você vai fazer as intervenções para que você possa ter ações verdadeiramente propositivas no campo não só do debate teórico mas do debate prático. E aí nós temos o professor José Paulo Neto, que os assistentes sociais conhecem muito bem, cita uma frase muito interessante, que traduz muito bem a articulação das dimensões éticas, técnicas e políticas: “quem erra na análise, erra na ação”, por isso temos que ter conhecimento para termos análise. Na academia se diz muito que se fazemos uma análise de que a sociedade é perfeita (e os alunos fazem muito isso) vamos ter uma análise conservadora. Se eu entendo que a sociedade não é perfeita, porque tem um pano de fundo que é a questão econômica, é claro que vou ter uma ação muito mais pelo lado “revolucionário”.

Então, temos que entender a análise da conjuntura do SUAS, da sociedade, do papel do Estado, de qual Estado nós queremos, porque só assim vamos efetivamente garantir essas dimensões e aí ter uma intervenção propositiva na nossa prática profissional e quiçá não errar na nossa ação. Agora, as estratégias para a gestão irão ‘parar’ nos três níveis de governo. Não adianta ficarmos aqui a manhã inteira discutindo e rediscutindo, o que nós vamos dizer?

Nós vamos falar assim: qual é a estratégia? Vamos trazer o grande desafio, senhores gestores, materializem a NOB, ela está aqui, já foi aprovada. Estamos esperando o quê? Não adianta ficarmos arrumando a roda, não adianta ficarmos brincando de correr um atrás do outro, porque a NOB está aqui desde 2006 e nada acontece. Se ela não é materializada, porque para ela ser materializada tem que ter compromisso dos gestores....se ela é aprovada e passa cinco anos de NOB... Como é que nós vamos falar em valorizar os trabalhadores, se o alicerce está aqui? Aqui está tudo dito, então de acordo com o compromisso da gestão vamos ou não valorizar os trabalhadores? Agora, nós do Fórum vamos colocar: o que nós queremos? Porque uma coisa é o que nós queremos, uma coisa é como nós vivenciamos o dia a dia, aquele que está lá operando a política. O que nós queremos é um processo permanente de educação continuada, um processo permanente que realmente garanta educação continuada para os trabalhadores do SUAS. Queremos, enquanto trabalhadores, instalação imediata da MESA DE NEGOCIAÇÃO NACIONAL E ESTADUAL DOS TRABALHADORES do SUAS.

Queremos afirmar que não adianta ficarmos dizendo: o PCCS está aqui na NOB. Está, mas se não tiverem diretrizes nacionais, nós vamos continuar precarizados e, para sairmos da precarização, o passo que temos que dar é a instalação da MESA, que também já temos em Resolução, aprovada pelo Conselho Nacional. Outra comentário a fazer é se a Conferência é dos trabalhadores temos que sair daqui com o indicativo de instalação da MESA, senão a Conferência deixa de ser dos trabalhadores. A outra questão é que nós queremos um locus específico para gestão do trabalho nas



Secretarias. Nós estamos falando de gestão de trabalho, mas nas Secretarias, lá no nosso estado e nos nossos municípios, a gestão do trabalho é feita ‘cada um aí sabe como é’. Temos que ter um lócus específico, a gestão do trabalho tem que ser algo prioritário nas Secretarias, nos órgãos da assistência social.

Queremos também a revisão e a ampliação das equipes de referência, fortalecendo a interdisciplinaridade, a definição de território, adequando a composição da equipe ao volume de demandas, viabilizando a matricialidade familiar, a universalização das ações e o monitoramento efetivo. Costumo dizer que nós temos dimensões de trabalhador, tem o trabalhador que não está lá no equipamento está militando no movimento, tem o que está na academia, tem o que está na gestão, mas nós trabalhadores que estamos lá na ponta, lá no equipamento, sofremos no dia a dia a precarização, sem nenhuma condição de trabalho. A demanda daquele trabalhador que está lá adoecendo....é com eles e deles que estamos falando nesse momento.

No território não se consegue fazer monitoramento, sabemos disso, porque muito mal se consegue dar conta de atender os programas e benefícios. Sistema de informação efetivo, para possibilitar referência e contrarreferência, quanto aos que estão lá na ponta, é àquela angústia. Conforme foi dito aqui por um dos palestrantes, o que nós vamos referenciar para os nossos usuários? E a rede? Qual a rede? Temos rede? Como ela está estruturada? Conseguimos consolidar essa rede? Então isso tudo concorre para que os trabalhadores tenham essa angústia no dia a dia, no seu exercício profissional. E agora como estão as relações de trabalho? Isso é o que nós queremos, como estamos lá no dia a dia?

Há um processo perverso de precarização, impossibilitando criar vínculos com os usuários. Na gestão há uma alta rotatividade, quando não, municípios contratando pelo regime de pregão, municípios contratando só por apresentação de currículos. Estamos falando de valorização dos trabalhadores, que passa por ingresso via concurso público também. E com isso vemos o perverso descumprimento da NOB de Recursos Humanos, principalmente no que se refere às condições de trabalho. Vejam, se analisarmos a NOB...parabéns, a todos aqueles que a construíram, deram aqui sua contribuição para termos a NOB. Não precisamos inventar a roda não. A NOB diz: “Temos que ter sigilo, temos que ter condições de trabalho, respeitar, ter a escuta.” Mas quem está lá na ponta sabe que muitos CRAS’s - que deveriam estar fechados - não são referências para ninguém, não têm condições de trabalho. Sabemos que há municípios abrindo CRAS dentro de Shopping, dentro de salinha de sindicato, e quais são as condições de trabalho?

Nós que estamos lá no dia a dia, além disso, vemos: “aquele móvel que ninguém quer, dá lá para a assistência social, aquele computador que não tem internet, dá lá para a assistência social”. Como diz uma grande professora lá do Rio de Janeiro, professora Maria Inês de Souza Bravo, não queremos aqui defender política pobre para pobre, isso permeia nossas condições de trabalho. Qualificar serviços é qualificar condições de trabalho.

Quanto à ausência de concurso público, já falei.

É desafio profissionalizar os equipamentos, para além de atender as demandas específicas. Vejam só, ainda somos obrigados a atender demandas do Poder Judiciário. Não podemos, em momento nenhum, sobrecarregá-los, porque os trabalhadores do Poder Judiciário têm as suas atribuições. Então, manda para os trabalhadores do CRAS já sobrecarregado, com salário irrisório. Tem que haver um processo de discussão entre governos. Mais, há estados, como aconteceu no Pará, que se o profissional se negar a fazer o serviço ele recebe ordem de prisão. O que é isso? Inclusive, o Pará entrou com processo no Conselho Nacional de Justiça, como ordem de prisão para o profissional que não quis atender a demanda do Poder Judiciário.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quando não, vemos trabalhador que, para não receber ordem de prisão, tem que pagar com o seu próprio salário, como uma medida protetiva. Aí o trabalhador mostra para a juíza o contracheque R\$ 900,00...pagar como? Então, nós temos que realmente rever o que está acontecendo no dia a dia, nos espaços de trabalho.

Outra questão para valorizar nossos trabalhadores e que está acontecendo nas nossas relações de trabalho, refere-se à ausência e à indefinição de piso salarial e de carga horária. Não podemos entrar no processo de adoecimento, com trabalhadores, como já disse aqui, ganhando salários diferenciados de acordo com o contrato estabelecido. Há trabalhadores que, como o Conselho Nacional já recebeu notificação uma vez, estava na fila do Bolsa-Família. Não podemos ter esta renda per capita, trabalhadores precarizados ganhando R\$ 600,00, R\$ 700,00, como é que nós somos valorizados assim?

Por onde passa este processo perverso, quando as pessoas falam assim: “quem precariza é o Estado”. Para valorizar os trabalhadores tem que chamar a atenção também para as entidades prestadoras de serviços. Estão precarizando muito, tem que chamar as entidades para fazer acordo, convenção coletiva de trabalho. Tem que ter a responsabilidade de valorizar os trabalhadores para romper com a lógica do voluntarismo.

A outra questão é dos territórios e as famílias referenciadas, porque isso afeta de modo eminente os trabalhadores, porque muitos gestores dizem: “Eu estou cumprindo a NOB.” Mas a extensão do território e o número famílias referenciadas que os profissionais trabalham, mesmo conforme a NOB, são muitas das vezes triplicados, para que se possa dar conta da nossa demanda.

Outra questão importante é a ausência de política de saúde do trabalhador no SUAS. Os trabalhadores do SUAS estão doentes sim. Recentemente, na Conferência Nacional de Saúde, eu estava presente quando a Mesa Nacional de Negociação do SUS aprovou a Política Nacional de Saúde do Trabalhador do SUS. Temos certeza que vamos caminhar nesse processo de organização para que possamos ter as diretrizes de uma política de saúde do trabalhador do SUAS. Como estão as relações de trabalho? Técnicos são contratados em cargos de confiança, isso é um absurdo, ele não tem autonomia no seu exercício profissional, aí o processo de organização está cada vez mais fragilizado, ele é cargo de confiança, se eu não faço o que o gestor quer, manda outro o exercer, e os de reserva estão aí. Então temos que rever essa questão de contrato para o cargo de confiança.

Há uma questão também referida às relações de trabalho, diz respeito à pasta de assistência social operada pelo primeiro damismo. Primeira-Dama não é para operar a pasta da assistência social. Agora não é só primeiro-damismo não, são os candidatos também que não são eleitos, se não é eleito Vereador ou Deputado vai para a assistência social. Então temos que romper com esses paradigmas, porque está fazendo da pasta aquilo que chamamos de “curral eleitoral”. A assistência social é política pública não é “curral eleitoral” para eleger candidatos.

Como estão as nossas relações de trabalho? A pasta da assistência social opera ações de outras políticas, como foi colocado pela professora Jucimeri. Há definição da nossa pasta sim, está definido, mas temos que intervir. Por quê? Hoje a assistência social assume o quê? As cracolândias, as órteses, as próteses e somos obrigados a ter determinados serviços que não temos na tipificação, mas temos que entender. No Rio de Janeiro a cracolândia assumiu protagonismo na saúde, é questão de saúde. A próxima questão trata das relações. Quem participa de Conferência e ouve a fala dos gestores, escuta que o Bolsa- Família não é para viver a vida eterna. Nós sabemos disso, é uma ação para que você saia da extrema pobreza, mas não é para você ficar a vida eterna do Bolsa e aí depois os filhos, bisnetos, tataranetos, todo mundo usuário do Bolsa- Família. Essa é a perspectiva do programa do governo federal? Mas nos estados e municípios estão criando as bolsas paralelas para complementar o Bolsa-Família. Esse complemento de Bolsa-Família é para aumentar aquilo que criticavam do passado. Por



que em vez do gestor destinar o recurso para isso, não ajuda para que a pessoa saia do Bolsa-Família, para garantir a emancipação? Não... dá mais uma bolsa: “a do meu governo”. É para fazer política partidária. Então, nós estamos dizendo aqui aos gestores que uma coisa é estar ganhando o Bolsa-Família, e aí vai se trabalhar para a emancipação. Outra coisa é o gestor, no seu município ou no estado, fazendo complementação para além do Bolsa-Família. Então, isso aí é uma coisa que temos que rever, porque eles começam a aplaudir no sentido de quê... “aumentei o número dos beneficiários”! Nós trabalhadores temos sim que aplaudir muito o dia que no Brasil ninguém mais precisar do Bolsa-Família. Aí sim, é o dia em que nós vamos dizer: estamos acabando com a miséria do nosso Brasil, e o nosso povo conseguiu sair da miséria para garantir a sua verdadeira cidadania.

Como estão as relações de trabalho? Estão...sem a instalação da MESA DE NEGOCIAÇÃO. Porque se não sai a MESA nacional, os estados e municípios não vão ter um ‘norte’, uma direção política para encaminhar, e aí nós conclamamos concursos públicos já e PCCS já, com a instalação da MESA DE NEGOCIAÇÃO. Seria um prêmio para os trabalhadores, que são o tema da VIII Conferência Nacional.

O que esperamos dos gestores? Diálogo, compromisso, reconhecimento, e a partir da Lei do SUAS, que realmente possam garantir efetivamente o repasse para pagamento dos trabalhadores para acabar com o processo de precarização, realmente com a revisão do “Fundo a Fundo” para poder pagar o trabalhador.

O que esperamos dos usuários? A organização na luta em defesa de direitos incondicionais, como parceiros de luta, em parceria efetiva com os trabalhadores.

E dos trabalhadores? Nós esperamos organização política. Sabemos que a organização dos trabalhadores da assistência social ainda é muito frágil. É só passarmos aqui quatro, cinco dias na Conferência de Saúde e vemos o processo de organização dos trabalhadores, comparando com o processo nesta conferência. Como é a fragilidade? Talvez mediante esse processo mesmo de precarização, da questão da rotatividade, percebemos que os trabalhadores do SUAS precisam de muita organização ainda, de participação nas lutas junto com os usuários e de organização da sociedade civil.

Para consolidar o SUAS, precisamos de financiamento de forma pública, tripartite e descentralizada, como foco na mobilização dos gestores, trabalhadores e usuários, na conquista de garantia constitucional do percentual dos 5%.

Ninguém faz política sem investimento. E tem mais, há municípios que não estão investindo nada na assistência social, vivendo só do repasse que o governo federal faz. Qual é o compromisso que ele tem? Não se faz política sem investimento, então, os municípios precisam repassar recursos, precisam ver o seu orçamento, e cabe a nós saber quanto que o meu município repassa do seu orçamento e não ficar esperando o “Fundo a Fundo” do governo federal para implementar a Política de Assistência Social.

O controle social, que é o último tópico da nossa Mesa aqui, refere-se à efetiva participação dos trabalhadores e usuários, enquanto parceiros nas lutas por garantia de direito. Assim, os gestores devem dar sustentação financeira para a efetiva participação dos trabalhadores e usuários nas conferências, tem que ter essa questão.

Investimento concreto na política de capacitação é que às vezes aquela capacitação que querem que façamos, quando depois voltamos para os equipamentos temos que rever que capacitação é essa, e de que forma estão querendo que os trabalhadores façam a capacitação.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A garantia de eleição dos trabalhadores e usuários nos espaços de controle social, assim como defendemos que os usuários não têm que ser tutelados, os trabalhadores também não têm que ser indicados. Têm que assumir o seu papel de protagonismo dentro do controle social. Muitas das vezes os trabalhadores não conseguem assumir esse papel.

Então, no Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS somos trabalhadores que atuam. Deixamos aqui uma reflexão: nós aqui do Fórum somos trabalhadores que atuam para a garantia de direitos. É isso que nós fazemos no nosso dia a dia. Por isso, questionamos a cada um aqui desse Plenário: como garantir os nossos trabalhadores como cidadãos? E aí o Fórum Nacional deixa uma mensagem para vocês, para todos nós aqui, envolvidos na Conferência, do nosso grande e velho Marx: “Uma ideia torna-se uma força material quando ganha as massas organizadas”. Trabalhadores do SUAS, a identidade SUAS se construirá com a nossa capacidade de resistência e luta. Muito obrigada, em nome do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, um bom debate.

Sr. José Crus (CNAS): Muito obrigado Margareth pela sua fala importante para essa Conferência, que traz vários compromissos, numa agenda propositiva do Fórum dos Trabalhadores. Antes de abrir o debate, eu gostaria de convidar a nossa Secretária Denise Colin que tem um anúncio a fazer para esse Plenário, para os conferencistas. Por favor, Secretária.

Sr.a. Denise Colin (Secretária Nacional de Assistência Social): Bom dia a todos e a todas, novamente sejam muito bem-vindos a essa Conferência e à continuidade dos nossos trabalhos. Um anúncio, um compromisso e um pedido de reconsideração. O anúncio é que o Decreto do IGD-SUAS, autorizando o pagamento de incentivo à gestão de estados e municípios, foi publicado no Diário Oficial de hoje sobre o número 7.636, na data de 08 de dezembro de 2011, demonstração da nossa grande luta e vitória após o dia da assistência social.

O compromisso é de que reafirmamos o empenho do governo federal em começar a chamar categorias profissionais, Conselhos destas categorias profissionais, associações de estudo e pesquisa, academia e trabalhadores acompanhado do conjunto de gestores municipais, estaduais e nacional para iniciarmos a discussão da gestão do trabalho no SUAS, da estruturação destes setores, dos concursos públicos orientados para esses gestores, dos incentivos de recursos financeiros do governo federal para induzir essas ações, da capacitação permanente, da Política Nacional, dos planos estaduais, das condições de trabalho, das metodologias de intervenção e dos protocolos de atendimento. Outras lutas e disputas compõem outros espaços de categorias profissionais, e nos organizaremos para também apoiarmos esses movimentos, mas com a serenidade de que elas não compõem a capacidade de gestão dentro deste espaço, e sim no espaço de movimento de trabalhadores.

Por fim, eu gostaria de fazer uma ressalva nas nossas manifestações e homenagens de ontem à noite, e reconhecer e solicitar uma salva de palmas à primeira Secretária Nacional de Assistência Social, que está entre nós presente e sempre foi uma grande batalhadora nessa área, que é a Nelma de Azeredo, do Rio de Janeiro. Obrigada Nelma e obrigada ao conjunto de demais Secretários que estão presentes. Obrigada Coordenador da Mesa.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): A melhor parte agora será o debate, como o José Crus trouxe, essa Mesa realmente irá se tornar um marco, assim como também na VIII Conferência de Saúde a fala do Sérgio Arouca trouxe as contribuições e fundamentos para saúde. Eu acredito que, a partir de hoje, toda a organização dessas falas tão ricas e que, é a felicidade nossa, não só restrita a esse espaço, ela está sendo reproduzida e introduzida nos espaços de trabalho dos seus lares e os trabalhadores e os outros participantes dessa Política de Assistência Social, também todos vão fazer uso do que foi hoje trabalhado aqui nessa Mesa.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Vamos abrir o processo de debate, já temos algumas inscrições e algumas perguntas já enviadas à Mesa. Só gostaria de lembrar que no nosso Regimento Interno, prevê no artigo 11 que, após a apresentação dos painéis, os participantes da VIII Conferência poderão fazer a inscrição para intervenção ou encaminhar as perguntas por escrito aos conferencistas, respeitado o tempo previsto para o debate na programação.

Cada intervenção deverá ser de no máximo três minutos. Vamos prezar pela questão do tempo para que todos possam ser contemplados. Já temos algumas perguntas aqui na Mesa e os Delegados e Delegadas já estão colocando seus crachás aos nossos auxiliares. Então, vamos dar início já com um bloco, estamos aqui na Mesa com algumas perguntas. Pode começar.

Antes de começar o processo de debate, eu gostaria de dizer que a delegada Nancy de Minas Gerais perdeu sua bolsa com seu crachá. Então a bolsa está identificada e ela pede que seja entregue na Sala de Soluções. Um recado à Delegação da Bahia: a reunião será no stand às 12h30. Vários pedidos em relação às apresentações. Vão estar no nosso site e também no site da apresentação que está sendo divulgada pela ANBR e on-line também. O CFESS avisa que a reunião com os assistentes sociais ocorrerá no Auditório Águas Claras, no primeiro andar, às 12h00, ou, ao término da nossa atividade. A reunião da Comissão Organizadora da VIII Conferência, com os expositores da oficina ocorrerá hoje às 17h30 também no auditório Águas Claras.

Então, já temos algumas perguntas, vamos abrir algumas inscrições para que as expositoras possam responder em bloco. A nossa Ex-Ministra Márcia Lopes gostaria de ter uma fala ao Plenário. Ela nos pede e eu acredito que o Plenário não vai se furtar em deixar. Então, convidamos a Ex-Ministra Márcia Lopes.

Sr.a. Marcia Lopes (Ex-Ministra): Bom dia a todos e todas participantes dessa VIII Conferência Nacional de Assistência Social, José, Frederico, minhas companheiras, amigas professoras, Berenice, Raquel, Jucimeri, companheira Margareth. Na verdade, eu fui convidada para só falar algumas palavras a vocês aqui. Eu quero manifestar o agradecimento, a generosidade e a compreensão do Conselho Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, através da Secretaria Nacional de Assistência Social, a Secretária Denise Colin, porque eu fui convidada para integrar a Mesa de amanhã cedo junto com a companheira Carmelita. Infelizmente por razões de saúde na minha família eu tenho que voltar ao Paraná, Londrina, hoje à tarde, então, também a minha sempre companheira Maria Luiza Rizzotti vai me substituir na Mesa de amanhã.

Portanto, eu só gostaria de poder partilhar com vocês esse momento, até considerando que muitos desses participantes estão aqui, como foi dito ontem, pela primeira vez em uma Conferência Nacional de Assistência Social. Rapidamente dizer, e como falaram hoje da Conferência Zero, que eu tive também a honra de como estudante do mestrado estar aqui na Conferência Zero, em Brasília, debatendo os rumos do futuro do país, a partir da Constituição de 1988, e do que era o nosso sonho de ter uma Lei Orgânica da Assistência Social.

Depois, a partir da primeira Conferência, estando presente em todas elas e chegando a essa VIII Conferência, esses 18 anos da LOAS, e eu me lembrava ontem que eu era Secretária de Assistência Social em Londrina, no Paraná, e estávamos em uma grande praça, todas as entidades da rede socioassistencial, governamental e não governamental, e naquela época quem fazia educação infantil ainda estava na assistência social, enfim, estávamos lá comemorando e assumindo a responsabilidade de por em prática a Constituição Brasileira, a Lei Orgânica da Assistência Social, implementando tudo aquilo, que nós estamos vendo hoje como avaliação, desafios, resultados já realizados.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Então eu penso que cada geração que vai se incorporando, a geração dos trabalhadores de todos os níveis e categorias, a geração dos usuários, dos gestores, dos militantes da assistência social, de fato não podem perder a memória do que aconteceu no nosso país desde a década de 1970 com os movimentos sociais, a luta pela democracia do nosso país, a luta pelas conquistas fundamentais do direito e acesso a toda a população brasileira, no contexto da luta da América Latina por democracia, justiça, por um outro ambiente político de debate e de possibilidade de participação efetiva em todas as instâncias e segmentos. E é assim que nós temos que levar essa Conferência, como já foi dito ontem na Mesa da tarde, como foi dito na abertura, como foi dito hoje nessa maravilha de Mesa que pontua, esclarece, reflete, avalia e coloca a dimensão da nossa responsabilidade daqui para frente.

Eu tenho certeza que no sábado cada um de vocês, cada um de nós sairemos daqui como saímos das outras conferências: com o sentimento da tarefa que deve envolver e engajar a todos. Eu gostaria, a partir das Mesas e das falas, fazer algumas pontuações, porque este ano eu tive a oportunidade de fazer 35 conferências municipais em nove estados do Brasil, pois eu saí do Ministério, no início do ano, voltei para a universidade de Londrina como professora, e em maio, começaram a vir os convites, e em julho e agosto, setembro, eu fui para as conferências municipais e regionais. E tudo isso que está sendo pontuado aqui como avaliação, desafio, realizações, de fato eu tive a possibilidade de ver especificamente em cada município.

Eu fiz uma Conferência em um município com 1600 habitantes e fiz a Conferência municipal de Fortaleza no Ceará, uma cidade com dois milhões de habitantes. E de fato é preciso que tenhamos absoluto cuidado e absoluto compromisso com as coisas que nós estamos falando, deliberando, desde documentos, das normas, das Resoluções até aquilo que hoje nos motiva a continuar na luta, a defender o interesse dos trabalhadores, das condições de trabalho, do respeito, da valorização daquilo que é essencial para que alcancemos a universalização dos direitos, o acesso de todos os usuários da Política de Assistência Social, e, é claro que esse movimento político da assistência social está desencadeando, como eu vi em muitas conferências, o processo de debate local das outras categorias locais, das outras políticas públicas, de saúde, de educação, de cultura, do meio ambiente, da juventude, das mulheres, de todos os segmentos. Então isso é muito importante.

Por isso que a Ministra Teresa ontem falava que o plano BRASIL SEM MISÉRIA com certeza não vai só enfrentar, a exemplo do Fome Zero, um percentual estatístico que o IBGE aponta como população de extrema pobreza. O BRASIL SEM MISÉRIA de novo demarca um compromisso do Brasil, que não é do governo federal, é um compromisso do Brasil, dos estados e municípios, de todos em relação àquilo que nós queremos reverter como história trágica do nosso país em relação ao abandono, ao sofrimento humano de milhões de pessoas. Por isso é que esta Conferência deve demarcar politicamente esse compromisso. Não só queremos superar e tirar todos os brasileiros da condição de extrema miséria, mas queremos cada vez mais aprofundar o debate da democracia, da justiça, do acesso, da inversão dos interesses, que sempre pautaram as elites, que sempre pautaram aqueles que se sentiam no direito de se apropriar de condição da pobreza e sofrimento, de cidadania dos outros.

E, nesse sentido, quero dizer que terminei a minha gestão ligando para 18 Governadores, antes de sair do Ministério, e agora a Ministra Tereza faz isso de novo, lembrando que os Governadores eleitos deveriam ter compromisso com o Sistema Único de Assistência Social em cada estado brasileiro. Que é fundamental os Governadores legitimarem a Política de Assistência Social em cada estado, pois são 5.565 municípios e o governo federal e os Ministérios não vão absolutamente dar conta de cumprir o papel que é devido, e que está dito aqui por todos palestrantes em relação à execução da política em cada lugar desse país. E falei com os Governadores: convidem, escolham, como Secretários de Estado,



pessoas que saibam o que tem que fazer na área, pessoas que tenham capacidade de gestão, que tenham compromisso político, que tenham capacidade de articular.

Se a dimensão técnica, operativa é fundamental para consolidar o SUAS e para os trabalhadores terem um lugar que nós merecemos, é fundamental a dimensão política, e aí não é só também o Governador ou o seus gestores, mas aí são todas as instâncias, a dimensão política desse debate é fundamental. Quando eu chegava a um município eu já pedia que os Prefeitos estivessem presentes nas conferências. Felizmente naquelas que eu fui, muitas das que eu fui os Prefeitos vieram e não ficaram só na abertura, mas sim ficaram sentadinhos ouvindo a Conferência da Assistência Social.

E é claro que daí já gera outro nível de compromisso e debate de possibilidade política para os gestores, para quem está ali fazendo, debatendo e definindo os rumos da assistência social em cada município. E assim é em todas as dimensões, em todo o campo das instâncias políticas, seja dos Conselhos Municipal, Estaduais, do Conselho Nacional, da CIBs, da SIT, dos Fóruns, do CONGEMAS, do FONSEAS, de todas as instâncias representadas aqui ontem.

É fundamental olharmos o que estamos debatendo aqui, cada decisão, cada resultado de avaliação e que cada um de vocês, como Delegados, olhe para que tipo de estratégia estamos tendo lá em cada município do Brasil, no sentido de reverter tudo aquilo que ainda estamos dizendo aqui, que não está de acordo nem com a política, com a NOB, com a Constituição Brasileira, com a LOAS, e nem com o PL SUAS.

Então penso, e gostaria muito de partilhar isso com vocês, que saí das conferências municipais e regionais, acompanhando um pouco das estaduais, muito otimista por aquilo que o SUAS representa hoje no Brasil. É irreversível o processo de existência, de reconhecimento da assistência social como política de Estado, das exigências que os órgãos de controle estão fazendo com os municípios, no sentido da legitimidade e da estrutura do Sistema Único de Assistência Social.

Agora, é fundamental que cada um de nós saíamos daqui com muita coragem de enfrentar, em cada lugar desse país, aquilo que já temos a consciência do que é necessário fazer, do ponto de vista da gestão, do financiamento e do controle social.

E eu termino dizendo o seguinte, eu fui Conselheira Municipal de Assistência Social, fui Conselheira Estadual de Assistência Social por duas gestões, fui Conselheira Nacional de Assistência Social, eu tenho muita honra de estar fazendo essa trajetória em uma das políticas fundantes do processo de mobilização, de democratização do nosso país na luta pela efetivação de todas as políticas públicas. Por isso no Conselho Nacional de Assistência Social eu não tenho dúvida dos avanços que tivemos, porque quando eu cheguei no Ministério em 2004 o Conselho ainda era um grande cartório de certificação das entidades. Não tenho dúvida que hoje o Conselho Nacional de Assistência Social debate a Política de Assistência Social, que hoje o Conselho Nacional sabe da tarefa que lhe cabe na formulação, na articulação com os estados e municípios no comando político do Brasil nessa área. Por isso é fundamental a mobilização do Brasil para que os nossos representantes no Conselho Nacional assumam essa responsabilidade e façam essa articulação com a CIT, com a CIBs, com os Conselhos Estaduais e Municipais.

Não tenho dúvida que a presença dos usuários em cada Conselho, inspirada pela clareza que o Samuel nos trouxe aqui ontem falando da presença e da participação dos usuários, é que vai dar cada vez mais a legitimidade ao controle social e a participação em nosso país, dentro daquilo que nós estamos sendo capazes de elaborar e formular.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Então, companheiros e companheiras, militantes, Delegados, todos vocês têm uma grande tarefa, porque é o Brasil é imenso, porque a nossa história é muito recente e eu tenho certeza que a gente sai dessa VIII Conferência Nacional de Assistência Social com a convicção de que nós podemos consolidar o SUAS, de que nós podemos e vamos construir a dignidade, o valor do trabalho, da participação, das competências e da militância de todos os trabalhadores no Sistema Único de Assistência Social.

Parabéns Conselho Nacional de Assistência Social, parabéns à Secretaria Nacional de Assistência Social e todas as instâncias que aqui estão representadas, um grande abraço e a luta continua sempre, muito obrigada.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Obrigado. Vamos dar início ao processo da fala dos Delegados, vou chamar os primeiros sete inscritos. Agora temos 30 inscrições. Elenilson Gomes, Marcos Antônio, Francisco Mourão, Rafael Henrique, Sávio, Maria Ozanira da Silva, Marco Antônio, por favor, cheguem. Elenilson, por favor, três minutos. Seremos rigorosos com o tempo, já que a gente tem o quantitativo de companheiros que também vão fazer suas explicações, Elenilson, por favor, pode passar o microfone.

Sr. Elenilson Gomes (CE): Bom dia a todos os Delegados presentes, bom dia à Mesa. Meu nome é Elenilson Gomes, sou de Fortaleza do Ceará, a pergunta vai ser direcionada para as professoras que aqui representam a academia, é que mesmo com a discussão central, que é a questão da valorização dos trabalhadores. Nós sabemos que tem muitas ações na área do MDS que precisam ser firmadas, mas os recursos hoje... nós não temos recurso vinculado. Isso tem que ser uma discussão permanente, que é a questão da vinculação de recursos para sim ter garantias no futuro da implementação dessas ações. Porque nós temos um governo hoje que nós podemos dizer que é popular, que nos garante alguma coisa, mas para o futuro não, porque as eleições no Brasil são alternadas muitas vezes. E hoje deve ser vontade um instrumento, que é a DRU, que é a Desvinculação de Receita da União, que nesse governo a gente não pode ter muita preocupação, mas para os outros pode se ter. E finalizo dizendo o seguinte; nós passamos, agora a crise internacional está começando a atingir o Brasil, o crescimento nosso só foi pífio, e que isso quer dizer o seguinte: que quando se tem uma crise no Brasil, por exemplo, mesmo que ela não vá ser muito grande agora, as principais áreas atacadas ou contingenciadas são as áreas sociais. Como a academia, as professoras vêm essa questão? Obrigado.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Obrigado Elenilson. Marco Antônio três minutos.

Sr. Marco Antônio (CE): Bom dia a todos e todas, eu sou Marcos do município de Palmácea no estado do Ceará e eu quero fazer uma seguinte pergunta aqui para as três, Dra. Berenice, Jucimeri e Raquel. A pergunta é a seguinte: se as universidades e faculdades estão trabalhando os futuros trabalhadores da área de assistência social, para que eles estejam prontos para irem para as comunidades, para a base, que antigamente era chamada de ponto? Porque o que se vê na realidade são trabalhadores de birô. Me perdoem, poucos aqueles que vão lá dentro, na base, buscar o problema para trabalharem.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Ok, obrigado. O próximo, Francisco Mourão.

Sr. Francisco Mourão (MA): Eu sou do Maranhão, Vitolino Freire. Não quero só cobrar, vou fazer alguma cobrança e vou defender: a assistência social hoje é um ponto muito forte, hoje o nosso estado tem um milhão de portador de necessidade especial no Maranhão, no nosso país tem 27 estados, o Maranhão só veio com um Delegado portador de necessidade especial, Sr. Paulo, quer dizer, no Maranhão só deram poucos Delegados deficiente. E aqui, no nosso querido país, são 27 estados, e eu tenho certeza que não tem nem 15 Delegados com deficiência. Eu acho o seguinte, quero pedir para assistente social do CRAS - muito bom que o CRAS renasceu - mas hoje ainda



está acontecendo uma deficiência maior, que é a deficiência espiritual dos deficientes. O CRAS é aberto para todos, mas os deficientes têm vez que nem sabem se existe CRAS nos nossos queridos municípios. E a gente fica dizendo que os governos não fazem nada, mas nós não batemos na porta. Eu quero dizer para a assessoria jurídica do nosso país colocar mais, especialmente porque ainda é muito pouco os atendentes no estado, porque é muita gente e não dá para combater muitas forças lá dentro do nosso estado.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Ok, obrigado. Eu gostaria de combinar com o Plenário, que na fala de Rafael Henrique a gente pudesse encerrar as inscrições, já que tem um grande quantitativo. Vocês aprovam? Já temos 32 inscrições, eu gostaria que na fala do Rafael, quem quiser falar pode se inscrever ou trazer o seu crachá para a Mesa. Agora não podemos ficar ad eternum, porque temos uma programação a seguir e temos o horário do almoço nosso, ok? Podemos combinar assim, Plenária? Obrigado.

Sr. Rafael (SC): Eu sou Rafael de Joinville – Santa Catarina. Gostaria de perguntar para a professora Berenice e Margareth se, com a precarização do trabalho dos profissionais do SUAS, eles não acabam prestando um trabalho também precarizado para os usuários? E se sem a criação de vínculos o usuário também acaba não percebendo a assistência social como um direito, e sim como uma benesse, e fica meio que refém dos programas de transferência de renda, sem entender o que é o controle social?

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Ok. O próximo inscrito é o Delegado Sávio, gostaria de lembrar que estão encerradas agora as inscrições. Nossas auxiliares podem trazer os crachás de quem entregou na fala do Rafael. Então próximo inscrito é o Sávio.

Sr. Sávio: Olá, bom dia pessoal, estou representando os trabalhadores de Minas Gerais nessa Conferência, e gostaria de parabenizar a Mesa, Raquel, Berenice, Jucimeri, Margareth, que ajudaram bastante nessa discussão, qualificaram o debate, eu acho que vai nos ajudar bastante. Queria fazer basicamente três observações aqui. A primeira é com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Me lembrei quando foi citada pela Jucimeri. É o seguinte, gente, Lei de Responsabilidade Fiscal nunca pode ser desculpa para que não se faça concurso público. Em Belo Horizonte, ficamos com essa dúvida durante muito tempo, foi nos passado a Lei de Responsabilidade Fiscal como desculpa para não realização de concurso público, isso aí é uma falácia, é uma mentira. A gente fez uma verificação, Belo Horizonte pode gastar pela Lei de Responsabilidade Fiscal 54% com trabalhadores, com gastos com trabalhadores, ela gasta atualmente só 42%, e se você for colocar, por exemplo, 600 concursados agora, isso passaria de 42% para 44%, passaria longe dos 54% que pode gastar, então em hipótese alguma essa Lei pode ser considerada uma Lei, aliás, muito pertinente, controla o gasto público, não poderia ser impeditivo para concurso público. Outra coisa é o seguinte: é que eu não vejo muita manifestação das entidades com relação à questão da política de recursos humanos. Fica parecendo que a política de recursos humanos é só para que o governo efetue, na verdade, entidade e governo se parecem muito e em muitos aspectos, ambos estruturam e executam serviços da área da assistência social, ambos contratam profissionais, ambos vivem do financiamento público, então tem uma identidade muito forte aí, e a gente só ver falar nessa discussão, tanto do órgão gestor, no que diz respeito às suas responsabilidades com relação à implantação da NOB-RH/SUAS. O segundo aspecto é com relação também à NOB/SUAS 2010. Nem sei se foi aprovado pelo Conselho Nacional ainda, mas diz respeito à questão do controle social nas entidades. Também daqui um tempo a gente vai inscrever entidade nos



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conselhos e vai ter que exigir uma Ata lá das reuniões com os usuários, mensal, etc. e etc., e não só um controle social previsto para os órgãos gestores estarem fazendo. O terceiro é o seguinte, a política de recursos humanos é importante para qualificar os serviços, já foi dito, e a gente já está na segunda fase de implementação do SUAS, e isso requer qualificação de serviços, agora, é imperativo a política de recursos humanos, por quê? Porque simplesmente ela reforça as três principais diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social, quais são? Primeiro: Primazia do poder público na condução da política, a continuidade dos serviços, concurso público é muito importante para isso, a questão da descentralização política administrativa, da mesma forma, e a participação popular também é prevista, longe de ter uma característica corporativa e etc.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Ok Sávio, obrigado. Vamos dar continuidade, Maria Ozanira, lembramos que quem encaminhou à Mesa perguntas por escrito, está sendo direcionado aos participantes, que no seu tempo de resposta para esse bloco ele trará também o retorno, então Maria Ozanira, por favor.

Sr.a. Maria Ozanira: Bom dia a todos, bom dia aos componentes da Mesa, eu gostaria de dizer que a minha manifestação aqui é muito breve, vai ser para destacar o que eu considere muito relevante o tema dessa Conferência, “consolidar o SUAS e valorizar os seus trabalhadores” e eu, como a Margareth, faria uma inversão, “valorizar seus trabalhadores para que o SUAS consiga avançar”. Eu quero dar um depoimento aqui muito breve, estou saindo de uma pesquisa nacional sobre a implantação do SUAS no Brasil, onde fizemos pesquisas empíricas, visitamos CRAS etc., em muitos municípios de sete estados, estou saindo recentemente de uma pesquisa no estado do Maranhão onde fizemos um estudo empírico nos CRASs sobre as condicionalidades do Bolsa Família. Realmente a distância entre o ideário do SUAS e a realidade concreta dos municípios é gritante, e aqui eu colocaria, por exemplo, e no contexto dessa realidade, a situação dos trabalhadores do SUAS, em termos de salário, de rotatividade, precarização, instabilidade, insuficiência, desqualificação e falta de condições de trabalho. A distância é gritante e, apesar de eu ser da academia, eu valorizo muito a pesquisa empírica, aquela que vai no real para depois problematizar e questionar essa realidade. Então, em função disso, eu colocaria para a Mesa alguma manifestação, se for o caso, eu considero um grande desafio atualmente pensar em estratégias e mecanismos de aproximação entre o ideário do SUAS, que é um grande avanço, e a realidade concreta da grande maioria dos municípios. Obrigada.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): O próximo, Marco Antônio.

Sr. Marco Antônio (RJ): Bom dia a todos e todas, eu sou Marco Castilho, Delegado Nacional pela Federação Nacional das Associações Pestalozzis, e eu sou do Rio de Janeiro. Queria cumprimentar a Mesa e parabenizar, porque foram muito bacanas todas as reflexões e provocações que vocês nos trouxeram. Queria dizer para a Margareth que hoje, finalmente, eu me senti contemplado na fala dos trabalhadores, porque ontem foi uma decepção na Mesa de Abertura e hoje você resgata a fala de todos nós trabalhadores e trabalhadoras nesta Conferência. Então parabéns pela sua participação. E obviamente, rapidamente, apenas uma reflexão, proporia que a gente não tivesse uma atitude muito hostil para



com os trabalhadores que estão na função de gestores, porque também são trabalhadores da Política de Assistência Social, exercendo uma função na gestão, e eu me coloco nessa posição, porque eu sou trabalhador, mas também sou gestor privado. Queria dizer para o Sávio de BH que o Movimento Pestalozziano vem discutindo amplamente a qualificação do seu quadro de pessoal dentro da Rede Pestalozziana em todas as perspectivas, então, tem alguém na rede socioassistencial fazendo alguma coisa sim. Eu apenas queria trazer aqui três reflexões. Sobre a fala da professora Raquel Raichelis, quando nos abordou a necessidade de reordenamento da rede pública e privada, na perspectiva da valorização do trabalhador, e ela usou a palavra “submetendo ao controle social”. Gostaria de remeter a reflexão de que, enquanto instância de controle, eu não sei como é que anda isso em outros estados, mas no Rio de Janeiro raramente se discute trabalhadores, contratação de pessoal, sobretudo os comissionados no campo do controle social. Quando a gente vê, o indivíduo está contratado, em condições precárias, em salários baixos, enfim, e o Conselho sequer discute essa questão. A outra é que, sem sombra de dúvidas, o Decreto publicado hoje a gente ainda não teve conhecimento na íntegra. É um avanço, não estamos aqui discutindo a diferentemente disso, no entanto, é importante que a gente conheça na íntegra e o que é que ele de fato nos traz, porque se ele estiver pautado como está na Lei, fazendo referência à Resolução 17, que trata da equipe de referência, àquela equipe de referência traz apenas os trabalhadores estabelecidos naquela Resolução, e aí eu vou concordar com a Jucimeri, quando ela falava da realidade de cada região, de cada localidade, enquanto equipe trabalhadora, e a Margareth lembra a todos nós. Eu quero reafirmar, já estou concluindo, que existe um grande percentual de trabalhadores em nível médio, se pegarem os dados do Rio de Janeiro compilados na Conferência Estadual, 27% dos trabalhadores do Sistema Único são de nível médio. Então, esse percentual, esse cofinanciamento vai possibilitar isso? É uma das questões e, para finalizar mesmo, Fred ou alguém do governos: quem pode esclarecer no Decreto o que significa “não poder pagar funcionários efetivos”? Porque nós temos que lembrar que antes da Constituição de 1988 tínhamos um quadro de pessoal lotado nos órgãos públicos e que ganharam essa titularidade de efetivos, e se eles estão ou não contemplados, porque não são concursados, mas é quadro de efetivo. Gostaria que alguém pudesse esclarecer isso para nós, muito obrigado.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Ok Marco. Eu gostaria de combinar com as expositoras se a gente tivesse três minutos para cada bloco, infelizmente é pouco tempo, mas nós temos ainda uma média de mais três blocos, se a gente aumentar o tempo da exposição vai refletir. Quem começaria? Pela ordem, então professora Raquel.

Sr.a. Raquel Raichelis (Pontifícia Universidade Católica/SP): É muito difícil responder a cada uma em um tempo muito rápido, mas vou pontuar algumas questões, que me parecem importantes. Começando pelo Gomes, enfim, tem algumas colocações com as quais eu concordo plenamente, por exemplo, vinculação de recursos para ações continuadas. Sabemos do rodízio de grupos do poder e sabemos que política pública se faz com previsibilidade, com continuidade, independente da rotatividade das pessoas que estão ocupando cargos em um determinado momento. Então eu acho que estamos caminhando exatamente para criar uma estrutura institucional, um conjunto de referências, de requerimentos, de marco regulatório, de definições de serviços, de conteúdos e de padrões, que independam da rotatividade das pessoas, parâmetros que permaneçam e, para isso, de fato, a vinculação de recursos às ações e a determinados serviços é fundamental.

Também acho, falando do ponto de vista do lugar que estou, que é fundamental que os trabalhadores, mas os estudantes que estão se preparando para serem trabalhadores, tenham contato com a realidade desse país, com a realidade da questão social, das expressões dramáticas da questão social, que atingem a população brasileira. E penso que isso é uma questão fundamental, no caso do serviço social, que é



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

do lugar onde eu estou. Essa é uma política, uma diretriz fundamental, desde início dos nossos cursos os alunos são encaminhados para observação da realidade, para a realização de estágios e tal. E eu digo mais, a universidade tem um compromisso público, também, mesmo a universidade privada tem um compromisso público de devolver à sociedade àquilo que é financiado, vamos dizer, pelo conjunto dos contribuintes. Portanto, ela também, através dos seus projetos de extensão e de pesquisa, deve criar condições para colaborar, de alguma forma, não só na formação direta, mas também na prestação de serviços às periferias, enfim, a população moradora dos bairros, dos territórios dessas cidades. Ao mesmo tempo que ela forma quadros com compromissos éticos-políticos, que quando se tornam trabalhadores vão ser servidores nesse sentido que estamos discutindo aqui.

A questão colocada pela professora Ozanira, fala de uma pesquisa, da qual participamos, e que de fato ela constata que o SUAS é uma realidade, um movimento efetivo, que mobiliza hoje o conjunto dos municípios brasileiros. Mas ela também aponta as contradições entre uma política em construção e o ideário que já afirmamos. É importante que tenhamos claro, conforme de alguma forma as nossas falas anteriores colocaram. É uma política que está na contramão, está no contra-movimento da tendência geral. Apontei na minha fala as características, as tendências, as configurações que assumem hoje as políticas públicas e o trabalho. E o que está acontecendo com a assistência social? Enquanto a sociedade valoriza o privatismo, individualismo, a competição, nós estamos criando nova forma de relação, nova sociabilidade pública. Nós estamos dizendo que o Estado tem que assumir o seu papel e a direção desse processo, com a colaboração ativa e crítica da sociedade civil. Isso é absolutamente revolucionário no momento tão adverso que vive o trabalho, no momento em que dada a crise mundial, e já se falou aqui, a Europa e os Estados Unidos estão freando e refreando investimentos, estão diminuindo o gasto público, social. Nós estamos apontando para a perspectiva da universalização, para a perspectiva da ampliação do investimento, enfim, então, eu penso que também temos de ter consciência que estamos na contracorrente, e que é muito difícil trabalharmos, nessa perspectiva, e que há limites claros.

Quando dizemos: o enfrentamento da desigualdade social e da pobreza não pode ser apenas uma tarefa da assistência social, dizemos que a assistência social vai colaborar nesse processo. Mas não lhe cabe isoladamente, por si só resolver o problema, superar, equacionar a pobreza e a desigualdade nesse país. Então, também temos que ter claro quais são as nossas possibilidades e quais são os nossos limites. Limites também que vão ser superados na medida em que criarmos também estratégias, não só de organização política no interior da assistência social, mas estratégias que nos articulem com o conjunto da classe trabalhadora. Porque é essa que é a questão, há recursos, há instrumentos, há espaços que precisam ser ocupados mais amplamente e não é apenas um movimento interno do campo da assistência social que vai dar conta.

Então é muito importante quando afirmamos: somos trabalhadores da assistência social e levarmos isso às últimas consequências. Somos trabalhadores, temos compromisso, conhecimento e competência a demonstrar, mas também sofremos constrangimentos que hoje impactam o conjunto dos trabalhadores desse país. Portanto, temos que nos associar a eles também, a outros espaços mais amplos de organização e mobilização.

O Marco Antônio, da Pestalozzi, me questiona sobre o reordenamento das entidades e a submissão ao controle social. Seguente, estamos construindo o SUAS como política pública, entendemos que a rede socioassistencial não é rede privada apenas, ela é pública e privada, ela é estatal e privada. Para construir, na verdade, a perspectiva pública da rede, como foi colocado aqui, trabalhadores que estão nas unidades estatais ou trabalhadores que estão nas entidades privadas, são trabalhadores públicos, prestam o serviço público, e devem estar submetidos aos mesmos



princípios, às mesmas diretrizes, às mesmas regras que ordenam essa política e a prestação desse serviço em qualquer lugar que esse trabalhador esteja desenvolvendo sua atividade.

Portanto, o controle social também tem que ser entendido dessa forma, e nós sabemos que há um universo muito heterogêneo, tanto no campo estatal, tanto no campo das entidades privadas. Então, foi colocado aqui que há entidades sim que estão fazendo o reordenamento e que estão discutindo e definindo política de recursos humanos, sim. Mas essa não é a realidade da grande maioria das entidades que participam do SUAS, e temos que avançar na discussão do que significa vínculo SUAS e as entidades, evidentemente, são entidades civis, possuem autonomia reconhecida pela Constituição de funcionar segundo suas definições, seus estatutos. Agora, quando dissemos “entidade que participa da rede ou entidade vinculada ao SUAS” definimos que é preciso alguns compromissos, que não podem diferenciar. Como quando afirmamos: não vamos diferenciar trabalhadores de primeira e segunda categoria, também não vamos diferenciar trabalhadores da área estatal da área privada, porque o que interessa é o resultado desse trabalho, a qualidade desse trabalho no seu conjunto para a população.

Nesse sentido, temos que aprofundar a discussão, inclusive da NOB-RH naquilo que ela se refere às entidades da rede privada. Podemos retomar isso depois, mas ela faz recomendações muito tênues ainda, que precisam ser muito mais prescritivas e normatizadoras. Esse é o avanço que vamos alcançar, com certeza, a partir dessa Conferência.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Obrigado professora. Passaremos aqui para a professora Jucimeri.

Sr.a Jucimeri Isolda Silveira da Silveira (Pontifícia Universidade Católica/PR): Obrigada. Eu vou destacar as questões que não me foram dirigidas diretamente, mas queria reforçar também escolhendo algumas. Acho que temos que sair com uma definição dessa Conferência, a respeito da alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal. Temos que pressionar o legislativo a fazer mudanças, porque entendo que muitas vezes a Lei de Responsabilidade Fiscal é usada como um instrumento por parte dos governantes para alegar a não realização do concurso, mas de fato ela está restringindo a composição de gasto com pessoal no limite orçamentário, e não está destacando as questões essenciais. Então penso, inclusive, que temos que pressionar os órgãos de controle nesse processo de prescrição da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque os órgãos de controle, Tribunais de Contas dos Estados fiscalizam as contas dos municípios e questionam o concurso público sim, e, mais do que isso, também questionam muitas vezes o repasse de recursos para as entidades de serviços, que são continuados, como o serviço de acolhimento.

Nós temos que esclarecer a partir, inclusive, da divulgação dos serviços como uma área essencial e como um serviço continuado, tanto prestado pelo órgão público, pelo poder público em serviços estatais, como também pelas entidades. Acho fundamental sair com uma definição dessa Conferência, porque não basta aprovar o repasse de recursos e depois disso, na prática, significar um grande limite para poder compor um amplo quadro dos trabalhadores próprio.

Outra questão que também gostaria de destacar é a utilização do IGD, que é o Índice de Gestão Descentralizado. Nós tínhamos instabilidade nesses recursos, tínhamos que fazer uma distinção: uma coisa é o repasse de recurso do piso para compor os serviços, como não tinha autorização do pagamento do quadro próprio, muitos utilizavam esse recurso de forma com contratos precarizados. Essa é a realidade dos municípios brasileiros para a contratação de pessoal. Agora com a aprovação do Índice, temos que discutir percentuais: quanto desse recurso do piso vai ser utilizado? Foram definidos 60%, e os demais?



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

No caso do Índice de Gestão Descentralizada, os trabalhadores têm que discutir a utilização desse recurso para a capacitação. Temos que ter as definições no âmbito dos espaços de controle, mas esse índice não tem relação com o conjunto dos trabalhadores, ele tem relação com os incrementos necessários para a gestão. Como muitas vezes nós não definimos a utilização do recurso, e não tinha a estabilidade ou sua continuidade, muitos Prefeitos utilizam sim para aquisição de carro para o seu gabinete, mas ele é para utilizar para incremento da capacidade de gestão da assistência social. Acho que tem uma confusão na interpretação do Índice de Gestão com o piso, eu só quero destacar o grande avanço que é esse Decreto, e que ele traz segurança no repasse dos recursos e, no caso da gestão do trabalho, deve ser muito bem empregado nas capacitações, na lógica da educação permanente também.

Chegou uma questão que eu queria responder, mas é difícil para mim: se eu não acho que o serviço de convivência de zero a seis anos, na tipificação, não deveria existir, uma vez que a faixa de idade é para creches, educação infantil. Penso que nós vamos ter que iniciar uma discussão nacional sobre a implementação da tipificação. Acho que não só esse serviço merece uma discussão no sentido do seu desenvolvimento, que não é creche, não é educação infantil, essa não foi a lógica pensada, como também serviços novos, que precisam ser implementados e potencializados, a exemplo do atendimento domiciliar para pessoa idosa e com deficiência, que tem toda uma lógica pensada para esse serviço. Faz parte de um processo, certamente daqui para frente, de discussão da implementação da tipificação, incorporando a tipificação nas capacitações, no processo de acompanhamento e do monitoramento.

Eu queria também, por último, falar que não é papel da assistência social ficar emprestando assistentes sociais para fazer triagem na educação, educação é um direito universal, não é papel nosso ficar vendo entre os pobres os mais pobres para acessar um direito que é universal, e outros pontos que eu destaco na sequência, obrigada.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Obrigada professora, eu passo de imediato à professora Berenice.

Sr.a. Berenice Rojas Couto (Pontifícia Universidade Católica/RS): Nós aqui ficamos em um problema, que é o mesmo de quem usa o microfone ali para falar em três minutos, não é? São preocupações absolutamente importantes, e até pensamos se não deveríamos começar de novo, porque vocês nos pautam com questões que seriam importantes que as nossas falas respondessem, mas nós temos que fazer uma escolha. Queria agradecer também à Maria Ercília, ao David e à Ana Paula, que enviaram perguntas por escrito. Terei que fazer um bloco mais geral.

Quero enfrentar um debate com vocês, nesse tempinho que me cabe, que é a discussão que o Rafael colocou lá da questão da precarização do trabalho e essa precarização do trabalho gerar também uma precarização no atendimento dos usuários e, portanto, ter muita dificuldade, que faça aquele momento, um salto qualitativo-político que estávamos falando antes. Certamente não podemos discutir qualidade de serviços sem discutir qualidade de condições de trabalho, então, na verdade, nunca podemos discutir apenas um aspecto da política, temos que começar a discutir a política numa forma mais integral para que possamos realmente dar conta do tamanho do desafio que temos.

Como a professora Maria Ozanira falou uma coisa é o projeto e outra coisa é aquilo que encontramos na realidade. A professora Raquel fez uma discussão sobre a Política Social e o Estado e nós sabemos o quanto, muitas vezes, os CRAS foram criados para dar conta de uma demanda, com um recurso que existia, induzidos pelo governo federal. Então, por isso, em qualquer casinha se colocar placa vira CRAS. Nós temos que mudar isso, não é assim. Por isso, Francisco, que as pessoas com deficiência às vezes não conseguem entrar, porque o CRAS está lá mas não tem acessibilidade. Temos que discutir sim, não basta plaquinha, temos que resolver isso.



Queria discutir uma coisa com vocês, que vocês aplaudiram muito que a Margareth falou, que é a questão do Bolsa Família e achei que a professora Ozanira ia tocar nesse assunto. Eu não acho, aliás tenho convicção de que a renda é um direito de cidadania. Essa renda talvez não tenha que ser mudada. Agora, dizer que o cidadão vai ser cidadão quando ele se libertar do Bolsa Família, desculpe gente, o Bolsa Família é um instrumento importante da Política de Assistência Social. Esses usuários merecem receber essa bolsa na condição de cidadania, ele não vai ser cidadão no dia que ele se livrar do Bolsa Família. Ele é cidadão hoje e a renda é um direito dele, muito obrigada.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Passo para a Margareth.

Sr.a. Margareth Dallaruvera: Primeiro vou responder as que vieram por escrito. Uma pede para que disponibilize no stand do CNAS a Resolução da Mesa de Negociação, já está no site? Então está no site do Conselho, mas estão pedindo a Resolução 72 para colocar no stand. Veio para mim.

A outra pergunta aqui foi falar, no caso o Poder Judiciário, sobre a cobertura da proteção social básica do CRAS e, caso não seja realizada como deveria, se esses usuários não chegassem no Ministério Público? O que foi colocado aqui ficou meio confuso, principalmente no que se refere aos assistentes sociais nos CRAS. Além de atender à demanda dos CRAS em seu território, ainda recebem demanda do Poder Judiciário. Então, ao invés do Tribunal de Justiça chamar concurso, e que os profissionais do Tribunal de Justiça efetivamente façam o seu trabalho, esse é demandado para o CRAS. Então a lógica aqui não é esta, e isso tem que ficar claro. A nossa defesa é que se abra concurso público lá no Ministério Público, e não que os trabalhadores do CRAS assumam demandas para além dos CRAS. E essa mesma pessoa aqui, que não se identificou, também coloca que o Direito tem também profissional, a importância que tem como profissional de Direito no trabalho do SUAS. Eu só quero avisar para a companheira que a NOB já prevê, já consta o advogado como profissional do SUAS, não só está na Resolução 17, como um dos trabalhadores, que compõe o SUAS, como também está na NOB de Recursos Humanos. E, por fim, pede meu e-mail, eu não vou repassar agora, mas como a minha fala está no site do CNAS, eu coloquei só o e-mail do Fórum, mas eu coloco o meu e-mail pessoal para quem quiser entrar em contato, depois é só ir no site do CNAS.

Agora, em relação às perguntas, o Rafael indaga a respeito da precarização do trabalho e a precarização dos serviços, que incide diretamente na qualidade. Perfeito Rafael, é isso mesmo que nós estamos reafirmando. Pensa que no momento que os trabalhadores estão precarizados isso não cria vínculo, muitas das vezes tem que trabalhar em dois, três municípios. Lógico que não tendo vínculo não dá continuidade, prejudica a qualidade dos serviços, prejudica a continuidade e o vínculo que ele teria com os outros trabalhadores, com o território, usuários e aí, quando ele coloca isso lá para os usuários, é verdade que muitas das vezes realmente nós não vamos ter tempo suficiente para fazer o trabalho que seria necessário. Se ficássemos ali no nosso horário, nas nossas 30 horas, naquele equipamento ganhando um salário digno, não precisaríamos correr em vários empregos. É isso que nós temos que defender, aí vem a criação de vínculos.

Agora, professora Maria Ozanira, quando a senhora fala do ideário e da situação concreta, entendendo que o SUAS é uma política em construção, mas, mesmo assim, temos que ter a clareza que às vezes observamos algumas falas em algumas conferências que participamos, no debate parece que está tudo perfeito. Você pergunta alguma coisa, está na NOB, está na PNAS, está aqui, isso é verdade. A nossa grande ansiedade e expectativa é que as coisas se materializem, porque senão ficamos só nas elucubrações, no ponto de vista teórico mesmo. Mas aquele trabalhador, que está lá operando o serviço nos equipamentos, vê que entre a NOB - que está escrita perfeita - e aquilo que acontece no seu dia a dia está muito



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

distante. Então é esse distanciamento que gera expectativa e que nós temos o grande desafio para fazer o quê? Isso é um processo em construção de uma política que temos que aproximar e materializar, é aquilo que se diz: o Brasil está cheio de leis. Basta que cumpra-se a lei do SUAS .

E, por último, não poderia deixar de responder aqui a questão da renda, viu professora? Com todo respeito que a gente se tem, mas eu não poderia deixar de colocar que a minha fala jamais foi no sentido de garantir renda. Renda como todos os princípios constitucionais que o cidadão tem que ter. Ele precisa ter renda, moradia, saúde, enfim, o cidadão precisa, e a renda que ele recebe hoje é pago dos impostos sim, inclusive dele, temos toda clareza disso. A minha fala foi em outro sentido, que eu vou continuar afirmando: ter renda não significa manter a situação permanentemente de ser um beneficiário do Bolsa Família, nós queremos o Brasil sim, sem nenhuma bolsa. É que ele tenha renda, trabalho, que ele possa ele mesmo comprar a sua casa, enfim, é dessa emancipação que nós estamos falando.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Vamos começar o próximo bloco, então vou chamar a Edineuza, a Telma, Solange Bueno, Carlos Rogério, Alba Maria, Agmar, Esther, Agustinho, Douglas Simeão, Maria Zenilda Ferreira Lima, por favor, vamos iniciar. Edineuza Oliveira.

Sr. Daniel (BA): Eu sou Daniel de Serra de Ramalho no interior da Bahia, Oeste da Bahia, eu estou ouvindo tudo que está sendo dito aqui, vocês também estão vendo o título “Consolidar e valorizar o trabalhador, o seu trabalho”. Eu estou pedindo para vocês, para dizer para a Mesa também, cumprimentar a todos com um bom dia também. Desculpa, é preciso levar isso aqui muito a sério, porque eu estou falando aqui de um interior onde há cinco anos atrás eu andava, hoje eu não ando mais, eu vejo uma realidade lá no interior da minha cidade, e eu garanto que cada um de vocês tem um interiorzinho, onde vocês moram, tanto São Paulo, quanto Rio ou outra cidade qualquer, tem interior, tem pessoas do interior, tem pessoas pacatas, pessoas que estudaram pouco, tem pais de famílias que vão para a roça ganhar seu pão, e dentro de casa tem criança, adolescentes, idosos, jovens de deixaram de ir para a escola, que não estão tendo acessibilidade, que não estão tendo a vida que merecem ter.

Eu peço a vocês que prestem mais atenção, levem muito a sério esse trabalho aqui, porque eu falo pelo meu município e a gente tem assistente social lá, e em outros municípios também, que trabalham, eu não sei se eles recebem bem ou mal, trabalham, mas eles não conhecem um lesado medular, um deficiente mental, um Síndrome de Down. Eles não conhecem o que vive uma pessoa com deficiência, o que vive o usuário do CRAS, do CAPS, do CREAS. Então levem muito a sério, porque eu tenho certeza que se um professor recebe bem, ele vai entrar na sala de aula com prazer em dar aula, porque sua vida particular vai está perfeita, vai está bem. Então eu peço que esse trabalho venha à tona, todo mundo leve muito a sério mesmo, porque a gente, do interior da Bahia, do interior do Brasil, está precisando muito mesmo de profissionais interessados pela causa.

Sr. José Crus (CNAS): Olha só, nós estamos com 25 inscrições ainda, então gostaria de bastante objetividade na pergunta, por favor.

Sr.a. Edineuza Oliveira (RJ): Eu gostaria de trazer algumas preocupações, eu sou Edineuza, do estado do Rio de Janeiro, delegada governamental. Algumas preocupações que nós já temos com os nossos trabalhadores sociais no estado do Rio de Janeiro. Gostaria inicialmente também parabenizar a Mesa, porque acho que foi muito importante a gente ver academia, trabalhadores, gestores, porque assim é que se avança. Eu não acredito que é só com a academia, porque o conhecimento e a competência não são suficientes, nós sabemos que competência também fala em saber fazer, e fazer porque tem muita gente que conhece, sabe fazer, mas não faz. Que é o compromisso, e aí entra a questão do compromisso ético-político, eu quero também parabenizar a Margareth, porque você traz uma voz forte



dos trabalhadores, você traz essa realidade, e nós deveríamos sim estar aqui falando em valorizar trabalhadores e consolidar o SUAS, porque sem os trabalhadores nós não teremos o SUAS consolidado.

Agora, eu tenho uma preocupação, que é a seguinte: o SUAS é uma política em construção, agora, assim como um trabalhador vai ter compromisso ético-político, não é uma capacitação na universidade só, nem uma capacitação dada que a gente está aqui pensando no Plano Nacional de Capacitação, em algum plano estadual de capacitação, que vai dar essa habilidade política ao trabalhador social. Ficou muito claro para mim aqui que o SUAS está mudando a vida na cidade, ele está mudando a vida no Brasil, porque fala em cidadão, em autonomia, mas também temos trabalhadores com vínculos precários e nós não vamos avançar se a gente não resolver essa questão, nós não vamos avançar fazendo capacitação permanente se nós não teremos trabalhadores permanentes, nós temos trabalhadores com vínculos precários. Então, a minha questão é a seguinte: como a gente vai passar o que a Margareth colocou e as senhoras também professoras, em relação ao papel político? Como é que a gente passar isso para nós trabalhadores avançarmos politicamente? Porque sem isso não é o saber técnico e nem o saber fazer, se a gente não tiver competência também política. E eu queria saber como é que a gente pode avançar nesse desafio? Obrigada.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Próxima Delegada, Telma Regina, por favor.

Sr.a. Telma Regina (DF): Bom dia, meu nome é Telma, sou Delegada representando os trabalhadores do Distrito Federal. Eu gostaria agora de fazer uma observação, que nós comemoramos muito as 30 horas dos assistentes sociais, que conseguiram com muita luta e com muita valorização. Mas esquecemos de que os outros trabalhadores do SUAS, principalmente os trabalhadores celetistas, continuam fazendo 44 horas de trabalhos semanais. E aí eu me pergunto aos senhores: isso é valorizar esses trabalhadores, essas 44 horas, esse trabalhador, que oferta de serviços que ele está oferecendo? Que qualidade é essa de trabalho? São os mesmos trabalhadores que trabalham com o mesmo público que os assistentes sociais. E, mais ainda, hoje há subterfúgios, as entidades estão contratando assistentes sociais como outras funções, como Coordenadores de áreas e esses assistentes sociais estão tendo que trabalhar 40 horas, porque não são contratados como assistentes sociais, precisamos repensar isso daqui. Será, então, que não devemos definir que os trabalhadores do SUAS teriam direito a 30 horas semanais de trabalho? Porque trabalham com o mesmo público e praticamente com as mesmas questões? Quero lembrar a todos, também, é essa a minha observação, que os trabalhadores do governo do Distrito Federal já têm o seu plano de carreira, instituído há dois anos, e hoje estão paralisados por melhores condições de trabalho e por melhores salários, obrigada.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Solange Bueno.

Sr.a. Solange Bueno (SC): Bom dia, eu represento o segmento não governamental, venho pelo segmento de entidade de deficiente, Associação Catarinense para Integração dos Cegos, ACIC, Delegada do Conselho Estadual de Assistência Social do estado de Santa Catarina. Estou hoje aqui vivenciando uma realidade que para mim me traria uma grande tranquilidade em relação à nossa política do SUAS. Sairia daqui totalmente tranquila se eu não estivesse vivenciando no meu estado outra realidade. E hoje nós vivenciamos em nosso estado e município outra realidade, a ausência do recurso no estado nas ações do SUAS, ausência na questão do nosso orçamento, e ao nosso Conselho Municipal na cidade de Florianópolis está sofrendo severas consequências no sentido de ter entrado na luta em garantir orçamento público para a assistência social. Hoje o nosso Conselho está sofrendo sérias punições, até de retaliação de pessoas que trabalham dentro do nosso Conselho. E queria finalizar e dizer a vocês que nós, Delegados, viemos aqui para dar o retorno de tudo que nos foi colocado e, por isso, esse tempo que vocês nos dão é muito importante. Muito obrigada.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Ok, obrigado também. Antes de passar para a professora Alba Pinho, a FENASPS e o Conselho Federal de Psicologia informam que às 13h30 teremos a reunião com os trabalhadores psicólogos, o CFESS para a sua reunião no mesmo lugar, no espaço Águas Lindas, às 13h00, e FENAS informa também que às 17h00 estará encontrando também os profissionais de serviço social. E agora dando continuidade, a professora Alba Pinho.

Sr.a. Alba Pinho: Muito bom dia a todos e a todas, e eu sei que a hora está avançada, mas eu não quero deixar de fazer algumas pontuações. A Mesa nos interpelou, nos instigou de diferentes ângulos a colocar no foco da reflexão, no foco da crítica o grande desafio do presente da nossa história e construção, que é consolidar o SUAS neste Brasil contemporâneo, um dissídio eminentemente contraditório nos marcos da democratização e do ajuste sobre a inspiração neoliberal. Nós temos que consolidar o SUAS nesse dissídio contraditório.

E aí, de saída, como princípio, é preciso que tenhamos presente que na contemporaneidade a assistência social é um campo em disputa em termos de perspectiva, de projetos entre o tradicional e a perspectiva que vimos conquistando no movimento, em prol de fazer da assistência social uma política pública no campo dos direitos por dimensão emancipatória. Se é assim, se a assistência social é um campo de disputas, nesse momento de consolidação do SUAS eu quero reafirmar a posição da Mesa de que é central, fundamental ter como horizonte a direção social dessa política, e qual é a direção social dessa política, nesse contexto de acirramento de desigualdades, de contradições, de metamorfose do mundo do trabalho, de reconfigurações da pobreza, de populações sobrantes, de todas as metamorfoses da questão social? Então qual é a direção social dessa política? Eu acho que essa é uma questão que deve estar no nosso horizonte. E hoje os trabalhadores que viabilizam essa política, os trabalhadores do SUAS constituem, como foi visto aqui, um conjunto, um segmento essencialmente heterogêneo, essencialmente diverso, que quer ressignificar o trabalho e que, a meu ver, está em busca de construir uma identidade sócio-política de ser trabalhador do SUAS.

Foi colocado pela Mesa o que é ser trabalhador do SUAS nesse contexto, e eu entendo que em meio à diversidade das nossas contribuições, das diversidades profissionais, acho que o referencial central são os princípios éticos-políticos que rege essa política. Nesse sentido, acho que é fundamental que aprofundemos - como ponto da nossa agenda - o projeto político dos trabalhadores do SUAS. Reafirmo que esse projeto político tem que ter como fundamento explorar a potencialidade emancipatória dessa política, no sentido de reforçar as populações vulnerabilizadas com quem nós trabalhamos como sujeitos políticos nessa cena brasileira, o empoderamento desse sujeito, trabalhar construindo mediações éticas, políticas e técnicas. Assim, acho que é um ponto que nós não podemos nos afastar a direção social da política e o projeto político dos trabalhadores do SUAS. Esse é um ponto central que está na nossa agenda.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Obrigado professora, Aguiar, por favor.

Sr. José Crus (CNAS): Pedir também à Esther para ficar mais próxima do microfone. O Augustinho, por favor.

Participante não identificado: Bom dia a todos e todas, é um prazer enorme está aqui com todos vocês. Venho de um lugar no Norte de Minas Gerais, onde infelizmente só eu conheço, mas eu amo. Venho de uma comunidade Quilombola, onde, infelizmente, as coisas não estão andando como deveria. Eu fico triste e feliz ao mesmo tempo, fico feliz pela oportunidade de estar falando nessa Conferência, mas eu fico triste pela situação em que encontra as nossas comunidades e pela invisibilidade que está sendo dada às nossas comunidades tradicionais por essa Conferência.



Eu acredito que se não fizermos algo para valorizar as pessoas, os trabalhadores reais do SUAS nas áreas rurais, que são os presidentes de associações, que são as pessoas que estão lá trabalhando dentro das suas comunidades, sem nenhum tipo de remuneração, nem para pagar o ônibus ou o transporte que ele tem que usar lá, o cavalo, ou qualquer outra coisa para chegar no lugar das reuniões dos Conselhos. Eu fico triste, porque eu vi ontem aqui a Excelentíssima Ministra fazer aqui um depoimento, aonde hoje eu represento 17 comunidades Quilombolas na minha região de 14 municípios e eu nunca tive a oportunidade de ouvir falar do programa que ela falou ontem, a Ministra Tereza.

Eu gostaria muito, senhores, que vocês todos aqui presentes entendessem que a assistência social na vida das comunidades Quilombolas é mais do que essencial, mas infelizmente, quando lá nós falamos de assistência social, eles dizem que é responsabilidade da saúde, porque 84% das nossas famílias são dependentes do álcool. Isso não é mentira, é verdade, mas quem conhece é apenas quem convive com as famílias, aonde temos programas que dizem que foi feito para nós, mas nossa comunidade não sabe ler, talvez eu seja o único da região do Norte de Minas Gerais que tive a oportunidade de ter conhecimento, mas eu não consigo falar para todos. Hoje temos o programa Brasil Quilombola, eu tenho certeza, conversei com algumas pessoas dessa Conferência e poucas delas sequer conhecem o programa. Eu fico muito triste, mas de qualquer maneira feliz, porque evoluímos, estamos tendo a oportunidade de falar. Muito obrigado a todos.

Sr. José Crus (CNAS): Obrigado. Esther, por favor.

Sr.a. Esther: Bom dia a todos e todas, sou Esther do Conselho Federal de Serviço Social. Primeiramente gostaria de parabenizar o Conselho Nacional de Assistência Social pela oportunidade de participarmos do debate nesta Mesa. Quero agradecer às expositoras, antes de pontuar uma questão central. Gostaria de reafirmar àquilo que a professora Berenice colocou, que é o protagonismo dos trabalhadores no processo de definição da Lei Orgânica da Assistência. Se não fosse esse protagonismo na definição de princípios e diretrizes que hoje lutamos para implementar, nós não teríamos o avanço que conseguimos ter nesse país nos desafios que tivemos.

Também dizer do protagonismo dos profissionais todos na efetivação e consolidação do PL SUAS. Essa trajetória de 1993 até 2011 é uma trajetória onde nós nos construímos nesse processo. E, nesse sentido, o conjunto CFESS/CRESS tem contribuído e sido protagonista com os demais profissionais nessa área. Nós, no encontro nacional, o 40º Encontro nacional que aconteceu em setembro desse ano, tivemos uma agenda política para o conjunto dos profissionais, mas também para a Política de Assistência Social, que está no nosso 100º manifesto.

Gostaríamos nesse momento de explicitar e reafirmar um conjunto de proposições da categoria. Nesse 100º Manifesto temos a contribuição dos parâmetros para a atuação dos assistentes sociais na Política de Assistência, que estão distribuídos no stand. É nossa intenção que esse documento seja socializado para todos. A questão que nos traz é reafirmar algumas Resoluções que temos no âmbito do conjunto como a Resolução de nº 493, que trata das condições éticas e técnicas do exercício profissional. Precisamos dar visibilidade e publicidade a essa Resolução, já aprovada em 2006, que garante essas condições aos assistentes sociais, é importante destacá-la.

E também o PL, que trata do piso salarial, que está tramitando na Câmara dos Deputados. Precisamos nos mobilizar nesse sentido. Avançamos na implantação das 30 horas sim, mas temos um grande desafio, principalmente nas prefeituras dos municípios de pequeno porte para garantir aos assistentes sociais e demais trabalhadores a luta para 30 horas. A questão que eu gostaria que a Mesa aprofundasse é, já de partida, com o anúncio que a Secretária Nacional nos deu hoje da Mesa de Negociação, de



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

nos comprometer com a referida Mesa e que ela pudesse aprofundar um pouco mais essa temática. Obrigada.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Obrigado Esther. Augustinho Soares.

Sr. Augustinho Soares: Bom dia a todos e todas, eu sou Delegado Nacional, tenho um duplo papel aqui, porque tanto estou no conjunto CFESS/ CRESS, como Presidente do CRESS do Pará, e também estou na Federação Nacional dos Assistentes Sociais, companheiro de luta da companheira Margareth. E quando eu vejo a Margareth falar dessa situação do Pará, que para nós tem sido um motivo de muito desgaste, porque lá os trabalhadores que estão no CRAS, quase que em todas as cidades, são obrigados mesmo a trabalhar de graça e sobre ameaça, nos estudos e pareceres sobre guarda, tutela e com o Judiciário. Isso é perverso, porque traz duas situações do trabalho escravo, trabalho gratuito e sobre ameaça. E nós convivemos com isso pacificamente como se não fosse um atentado à liberdade do trabalho. Nós já fizemos denúncias ao Conselho Nacional de Justiça, que já pediu três vezes informações sobre esse processo junto ao Tribunal do estado do Pará e o Tribunal não responde, e eu estou achando que o Conselho Nacional de Justiça está sendo muito complacente com o Tribunal de Justiça do estado do Pará. Ainda ontem recebi no meu e-mail mais um mandato de prisão dos assistentes sociais no município, que está se recusando a submeter a sua força de trabalho ao sistema escravo.

Daqui a pouco nós vamos passar uma moção de repúdio, porque em 2003, na Conferência de 2003 já foi aprovada uma moção de repúdio diante das atitudes, e não conseguimos fazer nada. Estamos na região de Belo Monte, onde está sendo construída a Hidroelétrica e empresas, grandes empresas, que são pagas pelo governo, que a nossa Agente Fiscal está fazendo a fiscalização, a empresa diz que simplesmente não vai cumprir às 30 horas para os assistentes sociais. Estamos nessa mesma região, assistentes sociais, psicólogos, os outros trabalhadores recebendo o salário mínimo para promover cidadania, para garantir cidadania aos usuários.

Diante de tudo isso, o que me preocupa é a fala da Margareth, quando ela falou sobre a Mesa de Negociação, ela expõe as consequências. É possível que nesta Conferência não seja criada a Mesa de Negociação Nacional do SUAS. Quero que o governo e trabalhadores que estão aqui respondam: qual o motivo? Porque, se não for criada vai ser a Conferência mais frustrante para mim. Isso é imprescindível para todos os trabalhadores e usuários que estão aqui, a criação da Mesa Nacional de Negociação.

Sr. José Crus (CNAS): Obrigado Augustinho.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Douglas Simeão.

Sr. Douglas Simeão: Boa tarde a todos, meu nome é Douglas, sou do município de Caruaru, Pernambuco. Veja só, eu estive observando ontem algumas colocações que foram feitas, a respeito do CRAS Itinerante. Trago a questão para que seja aplicada algumas condicionalidades à implantação desse Serviço, por quê? Alguns gestores podem se valer dessa proposta e começar a desestruturar os CRAS que estão na zona urbana e fazer CRAS Itinerante, eu acho que isso é uma coisa muito perigosa. É muito boa mas atendendo a determinadas condicionalidades para a implantação nas áreas de que ela realmente precise.

O outro ponto é discutir a desprecarização do trabalho no SUAS. Temos que sair com uma proposta que firme na questão do concurso público, com efetivação e implantação imediata do concurso público, porque da forma que está o trabalhador não tem vínculo fragilizado não, ele não tem vínculo, ele depende de condições políticas para ele estar trabalhando. A partir do momento



que você investe naquele profissional, você o qualifica, você tem todo um trabalho, ele está na comunidade, está inserido e integrado, vem um Vereador, um Prefeito, alguma outra pessoa, tira ele por questões políticas e coloca outro. Estava citando: se você já tinha avançado 10 passos, você retroage para o passo zero outra vez, então, é um prejuízo duplo para a comunidade e para o trabalhador. Então, eu vejo essa questão, não adianta discutir PCCs, não adianta discutir melhor qualidade de condições do trabalho se você não tem a efetivação por concurso público.

O terceiro e último importante passo que eu acho, a título do SUAS também, que se tire como proposta de encaminhamento para que no próximo ano se realize a primeira Conferência Nacional Temática de Gestão do Trabalho no SUAS. Isso é muito importante para que o trabalhador do SUAS possa discutir as suas condições de trabalho, PCCs, discutir Mesa de Negociação, possa discutir a sua saúde do trabalhador e também discutir a questão do concurso público, isso é muito importante, que se não houver essa amarração em torno do trabalhador, ou seja, não se organizasse, se eles não brigarem pela sua efetivação, tudo que está sendo discutido aqui estará sendo dito por água abaixo.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Ok Douglas. Maria Zenilda.

Sr.a. Maria Zenilda: Estou como Presidente do Sindicato de Assistentes Sociais de Pernambuco, faço parte da Confederação Nacional de Seguridade Social – CNSS, no tocante à coordenação da categoria de assistente social, e estou aqui representando a CUT Nacional, inclusive essa gestão conseguiu que a Mesa ordenasse a distribuição das propostas da CUT e da CNSS, que é o ramo da seguridade, que abrange o tripé: saúde, assistência social e previdência. Então tem umas propostas que a gente gostaria, inclusive que vocês, por favor, lessem para ver se a gente consegue implementar nos grupos.

Pessoal, eu pedi a palavra mais para chamar a atenção dos companheiros e companheiras trabalhadores, eu estou muito feliz com a Mesa que foi composta, principalmente com a fala de nossa Presidente da Federação, Margareth, eu esqueci de dizer que sou também da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Assistentes Sociais que é a – FENAS. Uma preocupação, sabe professora Ozanira, estava indo até bem, mas no finalzinho a senhora falou uma coisa que eu fiquei até com palpitação. Todo assistente social, não sei como é que pensa as outras categorias, aceita, vamos dizer assim, a Bolsa Família, mas não é aquele programa que a gente gostaria, a gente entende como uma possibilidade, mas não é a distribuição de renda que a gente espera, mas me incomoda particularmente esse tipo de colocação, eu acho que a distribuição de renda que a gente espera, e já foi falada aqui, é aquela distribuição que vem através do seu pleno emprego, você tem emprego e faz com o seu dinheiro o que você quiser.

Então, o Bolsa Família, inclusive, é usado muitas vezes nos municípios de forma eleitoreira, e eu acho que a gente tem que ficar atento para isso, porque, na realidade, não é essa a nossa proposta, não temos essa proposta. Então eu chamo aqui a atenção enquanto Cutista para a quantidade de profissionais sindicalizados no país. Eu não estou falando de assistente social, porque nossa formação como assistente social nos obriga a ter uma relação com todos os demais profissionais, coisa que os outros não têm essa obrigatoriedade, então, nunca você vai encontrar um assistente social, quer dizer, nunca entre aspas, em nossa grande maioria sendo corporativista, a gente é corporativo sem corporativismo, ou seja, quando a gente criou o Fórum dos Trabalhadores, chamou os demais profissionais, quem encampou a luta foi a Federação dos Assistentes Sociais, mas em nenhum momento foi sozinha, chamou os psicólogos, os pedagogos, e a nossa fala é essa. Então eu gostaria que vocês procurassem os sindicatos, eu vi uma faixa passando aí do pessoal do INSS, gente não é só no INSS que está faltando os trabalhadores concursados serem chamados não, lógico que lá, e o SESC e o SESI, até a própria profissão está desconfigurada dentro desses locais, e eu gostaria que vocês atentassem.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Conclua, Zenilda, por favor.

Sr.a. Maria Zenilda: Vamos concluir, companheiro, vou chegar até mais perto. Eu gostaria que vocês atentassem para a questão da sindicalização, menos de 3% dos trabalhadores do Brasil são sindicalizados, só que na hora que vocês são demitidos vocês têm que ir para algum sindicato para homologar a rescisão contratual, então se vocês estão bem no seu sindicato, ótimo, quem não tiver, por favor, reforce os seus sindicatos, a luta sindical é importante.

Sr. José Crus (CNAS): Zenilda, por favor, o nosso Regimento.

Sr.a. Maria Zenilda: Muito grata.

Sr. José Crus (CNAS): Pessoal, eu só quero lembrar ao nosso artigo 11 do Regimento, que nós aprovamos por esse pleno, que nós temos aqui em cada intervenção deverá ser feita de no máximo até três minutos, gostaria que a gente obedecesse aqui o que esse pleno aprovou no início desta nossa Conferência.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Nós apenas estamos operando pelo Regimento.

Participante não identificado: Carlos Rogério, por favor, o último desse bloco.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Nosso Conselheiro.

Sr. Carlos Rogério: Bom dia Delegados, Delegadas que vieram para essa VIII Conferência. Meu nome é Carlos Rogério, eu sou Conselheiro Nacional do CNAS, sou assistente social, represento o segmento dos trabalhadores e pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. Eu quero fazer duas observações, por conta do tempo, primeiro é fazer o destaque de que esse tema da assistência social, dos trabalhadores, valorizar os trabalhadores, ela é, pelo o que eu sei, inédito. Esse tema em relação e comparando com as outras conferências, e aqui vai todo o mérito para nós, trabalhadores da assistência social, que soubemos e estamos sabendo fazer, valorizar a nossa profissão e as nossas atividades, dando um sentido mais de qualidade, porque não é só a questão da remuneração, são as condições de trabalho, são todos aqueles itens que favorecem um bom desempenho do profissional na área social.

E em segundo chamar atenção que para essa área da assistência social, ou sobre esse tema dos trabalhadores, nós devemos ter uma compreensão também em relação à seguridade social brasileira, hoje permeia na sociedade um grande debate, alguns oradores já fizeram, eu acho que a Mesa pode também reforçar o debate sobre a crise internacional, onde os países ditos mais desenvolvidos, mas que são os mais exploradores dos outros, estão dando como resposta a essa crise, retirando direitos e recursos justamente nessa área. Então, no nosso movimento - e nós, somos trabalhadores - também fazemos esse debate - nas centrais, nas Federações - para que reforce o papel do Estado na manutenção e ampliação dessas políticas, e como parte fundante dessa política na área social é a valorização dos trabalhadores, o reconhecimento desses trabalhadores, a regulamentação desses trabalhadores.

Nós sabemos que no Brasil na regulamentação ainda temos muito ainda para conseguir, eu acho que nós não vamos parar aqui nessa Conferência, nós trabalhadores temos muito a lutar e começou essa luta no início desse processo com a NOB-RH e vai continuar para que a nossa luta avance para sempre, muito obrigado.



Sr. José Crus (CNAS): Obrigado. Passo, então, a palavra para a professora Raquel Raichelis, por favor.

Sr.a. Raquel Raichelis (Pontifícia Universidade Católica/SP): Novamente temos um conjunto muito grande de questões, vou pontuar algumas, espero que as companheiras de Mesa complementem eventualmente alguma outra que não tenha abordado, muitas delas são importantes para serem retomadas nos grupos de trabalho com certeza.

Eu queria começar comentando a questão que o Daniel colocou, em relação às condições de vida da população, e deu exemplos de situações que precisam ser conhecidas, tornadas mais visíveis. Quero discutir essa questão juntando com uma questão que chegou para mim aqui na Mesa, colocando se o cumprimento de metas, na questão do gerencialismo, não é uma responsabilidade, uma obrigação de todos os trabalhadores, se não temos que ser eficientes, se não temos que ser cobrados do nosso trabalho etc. e etc., então eu queria retomar essa ideia, exatamente para explicitar melhor aquilo que eu coloquei.

O que estamos colocando é uma diferença muito grande entre gestão do trabalho, entre apropriação dos dados sobre a realidade sobre a população e um gerencialismo e um produtivismo, que muitas vezes tomam conta do nosso cotidiano, ou seja, a necessidade dos profissionais, dos trabalhadores recusarem o produtivismo e gerencialismo, mas valorizarem as informações e dados importantes que estão sendo apropriados hoje a partir do acompanhamento, do sistema de acompanhamento do SUAS pelo Brasil.

Esses dados não devem ser tratados burocraticamente, é isso que eu quero dizer, ou seja, eles têm que servir para os trabalhadores conhecerem com mais profundidade as condições de vida da população rural, urbana, as diferenciações que existem pelo Brasil entre as cidades, os municípios, os estados, as regiões, populações tradicionais, como foi colocado aqui, ribeirinhas, quilombolas etc. Isso exige um conhecimento muito mais aprofundado de lidar com a população, porque sem esse conhecimento de quem são essas pessoas, quais são as necessidades reais que a Política de Assistência Social tem que atender nós não vamos conseguir respeitar e assegurar direitos do conjunto dessa população.

E uma das questões que eu considero fundamental nesse processo, e já juntando com a discussão ético-política que deve orientar o nosso trabalho, foram colocadas aqui muitas questões: qual é o projeto político dos trabalhadores, qual é o projeto que orienta o trabalho coletivo desses trabalhadores? Porque aqui não se trata de trabalho individual, nós estamos falando de trabalho coletivo, trabalho complexo, como foi colocado aqui: o que orienta esse projeto?

Eu diria o seguinte, nós só podemos explicitar esse projeto e a dimensão emancipatória que ele tem se nós dermos, se contribuir, evidente que não somos só nós responsáveis por isso, para dar visibilidade exatamente à quem é usuário da assistência social. Contradizemos uma representação, que é muito comum na mídia, na sociedade de que o usuário da assistência social não é trabalhador, de que usuário da assistência social não é organizado, é despolitizado, que ele não tem organizações próprias de representação política, ou seja, nós temos um compromisso, que é mostrar, que é dar visibilidade, criar espaços de participação, de auto-organização, de expressão própria desses trabalhadores em todos os espaços em que se discute e se definem os serviços, programas e projetos da Política de Assistência Social.

Nesse sentido, é fundamental que voltemos a aprofundar, inclusive essa questão recolocada aqui do Bolsa Família, se é direito do cidadão, se a renda é um direito ou não, ou seja, a ideia de que o usuário da assistência social é trabalhador, e se nós fossemos considerar tudo que discutimos antes vamos ver



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

que o trabalhador, em geral, ele trabalha, mas a renda que recebe, ou o salário que ele recebe é insuficiente para fazer frente às suas necessidades de sobrevivência cotidiana. Então é disso que se trata, nós não podemos reeditar, no meu ponto de vista, quero reiterar, inclusive a colocação da professora Berenice, a ideia da porta de saída. Não é isso que se trata, temos que discutir a questão do direito à renda e o direito a um conjunto de acessos, que fazem com que esse trabalhador e suas famílias possam enfrentar as necessidades sociais do seu cotidiano.

Nesse sentido, estamos falando de formação política, pois evidentemente só conhecimento, só domínio técnico não garante que se ponha em prática esse projeto ético-político. Daí a importância das associações, das instâncias políticas de representação e de não fazer essa separação, que não ajuda avançar entre o que é teoria, prática, o que é técnica, política, o que é ético e profissional, enfim, discutir e aprofundar a articulação que existe entre essas dimensões.

Assim exercitar a participação política é algo que precisa ser experimentado, também no caso dos trabalhadores é preciso estimular a participação política em diferentes espaços políticos. Evidentemente não é apenas no processo de capacitação, por melhor que seja, que a formação política vai se dá, é preciso que entendamos que essa formação se dá na sociedade, nos diferentes espaços, nas diferentes formas de associação que vamos ter com outros trabalhadores.

Nesse sentido, é preciso também que se aprofunde a discussão de quais são as condições hoje, inclusive materiais. Isso foi colocado aqui que os usuários têm hoje de exercitar essa participação, participar exige investimento político, mas também investimento material, recursos, então é preciso que se rediscuta a forma como os Conselhos, as discussões, os debates são pautados, as condições, inclusive materiais, que o nosso usuário tem de estar presente em reuniões, muitas vezes em horários que não contemplam essa possibilidade, recursos materiais para que ele possa ter um apoio material, inclusive para poder se locomover etc. e etc.

E aí, juntando com isso, quero falar um pouquinho das 30 horas, e falo do lugar de assistente social. Foi uma conquista, uma luta histórica, a redução da jornada de trabalho, é uma luta histórica da classe operária no mundo, e essa é uma conquista fundamental, que temos que avaliar o significado dela, não só para os assistentes sociais, mas para o conjunto dos trabalhadores, por quê? Porque, na verdade, não basta ter conquistado, já foram colocadas aqui depoimentos que mostram que essas 30 horas, em muitas situações, em muitos municípios não estão sendo cumpridas, e é esperado isso, nós temos que ter clareza política que a conquista de uma luta na forma de uma Lei não é a sua aplicação automática, e é isso que nós temos que fazer essa discussão para todos os marcos legais que nós estamos discutindo aqui, inclusive a NOB-RH é um deles.

Ou seja, temos que estar vigilantes no cumprimento das 30 horas e temos que ter claro que os assistentes sociais conseguiram essa conquista, mas eles conseguiram sinalizando isso para os demais trabalhadores, hoje, por exemplo, os psicólogos têm esse projeto, que está no Congresso Nacional sendo discutido e esperamos que o conjunto das categorias profissionais possam engrossar essa luta de forma que ela se generalize, porque não se trata aqui de corporativismo desta ou daquela categoria profissional, mas se trata aqui de se consolidar conquistas do conjunto dos trabalhadores, não só da assistência social, mas das políticas públicas e, enfim, dos trabalhadores desse país. Meu tempo está esgotadíssimo, então passo para Jucimeri.

Sr.a. Jucimeri Isolda Silveira da Silveira (Pontifícia Universidade Católica/PR): É recorrente o debate sobre as demandas do Judiciário para a assistência social, mas eu não acho que tem uma resposta única para essa realidade, nós temos é que saber melhor definir o que é o papel da assistência social, que os



operadores do direito vão pegar a Tipificação, a Política Nacional, quem aplicar da forma como interpreta, temos que ter uma gestão política junto ao Conselho Nacional. No caso do Paraná nós tivemos uma luta grande, porque o Judiciário daquele estado queria, na época, terceirizar os trabalhadores técnicos, conquistamos o concurso, mas não ainda plenamente na incorporação dos trabalhadores daquele Judiciário, mas penso que tem um conjunto de ações para fazer no âmbito das organizações das profissões, o Ministério tem sinalizado uma articulação com o Ministério Público, com o Poder Judiciário, que eu acho que temos que avançar.

Já destaquei aqui, precisamos construir qual é o nosso papel no âmbito da relação com o sistema de justiça, não é, certamente, que nós temos que dizer e escrever, e regular isso, não é controlar as famílias, não é fazer investigação nos CREAS, não é desencadear atividades que são da delegacia especializada, do Judiciário e mesmo do Ministério Público. É informação técnica, em que sentido? É um relatório para subsidiar a autorização judiciária, eu acho que essas discussões peculiares aos serviços nós temos que aprofundar ao tempo em que avançamos nas demandas que são do Judiciário, que não basta só dizer que tem demandas, nós temos que qualificar que demandas são essas para dizer o que são da assistência social, a exemplo também da saúde, da educação e tantas outras, porque a assistência social não deixa de ter a sua natureza processante, ela é específica, mas ela também processa para os demais direitos.

Quero ainda destacar que realmente nós vamos transformar o que não conhecemos, nós temos que cuidar para não banalizar o SUAS. Uma coisa é reconhecer que as realidades são muito diferentes, são particularizadas, que o ideário do SUAS não se efetivou, nós temos que entender isso como um processo, se não se efetivou temos que ter o domínio do que controlar, os trabalhadores têm que saber o que precisa ser efetivado, criar mecanismos de controle público, eu acho que tem um papel importante para avançar nesse sentido, o papel do Estado no acompanhamento, do monitoramento integrado e unificado, de ações que vão, não só induzir, mas que vão, em grande medida, fiscalizar a execução dos serviços e a gestão pública, eu acho que esse é um campo aí muito importante para podermos avançar. As pesquisas revelam isso, mostram a realidade, nos sinalizam caminhos importantes, mas nós temos que ter o domínio do que é preciso defender e controlar, eu acho que esse é um ponto importante para avançarmos na luta pela realização do direito e não só a sua defesa.

Por último quero destacar concordar com a professora Alba, nós temos projetos em disputa, isso não é um processo tranquilo, ele precisa ser explicitado, existem várias concepções da assistência social. Particularmente acompanho o projeto, que certamente, a professora Berenice também faz referência, ninguém aqui defende que temos vinculado ao Bolsa Família como a única ou última alternativa, mas eu quero perguntar: em que sociedade que nós fazemos parte? Fazemos parte de uma sociedade capitalista, cadê o pleno emprego que nós estamos falando? Não dá para trabalhadores de a assistência social concordarem com concepções conservadoras do programa Bolsa Família, isso não dá, porque tramita no legislativo projetos, a exemplo da determinação de que o usuário tem que cumprir serviço voluntário obrigatório, isso é um absurdo, assistência social é sim transferência de renda como uma complementação no caso do Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, nós temos que avançar e não diminuir o debate, temos que avançar daqui para frente.

Temos uma série de outros direitos não contributivos para avançar, a exemplo dos benefícios eventuais, que ainda está rearranjado lá no município com as cestas básicas como um mecanismo de meritocracia para continuar no serviço, isso tem que avançar, mas não dá para avançar se a gente ainda concorda com concepções em que o Bolsa não é um direito, ele é um direito e nós temos que mostrar como esses indivíduos e famílias se organizam, quais são as suas condições objetivas de vida, e com eles traçar projetos, projetos e lutas cotidianas para avançar na perspectiva do direito. Nós não de-



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

defendemos o Bolsa como um fim, defendemos uma outra sociedade, defendemos o direito como um meio, o meio, inclusive para mostrar como é que essa realidade se apresenta e o que é preciso avançar na direção de uma sociedade emancipada.

Sr. José Crus (CNAS): Obrigado Jucimeri, Professora Berenice.

Sr.a. Berenice Rojas Couto (Pontifícia Universidade Católica/RS): Eu estou contemplada nas duas falas. Eu só queria lembrar uma coisa importante das dez intervenções, e todas as falas reiteram a discussão da importância da política assistência social, não só em relação à política, como em relação àquilo que os trabalhadores precisam ainda avançar, como também em relação aos usuários. A política nós temos que fazê-la nas instâncias que elas estão construídas, de controle social e de execução, como o CRAS, no CREAS, nas entidades. Nós temos que fazê-la, e isso não tem uma receita, e ninguém aqui na Mesa falou de que o conhecimento não tem a característica política, o conhecimento é político, nós usamos para explicar o Bolsa como algo que subalterniza o sujeito, mas também pode usar o conhecimento para discutir que nós queremos avançar e discutir o direito do sujeito de viver com dignidade.

Então é preciso que tenhamos clareza disso, estamos em uma disputa, vocês lembram, o Congresso Nacional mais conservador que nós tivemos aprovou a LOAS, que estabelece “a primazia das necessidades sociais sobre a rentabilidade econômica.” Claro que eles aprovaram para a nossa elite não cumprir, mas nós escrevemos e estamos lutando por ela. Obrigada.

Sr. José Crus (CNAS): Muito bem professora, obrigado. Olha só, nós temos 14 crachás, 14 inscrições, são 12h52, oito minutos para 13h00. Então só gostaria de dizer, antes de passar para a Margareth, aquelas pessoas que já se sentirem contempladas com as perguntas dos colegas e com as respostas das professoras, que, por favor, os crachás podem ser retirados, podem pedir às meninas que estão ali, que a gente devolve o crachá, àqueles que se mantêm a gente vai abrir o último bloco, depois da fala da Margareth. Obrigado.

Sr.a. Margareth Dallaruvera: Vou responder de um modo geral, para tentar aproveitar o tempo, quando foi falado da importância da academia e trabalhador nessa Mesa, nós também achamos, e também não podemos reforçar algumas falas que parecem ser dicotômicas, a academia está lá e trabalhador aqui. É claro que existe todo um processo de relação entre teoria e prática, e que isso deve ser fundamentado, inclusive nós, assistentes sociais, fizemos na década de 60 um movimento de reconceituação, justamente para reafirmar esse compromisso entre teoria e prática. O debate foi rico, mas a presença de um usuário aqui para fazer essa discussão, que a professora Alba traz, seria, talvez, realmente interessante, entre o ideário e o que nós temos, a forma como o usuário está recebendo a qualificação dos serviços, talvez por aí.

Algumas intervenções em relação ao PL de Piso e às 30 horas, quero evidenciar que todas as categorias profissionais têm, por meio do seu movimento sindical, PL de Piso Salarial, todas têm, sem exceção, tanto na saúde quanto aqui na assistência. Agora, em relação à carga horária, tem que ficar uma coisa bastante clara, os assistentes sociais lutaram pelas 30 horas, no entanto, alguns municípios não estão cumprindo, é justamente por conta do artigo 2º, quando fala de contrato de trabalho. Então essa Lei está servindo para quê? Para os celetistas, se algumas prefeituras estão se negando é justamente por falar de contrato de trabalho, tanto que a psicologia e as outras categorias dos enfermeiros, já foram ao Congresso, retiraram a lei deles, fizeram uma revisão na redação e voltou ao Congresso, para não acontecer o que aconteceu conosco de ser aprovado algo que nem todo mundo iria levar. Então tem que ficar bem claro isso daí, mas um debate para depois.



Agora, a professora Alba Pinho falou uma coisa também muito interessante, a questão de consolidar o SUAS nesse país contraditório, realmente, nós vivemos nesse país contraditório e neoliberal, quando o receituário neoliberal do Estado mínimo é cada vez mais difícil consolidar o SUAS.

Agora, não poderia deixar de falar que dentro dessa concepção do receituário neoliberal vem, mais uma vez, colocado a perspectiva do debate do Programa Bolsa Família, e eu quero deixar muito claro aqui, limpar as arestas possíveis, e nesse momento, não vou nem falar em nome do Fórum, vou falar eu, Margareth, o que defendo. Que fique muito bem entendido essa questão. Claro que nós sabemos que o significa Estado mínimo. Temos certeza, eu particularmente, desde o governo Lula, da sensibilidade que o governo teve, pela primeira vez, em olhar para aqueles que não tem nada realmente, que nunca ninguém olhou para eles, temos toda clareza disso. Como defensora do governo Lula e Dilma, se tiver que ir para as ruas eu vou. Mas eu acho que tem que ter clareza de que algumas coisas têm que ser ditas, isso aí é uma questão que temos que começar a aprender e fazer a autocrítica, às vezes também a escuta. Costumo dizer: Deus não deu dois ouvidos e uma boca, significa aprender a ouvir mais. E, nessa perspectiva, eu digo: quando nós tínhamos que fazer outro debate, o que é renda e o que é salário. Quando eu desconto Imposto de Renda, eu digo logo, eu não tenho renda, eu não vivo de renda, eu sou assalariada, e aqui a gente está no Bolsa Família falando de transferência de renda. Então algumas questões nós temos que começar a repensar. E também, como eu já fiz o monitoramento do Bolsa, sabemos muito bem que têm pessoas que realmente para eles a Bolsa é tudo, para aqueles que não têm nada. Ninguém é insensível para isso.

Agora, o que eu coloquei aqui é o seguinte, o projeto Bolsa do governo federal, como meio para termos a sociedade que nós queremos, é uma coisa. Agora, o que eu coloquei aqui é que têm municípios e gestores que estão usando o Fundo para promover outras bolsas, lá no Rio é Bolsa Carioca, é Bolsa Fluminense, é Bolsa Baixada, para complementar o Bolsa Família. Essa é a crítica dos trabalhadores do SUAS. O que nós entendemos é que deveria estar usando esse recurso do Fundo para possibilitar a geração de renda, condições melhores de trabalho para que ele saia da condição de beneficiário do Bolsa Família, quero deixar bem clara a minha fala, para depois não deturparem aquilo que o Fórum não falou e aquilo que o Fórum não defende e nem a Margareth aqui representando o Fórum.

E, por último, queria falar da MESA, como o Augustinho falou, eu achei muito importante, realmente gostaria de chamar atenção, nós temos uma expectativa sobre a instalação da MESA. Sair dessa Conferência sem MESA DE NEGOCIAÇÃO vai ser frustrante para os trabalhadores, porque é um marco. Instalar a MESA DE NEGOCIAÇÃO não é mistério para ninguém, é reunir bancada de trabalhador, sindical e de governo, pronto, é assim que os Ministérios do governo, desde o primeiro governo Lula fazem. As MESA estão em pleno funcionamento, só no SUAS, já estamos no terceiro governo e não conseguimos implantar. Vai discutir depois de ela instalada, não ficar discutindo como se instalar a MESA, que é muito fácil se instalar uma MESA, é chamar os representantes dos trabalhadores, chamar o governo envolvido e vamos sair da Conferência com a MESA DE NEGOCIAÇÃO do SUAS.

Sr. José Crus (CNAS): Obrigado. Então a gente vai para o último bloco.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Lucy Betani. O próximo: Ana Tojal, João Carlos, Isac Ferreira, Luana Rita, Nilton Claudino, Antônio Augusto, Luis Gomes, Geraldo Alves, Raimundo Mendes, Gisele Rodrigues, Jeová da Silva, Francisca Bezerra e Jaime Alves.

Sra. Lucy Betani (SC): Então, eu queria dar o bom dia para quem ainda está aqui. Dizer que nós, que ficamos no final, temos uma responsabilidade de nós mantermos um pouco aqui. Queria dizer que eu sou de Santa Catarina, sou assistente social e sou gestora também, e sou trabalhadora do SUAS também.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Queria parabenizar por todas essas colocações de todos vocês na Mesa, eu acho que a Conferência tem esse desafio de estar debatendo, lá na minha região a gente fala até “afinar viola”, quando precisamos nos comunicar e entender o falamos. Às vezes, são algumas coisas muito técnicas, então eu queria, assim, dizer que de fato eu participei de três conferências e vejo que avançamos muito, mas precisamos legitimar esse espaço. Esse debate é legítimo, as nossas diferenças é que possibilitam a construção do que fizemos, por isso tem o debate, e por isso a gente concorda com algumas coisas e discorda de outras, e que bom que não tem receita para o SUAS pronta, nós temos que construir, e esse é o protagonismo.

Mas eu queria pedir para a Jucimeri, que eu acho que ela é que falou um pouquinho mais da salinha, nós precisamos sair daqui com uma proposta de como ajudar os municípios e os estados a passarem nas Câmaras de Vereadores, nas suas assembleias, as leis que possibilitem a contratação de pessoal, senão nós não conseguimos ter Mesa Diretora, não conseguimos ter concurso público, não conseguimos fazer a capacitação e nem qualificar o trabalho. Então, se pudéssemos sair com uma proposição daqui fortaleceria essa Conferência, no sentido de nós voltarmos ajudar os nossos municípios, ajudar os nossos estados que passem o debate da importância que tem às leis que vão legitimar os trabalhadores, para daí sim termos a valorização dos profissionais do SUAS e construir esse projeto, que é tão bonito e maravilhoso, e está nas nossas mãos.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Ok, obrigado. Ana Tojal.

Sr.a. Ana Tojal (AL): Bom dia, eu sou de Alagoas, representando o Fórum Alagoano de Profissionais da Política de Assistência Social com 10 Delegados e observadores aqui presentes; Foi muito difícil para chegar aqui, mas chegamos. Então eu acho que infelizmente que o debate sempre fica prejudicado no horário, esse Plenário estava cheio às 8h30, mas às 12h30, pontualmente, as pessoas esvaziaram, a gente fica muito triste, porque as conferências de saúde a gente atrasa duas, três horas e as pessoas não arredam o pé do debate, que eu acho que é o momento mais importante.

Gostaria de parabenizar à Mesa, porque ontem à noite eu saí muito preocupada, eu fiquei pensando: Será que a discussão do plano Brasil Sem Miséria vai engolir a Conferência? E aí essa Mesa, ainda bem, que resgatou a discussão realmente que a gente quer, e aí o que eu trago como debate para a Mesa é como que esses trabalhadores do SUAS vai dizer para o plano Brasil Sem Miséria o que deve ser feito. Eu estou com muita preocupação, porque a Ministra dizia que até 2014 vai se erradicar a miséria nesse país, e disse, se essa meta fracassar, isso pode vir para a conta da assistência social e, pior ainda, para a conta dos trabalhadores do SUAS, porque se tiver como trabalhadora do SUAS e disser o que tem que ser feito, a primeira coisa é pensar na questão do desenvolvimento econômico com geração de emprego, pensar na reforma tributária, numa distribuição de renda e no fortalecimento das políticas públicas, principalmente, saúde pública e educação pública nesse país. Isso para mim seria uma forma de avançar no sentido de um Brasil Sem Miséria, então, por favor, que a Mesa pudesse comentar, eu sei do adiantado da hora, mas eu acho que a gente não pode debater.

Sr. José Crus (CNAS): Nós vamos ter que ir ao pé o Regimento que foi aprovado pela VIII Conferência.

Sr.a. Ana Tojal (AL): Ok Crus, estou respeitando o Regimento, estou concluindo, muito obrigada.

Sr. José Crus (CNAS): Obrigado Ana.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): João Carlos do Pará, por favor.



Sr. João Carlos: Boa tarde a todos e todas, eu sou usuário, foi dito que eu sou o primeiro presidente do CMAS usuário eleito do Brasil em capitais, estou aqui como convidado e eu tinha uma pergunta a fazer à Mesa, eu até anotei o nome da pessoa, se todos os gestores têm que cumprir a NOB-RH, se é para cumprir? E por que não é cumprido em lugar nenhum? Pelo menos o que eu vi aqui, que é o comentário que eu ouvi que não é cumprido, mas eu estou perguntando se é para cumprir?

E a outra pergunta é falar até em relação ao Bolsa Família, que o Bolsa Família, no nosso município, no dia 05 (agora eu estava aqui na saúde porque cheguei no domingo) teve a assinatura do Vitória Mais Igual, que é onde eu sou o Presidente do Conselho. Tenho a honra de ser o primeiro presidente eleito representante de usuários. E aí foi lançado o Vitória Mais Igual, ele é complemento do Bolsa Família, pelo CadÚnico. As pessoas que são cadastradas no Bolsa Família, mas que não receberam ainda, não estão recebendo, aí o Prefeito, que é do PT, eu não sou petista, mas ele está dando R\$ 50,00 de ajuda, até que a pessoa passe a receber o Bolsa Família. São 3.500 famílias que vão ser contempladas nesse módulo, é uma Vitória mais igual, e aí, mesmo que é um programa, não é política;

E a última pergunta é como que o usuário pode estar junto com os trabalhadores para defender o cumprimento das 30 horas? Porque a gente fala que é Lei, mas em lugar nenhum está cumprindo, e aí eu queria saber como que o usuário pode está ajudando a fazer cumprir essas 30 horas? Porque lá do Conselho vou em todas as manifestações e eventos que têm em relação a essa questão, porque eu acho que tem sim de ter as 30 horas, se é Lei tem ser cumprida. Obrigado.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS):Ok. O próximo, Isac Ferreira de Souza.

Sr. Isac Ferreira de Souza (PB): Bom dia para todos, meu nome é Isac Ferreira, como já mencionado, sou da Paraíba, sou educador voluntário de um centro social lá no estado. Com relação ao Bolsa Família, como a nossa amiga aí bem colocou, nós temos grande corrupção no nosso estado por parte dos poderes que nós elegemos, como, por exemplo, foi detectado no nosso município que um dos Vereadores recebia o Bolsa Família, do qual eu, que trabalho, digamos, a madrugada para poder dá assistência social nos centro sociais, trabalhando com crianças e adolescentes, minha família não foi beneficiada. Eu também não quero, porque a Bolsa Família não vai ser eterna, e assim por diante, são vários fatores.

Ontem à noite eu não fiquei muito feliz, fiquei totalmente indignado com a fala do representante do Fórum estadual, porque ele de fato caiu de paraquedas, eu acredito nessa Conferência, quem deveria estar era a representante ali, que hoje é ela, de fato, representou muito bem. E o representante do usuário, de fato, não usou de muita demagogia, foi simples e objetivo. O Conselho Nacional está de parabéns na organização, que pena que a Conferência está muito vazia, e eu ia até questionar a ausência de Dilma, mas ela enviou a representante, ela mencionou que a assistência social é prioridade, mas é prioridade para quem? Porque que os que trabalham na assistência social não estão aqui? Muito obrigada e tenham uma ótima Conferência.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sr. José Crus (CNAS):Obrigado.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Joana Rita.

Sr.a. Joana Rita (PA):Rita Abreu de Abaetetuba no Pará, assistente social concursada e estou gestora. Eu quero falar um pouco, venho questionando muito nos eventos, porque a gente percebe que hoje a política de assistência social é pensada para uma realidade urbana, para um Brasil cheio de diversidade. Meu município tem 72 ilhas, 49 colônias e 15 bairros, e a gente atua hoje em 40% da região rural, temos quatro CRAS rurais, quando o Censo indica que é apenas 3% dos CRAS no Brasil são rurais. E percebemos a dificuldade que é implementar a gestão do trabalho quando você precisa ter um olhar diferenciado para esse trabalhador que vai para a zona rural, porque sabemos dos riscos que ele corre quando tem que enfrentar a maré, caminhos difíceis, mas o financiamento não é diferenciado.

Então é preciso que a gente pense a gestão do trabalho, mas que também repense essa visão de política urbana e enxergue o Brasil como uma forma diferenciada, dessa forma a gente vai concretizar realmente a política.

Outra questão com relação ao concurso, sentimos a necessidade de acontecer concurso, mas a questão do piso nacional precisa vir junto. O meu município recebeu uma equipe que é concursada, eu tenho CREAS que 100% da equipe é concursada, mas todos eles já passaram em outros concursos e estão aguardando ser chamados por uma questão de salário, e olha que na minha região o salário do meu município é um dos maiores. Então precisamos também pensar essa situação de uma forma que o concurso aconteça, mas que ele venha respaldado por esse piso nacional, porque infelizmente a assistência social ainda é vista como aquela política que recebe o que sobra, porque a educação tem percentual constitucional, a saúde tem e a assistência ainda não tem, e aí a gente fica com o que sobra.

Sr. José Crus (CNAS):Obrigado Secretária.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS):Obrigado. Nilton Claudino.

Sr. Nilton Claudino (PB): Boa tarde, Paraíba, Santa Rita o meu município. Eu quero parabenizar a Mesa, principalmente as palestrantes, e também falar da questão que se discute muito na efetivação dos trabalhadores do SUAS, e também outra coisa que deveria muito ser discutida é a questão de um aumento, porque a gente sabe que desde 2004 que é o mesmo valor e o salário já está muito defasado dos trabalhadores do SUAS. E também eu gostaria muito aqui que fosse discutido nos grupos de trabalho pode ser até uma coisa ignorada por alguns, mas é o meu ponto de vista. Também discutir a questão do 13º também para esse povo, aí alguém diz: “Mas não pode.” Mas os legisladores não recebem, as Câmaras municipais, o Congresso Nacional recebe o 13º salário, por que não os trabalhadores também do SUAS? Então isso é que deveria também eles ser contemplados no 13º. Pode até alguém aqui se magoar, porque possa ser que tenha parentes que são parlamentares do Poder Legislativo, mas é o meu ponto de vista, eu não sou trabalhador, eu sou da sociedade civil, mas vejo a necessidade e a dificuldade que eles passam, muito obrigado.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS):Ok, obrigado. Luis Gomes Ferreira.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Sr. Luis Gomes Ferreira: Boa tarde aos senhores Delegados e senhoras Delegadas, boa tarde Mesa. Primeiro eu gostaria aqui de cumprimentar a Mesa pela constituição dos trabalhos e pela excelente Conferência que está sendo realizada aqui nesse auditório. Pessoal, é o seguinte, eu queria falar um pouquinho da questão que a companheira Margareth colocou aqui e a discussão a que tem sido em relação a valorização do trabalho, na verdade, eu fico preocupado e torço, eu sou da sociedade civil, eu sou Presidente da Associação dos Moradores de Pontes Gestal, cidade do estado de São Paulo, e também sou dirigente sindical lá no Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical.

E é uma preocupação que eu tenho para não acontecer com a nossa categoria, e falo nossa, porque nós também sociedade civil fazemos um trabalho bastante de colaboração com o setor social para que não haja um corporativismo da categoria, igual aconteceu com algumas, e eu gostaria de ver com a Margareth como está sendo trabalhado isso, porque infelizmente existem algumas categorias que nós fizemos algum trabalho de valorização dos trabalhadores, mas depois, que foram beneficiadas, acabaram se fechando para a população e achando que infelizmente defendendo só seus direitos, principalmente direitos salariais, era o suficiente.

Sr. José Crus (CNAS):Conclua, por favor.

Sr. Luis Gomes Ferreira: Meu amigo, eu vou usar meus três minutos, porque eu estou com o relógio na mão, por gentileza.

Sr. José Crus (CNAS):Eu também estou cronometrando.

Sr. Luis Gomes Ferreira: Está bom. Outra coisa que eu gostaria de ver, é definir essa questão do percentual dos três entes federados com a questão dos repasses dos municípios, quanto do orçamento vai ser definido para a área social do município, do estado e da União? E também da questão da participação e controle social....não dá para falar em participação do controle social com Conselhos paritários, não dá mais, isso aí é o engodo, porque quando o governo, principalmente nos Conselhos municipais e nos estaduais também acontece isso, quando o governo municipal quer passar coisa que é do seu interesse, ele manda todos os Conselheiros para lá, quando ele não quer, ele marca a reunião extraordinária, vai lá, convidada ou convoca quem interessa para ele, então nós temos também que sair defendendo o que acontece hoje com a questão do Conselho Nacional da Cidade, que é 60/40, do Conselho Alimentação, que é 70/30, então eu acho que essa Conferência é soberana também para a gente fazer essas discussões. Chega de paridade nos Conselhos!

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS):Geraldo Alves Teixeira.

Sr. Geraldo Alves Teixeira (PB):Boa tarde para todos, que não dá nem para cumprimentar ninguém. Eu sou Geraldo Alves Teixeira representante de uma comunidade Quilombolas lá do Sítio de Serrafê no município Cacimbas e vim aqui representando 37 comunidades que temos lá e todo o estado da Paraíba, e hoje mesmo eu acho que são todos os estados brasileiros, que nós estamos aqui. A capacitação da história do cadastro único, que eu vi falando muito, porque é bom que tenha esse cadastro único do programa Bolsa Família, que a gente tem, do PETI, da juventude que tem tão grande já dentro do estado, de todos os estados brasileiros, era bom que fosse complementado também com aquelas



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

famílias que estão dentro de todos os estados, todas as comunidades que vivem sofridas, o combate à fome, a miséria que nós temos uma programação tão grande aí, é bom que o governo federal ajude essas famílias que estão nessas dificuldades nas nossas comunidades, precisando do Bolsa Família, que ainda não chegou.

E uma sugestão aqui, até que eu tenho uma coisa que vou falar, uma pauta para formar um calendário nos estados, que é para poder chamar os municípios que não estão aqui, que não vai saber nunca das informações que nós estamos sendo contemplados, que muitos municípios vão ser contemplados, o meu com certeza seremos, porque tem uma central das associações comunitárias do município de Cacimbas, e o município vai ficar sabendo que eu estive aqui e as informações vão ser passadas. Agora, para esses municípios que não estão e não tiveram a oportunidade de estar aqui, fica realmente difícil para poder as informações chegarem lá, que os gestores dos municípios não têm aquela capacidade de dar as informações, que eles não querem saber das informações que temos aqui, a verdade é essa. São as colocações que eu tinha, muito obrigado para todos os participantes que estão aqui e até outra oportunidade, que se Deus quiser, há de vir e eu puder colocar mais algumas coisas. Obrigado.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS):Ok, obrigado. Raimundo Mendes.

Sr. Raimundo Martins Mendes (MA):Boa tarde a todos, eu gostaria de agradecer em primeiro lugar a Deus, em segundo lugar essa brilhante Mesa, ter me dado essa oportunidade de estar aqui apresentando o meu município, o meu estado e fazendo pedido para a minha comunidade. Eu sou Raimundo Martins Mendes, município de São Vicente de Férrer, Norte do Maranhão, represento a minha comunidade negra Quilombola, Canta Galo I. Lá, gente, eu acredito que é onde está precisando tudo que eu tenho visto falar, é desenvolvimento social, inclusão social, Brasil Sem Miséria, combate, fome e pobreza, Brasil Quilombola, Natal sem Fome, mas infelizmente nas comunidades negras Quilombolas isso nunca chegou, sabemos de informações através de televisões e jornais. E se for depender do poder público municipal, o poder público estadual nós vamos passar mais 100 anos e não vamos sair nunca desse atraso, porque graças a Deus algum benefício, que já chegou até a minha comunidade hoje, foi do governo federal, que vocês já falaram muito sobre esses benefícios.

E eu quero dizer outra coisa, que se não quiserem um Brasil sem miséria, sem fome, vamos começar a trabalhar primeiro em cima das comunidades negras Quilombolas, que lá é que está a concentração de miséria, só assim o Brasil pode dizer: diminuiu a miséria, diminuiu a fome nesse país. Nós queremos trabalhar e produzir para ajudar o nosso país, não é ficar pedindo ou sendo expulso dos nossos territórios, por não ter mais condição de sobreviver, e meu muito obrigado e até a próxima oportunidade.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Ok, nós é que agradecemos. Gisele Rodrigues.

Sr.a. Gisele Rodrigues (MT): Bom dia a todos e todas que ainda resistem aqui nesse momento importante de discussão. Eu quero aqui bem brevemente colocar algumas questões que eu acho muito importante nesse processo que a gente está discutindo de valorização dos trabalhadores rumo a essa consolidação do Sistema Único de Assistência Social, que nós desejamos. Eu sou



Gisele do município de Juína no interior do estado de Mato Grosso, é um município de pequeno porte II e a gente tem algumas preocupações nos municípios de pequeno porte, que divergem bastante dos municípios maiores, com relação à questão financeiro-orçamentária. Esse processo de municipalização que a gente vê no atendimento aos cidadãos, que acontece nas diversas políticas públicas e também na de assistência social, no meu ponto de vista ele é fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população e para o enfrentamento da extrema pobreza no Brasil.

Mas, contudo, a gente também precisa, para além da vontade política e compromisso dos gestores, que foi falado, que eu sou assistente social e concursada já há nove anos nesse município do interior e atualmente exerço o cargo de gestão e me sinto trabalhadora do SUAS, e luto, sou militante no meu município para que os trabalhadores assumam o seu papel político para o crescimento dessa política pública na nossa cidade, tanto fortalecendo o atendimento na área urbana, como rural.

Nós precisamos intensificar muito mais o processo de descentralização dos recursos financeiros para os municípios, eles estão ficando estrangulados e eu falo de uma realidade de um polo regional, que eu sou Coordenadora de polo, todos os municípios de pequeno porte I e II, onde a gente não consegue mais expandir, porque a Política de Assistência Social está iniciando esse processo de discussão, dos planos de carreira, do fortalecimento da política no âmbito dos municípios, mas nós temos políticas públicas que já estão mais avançadas, a exemplo da saúde e educação. Então elas conseguem, por meio das suas lutas, os espaços e nós não somos política essencial, ainda, entendida pelos nossos gestores públicos, infelizmente, lógico que a gente não coloca que são todos, mas a grande maioria.

Sr. José Crus (CNAS): Conclua Gisele.

Sr.a. Gisele Rodrigues (MT): Então precisamos sim discutir a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, eu acho isso muito importante, quero colocar uma preocupação com relação ao percentual, que a gente não fale em percentual mínimo para a assistência, mas em um percentual necessário para que se tenha uma realização adequada da Política de Assistência Social nos municípios, nos estados e também pela União. Então eu acho fundamental o engajamento dos trabalhadores para essa construção coletiva de estratégias para que possamos vencer essas limitações. E aí para finalizar eu quero deixar uma pergunta para a Margareth de como é que o Fórum dos Trabalhadores do SUAS tem feito essa discussão dos municípios, com dificuldade de realizar concurso público com relação às limitações que as leis estabelecem, se o Fórum tem feito essa discussão e também para estarmos utilizando mecanismos de divulgação das ações e discussões do Fórum, que lá na nossa região desconhecemos bastante também esses trabalhos do Fórum dos trabalhadores do SUAS. Muito obrigada.

Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Ok Gisele, obrigado. Jeová da Silva.

Sr. Jeová da Silva: Guerreiros e trabalhadores insistem, como os assistentes sociais que foi dito ontem, a continuar aqui nessa luta. Eu tenho a dizer a vocês como trabalhador do SUAS que a gente precisa buscar a identidade na nossa luta com unidade de todos, esse é o primeiro ponto. Eu sou um psicólogo que sou concursado da prefeitura municipal de Salvador, trabalho há 15 anos como servidor público e hoje faço um trabalho junto ao Sindicato dos Psicólogos da Bahia, e também atuo fortalecendo, criando Fóruns, procurando espaço para que a gente tenha uma identidade como trabalhador do SUAS, mas participando para que a gente inverta aquela proposta que está colocada nessa Conferência. Ou a gente se valoriza como trabalhador e pode se dizer: eu sou um trabalhador do SUAS com orgulho, porque senão a gente não vai conseguir consolidar SUAS nenhum, se a gente não tiver firmeza na luta,



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

como a colega citou na saúde e educação, a gente não tem uma identidade, a gente precisa construir essa identidade lutando, voltando para as nossas comunidades com força, com determinação, com ação, de cara com esses gestores.

Anteriormente teve uma pessoa que se colocou como gestor aqui, mas ele precisa saber em que patamar ele é gestor, porque senão dilui a coisa, todo gestor vira bonzinho, a gente tem que questionar esses gestores, Prefeitos, Coordenadores, seja em que patamar ele esteja, que ele tem compromisso em respeitar as leis, fazendo com que elas se materializem, como a Margareth colocou antes e outros falaram aqui, não adianta ficar no discurso nessas falas vazias, a gente precisa é de ação para que essa coisa se concretize. Lá na prefeitura há vários anos eles terceirizam o trabalho dos psicólogos e assistentes sociais, e todos os outros do SUAS, trabalhadores que lutam, trabalham e eles passam, três, quatro meses com a empreiteira lá que não lhe paga o salário, não lhe dá alimentação e nem lhe dá o transporte, três, quatro meses sem pagar. A gente tem que ir à justiça para que eles paguem até o vale transporte eles não dão, e se a pessoa não questiona que não pode trabalhar, porque não tem mais dinheiro, há o assédio moral, vou descontar no seu salário. Como é que se leva quatro meses sem pagar e depois diz que vai descontar o salário do trabalhador? E isso é a prefeitura municipal de Salvador, um grande município do país que terceiriza a contratação não faz concurso para o trabalhador do SUAS, é uma vergonha isso.

Eu estou denunciando isso aqui e gostaria muito que fossem tomadas providências, porque aí se repete anos e anos. Agora melhorou, estão contratando com carteira assinada, mas passam três, quatro meses sem pagar e salários irrisórios, é esse recado que eu tenho para nós trabalhadores e usuários, se quiserem consolidar o SUAS, que respeitem os trabalhadores, e nós vamos construir a identidade na luta e na ação.

Sr. José Crus (CNAS): Obrigado Jeová. Francisca Bezerra.

Sr.a. Francisca Bezerra: Boa tarde a todos e a todas, realmente está tarde, nós temos que continuar felizmente, porque uma coisa me chamou atenção nessa Conferência, que eu gostaria de registrar aqui, o MDS, o Estado está mais próximo de nós. Há alguns anos atrás esse pessoal do MDS era um ícone, e para o município chegar a eles era difícil, hoje nós convidamos e graças a Deus eles estão presentes no nosso meio, isso é uma conquista nossa também. Hoje o município fala mais com os estados, que também é uma conquista nossa, e tudo a gente faz, e tudo a gente faz lutando, é triste quando a gente tem que ter o direito da gente através de uma luta, porque esse direito deveria vir naturalmente, nós passamos vários anos nos bancos de universidades para depois estar discutindo se eu tenho ou não chance de ter um trabalho.

O assistente social, que é justamente um dos ícones do SUAS, ele trabalha em uma precariedade terrível, e pelo o que eu pude observar aqui é em todo o país, não é privilégio de alguns municípios e nem de alguns estados. E o que eu quero dizer é onde você estiver fazendo o seu trabalho, e faça também com dignidade como estamos fazendo até hoje, mesmo com salários difíceis, mesmo com condições irrisórias, mas a gente tem que construir e a gente não só constrói apontando, a gente constrói também se incluindo no sistema. Foi dito que a NOB não estava sendo reconhecida, talvez não seja totalmente conhecida, mas não é efetivada na sua essência, pela Margareth foi colocado isso aqui. Nós conhecemos, está aqui, por que não fazemos? Então senhores e senhoras, se não conhecemos, se a Lei existe e é boa, por que não fazemos. O que falta? Para concluirmos a Lei, é boa? Vamos atuar com ela, vamos ter coragem de ousar, de fazer, e é fazendo que a gente construa. Aqui eu represento a Lagoa Grande e a Paraíba como Delegada, muito obrigada a todos.



Sr. Frederico Jorge de Sousa Leite (CNAS): Obrigado. Por fim, Jaime Alves, logo em seguida passaremos às falas às nossas expositoras para as suas colocações e considerações finais.

Sr. Jaime Alves (RS): Meu nome é Jaime Alves, sou do Rio Grande do Sul. Eu também queria, concluir, ou ajudar às vezes, quando eu li as temáticas que nós vamos discutir, que em algum momento vocês não se lembraram dos povos indígenas, algum momento parece que esses povos indígenas não fazem parte da nação, que também são carentes de tudo isso que vocês expuseram aqui. Eu não sei falar muito bem o português, eu queria que vocês me atendessem esse meu pedido, quando a professora Jucimere fala: “É direito a cultura e trabalho social, e mecanismo de democracia coletiva e estruturas institucionais.”

Aqui eu queria agradecer muito quando ela fala essa palavra, então eu quero, o meu tema é o número quatro, eu quero levar a todo esse povo que está presente nas suas regiões com certeza tinham povos indígenas, porque só eu lá no Sul eu vou representar todos os povos indígenas do Brasil hoje, eu fico muito triste de ficar aqui defendendo o meu povo, que é grande lá do Rio Grande do Sul, que até agora o Bolsa Família não chegou nas minhas comunidades, não foi concluído.

Graças à delegação que veio de Porto Alegre, assistência social de lá me ajudaram na Pré-Conferência municipal, estadual e também federal, porque chegar aqui a trazer tudo isso que eu estou falando, vocês têm que trazer o povo indígena para concluírem todos os planos que vocês querem fazer, porque o SUS tem o seu Decreto-Lei no seu artigo 19, que incluía o seu trabalho para a formação de saúde indígena. Se tivesse a Constituição de 1988, também bem bonita, mas e que tal se nós não tivéssemos dois artigos na Constituição Federal, o que seria dos povos indígenas no Brasil? O Pacto Internacional dos Direitos Humanos, também nós temos a Convenção também ela diz que nós temos uma Lei ali garantida para os povos indígenas. Era isso que eu queria dizer, que todos os temas que foram falados e concluídos, e incluía os povos indígenas, em todos os temas. Meu muito obrigado.

Sr. José Crus (CNAS): Obrigado Sr. Jaime, essa fala do senhor até nos justifica a nossa estadia aqui até esse horário, todos querendo almoçar. Então vou passar aos nossos palestrantes para fazer já as suas considerações finais, acerca das perguntas que foram colocadas, as reflexões que foram feitas pelos Delegados. E, como a gente iniciou com as professoras, vamos iniciar a reflexão ao contrário nessa Mesa para encerrar, com a fala da Margareth iniciando, por favor.

Sr.a. Margareth Dallaruvera: Foi colocada aqui a questão de investimento, então com certeza nós temos que sair daqui da Conferência com um indicativo do que nós vamos defender, porque é aquilo que nós falamos, não se faz nenhuma política sem investimento, então o que nós vamos defender? Isso é importante para os trabalhos de grupos sair daqui, e daqui a gente já ter o compromisso a partir da decisão da nossa Conferência, que a gente busque os parlamentares, se tenha projetos e que a gente possa realmente fazer que a assistência social tenha o seu orçamento. Agora, alguém falou aqui de 13º salário dos trabalhadores do SUAS.

Só quero dizer o seguinte, aqueles trabalhadores do SUAS que trabalham, sejam em regime celetista, ou seja estatutário ele recebe o 13º salário. Agora, teria que ter uma outra discussão que está iniciando dentro do movimento sindical e que a gente defende sim o 14º, porque o 13º nós recebemos achando que: “Oh, que beleza o 13º.” Mas, na verdade, isso já foi trabalhado durante o ano e está sendo recolocado para o bolso do trabalhador, isso é outro debate, então discutindo na Conferência o 13º, é o atraso, do ponto de vista do que já avançamos, de que o 13º não é um plus a mais, um plus a mais realmente seria o 14º salário, mas nós não vamos ter tempo de discutir isso daqui.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em relação à definição de percentual os dois falaram. Como o Fórum tem feito a discussão em mecanismos de que divulgue o Fórum? O Fórum é recente, o Fórum Nacional, foi criado durante a VII Conferência, e tem um debate que se passa a nível virtual, e é interessante que os trabalhadores participem da reunião que o Fórum realizará, hoje à noite, a coordenação vai se reunir, a partir de amanhã já vai chamar os trabalhadores, é importante que os trabalhadores participem, até porque sobre alguns estados nós vamos dar um panorama de como é que estamos Brasil. Alguns estados já estão se organizando e é aquilo que a gente fala: sem luta não tem vitória. Se os trabalhadores do SUAS não se organizarem através dos Fóruns, dos seus sindicatos, das suas entidades, não vai vir nada, porque é como alguém falou aqui, no SUS os trabalhadores são muito mais organizados, nós temos que começar nesse processo, e que a precarização não venha fragilizar ainda mais o processo de organização dos trabalhadores, vamos fazer acontecer.

E o que falta para ativar a NOB-RH? O que falta para a NOB, particularmente, nós vamos dizer assim, é aquilo que nós falamos, é compromisso, se você tem que NOB e se ela está aí para ser efetivada, é compromisso da gestão, aí é que eu falo: eu vou medir o grau de compromisso que eu tenho, como? Aquela pergunta que eu fiz: quanto que o seu município investe? Quando eu fui fazer uma palestra em um município lá em São Paulo, enquanto que ele gasta 20%, até mais para a saúde para a educação, quando fomos ver o investimento para a assistência era 0,15%, o restante é tudo o que vem do governo federal, aí você fala: “Que compromisso tem com a assistência social enquanto uma política pública no tripé da seguridade social?”

Então você vai ver pela questão do investimento, o que você investe para isso, e também naquilo que você pode materializar: ela está aqui? Vamos materializar, vamos pelo menos iniciar, dá o pontapé inicial, o que é possível, sem ficar nesse chororô de que meu município não tem, no município não tem e aí nada vai ser realizado. Então é compromisso mesmo da gestão, agora, a última aqui que falou foi da construção de identidade, para terminar, falar em identidade, duas pessoas colocaram isso e é fundamental, parem para perceber que nossa identidade não só está na nossa precarização, nós já estamos fragilizados historicamente.

Para terminar eu vou deixar uma reflexão para vocês: pare e pense: seu trabalho na escola, eu falo: você trabalha aonde? “Na escola tal, na educação.” Você é de saúde, você trabalha aonde? “Eu trabalho no hospital tal.” Se você perguntar ao trabalhador do SUAS: onde você trabalha? Você fala assim: “Eu trabalho com programa PETI, eu trabalho no CRAS não sei aonde, trabalho no CREAS.” Eu não falo assim: “Eu sou um trabalhador da educação, eu sou um trabalhador de saúde.” A assistência social não fala: “Eu sou um trabalhador da assistência social.” Isso a gente tem que criar essa identidade por ter orgulho de sermos trabalhadores da assistência social, e esse orgulho vai se dá com a valorização dos trabalhadores, mas é na luta e na organização dos trabalhadores que seremos valorizados, teremos a nossa identidade e gritaremos: “Somos trabalhadores da assistência social.” Isso é identidade profissional, muito obrigada.

Sr. José Crus (CNAS):Obrigado Margareth, professora Berenice, por favor.

Sr.a. Berenice Rojas Couto (Pontifícia Universidade Católica/RS):Querida dizer para vocês que é muito importante que todos aqui que falaram levem essas reflexões para os grupos, vamos continuar discutindo, são temas da maior importância e é obviamente que vocês têm outros espaços e que tem que ocupar esses espaços. Eu queria dizer aos representantes dos índios e dos Quilombolas que estarem aqui foi produto da luta desse segmento que fizeram com que eles estivessem hoje conosco e sensibilidade da Política de Assistência Social de compreender que proteção social é para todos desse país, e isso é uma luta absolutamente importante. Então, vamos festejar, vamos trabalhar isso com toda a



perspectiva de que nós precisamos, proteção social para todos. Precisamos que os trabalhadores estejam alinhados nessa discussão pelas suas condições de trabalho, mas por uma Política de Assistência Social da seguridade social como direito de cidadania e direito da população brasileira, desejo muita sorte, muito debate, muito trabalho nessa Conferência, porque ela também fará a sua história. Muito obrigada.

Sr. José Crus (CNAS): Obrigado professora Berenice, professora Jucimeri, por favor.

Sr.a. Jucimeri Isolda Silveira da Silveira (Pontifícia Universidade Católica/PR): Eu quero dizer das intervenções, que todas as contribuições que foram feitas no debate foram muito ricas, acho que trouxeram elementos para a nossa discussão, não só a fala da Mesa. Quero daqui parabenizar a vocês que fizeram as intervenções, elas não reduziram o nosso debate, ao contrário, elas elevaram e trouxeram questões novas. Então nós temos que continuar na discussão, aprofundar, encontrar soluções coletivas para enfrentar, concordo com a companheira de Santa Catarina, está em nossas mãos, o poder faz parte das relações, mas ele só é usado com interesse coletivo se não nos organizarmos, ele vai ser para legitimar o que está posto, e o que está posto não nos interessa. Nós queremos é uma outra sociedade, e isso se constrói no cotidiano, nós antecipamos o que queremos e projetamos, mas é ali no tempo miúdo que as coisas acontecem, é ali que nós negociamos, é ali que nós mostramos a nossa convicção, é ali que nós construímos as estratégias mais coletivas.

Dizer que a NOB está sendo implementada, nós também não podemos dizer que ela não foi implementada, se vocês forem observar os municípios só se habilitavam se eles tivessem equipe, isso é a NOB que disse da equipe, se não tem treinamento, não está funcionando, agora é o estágio que nós temos que avançar, mas não dá para dizer que a NOB não se implantou, que ela não está sendo colocada, ela não está sendo colocada plenamente, e nós é que temos que dizer em que aspecto.

Daí eu quero concordar com o Milton que nós temos que mapear os trabalhadores, regionalmente instalando a MESA DE NEGOCIAÇÃO FEDERAL, ela vai induzir as MESAS nos estados em nível municipal, e as MESAS, federal e em nível estadual, elas cumprem um papel muito importante junto com as organizações dos trabalhadores, que compõe esse espaço. Mapear salário, vínculo, nós temos que levantar isso, essas diferenças, essas questões que nós não podemos aceitar e trazer para o centro do debate para a esfera pública da assistência social, porque se ela não vier para a esfera pública da assistência social não vira regra, não vira norma e nem conquista, porque os direitos não são uma concessão, eles são arrancados pela classe trabalhadora, isso não é um processo simples, ninguém está concedendo nada para nós, nós estamos conquistando, e essa conquista é coletiva.

Por isso quero encerrar dizendo da minha alegria de ver usuários, Quilombolas e povos indígenas, porque há um tempo essas comunidades eram desconhecidas. Em 2000, no Paraná, quando lançaram o mapa da pobreza no Paraná o Governador mandou recolher, não era para mostrar a realidade, de 2003 para cá nós estamos mostrando a realidade, uma que para muitos era desconhecida. E mesmo em setores econômicos, os setores que não querem fazer esse debate “chato” da assistência social e nem da Política de Assistência Social, estão reconhecendo o papel das políticas sociais. E aí, inclusive, teve uma intervenção, eu acho que foi o Denilson que falou, da crise internacional, nós temos que discutir a crise internacional, o mundo do trabalho, Estado, participação, tudo isso, porque se a crise internacional não chegou ainda no Brasil, boa parte não é só por conta dos commodities que nós vendemos coisas que elevam nossa economia, não é só pela capacidade de rendimento que foi gerada por trabalhadores protegidos tudo isso é, mas é também pela política social, nós temos que reconhecer uma redução extraordinária de 13% para 4%, nós temos lugar nisso.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

E aí eu quero finalizar com a contribuição da Ana, que diz: “Qual é o lugar da assistência social na agenda do Brasil Sem Miséria?” Nós temos que dizer, está instalado no Brasil o debate sobre a erradicação da miséria, o que é miséria? Como vive quem está na miséria? Quais são as suas estratégias de sobrevivência? Quais são os direitos, os espaços de controle de participação, o que queremos nos nossos territórios, nossos bairros e cidades? Isso é a assistência social que pode contribuir muito. Então, o nosso lugar é retomar a educação popular, é saber lidar com as demandas da população, com elas encontrar alternativas que respondam às suas expectativas, nós não somos a voz dos usuários, eles têm voz, nós temos é que, junto com eles, fazer com que a sua voz, a sua participação se efetive.

Nesse sentido, do nosso lugar na educação popular, não no educar, em educar alguém, mas do protagonismo, da participação, da fala do usuário, das suas estratégias, das suas expectativas, e também dialogar e enfrentar setores, outras políticas, o mundo do trabalho, o trabalho é protegido, discutir, não é fazer pelo trabalho inclusão produtiva, não é ocupar a assistência social de um espaço que é de outras políticas, mas é fazer com que as outras políticas assumam essas demandas, por isso é muito importante a pesquisa, o diagnóstico, a discussão, esse debate aqui do usuário dizer: “Olha, a minha comunidade não aparecia isso que é importante para a assistência social.” E têm que dar visibilidade para as demandas do seu povo, daqueles que sofrem as consequências de uma sociabilidade desigual, que historicamente privilegiou setores, alguns setores, alguns poucos setores da sociedade e não a sua grande maioria. Em nome dessa grande maioria que nós estamos na luta cotidiana, afinal, como disse a Cecília Meireles: “A vida só vale a pena se ela for reinventada.” Um grande abraço e continuamos no debate da nossa Conferência.

Sr. José Crus (CNAS): Obrigado Jucimeri, professora Raquel.

Sr.a. Raquel Raichelis (Pontifícia Universidade Católica/SP): Eu me sinto muito contemplada com as falas finais, com essa fala final da Jucimeri, dizer da emoção da riqueza dos depoimentos que foram colocados aqui nesse último bloco, agradecer muito a presença de todos, essa oportunidade e a resistência dos que estão aqui até agora nesse momento, no horário já tão avançado. Lamentar que esses depoimentos não tenham sido ouvidos, socializados com o conjunto das pessoas que estão aqui, pela importância, mas faremos isso, multiplicaremos, vocês serão multiplicadores dos grupos, têm mais essa responsabilidade.

E dizer da emoção, também quero destacar o depoimento do representante da comunidade indígena, eu penso que o que as minhas companheiras falaram é absolutamente real, vocês estão aqui, ainda são poucos, mas conquistaram isso, mas eu acho que para a gente avançar mais dando oportunidade dessa visibilidade maior, eu penso que nós mesmos, o seu depoimento me alertou para uma coisa que eu quero compartilhar aqui com vocês, para avançarmos e identificar com clareza quem são esses usuários, quem é essa diversidade cultural que é parte da população brasileira, que é a grande maioria da população brasileira, temos que parar de falar genericamente, falamos muito em comunidades tradicionais, e nós entendemos, eu mesma, que os indígenas são parte, mas a gente tem que começar a nominar: quem são esses grupos, os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos, enfim, esses grupos, e isso a vamos fazer na medida em que conhecermos melhor quem são, do que necessitam, qual é a sua realidade, qual é a sua potência, qual é essa cultura, aquilo que também acumularam para criar esse país e continuam contribuindo para isso.

Então, eu quero dizer que esses depoimentos todos me fizeram ter mais convicção do acerto do tema dessa Conferência, nós acertamos quando definimos o tema da Conferência, o tema voltado ao trabalho, aos trabalhadores, ao controle social, que envolve a relação com os usuários. E eu desejo a todos



um ótimo trabalho, que possamos sair daqui bastante fortalecidos, que a gente tire deliberações importantes e que a gente volte aos nossos municípios mais enriquecidos e com uma pauta, uma agenda de luta mais clara, que possa nos unificar e fazer avançar mais ainda o Sistema Único de Assistência Social no Brasil, obrigada.

Sr. José Crus (CNAS): Obrigada professora Raquel. Eu não tenho dúvida nenhuma, cinco horas de debate, de reflexão, de escuta bastante qualificada, de intervenções bastante ricas para essa VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Nós tivemos apenas 30, nem chegamos a 30 minutos de atraso, essa Mesa às 9h00, já tinha iniciado, então tivemos cinco horas de grandes debates em um tema totalmente estratégico e importante que é a gestão do trabalho. É a primeira vez que pautamos esse tema na nossa Conferência, é a primeira vez que pautamos os trabalhadores e o trabalho na área da assistência social. Nós temos uma agenda importante neste momento de aprimoramento da gestão do sistema e da qualidade da oferta do serviço que queremos na área da assistência social, portanto, esse tema é extremamente importante e ele vai ser debatido, e esse não é o primeiro e último, mas é o primeiro de muitos debates que faremos na gestão do trabalho, e da qual eu tenho orgulho, além de coordenar essa Mesa e também de responder por esta área no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Portanto, trazer esse tema, não tenha dúvida, que é como a professora Raquel disse, vocês vão ter o prazer de ver o nosso livro, que vai ser lançado no dia 09, mas ela disse uma frase, que eu me apaixonei, que o momento é o da ressignificação da oferta que queremos para os usuários dessa política. O que é esse ressignificar? E qual é a contribuição dessa área para a ressignificar a oferta do trabalho para a população e a contribuição dessa área para materializar de fato o direito socioassistencial no país. Então acho que foi um debate rico, parabéns a todos nós, a vocês principalmente que ficaram conosco até esse momento, às 14h00.

Agradecer também a todos que estão nos assistindo on-line, internet ou via NBR, que estão nos acompanhando também, fazendo a cobertura dessa Conferência, que valeu a pena o debate, as cinco horas de um diálogo fraterno, importante. Nós vamos para o grupo agora com bastante entusiasmo, energia para debater e tirarmos deliberações importantes para esse eixo, esse tema, que é extremamente importante nesse momento, que é a gestão do trabalho do Sistema Único de Assistência Social.

Então eu quero, em nome do nosso Conselho Nacional, agradecer as professoras, Margareth, do Fórum Nacional dos Trabalhadores, grande parceiro. Ah, tem uma pergunta que não foi respondida nessa Mesa, feita pelo Augustinho, eu não sei se Augustinho está aqui ainda, não está? Se a MESA DE NEGOCIAÇÃO ia ser instituída nessa Conferência? O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e os senhores e senhoras que são provas disso, nenhum documento, nenhuma Resolução e nenhuma norma foi tirada de mentes brilhantes de dentro desse Ministério e colocada de cima para baixo, todo o nosso processo foi democrático, participativo e os senhores também acompanharam aí esse processo na discussão da política, da NOB-SUAS, da NOB-RH, não é à toa e não vai ser diferente em relação à MESA DE NEGOCIAÇÃO, ela não vai ser pensada só por nós.

Essa era até uma agenda mesmo, um compromisso nosso de toda a nossa equipe para instituímos nessa Conferência, mas nós tivemos aí a Lei aprovada, o artigo 6º é regulamentado, vários documentos que serão entregues, várias surpresas que os senhores ainda terão até o final dessa Conferência, então foram várias agendas. A MESA será instituída, mas com o conjunto dos trabalhadores, com o diálogo com as categorias profissionais, com o diálogo com o Fórum, com o diálogo com as Federações, nós vamos sim num diálogo instituir a MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO nesse próximo



ano, no início do ano. A Secretária Nacional, Denise Colin, ontem disse e reafirmou isso, que é um processo em construção e que nós vamos amadurecer juntos com os trabalhadores e instituímos ainda no primeiro semestre do ano que vem a MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO. Então, só queria concluir, porque ficou essa pergunta sem responder, e agradecer a todos, desejar um bom almoço e um retorno breve para os grupos de trabalho, obrigado.

Participante não identificado: Senhoras e senhores, informamos que para a tarde agora, às 14h00, estão previstos 24 grupos de trabalho, eles estão divididos da seguinte maneira: aqui na ala norte, no primeiro piso, o da recepção, do credenciamento estarão as salas de número 01 a 06; no segundo piso estarão as salas de 07 a 13; na ala sul, na área de exposições estarão as salas de 14 a 24. Um ótimo almoço a todos, e um informativo: a companheira Rute Costa perdeu o seu Nextel, ela é do Rio de Janeiro, o seu Nextel foi perdido ontem, da cor vinho, marca Motorola, é o único meio de comunicação que ela está tendo com a sua família em seu estado. Por favor, se alguém achou Nextel cor vinho, Motorola, por favor, entregar no stand do estado do Rio de Janeiro. Um ótimo almoço e um ótimo trabalho, agora à tarde.

8. PAINEL: REORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E O CONTROLE SOCIAL

1. **Maria Luiza Rizzoti** – Universidade Estadual de Londrina -UEL
2. **Aldaíza Sposati** - Pontifícia Universidade Católica /SP
3. **Jane Clemente** - Representante do Fórum Nacional de Assistência Social

- **Coordenação:** Renato Saidel Coelho e Célia Mota de Carvalho- Conselheiros Nacionais

Mestre de Cerimonia: Solicitamos aos presentes que ocupem seus lugares para darmos início as nossas atividades desta manhã. Bom dia a todos, sejam bem-vindos ao segundo dia da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Por gentileza, mantenham os celulares desligados ou no perfil silencioso ao longo de todo evento.

Iniciamos nesse momento a apresentação do painel: Reordenamento e Qualificação dos Serviços Socioassistenciais e o Controle Social. Para coordenação do painel convidamos o Conselheiro Nacional Renato Saidel Coelho. Convidamos também a Conselheira Nacional Célia Mota de Carvalho. Fazendo parte da Mesa convidamos a Profª Maria Luiza Rizotti da Universidade Estadual de Londrina. A Profª Aldaíza Sposati da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E convidamos, também, a Senhora Jane Clemente, representante do Fórum Nacional de Assistência Social. Para a condução dos trabalhos passamos a palavra para a Conselheira Nacional Célia Mota.

Célia Mota de Carvalho (Coordenadora da Mesa): Bom dia a todos e a todas. Acho que agora com essa apresentação maravilhosa do Boi Bumbá de Parintins nós anunciamos a qualidade de Mesa agora formada. O painel que vai tratar do “*Reordenamento e Qualificação dos Serviços Socioassistenciais e Controle Social*” traz as Professoras Aldaíza Sposati, Maria Luiza Rizzotti e Jane Clemente. Para expor a metodologia dos trabalhos, vou passar a palavra para o Conselheiro Renato, que registrará o tempo de fala de cada participante e das intervenções que ocorrerão ao final da exposição de cada painellista.



Renato Saidel Coelho: Bom dia gente! Vocês acordaram está todo mundo aí? Bom dia gente! Agora sim. Nós estamos organizando as nossas falas hoje, mas primeiro teremos a exposição da nossa Prof^a Aldaíza Sposati, pessoa querida, autora importante no cenário da assistência social. Depois teremos a fala da Jane, que nesse momento está representando o Fórum Nacional de Assistência Social, conselheira de assistência social no Conselho Nacional e na sequência, a Prof^a Maria Luíza, que vai falar conosco, Ex-secretária Nacional de Assistência Social, uma pessoa muito querida. Cada painelistas vai ter um tempo de 20 a 30 minutos conforme preestabelecido.

Nós vamos tentar coordenar os trabalhos para que todos nós possamos estar o mais próximo possível dentro do tempo; lembrando que as intervenções serão de no máximo 3 minutos, e pedir que cumpramos os 3 minutos para garantir que o maior número de pessoas falem, pois cada vez que ultrapassarmos esse tempo é uma pessoa a menos falando. Se pudermos nos programar para cumprir a risca os horários, vamos conseguir produzir muito mais. Quero passar a palavra imediatamente a Aldaíza Sposati, para que ela possa fazer a sua palestra, para que possamos beber dos seus conhecimentos. Por favor, Professora.

Prof^a Aldaíza Sposati (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo): Muito obrigada, meus cumprimentos aos delegados, aos gestores, a toda equipe de organização desta VIII Conferência Nacional de Assistência Social. A relatoria, com os trabalhos da Valdete e Beatriz, enfim, a todos nessa luta pela construção desta VIII Conferência, de fato.

Para desenvolver minhas considerações, já peço 30 minutos, pois sei que 20 não vai dar. Fiz a leitura de todo material encaminhado das conferências municipais e estaduais sobre o tema dos serviços, e vou procurar refletir sobre esse material, isto é, não vou aqui fazer uma exposição teórica sobre o que eu penso dos serviços socioassistenciais. Mas vou comentar, a partir daquilo que foi construído neste processo nacional, os elementos que parecem apontar realmente para aquele nosso compromisso histórico com SUAS mais 10, isto é, em 2015 nós termos efetivamente o SUAS implantando em todo território nacional com qualidade, mas, sobretudo, e este é o eixo que vai perseguir minha análise, que tenha a atenção voltada para os direitos dos cidadãos na assistência social.

Parece-me que este ainda é um ponto frágil no nosso processo, e é com ele que pretendo me guiar nas reflexões. Foi bastante interessante perceber que, das 584 propostas enviadas pelas conferências, sintetizadas em 63 propostas base, são 18 as propostas que aparecem ao maior número em relação a serviços. E essas propostas como vocês podem ver, nas 18 que serão objeto da nossa reflexão no dia de hoje, elas têm intensamente a marca de financiamento, melhor dizendo, de cofinanciamento, indicando ainda que, do ponto de vista dos serviços, os três entes federativos ainda não têm um pacto de financiamento do serviço que seja entendido como mais adequado, em face da necessidade.

É interessante notar que, do ponto de vista do financiamento, a questão da infraestrutura da qualidade desde a instalação é bastante apontada pelas várias manifestações. A questão da revisão ou construção de pisos que sejam mais adequados à necessidade também é bastante sublinhada.

E o segundo grande grupo é do fortalecimento da rede socioassistencial e também questões relativas ao órgão gestor, ao pleito de uma secretaria exclusiva de assistência social, principalmente na gestão estadual. Permanece o pleito do comando único, do concurso público, da qualificação de pessoal. Mas no que se refere à qualificação de pessoal, parece que é dito o seguinte: *'olha não basta só falar em capacitação, é preciso uma educação continuada, uma formação continuada, é preciso uma regionalização do processo de capacitação'*. E com isto há também nestas 18 propostas uma preocupação na efetivação da rede de CRAS e CREAS.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mas a gente percebe que nestas 18 propostas, há uma ausência dos direitos dos usuários aos serviços, eles não aparecem. Não aparece inclusive uma preocupação em ter, por exemplo, o banco de usuários dos serviços. Só estou abrindo a minha fala apontando entre as 18 propostas, chamando atenção, portanto, do entendimento genérico que vocês vão discutir. Agora vou tentar trabalhar um pouco mais esses elementos.

Primeiro o nosso tema é reordenamento e qualificação. Eu queria separar um pouco a discussão de reordenamento da discussão de qualificação. Até porque, lendo o material dos municípios e dos estados, percebemos, e aqui é um elogio, a efetiva construção e contribuição de todos, é um elogio ao Conselho Nacional pela forma de organização desta Conferência, de resgatar este material e iluminar aquilo que temos que ponderar nesta Conferência. Mas eu diria que há uma distância ainda muito grande entre os municípios. Por exemplo, mesmo dentro da discussão de reordenamento, ainda existe uma preocupação em construir planos municipais, isto é, a fase CPF - Conselho, Plano e Fundo - não está efetivamente assegurada, digamos, em todos os municípios, referindo-me ao plano.

Mas um ponto que eu queria aqui chamar a atenção. Embora estejamos discutindo aqui a questão de reordenamento e qualificação de serviços, aparece fortemente também a discussão de benefícios, principalmente dos benefícios eventuais. É patente em diferentes apontamentos das conferências estaduais, que ainda não temos uma regulação dos benefícios eventuais, e é patente, também, que não há ainda efetivado o cofinanciamento pelos estados para os benefícios eventuais. Comento só isso porque vou me dedicar realmente aos serviços.

Pensando nesta discussão dos serviços, queria dizer que na verdade vejo que o reordenamento dos serviços está acontecendo a partir da tipologia de 2009. Então eu dizia que enquanto a regulação do benefício (e refiro-me ao BPC) se deu em 1996, a regulação relativa a serviços é de 2009. Então, temos no nosso processo de construção da política certo retardo na regulação dos serviços face aos benefícios. Isto pode ser explicado até mesmo pelo fato de que o entendimento de assistência social, o entendimento vulgar, que se estende inclusive para outros países, é de que a assistência social é um campo de oferta benefícios fora da relação de trabalho, isto é, há uma precedência do entendimento da assistência social como um campo de concessão de benefícios àqueles que estão em precária situação.

Inclusive facilmente isto passa a ser a análise de diferentes profissionais - economista e tal. Com certeza se buscarmos análise de outros profissionais da assistência social, encontraremos muitas sobre os benefícios, transferência de renda do BPC, mas sobre os serviços praticamente quase nada, muito pouco. Então eu queria reforçar esta questão dizendo que temos que desenvolver muito o nosso conhecimento sobre os serviços, padrões dos serviços, direitos sobre os serviços. Embora a primeira regulação, que tivemos em 2003, tivesse sido um decreto presidencial, caracterizando os serviços como de caráter continuado, portanto, o orçamento não podia retroceder de um ano ao outro no que se referia ao financiamento do serviço.

É importante dizer que nos registros das conferências aparece ainda a noção de projetos...vamos qualificar projetos. Atenção! Nós temos que distinguir claramente serviços continuados como direito de projetos. Queria marcar muito isso para vocês pelo seguinte, projeto não dá direito a nada. Projeto foi uma linguagem desenvolvida principalmente pelas entidades sociais para efeito de financiamento. Projeto é marca de personalismo, esse gestor, esse governante diz eu tenho projeto A ou B, que nasce e morre com ele, mas que não dá a certeza da continuidade.

Eu queria muito realmente marcar que essa conferência pudesse dar um basta nessa linguagem de projeto substitutiva a serviço. Que horror! Está proposto.



A outra discussão que me parece chave neste nosso debate é a compreensão de rede socioassistencial, gostei muito do texto do Ademar que está no Caderno de Textos desta Conferência, li também o de Egli. E aqui o do Ademar quando ele se reporta à rede, nos diz o seguinte, todos nós temos isso no caderninho à página 54: “para o alcance das condições necessárias que favoreçam o estabelecimento de ações em rede, constitui desafio maior a capacidade de compreensão coletiva acerca do conceito de rede social”.

Esta discussão da rede, como elaboração coletiva ainda é frágil entre nós. Discutir serviços, reordenamentos, rede socioassistencial, para além da relação de serviços ou de organizações é uma construção coletiva. Embutido nisso, há também outra questão: a confusão entre entidade social e serviços socioassistencial. Atenção! Entidade é pessoa jurídica mantenedora. Nós estamos discutindo aqui os serviços socioassistenciais. Essa é uma passagem histórica que também precisa ser construída, porque certamente nem todas as entidades/pessoas jurídicas têm um preparo ou a equipe técnica dos serviços socioassistenciais conveniados com essa pessoa jurídica, uma equipe que esteja completa, sendo realmente capacitada ao desenvolvimento do serviço.

Nós temos uma questão séria aqui, porque o vínculo SUAS tem sido, por vezes, deixado de lado. Nas propostas dos estados e dos municípios não apareceu a discussão do vínculo SUAS e ela é fundamental na construção da rede e na questão do serviço socioassistencial. Então, a discussão do vínculo SUAS não pode ser encarada como uma norma meramente procedimental, ela tem que ser um processo de construção em rede. Em quase todos os depoimentos foi chamada atenção a questão da divulgação. O que nos parece muito importante para que a relação de serviços ou que estes serviços não sejam de uma organização A ou B, mas eles sejam públicos de acesso público.

A questão de acesso a serviços também foi enfatizada, principalmente pelos estados da região norte, quando discutem o CRAS ou outros serviços. No caso CRAS estamos falando de unidade em que as normas têm que conter uma flexibilidade para dar conta da heterogeneidade da realidade, isto é, mais importante é a construção de acesso se o serviço é itinerante, se o serviço é flutuante. Enfim, se a modalidade em que se constrói o serviço está prevista e aceita pela norma, porque o acesso, do ponto de vista do usuário, é a peça chave nesta construção.

Lembro também que foi bastante sublinhada a interlocução intersetorial na questão do reordenamento. E nessa interlocução intersetorial a questão da relação da saúde, principalmente a partir dos serviços de média e alta complexidade, inclusive propondo que se tenha um acordo mais genérico, que pudesse influenciar na formação de carreiras para o campo de assistência social. Mas foram salientados aqui os protocolos com a justiça, com a saúde e com a educação. Propuseram protocolos em torno da questão dos direitos humanos e das lutas setoriais: mulheres, crianças e adolescentes, demais etnias, das zonas essas de conflito ainda existentes na produção de serviços.

Sabemos que os CREAS vêm sendo fortemente judicializados e sabemos que os CRAS vêm sendo fortemente amarrados na questão dos benefícios, digamos do cadastro, na busca da atenção individual e não coletiva. Portanto, nós temos um campo aqui ainda de interlocuções, protocolos, decisões extremamente importantes.

Uma discussão levantada agora falando de CREAS, aberta como pleito, é que tenhamos não só o CREAS genérico, mas o CREAS específico por determinadas situações a partir da realidade e das lutas sociais. Nossa legislação não pode conter as lutas sociais nem pode conter os movimentos, então ela é indicativa da existência de um serviço básico. Mas se as lutas sociais determinarem que especificidades sejam construídas a partir das diferenças das realidades isto também tem que ser entendido e incorporado.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Do ponto de vista da articulação, portanto, encerrando este aspecto do reordenamento, destaco três grandes questões: uma sobre as responsabilidades federativas perante o reordenamento; outra sobre a interlocução entre as políticas sociais e a terceira sobre a questão da relação do público/privado.

Lendo o texto da Egli Muniz, que faz uma retrospectiva histórica, vemos que os serviços socioassistenciais nasceram até pelo modelo de Estado brasileiro que não era preocupado com a proteção social daqueles de fora da relação formal de trabalho. Então, nasceram do trabalho solidário de entidades sociais, e que, portanto, hoje temos por desafio a construção de um campo público, que regule a política do ponto de vista do direito, que não se trata - e isso precisa ficar sempre muito claro - de uma restrição à entidade, mas sim de uma construção efetiva do direito socioassistencial.

Não estamos nesta luta para construir o bem, mas o direito do cidadão brasileiro. Isso precisa ser muito claro nas marcas das nossas relações. Não quer dizer que estamos prontos para o mal, claro... direito não é mal. Mas é que o nosso horizonte é mais além, é que temos que realmente trazer essa corporificação da lei.

Foi levantado ainda no tema do reordenamento a necessidade de leis específicas estaduais e municipais sobre a questão do SUAS e dos seus serviços e também a necessidade de manuais. Está posto que temos que concluir também nessa Conferência a necessidade de definirmos o custo ou o custeio de cada serviço, a partir de um padrão de qualidade. Não basta falarmos de financiamento se não temos a concretude dos serviços e da qualidade. Atenção! Tudo isso que estou colocando e apontando é no campo do reordenamento, porque no campo da qualificação como bem lembrou o texto da Egli, não se trata meramente de termos um fórum tecnocrático, dizer da eficiência, da eficácia, ainda que precisemos de monitoramento de indicadores do ponto de vista de uma política social. Mas a grande qualidade, é uma qualidade ética, efetivamente, no sentido de que a dignidade nos serviços e o direito estejam assegurados. Então, esta qualidade depende do reordenamento e de várias medidas esclarecedoras. Depende de superarmos barreiras e da qualificação do tema básico desta Conferência que é a valorização do trabalho e dos trabalhadores. Este não é o tema que vou aprofundar aqui. Já foi discutido na Mesa de ontem e certamente a Jane dará centralidade a essa discussão. Mas sabemos que a qualidade vai além dessa questão, contém a dimensão ética, que supõe realmente a qualidade do trabalho.

Mas eu quero acrescentar: se o benefício requisita uma relação individual com os usuários, os serviços é que permitem uma relação coletiva. Os serviços é que permitem o link da representação, inclusive para o Conselho Municipal. Não observei, nas manifestações das conferências, clareza a respeito da questão do controle social nos serviços. Não senti a preocupação quanto à gestão democrática dos serviços, construindo conselhos gestores representantes dos usuários, nem clareza acerca dos direitos de cada serviço. Nós temos que crescer nisto.

A qualidade é ética, ela não é meramente uma racionalidade técnico-administrativa ou jurídica. A dimensão ética advém da democratização, da dignidade, do exercício do *'empoderamento'*, do exercício da verdade da cidadania. Percebo, pelas manifestações, que parece que os direitos ficam numa esfera externa, não na concretude interna dos serviços. Temos que superar isto, não existem direitos que flutuam como borboletas. Eles têm que ser realmente intrínsecos à produção dos serviços, e só vamos conseguir representação dos usuários se exercermos o processo democrático dentro dos serviços. Esta realmente é uma das questões que temos que colocar os conselhos gestores dos serviços.

Quanto à questão dos resultados, de certa forma acho que já mencionei, pois diz respeito à preocupação com a universalização, uma vez que direito supõe universalização e universalização supõe a direção de cobertura da demanda. Há uma preocupação, que percebemos nas conferências, em conhecer



a demanda, territorializar a demanda, e poder ter, na gestão estadual da assistência social, uma análise regionalizada do estado sobre essa demanda e a cobertura. É muito grande a preocupação de que serviços de média e alta complexidade sejam regionalizados.

Outra grande preocupação que sobressai é que os municípios de pequeno porte I e II precisam de maior apoio dos estados, pois tais municípios não têm condição de fazer essa travessia sozinhos. Esse também me parece um ponto bastante significativo.

A região norte do país nos dá o grande recado: é preciso cumprir a tipificação! O entendimento da tipificação é que nos dá uma referência geral da política para todo o país. Ainda não cumprimos a tipificação, embora ela tenha sido aprovada em 2009, depois de longos anos de discussão. Relendo a proposta técnica dos serviços de 1996 e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, em 2009, são 13 anos, é muito no tempo.

Temos aqui outras questões levantadas pela região norte: a necessidade do diagnóstico da demanda e a necessidade de se implantar os padrões do SUAS no processo de gestão. Aliás, um estado do nordeste (não vou dizer qual), nos apontou claramente que, entre uma gestão e outra no mesmo período de um governo estadual, as diferenças entre uma administração e outra destroem aquilo que foi construído pelo SUAS. Então, nós dizemos: queremos uma política de Estado! Aí o gestor A, muda para o B, o B desmancha o que o A fez. Onde está a política de Estado? Então o discurso não é para ser externo o discurso é interno. O desmanche do SUAS é não ter o olhar e o compromisso ético com o direito dos usuários, portanto, são questões que precisam ganhar mais luz.

Da região nordeste vi, por outro lado, também um dado interessante, que é um fórum de controle social. Não sei bem como funciona, mas acho interessante sabermos disso aqui.

Há muita preocupação em se construir pactos, protocolos entre estados e municípios do ponto de vista dos serviços. Então, uma grande recomendação: a oferta tem que ser e é para cobertura da demanda, ela tem que ser realizada em rede. Efetivamente temos que, numa análise da rede, pensar no planejamento da política de assistência social, numa construção coletiva do sentido de rede e das parcerias e, em cima disso, da análise das demandas.

Agora quero ressaltar que, embora nós tenhamos todos o CRAS e o CREAS como as unidades fundamentais da política de assistência social, não teve nenhuma manifestação, daquelas em que eu tive acesso, que demonstrasse preocupação em construir o CRAS como porta de entrada dos serviços. Não há ainda, não obstante seja desejada, esta articulação territorial para que de fato essa rede territorializada seja vinculada ao CRAS.

Ora se o CRAS é a porta de entrada de nosso sistema, que faz o acompanhamento do usuário com a centralidade da família, na matricialidade familiar e na territorialidade, porque nós ainda não conseguimos o CRAS como porta de entrada? Os usuários dos serviços nada têm a ver com o CRAS? Aonde estão esses usuários? Qual é a realidade desses usuários? Nós ainda não sabemos responder. Aqui está o desafio. Qualificar serviços é pensar naquilo que é o melhor para os usuários e dos direitos dos usuários. Muito obrigada.

Célia Mota de Carvalho (Coordenadora da Mesa): Bom, 31 minutos muito bem aproveitados, diga-se de passagem, muito obrigada professora. Agora a gente passa a palavra para Jane Clemente.

Jane Clemente (Representante do Fórum Nacional de Assistência Social): Muito bom dia a todos delegados, conselheiros, convidados, gestores, colegas de caminhada, companheiros. Eu saúdo as minhas



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

colegas aqui de Mesa, as Professoras Aldaíza e Maria Luiza, e em especial os meus colegas do Conselho Nacional Renato Saidel e Célia.

Estou aqui representando o Fórum de Assistência Social e nele eu represento a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, que tem num dos seus aliados a Federação Nacional dos Trabalhadores em Instituição Benéficas Religiosas e Filantrópicas, a qual represento no Conselho Nacional.

O Fórum Nacional, como foi dito pelo nosso colega Clodoaldo Leite na abertura desta Conferência, foi criado em 1999, e temos algumas diretrizes. Nos propomos, primeiramente, em articular as organizações de movimentos sociais que se mobilizam pela defesa dos direitos sociais de seguridade social universal e da política de assistência social como direito do cidadão e dever do Estado. É um espaço plural destinado ao permanente acompanhamento da política de assistência social como política de seguridade social. Ele é o espaço informal de articulação política e formulação de proposições que possam contribuir para avançar o controle social democrático na política de assistência social e também se propõe a contribuir para fortalecer o Conselho Nacional de Assistência Social, como instância autônoma e democrática de deliberação.

Dentro do tema aqui proposto - *reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais* - defendemos algumas situações: a defesa incondicional para assistência social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado. Essa política, que saiu do campo da bem-estar e foi para o direito, é para nós primordial; é a primeira bandeira que defendemos. Temos também a defesa da primazia do Estado no enfrentamento da questão social e na condução da política de assistência social. Reconhecemos a primazia do Estado na condução da política, e reconhecemos que as instituições compõem a rede socioassistencial complementar que atua na assistência social. Apesar de que, como foi colocado na Resolução nº 27 do Conselho Nacional de 2011, algumas ações são primazia da sociedade civil, como a questão do assessoramento e a garantia de direitos; essa temos primazia. Isso é o que nos imbuí. Estamos imbuídos desse sentimento, de que nós levantamos essa questão da garantia de direitos e fazemos assessoramento e fazemos muito bem feito.

Temos outra questão que é a defesa da efetiva implementação do SUAS e da articulação de uma rede de proteção social, com critérios de qualidades e garantia dos recursos necessários à efetivação dos direitos, com a devida vinculação das entidades que atuam na área da assistência social ao SUAS. Nós concordamos com essa questão da rede complementar, para nós enquanto rede complementar. Agora estou falando para aquelas pessoas que atendem lá na ponta. Pelo conhecimento que eu tenho das equipes de referências dos CRAS e CREAS, várias vezes nós conversando temos a sensação como se estivéssemos '*brincando com aquele jogo de batata quente*'. Temos um problema na mão e precisamos acabar com aquele problema. Precisamos dar continuidade à solução daquele problema. Se as equipes que estão lá na ponta não conseguem fazer com que aquele cidadão que os procura consiga ter realmente os seus direitos garantidos e consiga a sua promoção social, nós realmente estaremos com essa batata quente na mão.

E quando qualificamos as equipes de referência dos CRAS e CREAS e não qualificamos na mesma forma equipes de referências de outros serviços de todas as instituições que compõem a rede complementar, nós teremos com certeza um descompasso entre o que se atende dentro de CRAS e CREAS e o que se atende em outros serviços complementares. E começamos a não conversar na mesma língua, sendo que sabemos que - a Aldaíza falou e falou muito bem a respeito de CRAS e CREAS - ainda não temos uma referência de porta de entrada no CRAS e CREAS. Por isso, quando vamos qualificar os profissionais de CRAS e CREAS que a gente possa qualificar também os outros



atores que compõem a rede socioassistencial, para que realmente juntos nós consigamos fazer com aquele cidadão, o nosso colega Samuel do CNAS falou tão bem, deixe de ser um número para ser um cidadão. É uma das nossas proposições.

No Censo SUAS de 2010 foi feita uma pesquisa entre as instituições e nessa pesquisa constaram apenas as instituições que têm algum tipo de conveniamento com o poder público. Então nesse Censo, nós tivemos um número assim, e até foi impressionante porque quando nos foi apresentado esse número foi em torno de 9.398 instituições no Brasil todo. E nós que trabalhamos aí na ponta mesmo, a gente sabe que esse número ele é muito pequeno em relação às instituições que nós sabemos que temos no Brasil. E foi colocado que 85% dos recursos que vêm para essas instituições são dos municípios, porque nos municípios eles percebem que é lá que as coisas acontecem. Lá é que estão os gargalos e não podemos distanciar daquilo que se pensa e se resolve nas instâncias de deliberação com aquilo que acontece lá na ponta, aonde vocês estão com o cidadão, necessitando dos seus serviços e vocês não têm esse respaldo.

Há esse descompasso com o que se pensa nas outras instâncias de poder e o que está lá na ponta. O cidadão precisa é agora, é aqui, é agora. É lá no município que as coisas acontecem, é lá está o gargalo. Então, nós precisamos muito fazer com que essa rede socioassistencial lá no município funcione, de uma forma muito efetiva e muito eficaz. Nós precisamos muito dentro dessa temática, saber exatamente o que é o vínculo SUAS, até para que as instituições que queiram, estejam interessadas em compor esse vínculo SUAS e estejam vinculadas efetivamente ao SUAS, possam se adequar, porque nós sabemos que várias instituições precisam ser qualificadas, precisam ser adequadas.

Mas sabemos também que os instrumentos e os equipamentos sociais governamentais também precisam se adequar e se qualificar. Nós sabemos, com o Censo CRAS, que 80% dos CRAS, no Brasil todo, imaginam que inclusão produtiva é curso de artesanato dentro do CRAS. Isso sabemos que não é. Então essa qualificação precisa ser feita. Precisamos qualificar a rede socioassistencial e precisamos qualificar também os equipamentos governamentais e não-governamentais para que tenhamos uma rede qualificada por inteiro. E estima-se, eu acredito, que o Censo SUAS de 2011 vai trazer esses números bem mais claros. Mas estima-se que 75% dos serviços são prestados por instituições não-governamentais.

Imaginem, principalmente vocês que estão lá na ponta dentro de CRAS e CREAS e que precisam encaminhar esse cidadão para algum outro serviço para que ele tenha essa promoção, nesse sentido. Se não houvesse esse 75% de atendimento, o que seria feito? Como vocês poderiam fazer? É tanto que nós queremos muito que as instituições de assistência social, que compõem a rede socioassistencial, precisam estar na centralidade, na próxima conferência. Essa é uma solicitação e uma bandeira que o Fórum Nacional de Assistência Social vai levantar. Justamente porque nós já discutimos o SUAS, já discutimos o controle social no SUAS, já discutimos os trabalhadores no SUAS, e agora pensamos que a próxima conferência a temática seria na centralidade nas instituições para que a gente possa com certeza compor essa rede.

Nós temos outra situação, a defesa da estruturação do quadro de trabalhadores do SUAS em todas as esferas. Foi colocado que existem hoje no Brasil 220 mil trabalhadores governamentais, e esses trabalhadores governamentais serão inseridos numa proposta de qualificação e de capacitação dentro do SUAS, agora no ano de 2012. Só que esse número, quando comparamos com os números aproximados de 560 mil trabalhadores não governamentais, vemos que somos mais do que o dobro dos números governamentais. Isso é o que se tem notícia. O censo SUAS de 2011 provavelmente vai trazer esse número mais bem especificado. Nós queremos sim sermos imediatamente inseridos nesta qualificação, para que não estejamos em descompasso nesse olhar e nessa caminhada.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Precisamos muito nos qualificar para dar respaldo às equipes de referências tanto de CRAS e CREAS, para que possamos fazer um atendimento de excelência, tanto na porta de entrada da assistência social de CRAS e CREAS, como na rede complementar. Precisamos também começar discutir, como discutimos a questão da qualificação dos trabalhadores de nível superior, a habilitação da categoria dos trabalhadores do SUAS de nível médio, que é a grande maioria. Então nesse ano é uma proposição que temos, inclusive no Conselho Nacional, discutir esse trabalhador de nível médio.

E temos ainda outra proposição: defesa da efetivação do controle social democrático no SUAS e das demais políticas de seguridade social, com a efetiva participação das entidades, usuários e movimentos populares. Na primeira fala do Fórum Nacional na mesa de abertura, o nosso companheiro coordenador citou a questão das entidades que compõem a rede socioassistencial, no sentido de fazer parte do Conselho de Assistência Social. É uma bandeira que nós levantamos, porque nas conferências municipais e conferências estaduais, que estivemos presentes, foi uma solicitação recorrente.

Temos no dia a dia um esvaziamento dos conselhos municipais de assistência social. Instituições que antes eram consideradas de assistência social e agora têm preponderância em outra área, mas ainda têm programas e projetos dentro da assistência social. Já que elas vão referendar os encaminhamentos de CRAS e CREAS, já que elas vão estar inscritas nos conselhos municipais de assistência social e já que elas vão se preparar para estarem vinculadas ao SUAS, elas devem, conseqüentemente, poder fazer parte da composição dos conselhos. Até para que possamos ter esses conselhos fortalecidos por essa expertise dessas instituições, que estão aí há 10, 20, 30, 50, 100 anos. Instituições que estavam e estão aí quando o Estado não estava. Estavam quando não havia financiamento para financiar as suas ações. E essas instituições têm essa expertise, e precisam ser respeitadas por isso. Vamos qualificá-las, vamos incluí-las no vínculo SUAS justamente para que elas possam compor essa rede socioassistencial e fazer com que esse cidadão que usa dos nossos serviços possa realmente ser promovido e ter uma ascensão social.

A LOAS, no seu artigo 3º, fala do que são instituições de assistência social e ela não fala, em nenhum momento, que essas instituições têm que ser exclusivamente de assistência social. Então, nos vamos cumprir a Lei, e cumprir a Lei é muito fácil porque quando ela está escrita, é só cumprir.

E agora gostaria de conversar com vocês, e contar realmente um fato. Só vou mostrar alguns dados do Censo SUAS 2010: na rede privada (até para que possamos levar isso para as nossas discussões) 9.398 instituições responderam no censo que elas recebem recursos financeiros do poder público; 35,6% atuam em mais de uma área além da assistência social com destaque para educação e saúde; 85,3% dos recursos são oriundos dos municípios que percebem que realmente não podem abrir mão da rede socioassistencial; 89% das instituições atende de 5 a 7 dias por semana e isso ainda não temos nos CRAS e CREAS, alguns têm, só alguns; 89% das instituições atendem de 5 a 7 dias e nós não temos esse patamar nos CRAS e CREAS; e 85,1% dos atendimentos são realizados através da procura espontânea. O que é a procura espontânea? Elas não passam por CRAS e CREAS. Porque o usuário, como a Profª Aldaíza disse, ainda não tem a referência do Centro de Referência, porque a instituição está lá muito mais tempo do que o Estado está. É por isso que devemos fortalecer um e outro. Não só um e outro, ambos fortalecerem a ambos, para que eles possam realmente ser referência para o usuário.

E para finalizar vou relatar outro fato, que gostaria de partilhar com vocês: sou de Minas Gerais, moro em Uberlândia no triângulo mineiro e trabalhava numa instituição onde atuava como coordenadora. Tinha um programa de atendimento à criança e ao adolescente em convivência de rua, e era do conselho de assistência social e do conselho estadual dos direitos da criança e do adolescente. Um dia eu fui chamada para dar uma palestra na faculdade de Serviço Social lá em Uberlândia. E aí quando



eu terminei a minha fala, alguém perguntou para mim: *‘você é assistente social? Se formou em que turma?’* Porque, lá só tinha uma faculdade. Aí falei *‘não sou assistente social. Então, você é psicóloga? Não, não sou psicóloga. É pedagoga? Não, também não sou pedagoga’*. Eu falei a minha formação inicial que é artista plástica. É claro que depois nessa área acontece o que costumamos falar lá em Minas: entramos e atolamos o pé. Podemos até sair, dar outras voltinhas, mas voltamos, porque é uma área que temos conquistas diárias, e quem está lá na ponta sabe disso que estou falando. As nossas conquistas são diárias, temos uma tolerância a frustração muito grande. Porque na mesma hora que estamos muito tristes, daqui a pouco estamos muito alegres por uma conquista. E isso acalma a nossa alma e o nosso coração. Esse pessoal com certeza que está na ponta sabe o que eu estou falando. Eu vou falar para vocês qual foi a resposta que eu dei para eles. Eu falei: *‘independente da área que você veio, tem que se qualificar para está nessa área social, se qualificar sempre’*.

Não podemos nunca perder nem a nossa essência e nem o nosso brilho no olhar. Porque isso é que vai fazer a diferença quando encontramos um cidadão que precisa dos nossos serviços. Sonhamos junto com ele, não... nunca sonhar para ele, sonhar junto com ele, e fazer com que ele reconstrua o projeto de vida dele. Não podemos nunca pensar que vamos ter que fazer uma conferência para poder discutir a humanização no atendimento. Essa humanização já tem que estar inerente nas nossas ações. Então, eu desejo a vocês um restante de conferência muito feliz e que voltem para os municípios e para os estados de vocês justamente com essa força, esse brilho no olhar e não percam jamais a essência do que vocês são e de onde vocês estão. Obrigada.

Renato Saidel: Quero agradecer a fala da Jane representante do Fórum Nacional de Assistência Social nessa Mesa, a sua fala vai nos fazer refletir bastante. Passo a fala para nossa painelistas Maria Luiza, pessoa amiga que com certeza vai nos abrilhantar também com a sua fala.

Prof^a Maria Luiza Rizotti (Universidade Estadual de Londrina): Bom dia a todos e a todas. Bom dia a esta Mesa, ao Renato Saidel, a Jane, Célia e a Prof^a Aldaíza, que sempre nos abrilhantou e nos orientou nessa caminhada de tantos anos na política de assistência social. Agradeço muito a Carlos Ferrari pelo convite para estar nessa Mesa. Quero parabenizar o Conselho Nacional pela organização dessa Conferência e também parabenizar a Secretaria de Nacional de Assistência Social por seu empenho, por sua participação na pessoa da Denise Colin, nossa Secretária Nacional.

Quero dizer que estou aqui mais ou menos na condição que entrei nesse palco, titubeando quase caindo, insegura porque estou aqui numa responsabilidade importante, mas que muito me honra, que é substituir a nossa ex-ministra Márcia Lopes nesta Mesa, que todos vocês sabem teve um problema de saúde na família e não pôde estar aqui. Então me proponho a fazer aqui algumas reflexões sobre o tema da Mesa, na perspectiva de contribuir neste dia, nesta plenária e também nas discussões dos grupos no momento da tarde.

Gostaria de fazer uma primeira reflexão em relação a esta Conferência, ao seu tema e a sua aproximação com o tema desta Mesa que trata do *reordenamento da qualificação dos serviços socioassistenciais*, dizendo o que temos visto nesta Conferência, cujo tema trata da consolidação do SUAS e da valorização dos seus trabalhadores. O que encontramos aqui e vimos nos resultados do Brasil como um todo é que não conseguiríamos pensar na consolidação do SUAS apenas pela valorização dos trabalhadores, o que já é muito. Mas os próprios trabalhadores, os gestores e todas as nossas reflexões têm indicado que esta consolidação se faz pelo conjunto dos trabalhadores, dos usuários e dos gestores, e que não há dicotomia em relação a isso.

Os trabalhadores são valorizados na medida em que os serviços são qualificados, na medida em que os usuários participam, na medida em que nós qualificamos essa política. Então, quanto maior for



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

essa política mais valorizado será o seu trabalhador. Outra coisa que temos visto em relação ao tema desta Conferência é de que o SUAS é um sistema único que comporta a rede socioassistencial como um todo, e todo significa governamental e não- governamental. Nós não temos e não queremos ter um pensamento dicotômico, que diz o seguinte: *'aqui tem uma rede que faz muito, aqui também tem outra rede que faz muito'*. Não estamos aqui competindo no que fazemos, estamos somando numa única rede num único SUAS. E aí o que é mais importante dizer que o espaço da Conferência é onde reúne o Brasil, onde reunimos os trabalhadores, reunimos os gestores, reunimos os intelectuais, reunimos os usuários. E que nós estamos aqui para construir coletivamente e pensar politicamente os rumos para o Brasil.

Então acho que este é o rumo que nós queremos dar nas nossas reflexões. Em nome disso do mesmo modo que aqui nos juntamos todos. Quero dizer que há uma semelhança importante com o tema que estamos tratando, porque como já disse a Prof^a Aldaíza, é nos serviços que todos nos encontramos: usuários e trabalhadores, e é lá nos serviços em que se expressa a qualidade dessa gestão. É neste campo, deste modo, que queremos pensar estes caminhos.

Quero dizer a vocês que quando comecei a pensar sobre esse tema recentemente, para tratar aqui, pensei primeiro o que reordena. Qual o caminho do reordenamento da rede socioassistencial? Começamos a reordenar a nossa rede quando definimos o campo dessa política, quando definimos o que é assistência social, quando localizamos a assistência social no sistema de proteção brasileiro, no sistema de seguridade social não contributiva no Brasil. Quando dissemos: *'tais coisas são ações da assistência social'*, temos garantias afiançadas por essa política. Outras são atribuições de outras políticas. Começamos a reordenar de fato essa política. A rigor, o âmbito da sua reorganização está na LOAS, que por sinal atinge a sua maioria.

Lembro-me da Prof^a Aldaíza falando da menina LOAS. Professora, hoje podemos falar da sua maioria, quando a LOAS então diz que o campo da assistência social é o campo da proteção social não contributiva no Brasil. Já começamos a pensar que algumas áreas, que historicamente estavam associadas à assistência social, deveriam associar-se a outras políticas.

Outro momento naturalmente do reordenamento dessa política foi a instituição da Política Nacional de Assistência Social, no ano de 2004. Posteriormente, com a tipificação dos serviços, delineamos ainda mais quais são as seguranças afiançadas por esta política, quais são os direitos socioassistenciais e depois exatamente quais são os serviços que deveríamos prestar, a partir daquilo que nos indicou a própria tipificação. Então, este é o caminho histórico importante. Não podemos desconsiderar tudo que avançamos nesses 18 anos. Mas, em especial nos últimos 06 anos, e não podemos desconsiderar porque tudo que temos para fazer é muito interessante.

Quando pegamos tanto o resultado das conferências, quanto o resultado do Censo SUAS, assim como a *MUNIC 2009* (Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais) vamos entender que fizemos muito. Lembro a secretária Denise apresentando aqui todos os nossos avanços, todos os serviços implantados, as mais de 10 mil unidades públicas entre CRAS e CREAS instaladas no Brasil. Tudo que nós fizemos e muito que temos que fazer, sobretudo, na perspectiva da qualificação. Em momento nenhum devemos balizar a nossa avaliação apenas pelos nossos desafios. Mas, se até agora fomos sujeitos desta história, quero dizer que uma das coisas mais interessante numa Conferência como essa é que encontramos gente que esteve aqui desde a primeira Conferência, que fez a gestão em muitos lugares que fez o movimento pela política de assistência social, que esteve no governo, esteve na sociedade civil, escutou os governos de todos os modos. Encontramos pessoas que começaram pensar a assistência social, em 1984, como as Professoras Aldaíza, Carmelita, Raquel,



Potyara, a Dilceia, entre muitos, que começaram a entender qual seria o campo da política de assistência social. Estamos a muitos anos construindo essa política. E somos hoje aqui os sujeitos a pensar a qualificação desses serviços.

Falando, então, em qualificação desses serviços, separei, para facilitar o meu pensamento, a qualificação dos serviços sobre três dimensões. A sua dimensão gerencial, de gestão desses serviços, a dimensão técnica e a dimensão política, de qualificar os serviços. Porque não estamos aqui para dizer e pensar na qualificação sob a lógica gerencialista dos resultados e dos números, do 'quanto você atendeu', o que é produtividade nos serviços. Não estou negando que avaliar serviços nesta linha também possa ser importante, mas acho que, mais do que isso, queremos pensar a qualidade dos serviços sobre a efetividade social.

A primeira coisa que gostaria de dizer e de novo retomar, é que os serviços são efetivamente o lugar da consubstanciação do direito socioassistencial. A professora Aldaíza dizia que o direito não é borboleta, achei ótimo. Assim, o direito só existe se prestarmos estes serviços, e quero lembrar que é no âmbito dos serviços que também fazemos a gestão dos benefícios.

Portanto é no espaço dos serviços que o direito se concretiza. E aí eu penso, onde a avaliação do serviço se dá exatamente? Qual é o nosso alcance em relação, por exemplo, a segurança? Só para lembrarmos, a segurança de renda, a segurança do convívio familiar e comunitário, a segurança da acolhida. Por favor, quero que vocês lembrem que estou falando dos serviços da rede governamental e da rede não governamental, porque somos único SUAS, porque somos uma única rede. Então, nesta linha acho importante destacar de que os nossos serviços devem, podem e têm, por princípio, oferecer ações que garantam tais seguranças: renda, convívio, acolhida e, mais, que garantam os direitos socioassistenciais. Estava aqui me lembrando de um deles, é exatamente oferecer serviços de qualidade.

O primeiro ponto é que tais ações possam ser intersetoriais e que os direitos preveem que a nossa população usuária tem o direito a participação. E são muitos a elencar e estou apenas destacando alguns. Então, a primeira coisa a indagar: como avaliamos nossos serviços? Se estamos correspondendo com a garantia dos direitos e com as seguranças afiançadas por essas políticas? Acho que todos trataram isso nas Conferências.

Vamos discutir o segundo campo, que trata da necessidade de qualificarmos os serviços, da garantia de infraestrutura no cotidiano. Precisamos ter telefone, carro, internet, precisamos de condições de trabalho. Claro, o serviço é muito melhor qualificado se temos garantias de infraestrutura. Se temos pessoal qualificado e em quantidade suficiente, se os salários dos trabalhadores são adequados e suficientes, se eles são bem remunerados, se têm formação suficiente e garantida e a especialização para oferecerem estes serviços. Claro, queremos também que os serviços tenham uma estrutura de organização, que tenha uma divisão também no seu trabalho e que ele se pautem pela demanda territorial. Queremos que os serviços tenham, então, condições de infraestrutura, de pessoal e de organização, para que sejam muito bem ofertados e organizados.

Reafirmo que os serviços se qualificam pela ação profissional, algo que tem a ver diretamente com a nossa Conferência. Vamos valorizar os trabalhadores, na medida em que o seu trabalho for reconhecido, que o seu trabalho for qualificado, que a sua luta for incorporada. E, por mais burocrática que sejam as instituições que agregam os nossos serviços, quero dizer que acredito na práxis profissional, na relação teoria/prática, na capacidade que temos, enquanto profissionais, de efetivamente rompermos e superarmos as amarras burocráticas e de transformarmos os serviços em espaços importantes de diálogo, de formação e de consubstanciação de direito. Acredito muito que os profissionais - com seus trabalhos - traduzidos em atos profissionais qualificados, são capazes de dar forma e corpo aos serviços.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Precisamos mesmo, enquanto profissionais, dominar os instrumentos e a tecnologia, e saber fazer o acompanhamento sociofamiliar. Precisamos trabalhar na perspectiva da coletivização das demandas, fazendo uma leitura crítica da realidade e lidar com essa realidade de forma a construir, *'empoderar'* e transformar de forma coletivamente as demandas que se colocam para nós de forma individual, muitas vezes. Precisamos ir além daquela apresentação de demanda imediata que o cidadão nos traz. Precisamos escutar e fazer as devidas mediações entre as grandes determinações da pobreza e da vulnerabilidade, aquilo que é o direito e aquilo que a proteção social lhes garante.

Precisamos, cada dia mais, ter no âmbito dos nossos serviços uma linguagem clara, um encontro de saberes, falando da interdisciplinaridade. Não é fácil ser interdisciplinar, sem isso ser visto como um verniz. Precisamos primeiro parar de hierarquizar os saberes e construir um saber transdisciplinar, a partir daquilo que é o campo da política da assistência social. E, depois, construir intersectorialidade, a partir do campo da proteção social que se dá dentro do território com as outras políticas. Então, esse pressuposto da interdisciplinaridade é fundamental, mas precisamos ter um compromisso com isso e construir objetivos comuns. Ler a realidade e ter aspectos convergentes nos nossos conhecimentos e nos nossos compromissos para que de fato sejamos interdisciplinares no âmbito dos nossos serviços. Ainda quero dizer que está interdisciplinaridade implica sim numa disputa de poder interno no âmbito das instituições e que nós precisamos então na relação da equipe ter capacidade de construirmos uma relação democrática, solidária, participativa entre nós trabalhadores, dentro dos nossos serviços.

Quero dizer ainda, com relação a estes serviços, que o fluxo tratado na maioria das conferências é límpido, sincero, contínuo... central para que possamos ter relações de trabalho que facilitem a luta e o empreendimento da luta das nossas ações.

Ainda com relação à qualificação dos serviços, quero tratar aqui a perspectiva da rede. A Aldaíza falou e eu concordo absolutamente com todas as discussões de redes que estão postas aqui. Mas não vamos ter rede se não tivermos um espírito de agregação no âmbito dos nossos territórios, no âmbito das diferentes políticas públicas e na relação que nós temos que ter entre os serviços governamentais e os serviços não governamentais.

Eu não quero acreditar e não acredito que a complementariedade se dê apenas na falência da estrutura pública. A rede não-governamental não atende aquilo que cai dos dedos da estrutura pública.

A rede não governamental tem um papel importante em relação à complementariedade e não é, não acredito que seja, apenas quando a rede pública falha. Precisamos entender que somos uma rede que temos que construir as teias de inter-relação, que temos um sistema de referência e contra-referência, que a rede pressupõe, sim, a definição das atribuições, mas pressupõe novamente um fluxo contínuo de ações e de serviços, que efetivamente construa essa proteção. A proteção social não é uma coisa fácil de lidar, proteção integral é algo que de fato deve conjugar todas as ações de todos os serviços de todas as políticas do governo, das estruturas governamentais e da sociedade civil.

Quero acrescentar, ainda, que qualificação de serviços parte do pressuposto de que não qualificamos os serviços sem os sujeitos usuários dos serviços. Então, quero trabalhar um pouco esta perspectiva da compreensão que temos dos nossos usuários, do trabalho que fazemos em que medida satisfazemos de fato as suas necessidades. E dizer que nós precisamos oferecer o que temos de melhor em termos de profissão para as famílias, mas que temos um compromisso com a coletivização, com a ampliação.



Nós não queremos atender aquela família, nós queremos tratar aquilo que determina aquela vulnerabilidade. Nós queremos olhar para o território, precisamos fazer uma importante leitura territorial. Precisamos reconhecer as demandas específicas daquela região e construir o trabalho, a partir destas demandas, mas olhá-las para além daqueles sujeitos que vêm aos nossos serviços, construindo um caminho de enfrentamento destas demandas no âmbito da comunidade no território, sem, contudo, deixar as especificidades.

Quero dizer, também, que temos acreditado que os nossos usuários, e isso temos aprendido muito, buscam os serviços sempre com uma demanda muito material, e que às vezes é muito pequena. Quando o cidadão chega lá e pede uma cesta básica não é só isso que ele precisa e nem só isso que ele quer. Temos ouvido reiteradamente que os nossos usuários querem outra dimensão na superação de vulnerabilidade, que é social e política. Eles querem ter acesso e serem respeitados como cidadãos nos nossos serviços e nos outros serviços. A fala da Prof^a Carmelita sobre a subalternidade dos usuários, nos lembra que quando falamos em qualificar os nossos serviços queremos romper de vez com a subalternidade dos nossos usuários. Qualificar os nossos serviços é reconhecer que as lutas deles são coletivas. Me lembro da Jucimeri aqui na Mesa falando que os usuários são trabalhadores e eles têm que ser entendidos como trabalhadores, têm que ser respeitados como alguém que todos os dias luta contra a morte, que todos os dias luta por uma vida melhor. E creio que esta perspectiva, o compromisso que estabelecemos com os nossos usuários, é que qualifica também os nossos serviços. Precisamos criar espaço de diálogo, de organização. Precisamos ter organizações de usuários nos nossos serviços. Precisamos que eles se constituam como os sujeitos que vão ter assento a este conselho nacional, estaduais e municipais, com a perspectiva importante, como já têm feito, de solidificar cada vez mais a nossa política de assistência social.

Quero dizer, ainda, que não acredito que daqui para frente as nossas reflexões não devam separar temas. Penso que daqui para frente a consolidação dessa política e a qualificação dos nossos serviços passam pela nossa capacidade de buscarmos a reflexão de temas que nos congregue, que nos una, que nos integre.

É tempo de entendermos que a valorização do SUAS se faz pelo conjunto de todos os seus sujeitos, na práxis concreta e política, porque a práxis política é a práxis da práxis, é aonde vamos efetivamente construir um novo patamar. Digo isso com muita convicção. Já que estão falando no tema da próxima conferência, para mim deveríamos pensar e refletir sobre um tema que nos congregue. Não temos um SUAS? Como pensar um SUAS, e nele só a rede não governamental? Ao contrário: o SUAS somos todos nós e, portanto, precisamos de um tema que construa na perspectiva da proteção social, da seguridade social, o nosso caminho em relação a isso é um tema agregador.

Conclamo a vocês que pensem em algo que congregue e nos agregue. Quero dizer também que esse espaço de construção da política de assistência social tem uma história, e não chegamos aqui nessa nova configuração dividindo ou separando. Nós chegamos aqui construindo neste espaço aquilo que é campo da assistência social. E quero dizer que o Conselho de Assistência Social é o espaço daqueles que oferecem essa política. Portanto, quero também fazer a defesa de que as entidades socioassistenciais que congregam estes temas e de forma muito íntegra, como têm feito até agora, na perspectiva do direito, do espaço público de uma política republicana, são os sujeitos com quem temos convivido nesses tempos. Defendo que essa perspectiva se mantenha no conselho, e que não abramos espaços para que outros segmentos e outras políticas assentem este conselho.

Quero fazer aqui a importante defesa de que as entidades são muito bem vindas. Historicamente, é muito bem lembrado, esta política já foi só do campo não governamental. Ela transita muito recen-



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

temente para o campo governamental e nós não vamos prescindir da rede não governamental, não podemos. Queremos a rede não governamental como espaço importante de garantia de direitos, portanto, eu penso que o lugar de assento no Conselho de Assistência Social é para aquelas entidades que têm preponderância no campo da política de assistência social.

Com isso quero encerrar a minha fala e dizer que estamos disputando um projeto por uma sociedade melhor. Costumo dizer que na história brasileira o modelo econômico que vigorou durante muitos anos - que tomou conta do Estado brasileiro - com os projetos políticos que governaram esse Brasil, até o início dos anos 2000, não tinham o compromisso com a igualdade e com a democracia. E que nós estamos, portanto, no dia a dia das nossas instituições, disputando um projeto político pela igualdade e pela democracia, e ela tem que crescer. Quanto mais democratizarmos a política de assistência social, quanto mais democratizarmos as nossas instâncias de participação, quanto mais nesse lugar debatermos a política de assistência social, melhor vai ser a nossa sociedade e, antes, seremos mais sujeitos, porque todos seremos, juntos, sujeitos de direitos. Obrigada.

Célia Mota de Carvalho: Antes de partirmos para as perguntas eu queria fazer alguns avisos. Daniele Guedes o seu crachá foi achado, você pode vir aqui buscar com a Lili com as pessoas aqui na lateral. A delegação do Rio Grande do Norte convida os representantes dos conselhos estaduais aqui presente para uma reunião, logo após esse painel nesta plenária, com a pauta: cofinanciamento estadual. Um lembrete: as moções deverão ser apresentadas à coordenação de relatoria em formulário próprio e entregues no balcão de credenciamento até às 19 horas, de hoje, dia 09 de dezembro. Serão aceitas as moções com no mínimo 104 assinaturas, de acordo com o Regimento Interno. Essa Conferência Nacional tem o apoio do governo do Distrito Federal e o patrocínio do SESC e da Caixa Econômica Federal. Eu vou passar para o Conselheiro Renato. Nós temos aqui cerca de 30 perguntas e aí vamos fazer o ordenamento aqui.

Renato Saidel Coelho (Conselheiro Nacional): Queria fazer algumas propostas. Primeiro justificar, de antemão, que a Prof^a Aldaíza tem que sair daqui ao meio dia, pois tem voo marcado. Só que temos aqui várias perguntas. Para a fala oral, nós temos 25 a 27 crachás e cerca de dez escritas. Então eu quero fazer uma proposta para a nossa plenária: nós faríamos uma leitura em blocos de cinco perguntas escritas e depois cinco orais. Mas na hora que terminássemos a leitura das perguntas escritas, que encerrássemos as inscrições para formularem perguntas. Todos concordam com isso? Ok? Podemos conduzir dentro dessa forma? Assim que eu terminar vamos anunciar que estão encerradas as inscrições, para que a gente possa dar continuidade em tempo hábil e para que todos possamos almoçar com tranquilidade, ok?

Primeira pergunta para a Aldaíza, sobre municípios de pequeno porte 1 e 2: *“como organizar os serviços de média complexidade, quando ele ainda não tem CREAS e quando o Estado está ainda ausente da organização, da regionalização do CREAS, considerando que os municípios executam a PSC- Prestação de Serviço a Comunidade (medida socioeducativa), atendimentos de situações de violência e o PAIF?”* Essa pergunta foi feita pela Janice de Santa Catarina.

Outra pergunta para a Aldaíza: *“qual é a sua compreensão em relação às entidades que não são inscritas na assistência social, mas que inscreveram um serviço, programa e/ou projeto, em compor o conselho municipal representando a sociedade civil?”* Essa pergunta é também da Janice, de Santa Catarina.

Outra pergunta que é direcionada à mesa: *“o SUAS é deliberativo para cobrar os municípios ou Estado quando não cumprem os seus deveres com as suas populações? Ou denunciar o cidadão quando erra na sociedade ou é para ajudar esse cidadão quando está na hora difícil na sua vida?”* Essa pergunta foi feita pelo delegado Jaime Alves da tribo - se eu errar vocês vão me perdoar – Nainguague, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.



Mais uma pergunta para a mesa: *“pensando a questão da tipificação e a necessidade do reordenamento dos serviços, como fica a continuidade do serviço de convivência e fortalecimento dos vínculos para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, em Projovem adolescente no âmbito do SUAS, já que há uma discussão acerca do Mais Educação e do Projovem Adolescente?”*

“Que encaminhamentos podemos fazer à segunda conferência nacional da juventude que se inicia hoje, no sentido de garantir a continuidade de oferta desse serviço, entendendo a especificidade do programa, do Projovem Adolescente em garantir a convivência e o fortalecimento dos vínculos?” Essa é feita pelo Mailson Pereira da Bahia.

Uma última pergunta para nós fecharmos o bloco de 5 questões: *“qual o papel das entidades de assistência social para o SUAS? E qual é a responsabilidade do Estado em relação a elas?”*

Eu vou pedir para os nossos debatedores serem breves nas respostas, para darmos conta de responder todas as perguntas, e para que a professora Aldaíza possa participar o máximo possível do debate.

Aldaíza Sposati: Bom, vamos dar início aqui à discussão e das três questões que são dirigidas a mim, não à mesa. Duas delas são sobre a questão das entidades sociais e aí queria fazer uma primeira distinção: nós estamos numa mesa de serviços socioassistenciais, não estamos numa mesa discutindo quem são os provedores ou gestores.

Acho que há uma confusão em se identificar entidade, pessoa jurídica, com serviço! Nós estamos discutindo serviço. socioassistencial, não estamos discutindo direção de entidade social, nada disso. Então parece que se opõe - e aí Jane, com todo o respeito - na tua fala trazes uma questão de entidade, até no sentido de atemorizar: *‘se as entidades são 75%, se elas não fizerem, como é que o assistente social vai encaminhar no CRAS?’* Por favor, eu acho que a mesa, o ponto da discussão não é esse. Nós estamos aqui discutindo como construir direito do usuário, como disse o nosso representante da comunidade indígena. Não se trata de penalizar o cidadão, e isso que você disse é uma questão ética, então, eu fico muito preocupada, porque entendo que a política de assistência social está construindo uma unidade na compreensão dos serviços socioassistenciais.

Veja, se a Rainha Portuguesa criou as Santas Casas, não temos que arcar para sempre essa situação. Calma... ninguém aqui está falando contra a entidade social, o que nós afirmamos é a preocupação com os serviços socioassistenciais. A tipificação refere-se aos serviços, não estamos discutindo aqui como é que vamos qualificar a mantenedora. Estamos discutindo como é que vamos qualificar o serviço, essa é a nossa questão e é isso que nos une, do ponto de vista do SUAS.

As normas em São Paulo, das quais participei em 2002/03, são ainda vigentes em 2011, com reformulações. Mas estão aí o Clodoaldo e o William, que são do fórum, as normas são em cima de serviços. Discutimos em cima de serviços. Não é, veja bem, a questão que está posta - isso precisa ser dito com todas as letras. É o financiamento dos serviços que estamos discutindo, e é lógico que dos serviços existentes, àqueles que inclusive estão geridos por entidades, com certeza. Mas isso não é uma questão que ameace o caráter público do SUAS, não é essa a base.

Nós não estamos discutindo humanização, estamos discutindo direito, e direito que pode se lutar na Justiça. Não é um critério de bondade pessoal ou grupal, é direito do cidadão que estamos discutindo, nós temos que separar as coisas. Então, estamos debatendo um processo republicano e isso não significa, absolutamente, sermos contra entidade social.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Eu nunca fui contra entidade social, mas sou totalmente a favor dos direitos! Essa distinção precisa claramente ser feita. Nessa pergunta aqui não se trata de dizer que está diminuindo entidade social no conselho, não é isso. Então, vamos pôr mais usuários... o que é isso? É sociedade civil! É sociedade civil! Por quê? Tem cadeira marcada? Se nós temos que avançar, vamos chamar usuários, todos temos concordância disso. Depois, é o seguinte, se na verdade há um pleito de que *'uma organização não é de assistência social e tem um serviço, vamos fazer diferente, a representação no conselho é por serviço'*. Legal! Então, se tem quem é representantes de serviço de proteção básica, quem é de proteção especial, de média complexidade e de alta... é isso? Desta forma, se vamos referenciar o conselho a serviços, vamos referenciar tudo....quem é representante de usuário de serviço de proteção básica? Quem é representante de usuário de serviço de média complexidade e de alta complexidade? Vamos referenciar serviço, se isso nos dá unidade, vamos referenciar, agora, nós estamos falando de sociedade civil, estou me fazendo entender?

Fico muito preocupada, a Maria Luíza já disse isso. Temos, portanto, que quebrar a relação de ameaça, isso tem que ser superado, pois estamos construindo uma política pública. E qual o significado de pública? Significa unidade de sociedade e Estado. Ninguém está contra aqui, mas existe uma grande questão: é que cada um, cada CRAS, cada serviço 'faz o que bem entende'. Isto está sendo mudado, as regras têm que ser gerais do ponto de vista do direito.

Quanto à pergunta: *"qual o papel da entidade social para o SUAS, a responsabilidade do Estado com elas?"* Não é com a entidade, por favor, a responsabilidade do Estado é com o serviço socioassistencial, é essa a questão. O que é conveniado é o serviço, há um equívoco quando colocamos num sistema de atenção a pessoa jurídica antes do processo, o que está em questão é na verdade o serviço socioassistencial. Temos que corrigir isso.

Jane Clemente (Representante do Fórum Nacional de Assistência Social): Professora, eu vou só fazer um aparte, já que a minha fala foi citada. Eu gostaria muito de esclarecer que não existe, em nenhum momento, uma atemorização. Ninguém está passando medo em ninguém, até porque as instituições que estão lá na ponta - porque a minha base é lá na ponta, dentro dos municípios - convive, de uma forma harmônica, junto com os CRAS e CREAS, até porque lá elas sabem os gargalos que têm.

Eu não vejo como as instituições da sociedade civil podem ameaçar, mas nós nos sentimos ameaçados. Vou falar que é um sentimento que temos, até porque queremos muito estar no processo, sem sermos em nenhum momento excluídas. Até porque estamos aí, independente de quem criou a primeira Casa. Não é isso...é porque queremos muito hoje o SUAS, ele está sendo consolidado, foi sancionado. Não podemos nem trocar figurinhas, porque as figurinhas são todas repetidas não é?

Estamos aqui desde o começo e não queremos, em nenhum momento, sermos expulsas desse processo. Então estou falando: não existe ameaça da sociedade civil e não queremos também pensar em ameaça governamental. Queremos reiterar a fala da Maria Luíza, que nós e o SUAS somos um só, tanto a rede governamental como a rede não governamental. Nós somos SUAS e queremos estar juntos em todos os momentos, não queremos nunca eliminar a primazia do governo e não queremos também deixar de fazer parte do processo. Acho que, de repente na minha fala, não me expressei bem, mas nós realmente estamos aí para o que der e vier junto, governo e sociedade civil. Estamos juntos, com certeza.

Aldaíza Sposati: A réplica supõe tréplica. É o seguinte, acho ótimo a revisão, dizer que não há ameaça, ótimo, ótimo. Gostaria de lembrar que, desde o início, quem sempre esteve no processo foram as enti-



dades. A história do CNAS é uma história das entidades sociais e de ausência do Estado, não é uma história de ausência de entidade, por favor. Portanto, o que nós estamos dizendo, e esta é a questão, é que o SUAS é um processo unitário. Tem que acabar com essa ameaça: *'Se vocês não admitem a entidade, para onde vocês vão encaminhar?'* Pelo amor de Deus! Isso é conversa de antanho, a deixamos para 'o frei com as freiras'. Quer dizer, é outro patamar que temos que construir, e isso, Jane, estou de acordo. Ninguém está ameaçando ninguém, nós estamos construindo junto, para isso precisa 'tirar o paletó' e na verdade seguir em frente. Obrigada.

Jane Clemente (Representante do Fórum Nacional de Assistência Social): Feita a tréplica, quero então reiterar e dizer o seguinte: lá na ponta estamos todos nós, a rede governamental e a rede não governamental, porque, se não, vamos fazer uma cisão entre os que pensam e os que executam, entre os que normatizam e os que obedecem. Acho que não é isso, todos construímos, até porque muitas, todas as normatizações passam pelo Conselho Nacional, que tem representação da sociedade civil, assim, como todos, nós prestamos serviços.

Mas eu queria só retomar as duas perguntas que foram feitas para a mesa. Uma delas diz respeito *ao direito dos usuários como cidadão, e o descompromisso dos governos*. Penso que nós temos caminhado muito em relação a isso quando inclusive temos leis que garantem esse direito, como a lei do SUAS. As leis que estão dizendo quais são as nossas atribuições garantem inclusive que esses direitos sejam reclamáveis judicialmente. Mas não é isso só que queremos, pois ainda temos sim governos descompromissados. Ontem discutimos na oficina a importância das esferas estaduais comparecerem muito mais, do ponto de vista do orçamento, do financiamento, do acompanhamento, do apoio e da planificação conjunta com as esferas municipais.

Ainda temos governantes que desconhecem o SUAS, mas, se nós nos lembrarmos bem, a história do SUAS não começou pelos governantes, a história do SUAS começou por nós. A proposta do Sistema Único de Assistência Social começou numa conferência como essa, trazida inclusive pelo conjunto da sociedade civil. Portanto, penso que vai ser assim, onde ainda acontecer neste Brasil um descumprimento deste direito, vamos para lá para lutar da melhor forma possível.

A segunda questão é com relação ao PROJOVEM. Acredito que as políticas sociais têm muita convergência em relação ao caminho da garantia de direito da juventude e de outros segmentos. Neste caso é claro que o MAIS EDUCAÇÃO é um programa importante, que acolhe estes jovens, que trabalha nessa perspectiva da educação e creio que na medida em que as políticas públicas avancem naqueles que são os seus direitos, como educação integral, saúde para todos, e etc., nós da assistência social vamos avançando naquele que é o nosso campo. Mesmo que todos os jovens deste Brasil tenham a educação, a educação integral ou educação profissionalizante, ainda haverá um campo de atenção, de discussão do direito, de integração comunitária, da relação familiar que ainda vamos discutir e construir com estes jovens. Ainda temos muito que debater com jovens na perspectiva da sua cidadania, portanto, não entendo que um programa substitua o outro, mas sim que um programa complementa o outro, e vamos construindo as transformações dos nossos programas, na medida em que todas as políticas avancem na garantia do direito integral.

Célia Mota de Carvalho: Conforme acordado anteriormente, agora são cinco perguntas orais, eu vou chamar as cinco pessoas para já se posicionarem, Simone Aparecida Albuquerque, tem um crachá de convidado que não tem nome, Beto, Márcia, Geraldo e Edilar Cruz.

Renato Saidel: Só estamos pedindo para que vocês, que foram chamados já se posicionem ao microfone, para que possamos ser mais rápido possível. Acho que o microfone já está ali na frente e vou passar a palavra para a Simone.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Simone Albuquerque: Bom dia a todos. Quero cumprimentar mesa, cumprimentar a Jane, a Maria Luíza, o Renato, a Célia e a minha mestra Aldaíza Sposati. Quero primeiro contar uma novidade, que acho que todo mundo vai gostar, sobre o Censo SUAS. Ele entrou nos dez projetos premiados pela Escola de Administração Pública, a ENAP, como inovação na gestão pública. Eu agradeço pelas palmas, mas o censo é construído pelo governo federal, estados e municípios, então devolvo as palmas e agradeço muito a todos os conselhos, entidades, gestores, que têm nos ajudado a trazer dados para essa área tão carente de informação. Aliás, por favor, quem não preencheu o Censo SUAS por causa de senha, vá lá no nosso stand do Ministério, que estamos orientando.

Só quero esclarecer algumas coisas. Acho que a conferência é uma grande oportunidade, também, para fazermos esclarecimentos, principalmente porque vamos fazer deliberações nos grupos hoje à tarde. Fizemos o Censo (ele é desde 2007) e, nesse período, foram realizadas duas pesquisas municipais e agora estamos fazendo com os governos dos estados, chamada ESTADIC. Fizemos uma das entidades também.

A pesquisa das entidades demonstra que existem na rede no Brasil 16 mil entidades. Nestas existem 241 mil trabalhadores e 271 mil voluntários. Então nós temos no SUAS, segundo a PEAS e o Censo, 241 mil trabalhadores da rede privada e 221 mil da rede pública estatal. Quanto à distribuição das entidades, segundo o Censo de 2010, temos 9 mil e 300 entidades em 1.439 municípios brasileiros. Outra informação, que acho muito importante para subsidiar a nossa discussão, é as entidades segundo as regiões do Brasil: 52% das entidades estão na região sudeste; 22% na região sul; 15% na nordeste; 7,5% no centro-oeste; e 3,5% na região norte do Brasil.

Acho que esses dados nos apontam que de fato precisamos pensar no SUAS que fortaleça o poder local, que reflita na sua gestão o controle social e também as realidades desse país. Parece às vezes que os debates ficam muito tensionados em cima de uma realidade muito colocada não só pela nossa história construída, herdada, mas também muito por falta de informação. Espero sinceramente que com os dados Censo SUAS de 2010, que vamos distribuir hoje a tarde, que são informações importantíssimas, possamos tomar as decisões num rumo que construa o SUAS mais democrático e mais perto dos seus territórios. Obrigada.

Márcia Biondi: Tentando ser breve, queria muito falar nesse momento. Cumprimento a mesa, o público, principalmente porque, vocês sabem como eu sei, que o SUAS só existe porque nós existimos. Existe porque se tem vanguarda tem retaguarda, tem gente construindo nos municípios, tem gente debatendo. O SUAS que a gente vê hoje é o que criamos. As ponderações da mesa são muito importantes, mas eu quero fazer uma reflexão sobre as propostas, inclusive rapidamente, porque ontem já andaram circulando aqui por esse pleno. Na verdade, é importante retomarmos, ainda que seja muito brevemente, a história dos nossos conselhos no Brasil.

Os conselhos foram instituídos na Constituição Federal para representar a participação popular. Os CNAS nasceu em 1994, representando a participação popular, ao lado de termos junto conosco a herança cartorial, dos interesses privados, a herança do CNSS, que em muito prejudicou a construção dos nossos espaços como público, como defesa de política pública. Passamos depois por um período onde a responsabilidade do Estado foi delegada, da forma que todos conhecemos à sociedade civil. Hoje a sociedade brasileira, o povo brasileiro, retoma os princípios constitucionais através da Lei 12.101, que separa as áreas, mas não separa a luta que é única. Então, quero dizer que temos conselhos de assistência social que reconhecem na ponta - a famosa ponta - quem são as entidades que de fato prestam serviços de assistência social. Esses conselhos municipais têm o dever de reconhecer e dizer para o Brasil, para os usuários, para o povo brasileiro, quem são as entidades que realmente prestam serviços. Diante disso, eu quero levantar para vocês algumas reflexões. Quem na verdade compõem os



conselhos? Vai depender muito da nossa história, se hoje nós podemos contar com mais mobilização, mais organização. Os pequenos e os médios municípios também têm forças. As forças existem, cabe mobilizarmos essas forças para que esse espaço do conselho seja público, para que a cidade tome conta do seu conselho. Os conselhos de assistência social vão ter a cara que nós temos. Muito obrigada.

Participante não identificado: Bom dia a todos e a todas, sejam bem vindos. Parabéns por estarmos presente neste evento até então. Quero cumprimentar a mesa e dizer que estou aqui fazendo a fala em nome do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social-FONACEAS. Gostaria antes de fazer algumas colocações, para que exista uma compreensão por completo de qual é o papel desse fórum, como ele se articula e como é composto.

O Fórum reúne os conselhos estaduais deste país. É com muita propriedade que ele traz a todos os presentes alguns levantamentos. A composição dele se dá na mesa diretora, representada por todas as regiões do país, sul, norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e existe alternância de poder, a cada momento com uma região. Sendo assim, cabem aos conselhos estaduais pensar, trabalhar na articulação, no apoio, na aplicabilidade e na operacionalização das normativas da política social de assistência social, que avança a cada momento e numa velocidade muito grande. Portanto, este fórum traz a todos os senhores e senhoras a experiência na aplicabilidade, a experiência da prática, vive os problemas quando da implementação e traz esses problemas através das delegações para se manifestarem nesse espaço.

Esse fórum prima pela democracia participativa, e no avanço dessa democracia. Assim sendo, pensamos que esse é o momento de manifestarmos as nossas contraposições, de trazermos para somar, para articular, para interagir as nossas colocações, e aqui, graças a Deus, penso que não existe hegemonia de pensamento único. Precisamos fazer as colocações, ainda que totalmente divergentes, mas essas divergências serem tratadas de forma construtiva, com respeito, inclusive nas respostas que se dão aos questionamentos que são feitos.

Dentro da fala da professora Aldaíza Sposati, quando se refere ao fortalecimento do usuário, o fórum também pensou nisso, e pensou na capacitação dos movimentos sociais, das lideranças, no sentido de fazer com que os usuários beneficiários possam se articular, possam ter não só representação, mas principalmente representatividade. Quando ouvimos a fala professora Aldaíza, em seguida com a professora Maria Luíza, no que diz respeito aos recursos humanos, o fórum tirou o encaminhamento de fortalecer, de fazer com que se cumpra a NOB/RH. Precisamos sim trazer o concurso público prioritariamente, mas também fazer com que exista capacitação, com que exista qualificação, plano de cargos e salários extensivo aos serviços socioassistenciais. Muitos deles são executados por meio da rede socioassistencial, portanto, das entidades conveniadas com o poder público nas três esferas de governo.

O fórum tirou também um encaminhamento que diz respeito à sua importância na articulação, no apoio, nas discussões em todos os estados, e no nosso estado, Minas Gerais. São 853 municípios, e essa experiência prática, além da experiência que acumulamos dentro do fórum nacional, é de fundamental importância, no sentido de se somar ao conselho nacional, trazer essa interlocução mais próxima com o conselho nacional, quicá um assento no conselho nacional, no mesmo modelo que se pensa hoje na contribuição do FONSEAS e CONGEMAS. Esse modelo nós temos em Minas com os municípios sendo representados no conselho estadual, dois governamentais e dois não governamentais. A propriedade e a legitimidade desse fórum estar nesse espaço decorrem exatamente porque nele existe uma formação que não diz respeito à presidência de sociedade civil ou de governo, a alternância mostra que a cada momento existe uma representação, assim sendo o fórum também encaminhou a importância de se ter um tempo para discutir a nova composição.



Célia Mota (Coordenadora da Mesa): Tempo esgotado.

Participante não identificado: Conforme está previsto no próprio regulamento de que havia uma contribuição de 25% de cada participação entre o usuário, trabalhador, entidade e governo, mas também precisamos ter um tempo para pensar qual é o papel das entidades nesse contexto, se pode se inscrever programa, projeto ou serviço? Qual é o estudo, qual é a análise que faremos para que exista também a importância da participação das entidades na composição da sociedade civil, ainda que não da assistência? Pensando na contribuição que elas trazem para a intersetorialidade e essa visão tal qual é formado na composição do governo. Muito obrigado.

Edilar: Bom dia a todos e todas, eu me chamo Edilar, estou na presidência do conselho estadual do Rio Grande do Sul, quero cumprimentar a mesa, a Aldaíza, a Maria Luíza, a Jane, todas com falas riquíssimas e altamente enriquecedoras para a nossa política. Mas eu gostaria de trazer uma reflexão, até porque como Márcia Biondi citou aqui, algumas questões já circularam ontem. O nosso próprio FONACEAS também compoñho esse Fórum. Estamos distribuindo algumas questões, algumas reflexões e talvez emper-tiguem a muitos e muitas, mas é necessário tomar um posicionamento, talvez não nesse momento, mas a conferência pode oportunizar isso, especialmente nos trabalhos de grupo, sobre a composição dos conselhos. Entendo que este painel é para tratar da qualificação dos serviços, mas também está no seu temário o controle social e falando em controle social, temos que contemplar os conselhos, por isso nós viemos do Rio Grande do Sul, e aqui estou representando uma delegação de quase 90 pessoas. Estamos fazendo a discussão, já e essa questão eu reporto ao próprio CNAS, tanto à mesa, já de imediato. Vamos ter eleições nos conselhos municipais de assistência social, e como nós vamos orientar? Porque isso é um questionamento trazido ao conselho estadual: como nós vamos orientar os municípios sobre essa composição paritária entre sociedade civil e governo, considerando que há, mas não de forma legitimada ainda, um indicativo de que compoñha apenas as entidades preponderantes na área da assistência social? Mas a questão que gostaria de trazer para que todos os conferencistas e também para que o conselho nacional possa refletir é, se só as preponderantes poderão compor? Temos cinco mil e tantos municípios e desses a maioria de pequeno porte. E quem não tem lá no seu município uma entidade que é preponderante, mas poderá ter uma que está inscrita por programa, por projeto ou serviço, qual indicativo para que esta entidade venha ou não a compor um conselho? Nós concordamos que há a necessidade de mobilização, de trazer cada vez mais o usuário para dentro do controle social, mas a questão é: nós vamos trazer o usuário sob que condições?

Célia Mota (Coordenadora da Mesa): 1 minuto.

Edilar: E qual a orientação que esse usuário tem para a participação no controle social? Vemos ainda muitos usuários que não se sentem *'empoderados'* para fazer isso; mais do que isso, trazer o usuário que está lá usando do serviço desta entidade, seja ela preponderante ou não? E se a entidade está prestando um serviço, atendendo o usuário, compoñdo a rede socioassistencial, valorizando os trabalhadores, ela também deve ter garantido o seu assento enquanto entidade para poder deliberar sobre a política pública? A questão é essa para colocar como reflexão e que se fale sobre isso nos grupos hoje à tarde. Muito obrigada.

Tânia: Eu não vou dizer bom dia, eu vou dizer um bom sol a todos, meu nome é Tânia, eu sou terapeuta do Paraná, estou aqui representando todas as crianças do Paraná e todas aquelas pessoas drogadas do Paraná, todas as pessoas deficientes do Paraná, principalmente as autoridades do Paraná, que estão numa deficiência muito grande, desculpe Paraná. E eu gostaria de chamar-lhes de amigos e de companheiros ou gostaria de falar na linguagem do coração e a linguagem do coração não se escreve, se vivencia. Gostaria de agradecer a mesa e perguntar: aonde está o nosso coração? Está na Constituição brasileira, que não está sendo honrada pelas autoridades nas quais todos nós votamos, colocamos no Senado, no Congresso Nacional, nos nossos municípios, os nossos deputados federais, os nossos



deputados estaduais, que estão brincando de fazer política, enquanto milhões e milhões de crianças estão morrendo, milhões e milhões de jovens estão morrendo, então chega de balela, chega de reunião, vamos para a ação, vamos respeitar a Constituição brasileira, porque aqui que estão nossos direitos. Então, com muito amor e carinho, eu gostaria de pedir ao diretor dessa mesa, Renato, que fizesse realmente um ato.

Célia Mota(Coordenadora da Mesa): Um minuto.

Tânia: Nesse momento, pedisse ao Senado brasileiro que encaminhasse para vocês que são guerreiros, que dão as suas vidas e não são entendidos, que andam assim como eu e que não tem representação, porque sempre alguém está ali puxando o tapete, até porque vocês fazem muito mais do que os representantes que estão no poder do governo. Vocês tem a sabedoria, vocês tem inteligência, vocês tem uma maior poder intelectual, então eu gostaria de nesse momento pedir à mesa e aos nossos professores e diretores que o ano que vem se fizesse uma conferência com os terapeutas do amor do Brasil real, que são todos vocês e que nos irmanássemos entre terapeutas e assistentes sociais e mostrasse para os nossos governantes o que é fazer saúde de qualidade.

Participante não identificada: Tempo esgotado.

Tânia: Que o Renato Seidel, presidente da mesa, pedisse ao Senado Federal que mandasse a Constituição Brasileira para que cada assistente social e cada um dos membros que está aqui levasse para a cabeceira da sua cama e lesse todos os dias um artigo. Aqui está o nosso verdadeiro valor.

Aldaíza Sposati: Bem, entendo que o conjunto das falas foram mais depoimentos ou proposições, não cabendo propriamente uma resposta. A Simone diz claramente que os dados do Censo SUAS nos mostram a heterogeneidade e que não dá para nós, de uma região, impormos à outra uma realidade de outra região. Acho que essa é a grande questão que ela nos traz, além de retificar os números de trabalhadores, etc. A Márcia retoma a discussão dos conselhos, inclusive reafirmando a necessidade dos conselhos de assistência social poderem discutir de fato a política de assistência social. Só quero sublinhar que a Lei 12.101 corrigiu essa questão, principalmente diante do CNAS. Ainda do ponto de vista da inscrição nos conselhos municipais há questões decorrentes da histórica contaminação do legado cartorial. Então, existem pressões em relação aos conselhos municipais que precisaríamos estar mais atentos.

Quando a Edilar nos põe essa questão de composição de conselho, sou tentada aqui primeiro a discordar. Há uma fala histórica do Pelé que *'brasileiro não sabia votar porque nem sabia escovar o dente'*, e parece que dá para reproduzir quando ouvimos que talvez o usuário esteja despreparado. Talvez nós estejamos despreparados para entender o que usuário nos diz, sabe? Também estamos despreparados para perceber o patamar em que ele nos diz: *"eu não estou fazendo jogo aqui!"* Volto agora a dizer: é preciso a democratização da gestão dos serviços, como processo de organização dos usuários para a representação nos conselhos. Quero muito frisar isto, já que esta é uma mesa de serviços e nisso concordo com a Edilar, pois há uma relação com o controle social, já que democratizar a gestão significa favorecer a organização dos usuários para serem representantes do conjunto. É isso. Muito obrigada.

Renato Saidel: Gente, houve um erro. Eu quero passar para as respostas, porém antes de falarmos, o Beto acabou não fazendo a pergunta dele, então nós vamos passar ao Beto para que faça a pergunta oral e faremos mais cinco perguntas escritas. Ele estava no bloco anterior, já estava inscrito, então, tem o direito e vamos manter o direito dele. Vamos fazer mais cinco escritas para mais uma rodada de resposta.

Beto: Bom dia a todos, bom dia à mesa, bom dia colegas. Na verdade não quero fazer uma pergunta, gostaria de fazer aqui um desabafo. Sou de Maracaju, Mato Grosso do Sul, e sei que muitas pessoas



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

gostariam de estar aqui para falar o que vou dizer nesse momento. Muitos de vocês já ouviram algumas pessoas nos seus municípios falando o que eu vou refletir hoje. Vocês andaram aí pelos stands, viram que coisa maravilhosa que é esse nosso Brasil, tantos stands de todos os estados aí com aquelas riquezas demais da conta que possuem. O nosso Mato Grosso do Sul também é muito rico, você viu hoje aqui o estado do Amazonas fazendo aquela apresentação, que coisa linda, o nosso Brasil é lindo, é maravilhoso. O que precisa acabar é com essa corrupção. O dia que acabar essa corrupção, teremos um Brasil muito melhor. Muitas pessoas estão em casa e gostariam de estar aqui neste momento, a gente ouve eles comentarem sobre essas questões. Então esse era o meu desabafo, o Brasil é muito rico, não precisamos ficar pegando dinheiro do estrangeiro para poder aumentar a nossa dívida. Temos muitas riquezas aqui, é só a gente trabalhar, colocarmos pessoas honestas, competentes lá, que as coisas realmente vão acontecer, beleza pessoal? Então pensem nisso aí, nas próximas eleições vamos escolher pessoas honestas, que realmente vocês acham que devam estar lá nos representando.

Renato Saidel (Coordenador da Mesa): 1 minuto.

Beto: Porque depois não adianta chorar o leite derramado. Beleza? Um abraço a todos, fiquem com Deus e até mais.

Renato Saidel (Coordenador da Mesa): Obrigado Beto. Gente, eu precisava de um minuto da atenção de todo mundo para dar um aviso que é importante. Por favor, eu queria que a plenária fizesse um minuto só de silêncio para podermos dar esse aviso para não ter confusão depois. Hoje nós temos um ato político que está previsto para acontecer às 19h30m. Só que, em função da logística da conferência, vamos precisar do apoio de vocês. Estamos alterando o horário de jantar das 17h30m até às 19h, impreterivelmente. Então, se você for jantar e chegar às 19 horas e 01 minuto não vai ter jantar. Então, estamos avisando, pedindo a atenção de todo mundo, para facilitar a estrutura e garantir que o maior número de pessoas possa participar desse ato político. Está bom? E depois há um coquetel, a programação é mantida. Estamos acertando apenas o horário do jantar.

Bom, vamos às perguntas escritas. Professora Aldaíza, *“o que significa ter a rede socioassistencial referenciada ao CRAS, como porta de entrada do sistema SUAS”?*

Para a professora Aldaíza também: *“Na concepção de rede socioassistencial, como entender a autonomia dos serviços governamentais e não governamentais e a possível/impossível relação de dependência? Qual seria a baliza para a consolidação da rede”?*

Aldaíza: *“tem um lobo devorador de intenções - os prefeitos, alguns secretários e governadores, chegam com suas ideias e principalmente com o PAIF, eu entendo que é a política de assistência social, margeiam e ignoram, o que fazer? Fortalecer o povo, o sujeito central do sistema? Maria Emília, de Blumenau.*

Joana, de Sobral: “Professora Aldaíza, na sua fala a senhora traz a qualificação dos serviços socioassistenciais atrelada à valorização dos trabalhadores, portanto, gostaria da sua reflexão sobre o processo dessa valorização numa sociedade que costura consensos entre trabalhadores e gestores, e como se dá a luta de classes entre essas categorias antagônicas, haja vista que estamos discutindo a precariedade das condições e dos vínculos de trabalho, da ausência de concursos públicos, de PCCS, de educação permanente e ainda a necessidade de secretarias estaduais e municipais com identidade própria de assistência social?”

E a última pergunta, eu acho que é mais uma manifestação do que uma pergunta: *“Que seja dito à plenária para propor nos grupos de trabalho uma proposta quanto a ser estabelecido um piso nacional para atendimento de serviços da proteção social especial de alta complexidade, ação continuada,*



para que acabem com as disparidades regionais, levantando os custos de cada atendimento, exemplo, recém-nascidos, crianças, adolescentes e idosos”. Mônica Roberta, de Mato Grosso do Sul.
São essas as questões escritas. Professora.

Aldaíza Sposati: Em relação a esta última pergunta sobre a questão de piso; acho que há uma discussão, não realizada ainda, sobre custos dos serviços e cofinanciamento dos serviços. Acho que, por vezes, estamos nos referindo a piso somente a uma construção nacional que foi o processo de transição de financiamento do antigo SAC-PAC para um novo momento de instalação do SUAS. Acho que no momento em que temos a tipologia do serviços, devemos caminhar no sentido da qualificação para apuração do custo na atenção desses serviços, o que vai nos dar um padrão de recursos humanos, de recursos materiais, com um padrão da metodologia de trabalho, para, a partir daí, discutirmos cofinanciamento, que poderá ser apontado na formatação de um piso geral ou por meio da composição de pisos entre os entes federativos. Então, tem uma cadeia nesta construção.

Em relação à última pergunta relativa à valorização do trabalhador, a própria questão diz o seguinte: é extremamente importante a valorização! Mas isto é um processo de luta, de interesses em disputa, que nem sempre são convergentes ou melhor, muitas vezes há confrontos. Creio que aqui a resposta já está posta na própria pergunta, ou seja, ela aponta inclusive em termos de uma luta de classes. Já que é difícil situarmos a distância entre o trabalhador da assistência social e o usuário, não sei se efetivamente podemos dizer que exista aí uma diversidade do ponto de vista da condição de trabalhador.

E também entendo que há outra dificuldade em pensarmos a questão da gestão do Estado ou da gestão de uma entidade social do ponto de vista de classe social. Há aqui uma discussão, já abordada na mesa de ontem, em que a direção é a valorização do trabalho e do trabalhador, e que isto é imprudente de um processo maior, então a própria pergunta da Joana, cearense, já dá indicações aqui do tratamento na resposta, que não é propriamente uma resposta, mas é um convite à luta, o que eu concordo.

As outras três outras questões dizem respeito ao processo de gestão e também à relação entre entidade e governo. Com relação ao “lobo devorador das intenções”, onde aparecem os prefeitos, os secretários e os governadores, posso dizer que a proposta da Maria Emília, de Blumenau, fez lembrar as propostas que emergem dos estados e municípios, dizendo que, primeiro, prefeitos e secretários têm que frequentar capacitação. Não é porque eles são prefeito ou secretário que entendem da política, essa é uma sugestão apresentada. Segundo, que os gestores da assistência social têm que ser, de fato, preparados no campo da assistência social. Há quase uma aspiração de ‘um basta’ de gestores que não são do campo ou que, por arranjo político, são colocados como gestor da assistência social. Em termos de acerto político ou arranjo, penso que o nosso confronto com a questão do primeiro-damismo fica cada vez mais claro. Estamos realmente demarcando diferenças do que é uma gestão efetivamente pública, republicana comprometida com os direitos. Portanto, a sugestão de Blumenau associa a esta que afirma que é preciso capacitar também gestores e prefeitos e, por que não, governadores na política de assistência social.

Bom, a outra questão quanto ao que significa a rede socioassistencial, referenciada ao CRAS, como porta de entrada, está escrito nos documentos, mas vamos só lembrar. Significa, que o CRAS tem que ter uma territorialização de abrangência. Não é só dizer “cinco mil famílias referenciadas”, isso tem que ter uma definição de abrangência territorial, é preciso saber qual é a territorialização dos serviços e da sua abrangência, e é preciso que estes serviços, que são geridos na mesma cidade, tenham uma correlação com os CRAS, do ponto de vista da proteção social básica e com os CREAS, do ponto de vista da proteção social especial. É preciso ordenamento entre estas relações.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este é o sentido; o que não se trata de considerar que um serviço atende a cidade toda. Mas tem mais, para o CRAS ser porta de entrada significa que o CRAS tem um papel de ocupação das vagas dos serviços, certo?

Essa noção de ocupação espontânea de vagas, ela tem que ser superada do ponto de vista do planejamento da cobertura, esse é um próximo capítulo muito difícil, porque há quem defenda que a ocupação da vaga de serviço deve ser toda espontânea. Daí vem aquele rolo do “quem indica” para ser atendido. Aí vem “o rolo” do paternalismo político ou do paternalismo institucional. Fazer esse trânsito do CRAS como porta de entrada significa planejamento da cobertura, conhecimento do banco de usuário, territorialidade na atuação, acompanhamento de famílias, tudo isso é um capítulo que tem que ser inaugurado.

Em relação à questão da concepção da rede socioassistencial e da autonomia dos serviços governamentais e não governamentais, entendo que é preciso confrontar uma noção de isolamento de cada serviço. Dizia na outra resposta, é preciso construir, na noção coletiva de rede, a mútua dependência ou a completude em rede. Autonomia no sentido de isolamento é incompatível com a noção de rede. Rede supõe uma objetivação o “nós” em relação. Quem diz “eu sou autônomo”, “eu faço o que eu bem entendo”, “eu ponho no serviço quem bem entendo”, está dizendo: “eu não sou parte de rede socioassistencial”. Rede socioassistencial supõe completude, *enganchamento*, certo? Supõe articulação, ser parte de, portanto, é uma autonomia relativa a uma participação, a um coletivo. O balizamento é a cobertura de necessidades da demanda dos usuários dentro da ordenação dos serviços. É uma construção coletiva, não é individual ou isolada, por isso, temos que transitar de toda essa discussão de entidade social para rede socioassistencial. As relações e as articulações unitárias que nós mantemos por proteção social, por segurança social, por territórios, têm que ganhar qualidade na construção de rede. Rede não é um rol de individualidades, é balizamento coletivo para atingir complementarmente a segurança social, o direito socioassistencial. Fico por aqui. Obrigada.

Célia Mota (Coordenadora da Mesa): Uma rodada de perguntas orais, Rosângela Dias, Joana Rita, Maria Ercília, Francisco Mourão e Elisângela Correia.

Rosângela Paes: Bom dia a todos, eu sou Rosângela Paes, professora da PUC de São Paulo, ex-conselheira do CNAS. Queria trazer duas reflexões, uma primeira, em relação a algo muito importante, que é resgatar a nossa memória sobre a história de luta da assistência social e da constituição do Fórum Nacional de Assistência Social. Ontem o Clodoaldo e hoje a Leila já trouxeram a importância dos princípios, das diretrizes, das nossas bandeiras de luta desse fórum, mas eu estava aqui me lembrando - porque essa história é muito recente, mas ao mesmo tempo ela mudou bastante - lá em 1998 teve uma reunião ampliada do CNAS, em Belém do Pará.

Na verdade, temos uma luta muito antes da LOAS e durante o período de 1994 acompanhando as conferências. Nós já vínhamos discutindo a importância de organização de um campo de luta, de defesa da política pública da assistência social, quando nós chegamos em 1998, naquela reunião ampliada em Belém, fizemos uma reunião com quem estava ali - militantes da área, representantes de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, representantes de trabalhadores - e tiramos uma comissão pro-fórum, naquele momento integrada pela ABONG, pelo CFESS, pela Federação Nacional de Psicólogos. Essa comissão pro-fórum trabalhou nessa carta do fórum nacional e fomos, então, como a Leila lembrou, para a reunião ampliada de Salvador. Lá em Salvador nós fizemos, durante a reunião ampliada num final de dia, uma plenária do fórum ...



Célia Mota (Coordenadora da Mesa): 1 minuto.

Rosângela Paes:com 130 participantes e lá então criamos oficialmente o Fórum Nacional, no sentido de defesa da política pública da assistência social. Ele não é um fórum das entidades de assistência social, mas um fórum dos militantes, das pessoas, dos trabalhadores, dos usuários, dos movimentos de assistência social. Então, me parece que é fundamental resgatarmos esse sentido do fórum nacional.

A segunda questão, rapidamente, é com relação à composição dos conselhos. Essa discussão das entidades de assistência social no conselho me parece que é uma questão vencida. Hoje nós temos a Lei do SUAS, que estabelece claramente essa composição, e temos que tomar um cuidado muito grande, o plenário, os grupos de trabalho com esse debate. Já vivemos situações no CNAS onde das três vagas de organizações prestadoras de serviço nenhuma era de assistência social, eram entidades de educação e de saúde.

Célia Mota (Coordenadora da Mesa): Tempo esgotado.

Rosângela Paes: E nós corremos o risco de aprovar aqui nesse plenário, o retorno a esta composição que não é da assistência social. Temos que afirmar a política de assistência social e a composição da assistência social.

Francisco das Chagas Mourão Silva: Bom dia, queridos amigos, companheiros lá da mesa. Quero saudar a mesa pelo nosso companheiro que está na presidência, sim...excelentíssimo senhor Renato. Quero apresentar à plateia pelo meu companheiro portador de deficiência, o senhor Paulo de Porto. Eu amo trabalhar com a assistência social, mas eu vou abrir uma denúncia. Não sei nos outros estados, mas o meu querido Maranhão, terra boa, terra de peixe e terra da açaí, tem muitas cidades pequenas, que a assistência social trabalha só dentro de gabinete, por quê? Eu não sei se a assistência social não tem verbas para mandar a essas cidades pequenas, porque como é que uma cidade pequena vai trabalhar com portador de necessidade especial, com idoso e com criança? Eu acho, eu quero pedir ajuda a essa cidade porque eu sou Francisco das Chagas Mourão Silva, eu ataco muito a assistência social.

Célia Mota (Coordenadora da Mesa): 1 minuto.

Francisco das Chagas Mourão Silva: Viche, o que é isso? As três cidades que eu já morei, Pedreiras, Zé Doca e hoje eu estou no Vitorino Freire, quando chego à cidade vou procurar logo a assistência social, para quê? Para eu ver meus direitos e dentro desses municípios têm muito portador de deficiência. Não eles deficiente, mas deficiente a família deles, então se a deficiência não vai atrás dos CRAS e dos CREAS pode vir uma ajuda do nosso Brasil e da nossa querida capital chamada São Luís para ter mais esportes, para ir na casa desse portador de necessidade especial porque...

Célia Mota (Coordenadora da Mesa): Tempo esgotado.

Francisco das Chagas Mourão Silva: ...o deficiente trabalha e tem coragem. Muito obrigado.

Rita Abreu: Bom dia a todos e a todas, eu sou Rita Abreu, de Abaetetuba do Pará, região norte. Sou assistente social e estou gestora da política no meu município. Queria dizer, professora Aldaíza, que eu me senti muito contemplada na sua fala, porque lá no norte vimos discutindo que vivemos num país cheio de diversidade e temos uma política pensada para uma realidade que é uniforme, Lá no meu município temos oito CRAS, quatro deles são rurais, três na região das ilhas, e nós temos 72 ilhas. Hoje trabalhamos os CRAS rurais de forma itinerante, porque conseguimos chegar mais próximo do



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

usuário, cada território geralmente congrega um conjunto de ilhas, porque as famílias vivem distantes e através do trabalho itinerante temos conseguido chegar aos nossos usuários.

Mas percebemos que no momento de falar dessa ação e de descrever essa ação saímos prejudicados, porque não conseguimos dizer isso no Censo, porque a nossa dinâmica é diferente do que é cobrado no processo de monitoramento e hoje estamos com problema, nós ficamos com o nosso ID CRAS muito baixo na região das ilhas, por conta dessa situação. Aí me preocupa, porque chegou uma mensagem dizendo que os municípios que não alcançaram o ID CRAS podem perder coletivo do PROJOVEM. Nas ilhas trabalhamos no final de semana para que os jovens participem e a frequência é 100%. E quando você pergunta para o jovem, o que é o PROJOVEM, ele diz “é vida, porque a gente consegue transformar o nosso território”. Então, me preocupa muito porque ainda temos essa dificuldade de falar do que fazemos. Ontem no meu grupo discutíamos sobre equipe volante. Quando você olha os dois primeiros parágrafos do documento, que orienta o processo, o meu município se encaixa, mas quando você entra no artigo seguinte, ficamos de fora, porque a concessão de equipe volante foi colocada para municípios que ainda precisam de CRAS e pelo nosso dado do CADÚNICO não teríamos cofinanciamento agora. Então, são situações que precisam ser revistas...

Célia Mota (Coordenadora da Mesa): 1 minuto.

Rita Abreu:...porque senão os municípios do norte, que tem a mesma realidade que o meu município, vão continuar sendo penalizados. Muito obrigada.

Participante não identificada: Bom dia, eu vou direto ao ponto, eu estou representando o município de pequeno porte I e quero colocar aqui nesse espaço a imensa dificuldade de trabalhar com serviços de média e alta complexidade. Não vi nessa conferência falar sobre CREAS regional, consórcio intermunicipal ou regional ou alguma equipe nas capitais aí dos estados, que possam dar suporte a essa dificuldade. Acho que é o momento de estar colocando isso, porque senão o SUAS vai ficar com uma lacuna imensa com relação aos municípios de pequeno porte. Foram feitas algumas questões sobre isso, mas eu não sei porque não é mencionado na mesa alguma resposta com relação a isso. Obrigada, eu estou representando o município de cinco mil habitantes do interior de Minas Gerais, chamado São Pedro da União e sou assistente social.

Aldaíza Sposati: Bem, novamente creio que as observações e as falas complementam, sublinham não é? Creio que Rosângela nos dá este grande recado que já há uma composição para os conselhos dentro do SUAS, portanto, se trata não de nós retrocedermos, mas de nós fortalecermos as representações da política de assistência social.

E creio que isto que a Rita do Pará diz da grande diferenciação, da diversidade e das dificuldades por consequência disso, que são particulares de cada realidade e, dentro disto a última pessoa que falou, só queria dizer que - minha fala reproduzi exatamente isto - há uma demanda de maior apoio aos municípios de pequeno porte. Há uma demanda para que se tenham consórcios pensados pela gestão estadual para atender a questão da média e alta complexidade, onde os CREAS sejam também de fato intermunicipais, conforme a realidade. Mas para isto é preciso uma ação mais ativa da gestão estadual de assistência social, porque cabe a ela, inclusive as falas dizem isso. É preciso uma regionalização dos serviços na gestão estadual para entendermos onde estão as lacunas da cobertura e qual a necessidade de expansão da cobertura. Isto é parte do que está colocado realmente pelos estados e municípios. Agora já é uma recomendação, que de fato os governos ou as gestões estaduais se ocupem desta provisão efetivamente, construindo pactos entre municípios para a extensão da rede de média e alta complexidade. Isto foi apontado por todos e precisa receber o encaminhamento. Passo para os demais.



Jane Clemente (Representante do Fórum Nacional de Assistência Social): Eu gostaria de fazer um comentário na fala da Rosângela Paes, onde ela está? Rosângela, para mim é um prazer muito grande estar hoje compondo o Fórum Nacional de Assistência Social, conhecer você como uma das articuladoras da criação do Fórum lá em 1998 e gostaria de falar para você que a carta de princípios que norteia as ações do Fórum ainda contempla aquilo que vocês discutiram naquela época. Tanto que a minha fala foi pautada dentro dessa carta de princípios e de discussões que temos atualmente dentro do Fórum Nacional de Assistência Social. Então os anseios das instituições que fazem parte desse fórum, as ideias dos componentes do fórum, estiveram pautadas na minha fala.

Outra situação que gostaria de pontuar (ela não deixou o nome dela) para a representante do município de São Pedro da União em Minas Gerais. Como é o meu estado, então, acompanho mais de perto. Lá já existe uma determinação, tanto da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, como do Conselho Estadual de Assistência Social, acerca da regionalização dos serviços de média e alta complexidade. Não sei falar exatamente muito bem sobre eles, porque eu não estou nas discussões, mas com certeza um estado com 853 municípios, como é o caso de Minas, e que 70% desses municípios são de pequeno porte, realmente precisa ser discutido e precisa ser visto com outro olhar, para que possamos realmente atingir esses serviços nesses municípios pequenos.

Celia Mota (CNAS): Vamos ao último bloco de perguntas escritas e depois teremos só perguntas orais, lembrando aquilo que nós combinamos.

Essa é para o Fórum Nacional de Assistência Social: *“temos fórum de entidades no Mato Grosso do Sul e em outros estados, quando seremos convidados para uma discussão com o Fórum Nacional para que de fato e de direito represente todas as entidades sérias e competentes que atuam enquanto rede?”* Lúcia Furtado que assina.

Outra pergunta para o representante do Fórum Nacional: *“Você colocou que técnicos imaginam que inclusão produtiva é ofertar oficinas de artesanato. Gostaria de saber como propor inclusão produtiva tendo como financiamento R\$ 4.500,00 mensais para pagar técnicos, aluguel, despesas correntes, se não temos telefone e o prefeito não tem compromisso algum em repassar 10 centavos de contrapartida, ainda não temos transporte para sequer fazer visitas domiciliares?”*

Essa pergunta é para a professora Maria Luíza, é da Nilza Maria da Silva Lima: *“Sou professora, trabalho na educação há 20 anos, há 03 anos faço parte do CMAS de minha cidade, Santa Cruz das Palmeiras. Penso que a intersetorialidade, assim como a construção coletiva da rede, é essencial para que o nosso país possa evoluir no combate à pobreza e à miséria. Penso também que para alcançar um nível bom de politização o caminho é a educação, onde teremos cidadãos que irão reivindicar seus direitos, cumprir seus deveres e escolher melhor os governantes, percebo que os profissionais da assistência social tem um acesso à família que a educação não tem, a pergunta, o que a senhora acha da proposta de se ter psicólogos e assistentes sociais nas escolas?”*

Celia Mota (CNAS): Gostaria de ir chamando também como nós temos quatro perguntas escritas e vamos iniciar as orais, chamando o Raimundo Mendes do Maranhão para que já possa se posicionar e pegar o microfone e, assim que eu fizer a leitura dessa pergunta, ele já vai ter a oportunidade de fazer a sua oral em três minutos. De Janete, de Cascavel, Paraná: *“Gostaria de obter esclarecimentos a respeito da caracterização das entidades de assessoramento, defesa e garantia de direitos, Resolução 27, de 2011, CNAS, no seu aspecto de qualificação de entidade com preponderância ou não na assistência social. Temos algumas experiências em entidades que desenvolvem ações de defesa e garantias de direitos, mas não exclusivamente direitos socioassistenciais, antes sim com preponderância aos direitos de saúde ou educação. A Resolução 27, de 2011, não é específica em relação à defesa de direitos de*



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

outras políticas, então, como inscrevê-las no CMAS? Como entidade de assistência social? Ou inscrever nos serviços que desenvolve? Muito obrigada.

Celia Mota (CNAS): Agora eu passo a palavra ao Raimundo Mendes, que tem 3 minutos para formular a sua questão.

Raimundo Mendes: Bom dia a todos, em primeiro lugar eu quero agradecer a Deus, em segundo lugar essa brilhante mesa. Mais uma vez eu estou aqui para pedir ao presidente da mesa que ajudem ou faça com que o serviço de assistência social ajudem as comunidades negras, quilombola, pobre, de todo o país. Aqui estou representando o município São Vicente de Ferri, Estado do Maranhão, e represento a minha comunidade negra de Cantagalo. Lá nós precisamos muito de trabalhar e produzir, mas noto que o caminho só pode ser feito através da assistência social e do poder federal, porque através do estadual e municipal nós já estamos cansados e nunca conseguimos dar um passo a frente. Assim como os deficientes, as crianças abandonadas, os idosos abandonados já conseguiram avançar, nós também podemos, porque a história do negro pobre quilombola, do Brasil, todos conhecemos e nunca encontramos quem pudesse dar essa ajuda. Nós não temos nem rádio, nem painel, nem televisão, nem jornal para divulgar a nossa miséria que nós passamos. Se é para combater miséria, fome, o primeiro lugar eu indico aos senhores, é nas comunidades negras quilombolas, que estão lá acuadas, esquecidas e não pode dar nem sequer um grito de socorro...

Participante não identificado: 1 minuto, por favor.

Raimundo Mendes: ... porque todos sabemos a história dos negros no Brasil, é trabalho e trabalho, e para não passar fome, miséria e estar pedindo para os outros, nós queremos é trabalhar e produzir. O meu muito obrigado.

Aldaíza Sposati: Antes de dar início a mais essa rodada de respostas, eu vou pedir permissão aqui para me ausentar da mesa, cumprimentar os colegas, Jane, Maria Luíza, todos os membros da mesa por este momento, por este debate. Que saíamos daqui realmente com novas perspectivas. Fui membro da conferência zero, em 1993, e agora chegarmos na VIII Conferência é efetivamente algo que dá muita esperança. Muito obrigada e que o SUAS 10 realmente seja uma concretude. Muito obrigada.

Renato Saidel (CNAS): Enquanto o pessoal está se acomodando, o Raimundo faz uma pergunta direcionada a mim, então eu vou tomar a liberdade de ocupar 02 minutinhos para responder. Com relação ao serviço de assistência social que atua nas comunidades negras e quilombolas do país, entendemos que isso é papel do serviço de assistência social e não porque é negro, não porque é quilombola, mas porque é usuário da assistência social, e está passando por uma situação de vulnerabilidade social. Então temos que entender que o campo da assistência social, na minha visão, tem que atender na integralidade o usuário ou aquela pessoa que dele necessita, por conta da sua situação de vulnerabilidade social. Pela fala dele claro que identificamos uma situação de vulnerabilidade, mas como que a gente pode fazer para que esse direito seja garantido de atendimento nos serviços? Isso que nós estamos fazendo aqui, é nos organizarmos, é debatermos e aí exigirmos que os serviços públicos sejam ofertados para essa comunidade, esse segmento de usuários também.

Tenho um esclarecimento com relação à defesa de direitos e a assessoramento com relação à caracterização. Eu comentei, durante o Conselho Nacional, que não sou a pessoa mais indicada para responder sobre isso, mas a gente vai tentar trazer a resposta. Quando estamos falando de defesa e garantia de direitos, temos que pegar não apenas a Resolução 27, do CNAS, mas junto com a 27, a própria LOAS, que estabelece que esse assessoramento e garantia de defesa de direitos tem que ser voltada



ao usuário da assistência social. Se uma entidade presta serviço de garantia e de assessoramento de usuários de outras políticas, ela vai entrar como aquelas instituições que trabalham em mais de uma área, então vai ter que se verificar qual é a preponderância, aonde ela está atendendo mais para definir se ela é uma entidade de assistência social ou ela é uma entidade que executa assessoramento e garantia de defesa no campo da assistência social, mas não exclusivamente.

Célia Mota(CNAS): Bom, só, eu tenho três avisos aqui rápidos. Tem um que até já passou da hora, certamente, aos delegados do Estado de Goiás têm reunião às 12 horas no stand de Goiás, Maria Joaquina; a Federação Nacional de Assistentes Sociais, FENAS, solicita aos assistentes sociais que permaneçam neste plenário para reunião logo após o término desse painel; o Congemas divulga o 14º Encontro Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social em Fortaleza, Ceará, de 21 a 23 de março de 2012. Lembra ainda que estão abertas as inscrições para as boas práticas e que a solenidade de premiação ocorrerá no momento do encontro em março.

Jane Clemente (Representante do Fórum Nacional de Assistência Social): Respondendo à pergunta (não há o nome aqui). Quando citei a questão que 80% dos CRAS fazem atividades de inclusão produtiva, através de cursos dentro dos próprios CRAS, isso saiu dentro do Censo CRAS de 2010. Ele perguntou como propor inclusão produtiva com financiamento escasso e tudo mais, gostaria de falar que é justamente para isso que temos que trabalhar numa visão de política intersetorial. Terminamos agora de discutir e deliberar sobre uma resolução no CNAS, a Resolução Nº 34, a respeito da promoção da integração ao mundo do trabalho e a inclusão produtiva. Está dentro dessa Resolução, e precisamos entender que cada uma das políticas, tanto da assistência social, como do trabalho e outras políticas, têm essa interface com a inclusão produtiva. Não podemos pegar para a assistência social aquilo que não nos pertence, precisamos, como nosso presidente do CNAS gosta de dizer e eu gosto de repetir, “pegar aquela turma que acha que tudo é nosso, com aquela turma que acha do que nada é nosso”, para conversarmos e ver como é que vamos atuar juntos e é juntos que vamos fazer com que essas ações tenham o êxito que esperamos. Então, não necessariamente os CRAS precisam ter inclusão produtiva dentro dos CRAS, até porque o CRAS tem uma outra demanda e precisamos entender exatamente isso, porque senão, com certeza, as equipes dos CRAS não vão dar conta da demanda que existe para elas.

À Lúcia Furtado, do fórum estadual do Mato Grosso do Sul. Lúcia, é um prazer muito grande ter o fórum estadual do Mato Grosso do Sul e outros fóruns aqui. Gostaria muito de dizer que vocês são muito bem vindos ao Fórum Nacional de Assistência Social e que inclusive poderíamos já aproveitar essa demanda e esses dias para marcar uma reunião dos fóruns estaduais com o fórum nacional, para posarmos, de repente, estabelecer até uma agenda mensal, uma agenda bimestral para conversarmos, e vocês trazerem as demandas lá da ponta aonde vocês estão. E, então nos colocamos á disposição, pode procurar o fórum, que nós estamos abertos a isso. Obrigada.

Renato Saidel(CNAS): Bom, eu tenho uma pergunta da Nilza, que questiona se nós não deveríamos defender a ideia de que na rede de educação deva ter assistentes sociais e psicólogos. Eu acredito nisso também, acho que tem que ter, até porque nós precisamos cada vez mais participar deste processo de integração e manutenção das nossas crianças, dos adolescentes, dos jovens, na política de educação, para trabalhar exatamente na relação da garantia do direito à educação e naturalmente fazer a interface com as demais políticas. Agora, não me perguntaram, mas eu quero me permitir me posicionar, não como conselheiro, mas como presidente dessa mesa, em relação à inclusão produtiva. O dado que o Censo SUAS traz do grande percentual da dita inclusão produtiva exige que se qualifique o que se chama de inclusão produtiva. Primeira coisa, porque não necessariamente o que os CRAS estão fazendo pode-se chamar de inclusão produtiva, e a segunda coisa é que a política de trabalho deve



assumir e ter total responsabilidade sobre a chamada inclusão produtiva e inclusão no mundo do trabalho. Não compete à política de assistência social a responsabilidade de fazer esta inclusão produtiva, esta é a minha posição. Acho que temos um campo de atuação na relação das pessoas com o mundo do trabalho, temos um papel de refletir este mundo do trabalho. Temos uma discussão em relação a sua possibilidade ou não de inserção, mas não a competência de oferecer postos de trabalho ou capacidade e inclusão produtiva, quer pela formação ou quer pela economia solidária. De fato, podemos ser até parceiros, facilitar a articulação, mas não é um campo próprio da política de assistência social e, ao longo dos anos, estamos aprendendo a lidar com aquilo que é o nosso campo, aquilo que é o campo das demais políticas e que elas são capazes de fazer melhor do que nós. Um excelente exemplo foi o caso das escolas de educação infantil, as antigas creches. Nós fazíamos e tenho a certeza que a educação está fazendo muito bem nos dias de hoje. Precisamos aprender de que as demais políticas tem competência, tem know-how e sabem fazer e definir qual é o nosso campo de ação.

Célia Mota(CNAS): Essa rodada a gente vai ampliar de cinco para sete pessoas, Ana Lígia, Agmar, Décio, Genilda, Solange Bueno, Francisco e Benedito, alémão.

Ana Lígia: Bom dia. Queria cumprimentar os integrantes da mesa, e dizer o meu prazer de estar aqui e participar desse debate. Na verdade eu não queria perder a oportunidade de, com muito orgulho, recompor um pouco a própria história. A Rosângela falou disso muito bem, mas não posso deixar de falar também da criação do Fórum de Assistência Social. Até porque estamos ficando ‘velhos’ nessa luta, acho que é importante resgatar e esclarecer, porque acho que está um pouco misturado a questão de criação do Fórum de Entidades e Fórum de Assistência Social. O Fórum Nacional de Assistência Social que nós criamos em 1998 é diferente do Fórum de Entidades de Assistência Social, que criado ultimamente. No início da fala eu até pensei que o Fórum que estava falando era o Fórum de Entidades de Assistência Social. É preciso ficar claro que que nós pensamos o Fórum Nacional de Assistência Social como fórum de controle social e ele era composto de usuários, trabalhadores, entidades de defesa de direito, de assessoria e tudo mais. É diferente de Fórum de Entidades Prestadoras de Serviços, então, é importante fazer essa diferença, porque ele deve ser um fórum de controle social, para defender e focalizar todas essas questões e para falar em nome de todos esses interesses. Mas só para reafirmar, o que o que a Rosângela colocou é o fórum que nós criamos e que nós pensamos, mas nenhum problema se as entidades em determinado momento tiverem a hegemonia nesse Fórum Nacional, mas ele não se confunde com o Fórum de Entidades Prestadoras de Serviço.

Participante não identificada: 1 minuto.

Ana Lígia: Outra questão fundamental diz respeito à composição dos conselhos. É muito diferente a composição de conselhos com entidade prestadora de serviço da de entidade de defesa de direito e de assessoramento. O Conselho Nacional de Saúde resolveu isso muito melhor do que nós, eu acho. Hoje, entidade prestadora de serviço está no mesmo campo da rede de entidades governamentais, elas prestam serviço como governo, também tem que sofrer controle social. Tem hora que elas se põem como que vão fazer controle social. Não, tem que haver também controle social sobre elas, e aí querem entrar no conselho para fazer controle social no lugar dos usuários, no lugar de entidade de assessoria e de defesa de direito, não é a mesma coisa.

Participante não identificada: Tempo esgotado.

Ana Lígia: Isso precisa ficar claro, porque se não vocês vão embolar na hora de fazer a composição do conselho e aí como vão compor o conselho? Elas estão no lugar da prestação de serviço como o go-



verno está, e ficam falando de controle social, como se elas não tivessem que também sofrer controle social? Acho que isso precisa ficar claro, tá, gente? Obrigada.

Agmar: Bom dia a todos e a todas, meu nome é Agmar, eu sou representante de uma comunidade quilombola do norte de Minas Gerais, e trabalhamos na efetivação dos direitos desse povo, que está um pouquinho complicado para a gente chegar a alguma conclusão. Gostaria de falar com a professora Aldaíza, mas infelizmente ela não está mais presente, quando ela falou de projetos e da forma como eles são pré-estabelecidos nesse país. Primeiro, quando se fala de projetos, se fala de execução, se fala de pessoas que estão nas comunidades sem nenhuma informação sobre eles e que eles são estabelecidos segundo a vontade de quem os fazem. E essas pessoas, por não terem conhecimento desses projetos, ficam lá da mesma maneira, e esses recursos voltando em cada secretaria, em cada lugar aonde eles são postados, porque as comunidades não têm acesso a esses projetos na forma desses editais.

Segundo, quando esses projetos chegam a essas comunidades vêm de cima para baixo, feitos nos gabinetes aonde essas pessoas sequer têm conhecimento. Vamos dizer, chega na comunidade e diz; “eu tenho uma fábrica de farinha”, só que esquecem de perguntar para as comunidades se eles querem plantar mandioca, e aí fracassa o projeto, e atribuem à própria comunidade o fracasso por não ter dado certo, e por não ter mudado a realidade daquela comunidade. Então isso talvez a CNAS poderia estar nos ajudando e pensando numa forma de chegar de verdade até essas comunidades.

Outro ponto é que a gente gostaria de solicitar ao CNAS que estudasse a possibilidade de conceder uma cadeira no conselho às comunidades tradicionais, porque as comunidades tradicionais, gente, têm especificidade diferente. Vivemos em mundos particulares, abandonado ao longo desse país, isso não é brincadeira. Nós não estamos falando porque temos alguma coisa contra o SUAS, contra ele não, infelizmente nós não somos vistos.

Célia Mota (CNAS): 1 minuto.

Agmar: Se vocês quiserem ter certeza, se algum assistente social que tiver dúvida do que o companheiro acabou de dizer, vá a uma comunidade quilombola, vá a uma comunidade de pescadores, de ribeirinho, ou que está ao longo dos nossos rios no Pará, em Minas Gerais, em qualquer outro estado na Bahia, no Maranhão onde a Marinha sufoca todos os quilombolas que lá estão, colocando o dia e hora para eles saírem e entrarem nas suas casas. Isso é real, mas para a gente falar disso precisamos de espaço. Até agora tivemos duas pessoas para falar sobre quilombo, quem fala de quilombo? Quem fala de comunidade tradicional no CNAS hoje? Graças a Deus o presidente do conselho estadual de Minas Gerais conseguiu nos ver e nos cedeu uma cadeira.

Célia Mota (CNAS): Tempo esgotado.

Agmar: Vocês não sabem como está mais fácil falar sobre isso, conversar sobre isso, então, gostaríamos muito que fosse ouvido os nossos apelos para que a gente possa dar a quase 30% dessa população brasileira que hoje, nós podemos afirmar, são povos tradicionais, lotados em qualquer cantinho desse Brasil, porque nós não estamos na visibilidade da televisão, do rádio, do jornal, ou de qualquer órgão que vocês possam ter acesso. Muito obrigado.

Participante não identificado: Primeiro eu queria parabenizar as expositoras, a professora Aldaíza Sposati, a Jane e queria fazer uma pergunta para a professora Maria Luíza. É o seguinte, queria que você colocasse um pouco mais de reflexão sobre a importância da transdisciplinaridade na execução do serviço socioassistencial, tendo em vista a busca de melhor qualificação dos serviços ofertados pelos trabalhadores. Muito obrigado.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Solange: Bom dia, eu gostaria de, conforme solicitação da nossa presidente do CEAS, do Conselho Estadual de Assistência Social, fazer a minha apresentação. Sou Solange, faço parte de uma entidade não governamental, no segmento dos deficientes, a Associação Catarinense para a Integração do Cego. Nossa entidade está no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis e no Conselho Estadual do Estado de Santa Catarina. Hoje ouvindo as falas dessas senhoras, do nosso presidente da mesa, a gente volta e reflete desde o momento que comecei a acompanhar a instalação, a luta pelo SUAS e, muitas vezes senhores, eu não me vi dentro da política. Hoje eu me sinto contemplada quando realmente a gente percebe que está se dando um espaço e vendo que as entidades estão, sim, sendo contempladas e está se retornando e percebendo através do Censo SUAS. Outra coisa que nos preocupa muito lá na base é a questão, não da composição dos conselhos, mas sim da demanda que os conselhos hoje tem para poder acompanhar e fazer o controle social.

O Conselho Nacional tem feito várias normatizações, tem conseguido dar direções importantes para a execução, para nós podermos contemplar e acompanhar a execução da política. Só que é preciso ver a realidade dos Conselhos. Os Conselhos não tem todo esse aparato para poder, em pouco tempo, dar conta de todas essas normatizações e esse tempo nós precisamos sim. Nós precisamos ser preparados, precisamos estudar para entendermos o que precisamos deliberar e o nosso CEAS também precisa ser muito fortalecido, para que as nossas representações possam ser ouvidas no estado inteiro e era isso. Muito obrigada.

Participante não identificado: Gostaria aqui de saudar a mesa, saudar a todos os participantes dessa plenária. Eu sou delegado do Estado de Goiás e é a primeira vez que participo de uma Conferência Nacional de Assistência Social. Já havia participado de todas as Conferências Nacionais de Meio Ambiente. Participei de todas, fui eleito no município, no estado e, obviamente, para a Conferência Nacional de Meio Ambiente, e quero aqui dizer, diante dessa plenária, que estou participando da Conferência mais importante que acontece no nosso país. É por aqui que passa o PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, passa por nós. Sai daqui convencido disso, das intervenções que ouvi aqui. Estou há 6 anos à frente desse trabalho, não de assistência social, mas procurando o meu trabalho de promoção social, porque vejo o que determina, o que é mais importante nessa Lei. A nossa conquista da Lei é a conquista da promoção social, e aí me desculpe algumas falhas, inclusive, à própria mesa, no que se diz respeito não a dicotomia, não foi colocado assim, mas eu não consigo compreender como é que nós vamos conquistar um Brasil sem miséria, num país capitalista? Porque sei que só vamos conquistar isso numa pátria socialista, mas estamos nos moldes do capitalismo, e é assim que temos que trabalhar. Aí não consigo compreender como democratizar os serviços da rede se não ofertarmos a promoção social lá na minha cidade, conhecida por muitos de vocês, que é Águas Lindas de Goiás. Ela faz parte da rede, é considerada como uma das regiões mais violentas do planeta, mas isso não é verdade.

Célia Mota (CNAS): 1 minuto.

Participante não identificado: Sabem por quê? Porque 60% da água potável que abastece a capital desse país sai lá da barragem do Rio Descoberto da minha cidade. A água, patrimônio da humanidade, a água que abastece a capital brasileira sai de lá, mas 100% da população de Águas Lindas bebe uma água potável que sai de poço artesiano. Água cara, ruim, contaminada e de péssima qualidade. Contaminada em dois aspectos, no excesso do cloro, quando você abre a sua torneira de manhã que confunde com um copo de leite, e no final da tarde quando não tem cloro mais você toma coliformes fecais. Esse dado é verdadeiro, como que esse povo é violento? O que falta em Águas Lindas, assim como em outras cidades do nosso país?

Célia Mota (CNAS): Tempo esgotado.



Participante não identificado: ...para libertar o nosso povo é de fato a promoção social. Oferecer para o cidadão as condições para que ele possa de fato caminhar com as suas próprias pernas e se transformar em verdadeiro cidadão. Muito obrigado.

Participante não identificado: Bom, gente, se tivesse apenas eu aqui e a mesa, eu teria que fazer essa pergunta. A gente viu aqui que quase não dava para pisar de tanta lágrima que chorou aqui. Agora a luta no dia que a gente quiser transformar esse país, olha, está em nossas mãos. Não existe governo, não existe poder que tenha condição de enfrentar esse povo unido, depende muito mais da gente. Eu queria fazer uma pergunta para a mesa e também uma pergunta e uma proposta para todos aqueles que daqui a pouco vão participar dos grupos. Mesa, o Conselho Nacional de Assistência Social tem acompanhado e avaliado o ensino e a qualidade nas universidades, nas escolas, com relação aos cursos de assistência social? E como isso é avaliado? Até porque a gente tem visto que a universidade da vida certificou nas rugas dos rostos de cada componente dessa conferência, agora a gente está vendo que há uma enxurrada de novos cursos aí e será que esses cursos tem qualidade? Até porque os níveis de educação do nosso país está abaixo do nível de educação de países como o Chile, como a Argentina. Então precisamos dar uma olhada também nessa situação. Outro questionamento: a gente lê ali olha 8ª Conferência Nacional de Assistência Social, o que ficou definido nesse tempo todo com relação às propostas enviadas por todo esse país com relação a 7ª Conferência? Nós viemos para aqui para essa conferência e até agora eu não vi prestação de contas nenhuma da 7ª Conferência, do que foi feito, do que foi encaminhado, e do que vai ser feito ainda. Daqui a pouco vamos estar aqui na 9ª Conferência e esqueceremos tudo o que a gente propôs, que nem é lembrado. Então isso é uma cobrança: de que em cada grupo hoje você faça uma proposta de que o primeiro papel que tem que estar lá na porta é o relatório final da VIII Conferência com prestação de conta pelo governo e pelo Conselho Nacional. Eram essas as minhas perguntas, eu sou um brasileiro, moro no Estado de São Paulo, não existe país melhor no mundo do que este, e a gente é dono dele, são estas minhas palavras.

Jane Clemente: E deixa eu ver aqui, Solange, lá de Florianópolis, não é? A gente entende as dificuldades dos conselhos municipais de assistência social. Sabemos que realmente está caindo no colo de vocês, lá nos municípios, nos conselhos, todos os gargalos, a questão dessas novas resoluções, dessas novas determinações. Penso que precisamos muito qualificar esses conselhos municipais, e essa qualificação terá que passar, necessariamente, pelos conselhos estaduais, porque mesmo que o Conselho Nacional tenha boa intenção e tudo mais ele não tem pernas para isso. Precisamos colocar nos conselhos estaduais esta responsabilidade, chamá-los para essa responsabilidade inclusive, de repente, a gente vê uma possibilidade de fazer reuniões do Conselho Nacional com os conselhos estaduais, para ver realmente o que a gente consegue sentir de vocês, que estão lá nos municípios, e o que podemos, de alguma forma, resolver ou determinar aqui em Brasília no Conselho Nacional, quanto ao que conselho estadual pode respaldar e possa qualificar vocês. Penso que dessa forma cada um de nós, dentro do controle social nas três esferas, vamos poder ter realmente o nosso papel qualificado e cada um fazendo o que lhe compete.

Não anotei o nome dele, mas quando ele falou da promoção social, eu penso que nós começamos dentro da assistência social o trabalho de proteção social, mas o nosso foco tem que ser necessariamente na promoção social. Começamos com a proteção social, básica, ou especial, dependendo do caso do nosso cidadão, mas o nosso foco e o nosso objetivo é a promoção social e isto é muito claro em todo o serviço, em toda a política de assistência social.

Penso também na avaliação dos cursos de serviço social, não só nos cursos superiores de serviço social, mas também de psicologia, de pedagogia. Precisamos fazer com que essas universidades tenham também esse viés dentro da assistência social, da forma dessa nova política que hoje está instalada, que hoje estamos consolidando. Então os profissionais têm realmente que sair das faculdades já co-



nhecendo o que é um CRAS e um CREAS, já conhecendo qual que é a determinação, qual é a linha que essa política e o SUAS está seguindo, porque senão, realmente, não vamos conseguir fazer e implantar de uma forma muito efetiva. Precisamos sim rever e eu penso que o Conselho Nacional pode estar sim nessa discussão.

Agora eu gostaria de responder à Ana Lígia. Nós, enquanto Fórum, e eu fico muito orgulhosa de participar do Fórum hoje nesse momento, que bom saber que você foi uma das criadoras do Fórum lá em 1998. Para aquele momento o Fórum foi criado naquela linha. Muito melhor, muito bom que a gente saiba o tanto que foi importante a criação do Fórum, mas é respeitar o momento que o Fórum tem hoje. E hoje é o Fórum que nós temos, e as instituições que lá estão trazem essas discussões. Assim como nós estamos discutindo o SUAS, que é uma coisa que foi muito instituída depois da criação do Fórum, hoje nós estamos no Fórum discutindo aquilo que nos pertence, e gostaríamos muito de pensar que os criadores do Fórum lá em 1998 possam compor as nossas discussões também, porque nós não temos mais a presença deles atualmente. Eu acho que é isso, eu espero ter respondido mais ou menos o que as pessoas perguntaram.

Maria Luiza: Vou começar respondendo a pergunta a mim direcionada, referente à questão da transdisciplinaridade. Me coloco à disposição para discutirmos um pouquinho mais, porém, o tema foi posto aqui numa perspectiva de convergência de conhecimentos sobre temas que perpassam o serviço, a política e todas as áreas. Por exemplo, precisamos construir, defender e nos comprometer com conceitos referentes aos direitos; o que são direitos socioassistenciais? O que significam as seguranças afiançadas? Quais são? O que é vigilância social no campo da assistência social?

Quero dizer o seguinte, tais conceitos permeiam a nossa política e com certeza são construídos pela contribuição de muitas áreas de conhecimento, no entanto, para que sejamos verdadeiramente interdisciplinares precisamos construir tais conceitos e nos apropriarmos deles como balizadores da nossa prática. O que não pode é termos vários profissionais de vários campos e várias áreas de conhecimento no mesmo serviço não tendo a mesma concepção sobre temas que fundamentam esta política. É um pouco nesta perspectiva, apesar de que isso vale uma bela reflexão sobre saberes e podemos tratar disso depois.

Queria fazer aqui um rápido comentário com relação ao papel do conselho em fiscalizar as universidades. Os cursos de serviço social, assim como de todas as demais áreas, são acompanhados, fiscalizados, tanto pelos conselhos destas áreas ligados ao MEC, tanto quanto pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, os cursos de pós graduação pela CAPES, e assim sucessivamente, em relação inclusive à criação de muitos cursos e o acompanhamento deles, o nosso órgão de classe, o CFESS, também se posicionou. Então, quero só dizer que em que pese o conselho de assistência social se preocupar com a qualidade profissional, a competência de fiscalizar os cursos é das áreas afins.

E, por fim, farei um rápido comentário em relação à promoção social. Quero dizer que é claro que todos sabemos que estamos numa sociedade salarial, que este mundo é capitalista, e que muito daquilo que é a sobrevivência do trabalhador pressupõe, advém da sua inserção, do seu lugar no mundo do trabalho. No entanto, a nossa defesa aqui é de que a proteção social é um direito do cidadão, isso nos está provado inclusive pelo corpo de sujeitos envolvidos ou beneficiários do bolsa família. Muitos deles tem inserção no mundo do trabalho e, assim mesmo, precisam e devem ter a proteção do Estado para o sustento de suas famílias, então, não fazemos isso como contraponto. A inserção ao mundo do trabalho não está na linha inversamente contrária à garantia de proteção social, as duas coisas são fundamentais para a sobrevivência humana.



Enato Saidel(CNAS): Quero agradecer à professora Maria Luíza, a palestrante Jane. Temos o nosso último bloco de questões. Quero chamar a Érica, Sérgio Gomes, Davi Pereira Gama, José Ferreira, William Lisboa e Dilma Maria Rossafa. Enquanto vocês caminham até aqui, gente, alguém esqueceu uma capa de câmera e tem um crachá também aqui de Genilda Santos, porque ela já foi chamada e infelizmente ela não compareceu no horário, então o crachá está aqui à disposição.

Érica: Acho que já é boa tarde, boa tarde, meu nome Érica, eu sou de Caratinga, Minas Gerais. Vou só falar, acho que para refletir um pouquinho sobre a fala da Maria Luíza, ela falou muito sobre a construção coletiva, eu sou representante do governo, então ela falou sobre construção coletiva dos direitos socioassistenciais.

Então, a partir disso, eu gostaria de pedir ao MDS juntamente com o Conselho Nacional de Assistência Social de lembrar que a conferência é constituída pela sociedade civil e pela representatividade governamental, porque quando chegamos aqui tivemos problema com hotel, pedimos, ligávamos para cá, pedíamos a relação de hotel porque não conhecemos nada, ninguém deu apoio nenhum para a gente. Nós reservamos hotel pela internet e infelizmente quando chegamos aqui era hotel mentiroso. Então, chegamos aqui e ficamos sem hospedagem, quando chegamos para tentar solucionar, uma pessoa veio até nós simplesmente falou que estava aqui para atender pessoas da sociedade civil e nós somos governamental.

Nós precisamos desse apoio aqui sim, porque fazemos parte do conselho. Gente, eu peço o apoio de vocês, nós estamos passando uma moção de repúdio. O estado de Minas está fazendo, arcando também com o nosso custeio aqui na conferência. Não pedimos, no dia em que nós chegamos aqui, para o pessoal do Conselho pagar nossa despesa, porque nós viemos para cá sabendo que a gente tinha de pagar. A gente só pediu simplesmente um apoio deles e nós escutamos isso.

Juntamente gostaria de parabenizar e agradecer o Geraldo e o Secretário de Desenvolvimento Social, o Vander Borges, pelo apoio, porque se não fossem os dois, juntamente com a equipe que está aqui de BH, estaríamos dormindo na rua, porque a gente não conhece nada em Brasília. Então gostaria de agradecer a eles e deixar a situação para que vocês reflitam, não adianta falar um pouquinho sobre coletividade, se a gente quando chega aqui não tem isso. Obrigada.

Sérgio: Bom dia, é difícil chegar até aqui viu? Bem, meu nome é Sergio, sou de Bodocó, um tacho do pedaço do Brasil, região do semiárido do sertão do Araripe, Estado de Pernambuco. Bem para me identificar um pouco se vocês permitem, eu queria cantar um trecho da música do nosso rei do baião, Luiz Gonzaga, minha voz é desafinada, pode ser? (Música) obrigado. Estou nervoso, confesso. Bem, bom dia a todos e a todas, meus cumprimentos a mesa na sua íntegra. Tomo a ousadia de achar que o ponto de vista da Secretária Maria Luíza está desordenado. Perdão se eu estiver enganado, quando na sua brilhante fala introduz que os trabalhadores da assistência social serão valorizados quando os seus trabalhos forem qualificados, aí deixo a pergunta no ar, como serão qualificados se os recursos são mínimos e insuficientes? É desordenado por quê? Eu acho que em primeiro lugar vem a valorização e em segundo lugar a qualificação. Desculpe o nervosismo. Obrigado.

Davi Gama: Bom dia Brasil, eu sou Davi Gama, de Euclides da Cunha, na Bahia. Então a minha pergunta já foi respondida pela professora Sposati e parece ser a ânsia não só dos trabalhadores do SUAS, mas também e principalmente dos usuários e seria como qualificar os trabalhadores do SUAS e se os próprios gestores não tem o interesse devido de vir a uma conferência de tamanha importância como esta? Então Sposati respondeu e esperamos que no correr da história das conferências isso tenha um apoio maior dos prefeitos e dos gestores. Obrigado.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

José Ferreira: Bom dia a todos, meu nome é José Ferreira, eu sou professor, formado, mestre pela USP - Universidade de São Paulo, mas aqui estou representando o pessoal do Tocantins. Represento uma instituição lá que atende 1500 crianças em estado de vulnerabilidade na cidade de Formoso do Araguaia, no interior do Tocantins. Não vejo a assistência social desvinculada da educação e da saúde, penso que, como professor há 20 anos, sempre fiz um trabalho nessa área de assistência social também, exatamente porque sou professor, exatamente porque sou educador. Então eu vejo que a mesa poucas vezes fez essa referência à questão da educação e assistência social andarem juntas, de mãos dadas. Penso dessa mesma maneira e a minha intenção aqui é dizer como é que eu vou fazer esse repasse lá no meu município, lá embaixo, lá na base para aqueles municípios a que eu estou representando? Não estou representando aqui só a minha cidade, também as outras. Tenho uma preocupação de como é que eu vou repassar para aqueles que não puderam estar aqui participando desta conferência. O que nós aprendemos aqui é muito valioso para ficar só conosco, não somos egoístas, queremos transmitir isso para outras pessoas. Obrigado.

Participante não identificado: Boa tarde a todas e a todos, cumprimento a mesa e a esta plenária ou ao que ela foi reduzida. Não venho trazer nenhuma pergunta não, vim trazer uma informação e é uma informação que a cada ano, nos últimos 10 ou 12 anos a gente traz como proposta para as conferências. Desde o município até chegar aqui no Governo Federal e a proposta que a gente sempre reitera de 5% ou mais vinculado ao orçamento nas três esferas de governo. Em 2001 o Deputado Federal Eduardo Barbosa por Minas Gerais entrou com uma PEC de nº 421/2001 e que no momento encontra-se na seguinte situação, sujeita a, desculpe, pronta para a pauta no plenário. Quer dizer, ela vai a votação, se fosse o caso poderia ir inclusive hoje. Com a gestão do Governo Federal que, de certa forma, está encerrando as atividades, só teríamos aí como planejamento a votação do orçamento. Então essa pauta vai ser transferida para fevereiro ou março do ano que vem. Essa pauta aborda, destina 5% dos recursos do orçamento da União Federal, estados, Distrito Federal e municípios para custeio da assistência social, está prontinha para a votação.

Já estivemos em cada um dos stands de cada uma das delegações à exceção do Ceará, até queria saber se o Ceará tem delegação e só não montou a loja? Para que a gente pudesse conversar com o pessoal, levando esse documento e levando uma lista de abaixo-assinados que deverão ser preenchidos em cada um dos municípios deste país e reencaminhados ao Deputado Federal, Raimundo, Presidente da Frente Parlamentar da Assistência Social aqui em Brasília, para que ele possa dar andamento nesse procedimento. A partir de fevereiro do ano que vem, então, eu já peguei os e-mails, vai para todos os conselhos estaduais, à exceção do Ceará, como eu já disse, para que os conselhos estaduais façam essa multiplicação. Então a proposta é que vocês também incentivem essas assinaturas, porque isso terá um grande peso na votação por parte dos deputados federais de cada um dos estados aqui representados, haverá obviamente uma (fala interrompida).

Participante não identificado: 30 segundos.

Participante não identificado: Encerrando. A fala é boa, deveria ter mais 30 minutos. Então, dentro desse princípio, acho que não vai precisar, a partir da próxima conferência. Com certeza, a 8ª conferência também tem essa proposta, e que a partir da 9ª conferência a gente não peça mais o 5%, vamos pedir para aumentar não é? É isso, gente, obrigado.

Participante não identificada: Boa tarde aqui aos colegas que estão aqui ainda e à mesa, eu cumprimento a todos. Queria fazer aqui só uma consideração, colocar a importância dos programas de transferência de renda do Bolsa Família e de outros programas de transferência de renda dos estados e municípios também. Mas me parece que é necessário uma inversão da lógi-



ca e a dimensão que o próprio MDS deu ao PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Ele ficou maior que o Sistema Único de Assistência Social, ele ficou maior que os serviços socioassistenciais, então é necessário que a gente inverta essa lógica agora. É necessário que o PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA e os programas de transferência de renda se vinculem aos serviços socioassistenciais, como a professora Aldaíza Sposati colocou. Projetos e programas são pontuais, são estratégias de governo, e serviços são continuados, e ontem na oficina do cofinanciamento com os dados do caderno do orçamento do MDS ficou claro o avanço orçamentário que o MDS teve, mas o avanço orçamentário foi para o Bolsa Família, para um dos programas de inclusão produtiva e para a rede de serviço socioassistencial, para a ampliação da proteção básica, da proteção especial, foi uma dimensão ainda muito pequena, então (fala interrompida).

Participante não identificado: 1 minuto.

Participante não identificada: É necessário que se inverta, então, esta lógica e que a qualificação profissional, a inclusão produtiva e a economia solidária que é importantíssima, se vinculem numa estratégia intersetorial com as secretarias de trabalho, mas não substituam os recursos para o fortalecimento da política de assistência social. Acho que é importante. Outra questão, meu tempo já acabou, é o papel do estado na implantação da rede de proteção social do CREAS e CRAS, que está muito insipiente os estados não é? E também os estados implantarem na alta complexidade serviço para atender essa demanda. Os estados estão se furtando desse papel, também, de investimento nos serviços. Era isso que eu queria pontuar. Obrigada.

Participante não identificado: Obrigado, agora nós vamos às nossas últimas considerações e respostas às questões que foram formuladas.

Jane Clemente: Eu vou deixar para a Maria Luíza, a Ex-Secretária, responder algumas perguntas que são afetas especificamente à linha governamental. Gostaria muito de agradecer a presença de todos, heróis da resistência aqui até nesse horário, não é? E gostaria de agradecer aos municípios e aos estados onde estive presente representando o CNAS nas conferências. Agradecer o presente que eu ganhei lá do pessoal do Acre. Me senti muito acolhida nesses locais onde estive. Gostaria de agradecer a presença de todos, e tomara que nessa conferência a gente saia daqui revitalizado, para voltarmos para nossas bases, completamente transformados e com mil ideias novas e com muito brilho no olhar. Obrigada a todos e até breve.

Maria Luiza: Bom, eu vou começar respondendo a pergunta que foi direcionada a mim pelo Sérgio com relação à qualificação e à valorização do trabalho. Quero lamentar se ele entendeu deste modo, a linha de raciocínio era o seguinte, os trabalhadores devem ser qualificados, devem ser preparados, mas eles, também, corresponderem a essa qualificação. Se eles qualificam os serviços com a sua competência, isso é uma relação dialética, os serviços são melhores e eles vão sendo cada vez mais qualificados, e os usuários vão demandando cada vez mais apropriação da qualidade desse serviço e num contínuo dialético há o aprimoramento de todos, dos direitos garantidos, da qualidade de trabalho dos usuários, dos trabalhadores e da própria competência da gestão. É assim que acredito e ainda que há uma relação intrínseca entre a qualidade profissional, a qualidade do serviço e a consolidação do SUAS.

Com relação à inter-relação desta política com as demais políticas e em específico a educação e a saúde, quero dizer que todas as vezes que falamos em rede, em referência territorial, em intersetorialidade, estávamos nos referindo à interlocução, à articulação e ao trabalho conjunto com todas as políticas setoriais, não apenas à educação e à saúde que são fundamentais, mas também com a cultura, o esporte, a política de trabalho e outras, como habitação.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Por fim, quero considerar a importância da última fala, em relação à relação intrínseca entre os benefícios socioassistenciais como o Bolsa Família, o BPC e a rede de serviço socioassistencial. Acho que a colega que veio aqui tem total razão, pelo fato de que precisamos mesmo cada vez mais absorver na nossa rede de serviços todos aqueles beneficiários que necessitam do acompanhamento dos nossos serviços, e entender inclusive que tais benefícios compõem a proteção social do campo da política de assistência social. Portanto a gestão do Bolsa Família na verdade é a gestão da política municipal de assistência social, quem deve fazer a gestão do Bolsa Família é o gestor do SUAS, é o gestor da política de assistência social em toda a sua articulação. Quer dizer, ele (PBF) é um benefício intrínseco a esta política, portanto, é preciso criar serviços que garantam o acompanhamento dessas famílias, quando necessário. É de fato algo que nós precisamos empreender cada dia mais.

Quero muito agradecer o convite, tive imenso prazer em estar aqui. E quero agradecer a compreensão de vocês pelo meu *'preparo despreparado'* e dizer que desejo a todos nós um excelente final de conferência, com importantes deliberações para o Brasil. Obrigada.

Célia Mota (CNAS): Bom na linha de encerramento dos trabalhos desse painel, dessa mesa, eu membro da comissão organizadora desta conferência, conselheira nacional, agradeço a presença da Jane, colega de conselho também, da Maria Luíza, que em muito brilhou com a sua fala, enquanto gestão do SUAS. Importante agradecer, mesmo que não estejam aqui todas as intervenções ou pelo menos a grande maioria, em especial a última intervenção, que está mais recorrente na lembrança. É isso mesmo que se pretende enquanto gestão dessa política de assistência social, que essa lógica realmente seja invertida, que haja desenvolvimento social e promoção social ao invés de apenas transferência de renda. E só ratificar que esta 8ª conferência vem numa linha de tempo, seguindo, de forma ascendente, questões deliberadas nas últimas conferências. Ela não está aqui de forma isolada, ela vem sim trazendo e avaliando e assim foi feito nas conferências municipais, estaduais e agora nessa 8ª conferência nacional. Muito obrigada a todos. Passo para o Renato.

Renato Saidel(CNAS): Gente, eu quero agradecer a todos e todas que permaneceram conosco até o final, os heróis e heroínas da resistência, e dizer que mesas como essa, painéis como esse, são importantes para a gente poder firmar os nossos conceitos, as nossas convicções. Os antagonismos acontecem, as diferenças de conceituação acontecem, mas quando a gente tem um momento democrático e participativo é interessante porque a gente consegue crescer muito com isso. Dizer que eu tenho muito orgulho de ter auxiliado a conselheira Célia na coordenação dessa mesa, reconhecendo também a Jane, Maria Luíza, professora Aldaíza, dizer que a gente aprendeu muito e com certeza teremos muitos subsídios para os grupos hoje a tarde. Que a gente saia daqui com a consciência que o nosso papel é fazer o melhor para o nosso país, não é o interesse de a, de b, ou de c, é o melhor para o país e qual é o melhor para o país? Essa é a pergunta que nós vamos ter que responder nos grupos, então que todos nós possamos ter uma tarde excelente de trabalhos, e que amanhã, na plenária final, nós possamos realmente estar imbuídos desse foco.

Com relação à Érica, quero valorizar a fala dela, e dizer que isso é importante para a gente. Estamos anotando a fala dela, que, se houve erros, com certeza, vamos corrigir, para que da próxima vez não aconteça. Mas quero dizer para ela que eu fiquei a maior parte do tempo na sala de soluções, e eu sou representante da sociedade civil no conselho e nós não dissemos isso para ninguém. Tenho certeza que nenhum conselheiro disse isso, talvez tenha havido um erro na comunicação e a gente pede desculpas enquanto Conselho Nacional, dizendo que vamos cumprir o nosso papel da maneira adequada numa próxima vez.

Gente, muito obrigado, bom almoço a todos e todas, boa tarde.



Cerimonial: Agradecendo mais uma vez aos integrantes da mesa, lembramos do ato político que haverá hoje às 19h30m, conforme foi dito pela coordenação da mesa, em comemoração pelos 18 anos da LOAS. A 8ª Conferência Nacional de Assistência Social tem o apoio do governo do Distrito Federal e o patrocínio do SESC e da Caixa Econômica Federal. À tarde, teremos os grupos de trabalho. Tenham todos um bom almoço. Boa tarde a todos.

9. PLENÁRIA FINAL

Cerimonial: Senhoras e senhores sejam bem vindos ao último dia da 8ª Conferência Nacional de Assistência Social. Antes de dar início às atividades, gostaríamos de mais uma vez reiterar a solicitação, o senhor Elias Heller perdeu o celular ontem, um celular da marca Nokia, cor preta. Esse celular consta o marca-passo, é o contato que o médico tem entre ele e o hospital. Então, há necessidade de recuperar esse celular. Por gentileza, quem encontrou favor entregar à coordenação do evento com a maior urgência. Obrigada.

Por gentileza, mantenham os celulares desligados ou no perfil silencioso ao longo de todo o evento. Nesse momento, daremos início à homenagem à memória do conselheiro nacional de assistência social, Antônio Kbça. Para coordenar esse processo o presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, senhor Carlos Eduardo Ferrari e o vice-presidente, senhor Renato Francisco dos Santos Paula. Convidamos também para fazer parte dessa homenagem os representantes dos trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social, membros do Conselho Nacional de Assistência Social, senhores Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho, Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Jane Pereira Clemente, Maria Aparecida do Amaral Godói. Para iniciar a conselheira Jane Clemente.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Cumprimos a todos que participam dessa solenidade, quero dizer que este é um momento de bastante emoção. Há um ano estávamos com o companheiro Antônio Kbça. Hoje, ele não está aqui, mas se faz presente por meio das ideias que defendeu, por meio das lutas que sempre encampou. Cada um de vocês, aqui hoje, traduz muito dessa luta e da militância. Quero chamar a companheira Jane Clemente para fazer a leitura de um texto, produzido pelos companheiros conselheiros, que traduz muito desse nosso sentimento, que é feito de muitas emoções. Melhor do que falar é ler o texto, que traduz o nosso sentindo.

Srª Jane Pereira Clemente (Conselho Nacional de Assistência Social): Antônio Pereira Kbça da Silva Filho, nascido na cidade de Graça Aranha, estado do Maranhão, aos 13 dias do mês de outubro de 1957. Eis aqui o que justifica essa homenagem. Presidente do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas de Minas Gerais, Diretor de Relações Institucionais da FENATIBREF - Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas, Diretor Executivo da CONTRATUH - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Membro da Comissão Municipal de Emprego e Renda de Belo Horizonte, Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte, Conselheiro Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Conselheiro Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, Coordenador da Frente de Defesa Dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Conselheiro Nacional de Assistência Social – CNAS, Membro fundador do PT – Partido dos Trabalhadores – em Belo Horizonte, Conselheiro Efetivo do Cruzeiro Esporte Clube, que era um de seus maiores orgulhos. Sempre amoroso nas relações familiares, foi um pai dedicado e sempre preocupado com a formação e educação de berço de seus filhos Pedro Thiago Silva, Paula Evangelista Silva e do Raul Evangelista Silva.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Um Militante aguerrido e combativo na defesa dos Direitos Humanos, com uma vida dedicada ao próximo, por meio da atuação nos conselhos de Direitos. Sua vida foi ceifada em prejuízo de parte da sociedade brasileira menos protegida, já que ele sempre militou para a redução da desigualdade social. Como sindicalista nas várias funções que ocupou sempre foi um batalhador na defesa dos direitos trabalhistas e na garantia e promoção de benefícios, não só aos seus representados, mas sim e também de seus familiares. Amigo fiel, companheiro leal, que apesar do seu jeitão sério e sisudo, escondia uma faceta engraçada e jovial que fazia com que os companheiros de conselho ou sindicatos, sentados a seu lado não conseguissem esconder as peripécias e brincadeiras ao pé d'ouvido. Mas quando o assunto era sério tratava com o maior zelo e importância, se fazendo ouvir e sempre contribuindo nas discussões, sendo as suas proposições acolhidas e respeitadas como da maior relevância. Um companheiro sempre à disposição com o comprometimento de todos os espaços onde se apresentava como educador social, sindicalista e ou Conselheiro. Deixamos registrada a nossa homenagem ao grande homem e nela nossos sinceros agradecimentos pela efetiva contribuição. Onde quer que esteja, estaremos cada um nós saudosos do seu companheirismo e lealdade.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Convidamos ao palco os filhos do conselheiro Antônio Kbça, João Pedro, Paula e Raul, a nora Iaci e o neto Rudah para receberem do presidente e vice-presidente do CNAS a placa de homenagem póstuma ao conselheiro Kbça. Sejam bem vindos. Lembrando que essa homenagem ao conselheiro Kbça se faz pelas relevantes contribuições à assistência social e à luta empreendida pelos trabalhadores do SUAS.

Agradecemos pela participação do professor Jonas Sales e sua aluna Suelen Jobim, ambos da UnB. Iniciamos com a entrega da premiação do concurso da escolha da logomarca do CNAS. Convidamos para ocupar o lugar à mesa o presidente e o vice-presidente do CNAS. Convidamos também os conselheiros do CNAS Marisa José Araújo e Ana Carolina para a entrega da premiação. Esse concurso teve por finalidade a escolha da logomarca para o Conselho Nacional de Assistência Social de acordo com o Edital número 3, de 14 de dezembro de 2010, e contou com o apoio dos trabalhadores da assistência social da rede Marista. Informamos que o terceiro lugar ficou com o senhor Alan Montenegro que por motivos particulares não pôde comparecer a essa cerimônia. Convidamos para receber o certificado de honra pelo segundo lugar o senhor Edgar Igor Batista dos Santos.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Bom dia novamente. Antes de entregar o prêmio para o primeiro lugar, quero dizer da importância desse momento para o Conselho Nacional. Como espaço de participação, o conselho só tem sentido quando envolve todos nessa participação. Pensamos que a nossa principal imagem, possa ser traduzida por meio de uma logomarca. Por isso, a ideia de um concurso que teve participação de vários estados. Para o processo de escolha foi formada uma comissão composta de profissionais da área, especialistas e acadêmicos. Após esse processo chegaram ao Conselho as três logomarcas eleitas pela Comissão para que o Conselho submetesse a votação, elegendo assim, o primeiro lugar.

Destaco a importância desse momento, que foi participativo e com paixão por essa política. Parabéns aos dois, segundo e terceiro lugar. Gostaria de agradecer também aos Maristas que apoiaram com o patrocínio para esta premiação. Agradeço a todos que participaram, que deram sua contribuição para que nós pudéssemos ter essa bela logomarca. Como vocês podem conhecer o material que está sendo apresentado.

Cerimonial: O segundo lugar, senhor Edgar Igor Batista dos Santos, recebendo agora a sua premiação, o seu certificado de honra pelo segundo lugar. Para receber o prêmio, pelo primeiro lugar, convidamos o senhor Eduardo Silva Ferreira.



Iniciamos agora a plenária final da 8ª Conferência Nacional de Assistência Social. Para compor a mesa, convidamos a conselheira Léia Lúcia Cecílio Braga e o senhor Ronaldo Sneir Camargo. Convidamos ainda os senhores presidente e vice-presidente do CNAS que retornem à mesa.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social). Chegamos ao momento final da nossa conferência, momento de deliberação de propostas. Estão comendo a mesa, Léia Braga, o vice-presidente e o Ronaldo que vão nos dar suporte para condução desse processo. Embaixo, na mesa de apoio, estão as conselheiras Simone Albuquerque, conselheira Marisa Rodrigues. Em princípio as duas vão receber os destaques de vocês, para passar para o pessoal da relatoria, já com a redação construída.

Eu gostaria de pedir uma salva de palmas para as nossas relatoras Beatriz Paiva e Valdete de Barros Martins. O pessoal ficou até de madrugada consolidando o material, nossas saudações, um trabalho realmente de fôlego muito bem feito. Como é que vai funcionar? O Ronaldo que está aqui conosco vai fazer a leitura de cada eixo. Durante a leitura de cada eixo os senhores poderão fazer destaque na proposta. Propostas que não receberem destaque, nós vamos entender como sendo aprovadas. ok? Lembrando que como está estabelecido no nosso Regimento Interno, poderão votar apenas aqueles com crachá de delegado ou de delegada.

Nós temos quatro subtemas. O primeiro subtema, Estratégias para Estruturação da Gestão do Trabalho no SUAS. Passo para o Ronaldo para fazer a leitura do primeiro subtema, lembrando que aquelas deliberações que não receberem destaque serão consideradas como aprovadas.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Bom dia a todos e a todas. Em primeiro lugar, agradecer o convite do Conselho Nacional para estar aqui, contribuindo mais uma vez na plenária final da 8ª Conferência de Assistência Social. Relatório de Propostas Aprovadas para a Plenária Final: Subtema 1 – Estratégias para Estruturação da Gestão do Trabalho no SUAS.

Na medida em que eu for lendo de forma tranquila e pausada, as pessoas que quiserem destaque podem se direcionar a mesa de apoio, que está composta pelos conselheiros do CNAS no lado direito do palco, levando o crachá de identificação.

1. Fortalecer a luta da classe trabalhadora pelo direito ao trabalho digno com remuneração justa.
2. Buscar a valorização dos trabalhadores do SUAS e a conquista de condições do exercício profissional com qualidade, respeitando e construindo respostas às demandas sociais com a população em cumprimento aos princípios, diretrizes e objetivos da política nacional de assistência social e NOB-SUAS.
3. Implantar a gestão do trabalho a partir da NOB-RH para garantir o trabalho qualificado no desenvolvimento das ações do SUAS com base em diagnóstico do número de trabalhadores necessários em relação à demanda de trabalho existente nos serviços continuados, programas e projetos. Por favor, dirija-se à mesa lá, Marcos.
4. Garantir o co-financiamento de recursos humanos nas três esferas de governo, conforme a lei 12.435 de 2011, a NOB-RH/SUAS de forma democrática e participativa, com definição de condições materiais, éticas, técnicas para o desenvolvimento do trabalho e com elaboração de normas e protocolos específicos voltado a viabilizar saúde e segurança dos trabalhadores.
5. Lutar por leis que garantam em cada esfera de governo a implantação do plano de carreira, cargos e salários – PCCS – específicos para os trabalhadores do SUAS, visando a constituição do piso e isonomia salarial das equipes de referência, jornada de 30 horas semanais e quando for o caso adicional de risco, adicional noturno, periculosidade, produtividade, insalubridade, dentre outras garantidas, com base nas diretrizes da NOB-RH/SUAS e de acordo com a resolução do Conselho Nacional de Assistência Social 17/2011. Eu estou aguardando ali o pessoal que está fazendo o destaque. Podemos ir?



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

6. Realizar concurso público nas três esferas de governo para todas as áreas profissionais, nível superior, médio e fundamental, dos serviços sócio-assistenciais, constituindo e ampliando o quadro de trabalhadores efetivos do SUAS de acordo com a NOB-RH/SUAS e as diretrizes do plano de cargos e carreira às necessidades dos serviços sócio-assistenciais.
7. Instituir mesa de negociação coletiva com composição paritária entre gestores, prestadores de serviços e trabalhadores da área de assistência social para construir e implementar o plano de cargos, carreiras e salários nos três níveis de governo de acordo com a NOB-RH/SUAS e resolução 17 do CNAS. Quem fez destaque tem que ir lá, na mesa de apoio, dar o nome para registrar lá na mesa de apoio o destaque na proposta que está sendo apresentada.
8. Constituir política de capacitação continuada de acordo com a NOB-RH/SUAS com recursos da União, estados e municípios voltado para os trabalhadores, gestores, conselheiros, entidade da rede sócio-assistencial nos três níveis de governo orientando-se pelo princípio da profissionalização, da ética, pelo direito de atendimento aos usuários como sujeito de direitos. Ok.
9. Elaborar e implementar plano municipal, estadual e nacional de formação permanente para os trabalhadores do SUAS em consonância com NOB-RH/SUAS e na perspectiva da qualificação de serviços sócio-assistenciais em articulação com as demais políticas setoriais, o Poder Judiciário e o Legislativo, contemplando temas relacionados à gestão, trabalho sócio-assistencial com famílias, álcool e outras drogas, divulgação dos direitos sociais, estratégias de mobilização popular, inclusive para o atendimento especializado da pessoa com deficiência sobretudo o curso básico de língua brasileira de sinais.
10. Garantir implementação da NOB-RH/SUAS nos planos de assistência social, com dotação orçamentária no PPA, LDO e LOA com respaldo de pactuação tripartite para assegurar a equipe de referência na proteção social básica e especial.
11. Garantir e incentivar a participação dos trabalhadores do SUAS em estudos pertinentes à política de assistência social e áreas afins sem qualquer prejuízo de renumeração.
12. Fortalecer ou criar fórum de trabalhadores do SUAS com perspectiva intersetorial, visando a melhoria do atendimento ao usuário, a organização dos trabalhadores, a troca de experiência e a construção de agendas conjuntas, ações e estratégias intersetoriais entre as políticas, a rede sócio-assistencial e as diversas áreas profissionais.
13. Regulamentar os cargos e funções dos trabalhadores de nível médio que atuam no SUAS nas funções de monitor, educador social e orientador social por meio de resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.
14. Propor alteração na lei de responsabilidade fiscal para assegurar que as políticas de assistência social, educação e saúde possam contratar recursos humanos concursados fora dos limites percentuais de gastos com pessoal estabelecido por essa lei para os respectivos entes.
15. Instalação imediata da mesa de negociação permanente do SUAS e criação do comitê de trabalho nos três níveis de governo para elaborar propostas de diretrizes sobre o plano de cargos, carreiras e salários do SUAS de acordo com a NOB-RH/SUAS Resolução 17/2011 e demais regulamentações.
16. Incentivar a criação imediata nos órgãos gestores de assistência social de setor específico para coordenar, executar e monitorar a gestão do trabalho, incluindo a política de formação permanente para os profissionais do SUAS, contemplando todos os princípios e diretrizes definidos na NOB RH. Encaminhe à mesa.
17. Garantir a constituição de equipe de referência conforme NOB-RH/SUAS e Resolução CNAS 17/2011, mediante concurso público para os serviços sócio-assistenciais bem como cumprimento da normatização relativa às especificidades das categorias das profissionais habilitadas para atender às necessidades de serviços sócio-assistenciais de alta complexidade.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Obrigado Ronaldo. Eu vou pedir a conselheira nacional Léia Braga fazer a leitura do artigo do Regimento Interno, que trata dos destaques.



Peço também a conselheira para apontar quais foram as deliberações nesse eixo que receberam destaque. Terminando a leitura, a Léia deve comentar o artigo sobre os destaques e em seguida começaremos a dar encaminhamento a cada uma das propostas chamando as pessoas que apresentaram para fazê-lo.

Conselheira Léia Braga: Bom dia a todos os presentes nessa conferência. Vou fazer a leitura do artigo 23 que orienta os trabalhos da conferência, nessa manhã e todo o nosso dia de hoje.

Art. 23 O processo de apreciação e aprovação do Relatório Final dar-se-á da seguinte forma:

- I. leitura do Relatório consolidado das propostas dos grupos de trabalho. Todos estão recebendo ao entrar aqui no auditório;
- II. apresentação dos destaques solicitados;
- III. apresentação de uma defesa a favor e uma contrária, quando solicitado por qualquer delegado, obedecendo ao tempo máximo de três minutos, para cada;
- IV. esclarecidas as propostas, essas serão submetidas à votação pela Plenária Final;
- V. serão aprovadas as propostas que obtiverem a maioria simples dos votos dos(as) Delegados(as) presentes, identificados por contraste e recorrendo-se à contagem em caso de dúvida. As propostas não destacadas serão consideradas automaticamente aprovadas.

É importante nesse momento garantirmos o silêncio no auditório para uma boa concentração no acompanhamento da leitura e das propostas. Os delegados que fizeram destaque é importante sinalizar, mas também comparecer à mesa de apoio, a nossa direita, entregando o crachá e fazendo a devida inscrição, pois esta mesa nos apoiará nos destaques e na chamada para o pronunciamento dos senhores.

Outra questão importante, lembrar que cada proposta destacada terá uma defesa contra e uma a favor. Então, aquela proposta que tiver maior número de destaques é necessário que se um proceda uma conversa que possa gerar um acordo, isto como já disse deve ser feito a nossa direita próximo à mesa, para que a intervenção seja garantida e defendida quem representará a proposta, e aquelas não destacadas nós já estamos computando como automaticamente aprovadas.

Conselheira Léia: Gostaria de lembrar também que quando nós iniciarmos o regime de votação, claro, todos sabem que só os delegados podem votar, mas eu gostaria de solicitar que fosse levantado o crachá. Vamos identificar os delegados pelo verso do crachá que tem a cor amarela. Então, peço para não levantarem a parte da frente porque senão nós não conseguimos identificar quem é delegado. Iniciado o regime de votação, levantar a parte de trás do crachá para que identifiquemos os delegados pela cor amarela.

Participante não identificado: Quero pedir à mesa da relatoria que informe ao pleno as propostas já aprovadas para que nós já tenhamos isso validado. Lembrando que esse relatório é produto daquelas propostas oriundas dos estados aprovadas em 13 grupos ou daquelas novas propostas em 5 grupos já aprovadas. A mesa de apoio pode nos informar as propostas já aprovadas e encaminhar a primeira proposta com destaque.

Participante não identificado: A mesa de apoio pede alguns segundos para que possamos iniciar o processo. Nós pedimos um pouco de paciência para a plenária que já estamos computando as aprovadas do subtema 1.

Participante não identificado: Um aviso, a professora Eleonora Schettini, da Universidade Federal de Minas Gerais, distribuiu um questionário sobre uma pesquisa que a mesma está realizando. A professora pede para aquelas pessoas que responderam os questionários entreguem aqui do lado da relatoria. Quem não respondeu, por favor, vamos contribuir com a pesquisa, que é importante.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sr. Carlos Eduardo Ferrari. (Presidente do CNAS) Para informação: estão aprovadas no eixo 1 as propostas números: 1, 11 e 15. Vamos aos destaques. Mesa de apoio, proposta 2.

Conselheira Simone Albuquerque: Bom dia, Presidente Carlos, peço desculpas a todos, peço desculpas ao senhor, mas nós vamos acertar aqui embaixo. Mas nós cometemos um equívoco aqui, presidente, houve destaque na proposta 1 e na proposta 15.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari. (Presidente do CNAS) A conselheira informa, só foi aprovada a proposta 11, é isso?

Sr. Carlos Eduardo Ferrari. (Presidente do CNAS) A leitura da proposta 1.

Conselheira Simone Albuquerque: Presidente Carlos, a proposta 11 também teve destaque.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari. (Presidente do CNAS). Isso significa que as 17 propostas foram destacadas.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Nós pedimos a colaboração de vocês. No início é assim mesmo, depois nós vamos acertando e vai ficando mais tranquilo. Pois não, é lá o microfone. Questão de ordem?

Participante não identificado: Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria que a mesa mudasse a conduta da questão de destaque porque nós aprovamos algumas propostas e agora já foi dito que a proposta 1 não foi aprovada. Então, precisa que a mesa tome um posicionamento de como serão feitos esses destaques. Cadê a turma do apoio para pegar os crachás? Eu acho que é por aí, porque senão nós aprovamos uma coisa sem destaque e depois aparece aqui o destaque. Vamos ser mais transparente.

Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Obrigado. Lembrando que ao fazer destaque o crachá remetido à mesa de apoio aqui à direita do palco.

Senhor Ronaldo Sena Camargo: Gostaria de esclarecer o seguinte: a pessoa não tem como deixar o crachá na mesa de apoio porque na medida em que nós vamos fazer a leitura ela pode fazer destaque em mais de uma proposta, correto? Então, nós pedimos que a pessoa que vai fazer destaque anuncie ali na mesa de apoio dizendo “estou destacando a proposta de número tal”. Assim a mesa anota. Assim sugiro que a mesa de apoio, no momento da leitura diga o nome da pessoa que pediu o destaque, depois só passar para a mesa, isto que facilita o trabalho.

Participante não identificado: Tem dois pedidos de questões de ordem. Gláucia, por favor.

Senhora Gláucia: Bom dia a todas e todos. Quero fazer uma questão de ordem à mesa: seria interessante para o procedimento de destaques que a mesa, que tem a visão do todo, na hora que a pessoa destacar, levantou crachá, ela avisa do destaque, proposta 1. Assim a mesa que já tem um direcionamento do destaque, a pessoa se dirige à mesa para dar o nome, assim facilita. O plenário fica sabendo, qual proposta já está destacada, mas a mesa já anuncia para facilitar o trabalho.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari. (Presidente do CNAS) Marcos Castilho. É a mesma? Obrigado Marcos, obrigado Gláucia.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari. (Presidente do CNAS) Proposta 1.

Senhor Ronaldo Sena Camargo: Fortalecer a luta da classe trabalhadora e pelo direito ao trabalho digno com remuneração justa. O destaque é da Telma Regina.



Senhora Telma Regina: Bom dia, meu nome é Telma, DF. Com relação a esse item, eu acho que todo trabalho é digno e a remuneração é justa. Com referência a essa questão, ela pode ser justa para o padrão e pode ser injusta para o trabalhador. Então, eu acho que é um item muito vago. Gostaria de propor a alteração seguinte, para: Garantia de condições dignas de trabalho, com piso salarial estipulado por categoria, porque nós vamos garantir nessa conferência a mesa de negociação, luta da classe trabalhadora garantida pela Constituição. Então, eu acho que nós temos que fortalecer alguns itens que estão aqui e com essa outra redação eu acredito que nós tenhamos mais ganho.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari: (Presidente do CNAS) O plenário acata? Tem mais algum destaque nesse item?

Senhor Ronaldo Sena Camargo: Só a Telma.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari: (Presidente do CNAS). Alguém mantém o texto anterior, o texto original trazido pela relatoria ou essa plenária acata a proposta da companheira Telma?

Senhor Ronaldo Sena Camargo: Não é para levantar o crachá, não abriu o regime de votação. A Telma fez o destaque e de acordo com o Regimento nós temos uma defesa do destaque e uma fala. Depois disso que nós abrimos o regime de votação. Não levantem o crachá ainda. Alguém vai fazer então a defesa do texto original? Esse senhor de chapéu vai fazer a defesa da proposta original. É isso? Pode usar o microfone.

Sr. Giovan Morais: Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Giovan Morais, sou de Salvador, Bahia, Sindicato dos Psicólogos da Bahia. Sinceramente, eu achava que a mudança que foi proposta a alteração não contemplava salário e piso por categoria. Nós temos que ter salário uniforme para todos os trabalhadores de nível superior. Entendeu? Eu fiquei num impasse se defenderia a proposta. Eu pensei que ela fosse fazer uma alteração mais interessante, mas sou forçado a defender aquilo que está lá. Entre uma e outra, eu vou ficar com a proposta original só por esse motivo. Eu acho que podemos entender que o justo ali é justo para classe trabalhadora, mas defender piso por categoria não dá. Tem que ser uniforme para todas as 12 categorias de nível superior. É por esse motivo que eu estou defendendo a proposta original.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Muito bem. Agora sim, nós temos uma proposta de alteração do texto e temos uma defesa pela proposta original do texto. A companheira Telma mantém a sua proposta pela alteração do texto? Mantém. Agora nós podemos colocar em regime de votação. A proposta 1 vai ser a proposta original, aquela que vem no relatório de vocês, e a proposta 2 defendida pela companheira Telma. Em regime de votação, quem vota pela manutenção do texto levante seu crachá. Alteração. Abstenção. Pelo contraste, aprovada a proposta 1. Muito bem. Ronaldo, a proposta 2 por favor.

Participante não identificada: Vou ler. Buscar a valorização dos trabalhadores do SUAS e a conquista de condições do exercício profissional com qualidade, respeitando e construindo respostas às demandas sociais com a população em cumprimento aos princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Assistência Social e da NOB-SUAS.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Cláudia de São Paulo pediu destaque.

Srª Cláudia: Bom dia. A proposta 2 que foi discutida no nosso grupo é só de acréscimo, incluir também da NOB-RH/SUAS no final.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): A proposta de inserir no final do texto NOB-RH/SUAS. Alguém defende o texto original? Estou entendendo então que a plenária concorda com a proposta de alteração do texto apresentada. Então vamos votar. Em regime de votação, aqueles que votam pela manutenção do texto da forma que estava levantem seus crachás. Pode abaixar. Aqueles que votam pela alteração. Abstenção. Aprovada a proposta 2. Proposta 3.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: A proposta 3 é implantar a gestão do trabalho a partir da NOB RH para garantir o trabalho qualificado no desenvolvimento das ações do SUAS, com base em diagnóstico do número de trabalhadores necessários em relação à demanda de trabalho existente nos serviços continuados, programas e projetos. O Marcos do Rio de Janeiro que pediu destaque.

Sr. Marcos: Apenas um acréscimo no texto. Onde diz “Implantar gestão do trabalho nas três esferas de governo” e a partir daí o texto segue igual.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Alguém defende a manutenção do texto original. Aqueles que votam pela manutenção do texto da proposta 3 do jeito que está levantem seus crachás. Pela alteração. Abstenção. Aprovada a proposta 3. Proposta 4, Léia.

Sr^a Léia Braga: Garantir o co-financiamento de recursos humanos nas três esferas de governo, conforme a lei 12.435 de 2011, a NOB-RH/SUAS de forma democrática e participativa, com definição de condições materiais, éticas e técnicas para o desenvolvimento do trabalho e com elaboração de normas e protocolos específicos voltado a viabilizar saúde e segurança dos trabalhadores.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Destaque do Augustinho Soares e Andréia de Oliveira. Augustinho Soares e a próxima Andréia de Oliveira que destacou também essa proposta número 4.

Sr. Augustinho Soares: Bom dia a todas e a todos. Nós sabemos que isso tudo está garantido em lei, certo? Nós temos uma experiência lá em Belém que a prefeitura de Belém já vai para a 4ª contratação de profissionais para trabalhar na política de assistência social. Em ano pré-eleitoral então a farra de contratação é imensa. Assim, nós propomos, apesar de estar na lei, nós sabemos que é difícil, é um acréscimo a esse texto. Em caso de descumprimento da lei, comunicação imediata ao Ministério Público e a outros órgãos do controle social e fiscalização dos recursos públicos. É uma proposta de acréscimo. Nós sabemos disso, acontece em todas as cidades do Brasil. Nós não conseguimos ainda fazer com que os gestores criem vergonha na cara e façam o concurso público para garantir a execução da política.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Companheiro, o senhor fala o texto, por favor?

Sr. Augustinho Soares: Acréscimo ao texto: “Em caso de descumprimento da lei, comunicação imediata ao Ministério Público e a outros órgãos de controle social e fiscalização dos recursos públicos”.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): A relatoria conseguiu alcançar a proposta?

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Andréia de Oliveira.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Sr^a Andréia de Oliveira: Bom dia a todos. O meu destaque é que depois da NOB-RH/SUAS nós aprovamos no grupo, estipular o prazo porque sabemos que essas coisas demoram, assim colocamos até 2015, foi aprovado lá no nosso grupo e eu queria manter isso e também concordo com o destaque do colega (Augustinho), de acréscimo.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Obrigado companheira. Vejam, nós temos 2 destaques. Um que trata do acionamento a outros órgãos de controle social e do Ministério Público e outro que estipula um prazo para o cumprimento dessa deliberação. Como se trata de questões diferentes, eu vou ter que submeter à plenária as 3 situações. Primeiro eu pergunto à plenária: alguém defende a proposta original? Alguém que gostaria de defender apenas a inserção dos textos de um ou de outro? Eu estou entendendo que os 2 textos estão sendo acatado, é isso?

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Não, espera, calma. As 2 propostas, inclusive a companheira que falou depois disse que concorda com a proposta do Augustinho. Ela disse que concorda. Portanto, a proposta da mesa é que eles façam uma redação única porque os 2 disseram que concordam com a proposta. Então, que eles façam uma redação única e nos apresentem.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Voltando a perguntar: tem alguém que gostaria de defender o texto original?

Participante não identificado: Eu queria solicitar o seguinte: foi feita uma questão de ordem pela própria plenária no início dos trabalhos, solicitando que como a mesa tem a visão do todo, que a mesa prestasse atenção nos destaques. No entanto, na hora que nós estamos perguntando se tem alguém que quer defender, as pessoas não estão se manifestando e depois vêm aqui. Vejam, fica difícil para a mesa ter que olhar uma coisa que vocês não se manifestam. Por favor, no momento em que o presidente perguntar se tem alguém que quer se manifestar, por favor, levante e já chama a nossa atenção para que possamos ver e poder dar o encaminhamento. Por favor, a pessoa que quer fazer a defesa da manutenção.

Sr^a Joana: Bom dia, plenária. Sou Joana do estado de Goiás, estamos nesta plenária representando o Brasil inteiro e é por isso que nós estamos aqui para construir a política pública para atender toda a classe trabalhadora. E é nesse sentido que proponho manter a proposta original do texto, porque quando mantemos a proposta original do texto é para que possamos ter mais possibilidade de que tenhamos êxitos, porque sabemos que temos prazos a cumprir, planos, e com tudo então se nós impomos uma data específica, isso se torna muito mais difícil para ser cumprido, sabemos. Então, por questão de estratégia política é que defendemos a manutenção do texto, penso que nesse momento é o mais viável para nós. Obrigada.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Obrigado companheira. Tem um pedido de questão de ordem, eu já vou passar a palavra, mas só queria pedir para aqueles que fizeram a proposta de alteração, que façam isso por escrito para a mesa, para que nós possamos apresentar antes de votar, ok? Questão de ordem, por favor.

Sr^a Isabel: A questão de ordem é a seguinte: queria propor que a mesa vote em separado as 2 propostas, porque há pessoas que concordam com alguma delas, mas não com a outra e nós nos sentimos prejudicados na votação se for tudo junto.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Muito bem. Então, antes de fazer isso companheira, nós vamos votar pela manutenção da proposta original ou pela alteração. O Renato de Paula, nosso vice-presidente vai fazer a leitura.



Sr. Renato de Paula (Vice-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): A proposta original: garantir o co-financiamento de recursos humanos nas três esferas de governo, conforme a lei 12.435 de 2011, a NOB-RH/SUAS de forma democrática e participativa, com definição de condições materiais, éticas, técnicas para o desenvolvimento do trabalho e com elaboração de normas e protocolos específicos voltados a viabilizar saúde e segurança dos trabalhadores.

A proposta com alteração fica assim: garantir o co-financiamento de recursos humanos nas três esferas de governo, conforme a lei 12.435 de 2011, a NOB-RH/SUAS até 2015 de forma democrática e participativa, com definição de condições materiais, éticas, técnicas para o desenvolvimento do trabalho e com elaboração de normas e protocolos específicos voltado a viabilizar saúde e segurança dos trabalhadores. Em caso de descumprimento da lei, comunicar imediatamente ao Ministério Público e a outros órgãos de controle social e fiscalização dos recursos públicos.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Renato me permite contribuir? Quero esclarecer à plenária a seguinte questão: a única coisa que a mesa fez aqui agora foi a leitura conforme foi apresentada pela relatoria. Aí as pessoas que fizeram destaque podem entrar em consenso se elas concordam ou não em agrupar ou não. Elas devem ser levadas para a relatoria e colocadas. Mas foi feita uma proposta de separar porque tem pessoas que querem aprovar um destaque que foi feito, uma alteração, e outras não. É isso. Então, a mesa vai colocar a seguinte questão: nós vamos votar primeiro, se vamos manter o texto ou se vamos alterar o texto. Se o plenário falar que vai manter o texto, essa discussão de alteração encerra. Se falar que vai alterar o texto, nós vamos colocar por etapa a votação, a primeira alteração e a segunda alteração. É isso que nós vamos fazer. Não precisa as pessoas ficarem exaltadas, a mesa está entendendo o mecanismo aqui, nós estamos trabalhando em consonância com a mesa de apoio e com a relatoria.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Obrigado, Ronaldo. Feita a explicação, nós estamos em regime de votação. Aqueles que votam pela manutenção do texto original, da proposta 4, que levantem os seus crachás. Podem baixar. Aqueles que votam pela alteração do texto. Aqueles que votam pela abstenção. Aprovada a manutenção do texto da proposta 4. Proposta 5, vice-presidente Renato de Paula proceda a leitura, por favor.

Sr. Renato de Paula (Vice-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Proposta 5: lutar por leis que garantam em cada esfera de governo a implementação do plano de carreira, cargos e salários – PCCS – específicos para os trabalhadores do SUAS, visando...

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Companheiros, estamos num processo democrático participativo e o contraste é previsto em Regimento Interno. Está aprovada a proposta 4. Por favor, a proposta 5, vamos fazer a leitura.

Sr. Renato de Paula (Vice-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Lutar por leis que garantam em cada esfera de governo a implementação do plano de carreira, cargos e salários – PCCS – específicos para os trabalhadores do SUAS, visando a constituição do piso e isonomia salarial das equipes de referência, jornada de 30 horas semanais e quando for o caso adicional de risco, adicional noturno, periculosidade, produtividade, insalubridade, dentre outras garantidas, com base nas diretrizes da NOB-RH/SUAS e de acordo com a resolução do Conselho Nacional de Assistência Social 17/2011.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Nesta proposta, presidente, nós temos 5 destaques. Eu vou anunciar: Gilma de São Paulo, Marcos Antônio do Rio de Janeiro, Volnei de Minas Gerais, Gisele do Mato Grosso e Cláudia de São Paulo. Essas são as pessoas que fizeram destaques na proposta de número 5.



Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): vou pedir àqueles que tenham já os seus destaques contemplados obviamente que possam retirar ou vamos ouvir todos com certeza. Ronaldo, por favor, coordena para nós a apresentação.

Srª Gilma Rossafa: Bom, a questão que eu gostaria que fosse alterada o texto é na questão da periculosidade e produtividade. Acho que o adicional de risco noturno, insalubridade contempla todas as outras questões de garantia, de condições dignas de trabalho, de metodologias de trabalho, de estratégias de trabalho. A questão da periculosidade e da produtividade, primeiro a questão da periculosidade traz um estigma ao nosso público de atendimento, população de rua, egresso, medida sócio-educativa e isso vai ferir o direito dos companheiros usuários do sistema. E a questão da produtividade não dá qualidade aos serviços. Então, eu proponho a retirada da periculosidade e da produtividade e mantenha vamos lutar por condições de trabalho, equipamento. Mas estigma na população não.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Próximo destaque Marcos Antônio. Gilma, fica aí porque como tem muitos destaques talvez vai necessitar de vocês virem aqui na mesa da relatoria para tentar fazer um acordo aqui de redação.

Sr. Marcos Antônio: Mesa, minha proposta de alteração já foi apresentada à relatoria, estamos seguindo a orientação da mesa. O que eu estou trazendo aqui? Nós já vimos lutando há muito tempo por leis que garantam direitos. Nós não fazemos outra coisa na vida, lutar e lutar. A minha proposta é que nós sejamos mais objetivos e aí propondo: propor projeto de lei que garanta em substituição a lutar por leis que garantam. O texto segue. Depois, no lugar de ser somente para equipe de referência, para todos os trabalhadores do SUAS, e aí contemplando a questão da isonomia e do piso, visando ainda a constituição do piso, porque aí sim se refere à equipe de referência. Eu já deixo aqui o meu ajuste com a companheira que me antecedeu porque eu também concordo com a proposição dela. Então, eu já estou juntando a minha proposta com a proposta de supressão dela dos itens que ela aqui apresentou.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Ok Marcos. Volnei.

Sr. Volnei: Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais. Nós temos diversos municípios em diversos estados que já conquistaram jornada de até 20 horas e de 24 horas. Então, eu sugiro que a jornada seja de até 30 horas porque senão teremos perda de direitos já conquistados. Sugiro que retire do texto o adicional de risco, o adicional noturno, periculosidade, produtividade e insalubridade. Nós precisamos ter salários dignos, salários justos e tirar esses penduricalhos que sempre estamos vendo no dia a dia. Então, a minha sugestão é para suprimir esses adicionais.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Gisele do Mato Grosso.

Srª Gisele: Bom dia a todos e todas. Gisele, município de Juína, interior de Mato Grosso. No nosso grupo que é o grupo 16, nós fizemos uma discussão com relação a essa proposta e nós consideramos que o verbo lutar é bastante subjetivo. Então, nós precisamos por mais que nós lutemos no nosso cotidiano nós precisamos garantir em cada esfera de governo a criação de leis que instituem os PCCSs. É isso que nós precisamos. E além disso, nós discutimos também a questão da periculosidade na mesma lógica que a nossa colega falou e a questão da insalubridade também, até mesmo porque existem legislações específicas que tratam sobre o assunto, inclusive do direito que os trabalhadores têm ao adicional noturno.

Assim, acredito que o adicional noturno deva ser mantido, mas vamos rever essa questão da insalubridade. Quero aproveitar e fazer para a mesa uma questão de ordem porque no artigo 23 do nosso regimento, quando fala do processo de apreciação e aprovação do relatório final, fala no inciso 3º que a apresentação de defesa a favor ou contra é somente quando for solicitado por qualquer delegado.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Então, eu acho que a mesa não precisa perguntar se alguém defende. Pergunte se a plenária está esclarecida para votar porque senão tiver alguém daí vai pedir defesa e aí a mesa conduz dessa forma. É apenas uma sugestão para nós conseguirmos andar melhor com as nossas atividades.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Obrigado. Cláudia, São Paulo.

Sr^a Cláudia: A minha também já está aí. Mas eles estão trocando, da Gilma. A nossa é lutar pela efetivação de leis, essa parte primeira. Depois lá na parte da jornada, colocar jornada de até 30 horas semanais e sem redução de salário, porque nós sabemos que depois que os assistentes sociais conseguiram às 30 horas, muitos foram mandados embora e contratados outros assistentes sociais com redução de salário.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Presidente, todos os destaques foram feitos.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Bom, antes de nós tratarmos das alterações, vamos verificar se existe a defesa pela manutenção do texto. Existe alguém que gostaria de defender o texto original?

Participante não identificada: Bom dia a todos. É só em relação à periculosidade, Vejam. Porque em 1 ano de serviço eu me machuquei 2 vezes e não só eu como meus colegas também acabaram se machucando, não em relação ao usuário, de forma alguma, mas questões de acesso a alguma casa. Eu mesmo levei um tombo descendo um morro. Ou até mesmo mordida. Eu entrei em uma casa e fui atacada por um cachorro. Então, eu acho que tinha que manter a periculosidade, gente. Só por isso.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Temos uma defesa do texto original. É isso, companheira? Muito bem. Antes de nós tratarmos das alterações, vamos votar se nós mantemos o texto original ou se discutimos as alterações. Em regime de votação: aqueles que defendem a manutenção do texto original, que levantem os seus crachás. Aqueles que votam pela alteração. Abstenções. Então, a plenária define que nós vamos ter alterações nessa proposta. Parece-me que a proposta da Gisele, do Marcos e da Dilma se convergem e tem aí o Volnei e a Cláudia com ingredientes diferentes que deveriam ser tratados. Eu vou pedir à mesa de apoio então que nos apresentem as propostas que agora nós possamos submeter para a votação. Tem temas aí como a questão da periculosidade, que tanto Dilma, quanto Marcos, quanto Gisele defendem que seja retirada, e o Marcos e a Gisele também defendem a alteração da concepção de lutar, trocando por um verbo mais propositivo, propor projeto de lei.

Sr. Renato de Paula (Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Enquanto a relatoria ali arruma o texto, vou passar um informe de utilidade pública, o senhor Elias – esse informe já foi dado ontem e lamentavelmente nós vamos ter que repetir hoje – o seu Elias Heller perdeu um celular modelo HM da Nokia de cor preta. Esse celular é extremamente importante para o senhor Elias porque esse celular contém o marca-passo dele. Então se alguém achar, por favor, entregue aqui na mesa de relatoria, ou quem não achar depois nos intervalos que nós ajudemos a procurar, porque nós precisamos achar esse celular do senhor Elias, porque nesse celular tem o marca-passo dele que é extremamente importante. Obrigado.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Presidente, se me permite, eu queria fazer uma sugestão de encaminhamento à mesa, que as 5 pessoas que fizeram destaque na questão de número 5, favor direcionar-se à mesa da relatoria para ver se há consenso nas propostas que foram apresentadas e nós continuamos o trabalho aqui nos destaques na questão 6 para ganhar tempo. Pode



ocorrer das 5 pessoas entrarem em consenso e assim fazem uma redação e nós colocamos em votação no plenário. Essa é a minha proposta. As pessoas que fizeram destaque, se chegarem num consenso e apresentarem uma proposta, cabe a elas discutirem se vão unir os 5 destaques, apresentar em conjunto ou se não chegar no consenso, a mesa vai colocar destaque por destaque, esse é o encaminhamento de toda a plenária final.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social) O grupo vai trabalhar na construção da proposta e nós vamos para a próxima, depois retornamos para essa em processo de construção. A Léia vai fazer a leitura da próxima proposta destacada, a proposta 6.

Sr^a Léia Braga: Realizar concurso público nas três esferas de governo, para todas as áreas profissionais, nível superior, médio e fundamental dos serviços socioassistenciais, constituindo e ampliando o quadro de trabalhadores efetivos do SUAS, de acordo com a NOB-RH/SUAS, as diretrizes dos PCCSs e as necessidades dos serviços socioassistenciais.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Nessa questão de número 6 tivemos destaque de Gisele e Cláudia. Gisele – Mato Grosso e Cláudia, novamente, fizeram destaque, a mesa nos passou aqui. Cláudia está retirando, é isso? Não fez? E Gisele, também não? Nós estamos na 6.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Assim, não temos destaque na 6. Correto?

Participante não identificada: Presidente Carlos, tem aqui a Maria do Socorro de Goiás que ela tinha feito destaque nessa questão e nós não passamos para a mesa.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Maria do Socorro, por favor, qual o destaque delegada.

Sr^a Maria do Perpétuo: Bom dia a todos e a todas, sou de Goiás, Delegada. O meu destaque é só para acrescentar na questão 6 a palavra “garantir a realização de concurso público” e o restante do texto permanece. Obrigada.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): A plenária está esclarecida quanto à proposta da delegada Maria do Socorro? Em regime de votação, aqueles que votam pela manutenção do texto original que levantem os seus crachás. Pode abaixar. Pela alteração conforme proposto pela Delegada. Pode baixar. Abstencões? Manutenção aprovada. Nós temos acordo na proposta 5, vamos verificar como é que ficou o texto. Os 5 destaques conseguiram construir o consenso. Renato de Paula, por favor.

Sr. Renato de Paula (Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): A proposta então unificada pelos autores: propor projeto de lei que garanta, em cada esfera de governo, a implementação de plano de carreira, cargos e salários, PCCSs, específicos para todos os trabalhadores do SUAS, visando ainda a constituição de piso e isonomia salarial das equipes de referência, jornada de até 30 horas semanais, sem redução salarial e, quando for o caso, adicional de risco, adicional noturno e insalubridade, dentre outras garantias, com base nas diretrizes da NOB-RH/SUAS e de acordo com a resolução CNAS número 17/2011.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Essa é a proposta. Podemos votar, a plenária está esclarecida quanto à proposta? Posso encaminhar a votação. Aqueles



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

que votam na proposta como estava, na proposta original encaminhada pela relatoria, que levantem seus crachás. Aqueles que votam pela proposta apresentada pelos 5 destaques, consensuada. Abstenções? Proposta aprovada. Proposta 7, o vice-presidente vai fazer a leitura.

Sr. Renato de Paula (Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social):Proposta 7: instituir mesa de negociação coletiva com composição paritária entre gestores e prestadores de serviço e trabalhadores das área de assistência social, para construir e implementar o plano de cargos, carreiras e salários, nos três níveis de governo, de acordo com a NOB-RH/SUAS e a Resolução CNAS número 17.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Temos destaque do Volnei e Minas Gerais na proposta 7, da Reima, do Mato Grosso do Sul, Vânia de Santa Catarina, Antônio, Ana Tojal, Júlia Depitupiski ? E Maria Godoi. Esses são os destaques feitos na proposta de número 7. O primeiro destaque é do Volnei, de Minas Gerais.

Sr. Volnei: Eu quero pedir para vocês a sensibilidade, porque nós temos alguns governantes nefastos. Eles colocam mesa de negociação transitória, por um ano ou dois anos. Então que nós coloquemos que seja mesa de negociação permanente.

Srª Reima: Bom dia. Meu nome é Reima, eu sou de Mato Grosso do Sul. Eu peço a supressão dessa proposta em virtude do número 15, que já contempla.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Vânia, Santa Catarina.

Srª Vânia: Bom dia a todos. Sou conselheira municipal da capital, de Florianópolis, sou diretora sindical em Santa Catarina. Lá no conselho eu represento o segmento dos trabalhadores. O meu grupo aprovou a seguinte proposta de alteração nas 7 : instituir mesa – eu vou alterar neste momento, colocar “instituir nesta conferência, mesa de negociação permanente do SUAS, com composição paritária entre gestores e entidades representativas dos trabalhadores”, o resto continua igual – “da assistência social, para construir e implementar o plano de carreiras e salários nos três níveis de governo, de acordo com a NOB-RH/SUAS e Resolução 17.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Obrigado, Vânia. Ana Tojal.

Srª Ana Tojal: Bom dia. A proposta é que haja uma alteração para o seguinte texto: instituir imediatamente mesa de negociação permanente, com composição paritária entre gestores, prestadores de serviço e trabalhadores da área da assistência social, para construir e implementar a política de gestão do trabalho nos três níveis de governo de acordo com a NOB-RH/SUAS e a Resolução 17. Porque uma mesa de negociação não é só para construir planos de cargos e salários, mas para instituir uma política de gestão do trabalho e acrescentar a questão de ser imediatamente.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Obrigado, Ana. Júlia.

Srª Júlia:Bom dia a todos, eu sou Júlia Depituski do Espírito Santo.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Só um minutinho, Júlia. Eu peço as pessoas que fizeram proposta para não retornar aos seus lugares, porque com certeza elas vão ter que fazer o mesmo encaminhamento de consenso, está bom?

Srª Júlia: Não sou delegada, sou convidada representando o COGEMAS. Concordo com a companheira que falou em segundo lugar, da supressão dessa proposta e que a proposta 15 poderia sofrer algu-



mas alterações, porque senão nós teríamos duas propostas abordando sobre o mesmo tema e sem necessidade. Então suprime e discuta, talvez alguma emenda na quinze porque o tema é o mesmo que é instalação de mesas de negociação.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Obrigado, Júlia. Maria Godoi.

Sr^a Maria Godoi: Eu estou de pleno acordo com a companheira que me antecedeu. Nós temos duas propostas muito parecidas, que se complementam uma na outra. A 7 e a 15. Eu também sugiro que nós nos reunamos e pensemos um único texto que condense as duas.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Presidente, todas as pessoas que pediram destaque foram contempladas aqui.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Vamos ter que conduzir agora o processo no seguinte sentido, delegados e delegadas: primeiro nós vamos votar pela manutenção, pela supressão ou pela alteração. Esse é o primeiro cenário. A proposta 1 é pela manutenção conforme texto da relatoria. A proposta 2 é a supressão conforme defendido por alguns destaques e a proposta 3 por algumas alterações já destacadas. Plenária está esclarecida? Podemos votar? Quem vota pela proposta 1, manutenção do texto encaminhado pela relatoria, que levante seus crachás. Pode baixar. Proposta 2, pela supressão. Pode baixar. Proposta 3, pela alteração. Agora abstenções, por favor. Aprovada a supressão da proposta 7. Leitura do texto da 8, Léia.

Sr^a Léia Braga: Constituir política de capacitação continuada de acordo com a NOB-RH/SUAS, com recursos da União, estados e municípios, voltada para os trabalhadores, gestores, conselheiros, entidades da rede sócio-assistencial nos três níveis de governo, orientando-se pelo princípio da profissionalização, da ética e pelo direito de atendimento aos usuários como sujeitos de direitos.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: O destaque na 8 foi feito pelo Benedito Alemão.

Sr. Benedito Alemão: Bom dia a todos. Minha indignação primeira é que eu já vi os delegados em maior número nesse plenário. Bom, nós temos aqui uma proposta de supressão da palavra “capacitação continuada” e a inserção da palavra “educação permanente”. Essa é a nossa proposta.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Nós só tivemos esse destaque, então a proposta do companheiro é alteração do texto, “capacitação continuada” por “educação permanente”, Ok? Relatoria esclarecida? Plenário esclarecido? Podemos votar? Então em regime de votação, aqueles que votam pela manutenção do texto levantem seus crachás. Podem baixar. Pela alteração do texto. Abstenções? Manutenção aprovada. Nosso vice-presidente, Renato de Paula, leitura da questão 9.

Sr. Renato de Paula (Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Elaborar e implementar plano municipal, estadual e nacional e formação permanente para os trabalhadores do SUAS, em consonância com a NOB-RH/SUAS e na perspectiva da qualificação dos serviços socioassistenciais em articulação com as demais políticas setoriais, o poder judiciário e o legislativo, contemplando temas relacionados à gestão, trabalho socioassistencial com famílias, álcool e outras drogas, divulgação dos direitos sociais, estratégias de mobilização popular, inclusive para o atendimento especializado à pessoa com deficiência, sobretudo o curso básico da língua brasileira de sinais.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Nessa proposta Presidente tivemos destaque da Jane, do Rio Grande do Sul, Agmar, Minas Gerais, Vânia Queirós, Benedito Alemão, Adair Lima e Auxiliadora. Primeiro destaque é da Jane.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sr. Jaime: Bem, eu não estou questionando nenhuma proposta. A minha questão é, como eu sou da tribo Kaingang do Rio Grande do Sul, nós estamos em termos de construção de projeto de trabalho. Pelo que eu notei até aqui, nós não estamos sendo respeitados como povo indígena nos termos das propostas. Lá no meu grupo 4, como é que eu vou contestar 99% das minhas propostas, o que eu queria? Aí eu ainda queria afirmar a convenção 69, no seu artigo sexto, do seu artigo primeiro, a, b e c e no seu segundo artigo, 2, quando a comunidade indígena está sendo desconsiderada dos seus projetos na construção de qualquer projeto em nível de Brasil, nós poderíamos entrar em juízo. E segundo o artigo 232 também prevê que os índios e a comunidade/organização são parte legítima para ingressar em juízo em defesa dos seus direitos e interesses, intervindo sempre o Ministério Público em todos os atos do processo. Então quero propor de ampliar, em todos os projetos, e também em todos que trabalham, queria que botassem indígenas e quilombolas. Era essa a minha preocupação, porque o trabalho ele vai até 2015.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Agmar sua proposta.

Sr. Agmar: Bom dia a todos e a todas. Eu fico feliz de ter alguém falando por índio e quilombola e os nossos povos tradicionais. Exatamente essa razão que nós queríamos que colocasse o adendo aqui no “inclusive para as comunidades e povos tradicionais” e aí daria continuidade ao texto “para atendimentos, especialidades das pessoas com deficiência”. Porque essa é uma questão, plenária, que nós queremos pedir a vocês, aos trabalhadores do SUAS que deem importância a esses povos tradicionais no geral, onde nós estamos falando de todos, pescadores artesanais, povos de terreiro, quilombolas, ribeirinhos, todos os povos que estão instituídos dentro das comunidades tradicionais e que tem a sua especificidade dentro das suas comunidades e que precisam ser tratados com carinho, está bom? Obrigado.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Vânia Queirós.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Quero pedir, por gentileza, só para que nós conduzamos os trabalhos com bastante tranquilidade, quando alguém tiver o seu destaque já feito, que não reforce o destaque, senão vira defesa. Foi contemplado no seu destaque pedimos que retire para que possamos ter um trabalho com bom andamento.

Sr^a Vânia Queiroz: Bom, bom dia. Eu gostaria de dizer que essa proposta tem uma lógica cruel que quando nós queremos incluir demais acabamos excluindo. A minha proposta é que o texto pare no Poder Judiciário e Legislativo, porque se nós formos listar aqui, vai faltar aqui criança vítima de violência e exploração sexual, egressos do sistema penitenciário, população em situação de rua. Então eu acho que nós não podemos excluir ninguém. Então a minha proposta é que não tenhamos esse nível de detalhamento, já que estamos num país tão grande e tão diverso, que eu acho que capacitação nessa área, precisa é para todo mundo. Uma pessoa em vulnerabilidade não é mais vulnerável que a outra e temos grandes diferenças. Então a minha proposta é que não se tenha essa especificação no texto.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Obrigado. Benedito Alemão.

Sr. Benedito Alemão: É importante o que a companheira disse, realmente, quando ela fala do Poder Judiciário ali e o Legislativo, entre o Poder Judiciário e o Legislativo nós colocaríamos mais uma palavra, uma instituição que há muito tem lutado em defesa dos direitos daqueles que são agredidos, que não tem a cobertura pelas leis, que é a Ordem dos Advogados do Brasil. Eu gostaria que essa palavra fizesse parte entre o Poder Judiciário e o Legislativo.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Ok, por favor, plenário. Eu acho que nós temos que garantir a intervenção de todas as pessoas e os delegados, a plenária manifesta a sua questão através do voto. Vamos respei-



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

tar as intervenções que estão sendo feitas no microfone, perfeito? O voto é um sinal que vocês estão concordando ou discordando com a proposta apresentada, mas, garantir que todos falem, desde que tenha feito destaque na proposta é legítimo. Adair Lima.

Sr. Adair Lima: Bom dia. Sou delegado paulista. Da mesma forma que o nosso colega Alemão afirmou aqui e como consta também no Conselho Nacional representante da Ordem dos Advogados do Brasil, o meu destaque também é para que conste no terceiro parágrafo a Ordem dos Advogados do Brasil para compor.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Gente, vamos garantir e a plenária manifesta através do voto. Auxiliadora.

Srª Auxiliadora: Bom dia a todos e a todas. Eu sou conselheira nacional, representante da PNENS, sou delegada.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Gente, só um minutinho, Auxiliadora é deficiente auditiva, então a pessoa está fazendo a leitura por meio de libras, aqui ela está colocando a questão. Vamos prestar atenção.

Srª Auxiliadora: Muito obrigada. No grupo 1 onde nós estávamos discutimos bastante e aprovamos a retirada da palavra “curso básico” e eu vou explicar por que. Porque vocês que fazem, por exemplo, se a pessoa tiver um curso básico não consegue atender a necessidade de comunicação, porque o básico, água, copo, são sinais específicos, não é uma comunicação completa, e isso é impossível para atender deficiente auditivo. Nós precisamos de mais sinais técnicos, nós precisamos termos técnicos aprofundados e contextualizados para poder atender ao surdo. Então curso básico não atende. A proposta precisa de profissionalizante, curso profissionalizante para atender deficiente auditivo e aí sim. Aí vocês serão capazes de atender aos deficientes auditivos.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Presidente, todos que pediram destaque foi garantida a fala.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Ronaldo. Plenária esclarecida quanto aos destaques? Nós temos duas situações, manutenção do texto e alteração. Podemos votar, não é? Em regime de votação, aqueles que votam pela manutenção da proposta original oriunda da relatoria levantem seus crachás. Podem baixar. Pela alteração. Podem baixar. Abstenções? Aprovada a alteração. Eu vou pedir para que todos aqueles que fizeram destaque se dirijam à mesa de apoio para nós tentarmos construir uma proposta de consenso e aí vamos para a 11 e depois voltar para verificar se eles conseguiram consensuar.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Nós temos a questão 10, Presidente, que foi destacada.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Já tem consenso dessa proposta, a de n. 9?

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Beatriz, você está dizendo que já tem um consenso, e o pessoal lá do fundo está dizendo que ainda não.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Vamos para a proposta 10 e depois voltamos.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: A proposta 10, só tem um destaque Presidente.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Ok. Então eu vou pedir para o Renato de Paula fazer a leitura da questão 10.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sr. Renato de Paula (Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Garantir a implementação da NOB-RH/SUAS nos planos de assistência social, com dotação orçamentária do PPA, LDO e LOA, com respaldo de pactuação tripartite, para assegurar a equipe de referência na proteção social básica e especial.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Nessa proposta tivemos o destaque do Marcos, Rio de Janeiro. Foi a única pessoa que pediu destaque.

Sr. Marcos: Apenas um acréscimo ao final da proposta, o texto não está na tela o pessoal está trabalhando na proposta 9 ainda? Então seria, após o ponto colocar vírgula “bem como para as todas demais categorias de trabalhadores do SUAS”. Porque me chama a atenção, nós estamos trabalhando a busca, a luta de conquista de financiamento para todos os trabalhadores, não apenas para equipes de referência, e isso tem me incomodado nos textos, embora eu seja profissionalmente membro dessa categoria de referência, mas nós não podemos pensar apenas na equipe de referência quando vamos tratar dos trabalhadores do SUAS, e em várias propostas só aparecem as equipes de referência. Obrigado.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Obrigado, companheiro Marcos. Esclarecida a plenária? Então podemos votar?

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Só um minutinho, que eu acho que o José está pedindo para falar José, por favor.

Sr. José: Bom dia. Eu concordo com o Marcos, mas eu mudaria o final. Eu colocaria: em consonância com a NOB/RH e com a Resolução 17 do Conselho Nacional, que ratifica a equipe de referência que está na NOB-RH e que reconhece as demais categorias profissionais que estão no Sistema Único de Assistência Social.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Mas alguém? Não. Presidente.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Esclarecida a plenária. Em regime de votação.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Questão de ordem.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Questão de ordem pode falar.

Participante não identificada: Se não me engano, foi solicitado apenas o destaque. Nós precisamos manter isso, porque senão eu também, em determinados momentos, sem pedir destaque, vou querer propor alteração. Então essas coisas tem que estar claro.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Ok, companheira. Obrigado pela colocação. Então só para esclarecer a plenária, a votação vai ser da seguinte forma, manutenção e alteração. Se houver alguma defesa em cima da alteração, a pessoa se inscreve para fazer a defesa e não entra no destaque, tudo bem? Conforme foi colocado pela delegada. Então, agora podemos votar, em regime de votação, aqueles que defendem a manutenção do texto da proposta 10, levantem seus crachás. Podem baixar. Pela alteração. Abstenção? Alterada a proposta número 10. Já temos consenso na 9? Não? Então vamos para a proposta 11.



Sr. Ronaldo Sena Camargo: Na proposta 9, já tem consenso, Presidente.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Então, na proposta 9 a relatoria está informando o seguinte, os delegados que fizeram destaque não conseguiram chegar a um consenso ainda. Nós vamos ter aqui duas propostas para serem apresentadas e para serem votadas. Por favor, Léia, proceda à leitura.

Srª Léia Braga: Proposta 9: elaborar e implementar plano municipal, estadual e nacional de formação permanente para os trabalhadores do SUAS, em consonância com a NOB-RH/SUAS e a perspectiva da qualificação dos serviços sócio-assistenciais em articulação com as demais políticas setoriais, o poder Judiciário e o Legislativo, contemplando temas relacionados à gestão, trabalho sócio-assistencial com famílias, álcool e outras drogas, divulgação dos direitos sociais, estratégias de mobilização popular, inclusive para as comunidades e povos tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, ciganos, pesqueiros, portuária, assentados, etc, e o atendimento especializado à pessoa com deficiência, sobretudo o curso profissionalizante da língua brasileira de sinais.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Ou seja, essa é uma proposta oriunda da proposta 9, com algumas alterações. E temos uma segunda.

Srª Léia Braga: Elaborar e implementar plano municipal, estadual e nacional, de formação permanente para os trabalhadores do SUAS, em consonância com a NOB-RH/SUAS e na perspectiva da qualificação dos serviços socioassistenciais em articulação com as demais políticas setoriais, o poder Judiciário e o Legislativo.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Então vejam, só para diferenciar bem, para a plenária ficar esclarecida, a primeira elenca uma série de públicos da política, a segunda vai só até Legislativo, não elencando públicos específicos.

Srª Léia Braga: E tem a terceira.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Vamos à terceira agora.

Srª Léia Braga: Elaborar e implementar plano municipal, estadual e nacional e formação permanente para os trabalhadores do SUAS, em consonância com a NOB-RH/SUAS, e na perspectiva da qualificação dos serviços socioassistenciais, em articulação com as demais políticas setoriais, o poder Judiciário, Ordem dos Advogados do Brasil e Legislativo, contemplando temas relacionados à gestão, trabalho sócio-assistencial com famílias, álcool e outras drogas, divulgação dos direitos sociais, estratégias de mobilização popular, inclusive para o atendimento especializado a pessoas com deficiência, sobretudo o curso básico da língua brasileira de sinais.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social):

A proposta 3 é bastante parecida com a original, só que insere a OAB entre os atores participantes da proposta. A plenária está esclarecida? Então eu vou repetir a proposta para o regime de votação para que nós possamos entender, não estamos votando ainda, só para esclarecer a plenária. A proposta 1 insere uma série de outros públicos, como comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, estamos esclarecendo. Além disso, a proposta 1 traz a LIBRAS, a capacitação da Língua Brasileira de Sinais, não numa perspectiva básica, mas profissionalizante, essa é a proposta 1.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A proposta 2 não determina públicos específicos e vai só até o Legislativo. E a proposta é bastante parecida com o texto da proposta original, só que insere como um dos atores defensores da política também a OAB, Ok? Em regime de votação, o que é que acontece? Só um minutinho, plenária. Eu não abri, eu ia começar a abrir, mas a mesa pediu mais um segundo. Atenção plenária, a 3 e a 2 entraram em consenso. Então agora nós só temos duas propostas, a 1, inserindo uma série de outros públicos.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Não, Carlos, a proposta 1 vai até Ministério Público.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Então, Ronaldo, por favor.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Vamos ver se a mesa está entendendo para conduzirmos da melhor forma possível a votação. Relatoria, por favor. A proposta 1 é a proposta que encerra no Ministério Público, é isso? Não? Qual que é a proposta 1? É a grandona, que inclui as comunidades tradicionais, tal e tal, é essa a proposta, sem a OAB. A proposta 1 é aquela que está no telão em vermelho as alterações, está bom? As propostas 2 e 3 entraram em consenso. É isso, mesa de relatoria? E aí inclui a palavrinha OAB e para no Ministério Público, é isso? Ah, eles estão discutindo ainda, Carlos, tenho a seguinte questão de encaminhamento vamos para a 11, enquanto o pessoal chega num consenso na 9.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Vamos para a próxima, a questão 11. Plenária, por favor, eu queria pedir a contribuição da plenária, quando nós fazemos isso é para que ganhemos tempo e para que possamos qualificar o processo. Se existe possibilidade de consenso, vamos trabalhar nessa perspectiva, Ok? Proposta 11, nosso vice-presidente pode proceder a leitura?

Sr. Renato de Paula (Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Garantir e incentivar a participação dos trabalhadores do SUAS em estudos pertinentes à Política de Assistência Social e áreas afins, sem qualquer prejuízo de remuneração.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Temos destaque na proposta 11 da Telma Regina.

Srª Telma Regina: Com relação à proposta 11, eu acredito que os trabalhadores do SUAS estão pretendendo qualificação profissional, melhoria do seu nível. Então quando nós falamos em estudos, isso é muito vago, muito aberto, porque eu posso fazer um grupo de estudos aqui e não tem respaldo para isso. Então a minha proposta é de alteração do texto para garantir e incentivar a participação dos trabalhadores do SUAS em cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado pertinentes à Política de Assistência Social, sem qualquer prejuízo de remuneração.

Sr. Ronaldo Sneir Camargo: Só tivemos esse destaque, presidente.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Então, o destaque propõe a substituição da palavra “estudos” por “cursos”, é isso companheira? A plenária está esclarecida.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Telma, por favor, passe a sua redação para a relatoria para ser incluir. A proposta 9 já tem cosenso?

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Vamos terminar a 11, Ronaldo. Proposta 11 então substituindo a palavra “estudos” por “curso”, Podemos votar? Ela vai ser projetada na tela para que não tenha nenhuma dúvida. A proposta 11 na tela.



Sr. Ronaldo Sena Camargo: Nós estamos na proposta 11.

Participante não identificada: Questão de ordem.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Questão de ordem, por favor.

Participante não identificada: Eu gostaria de colocar, tem questões que nós não vamos conseguir resolver por consenso. Então fica, vai e volta. Ao invés de voltar vamos abrir para defesa. Porque assim dá a oportunidade de discutir com mais tranquilidade as questões, para toda a plenária votar com consciência do que está votando.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Perfeito. Podemos trabalhar na perspectiva da votação da proposta 11.

Srª Rosely: Questão de ordem na 10. Meu nome é Rosely, São Paulo. Eu acho o seguinte, depois que são colocadas na tela as propostas já com destaque, não tem o porquê voltar para refazer uma outra proposta. Se já está contemplada, nós temos que ir para a votação.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Perfeito. A plenária parece que está acatando a sua questão de ordem, nós vamos trabalhar nessa perspectiva. Mas nós estamos na proposta 11. Vamos encerrar aqui para que possamos acatar essa questão de ordem e trabalhar nessa perspectiva. Renato, leia a 11 com alteração, por favor.

Sr. Renato de Paula (Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): A proposta 11, relatoria, por favor. Vou ler a alteração que foi sugerida. Garantir e incentivar a participação dos trabalhadores do SUAS em cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado, pertinentes à Política de Assistência Social e áreas afins, sem qualquer prejuízo de remuneração.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Muito bem. Feita a leitura, plenária esclarecida, podemos votar? Aqueles que votam pela manutenção do texto.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Só um minutinho que tem uma questão ali, Carlos, antes de você abrir a votação.

Participante não identificada: Os trabalhadores do SUAS não são só de nível superior. Se colocar aqui os trabalhadores de nível médio estão fora de capacitação. Então vamos prestar atenção nisso, que nós estamos falando as coisas, trabalhadores do SUAS não é só de nível superior. Aqui os trabalhadores do SUAS, técnico e nível médio vão ser excluídos.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Companheira, eu só queria dizer o seguinte, não foi feito destaque, não dá para nós acatarmos isso nesse momento, já havia sido feito destaque. Vamos votar do jeito que está aqui, ou pela proposta original ou pelo destaque conforme foi colocado, Ok? Isso não é uma questão de ordem. Em regime de votação, aqueles que votam pela proposta original levantem os seus crachás. Podem baixar. Pela alteração. Abstenção? Proposta 11 alterada.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Eu pergunto à relatoria, já podemos encaminhar a questão 9? Estão dizendo que pode Presidente.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Então vamos lá. Questão 9 nós temos duas propostas. Eu vou pedir ao nosso vice-presidente que faça a leitura para que possamos entender são 3 propostas. Ou melhor, para que nós possamos fazer a defesa e proceder ao processo de votação.

Sr. Renato de Paula (Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Então acabou ficando as 3 propostas mesmo. Eu vou ler a proposta 1, vou ler ela inteira, pausadamente. Elaborar e implementar plano municipal, estadual e nacional e formação permanente para os trabalhadores do SUAS, em consonância com a NOB-RH/SUAS e na perspectiva da qualificação dos serviços socioassistenciais, em articulação com as demais políticas setoriais, o Poder Judiciário e o Legislativo, contemplando temas relacionados à gestão, trabalho assistencial com famílias, álcool e outras drogas, divulgação dos direitos sociais, estratégias de mobilização popular, inclusive para as comunidades e povos tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, ciganos, pesqueira, portuária, assentados e etc, e o atendimento especializado à pessoa com deficiência, sobretudo o curso profissionalizante da Língua Brasileira de Sinais. Essa é a primeira proposta.

Proposta 2: elaborar e implementar plano municipal, estadual e nacional de formação permanente para os trabalhadores do SUAS, em consonância com a NOB-RH/SUAS e na perspectiva da qualificação dos serviços sócio-assistenciais, em articulação com as demais políticas setoriais, o Poder Judiciário e o Legislativo.

Proposta 3: elaborar e implementar plano municipal, estadual e nacional de formação permanente para os trabalhadores do SUAS, em consonância com a NOB-RH/SUAS, e na perspectiva da qualificação dos serviços sócio-assistenciais, em articulação com as demais políticas setoriais, o Poder Judiciário, Ordem dos Advogados do Brasil e o Legislativo, contemplando temas relacionados à gestão, trabalho sócio-assistencial com famílias, álcool e outras drogas, divulgação dos direitos sociais, estratégias de mobilização popular, inclusive para o atendimento especializado à pessoa com deficiência, sobretudo o curso básico da Língua Brasileira de Sinais.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): A plenária está esclarecida para votar? Em regime de votação. Aqueles que votam pela proposta 1, levantem seus crachás. Podem baixar. Proposta 2. Podem baixar. Proposta 3. Abstenção? Aprovada a proposta 1.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Agora nós vamos para a proposta de número 12, desculpa a 10.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Projetando na tela a proposta 10, por favor. Léia vai fazer a leitura para nós.

Srª Léia Braga: Garantir a implementação da NOB-RH/SUAS nos planos de assistência social, com dotação orçamentária no PPA, LDO e LOA, com respaldo de pactuação tripartite para assegurar equipe de referência na proteção social básica e especial. Vou ler agora a alteração, o certo. Garantir a implementação da NOB-RH/SUAS em consonância com a Resolução 17 do CNAS, nos planos de assistência social, com dotação... a relatoria está pedindo um tempinho. Vamos aguardar um minutinho.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Foi lida a proposta original, agora será lida a alterada. Vamos lá.

Srª Léia Braga: Garantir a implementação da NOB-RH/SUAS nos planos de assistência social, com dotação orçamentária no PPA, LDO e LOA, com respaldo de pactuação tripartite para assegurar equipe de referência dos serviços sócio-assistenciais em observância à resolução 17 de 2011, contemplando todos os trabalhadores do SUAS.



Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Temos duas propostas. A plenária está esclarecida para votar? Muito bem. Em regime de votação, a proposta 1 vai ser a de manutenção. Proposta 2 de alteração. Em votação. Aqueles que votam pela proposta 1 levantem seus crachás. Podem baixar. Proposta 2 pela alteração. Podem baixar. Abstenções? Alterada a proposta 10. Proposta 12, senhor Vice-Presidente proceda à leitura, por favor.

Sr. Renato de Paula (Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Proposta 12: fortalecer ou criar fóruns de trabalhadores do SUAS, com perspectiva intersetorial, visando a melhoria do atendimento aos usuários, a organização dos trabalhadores, a troca de experiências e construção de agendas conjuntas, ações e estratégias intersetoriais entre as políticas, a rede sócio-assistencial e as diversas áreas profissionais.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Tivemos destaque na proposta 12 da Cida Melo.

Sr^a Cida Melo: Bom dia a todos e a todas. A minha sugestão aqui no texto é acrescentar “nas três esferas de governo”, porque nós estamos dizendo “fortalecer ou criar” e nós temos ainda estados e municípios que não tem. Obrigada.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Feita a proposta. A Plenária está esclarecida? Podemos votar? Então proposta 1 pela manutenção do texto, proposta 2 pela alteração da proposta. Em regime de votação. Aqueles que votam pela manutenção do texto levantem seus crachás. Podem baixar. Pela alteração. Abstenções? Alterada a proposta 12, aprovada. Queria registrar aqui, o conselheiro nacional Vagner Santana pede para lembrar que hoje nós comemoramos 63 da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, um momento democrático e participativo como esses é bastante importante registrar. Vamos para a proposta 13, procedendo a leitura a companheira Léia Braga.

Sr^a Léia Braga: Regulamentar os cargos e funções dos trabalhadores de nível médio que atuam no SUAS nas funções de monitor, educador social e orientador social por meio da resolução do Conselho Nacional de Assistência Social.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Tivemos um destaque na questão 13 feito pela Júlia, Espírito Santo.

Sr^a Júlia: Bom dia. Eu queria propor aqui que acrescentasse “dentre outras”. Até porque a resolução não especifica quais são os trabalhadores de nível médio. Se nós fecharmos em monitor e educador podemos restringir, eu conheço vários lugares, por exemplo, que tem arte-educadores. Então sugiro acrescentar “dentre outras” para que nenhum, dependendo de qual é a composição desses trabalhadores de nível médio, não fique fora. Agora, eu tenho dúvida se o CNAS tem a competência de regulamentar isso. É uma dúvida que eu estou perguntando, se alguém puder aqui esclarecer, eu gostaria.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Ela faz uma pergunta, além da defesa. Algum dos conselheiros nacionais pode fazer o esclarecimento à companheira. O nosso Vice-Presidente vai fazer aqui o esclarecimento.

Sr. Renato de Paula (Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Bom, o José vai me ajudar nessa definição, mas só para esclarecer o seguinte, o que o CNAS está encaminhando com relação a nível médio é um processo similar, parecido com o que nós encaminhamos com os trabalhadores de nível superior. A definição daquelas categorias e funções pertinentes aos serviços do SUAS, é de competência do CNAS. O Conselho Nacional não tem, por exemplo, o poder de criar profissionais ou criar funções. O que



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

nós podemos fazer é regular, do ponto de vista do que compete ao Conselho e dos serviços da política em que ele faz o controle social. Então uma resolução do Conselho tem o poder de deliberar sobre a regulamentação daqueles serviços e trabalhadores que compõem aqueles serviços. O CNAS não tem o poder de criar a profissão ou de criar funções ou de criar cargos novos, embora não seja isso que está colocado aqui, mas é importante esclarecer. José, por favor, complementa a minha questão, esclarecimento.

Sr. José: Só complementando mesmo, o Renato já disse, nós fizemos esse debate no grupo de trabalho, o grupo 12, que não é regulamentar, o Conselho reconhece as categorias de nível superior, um processo que já iniciamos inclusive no debate para dentro do Conselho e que no próximo ano nós vamos estar concluindo essa agenda, o de reconhecer as categorias profissionais de nível médio do Sistema Único de Assistência Social. Nós inclusive já tínhamos feito essa proposta de alteração no nosso grupo, mas voltamos ao texto original.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Muito bem. A companheira delegada fez um destaque, perguntou ao Conselho Nacional. Companheira foi esclarecida?

Srª Júlia: Bem, fui esclarecida, eu mantenho, porém, acho que nós temos que tirar a palavra regulamentar da forma que está aí, fazendo a alteração para que nós não aproveamos aqui uma coisa que não é de competência do CNAS e ficando o “entre outros”, eu permaneço com a proposta do acréscimo e que nós vejamos qual é o texto e tira a palavra regulamentação, senão nós vamos estar aqui aprovando que o Conselho regulamenta uma coisa que ele não tem competência para regulamentar.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Então ao invés de regulamentar, reconhecer, é isso companheira? Vamos projetar na tela relatoria para a plenária poder entender.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Já está na tela.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Léia, por favor, faça a leitura da proposta alterada. É o Ronaldo que vai fazer a leitura.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Eu vou ler, porque a Léia está resolvendo outra questão na mesa de apoio. Essa é a alteração, proposta pela companheira. Reconhecer os cargos e funções dos trabalhadores de nível médio que atuam no SUAS, nas funções de monitor, educador social, orientador social, entre outras, por meio de resolução do Conselho Nacional de Assistência Social.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Muito bem então. Nós temos a proposta original e esta agora, a proposta alterada com os destaques feitos pela companheira. Plenária esclarecida para votar? Aqueles que votam pela manutenção do texto, em regime de votação, levantem seus crachás. Podem baixar. Pela alteração. Abstenção? Aprovada a alteração na proposta 13. Proposta 14, senhor Vice-Presidente.

Sr. Renato de Paula (Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Propor alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal para assegurar que as políticas de assistência social, educação e saúde possam contratar recursos humanos concursados, fora dos limites percentuais de gastos com pessoal estabelecidos por esta lei, para os respectivos entes.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Nessa questão nós temos o destaque da Júlia, não, desculpa, plenária é a 13, não é, Renato, que nós fizemos a leitura? Proposta 14 desculpa. É que eu estava aqui dando a informação para a Léia. Augusto de São Paulo pediu destaque na 14.



Sr. Augusto: Meu nome é Augusto, delegado do estado de São Paulo. O meu destaque é pela alteração do texto, porque do jeito que esse texto está colocado, ele pede que seja previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal uma sistematização do deSr.espeito dessa própria lei, que é você colocar uma coisa de ultrapassar os limites que são postos. E além de você deSr.espeitar a lei você deSr.espeita o espírito da lei que é fiscalizar e responsabilizar a gestão, é como você dar carta branca para a gestão, olha, você pode gastar o quanto você quiser.

Então a minha proposta de alteração para essa proposta é a seguinte, propor alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal para modificar os limites percentuais de gasto com pessoal estabelecidos por essa lei para os respectivos entes, para assegurar que as políticas de assistência social, educação e saúde possam contratar recursos humanos concursados. Minha proposta é essa.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Obrigado, Augusto. Nós pedimos para você entregar para a relatoria. E lembrando, chegou aqui um recado da comissão da relatoria que ao fazer a proposta somente deve ir à mesa as pessoas que destacaram, porque é isso que está dando um pouquinho de confusão. Então só a pessoa que fez o destaque é que deve dirigir-se a mesa da relatoria, se tiver mais de uma pessoa, todos que destacaram vão até a relatoria para trabalhar a melhor forma de apresentar e colocar em votação, está bom? Presidente tem aqui o Augusto de São Paulo que fez destaque.

Srª Jéssica: Questão de ordem. Eu tinha pedido destaque aqui também.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Você é a Jéssica?

Srª Jéssica: Sim a Jéssica, da Paraíba.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Ok.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Mas ela havia feito o destaque?

Srª Jéssica: Eu fiz o destaque em tempo.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: A mesa de apoio não nos informou, Jéssica, só tem o nome do Augusto na questão 14.

Srª Jéssica: Está escrito aqui nas observações.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Eu peço então à mesa de apoio para realizar esclarecimento.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Por favor, mesa de apoio, manifeste-se.

Simone Albuquerque (CNAS): A Jéssica está inscrita para falar desde o princípio.

Participante não identificado: Inclusive vamos aproveitar para resolver essa questão de uma vez por todas. Nós estamos caminhando, só faltam 3 propostas nesse sub eixo. Na proposta 17 nós não estamos conseguindo ler o nome da pessoa que fez o destaque. Então poderia voltar as pessoas que fizeram destaque, nessa proposta para confirmar com a mesa, para não termos mais esse problema



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

da pessoa que destacou, não chegar da mesa de apoio. Então, por favor, as pessoas já podem ir se posicionando para seus destaques, assim nós otimizamos os trabalhos, por favor.

Sr^a Jéssica: Então, bom dia a todas e todos, eu sou Jéssica da Paraíba, queria fazer o destaque na proposta 14 com um pedido de supressão à mesa, visto que já está previsto 60% de utilização para esse fim e, então assim, proposta de supressão também pela justificativa que o colega colocou porque deixa em carta branca para os gestores. Eu acredito que precisa ter determinado limite. Proposta de supressão.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Ok. Obrigado companheira. A plenária está esclarecida? A proposta original é a proposta número 1, proposta 2 e de supressão.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: É porque leda está levantando o crachá lá na mesa de apoio.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Eu estou aprestando, não estou colocando em votação. Ok? Proposta 3, pela alteração. Aí pergunto: a plenária está esclarecida ou existe interesse em fazer defesa? Registro, defesa de manutenção da proposta 1. Se inscreva para fazer a defesa. Delegada leda se inscreveu.

Sr^a Ieda: Bom dia. Eu quero fazer a proposta de manutenção do texto, considerando alguns aspectos. O primeiro deles é que nós precisamos fazer uma inversão do conceito da responsabilidade fiscal para a responsabilidade social. Essa é uma Lei que dá transparência, mas engessa o crescimento da oferta de políticas públicas e políticas sociais, principalmente. Todas as vezes que tem que se fazer corte de despesas, se faz em cima das políticas sociais. Então a nossa defesa não é de limite, é de que se exclua da Lei de Responsabilidade Fiscal o custeio com os servidores concursados da saúde, da educação e da assistência social, possibilitando ampliar o sistema protetivo nesse país, que não acontece sem servidor público concursado, é isso. Obrigada.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Obrigado, companheira. Feita a defesa. Plenária esclarecida ou ainda mais alguma defesa contrária, enfim? Vamos colocar em votação. Esclarecendo antes de votar, proposta 1 – texto original. Proposta 2 – supressão. Proposta 3 – alteração. Em regime de votação, pela manutenção da proposta 1, levantem os crachás. Supressão, proposta 2. Alteração do texto, proposta 3. Abstenções? Aprovada a alteração da proposta, venceu a proposta 3. Muito bem, proposta 15, leitura pelo senhor Vice-Presidente.

Sr. Renato de Paula (Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Instalação imediata da mesa de negociação permanente do SUAS e criação do comitê de trabalho nos três níveis de governo, para elaborar propostas de diretrizes sobre os planos de cargos, carreiras e salários, PCCS do SUAS, de acordo com a NOB-RH/SUAS, sua resolução 17 de 2011 e demais regulamentações. Na proposta 15 nós temos o destaque da Ana Tojal. Somente a Ana Tojal fez destaque, é isso, mesa? Ana Tojal.

Sr^a Ana Tojal: A alteração que eu queria propor na redação, inclusive tem um texto na mesa que foi construído, gostaria de colocar, primeiro o pessoal pediu para eu dizer que eu sou de Alagoas, porque nós estamos aqui com uma delegação grande. Então a instalação imediata da mesa de negociação permanente, se falamos do termo imediata, vamos colocar o lugar e a hora. Instalação imediata da mesa de negociação permanente na VIII Conferência Nacional de Assistência Social, e aí tem um texto também pronto que foi construído pelo o grupo.



Sr. Ronaldo Sena Camargo: Somente a Ana Tojal pediu destaque, Presidente.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Temos a proposta de uma alteração. Plenária está esclarecida?

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Estão pedindo uma questão de ordem. Presidente.

Participante não identificada: Quando nós lemos a proposta 7, nós dissemos que a 7 e o 15 poderiam sair em um único texto e um grupo já fez uma proposta de junção. Eu gostaria de antes de colocar em votação para o plenário, que a Ana visse o texto que nós fizemos se este está de acordo, porque assim fica um único texto. Obrigada.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Então vamos verificar esse texto. Foi feita uma questão de ordem que não foi projetada a proposta é que nós aguardássemos, então vamos aguardar um pouquinho para verificar esse texto.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Maria Godoi e Ana Tojal levem até a mesa da relatoria para podermos avançar.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Nós pedimos um pouquinho de paciência para a plenária, por favor. Eu tenho uma questão de ordem e foi pedido para não avançar. Eu consulto de novo a plenária, vamos aguardar o consenso aqui ou podemos avançar? Vamos votar? Nós podemos fazer isso, Ok? Aqueles que votam pelo melhor andamento do processo para que possamos avançar e depois voltar à proposta, levantem o crachá, por favor. Aqueles que são contrários e querem aguardar até a redação final da proposta. Então vamos avançar, vamos ler a 16 e depois nós voltamos para a proposta 15. Proposta 16, Léia Braga.

Sr^a Léia Braga: Incentivar a criação imediata, nos órgãos gestores da assistência social, de setor específico para coordenar, executar e monitorar a gestão do trabalho, incluindo a política de formação permanente para os profissionais do SUAS, contemplando todos os princípios e diretrizes definidos na NOB-RH.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Na questão 16, Presidente, nós tivemos somente o destaque da Ana Paula, Rio Grande do Sul.

Sr^a Ana Paula: Meu nome é Ana Paula, Caxias do Sul, delegação do Rio Grande do Sul. Quero propor uma nova redação da proposta 16, considerando que o artigo terceiro da resolução 17 trata das equipes de gestão do SUAS, considerando que eu não vi nenhuma proposta nas deliberações acerca desse assunto, considerando a necessidade dos municípios, pois muitos profissionais, principalmente nos municípios menores, profissionais que atuam no CRAS, CREAS, além de fazer a parte do atendimento, fazem essa parte de gestão. Então preenche CAD-SUAS, preenche censo SUAS, faz prestação de contas no SUASWeb e acho que isso prejudica a qualidade dos serviços prestados, que vai nos impedir de trabalhar com indicadores, estar acompanhando os serviços.

Proponho a seguinte redação para a proposta 16: incentivar a criação imediata nos órgãos gestores de assistência social de setor específico para coordenar, executar e monitorar a gestão do trabalho, bem como a gestão do SUAS, incluindo a política de formação permanente para os profissionais do SUAS, contemplando todos os princípios e diretrizes da NOB-RH. E também porque quando nós falamos isso e nós orientamos os prefeitos e gestores de ter um profissional, mesmo nos municípios pequenos, considerando as especificidades de cada território eles não acham importante isso porque a pessoa tem que atender, atender, atender. E às vezes os municípios perdem prazos em função dessa situação.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Obrigado, companheira. Então nós temos uma proposta de alteração do texto feita pela Ana Paula do Rio Grande do Sul. A plenária está esclarecida quanto à alteração? Há necessidade de projetar ou podemos votar?

Srª Léia Braga: Já está projetado. Incentivar a criação imediata nos órgãos gestores da assistência social de setor específico para coordenar, executar e monitorar a gestão do trabalho, bem como da gestão do SUAS, conforme o artigo 3º da resolução CNAS de número 17/2011, incluindo a política de formação permanente para os profissionais do SUAS, contemplando todos os princípios e diretrizes definidos na NOB-RH.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Muito bem. Esclarecida a plenária? Podemos votar. Em regime de votação, aqueles que votam pela manutenção do texto original, levantem seu crachá. Podem abaixar. Aqueles que votam pela alteração, levantem seus crachás. Abstenção? Aprovada a alteração da proposta 16. Nós já temos o consenso na proposta 15, vamos verificar como é que ficou. Por favor, Léia.

Srª Léia Braga: A instalação no prazo de até cento e vinte dias a partir da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, da mesa nacional de negociação permanente do SUAS – tem até uma sigla – para discussão da Política de Gestão do Trabalho, com composição paritária, de acordo com a NOB-RH/SUAS, a resolução 17/2004 e a 172/2007 com a imediata criação do comitê de trabalho para elaborar a proposta de diretrizes nacionais sobre plano de cargos, carreiras e salários do SUAS, que contemple todos os seus trabalhadores.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Então nós já temos as duas propostas. A proposta original e a proposta construída em consenso com aqueles que fizeram destaque, tanto pela supressão da 7 quanto pela alteração da proposta 15. A plenária está esclarecida? Proposta 1 então manutenção da proposta original, proposta 2 – alteração. Em regime de votação. Aqueles que votam pela manutenção da proposta original...

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Só um minutinho, Carlos, as pessoas que estão nas fileiras finais estão tentando dizer algo.

Participante não identificado: É que está todo mundo falando ao mesmo tempo, deixa eu ver se é isso mesmo. Deixa ver entendemos. Vocês estão pedindo para arrumar o texto, que a resolução não é de 2004, é isso? ok.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): É questão de redação, ok.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Podemos votar. Em regime de votação, pela manutenção da proposta original, conforme veio da relatoria, proposta 1, levantem seus crachás. Podem baixar. Pela alteração, proposta 2. Abstenções. Aprovada a alteração da proposta número 15. Proposta 17.

Srª Léia Braga: Garantir a constituição de equipe de referência, conforme a NOB-RH/SUAS e resolução CNAS 17 de 2011, mediante concurso público, para os serviços socioassistenciais, bem como cumprimento da normatização relativa à especificidade das categorias profissionais habilitadas, para atender às necessidades dos serviços socioassistenciais de alta complexidade.

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Somente um destaque na questão 17, do Volnei.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Sr. Volnei: Eu sugiro a alteração de texto na segunda linha, após “concurso público”, “que sejam fiscalizados na sua elaboração por órgãos institucionais”.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): A plenária está esclarecida?

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Não, a mesa não conseguiu ouvir a proposta para anotar. Por favor, leva até a mesa.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Renato, por favor, proceda a leitura, agora com a alteração.

Sr. Renato de Paula (Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): A proposta que foi apresentada pelo delegado: garantir a constituição de equipe de referência, conforme a NOB-RH/SUAS e Resolução CNAS 17, mediante concurso público, aí ele pede a inclusão de “fiscalizados na sua elaboração pelos órgãos institucionais para os serviços socioassistenciais”, bem como cumprimento da normatização relativa às especificidades das categorias profissionais habilitadas, para atender às necessidades dos serviços socioassistenciais de alta complexidade.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Muito bem. Então temos, proposta 1 pela manutenção, e proposta 2 pela alteração. A plenária está esclarecida? Podemos votar? Em regime de votação, pela manutenção proposta 1, levantem seus crachás. Podem baixar. Pela alteração. Podem baixar. Abstenções? Mantido o texto da proposta 17. Agora sim, delegados, nós chegamos à conclusão do subtema número 1, aprovado. Eu quero parabenizar a todos, propor que possamos ir almoçar e retornar impreterivelmente no horário, às 14 horas, Ok?

Sr. Ronaldo Sena Camargo: Ok, antes o Elias quer fazer uso da palavra.

Sr. Elias: Companheiros, companheiras, por gentileza você que está saindo, me ouça, por favor. Você veio aqui para quê, no final de contas? Defender seus interesses? Eu perdi um celular ontem, eu sou portador de marca-passo. O meu marca-passo é conectado ao hospital via satélite. Eu dependo do celular para que, se acontecer algum imprevisto comigo o hospital entrar em contato comigo para saber e passar as coordenadas que forem necessárias. Por gentileza, aquele que encontrou o celular, é um celular pequenininho, preto, pesadinho, HM da Nokia, ele é de 3 chips, por gentileza, devolva, eu preciso imensamente desse telefone. Muito obrigado.

Sr. Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social): Então bom almoço, retornarmos às 14. Obrigado.

Carlos Ferrari (Presidente): Boa tarde. Vamos começar pelo subitem IV, lembrando que tivemos alguns encaminhamentos na parte da manhã e vamos adotar também neste período, para a melhor condução dos trabalhos. Então o primeiro deles, todos os destaques que forem feitos a pessoa deve dizer o seu nome no momento do destaque. Quando terminar a leitura pela mesa será dito novamente o número da proposta aprovada e dos nomes das pessoas que fizeram o destaque para que não haja nenhuma dúvida no processo de condução dos trabalhos.

O tema que nós vamos discutir agora é A Centralidade do SUAS na Erradicação da Extrema Pobreza no Brasil. Mesa de apoio, nós estamos seguindo a ordem dos grupos como foi feito nos dias 8 e 9,



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

primeiro I e IV. Fazendo a leitura do subtítulo IV. Antes de ler o subtítulo IV o vice-presidente pede a palavra para fazer dois avisos.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Um aviso. O Wiliam do Fórum da Assistência Social de São Paulo solicita que levem os abaixo-assinados da PEC 4.301 ao stand de São Paulo, mas eu acho que o pessoal já deve ter levado quem não levou entregar para ele. E a Ruth Costa, do Rio de Janeiro é outra pessoa que também perdeu um celular. Não, um rádio, um rádio Nextel de cor vinho, Motorola. Então se alguém achar, por favor, entregue aqui para a mesa da relatoria para que seja devolvido a senhora Ruth.

Carlos Ferrari (Presidente): O Ronaldo vai fazer a leitura do eixo IV. Atenção a plenária. Quem perder o momento do destaque não cabe mais destaque depois. Está claro. Perfeito. Ronaldo, por favor.

Ronaldo: Boa tarde a todos. Vamos proceder a leitura do subtítulo IV. Subtítulo IV – A Centralidade do SUAS na Erradicação da Extrema Pobreza no Brasil. Proposta 1. Estimular a atuação intersetorial em rede, com articulação das ações da assistência social com as demais políticas públicas, na perspectiva da integralidade do atendimento e potencialização de recursos, visando à inclusão produtiva das famílias urbanas e rurais. Então, por favor, quem tem destaque deve ir até a mesa de apoio para registrar os destaques. A mesa vai nos informar quem são as pessoas que pediram destaque neste item, conforme a explicação do presidente Carlos. Leia por favor, quem pediu o destaque.

Simone Albuquerque (CNAS): Ronaldo, posso falar?

Simone Albuquerque (CNAS): Fizeram destaques, Sônia Coelho do Acre e Jaime do Rio Grande do Sul.

Ronaldo: Proposta 2. Criar estratégias para a ampliação do acesso às políticas públicas setoriais, inclusão produtiva, em articulação com as políticas transversais nas comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, priorizando aquelas em extrema pobreza. Destaque, por favor, conduza até a mesa para registrar o nome de vocês. Já podemos informar os destaques?

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Bom, enquanto aguardamos os destaques outro aviso de utilidade pública. A Conceição de Pernambuco perdeu os óculos, é um óculos de grau de cor branca. Quem encontrar os óculos da Conceição entregar, lá no stand de Pernambuco, a Conceição não está enxergando e por isso não está conseguindo fazer destaque. Então vamos ajudar a Conceição a participar. Entregue os óculos lá no stand de Pernambuco quem achou os óculos da Conceição, por favor.

Simone Albuquerque (CNAS): Já tenho os destaques Ronaldo, posso falar?

Simone Albuquerque (CNAS): Destacaram na segunda, Sônia Coelho, Francisco do Maranhão, Samuel do Conselho Nacional, Paulo Roberto do Maranhão, Marcos de Minas Gerais, Aguilar de Minas Gerais, Andréia do Mato Grosso do Sul, Isaac da Paraíba e Lucineide de Pernambuco.

Ronaldo: Proposta 3. Estabelecer, fortalecer parcerias com demais políticas públicas e com instituições governamentais e não governamentais, objetivando desenvolver programas de qualificação profissional, a inclusão produtiva e o empreendedorismo dos usuários dos serviços e benefícios socioassistenciais. Esse então não teve destaque.

Proposta 4. Criar observatório de mercado para orientar os programas de qualificação profissional para os sujeitos de direitos da assistência social. Também não houve destaque na proposta 4.



Proposta 5. Ampliar o processo de qualificação profissional dos jovens para sua inserção no mercado de trabalho, observando os recortes de raça, etnia, gênero, especialmente para as pessoas com deficiência e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Então, por favor, vá até a mesa de apoio apresentar o nome. Lembramos que os destaques devem ser feitos no ato da leitura da proposta.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Temos outro aviso. A Maria Cristina do Maranhão deixou na parte da manhã um MP4 gravando naquele cantinho. Então, o MP4 da Maria Cristina sumiu. Quem achou favor entregar a Maria Cristina que é do Maranhão.

Ronaldo: Pedimos ao pessoal que está sentado no fundo que venham para sentar na frente, há muito lugar na frente, isto talvez facilitasse as pessoas chegarem até a mesa de apoio. Todos receberam o relatório no início da manhã, já deram uma leitura prévia no relatório, assim as pessoas já sabem mais ou menos o que querem destacar.

Simone Albuquerque (CNAS): Nas cinco propostas foram três destaques. Jaime do Rio Grande do Sul, Francisco Chagas do Maranhão e Delmira do Rio Grande do Sul.

Ronaldo: Proposta 6. Promover maior participação das comunidades rurais, nos cursos de qualificação profissional para inclusão produtiva oferecidos pelos CRAS, utilizando recursos do Índice de Gestão Descentralizada, Bolsa Família, IGD, Bolsa Família. Algum destaque? Por favor, direcione-se à mesa. Vamos lá gente, as pessoas que já tem o destaque já podem se direcionar para aquela mesinha lá do lado direito do palco para passar os nomes.

Simone Albuquerque (CNAS): Posso falar Ronaldo?

Simone Albuquerque (CNAS): Aqui foram seis destaques. A Jéssica da Paraíba, o Agmar de Minas Gerais, a Márcia do Mato Grosso do Sul, a Gilma de São Paulo, o Alemão de São Paulo e o Ventura de Santa Catarina.

Ronaldo: Obrigado Simone. Proposta 7. Fortalecer a economia solidária, por meio da articulação intersetorial e da organização sociocomunitária, visando a formação profissional, assessoria técnica aos coletivos de trabalho e comercialização solidária. Algum destaque nesse ponto? Não há destaque. Proposta 8. Articular e fortalecer a interlocução com a rede governamental e não governamental na realização de projetos de segurança alimentar e nutricional, priorizando a inclusão das famílias que integram os serviços e benefícios socioassistenciais. Nenhum destaque? Podemos seguir? Tem destaque na proposta 7, e na proposta 8?

Proposta 9. Propor a reformulação da LOAS, quanto aos critérios para acesso ao BPC, Benefício de Prestação Continuada, passando a idade da pessoa idosa de 65 para 60 anos, conforme o Estatuto do Idoso, estabelecendo valor mínimo da renda per capita para o acesso em meio salário mínimo e assegurando que a renda do beneficiário com deficiência não seja utilizada para efeito de cálculo do per capita de outro requerente com deficiência na mesma família e inclusão dos pacientes da área da saúde mental e de doenças crônicas.

Por favor, Marcos vá até a mesa e registre o seu destaque e quem mais por ventura, queira fazer o destaque nessa proposta faça o mesmo. Nós estamos aguardando o pessoal que pediu destaque na questão 9, para que a mesa de apoio possa socializar na plenária os destaques feitos. Lembramos, conforme o presidente Carlos colocou no início dos trabalhos, a dinâmica agora é a seguinte, pessoal nós estamos fazendo a leitura do subtema IV e na medida em que a gente vai fazendo a leitura das



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

propostas as pessoas devem se dirigir a mesa de apoio, apresentar o seu destaque, e a mesa informa no microfone quantos destaques aquela proposta teve, se ele tiver destaque, e os nomes das pessoas que destacaram. Após a leitura da mesa de apoio entendemos que não pode haver mais destaque no apresentado.

Marisa: Ronaldo, concluindo a proposta 9. Jéssica, Paraíba; Raquel, Minas Gerais; Marco Antônio, Rio de Janeiro; Jaira, DF e Daniel, Bahia.

Ronaldo: Obrigado Marisa. Proposta 10. Ampliar as metas do Programa Bolsa Família, considerando outros critérios além da renda, tais como as diversidades étnicas e regionais, novo parâmetro da renda per capita para caracterização da extrema pobreza adotando um quarto do salário mínimo e aumento progressivo do valor, bem como manter o benefício pelo período de 120 dias após ingresso do membro da família no mercado formal de trabalho. Por favor, vai até a mesa.

Marisa: Ronaldo na proposta 10 estão inscritas, Júlia, Espírito Santo; Bruno, DF; Aline, São Paulo.

Ronaldo: Obrigado Marisa. Proposta 11. Ampliar os recursos destinados à Política de Assistência Social e implementação do Programa Brasil sem Miséria, criando mecanismos de expansão dos serviços locais ou territoriais e apoiando os municípios no diagnóstico das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, buscando garantir-lhes o acesso aos serviços públicos básicos. Por favor, leve até a mesa. Eu sugiro que as pessoas só dão o nome lá na mesa da proposta que foi apresentada para tentarmos agilizar. Mesa de apoio já tem aí o número de destaques, por favor. Eu podia deixar o microfone com o pessoal da mesa aí já.

Simone Albuquerque (CNAS): Na proposta 11, Marcos, Rio de Janeiro; Márcia, Mato Grosso do Sul; Samuel, Conselho Nacional de Assistência Social e Gilma, São Paulo.

Ronaldo: Obrigado. A proposta 12.

Simone Albuquerque (CNAS): Francisco de Goiás e Elizabeth de Santa Catarina.

Ronaldo: Obrigado. Proposta 12. Propor lei para assegurar 20% dos recursos oriundo do pré-sal e destiná-los aos municípios para serem aplicados especificamente na Política de Assistência Social, visando o enfrentamento da extrema pobreza. Por favor, encaminhem a mesa os nomes. Companheiro Márcio sempre participativo nas conferências.

Simone Albuquerque (CNAS): Proposta 12. Júlia, Espírito Santo; Gilma, São Paulo; Cida, Mato Grosso do Sul; Andréia, Mato Grosso do Sul; Marcos, Rio de Janeiro e Jaime, Rio Grande do Sul.

Ronaldo: Repete não ouvimos alguns nomes aqui.

Simone Albuquerque (CNAS): Júlia, Espírito Santo; Gilma, São Paulo; Cida, Mato Grosso do Sul; Andréia, Mato Grosso do Sul; Marcos, Rio de Janeiro; Jaime, Rio Grande do Sul.

Ronaldo: Proposta 13. Ampliar os critérios de elegibilidade dos benefícios do Bolsa Família, BPC e eventuais, e redefinir os critérios de pobreza do CadÚnico tendo em termos multidimensionais, universalizando o acesso aos direitos socioassistenciais, além de excluir a renda do BPC no cálculo da renda familiar per capita do Programa Bolsa Família, para fins de concessão deste benefício.

Simone Albuquerque (CNAS): Proposta 13. Um destaque da Eutália CNAS.



Ronaldo: Proposta 14. Reafirmar a centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil, considerando seu papel de assegurar os direitos socioassistenciais, de dar visibilidade às necessidades da população e de atuar na perspectiva da garantia dos direitos a melhor qualidade de vida, por meio da articulação intersetorial com outras políticas públicas para que alcancem moradia digna, trabalho e cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar e nutricional, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infraestrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável.

Simone Albuquerque (CNAS): Proposta 14, quatro destaques. Agmar, Minas Gerais; Marcos, Minas Gerais; Francisco, Maranhão e Maria de Pernambuco.

Ronaldo: Desta forma encerramos a leitura do relatório do subtema IV, passo a palavra ao presidente do CNAS.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado Ronaldo. Diante da leitura e dos destaques, estão aprovadas, a proposta 3, 4, 7 e a 8. Essas quatro propostas foram aprovadas sem nenhum destaque, Caminhando agora Ronaldo o destaque da proposta 1.

Ronaldo: Na proposta 1 tivemos a Sônia Coelho do Acre e o Jaime do Rio Grande do Sul.

Sônia Coelho (AC): Boa tarde. Eu venho aqui representando 4 municípios de fronteira, e gostaria de pedir a inclusão na proposta 1, territórios de fronteira, porque convivemos com as pessoas que migram para esses municípios. Hoje temos em Etitaciolândia mais de 100 famílias no conflito da Bolívia que tiveram que ir para o Brasil com os filhos. Todos essas famílias vão ter que ser atendidos sem discriminação. E também nós temos lá do Haiti 300 famílias que estão chegando pelo Peru. Como mandar essas pessoas embora? Então eu gostaria de pedir a prioridade nas propostas não é? Vou colocar em duas propostas o destaque. Colocar o território como a fronteira, com a Bolívia e o Peru. Lá temos jovens no conviver do CREAS, participam de oficina de cerâmica, esses jovens são usados para atravessar drogas no rio Acre. Então eu gostaria da sensibilidade de todos vocês, não só do Acre, mas todo território de fronteira ter um atendimento, uma prioridade porque vivemos lá e enxergamos os nossos jovens, as nossas crianças sendo usadas no tráfico de drogas. Muito obrigada.

Participante não identificado: Obrigado companheira.

Ronaldo: O próximo destaque, Jaime do Rio Grande do Sul.

Jaime (RS): Eu só queria só complementar o que a companheira falou. Foi muito boa a colocação dela, também faz parte o território indígena não é? Então é bom que se amplie essa proposta. Eu queria só fazer um destaque, em vez de ser produtivo, o que a colega também defendeu, ao invés de ser produtiva, inclusão das comunidades indígenas e quilombolas e outros segmentos das etnias tradicionais. Especificar porque nós temos a legislação amparando os povos indígenas. Muitas vezes temos contestados os nossos direitos. Então quero que especifique na proposta esses povos tradicionais que fazem parte da sociedade brasileira. Todos vocês tem sangue de índio, faz 500 anos convivimos com vocês, eu acho que nós merecemos respeito de vocês.

Carlos Ferrari (Presidente): Temos para poder votar, duas propostas, manutenção ou alteração da proposta conforme os destaques. Primeiro passo, votamos se ficamos com a proposta original ou se adotamos as novas alterações. Plenária esclarecida? Em processo de votação. Aqueles que votam pela



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

manutenção da proposta original, levantem seus crachás. Pode baixar. Pela alteração? Pode baixar. Abstenções. Aprovada a alteração. Nós temos, então, que pedir para que seja projetada depois na tela. Por favor. Estão tentando consensuar ainda?

Participante não identificado: A mesa de relatoria está dizendo que eles estão tentando fazer um consenso, um acordo na verdade para apresentar a proposta.

Carlos Ferrari (Presidente): Como ainda não temos um consenso, podemos seguir para a 2? Muito bem. Senhor vice-presidente.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Proposta 2. Criar estratégias para a ampliação do acesso às políticas públicas setoriais e à inclusão produtiva, em articulação com as políticas transversais nas comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, priorizando aquelas em extrema pobreza.

Participante não identificado: Nessa proposta temos os destaques, Sônia Coelho, Francisco do Maranhão, Samuel do Conselho Nacional, Paulo Roberto também do Maranhão, Marcos de Minas Gerais, Aguilár de Minas Gerais, Andréia do Mato Grosso do Sul, e Lucineide de Pernambuco. Esses foram os destaques feitos na proposta de número 2. Primeira então é a Sônia Coelho.

Sônia Coelho (AC): Acrescentando mais uma vez e contando com a compreensão de todos, onde termina a palavra pobreza, colocar de fronteira e assentamentos. Porque a gente tem muitos filhos de brasileiros que estão na Bolívia com os conflitos eles vem ser assentados novamente no Brasil e as crianças crescendo e falando espanhol, há dificuldade de retornar à sua terra de origem. Então eu peço a sensibilidade, incluir fronteira e assentamentos. São as pessoas que são acolhidas vindas de outros países que precisam vir. Muito obrigado.

Participante não identificado: Obrigado Sônia. Francisco do Maranhão.

Francisco (MA): O negro e o índio. O negro portador de necessidade especial, o índio portador de necessidade especial, veja bem meus queridos e caríssimos da mesa e sociedade em geral. O negro quando ele está lá dentro da roça, que ele tem um filho portador de necessidade especial, que aquele menino precisa ir até a cidade meia noite passando mal, aquela família que não tem a mínima condição para ir até a cidade. Talvez, primeiro é a condição financeira, segundo é a estrada que não tem acesso e o terceiro é o atendimento, que demora a até 24 horas. E o quilombola também tem filho portador de necessidade especial, mora muito longe e não tem nenhum acesso de ir ao hospital.

Participante não identificado: Companheiro conclua a proposta porque o tempo já esgotou os 3 minutos.

Francisco (MA): E não tem nenhuma pessoa para ir lá orientar. Muito obrigado. Eu acho o tempo muito pouco.

Participante não identificado: Samuel do Conselho Nacional.

Samuel Rodrigues (CNAS): Boa tarde a todos, boa tarde mesa. Na verdade é bem rapidinho, aí mais tarde eu vou fazer uma série de destaques nos demais eixos. Eu acho que a gente deve incluir nesses públicos os catadores, os egressos do sistema prisional, a população homoafetiva, a população rural, os assentados no território de fronteira e a população de extração de rua.



Participante não identificado: Obrigado Samuel. Paulo Roberto, Maranhão.

Paulo Roberto (MA): Boa tarde a todos. Precisamos definitivamente botar uma ordem no entendimento dos conceitos e das coisas. Estamos a quase 400 anos lutando para não só reconhecer o direito e a reparação histórica do povo afrodescendente nesse país e até hoje estamos com a legislação em vigor, estamos discutindo as mesmas coisas.

Bom, o meu destaque é em nome de todas as comunidades afrodescendentes do meu estado o Maranhão. Os dados do IPEA e do IBGE indicam que este é primeiro estado em população quilombola reconhecidamente. São 680 comunidades identificadas, 333 certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Nós colocamos a seguinte questão, fazer a alteração na proposta e dar base à legalidade que aí está, se não reforçarmos o que temos de lei não adianta ter as leis e essa proposta vai continuar sendo em vão. O que nós queremos? Criar estratégias para a ampliação do acesso às políticas públicas de povos e comunidades tradicionais em articulação com as políticas transversais nas comunidades de povos tradicionais, em acordo ao Decreto Federal 6040/2007. Este decreto ampara todas as comunidades e povos tradicionais, sejam ribeirinhos, quilombolas, indígenas, ciganos, pessoal de fronteira, de pastos, seja os pomeranos em Santa Catarina, sejam as mulheres quebradeiras de coco, enfim. É essa a nossa proposta, a alteração do texto e a inclusão do Decreto Federal 6.040/2007.

Participante não identificado: Obrigado companheiro. Marcos, Minas Gerais.

Marcos (MG): Reforçando a proposta, fizemos o texto juntos.

Participante não identificado: Obrigado. Aguilar, Minas Gerais. Retirou o Aguilar. Andréia.

Andréia: Boa tarde a todos e a todas. A nossa proposta no Mato Grosso do Sul, o grupo discutiu e propõe: criar estratégias para a ampliação do acesso às políticas públicas setoriais e à inclusão produtiva, nas três esferas de governo, em articulação com as políticas transversais, nas comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, assentados, ciganos, povos da floresta e fronteira, priorizando aquelas em extrema pobreza.

Participante não identificado: Obrigado. E agora, Lucineide.

Lucineide: Retiro porque pensamos junto a proposta anterior.

Simone Albuquerque (CNAS): Então presidente duas pessoas retiraram o destaque e quatro mantiveram e todos já fizeram os seus destaques.

Carlos Ferrari (Presidente): Vamos votar primeiro pela alteração, ou não? Depois tratamos do conteúdo da alteração, tudo bem? Plenária esclarecida? Proposta 1, pela manutenção do texto, proposta 2, pela alteração. Em regime de votação. Aqueles que votam pela manutenção do texto levantem seus crachás. Pode baixar. Proposta 2, pela alteração. Pode baixar. Abstencões? Aprovada a alteração. Pediria aos colegas que estão fazendo os destaques que pudessem se dirigir à relatoria para poder verificar se a gente consegue consenso no texto.

Simone Albuquerque: Presidente Carlos.

Carlos Ferrari (Presidente): Sim, conselheira Simone.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Simone Albuquerque: A proposta 1 está pronta para ir para votação presidente.

Carlos Ferrari (Presidente): Excelente. Só temos uma proposta, não é?

Simone Albuquerque: É uma proposta de consenso.

Carlos Ferrari (Presidente): Senhor vice-presidente, por favor.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): A proposta 1 consensuada: Estimular a atuação interseccional e em rede, com articulação das ações da assistência social com as demais políticas públicas, na perspectiva da integralidade do atendimento e potencialização de recursos, visando à inclusão produtiva das famílias urbanas e rurais, de territórios de fronteiras, de assentamentos, das terras indígenas e quilombolas.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado senhor vice-presidente, plenária esclarecida? Então podemos votar. Proposta 1 pela manutenção do relatório, proposta 2 pela proposta de consenso. Em regime de votação. Proposta 1? Proposta 2? Abstenções? Aprovada a proposta de alteração. A 2 está sendo trabalhada podemos ir para a proposta 3.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): A proposta 3 já foi aprovada, não houve destaque, agora é a 5.

Carlos Ferrari (Presidente): Agora é a proposta 5.

Participante não identificada: Proposta 5. Ampliar o processo de qualificação profissional dos jovens para sua inserção no mercado de trabalho, observando os recortes de raça, etnia, gênero, especialmente para as pessoas com deficiência e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Nesta proposta de n.5 tivemos três destaques conforme informação da mesa. Jaime, Rio Grande do Sul; Francisco Chagas, Maranhão; Delmira, Rio Grande do Sul. A primeira pessoa a fazer o uso do microfone é o Jaime.

Participante não identificada: Enquanto o Jaime chega para falar, um recado para Maria do Socorro Borges, bolsa no credenciamento do evento.

Jaime (RS): Bem, eu pedi esse destaque para a inclusão dos povos indígenas novamente. Porque é assim, sofremos muito, então eu acho que essa questão, da Conferência de Assistência Social, para mim é nova, não sabíamos que existia essa política, a assistência social. Porque lá no Rio Grande do Sul nós temos 48 municípios que têm indígenas, e só eu estou aqui. Então, a grande Porto Alegre sempre respeitou as comunidades indígenas e tem a lei orgânica municipal para a preservação do nosso povo. Quero dizer para incluir novamente as comunidades indígenas e quilombolas.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado companheiro.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Francisco Chagas.

Francisco Chagas: Hoje o pessoal diz assim “todo mundo na escola”, mas será mesmo meus queridos e minhas queridas? O nossos professores estão preparados para ensinar portador de necessidade especial? Será que o nosso país, o Estado, fazem treinamento, capacitação para ensinar esse educador? Tem educador que até tem medo do aluno especial e os pais querem botar na justiça e não podem, o nosso professor



não é preparado. Então quero pedir à “cabeça do nosso país”, fazendo uma chamada em Brasília para educar esse professor, dar mais capacidade não só aqui, mas em cada Estado preparar os professores para um atendimento na educação especial para irmos para frente.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente):Obrigado. Delmira.

Delmira Girardi: Delmira Girardi de Santa Rosa, Rio Grande do Sul. Na questão 5 a minha proposta de alteração do texto é apenas acrescentar “e com medidas protetivas” só para que se entenda essa proposta. Estamos tentando priorizar a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho dos jovens, os que estão nas medidas socioeducativa que são os infratores. Mas temos que pensar também nos adolescentes que não tem pais e que são colocados nos abrigos institucionais, eles também precisam de oportunidades de qualificação profissional. Então a minha proposta é acrescentar ao final “e com medidas protetivas”, que são aquelas crianças que são vítimas de violência, ou outro problema qualquer estão em abrigos aguardando um futuro melhor. Obrigada.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado. Não existem mais destaques. Plenária totalmente esclarecida, podemos votar? Proposta 1 pela manutenção do texto, proposta 2 pela alteração, Em regime de votação. Proposta 1, pela manutenção do texto? Pode baixar. Proposta 2, pela alteração? Pode baixar. Absenções? Aprovado alteração do texto. Mesmo procedimento. A proposta 2 já temos uma redação?

Simone Albuquerque (CNAS): Não presidente, pode seguir.

Carlos Ferrari (Presidente): Proposta 6, senhor vice-presidente proceda a leitura por favor.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Promover maior participação das comunidades rurais, nos cursos de qualificação profissional para inclusão produtiva oferecidos pelos CRAS, utilizando recursos do Índice de Gestão Descentralizada, Bolsa Família, IGDBF. Na proposta 6 nós temos seis destaques. Nós temos a Jéssica da Paraíba; Agmar, Minas Gerais; Márcia, Mato Grosso do Sul; Gilma, São Paulo, o Alemão de São Paulo; Ventura de Santa Catarina.

Jéssica: Boa tarde a todas e todos, eu sou a Jéssica e represento o município de João Pessoa na Paraíba. No nosso grupo, que foi o grupo 13, a gente fez uma discussão bem interessante em cima da proposta 5 e 6 e principalmente da número 6, e sugerimos a mudança do texto. Na verdade, no grupo suprimiu, mas conversando aqui com os colegas eu cheguei a conclusão de que podia se fazer alteração que seria retirar o nome CRAS, já que esta na verdade deve ser uma ação mais articulada junto com outros serviços que existem, por exemplo, SEBRAE, SESC, porque é curso profissionalizante, não é na verdade só papel da assistência social, e promover na verdade a articulação. Então em vez de ficar o texto: promover maior participação das comunidades rurais, nos cursos de qualificação profissional para inclusão produtiva oferecidos pelos serviços de referência, não é? Que já tem, aí continuaria no caso retirando o IGD para potencializar essa articulação e não a assistência social tomar frente disso.

Participante não identificado: Obrigado Jéssica. Agmar, Minas Gerais.

Agmar (MG):Boa tarde. Nós não queremos tumultuar com as comunidades tradicionais não, é porque é necessário mesmo falar. Então só queríamos pedir à mesa principalmente, que quando mencionasse comunidades tradicionais colocasse comunidades rurais, elas estão dentro de comunidades tradicionais. Então quando é específico uma comunidade eu deixo as outras de fora. Então, não gostaríamos de estar vindo a toda hora fazer destaque, mas é necessário porque esse texto precisa ser afinado



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

conforme a realidade das comunidades. Então queríamos que a participação das comunidades e povos tradicionais fosse especificado como foi proposto para as outras propostas que já foram votadas, ou seja, aí entra, quilombola, indígena, todos os povos que são tradicionais, conforme o artigo que acabamos de colocar.

Carlos Ferrari (Presidente): Só esclarecendo a plenária e ao companheiro, a mesa só tem a função de ler, ela não pode alterar. Então dessa forma vamos democraticamente inserindo a alteração de vocês, nós não temos como fazer essa alteração automática.

Márcia: Boa tarde a todos e todas. Eu venho pedir a supressão dessa proposta entendendo que ela está contemplada na proposta 1 e na 3, que já foram aprovadas por este Plenário e entendendo ainda que inclusão produtiva não é papel do CRAS. Concordam comigo o Alemão e a Gilma.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Márcia só para entender. Então a Gilma e o Alemão concordaram com a sua intervenção? Ok. Ventura é a última inscrita. Então, Ventura, Alemão, Gilma e Márcia estão fazendo a proposta de supressão presidente. Os outros dois fizeram a proposta de alteração de texto.

Carlos Ferrari (Presidente): Então vamos ter 3 propostas para votar. Proposta 1 pela manutenção do texto, proposta 2 pela supressão, proposta 3 pela alteração, a plenária está esclarecida, podemos votar? Em regime de votação. Aqueles que votam pela manutenção, proposta 1, levantem seus crachás. Baixando. Pela supressão. Proposta 2, pode baixar. Pela alteração proposta 3. Abstenções. Proposta suprimida.

Simone Albuquerque (CNAS): Proposta 5 pronta para votar?

Carlos Ferrari (Presidente): Vamos votar a proposta 5, Léa por favor, proceda a leitura.

Léa: E a que está na tela.

Simone Albuquerque (CNAS): Presidente Carlos vamos votar a proposta 2.

Carlos Ferrari (Presidente): Muito bem conselheira. Por favor, Léa, proceda à leitura.

Léa: Criar estratégias para a ampliação do acesso às políticas públicas e articulação as políticas transversais, setoriais, nas comunidades e povos tradicionais conforme Decreto Federal 6040/2007, incluindo territórios de fronteira, assentamentos, egressos do sistema prisional, catadores de materiais recicláveis, homoafetivos, pessoas com deficiência e população em situação de ruas.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado. Conselheira Léa essa é a proposta com alteração. A proposta original já foi lida, lembrando que nós estamos nos referindo a proposta 2 do eixo IV. Plenária esclarecida para votar? Então vamos lá. Em regime de votação. Aqueles que votam pela manutenção da proposta de número 1, levantem seus crachás. Podem baixar. Aqueles que votam pela proposta alterada, proposta por consenso? Pode baixar. Abstenções? Aprovada a alteração feita pela plenária. Obrigado. A proposta de número 5 está pronta mesa?

Simone Albuquerque (CNAS): Segue em frente presidente que ainda não temos a outra proposta.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado. Vamos para a de número 9. Leitura da proposta 9, senhor vice-presidente.



Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Propor a reformulação da LOAS, quanto aos critérios para acesso ao BPC, passando a idade da pessoa idosa de 65 para 60 anos, conforme o Estatuto do Idoso, estabelecendo valor mínimo da renda per capita para o acesso em meio salário mínimo e assegurando que a renda do beneficiário com deficiência não seja utilizada para efeito de cálculo do per capita de outro requerente com deficiência na mesma família e inclusão dos pacientes da área da saúde mental e de doenças crônicas.

Carlos Ferrari (Presidente): Na proposta 9 tivemos 5 destaques. Jéssica, Paraíba; Raquel, Minas Gerais; Marco Antônio, Rio de Janeiro; Jaira, DF e Daniel, Bahia. Então a primeira pessoa a fazer o uso do microfone é a Jéssica da Paraíba.

Simone Albuquerque (CNAS): A Jéssica não chegou ainda para falar presidente, mas a Jaira já está aqui.

Carlos Ferrari (Presidente): Sim, ela já fez o destaque.

Carlos Ferrari (Presidente): Peço então as pessoas que fizeram os destaques, Jéssica, Raquel, Marco Antônio e o Daniel, para se posicionar ali perto da mesa para fazer a intervenção no microfone. Com a palavra a Jaira.

Jaira: Bom é o seguinte, só no último parágrafo onde lê-se, a inclusão dos pacientes da área de saúde mental e de doenças crônicas, incluir doenças raras e doenças coronárias a colega está pedindo destaque também. Então a gente pode incluir a inclusão dos pacientes da área de saúde mental que já tem doenças crônicas, doenças raras e doenças coronárias.

Carlos Ferrari (Presidente): Jéssica.

Jéssica: No grupo 13 a nossa proposta de reformulação considerou os critérios que já existem e mais ou menos a formulação que o grupo preparou e não veio para a plenária final, ficou assim: propor a reformulação dos critérios para acesso ao BPC, quando, aí utilizaríamos “:” para ficar mais fácil o entendimento e continuaria, reduzir idade mínima de 65 para 60 anos, pessoas idosas. Segundo ponto, incluir pessoas com transtornos mentais e doenças crônicas impossibilitadas de inserção no mercado de trabalho formal e informal. E o três seria assegurar que a renda do beneficiário não seja utilizada para efeito de cálculo do per capita de outro requerente da mesma família.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado Jéssica. Raquel, Minas Gerais.

Raquel (MG): Eu sou pessoa com deficiência visual e sou beneficiária do BPC. Então eu gostaria que aumentasse para um salário, porque é mesmo meio salário. Isso é uma vergonha, não tem como uma família de quatro pessoas sobreviver com meio salário. Para se participar de um evento como esse, você tem que pegar coisas emprestada, porque tem coisa que entram no supérfluo, como alimentação, passeio e outras coisas, enquanto que nossos governantes tem auxílio e outras coisas.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Obrigado Raquel. Marco Antônio do Rio de Janeiro.

Marco Antônio: Bom, a minha reflexão é apenas com relação ao fato de nós estarmos aqui defendendo a ampliação da cobertura, mas não estarmos falando da ampliação dos recursos. Então, se você faz ampliação de cobertura sem garantir que haja ampliação de recurso, a proposta fica um pouco esvaziada, a minha proposta já foi para a relatoria. Pedi que colocasse lá no quadro seguindo a orientação da mesa. Então, após da palavra crônica seria, ampliando-se os recursos financeiros para essas novas coberturas.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Obrigado Marco. E a última intervenção, Daniel da Bahia.

Daniel – Obrigado. É só uma mudança pequenininha. Eu tenho um exemplo, em centenas de casos, lá minha cidade uma pessoa há 30 anos com deficiência grave, perdeu agora o BPC por conta da aposentadoria da avó que a criou e cuida dela. Então não é só a pessoa com deficiência dentro da família e coisa parecida. É a família da pessoa que passa necessidade extrema, porque além da menina tem outras pessoas também necessitando do benefício. Hoje o único benefício que essa família tem é a aposentadoria da senhora, a avó. A menina tem trinta e poucos anos de idade, ela é imensa, ela se bate, é nervosa. Faz diferença esse benefício, a senhora não consegue cuidar sozinha, a família passa o pão que o diabo amassou por conta de um detalhe pequeno que dá para resolver aqui. Então eu peço a vocês primeira mudança, se uma pessoa na família tiver um benefício, um deficiente deve continuar a ter direito ao BPC. E segundo, é lembrar também para vocês, a todos que no interior dos interiores as pessoas passam por essa mesma situação, 24 horas, o dia inteiro, o tempo todo. Nos pequenos municípios, não estão avaliando da maneira correta o INSS, SUAS.

Participante não identificado: Companheiro pode concluir por gentileza.

Daniel (BA): Eu peço a vocês que votem nessa proposta que faz a diferença para a pessoa com deficiência e tem gente precisando desse benefício.

Participante não identificado: Todos os destaques foram contemplados, pode encaminhar presidente.

Carlos Ferrari (Presidente): Agora podemos votar, plenária esclarecida. Nós temos algumas defesas pela alteração e temos o texto original. Proposta 1 pela manutenção, proposta 2 pela alteração da proposta 9 do subeixo IV. Em votação. Aqueles que votam pela manutenção do texto que possam levantar seus crachás. Pode baixar. Com alteração. Pode baixar. Abstenções? Aprovado com alteração, então os colegas podem se dirigir a mesa da relatoria para poder construir a redação da proposta. Enquanto isso eu pergunto, a proposta 5 já está pronta?

Simone Albuquerque (CNAS): Pronta, presidente Carlos, já está na tela inclusive.

Carlos Ferrari (Presidente): Para leitura, conselheira Léa, por favor.

Léa: Ampliar o processo de qualificação profissional dos jovens e dos seus educadores para sua inserção no mercado de trabalho, observando os recortes de raça, indígenas e quilombolas, gênero, especialmente para as pessoas com deficiência e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e com medidas protetivas.

Carlos Ferrari (Presidente): Essa é a proposta de consenso. Plenária esclarecida, podemos votar? Em regime de votação. Aqueles que votam pela proposta original do relatório levantem os seus crachás. Podem baixar. Aqueles que votam pela proposta de consenso da plenária podem levantar seus crachás. Abstenções? Aprovada alteração feita pela plenária. A 9 está pronta já mesa?

Simone Albuquerque (CNAS): Ainda não senhor presidente.

Carlos Ferrari (Presidente): Então vamos para a proposta 10. Procedendo a leitura o vice-presidente.

Simone Albuquerque (CNAS): Senhor presidente a 11 está pronta.



Carlos Ferrari (Presidente): Conselheira Marisa Rodrigues, por favor.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Não, não está pronta ainda, vou ler a 10. Ampliar as metas do Programa Bolsa Família, BPF, considerando outros critérios além da renda, tais como, as diversidades étnicas e regionais, novo parâmetro da renda per capita para caracterização da extrema pobreza, adotando um quarto do salário mínimo e aumento progressivo do valor, bem como, manter o benefício pelo período de 120 dias após ingresso do membro da família no mercado formal de trabalho. Nessa proposta nós tivemos 3 destaques. Júlia, Espírito Santo; Bruno, DF, Distrito Federal; Aline, São Paulo. A Júlia já está aí?

Júlia (ES): Boa tarde a todos, discutimos e no nosso grupo nós fizemos uma modificação. A nossa proposta é que seja retirada parte do texto, que o texto venha até um quarto do salário. Até um terço do salário mínimo e aumento progressivo do valor. Acabe aí. A proposta apresenta que a permanência do benefício por período de 120 dias. Então nós entendemos que a pessoa entrou no mercado de trabalho, não faz sentido que ela fique mais 120 dias recebendo uma transferência de renda e nós recordamos inclusive na prestação de contas que a nossa Ministra, na primeira palestra, e que no Plano Brasil sem Miséria o que vai acontecer é que se pessoa conseguiu o emprego, entrou no trabalho formal cessa, quando ela sai do emprego imediatamente ela procura e já volta a receber o recurso. Então, isto é que foi colocado para nós na conferência magna pela Ministra, que o beneficiário, ele entrou no mercado de trabalho, se ele perde o trabalho ele procura imediatamente o Bolsa Família que será automático ele voltar a receber. Então a nossa proposta é que só venha até o aumento dos valores, até progressivo valor.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente):Obrigado. Bruno, Distrito Federal.

Bruno: Boa tarde. Estou defendendo o destaque, pela supressão da proposta 10. A primeira razão é na linha que a colega falou, de fato, o Programa Bolsa Família implementou novidades, uma delas é o retorno garantido, isso, eu não vou repetir, a pessoa tem 36 meses, ela faltou dizer, para voltar ao Programa. Então o final da proposta, ela não tem efeito.

Agora, eu vou defender a supressão também, considerando que é fato que a renda, é uma renda se R\$70,00 per capita, e a renda não é o único parâmetro para definir uma situação de pobreza de vulnerabilidade, mas eu não tenho dúvida que uma renda de R\$70,00 gera uma série de privações, uma situação realmente muito complicada. Se nós temos 16 milhões de pessoas em situação de extrema miséria, como o no último Censo divulgou, precisamos incluir os povos de comunidades tradicionais, população de rua, por exemplo, essa população não pode mais esperar. Tirar essas pessoas dessa situação é uma tarefa imediata, é para agora. Então eu queria dizer, se caracteriza a extrema pobreza com um quarto de salário mínimo você perde a urgência dessa situação. Então, essa é uma tarefa é imediata para o país para os próximos anos, dois anos, três anos no máximo. O processo de desenvolvimento do país segue. Então eu realmente venho defender a supressão para que não seja adotada essa caracterização da extrema pobreza em um quarto do salário mínimo.

Carlos Ferrari (Presidente): Aline, São Paulo.

Aline: Eu também trago algumas discussões feitas no grupo 16 do qual participei, as considerações do grupo foram duas na verdade. Um quarto de salário mínimo hoje, além de ser insuficiente, ele já é abaixo do valor que foi estipulado para o acesso da família ao benefício do Bolsa Família. Hoje, um quarto do salário mínimo é R\$ 136,25, o acesso máximo para o Bolsa Família é R\$140,00. Então, para que não ocorra o retrocesso, que já está garantido, nós estamos solicitando o aumento deste valor para meio salário mínimo per capita. Essa é a primeira alteração. A segunda alteração é a que diz respeito ao restante do texto, mas aí de acordo com outra ótica. Se mantiver a questão do período de 120



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

dias. Na verdade hoje já é garantido, já tem uma Normativa de que se tem, sai do perfil dos R\$140,00, mas se ela permanece até meio salário mínimo por pessoa da casa, já tem garantida a continuidade do benefício por um determinado período, e aqui, se não me falha a memória, são 140 dias. Então acho que não é necessário a continuidade do texto. Então a alteração seria meio salário mínimo por pessoa da casa.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado Aline. Não temos mais nenhum destaque. Nós temos 3 propostas. Pela manutenção proposta 1, pela supressão, proposta 2 pela alteração proposta 3. Plenária esclarecida, pronta para votar? Pela manutenção do texto, Proposta 1. Em regime de votação. Levantem os crachás. Pode baixar. Pela supressão, proposta 2. Pela alteração, proposta 3. Abstenções? Aprovada a supressão da proposta 10. Obrigado. Mesa, como é que está a 9? Não está pronta, vamos para a proposta 11, senhor vice-presidente proceda a leitura.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Proposta 11. Ampliar os recursos destinados à Política de Assistência Social e implementação do Programa Brasil sem Miséria, criando mecanismos de expansão dos serviços locais ou territoriais e apoiando os municípios no diagnóstico das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, buscando garantir-lhes o acesso aos serviços públicos básicos. Nessa proposta nós tivemos 6 destaques. Marcos do Rio de Janeiro; Márcia do Mato Grosso do Sul; Samuel do Conselho Nacional de Assistência Social e Gilma de São Paulo; Francisco de Goiás e Elizabeth de Santa Catarina. Então a primeira intervenção é do companheiro Marcos.

Marcos (MG): A minha intervenção é muito simples e já enviei o texto para relatoria. Embora todos nós sejamos favoráveis à eliminação da miséria, o Programa Brasil sem Miséria é um programa de governo, não é um programa de política de estado. Então eu estou propondo aqui a supressão, no texto, do Programa Brasil sem Miséria, a substituição na verdade para implementação para todos os seus programas.

Simone Albuquerque (CNAS): Márcia é a próxima.

Márcia: Concordo, com o que o nosso colega colocou, entendendo que temos ainda outros programas que não foram implementados, como o programa de idosos, deficientes em seus domicílios, até hoje não foi implementado. Nós precisamos implementá-lo, retirando então, Brasil sem Miséria e onde está escrito expansão dos serviços, queremos pedir que acrescente socioassistenciais.

Simone Albuquerque (CNAS): Próximo Samuel.

Samuel Rodrigues (CNAS): Quero propor uma alteração na redação, já escrevemos e já vou ler e repassar à relatoria. Ficaria assim: Ampliar os recursos destinados à Política de Assistência Social e criar novos recursos sem, reduzir o orçamento da assistência social, para implementar o Programa Brasil sem Miséria, criando mecanismos de expansão e apoiando os municípios nos diagnósticos das famílias e indivíduos em situação de pobreza e de extrema pobreza, buscando garantir-lhes o acesso aos serviços públicos básicos.

Simone Albuquerque (CNAS): Gilma, São Paulo.

Gilma (SP): É o que estávamos tentando consensuar sobre o texto, mas está um pouquinho difícil ainda. A minha questão é somente, criando mecanismos de expansão de serviços socioassistenciais. Então se vai apoiar o Brasil sem Miséria tem que ter a expansão por meio dos serviços socioassistenciais.



Simone Albuquerque (CNAS): Próximos delegados para destacar. Francisco de Goiás.

Francisco (MA): A minha observação está contemplada com a proposta do Samuel, só vamos fechar a redação. Obrigado.

Simone Albuquerque (CNAS): Elizabeth, Santa Catarina.

Elizabeth: A minha proposta é incluir dos serviços públicos básicos, não só os públicos, toda a rede e socioassistencial que complemente a política de assistência social. O serviço não é prestado só pelo serviço público, ele tem compromisso junto com a rede que complementa os serviços dentro da assistência social.

Carlos Ferrari (Presidente): Não existem mais destaques. Então nós temos duas possibilidades. Proposta 1 pela manutenção. Proposta 2 pela alteração. Plenária esclarecida, podemos votar?

Simone Albuquerque (CNAS): Presidente, os seis delegados, que fizeram o destaque estão conversando ali para ver se chegam num acordo.

Carlos Ferrari (Presidente): Depois, se a plenária votar pela alteração. Então, aqueles que votam pela manutenção do texto, em regime de votação, levantem seus crachás. Podem baixar. Pela alteração? Abstenções? Foi aprovada a alteração do texto, eu vou pedir para os companheiros dirijam-se para relatoria para tentar ver se conseguem construir uma proposta conjunta. A proposta 9 já está ok?

Simone Albuquerque (CNAS): Ainda não senhor presidente.

Carlos Ferrari (Presidente):, Então vamos para 12, conselheiro senhor vice-presidente, por favor.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Propor lei para assegurar 20% dos recursos oriundos do pré-sal e destiná-los aos municípios para serem aplicados especificamente na Política de Assistência Social, visando o enfrentamento da extrema pobreza.

Simone Albuquerque (CNAS): São 6 destaques nessa proposta. A Júlia do Espírito Santo; Gilma de São Paulo; Cida de Mato Grosso do Sul; Andréia de Mato Grosso do Sul; Marcos do Rio de Janeiro e Jaime do Rio Grande do Sul.

Júlia (ES): O nosso grupo propôs a supressão dessa proposta por isso venho ratificar a proposta de supressão. Não é porque eu sou do Espírito Santo e que vamos perder o petróleo igual o Rio de Janeiro não. Mas, precisamos procurar recurso público para o financiamento da política. Há 2 anos foi aprovada aqui 15% para criança. Como tem a Conferência Mulher vai ser 30 para a mulher. Nós precisamos é de garantir recursos públicos no financiamento. Nós vamos aqui propor que 20% do recurso do pré-sal vá especificamente para os municípios, para a assistência social aí a gente vai ficar aqui discutindo uma coisa que não é nem de nossa competência certo? Como é que nos vamos definir que 20% do pré-sal vai para a assistência social? Então, por isso proponho que seja suprimido esse texto, vamos brigar aqui para que o governo federal, estadual, municipal aumente nossos recursos. Vamos propor aumento do recurso público, senão vamos ficar aqui brincando e de repente não vamos aprovar e vamos ficar aqui 10 anos lutando. E se não conseguirmos esses 20% do pré-sal, acho que isso não é de competência nossa.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Gilma, São Paulo. Enquanto aguardamos que ela se aproxime vamos passar para outra proponente. Cida, de Mato Grosso do Sul.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cida: Boa tarde, a minha proposta já está na tela. Propor lei para assegurar o mínimo 5% dos recursos oriundo do pré-sal e destiná-los as três esferas de governo para serem aplicados especificamente na Política de Assistência Social. Já que tem a partilha do recurso do pré-sal, nós queremos garantir que esses recursos venham para a assistência social nas três esferas.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Obrigado Cida. Gilma.

Gilma (SP): Então, a questão que quero colocar é para o fortalecimento da política de assistência social que este fundo, que este recurso do pré-sal possa ampliar os recursos. Então, seria destiná-lo às esferas de governo por meio de repasse fundo a fundo e que esse fundo seja o da assistência social. Porque senão, se fica para o repasse dos municípios isso pode ser para emenda parlamentar, isso pode ser para outras questões. Então repasse de fundo a fundo para as três esferas de governo.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Obrigado. Andréia.

Andréia: Eu concordo com a proposta da Cida. Estou contemplada.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Obrigado Andréia. Marcos do Rio de Janeiro. Marcos.

Marcos: Minas Gerais. Eu concordo com a proposta da Cida, estou contemplado.

Vice-presidente: Jaime, Rio Grande do Sul.

Jaime (RS): Bem, para mim já vou dizer, sobre o impacto ambiental, os indígenas nunca receberam nada do estado. Então, a senhora que estava querendo suprimir os recursos que estavam vindos para os estados e para os municípios, eu também queria dizer um pouco do impacto ambiental que foi sofrido muito na década de 1800 para cá, sofremos muito com impacto ambiental, tanto nossa etnia como outras. Então quero dizer que me sinto contemplado também.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Senhor presidente todos os destaques foram contemplados.

Carlos Ferrari (Presidente): Temos 3 propostas plenária. Proposta 1 pela manutenção do texto, proposta 2 pela supressão, proposta três pela alteração. A plenária está esclarecida, pronta para votar? Ok. Em regime de votação. Proposta 12 do subtema IV, aqueles que votam pela manutenção levantem seus crachás. Podem baixar. Pela supressão. Podem baixar. Pela alteração. Nós vamos ter que contar, a mesa está dizendo aqui. Vamos novamente, vamos lá. Atenção, as propostas 2 e 3 Nós vamos ter que fazer a contagem, vou pedir atenção na hora dos votos. Vamos reiniciar o processo. Em regime de votação. Aqueles que votam pela supressão levantem o crachá. Permaneçam levantados.

Simone Albuquerque (CNAS): Senhor presidente tem uma questão de ordem .

Carlos Ferrari (Presidente): Não podemos encaminhar está em meio ao processo de votação.

Carlos Ferrari (Presidente): Em meio ao processo de votação não cabe questão de ordem, companheiro.

Renato: O apoio já fez a contagem?

Carlos Ferrari (Presidente): Peço a compreensão porque são muitos os participantes.



Simone Albuquerque (CNAS): Estão contando os votos por fileiras.

Carlos Ferrari (Presidente): Nós estamos ainda na proposta 2 em regime de votação.

Participante não identificado: Pode ir para a próxima.

Carlos Ferrari (Presidente): Proposta 3, aqueles que votam na proposta 3 levantem o crachá, pela alteração. Sendo feita a contagem, só um minuto. Mantenham levantados os crachás. Eu peço um pouco de paciência para a plenária. Abstenções?

Simone Albuquerque (CNAS): Nós estamos aguardando o resultado chegar a mesa. A mesa de apoio é que deve trazer o resultado para nós aqui. A gente está pedindo colaboração para a mesa de apoio, assim que fechar dizer o que foi apurado.

Carlos Ferrari (Presidente): Só um segundinho. Vamos ler os recados e garantir a questão de ordem que foi pedida anteriormente.

Simone Albuquerque (CNAS): Presidente Carlos.

Carlos Ferrari (Presidente): Conselheira Simone.

Simone Albuquerque (CNAS): Com 225 votos pela supressão e 316 pela alteração.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado, conselheira. A proposta 9 já está ok?

Simone Albuquerque (CNAS): Está pronta senhor presidente.

Carlos Ferrari (Presidente): Então vamos agora a proposta 9, enquanto isso o pessoal já vai trabalhando na redação da proposta 12. Projetada na mesa eu peço para a conselheira Léa Braga para que faça a leitura da proposta 9.

Vice-Presidente: Pedimos silêncio, estamos na proposta 9, isso é para que vocês possam ter conhecimento do que vocês estão votando.

Léa Braga: Proposta 9. Propor alteração do artigo 20 da lei 8742/93, quanto aos critérios para acesso ao BPC, Benefício de Prestação Continuada, passando a idade da pessoa idosa de 65 anos para 60, conforme o estatuto do idoso, estabelecendo o valor mínimo da renda per capita para o acesso em meio salário mínimo, assegurando que o valor do BPC não seja utilizado para cálculo de per capita para outro requerente da família, independentemente do número de beneficiários da mesma família, e a inclusão de pessoas com transtorno mental, com doenças crônicas, coronárias, morbidade com impossibilidade de inserção no mercado de trabalho, ampliando-se os recursos financeiros para essas novas coberturas.

Carlos Ferrari (Presidente): Essa foi a proposta de consenso daqueles companheiros que fizeram o destaque, é isso? Então agora nós podemos colocar em votação a proposta 1 como estava no relatório, a proposta 2 proposta de consenso dos delegados que fizeram o destaque. Em votação. Aqueles que votam pela manutenção levantem seus crachás. Podem baixar. Pela alteração de acordo com o proposto? Abstenção. Ganhou a alteração. Proposta 11 já está ok?

Simone Albuquerque (CNAS): Sim senhor presidente, está na tela.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Carlos Ferrari (Presidente): Vou pedir ao Conselheiro Renato Francisco Paula, vice-presidente para proceder a leitura.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Proposta 11. Ampliar os recursos destinados à Política de Assistência Social criando mecanismos de expansão dos serviços socioassistenciais e apoiar os municípios no diagnóstico das famílias e indivíduos em situação de pobreza e de extrema pobreza, buscando garantir-lhes o acesso aos serviços públicos básicos.

Carlos Ferrari (Presidente): Essa é a proposta alterada. Plenária esclarecida para votação? Aqueles que votam pela manutenção do texto na proposta 11 levantem os seus crachás. Podem baixar. Pela alteração? Abstenção? Alteração da proposta 11 aprovada pela plenária. Já temos uma redação para a alteração da proposta 12?

Participante não identificado: Ainda não.

Carlos Ferrari (Presidente): Vamos para a 13. Ok plenária? Nós vamos fazer a leitura da proposta 13, conselheiro Renato Francisco Paula, por favor.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Ampliar os critérios de elegibilidade dos benefícios do Bolsa Família, BPC e eventuais, e redefinir os critérios de pobreza do CAD – Único em termos multidimensionais, universalizando o acesso aos direitos socioassistenciais, além de excluir a renda do BPC no cálculo da renda familiar per capita do Programa Bolsa Família, para fins de concessão deste benefício.
Simone Albuquerque (CNAS): Somente um destaque nessa proposta 13, conselheira Eutália CNAS.

Eutália (CNAS): Boa tarde a todos e todas. A minha proposta é de retirar do texto, manter, ampliar os critérios de elegibilidade dos benefícios do Bolsa Família, BPC e eventuais, retirar a frase, e redefinir os critérios de pobreza do CadÚnico tendo em termos multidimensionais. Fazer a supressão dessa parte e continuar a proposta, universalizando o acesso aos direitos socioassistenciais, além de excluir a renda do BPC no cálculo da renda familiar per capita do PBF, para fins de concessão deste benefício. Por que que eu proponho a supressão dessa parte que fala a redefinição de critérios? Primeiro que esses benefícios, Bolsa Família e BPC, Programa Bolsa Família e o BPC, são benefícios de programa em nível nacional, programa que beneficia pessoas de todo o país.

Quando nós falamos de redefinir critérios falando em termos multidimensional nós geramos uma insegurança e gera também uma ausência de critérios claros para que possamos garantir uma elegibilidade com critérios que beneficiem a todos, que não gere diferenciação na elegibilidade. Cada um que vai julgar ou avaliar a concessão para aquele beneficiário, ele pode ter interpretações diferenciadas. Isso pode gerar uma insegurança na concessão desse benefício tão importante e uma garantia tão fundamental para os usuários da política de assistência social. Eu acho que o restante do texto garante que se rediscuta, redefina. Essa é a minha proposta.

Carlos Ferrari (Presidente):Obrigado. Só tem o destaque da conselheira Eutália e sendo assim eu pergunto para a plenária se está esclarecida, pronta para votar? Muito bem, a votação vai ser proposta 1 manutenção, proposta 2 pela alteração. Em votação, aqueles que votam pela manutenção do texto levantem os seus crachás. Podem baixar. Pela alteração? Abstenções? Aprovada a proposta de alteração pela plenária.

Participante não identificado: Peço que a Eutália passe a alteração que foi aprovada para a relatoria registrar. Já está na tela Eutália? É só eliminar, na verdade a proposta foi só de supressão de redefinir



os critérios de pobreza do CadÚnico em termos multidimensionais. Mas é só para a gente poder registrar nos documentos que estão sendo elaborados pela relatoria.

José Geraldo: A 12 está pronta para votação, senhor presidente.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado conselheiro José Geraldo. Para leitura conselheira Léa Braga, por favor.

Léa Braga: Propor lei para assegurar 5% dos recursos oriundo do pré-sal para a Política de Assistência Social, e destiná-las às três esferas de governo por meio de repasse fundo a fundo visando o enfrentamento da extrema pobreza, contemplando os indígenas e quilombolas.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado, conselheira. Plenária esclarecida para votar? Aqueles que votam pela manutenção do texto anterior então, por favor, levantem os seus crachás. Proposta 1. Proposta 2 pela alteração. Abstenções? Aprovada a alteração. Leitura da proposta 14 senhor vice-presidente.

José Geraldo: Proposta 14 já tem consenso senhor presidente.

Carlos Ferrari (Presidente): Mas não foi feito nem os destaques, conselheiro José Geraldo.

Participante não identificado: Proposta 14, nós não abrimos, nós não lemos ainda.

Participante não identificado: Só estou comunicando que já houve um consenso e só tem um destaque.

Carlos Ferrari (Presidente): Então vamos ler a proposta 14 e seguir o processo. Reafirmar a centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil, considerando seu papel de assegurar os direitos socioassistenciais, de dar visibilidade às necessidades da população e de atuar na perspectiva da garantia dos direitos a melhor qualidade de vida, por meio da articulação intersetorial com outras políticas públicas para que alcancem moradia digna, trabalho e cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar e nutricional, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infraestrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável.

Participante não identificado: Eu pergunto à mesa de apoio, foi encaminhada para nós que na proposta 14 tínhamos o destaque do Agmar, Minas Gerais, o Marcos de Minas Gerais, o Francisco do Maranhão e Maria de Pernambuco. Desses quatro quais que retiraram?

Participante não identificado: Não. Eles fizeram um consenso, um único destaque vai ser apresentado agora.

Participante não identificado: Então, por favor, quem que vai fazer o destaque.

Marcos: Na proposta quando fala em rurais colocar em comunidades tradicionais, conforme o Decreto Federal 6.040/2007, e no final acrescentar na garantia de renda.

Participante não identificado: Então temos um único destaque nessa proposta. A plenária está esclarecida? Podemos votar? Em regime de votação.

Carlos Ferrari (Presidente): Ele está colocando em regime de votação se vai fazer a manutenção do texto original ou a alteração. Se vocês aprovarem a alteração aí nós vamos apresentar a alteração, correto? Como a gente tem feito até agora.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): O presidente se ausentou rapidamente, mas não modifiquei o processo, é o mesmo. Em regime de votação, pela manutenção do texto? Pode abaixar. Pela alteração do texto? Vence o texto alterado. Pode projetar na tela.

Dia 10 de dezembro se comemora o dia da sociologia, o dia do sociólogo e da socióloga. A data consta da Lei 6.888 de 10 de dezembro de 1980, que criou a profissão do sociólogo. Uma salva de palmas para os nossos companheiros sociólogos que hoje comemoram seu dia. Temos vários participantes nesta conferência. Outro aviso é relativo à questão do transporte do pessoal de Santa Catarina, eu queria solicitar que eles procurassem a Secretaria Executiva para tratar desse assunto.

Léa Braga: Proposta 14. Reafirmar a centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil, considerando seu papel de assegurar os direitos socioassistenciais, de dar visibilidade às necessidades da população e de atuar na perspectiva da garantia dos direitos a melhor qualidade de vida, por meio da articulação intersetorial com outras políticas públicas para que alcancem moradia digna, trabalho e cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar e nutricional, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infraestrutura urbana e nas comunidades tradicionais, conforme Decreto Federal 6040/2007, ao crédito bancário, à documentação civil, ao desenvolvimento sustentável e à garantia de renda.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigada companheira. Agora podemos votar? Proposta 1, pela manutenção, proposta 2 pela alteração já lida pela conselheira Léa Braga, plenária esclarecida? Em votação da proposta 14, subtema IV. Aqueles que votam pela manutenção levantem os seus crachás. Pode baixar. Pela alteração. Pode baixar. Pela abstenção. Aprovada a proposta de alteração. E assim, se eu não estou enganado, eu acho que nós fechamos o subtema IV, correto? Agora nós vamos para o II.

Então subtema II é o Reordenamento da Qualificação dos serviços socioassistenciais, perdão, não tem programa não. Mesmo procedimento em pessoal. Vamos ler proposta por proposta e aqueles que forem fazendo o destaque vão se dirigindo à mesa com os seus nomes. Ronaldo, por favor.

Ronaldo: Subtema II - Reordenamento da Qualificação dos Serviços socioassistenciais. Proposta 1. Criar mecanismos de divulgação, integração e expansão dos programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais, bem como informações sobre a Política Nacional de Assistência Social para a população em geral, visando contemplar as populações tradicionais tais como, rurais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e pesqueiras. Destaque lá na mesa por favor.

Carlos Ferrari (Presidente): Questão de ordem, por favor, companheiro.

Benedito Alemão (SP): Mesa, gostaria de uma questão de ordem pelo fato do grande número de destaques feitos até agora. Sugiro que os representantes que pretende fazer destaques já entrem num consenso, para não atrasarmos muito a discussão. Essa é a minha questão, gostaria que fosse colocado para apreciação da plenária.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Esperam só um momento. A ideia é ótima. Mas como os proponentes vão entrar num consenso se ainda nem sabem os destaques? As pessoas precisam fazer os seus destaques, registrarem, na mesa de apoio e depois articular o consenso, se não for assim não têm como entrar em consenso.

Carlos Ferrari (Presidente): O que pode ocorrer companheiros, que é muito comum em conferência, você fez o destaque da proposta 1, durante o processo você já pode ir conversando, com outra pes-



soa que também fez proposta para a mesma questão 1, e assim vão se organizando. Mas isso a mesa não tem como fazer, isso é articulação política de plenária, e vocês fazem, isso pode ajudar muito no processo. Mas não dá para colocarmos isso como uma questão de ordem, porque é pura articulação política. Terminou os destaques da 1? Vamos lá.

Simone Albuquerque (CNAS): Presidente Carlos, posso falar?

Carlos Ferrari (Presidente): Por favor, conselheira.

Simone Albuquerque (CNAS): Bem, primeira, Sissi Keli do Distrito Federal, segundo, Marcos do Rio de Janeiro, terceiro, Daniel da Bahia, quarto Paulo Roberto do Maranhão, quinto, Joana do Mato Grosso do Sul, seis, Sônia do Rio de Janeiro, sete, Joana rosa de Goiás, oito, Francisco de Assis do Amapá, nove, Maria Auxiliadora do CNAS, dez, Zenilda de Pernambuco, onze, Matias da Bahia, doze, Agmar de Minas Gerais, treze, Samuel do Conselho Nacional.

Ronaldo: Obrigado Simone. Vamos ler então aqui a segunda. Garantir e ampliar orçamento e o cofinanciamento entre as três esferas de governo para: a) ampliação de espaços físicos públicos próprios, observando integralmente as normas da ABNT para a acessibilidade; b) aquisição de equipamentos permanentes (computadores com internet); e c) veículos, inclusive adaptados, destinados às unidades que prestam serviços socioassistenciais, de gestão e conselhos.

Simone Albuquerque (CNAS): Estão escritos na segunda proposta do subtema II, Sebastião da Rondônia, Marcos do Rio de Janeiro, Marlon de Pernambuco, Samuel do Conselho Nacional, Talita do Espírito Santo e Raquel de Minas Gerais.

Ronaldo: Vamos para a terceira proposta. Assegurar cofinanciamento a partir dos pisos de financiamento da Proteção Social Básica e Especialmente e Média e Alta Complexidade, incluindo pisos de: a) financiamento para a Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos; b) Proteção Social Especial para pessoas com deficiências, idosos e suas famílias; c) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 07 a 14 anos.

Simone Albuquerque (CNAS): Proposta 3, subtema II, Telma do Distrito Federal, Jaime do Rio Grande do Sul, Renato do Mato Grosso do Sul, Francisco do Maranhão, Elizabeth de Santa Catarina.

Ronaldo: Vamos para a proposta 4. Criar mecanismos técnicos e financeiros que incentivem a criação de consórcios intermunicipais regionalizados, com colegiados gestores para implantar serviços e equipamentos de proteção de Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade, especialmente para os municípios de Pequeno Porte I e II, respeitando as diversidades regionais. Algum destaque?

Simone Albuquerque (CNAS): Subtema II, proposta 4. Júlia do Espírito Santo, Gisele do Mato Grosso, Eutália do Conselho Nacional e Adriana do Rio Grande do Sul.

Ronaldo: Proposta 5. Apoiar a implantação e implementação de CRAS e CREAS itinerantes e flutuantes, com a participação efetiva dos usuários, de acordo com a especificidade regional e étnico-cultural, de forma a aproximar a população da rede socioassistencial para atendimento de: a) assentamentos, de quilombolas, ciganas, ribeirinhas, indígenas, pesqueiras, portuárias; b) e de áreas de fronteira. Algum destaque?

Simone Albuquerque (CNAS): Estão inscritos: Júlia do Espírito Santo, Gisele do Mato Grosso. Desculpa gente, estou lendo a proposta errada. Vamos começar de novo. Subeixo II, proposta



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

5. Vania do Rio de Janeiro, Telma do Distrito Federal, Nilton da Paraíba, Ronaldo do Rio Grande do Sul, Agmar de Minas Gerais, Sebastião de Rondônia, Talita do Espírito Santo, Carlos Ferrari (Presidente): Ventura de Santa Catarina.

Ronaldo: Proposta 6. Fomentar e cofinanciar a celebração de termos de cooperação técnica e financeira de estados e municípios com universidades e instituições de pesquisas para realizar: a) estudos sobre o impacto social dos benefícios, serviços, programas e projetos; b) diagnósticos para identificação de situações de vulnerabilidade, risco social, demandas, necessidades e potencialidades da população, c) reordenamento das ações de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais e a qualificação dos recursos humanos; d) indicação de locais para a implantação de CRAS e CREAS; e) pesquisas e diagnósticos intersetoriais, com referência nos territórios dos CRAS.

Simone Albuquerque (CNAS): Telma do Distrito Federal, Francisco de Minas Gerais e Augusto de São Paulo.

Ronaldo: Vamos para a 7. Garantir o reordenamento e a execução continuada dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Lei nº 12.435/2011, com apoio técnico e respeitando o princípio da territorialidade.

Ronaldo: Vou ler o destaque Proposta 8. Criar estratégias e fortalecimento da rede socioassistencial que a potencialize em âmbito local através de apoio técnico e financeiro para qualificação de programas e projetos e serviços de acordo com as normatizações e as legislações da Política de Assistência Social, inclusive visando alcançar as populações tradicionais, tais como, rurais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e pesqueiras. Por favor, encaminhar à mesa o nome a pessoa que está solicitando o destaque.

Simone Albuquerque (CNAS): Destaques da proposta 8. Sandra do Rio de Janeiro, Andréia do Mato Grosso do Sul, Agmar de Minas Gerais, Talita do Espírito Santo, Matias da Bahia, Luciano da Bahia e Francisco de Minas Gerais.

Ronaldo: Proposta 9. Fortalecer a interdisciplinaridade no SUAS e a intersetorialidade com as demais políticas públicas, garantindo o fluxo dos encaminhamentos das referências e contrarreferências dos serviços da rede socioassistencial, por meio de protocolos com objetivo de primar pela qualidade dos serviços prestados e pela melhoria do atendimento às demandas da população.

Simone Albuquerque (CNAS): Destaques da proposta 9. Vitor de São Paulo, Demilson de São Paulo, Jaime do Rio Grande do Sul.

Ronaldo: Proposta 10. Implantar protocolo para a criação de um sistema informatizado único, on-line, ancorado em um fluxo de rede e de serviços definidos, que permite: a) cruzamento de informações territorializadas, intermunicipais e nas três esferas de governo; b) identificação de perfil e da dinâmica de atendimento dos usuários da assistência social nos serviços, programas, projetos e benefícios da rede pública e privada; c) dados para a elaboração de diagnóstico social; d) vigilância socioassistencial; e) o planejamento, o monitoramento e a avaliação; f) possibilidades de composição de indicadores de qualidade. Destaques?

Simone Albuquerque (CNAS): Destaques da proposta 10: Sebastião de Rondônia, Eduardo de Alagoas e Evandro.

Ronaldo: Proposta 11. Divulgar serviços e benefícios socioassistenciais, programas de transferência de renda e projetos, utilizando-se de: a) cartilhas educativas e panfletos; b) mídia local



e regional; c) palestras e fóruns de debates, bem como estruturar a comunicação entre a rede socioassistencial incluindo campanha educativa/preventiva, direcionada às pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas e seus familiares.

Simone Albuquerque (CNAS): Destaque da proposta 11. Gláucia DF, Juliana DF, Cássio DF, Vânia Rio de Janeiro, Samuel CNAS, Larissa Mato Grosso.

Ronaldo: Proposta 12. Adequar a estrutura organizacional do órgão gestor de Assistência Social de acordo com a Política Nacional, NOB/SUAS e NOB-RH e, ainda, garantindo que a gestão da Política de Assistência Social seja operada por um profissional de nível superior da área de ciências humanas aplicada, bem como aperfeiçoar os requisitos para concessão/manutenção da Gestão Plena, referentes à Política de Recursos Humanos, adequando-os à realidade atual do SUAS.

Simone Albuquerque (CNAS): Proposta 12, destaque. Augusto, São Paulo; Eduardo, Alagoas; Maíra, Bahia; Telma, DF; Juliana, Paraná.

Ronaldo: Proposta 13. Aperfeiçoar a NOB-RH para a ampliação da equipe de referência dos CRAS e CREAS, observando as especificidades: a) do território; b) das famílias; c) dos serviços referenciados e o cofinanciamento das ações, especialmente na oferta dos serviços de Proteção Social Especial dos municípios de pequeno Porte I e II.

Carlos Ferrari (Presidente): Eu também peço compreensão da plenária, aqueles que tiverem destaque que já leram o caderno, fiquem mais próximos aqui. Já vão se preparar para os destaques. Mas vamos sim, vamos cuidar disso.

Participante não identificada: Vamos. Então vamos seguir senhor presidente.

Simone Albuquerque (CNAS): Presidente, a proposta 13, os destaques. Juliana DF, Samuel CNAS.

Ronaldo: Proposta 14. Garantir a materialização do paradigma dos serviços previstos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais a partir da realização do estudo técnico que avalie e defina o custo real de cada serviço da Proteção Social Básica Especial a ser pactuada e cofinanciada pelas três esferas de governo, garantindo a adequação da relação equipe, população, serviços, tendo em vista a universalização do direito a assistência social.

Carlos Ferrari (Presidente): Proposta 14 não tem destaque?

Simone Albuquerque (CNAS): Sim senhor presidente, tem. Ventura de Santa Catarina.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado mesa. Alguém mais? Vamos à proposta 15.

Ronaldo: Proposta 15. Ampliar e implantar equipamentos e serviços de Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade do SUAS, como residências inclusivas e serviços de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência, inclusive com autismo, conforme Tipificação Nacional e Resolução CNAS 34/2011, garantindo a intersetorialidade com as demais políticas públicas.

Simone Albuquerque (CNAS): Subtema II, proposta 15. Destaques, Telma, DF; Sebastião, Rondônia e Marcos, Rio de Janeiro.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ronaldo: Proposta 16. Garantir que as Secretarias de Assistência Social nos municípios, estados e Distrito Federal sejam as responsáveis pela gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. Por favor, encaminhe até a mesa o destaque.

Simone Albuquerque (CNAS): Subtema II, proposta 16. Destaques, Luciano Bahia, Ieda, Ceará, Luciano Bahia e Ieda Ceará.

Ronaldo: Obrigado. Proposta 17. Incluir no PPA, LDO e LOA as despesas decorrentes da Política de Assistência Social como de natureza obrigatória, atualizando as Leis Orgânicas dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, com base na Lei nº 8.742/93 LOAS alterada pela lei 12.435/11.

Simone Albuquerque (CNAS): Subtema II, proposta 17 sem destaque.

Carlos Ferrari (Presidente): Aprovada a proposta 17.

Carlos Ferrari (Presidente): Proposta 18.

Ronaldo: Proposta 18. Realizar levantamento do custo dos serviços socioassistenciais para subsidiar definição de parâmetros de cofinanciamento e estabelecer o índice de correção dos pisos de proteção social básica e especial, com a atualização desses de forma automática e efetiva, implantação dos serviços e unidades tipificados.

José Geraldo: Subtema II, proposta 18. Destaques, Júlia, Espírito Santo; Suzana, Ceará; Andréia, Mato Grosso do Sul.

Ronaldo: Proposta 19. Que o MDF/CNAS apresente projeto de lei estabelecendo o percentual para o financiamento na política nas três esferas de governo, garantindo a dotação orçamentária e financeira da arrecadação bruta de no mínimo 7% (sete por cento), 10% (dez por cento), 15% dos municípios, estados, Distrito Federal e União respectivamente.

José Geraldo: Subtema II, proposta 19. Destaques, Marlon, Pernambuco; Gisele, Paraná; Adriana, Rio Grande do Sul e Júlia, Espírito Santo.

Ronaldo: Proposta 20. Criar mecanismos para garantir a efetivação do repasse mensal, sistemático e atualizado dos recursos de âmbito federal, estadual e municipal, fundo a fundo, para o cofinanciamento dos benefícios eventuais, conforme a Resolução 39/2010 CNAS, dos serviços, programas e projetos da Política de Assistência Social, bem como, ampliar o cofinanciamento para contemplar ações direcionadas indistintamente às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, às populações tradicionais, quilombolas, indígenas e outras como, rurais, assentadas, pessoas em situação de rua, ribeirinhas, pesqueira, portuárias, homoafetivas, ciganos, catadores, egressos do sistema prisional, periurbanas e das áreas de fronteira.

José Geraldo: Subtema II, proposta 20. Francisco, Maranhão; Cibele, Rio Grande do Norte; Sissi, DF; Vânia, Rio de Janeiro; Agmar, Minas Gerais; Francisca, Paraíba e Sebastião, Rondônia.

Ronaldo: Proposta 21. Promover articulação e mobilização para aprovar a PEC 431/2011, que determina percentual mínimo de 5% de recurso para o custeio da assistência social nas três esferas de governo, e propor regulamentação para maior destinação dos recursos da Política de Assistência Social para os Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial por meio de repasse fundo a fundo.



José Geraldo: Subtema II, proposta 21. Destaques. Marlon, Pernambuco; Gisele, Paraná e Gilma, São Paulo.

Ronaldo: Proposta 22. Criar por lei o requisito de exigibilidade de Secretaria de Assistência Social exclusiva nos estados e municípios, para habilitação no SUAS, assegurando o comando único, com dotação orçamentária própria e trabalhadores efetivados por concurso público, para ampliar e qualificar a assessoria técnica dos estados, promover a capacitação continuada e o cofinanciamento, conforme a Lei 12.435/2011, para a consolidação do SUAS.

José Geraldo: Atenção mesa, subtema II, proposta 22. Destaque, Gilma, São Paulo e Jaime, Rio Grande do Sul.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado senhor conselheiro, José Geraldo. Sendo assim, nós temos destaques em todas as propostas, considerando aprovada a proposta 17, essa sim já aprovada. De imediato, nós vamos para os destaques das propostas, pedindo ao vice-presidente que faça a leitura da proposta 1.

José Geraldo: Senhor presidente, uma comunicação. Em relação ao subtema II, proposta 16, todos abdicaram do destaque, portanto não tem destaque.

Carlos Ferrari (Presidente): Aprovada a proposta 16. Muito bem.

Ana Lígia (DF): Questão de ordem. Ana Lígia do Distrito Federal. Na Verdade a questão de ordem é para contribuir um pouco com a plenária na organização das discussões. Eu estava exercitando uma previsão com o Wagner, num total de proposta que nós tivemos nesse subtema e no outro eixo nós tivemos 19 propostas para serem votadas. Nesse aqui, se tiver três intervenções por proposta, se todo mundo chegar a acordo nos destaques e tiver três intervenções, pelo tempo que está se gastando, se você tiver 5 minutos em cada, portanto, a gente vai levar 3 horas nesse eixo.

Só para vocês terem uma ideia de como está a situação, sem querer apressar ninguém, mas eu acho importante que a plenária saiba o tempo, nós estamos repetindo a discussão dos subgrupos aqui, todo mundo sabe disso. Eu não estou falando isso para ninguém apressar não, é que eu acho importante termos clareza do que está acontecendo e não é, é um problema da dinâmica do regimento que todo mundo que não conseguiu que sua alteração, o regimento que nós aprovamos. Mas se a gente tiver consciência das coisas a gente pode contribuir para melhorar aqui.

Então quanto mais acordo se chegar nos destaques, porque todo mundo que não conseguiu passar a sua alteração no grupo, vem aqui e faz o destaque de novo. Quanto mais acordo tivermos nos destaques melhor, senão não vamos poder sair daqui antes da meia noite, caso contrário, pelo número de moções, considerando o subtema de controle social, que tem 19 propostas, e as 3 horas que na melhor das hipóteses, esse subtema agora, nós vamos prever pelo menos 3 horas nele tá. Vocês podem fazer esse exercício de conta que a gente fez ali. Então era para contribuir com essa ordem e com a organização que eu fiz essa questão chamando a atenção da plenária para essa contribuição.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado Ana Lígia, militante histórica na política, muito bem colocado. Proposta 1, proceder a leitura e já chamando as pessoas, pedindo que no momento da leitura já se organizem e se desloquem até a mesa de apoio para ver se conseguem articular os seus destaques para chegar a um consenso. Proposta 1 senhor vice-presidente.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Proposta 1. Criar mecanismos de divulgação, integração e expansão dos programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais, bem como informações sobre a Política Nacional de Assistência Social para a população em geral, visando contemplar as populações tradicionais tais como, rurais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e pesqueiras.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado. Fizeram os destaques então.

Simone Albuquerque (CNAS): Nós temos na proposta 1, 13 destaques: Sissi Keli do DF, Marcos do Rio de Janeiro, já estou pedindo para se posicionar próxima a mesa de apoio. Daniel, Bahia, Paulo Roberto, Maranhão, Joana, Mato Grosso do Sul, Sônia, Rio de Janeiro, Joana Rosa, Goiás, Francisco de Assis, Amapá, Maria Auxiliadora, CNAS, Zenilda, Pernambuco, Matias, Bahia, Agmar, Minas Gerais e Samuel, Conselho Nacional. Então a primeira pessoa é a Sissi do DF.

Sissi Keli (DF): Todos que destacaram disseram que tem uma consideram, não sei. Eu sugeria que após populações gerais, visando contemplar as demais populações, tais como, LGBT também, incluir a população LGBT porque até agora só contemplaram a população homoafetivo, e homoafetivo não é população, é uma relação afetiva. Quando se diz população, são indivíduos LGBT que tem um grande índice de vulnerabilidade e muitas das vezes nem procura os serviços socioassistenciais porque tem medo de não ser contemplados. Eu só contaria com o apoio de todos para estar contemplando essa população tão invisível até hoje. Obrigado.

Ronaldo: Obrigado. Marcos do Rio de Janeiro.

Marcos: Primeiro eu queria fazer um desabafo. Todo o relatório foi lido e o grupo 1 não conseguiu chegar a um consenso. Então aí, com respeito também aos companheiros eu peço desculpa, mas eu vou apresentar uma proposta isolada uma vez que eu fiz o destaque. Então eu estou propondo o seguinte, a proposta 1 ela é muito parecida com a proposta 11, ambas tratam de mecanismo de divulgação. Eu vou apresentar um texto na 1 já submetendo à mesa ao chegar a 11, que submeta à plenária se contempla ou não, caso contrário ficamos com as duas. Então seria a alteração do texto, implantar e incentivar mecanismos de divulgação, integração de serviços e benefícios socioassistenciais, programas de transferências de renda, e projetos diversos, utilizando todos os meios possíveis de comunicação e ainda através de fóruns de debates de forma a alcançar todos os assistidos pela Política Nacional de Assistência Social indistintamente.

Carlos Ferrari (Presidente): Essa é a proposta do companheiro Marcos, eu pergunto aos outros participantes que ainda não falaram. Os senhores se sentem contemplados. Não, então vamos lá.

Ronaldo: Daniel, Bahia.

Daniel (BA): Pessoal teve uma guerra agora a pouco aqui atrás. É assim a proposta do nosso amigo do Rio de Janeiro é a mesma nossa só que estamos precisando especificar mais as coisas dentro o trabalho do SUAS. Exemplos para chegarmos no SUAS e não ter a pessoa apropriada para cuidar da necessidade local, da necessidade da pessoa. A gente só está fazendo aqui, usando a 11 para dizer o início de divulgação, orientação como fazer o trabalho. E a gente a partir do em geral da 1, a gente está visando contemplar a população tradicional, tais como, rurais, ribeirinhos, quilombos, pesqueiras, deficientes e outras em geral que a gente tem aqui, porque se a gente não especificar quando a gente chegar no CRAS e no CREAS a gente não vai ter o atendimento que precisamos pela pessoa profissional naquela área e aí é isso que a gente está, é a efetivação de todos, é isso que estamos precisando. Se não especificar a gente passa necessidade, é sério.



Simone Albuquerque (CNAS): O próximo é o Paulo Roberto, do Maranhão.

Paulo Roberto (MA): Agora temos que ver mesmo como acontece as situações.. Em primeiro lugar a proposta 1, que fala do direito a informação, está lá na Constituição Federal, criar mecanismos de divulgação, integração e expansão dos programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais, bem como informações sobre a PNAS para a população em geral, visando contemplar, ou seja, a proposta 1 trata de você garantir que toda a população em geral tenha acesso à informação.

Paulo Roberto (MA): Espera aí, o colega fez uma proposta de junção, por favor, mesa. A proposta 11 ela na verdade vem especificar processos ou instrumento educativos como essa informação pode se dar. Então são duas propostas diferentes, uma é garantia de direitos, a outra é processo educativo de informação, são duas coisas diferentes. Eu quero garantir o direito à informação e isso é respeitar o cidadão na sua integralidade, não importa a forma como eu faça.

Carlos Ferrari (Presidente): A proposta companheiro, por favor, o tempo está correndo.

Paulo Roberto (MA): A proposta é manter a 1 como ela está, mantendo-se inclusive para a população em geral porque nós não podemos excluir mais ninguém e manter a proposta 11 também como ela está, sem que haja maior inclusão de outros elementos.

Carlos Ferrari (Presidente): Quero pedir, olharmos com atenção as propostas, respeitando o processo democrático participativo, o companheiro fez um destaque para defender que a proposta seja mantida, não podemos fazer isso. Destaque é para propor alteração não é para defender que a proposta seja mantida. Muita atenção, senão vamos começar a se perder e o tempo está correndo.

Joana: Boa tarde. Eu venho em nome do Mato Grosso do Sul pedir que inclua a região de fronteira e todos os assentados, devido ao grande número de assentamentos lá no Mato Grosso do Sul e eu resido num dele. Moro no assentamento Itamarati que diz ser o “maior assentamento da América Latina” que só fica no papel no nível de desenvolvimento. Eu venho em nome do assentamento Itamarati e toda a população fronteiriíssima pedir que inclua sempre que fala de população vulnerável, que passa por situação de vulnerabilidade que inclua a população de fronteira e os assentamentos porque nós vivemos numa situação de grande vulnerabilidade. Não dá para a gente citar o número, mas a situação não é boa, é caótica e nós precisamos do apoio do poder.

Simone Albuquerque (CNAS): Próxima é a Joana Rosa, de Goiás.

Carlos Ferrari (Presidente): Questão de ordem.

Participante não identificada: Eu pedi uma questão de ordem, senhor presidente, foi submetida a esse plenário que quando fosse se reunir em grupo que viesse com uma única proposta. Então eles teriam que vir com essa proposta pronta por que senão cada vez que for esse grupo lá nós vamos ficar a noite inteirinha aqui e não vamos sair disso. Não, se reunirem para fazer uma única proposta, foi isso que foi submetido ao plenário e o plenário votou, que ao reunir em grupo este faça uma única proposta. Se for para ler de todos, a proposta que cada um fizer aqui então não teria se reunido em grupo, nós não teríamos perdido esse tempo todo. Esta foi a proposta. Então eu peço uma questão de encaminhamento para o senhor presidente por em votação no plenário, se vamos ou não que continuar da maneira que está sendo feita. Por Favor.



Carlos Ferrari (Presidente): Olha só para entendimento da plenária. Atenção plenária. A companheira propõe quando houver mais de um destaque e aí se configuraria num conjunto de destaques que esses que fizeram os destaques fossem convidados a trabalhar em grupo e construísse uma única proposta. Lembrando que essa é uma possibilidade que não está no Regimento, mas a plenária é soberana e pode acatar essa condução. E sendo assim eu pergunto à plenária, existe uma proposta, eu vou colocar em votação. Aqueles que concordam com a metodologia de encaminhamento até agora, ou seja, como está sendo conduzido, que levantem o crachá. Pode baixar. Aqueles que concordam com o encaminhamento da colega que quando houver mais de um destaque que as pessoas possam construir. Pode baixar. Abstenções? Aprovado o encaminhamento da companheira.

Francisco de Assis (AP): Tudo bem, aprovada, mas só que não é regimental. Francisco de Assis, Amapá. Não é regimental, então quem o grupo, não houve um consenso no grupo, então todos defendam a sua opinião tá. Não houve um consenso. Quando vocês estiverem aqui também vocês vão fazer o mesmo.

Carlos Ferrari (Presidente): Está certo. Olha só o que tem que ficar claro para nós é o seguinte, o que está sendo, a questão de ordem que a companheira encaminhou, mas que é uma proposta que nós já havíamos indicado para que a plenária fizesse. Ela só existe quando as pessoas que fizerem o destaque entrarem num consenso. A mesa não está obrigando as pessoas a entrarem num consenso, nós não podemos ser autoritários a este ponto, de obrigar as pessoas a ter consenso quando o consenso não existe. Então os grupos, as pessoas que fizeram os destaques podem tentar entrar num consenso, em não havendo consenso temos que manter o direito das pessoas falarem. A mesa não pode encaminhar de outra forma acho muito autoritária essa proposta que está aí, de obrigarem as pessoas a entrarem num consenso porque nós estamos despolitizando o debate, nós não podemos fazer isso. Então se não tiver consenso, nós vamos garantir o direito de fala das pessoas de acordo com o que está no Regimento.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Está claro plenária? Muito bem. Nessa perspectiva dos 13 destaques já feitos nós garantimos a fala de 7 pessoas. Eu vou dar 2 minutos para verificar se o grupo consegue construir algo. Eu acho que em benefício do nosso trabalho vale a pena investir nesses 2 minutos, senão a gente, como disse o presidente, volta ao processo nesse caso específico, 2 minutinhos para que os 13 possam discutirem.

Ronaldo: Só para registrar senhor presidente, temos a inscrição do Francisco de Assis do Amapá, Maria Auxiliadora do CNAS, Zenilda de Pernambuco, Matias da Bahia, Agmar de Minas Gerais e o Samuel do CNAS. O presidente está pedindo para eu fazer a leitura dos destaques, da proposta 2 que as pessoas já podem ir tentando articular, conversar para ver se tem algum consenso ou trazer uma proposta mais unificada para agilizar o processo. É o Sebastião de Rondônia, Marcos do Rio de Janeiro, Marlon do Pernambuco, Samuel do CNAS, Talita do Espírito Santo e Raquel de Minas Gerais. Esses são as pessoas que pediram destaque na proposta 2. Estamos em discussão do grupo 1, o presidente pediu para eu ler, sugeri que as pessoas do grupo 2 já pudessem também ir fazendo uma proposta prévia.

Participante não identificada: Questão de ordem.

Participante não identificado: Essa questão de ordem é muito simples. Se torna impraticável haver um consenso de um grupo quando uma pessoa que fez o destaque não conhece o destaque da outra porque nem sempre a matéria vai ser a mesma. Eu posso ter feito um destaque por uma razão e os demais companheiros por outras razões. Então como é que eu faço o consenso sem saber dos demais destaques. Eu gostaria que a mesa esclarecesse, por favor.



Carlos Ferrari (Presidente): Ok companheiro, colocada essa situação não temos alternativa. Vamos restabelecer o processo, tentamos não mudar, mas criar uma possibilidade de diálogo então, pelo que está sendo colocado vamos seguir o processo do jeito que estava. Então, Ronaldo, por favor.

Ronaldo: Então o próximo é Francisco de Assis do Amapá que pediu o destaque na proposta 1. Nós estamos voltando na questão 1. A proposta 2 só lemos os nomes, para gente naquela proposta que nós tínhamos feito para tentar agilizar, mas a mesa entendeu, com a sua questão de ordem Marcos, vamos continuar o processo do mesmo jeito que está. Então agora estamos pedindo ao senhor Francisco de Assis do Amapá para fazer a sua intervenção na proposta 1.

Francisco de Assis (AP): Já estamos nos organizando para entrar num consenso com o grupo. Agora eu queria aproveitar esse momento de destaque e fazer um esclarecimento, que quer dizer população ribeirinha que muitos não sabem o que é, pensam que é pessoa que mora a margem do rio. São pessoas, homens, mulheres e crianças vítimas do escarpamento, é disso que se trata a população ribeirinha. Não exclua a população ribeirinha tá. Obrigado

Ronaldo: Maria Auxiliadora é a próxima inscrita.

Maria Auxiliadora: Eu concordei com o Daniel da Bahia, mas a questão que o Marcos falou também, para a gente poder juntar, complementar as propostas 1 e a 11. A gente precisa entrar nesse consenso. Eu aceito esse consenso, se precisa colocar só os parâmetros de acessibilidade. É a única questão que quero colocar, que dentro da divulgação precisamos ter os parâmetros de acessibilidade. Era só isso.

Ronaldo: Obrigado. Zenilda de Pernambuco. Zenilda, Pernambuco.

Zenilda (PE): Pessoal com todo respeito a todos, foram muitos destaques. Estamos tentando construir, porque o texto ficou enorme e muita gente falando, entendeu? E já alcançasse tudo mais. Não é verdade, o companheiro chegou aqui disse que não está havendo um consenso, ele acabou implodindo um processo que deu um trabalho danado para a gente fazer. Então a gente está concluindo ali, eu não gostaria de usar o tempo para defender uma coisa isolada. Eu só peço um pouco de caridade, porque já perdemos um monte de outras, não parou a conferência. A gente se retirou e vocês continuaram votando, a gente inclusive perdeu vários pontos. Eu peço um pouco de entendimento para terminarmos, estar concluindo e trazendo o que foi consenso pelo menos para quem ficou.

Ronaldo: Quero conversar com meus companheiros e companheiras de mesa, só para termos clareza e fazer o processo da melhor forma possível. Estamos trabalhando conforme o Regimento Interno. Mediante as intervenções que foram feitas na plenária, estamos tentando traduzir aqui no trabalho da mesa da melhor forma possível para se ter uma condução mais democrática e respeitar todas as questões. Então se a pessoa não vai usar o microfone é só ela dizer o seguinte, eu estou retirando o meu destaque e continuo na negociação do consenso, porque nós não podemos alterar, foi pedido para continuar chamando as pessoas que fizeram o destaque, está bom? Então nesse sentido, eu vou chamar Joana Rosa.

Joana Rosa (GO): Boa tarde plenária. Joana, Goiás, Brasil inteiro, penso que aqui, nós representamos a Federação do Brasil, o Estado Nação do qual nós pertencemos. Assim então nós pensamos a proposta 1 como, criar mecanismos de divulgação, integração e expansão dos programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais, bem como informações sobre a PNAS para a população em geral. Ponto final em população em geral, retira-se então, visando contemplar as populações tradicionais bem como, retira-se e deixa ponto final em geral, porque pensamos que contempla o Brasil como um todo.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ronaldo: Ok. Agora nós chamamos o Matias da Bahia.

Matias (BA): Boa tarde a todos. Eu acho que, o que eu vou pedir é só para incluir , porque em tudo que estão fazendo, estão falando de comunidades ribeirinhas, quilombolas, estão esquecendo várias vezes da população de rua, das profissionais do sexo que graças a Deus eu sou filho de uma mulher, eu respeito todo mundo, e do egresso sistema carcerário. Obrigado.

Ronaldo: Obrigado Matias. O Agmar de Minas Gerais retirou o destaque dele conforme ele colocou na mesa e o último é o Samuel. Também retirou então desta forma todas as pessoas que pediram para garantir o destaque foram contempladas.

Carlos Ferrari (Presidente):Obrigado Ronaldo. Então nós podemos agora sim, votar pela manutenção ou alteração do texto. Proposta 1 pela manutenção do texto, proposta 2 pela alteração da proposta 1. Plenária esclarecida, podemos votar? Proposta 1, aqueles que votam pela manutenção do texto levantem seus crachás. Pode baixar. Proposta 2 pela alteração. Pode baixar. Abstenção. Aprovada a alteração, agora nós vamos aguardar a proposta construída, enquanto isso a gente pode ler a 2, pode ser? Pode ser gente? Vamos lá, 2. Nós temos destaques, como foi lida a proposta acho que a gente já pode agilizar já chamando para os destaques, pode ser? Vamos lá então, está todo mundo com o relatório em mãos para agente ganhar tempo. Ronaldo.

Ronaldo: Na proposta 2, nós tivemos aqui os destaques do Sebastião da Rondônia, o Marcos do Rio de Janeiro, o Marlon de Pernambuco, Samuel do Conselho Nacional, Talita do Espírito Santo e Raquel de Minas Gerais. Esse são 6 destaques da proposta 2. Então a primeira pessoa a usar o microfone é o Sebastião de Rondônia, ele encontra-se aí próximo? Ok, por favor, microfone para o Sebastião.

Sebastião (RO):Obrigado a todos, quero ser breve. Eu vim defender essa proposta no sentido de que nós necessitamos que ela venha a ser colocada em prática por um motivo que nós temos uma dificuldade à acessibilidade. Aqui podemos ter um exemplo muito forte, começa por Brasília, o hotel onde eu estou não tem acessibilidade, onde eu vou tomar banho tem uma banheira para poder passar por cima. Então quero que aconteça isso nos municípios e começando por Brasília também.

Carlos Ferrari (Presidente): Não tem destaque companheiro?

Ronaldo: Entendi que ele está fazendo a defesa da proposta que foi apresentada, ele não fez nenhuma alteração presidente.

Carlos Ferrari (Presidente): Então lembrando que esse momento é um momento de destaques companheiros não de defesas,

Ronaldo: Marcos do Rio de Janeiro.

Marcos: O meu destaque é de apenas inclusão na letra b quando diz aquisição de equipamentos permanentes está (computadores e internet), aí limita, isso aqui diz que a gente só vai poder adquirir esse tipo de equipamento. Então eu estou propondo que a gente abra parênteses e após internet põe uma vírgula, entre outros necessários e fecha parênteses.

Ronaldo: Obrigado Marcos. O Marlon de Pernambuco. Marlon. Retirou? O Marlon retirou o seu destaque. Samuel, CNAS.



Samuel Rodrigues (CNAS): O Marlon e a Talita na verdade retiraram porque conversamos e vamos fazer uma proposta única, parte dela foi contemplada na fala do Marcos. Agora no final do texto onde fala de unidade de gestão, estamos querendo incluir, nas unidades que prestam serviços socioassistencial, unidades de gestão e conselhos.

Ronaldo – Ok. Talita então retirou, não é isso Samuel? Retirou Talita e Raquel também? Raquel, não,? Raquel de Minas Gerais. É a última que pediu destaque. Raquel de Minas Gerais.

Raquel (MG) Fui contemplada na fala do meu colega.

Raquel (MG): Ele pediu a fala, mas, eu já retirei. O meu colega está pedindo só veículos adaptados para cadeirantes.

Ronaldo: Raquel. Então presidente todos os destaques foram contemplados aí.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado Ronaldo. Plenária esclarecida, podemos votar pela alteração ou manutenção do texto? Proposta 1 pela manutenção, proposta 2 pela alteração. Proposta 2 subtema II. Em regime de votação. Aqueles que votam pela manutenção levantem seus crachás. Pode baixar. Pela alteração? Pode baixar. Abstenção. Aprovada a alteração. Nós já temos a proposta 1? Tem a 2 já pronta, não é?

Participante não identificada: Tem a 2 já pronta, senhor presidente.

Léa Braga: Consenso da proposta 2. Garantir e ampliar orçamento e o cofinanciamento entre as três esferas de governo para: a) ampliação de espaços físicos públicos próprios, observando integralmente as normas da ABNT para a acessibilidade; b) aquisição de equipamentos permanentes (computadores com internet, entre outros necessários); e c) veículos adaptados, destinados às unidades que prestam serviços socioassistenciais, de gestão e conselhos.

Simone Albuquerque (CNAS): Samuel quer um esclarecimento.

Carlos Ferrari (Presidente): Questão de esclarecimento, Samuel, por favor.

Samuel Rodrigues (CNAS): Rapidamente. Na verdade é que a gente esqueceu ali, veículos inclusive adaptados, porque senão fica reduzido a veículos adaptados.

Carlos Ferrari (Presidente): Foi inserido inclusive. Está bom. Então agora sim, a proposta 2, em regime de votação, seguindo o processo de votação.. Proposta 1, a proposta original. Aqueles que votam levantem os crachás. 2 alterada pela plenária. Abstenções? Aprovada a proposta 2.

Ronaldo: Na proposta 3 nós tivemos 5 destaques. Telma do Distrito Federal, que eu já peço para ir já se aproximando da mesa de apoio, Jaime do Rio Grande do Sul, Renata do Mato Grosso do Sul, Francisco do Maranhão, Elizabeth de Santa Catarina. Telma já se encontra aí? Então Telma com você o microfone.

Telma (DF): Meu destaque é referente ao item “c” onde fala: serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 7 a 14 anos, eu gostaria que a gente alterasse em conformidade com a tipificação, o serviço é de 6 a 15 anos.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ronaldo: Ok Telma. Jaime, do Rio Grande do Sul.

Jaime (RS): Bem, eu só queria agradecer todos os delegados que aprovaram a maioria dos interesses indígenas, mas ainda nesse item quero também ajudar, não é? Quero dizer, me ajudarem a aprovar. Porque na nossa cultura “Caingangue” a criança de 7 a 14 anos nós cuidamos de uma forma diferente da de vocês. Então eu queria só para implementar onde diz, incluir, como é, que é? No domicílio para pessoas deficientes, idosos, indígenas e quilombolas. Pelo menos vamos saber cuidar dos nossos filhos do jeito que a gente quer. É uma cultura nossa e deve ser preservada até, ele vem da nossa geração e eu tenho que apresentar essa proposta.

Ronaldo: Obrigado Jaime. Renata. Enquanto a Renata não chega, Francisco do Maranhão.

Francisco (MA): Agradeço pelo salário mínimo PBC para os deficientes físicos, mas eu faço um pedido, não dá, porque tem muitos deficientes mental que o remédio dele é R\$200,00, R\$150,00, e o que ele vai comer, o que a família vai vestir? Porque quem tem um deficiente mental não pode trabalhar tem que ficar 24 horas com ele. Quero dizer meus companheiros, eu gosto muito dos políticos, eu não vou desafiar-los porque eles ganham muito, mas quero propor dois salários mínimos para o portador de necessidade especial. Eu quero ver Brasília dizer, a saúde dê mais suporte, porque tem muito deficiente que vai pagar passagem e não consegue, que passa até 8 dias correndo e quando não chega e o deficiente perde a saúde na capital. Então peço mais saúde com salário digno para nós.

Ronaldo: Obrigado Francisco. Francisco na verdade fez um depoimento. Vamos lá agora para Elizabeth. Ela é de Santa Catarina. Eu pergunto à mesa de apoio, Elizabeth e a Renata não estão?

Ronaldo: Na Plenária também não, então senhor presidente todas as pessoas que pediram o seu destaque presentes ao auditório já foram contempladas.

Carlos Ferrari (Presidente): Sendo assim nós podemos encaminhar o processo de votação. No primeiro momento pela manutenção e alteração, Proposta 1 pela manutenção, proposta 2 pela alteração. Em regime de votação. Aqueles que votam pela manutenção da proposta que levantem seus crachás. Pode baixar. Pela alteração? Pode baixar. Abstencões? Aprovada a alteração. Já temos já o texto? Ainda não, não é?

Carlos Ferrari (Presidente): A proposta 1, já tem conselheira Simone?

Simone Albuquerque (CNAS): Também não senhor presidente. Pode seguir.

Ronaldo: Na proposta 3, deixa só ver onde é que está aqui. Proposta 4 não é isso? Então vamos lá. Na proposta 4 nós tivemos o destaque da Júlia do Espírito Santo, Gisele do Mato Grosso, Eutália do Conselho Nacional e Adriana do Rio Grande do Sul. Então a primeira pessoa a usar o microfone é a Júlia do Espírito Santo.

Júlia (ES): A proposta é que no final se inclua, conforme Lei 8.742/93, Art. 3º, inciso II, IV e IV porque está na LOAS. Porque do jeito que está aqui está solto, isso está na LOAS que é dever do estado garantir isso. Então o inciso II do Art. 3º fala, o Estado tem dever de cofinanciar por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, programas e projetos da assistência social no âmbito regional e local. Aqui ele está falando de questão regional. É o IV- estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços da assistência social e o V - prestar serviços. E o outro diz que no caso de os municípios não tendo condição de ofertar o serviço, isso está acontecendo muito na alta complexidade, municípios muito pequenos e que eles



não tem demanda, por exemplo, para um abrigo. Então isso é de responsabilidade do estado, a garantia do atendimento. Então temos que colocar, por isso eu estou propondo que citemos os incisos da LOAS, dizendo que isso é responsabilidade do estado.

Ronaldo: Agora vamos para a Gisele, Mato Grosso.

Gisele (MT): Boa tarde. Na verdade eu não faço grande alteração, mas eu acho que é muito importante a gente inserir aquilo que a gente estava discutindo desde o dia de ontem, que a responsabilidade dos estados nesse processo de regionalização. Então seria acrescentar, criar mecanismos técnicos e financeiros sob a responsabilidade dos estados. Eu estava conversando um pouquinho com a Eutália, a proposta dela contentaria também junto com a minha, acho que ela já poderia falar em sequência porque na minha questão inclui a questão dos estados nessa situação.

Ronaldo: Obrigado Gisele. Eutália, conselheira do CNAS.

Eutália (CNAS): Boa Tarde. Na verdade eu já tenho uma proposta de redação que contempla o que a Gisele colocou. Criar mecanismos técnicos, financeiros e de gestão, sob a responsabilidade dos estados e pactuados na CIB que garantam a oferta de serviços regionalizados, de Proteção Especial Social de Média e Alta Complexidade especialmente para os municípios de Pequeno Porte I e II, respeitando as diversidades regionais.

Ronaldo: A última foi Adriana do Rio Grande do Sul.

Adriana (RS): Considerando que 71% dos nossos municípios são de Pequeno Porte I é preciso ter um novo olhar para os municípios pequenos, pois uma equipe mínima de referência para um município de 20 mil habitantes é a mesma para um município de 2 mil, 5 mil habitantes. Então eu proponho a alteração que as colegas aqui mencionaram e acrescento, reclassificando o porte populacional dos municípios de Pequeno Porte I em II níveis de classificação, passando a ser: municípios de até 10 mil habitantes e de dez mil um a 20 mil habitantes. Então fazendo essa reclassificação do Porte I porque não é justo com os municípios pequenos ter a mesma equipe que os municípios de 20 mil habitantes que é uma realidade totalmente diferente. E o de 20 mil habitantes a equipe que se pede é mínima, teria que se ter muito mais profissionais. Não atende a demanda.

Ronaldo: Obrigado Adriana. Presidente todas as pessoas que destacaram fizeram uso da sua intervenção.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Todas as pessoas já falaram, então vamos. A plenária está esclarecida? As propostas estão colocadas, vamos votar primeiro pela manutenção do texto, depois pela alteração, Então, em regime de votação. Quem vota pela manutenção do texto original como está? Pode baixar. Quem vota pela alteração do texto? O texto alterado proposta vencedora.

Simone Albuquerque (CNAS): Quais propostas, vice-presidente? Da proposta 4?

Ronaldo: Da proposta 4, Simone.

Simone Albuquerque (CNAS): Obrigado Ronaldo.

Simone Albuquerque (CNAS): Vamos para a proposta 1 e a 3 Ronaldo?

Léa Braga: Eu tenho informação de que a proposta 1 está pronta.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Simone Albuquerque (CNAS): Proposta 1 e a proposta 3.

Ronaldo: Ok Simone. Então nós vamos fazer agora Renato, Enquanto eles terminam a alteração da proposta 4, que prossigamos o processo de votação da alteração que foi aprovada da proposta 1.

Léa Braga: Posso ler. Primeira alteração da Proposta 1: É o que está na tela. Implantar e incentivar mecanismos diversos de divulgação e integração de serviços e benefícios socioassistenciais, programa de transferência de renda e projetos diversos utilizando todos os meios possíveis de comunicação e ainda através de palestras, de fóruns, de debates, de forma a alcançar todos os assistidos pela Política Nacional de Assistência Social indistintamente.

Simone Albuquerque (CNAS): Léa, na 1 são 4 destaques, está bem?

Léa Braga: Obrigada Simone. Segunda. Implantar e incentivar mecanismos de divulgação respeitando os parâmetros de acessibilidade, integração dos programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais, bem como, informação sobre a Política de Assistência Social para a população em geral, visando contemplar as populações tradicionais, tais como, rurais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, pesqueiras, os moradores de regiões de fronteira e assentados, pessoas com eficiência, LGBT, egressos do sistema prisional, profissionais do sexo, população de rua e garantir indicadores qualitativos para a implementação da política.

Terceira proposta de redação. Criar mecanismos de divulgação e integração e expansão dos programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais, bem como, informação sobre a Política Nacional de Assistência Social para a população em geral, respeitando-se as especificidades e as diversidades.

Simone Albuquerque (CNAS): Próxima Léa.

Léa Braga: Quarta Criar mecanismos de divulgação, integração e expansão dos programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais, bem como, informações sobre a Política Nacional de Assistência Social para a população em geral.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Obrigado Léa. Temos 4 propostas, já foram lidas e vamos então iniciar o processo de votação. Nós vamos uma por uma. Quero já solicitar à equipe aí de apoio que fique a postos caso não consigamos pelo contraste. Proposta 1. Pedi para que a relatoria deixe na tela para vocês visualizarem. Em regime de votação, proposta 1. Ok pode abaixar. Relatoria por favor. Proposta 2, quem vota na proposta 2? Eu queria pedir para a relatoria acompanhar o movimento da mesa, por favor. Obrigado. Proposta 1 que está na tela. O Proposta 2. Proposta 3. Proposta 4. Pelo contraste, a proposta 3 foi a mais votada. Obrigado. A proposta 2, nós já temos a redação? Já votamos?

Ronaldo: Eu peço a mesa de apoio para informar se tem já alguma redação pronta aí das que já estavam sendo elaboradas. A proposta 3, não é isso Simone?

Simone Albuquerque (CNAS): A proposta 3 está pronta.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): A proposta 3. Léa, por favor.

Léa Braga: Proposta 3: Assegurar cofinanciamento a partir dos pisos de financiamento da Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade, incluindo pisos de: a) financiamento para a Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas; b) Proteção Social Especial



para pessoas com deficiências, idosos, indígenas e quilombolas e suas famílias; c) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 6 a 15 anos.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Só tem essa proposta, que é a proposta de consenso, então nós vamos coloca-la em votação, certo? Se a plenária concorda com a proposta alterada. Em regime de votação. Quem concorda com a proposta que está na tela, a proposta alterada levante o crachá, por favor. Pode abaixar. Contrários à proposta? Pode abaixar. Abstenção? Proposta aprovada. A redação da proposta 4 está pronta mesa de apoio?

Ronaldo: Na proposta 5 nós temos 8 destaques. Primeiro é a Vania do Rio de Janeiro, que eu já peço para ir se aproximando da mesa de apoio, a Telma do Distrito Federal, o Nilton da Paraíba, Ronaldo do Rio Grande do Sul, Agmar de Minas Gerais, Sebastião de Rondônia, Talita do Espírito Santo, Carlos Ventura de Santa Catarina. Então eu passo a palavra para usar aí os 3 minutos, se caso for necessário, da Vânia do Rio de Janeiro.

Vânia (RJ): Boa noite. A minha proposta é simplificar a situação e, apoiar a situação e implementação de CRAS e CREAS itinerantes e flutuantes com a participação efetiva dos usuários de acordo com a especificidade regional e étnico-cultural, de forma a aproximar a população da rede socioassistencial para atendimento a comunidades tradicionais e áreas de fronteira.

Ronaldo: Obrigado Vânia. Telma.

Telma (DF): A minha questão é, apoiar a situação e implementação de CRAS e CREAS itinerantes e flutuantes, garantindo equipe técnica exclusiva para tal, para agente garantir o fortalecimento dos vínculos em não ficarem solicitando equipe hoje em um lugar e depois em outro CRAS.

Ronaldo: Obrigado Telma. Nilton, Paraíba.

Nilton (PB) Estamos contemplados, só acrescentando e rurais e outras que ela já vai complementar.

Talita: Na verdade a gente está pedindo o acréscimo da letra c, comunidades rurais, considerando que mais de 50% da população de extrema pobreza está na comunidade rural e que comunidade rural não é considerada como comunidade tradicional.

Ronaldo: Obrigado Talita. Ronaldo, Rio Grande do Sul.

Ronaldo (RS): Minha proposta é retirar a letra “a” e a letra “b” e substituir pelo termo, populações em situações de vulnerabilidade social localizadas em regiões de difícil acesso. Porque quando a gente quer incluir de mais, como estamos fazendo hoje, corremos o risco de excluir. Eu falo do Rio Grande do Sul, e falo pela região sul que convivo e conheço mais. Do jeito que está não estamos incluindo o trabalho escravo nas carvoarias, não estamos incluindo o trabalho infantil nas lavouras de cana, nas colheitas de maçã, enfim. Estou excluindo daqui, eu vou chutar por baixo, em torno de 80% (oitenta por cento) dos municípios da região sul que é a região que vivo e que conheço, reforço de novo. Então sugiro que utilizemos conceitos mais genéricos e que assim a possamos contemplar todos. Eu no meu município tenho necessidade de um CRAS itinerante, não ganhei, nessa última, pretendo ser contemplado na próxima. E porque nós temos situações de extrema pobreza, de favela, de prostituição infantil, enfim, de todos esses problemas também. Não faz parte nenhuma dessas comunidades citada.

Ronaldo: Obrigado Ronaldo. Agmar, Minas Gerais.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Agmar (MG): Seguinte pessoal, eu só queria pedir para colocar os rurais, o pessoal já pediu e eu queria colocar pescadores artesanais. Quando a gente fala de CRAS itinerante, como a gente teve oportunidade de conhecer como tem barcos e as famílias desses pescadores artesanais, são quem realmente estão em extrema pobreza e com dificuldade de acesso porque é por água. É por isso que a gente queria aí só as palavras pescador artesanal. Obrigado.

Ronaldo: Obrigado Agmar. Sebastião, Rondônia. Está contemplado o Sebastião. Obrigado. Talita já falou, e agora o Carlos Ventura de Santa Catarina.

Carlos Ventura (SC): Eu também já me sinto contemplado porque o nosso irmão aqui do Rio Grande do Sul foi muito feliz no que se passou, está bem?

Ronaldo – Ok Carlos. Vice-presidente todos que fizeram inscrição já fizeram uso da fala.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Proposta 5. Vamos votar 1 pela manutenção e 2 pela alteração. Em regime de votação. Quem vota pela manutenção do texto original levante o crachá, por favor. Quem vota pela alteração do texto? Abstencões. Então, texto alterado. Vamos ver se o pessoal consegue fazer uma redação com acordo. Já temos uma redação para a 4?

Simone Albuquerque (CNAS): Vice-presidente, vamos para a proposta 6, por favor?

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Então vamos para a proposta 6.

Ronaldo: Na proposta 6 nós temos 3 inscrições. Lembrando que estamos ainda aguardando a 4 e a 5, só para vocês poderem fazer acompanhamento do processo. Telma do DF, Francisco de Minas Gerais e Augusto de São Paulo. Já chegou, algum dos 3 inscritos? É o seu Francisco de Minas Gerais.

Francisco (MA): Gostaria de incluir, onde está cooperação técnica e financeira do estado, União, Distrito Federal e municípios, no caso incluir, União e DF. E na letra “d”, indicações de locais para implantação de CRAS e CREAS, Centro POP e Unidade de Acolhimento.

Ronaldo: Obrigado senhor Francisco. Telma?

Telma (DF): No item “c”, onde se fala, reordenamento das ações de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, eu acredito que a universidade, ela está apta para fazer diagnóstico para indicar territórios, mas não para fazer essa reordenação. Porque esse reordenamento quem faz é o órgão gestor, juntamente com os trabalhadores, então eu queria pedir a exclusão do item “c”.

Ronaldo: Obrigado. E Augusto, São Paulo?

Augusto (SP): O título do subtema é: Reordenamento e Qualificação dos Serviços Socioassistenciais, certo? Qualificação, ora, estabelecimentos das parcerias com a universidade vai ao encontro com esse sentido de qualificação vai contemplar, desde que essas universidades tenham qualidade comprovada. Existem indicadores. Tem indicadores que podemos chegar nesse consenso de que quais faculdades são aptas, quais faculdades não são aptas para colocarmos na nossa parceria. Tem indicadores do MEC, tem vários outros. O que não se pode é deixar essa brecha para que essas parcerias fixadas entre os três entes federados e a universidade, logo, parcerias fixadas e financiadas com verbas públicas, sejam firmadas com faculdades que não tenham essa qualidade. Não podemos deixar brecha para legitimar movimentos de ordem



político-partidárias, por meio da academia, como por exemplo, o que acontece em várias lugares do Brasil, cidades pequenas, cidades grandes.

Só um minutinho. Eu já apresento minha proposta. Curso de Serviço Social que reproduzem a lógica do primeiro damismo com a máscara de qualificação do SUAS. Então a minha proposta de alteração da proposta 6, do jeito que está posta, é colocar na parte que fala, em universidades e instituições de pesquisa, levando em conta para efeito para efetivação de tais parcerias, critérios e indicadores de qualidade. Minha proposta é essa.

Ronaldo: Obrigado Augusto. Senhor presidente, todas as três intervenções foram contempladas.

Carlos Ferrari (Presidente): Nós temos então proposta pela alteração e manutenção. Proposta 1 manutenção, 2 alteração. Plenária esclarecida? Em regime de votação. Pela manutenção da proposta, levantem seus crachás. Pode baixar. Pela alteração? Pode baixar. Abstenções? Aprovada a alteração. Vamos para a proposta 7 mesa ou já temos a redação da 4?

Simone Albuquerque (CNAS): Presidente já temos a 4, é uma proposta de consenso.

Carlos Ferrari (Presidente): Conselheira Léa Braga.

Léa Braga: Proposta 4 : Criar mecanismos técnicos, financeiros e de gestão, sobre responsabilidade dos estados e pactuados na CIB que garantam a oferta de serviços regionalizados, de Proteção Social Especial de Médio e Alta Complexidade, especialmente para os municípios de pequeno Porte I e II, respeitando as diversidades regionais conforme o Art. 13, inciso, II, IV e V da LOAS.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado. Quem concorda com essa proposta. Pode baixar. Quem concorda com a original. Pode baixar. Proposta alterada aprovada. Vamos para a 7. Destaques?

Ronaldo: Nós temos na proposta 7, um único destaque da Rosângela de São Paulo.

Rosângela (SP): Boa tarde a todos. É um pedido de inclusão ali na parte de proteção especial social, garantir o reordenamento e educação continuada dos serviços socioassistenciais, da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Lei nº 12.435/2011, e a Resolução 105 de 3 de dezembro de 2009, aprovados na VII Conferência Nacional de Assistência Social com apoio técnico e respeitando o princípio da territorialidade. Seria só a inclusão de um texto de uma proposta que foi aprovada na Conferência Nacional, aqui mesmo pela plenária e não está na Tipificação como outras também que ainda não estão contempladas.

Ronaldo: Obrigado Rosângela. Senhor presidente só um destaque e ele já foi utilizado, na fala pela Rosângela.

Carlos Ferrari (Presidente): Plenária esclarecida, podemos votar? Proposta 1, regime de votação. Aqueles que votam pela manutenção levantem o crachá. Pode abaixar. Pela alteração? Abstenções? Ganhou a alteração. Mesa proposta 5

Simone Albuquerque (CNAS): Ok presidente.

Carlos Ferrari (Presidente): Léa por favor.

Léa Braga: Proposta 5. Só tem uma proposição ou são várias relatoria?



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Simone Albuquerque (CNAS): Só tem uma.

Léa Braga: Proposta : Apoiar a implantação e implementação de CRAS e CREAS itinerantes e serviços com equipes volantes, com a participação efetiva dos usuários, de acordo com a especificidade regional e étnico-cultural, de forma a aproximar a população da rede socioassistencial para o atendimento a populações e comunidades tradicionais, rurais e áreas de fronteira, garantindo equipe técnicas exclusivas para tal.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado, plenária esclarecida, podemos votar? Aqueles que votam pela aprovação da proposta apresentada pela mesa levantem os crachás. Aqueles que votam pela proposta original levantem os crachás.

Simone Albuquerque (CNAS): Isso já caiu presidente.

Carlos Ferrari (Presidente): Abstenções? Só um esclarecimento. Venceu a alteração. Quando eu falo, a original, delegados, automaticamente a única proposta alternativa a aprovação de uma nova proposta é a original. Se eu reprovar uma nova proposta o que fica é o que tem no relatório, é puramente rito. A gente sabe que já caiu.

Ronaldo: Senhor presidente, só para contribuir com os trabalhos. Quando a mesa coloca no primeiro momento em votação manutenção ou alteração o plenário se manifesta pela alteração, então na hora de voltar à alteração só põe alteração porque ela já foi, ela já não tem mais a discussão da alteração, é isso que o pessoal está colocando, entendeu? Então foi aprovada aí a alteração, não é isso presidente?

Carlos Ferrari (Presidente): Aprovada a alteração. A proposta 6 está pronta já? Não, não é? Vamos para a proposta 8 Ronaldo.

Ronaldo: Na proposta 8 nós temos 7 destaques, aí eu já peço às pessoas para se posicionem próximo à mesa de apoio. Sandra do Rio do Janeiro, Andréia, Mato Grosso do Sul, Agmar, Minas Gerais, Talita- Espírito Santo, Matias- Bahia, Luciano- Bahia e Francisco, Minas Gerais. Aí eu pergunto, a Sandra já se encontra aí?

Sandra (RJ): A minha sugestão é para alteração e supressão. O texto ficaria da seguinte forma: Assegurar/cofinanciamento e apoio técnico pelos três entes federados para qualificação de programas e projetos e serviços de acordo com as normatizações e as legislações da Política de Assistência Social, objetivando o fortalecimento da rede socioassistencial. Logo eu estaria alterando o início, em que propõe criar estratégias porque logo a seguir já colocamos na proposta que estratégias são essas que o financiamento e o apoio técnico, e estaria suprimindo a questão do público que estaria sendo beneficiado uma vez que a gente já fala dos serviços e dos programas dos projetos.

Participante não identificada: Próximo destaque, Andréia, Mato Grosso do Sul.

Andréia: Gostaria só de sugerir a alteração do texto lá no final inclusive visando contemplar as comunidades tradicionais, bem como assentamentos e áreas de fronteira.

Participante não identificada: Próximo, Agmar, Minas Gerais.

Agmar (MG): Eu me sinto contemplado, colocando só comunidades tradicionais e no final, pescadores artesanais, porque como estão citando, o problema é o seguinte, quando eu falo de comunidades



tradicionais e eu cito rurais, ribeirinhos, quilombola, indígena, eu também tenho que cita-los, os pescadores artesanais.

Participante não identificada: Próximo, Talita- Espírito Santo, Retirou? O Matias- Bahia.

Matias (BA): Eu retorno ao mesmo pedido que é para incluir a população em situação de rua, o egresso do sistema prisional e as profissionais do sexo.

Participante não identificada: Luciano- Bahia.

Luciano (BA): Eu gostaria de pedir para depois de populações tradicionais, acrescentar e demais comunidades, pedindo para ser retirado, tais como, rurais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e pesqueiras. Porque algumas comunidades não estão inclusas aqui e eu gostaria de pedir ao presidente do conselho que, juntamente com os demais conselheiros que fizesse um reconhecimento através de uma regulação reconhecendo todas as comunidades tradicionais e demais comunidades existentes no Brasil. É essa a minha proposta.

Participante não identificada: O próximo é o Francisco de Minas Gerais.

Francisco (MA): Eu fui contemplado.

Participante não identificada: Senhor presidente, todos os delegados inscritos para o destaque já se manifestaram ou retiraram a inscrição.

Carlos Ferrari (Presidente): Plenária esclarecida, podemos votar? Proposta 1 pela manutenção, proposta 2 pela alteração. Em regime de votação. Aqueles que votam pela manutenção levantem seus crachás. Pode baixar. Pela alteração. Abstenções. Aprovada a alteração. Já temos a redação da proposta 6 mesa?

Simone Albuquerque (CNAS): A proposta 6 está pronta e é uma proposta de consenso.

Léa Braga: Então vamos à leitura. Fomentar e cofinanciar a celebração de termos de cooperação técnica e financeira de União, DF, estados e municípios com universidades e instituições de pesquisas, levando-se em conta critérios de qualidade acadêmica para realizar: a) estudos sobre o impacto social dos benefícios, serviços, programas e projetos; b) vulnerabilidade, risco social, demandas, necessidades de potencialidades da população, c) indicação de locais para implantação de CRAS e CREAS, Centro POP e Unidades de Acolhimento; d) pesquisas e diagnósticos intersetoriais, com referência nos territórios dos CRAS.

Carlos Ferrari (Presidente): Só temos uma proposta apresentada alterada. Aqueles que votam pela aprovação dessa proposta levantem o seu crachá. Aqueles contrários, por favor. Abstenções? Aprovada a proposta 6, vamos para 7. Está pronta mesa? Não? Vamos para a proposta 9 então, Ronaldo.

Simone Albuquerque (CNAS): Antes de ir para a 9, tem uma questão de ordem, por favor.

Telma (DF): Boa tarde a todos e a todas. Eu sou Telma do DF e a questão de ordem é a seguinte, para agilizarmos os trabalhos, chamar as pessoas antes da proposta. Na proposta 8, por exemplo, nós estamos debatendo a 7, já indicar os destaques da 8, eles se reunirem aqui, se não tiver consenso todo mundo tem direito a destaque, mas se tiver para a gente agilizar porque o tempo



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

está muito moroso e assim é uma forma democrática da gente agilizar os trabalhos e a gente agilizar a fazer o consenso das propostas antes de chegar o momento da proposta.

Carlos Ferrari (Presidente): Companheira nós já tentamos fazer isso.

Telma (DF): Não. O que foi tentado foi no momento da proposta.

Carlos Ferrari (Presidente): Acontece que muitas vezes companheira o indivíduo que faz o destaque na 8 também está na 9, e aí ele está cuidando do destaque da proposta que está sendo apresentada, ele não consegue estar na outra. Então eu vou pedir a compreensão da plenária. É doloroso, mas é democrático. Vamos seguir o procedimento.

Ronaldo: A proposta 9, conforme solicitação, nós temos 3 destaques. Vitor de São Paulo, Demilson de São Paulo, Jaime do Rio Grande do Sul. Por favor, a gente pede para agilizar, aí o Vitor, Demilson, Jaime. O Vitor já se encontra aí?

Vitor (SP): A questão é bem simples aqui que eu acho que dá um duplo sentido na parte que fala: dos encaminhamentos das referências e contrarreferências dos serviços na rede socioassistencial. Eu acho que poderia ser mudado para referências dos usuários do setor socioassistencial, acho que fica mais completo.

Ronaldo: Obrigado Vitor e Demilson?

Demilson: Boa tarde. Eu sou Demilson de São Paulo. Era só uma sugestão de alteração do texto. Ao invés de fortalecer colocar, garantir protocolo para, que aí a gente assume o compromisso da efetivação e da realização desse termo, utilizando esse termo aqui. Obrigado.

Ronaldo: Obrigado Demilson. Jaime?

Jaime (RS): Eu também quero só ajudar aqui porque eu também tenho a minha comunidade indígena caingangue hoje na maioria ele está sendo formado, não é? Então hoje eu gostaria quando se fala de povos tradicionais, se vão fazer uma queixa no Ministério Público eu vou dizer, “o povo caingangue solicita ao Ministério Público da etnia Kaingangue”. Então eu quero só colocar aqui, das demandas das populações indígenas e quilombolas.

Ronaldo: Obrigado Jaime. Senhor presidente todos os 3 destaques já foram utilizados o tempo de fala.

Carlos Ferrari (Presidente): Temos duas propostas, alteração e supressão. Plenária esclarecida? Muito bem. Aqueles que votam na proposta 9 do eixo do subtema II, pela manutenção levantem os seus crachás. Pode baixar. Pela alteração? Abstenção? Então foi votado para que seja alterada, Mesa nós já temos?

Simone Albuquerque (CNAS): Temos a proposta 7 senhor presidente que é uma proposta só e de consenso.

Carlos Ferrari (Presidente): Por favor, Ronaldo.

Ronaldo: Proposta 7. Garantir o reordenamento e a execução continuada dos Serviços Socioassistenciais da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Lei 435/2011, e a Resolução 105/2009, aprovada na VII Conferência Nacional de Assistência Social, com apoio técnico e respeitando o princípio da territorialidade.



Carlos Ferrari (Presidente): Plenária esclarecida? Aqueles que votam pela alteração da proposta de consenso levantem o crachá. Votos contrários. Abstenções? Aprovada. já temos a 8 essa? Não. Vamos para a proposta 10 Ronaldo.

Ronaldo: Na proposta 10 nós temos 3 destaques. Sebastião de Rondônia, Eduardo de Alagoas e Evandro do Mato Grosso. Sebastião se encontra aí já? O Eduardo se encontra aí? Evandro? Então, por favor, Evandro vamos agilizar.

Evandro (MT): Onde se diz, implantar protocolo para a criação de um sistema informatizado único, on-line, já temos o SUAS WEB. A proposta que temos aqui seria mudar a redação tirando o início dela e colocar, potencializar o SUAS web, utilizando-se do banco de dados do CadÚnico, tornando-se referência nacional para, daí continua o cruzamento de informações territorializadas e continua o texto normal. Por que o CadÚnico? Já estamos trabalhando no CadÚnico cadastrando todas as famílias há muito tempo e se perdermos esse banco de dados a vamos ter um serviço extra que não é necessário. Então a utilização, deixando claro que a utilização desses dados venha para o SUAS-WEB, terá uma forma mais rápida de contemplar todos os CRAS, CREAS e qualquer outro programa socioassistencial. Tínhamos conversado já junto com o Eduardo de Alagoas.

Ronaldo: Eduardo retirou o destaque dele? Só para entendermos.

Eduardo (AL): Não. Nós nos reunimos e fizemos uma proposta única.

Ronaldo: Está ok Eduardo. E o Sebastião, Rondônia? Sebastião, Rondônia? Retirou? Então as duas intervenções que estavam garantidas já foram contempladas.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado Ronaldo. Vamos para votação. Plenária esclarecida? Aqueles que votam na proposta 10 pela manutenção do texto levantem o crachá. Pode baixar. Pela alteração. Abstenções? Votado pela alteração. Os companheiros já tem a proposta? Eles vão passar para a relatoria, não é? Mesa 8 ou 9?

Simone Albuquerque (CNAS): Não presidente, pode ir em frente.

Ronaldo: Na proposta 11 temos a Gláucia DF, Juliana do DF. Eu peço já às pessoas para irem direcionando ali próximo do microfone. Cássio DF, Vânia Rio de Janeiro, Samuel, Conselheiro Nacional do Conselho Nacional e Larissa do Mato Grosso. A Gláucia já se encontra aí? Ok Gláucia, pode usar o microfone.

Gláucia (DF): Boa tarde para todas e todos. Quero me identificar, estou aqui, represento a Secretaria de Política para Mulheres, que tão logo termine a conferência de vocês começa a nossa, Conferência de Mulheres, dia 12, aqui mesmo. Quero fazer um adendo na proposta bem no final dela, entendendo que já tendo inclusive dados que nos permite fazer incluir nessa proposta onde ele fala de campanhas educativas e preventivas, também que entre nesse texto as campanhas de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres para que dentro na rede socioassistenciais também possam ser trabalhadas essas campanhas uma vez que já entendemos já existem diagnósticos das mulheres que procuram os serviços que são os CRAS e os CREAS, onde elas também são acolhidas e precisam que esses serviços socioassistenciais também se articulem de forma colaborativa e parceira para que a gente enfrente todas as formas de violência contra as mulheres. É isso.

Ronaldo: Obrigado Gláucia. Juliana, já pode falar.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Juliana (DF): Essa proposta já foi um consenso no meu grupo e do Cássio, ali depois de, utilizando-se de mecanismos diversos com, só para não fechar nesses que estão elencados. Aí na segunda parte está dando um entendimento equivocado de que as campanhas são voltadas só para a rede de assistência social. Então estamos propondo uma mudança de ficar, bem com estruturara comunicação entre a rede socioassistencial e apoiar campanhas intersectoriais de enfrentamento e prevenção pela ação de direitos e uso de álcool e outras drogas.

Ronaldo: Obrigado Juliana. Estou entendendo Juliana que você falou em seu nome e do Cássio, é isso? Vânia, Rio de Janeiro já chegou?

Vânia (RJ): Eu já estava aqui. É porque eu entrei em consenso com a colega aqui de colocar violência doméstica. Mas gostaria de registrar uma coisa. Por duas vezes eu já havia pedido o destaque, me encaminhei à mesa e meu nome não foi chamado, só que eu vim aqui entrei em consenso com o grupo. Mas eu gostaria que se tivesse um pouquinho mais de atenção, porque já aconteceram duas vezes.

Samuel Rodrigues (CNAS): Queria na verdade fazer uma sugestão de alteração. No início ficaria, divulgar em todas, divulgar de forma ampla nas três esferas de governo, (...), e seguiria. Agora eu estou tentando entender ali em baixo, quando fala campanhas educativas voltadas. Dá para eu ler lá? Mesa, Dá para me ajudar? 11.

Ronaldo: Questão 11 que nós estamos discutindo.

Samuel Rodrigues (CNAS): É a 11 mesmo. Porque quando fala, pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, acredito que a maioria aqui faz uso de álcool e acho que deveria colocar dependentes, ou coisas assim, não pessoas que fazem uso. Vamos fazer uma campanha para as pessoas que fazem uso? E agora com a proposta da companheira que antecedeu aqui, de repente as campanhas é, para todas situações de violência, para gente não ficar repetindo aí mulheres, índios, população de rua e quilombolas.

Ronaldo: Obrigado Samuel. Larissa.

Larissa: Eu já me sinto contemplada com a fala do Samuel, só registrando o nosso grupo está lutando pela publicização e esse é um momento de consolidar o direito do SUS. E colocar isso para plenária, tirando o item B, que é mídia local e regional, e a questão lá divulgar de forma ampla nas três esferas de governo, é porque todas as campanhas não basta o município estar fazendo, o Estado está fazendo e a gente aqui num movimento nacional, movimento de luta como esse, de garantia de leis e a questão da conferência nacional nossa sendo pouca, tendo pouca divulgação. E a gente lutar por isso daí. Então nas três esferas de governo a gente levar também essas nossas campanhas.

Ronaldo: Obrigado Larissa. Presidente, senhor presidente, então todas as intervenções foram contempladas.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado, Ronaldo. Proposta 11 então temos alguns destaques. Em regime de votação aqueles que votam pela manutenção da proposta podem levantar seus crachás. Podem abaixar. Pela alteração. Abstenções? Aprovada a alteração.

Conselheira Léa: Senhor presidente.

Carlos Ferrari (Presidente): Sim, conselheira.

Conselheira Léa: As propostas 8, 9 e 10 estão prontas.



Carlos Ferrari (Presidente): Vamos para a proposta 8. Conselheira Léa proceda a leitura.

Léa Braga: Proposta de número 8. Assegurar cofinanciamento e apoio técnico pelos três entes federados para qualificar a oferta de programas, projetos e serviços de acordo com as legislações e normatizações da política de assistência social. Objetivando o fortalecimento da rede socioassistencial que a potencialize em âmbito local, visando contemplar famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, comunidades rurais e povos tradicionais de acordo com o Decreto Federal 6040, de 2007, incluindo povos de fronteiras e assentados.

Carlos Ferrari (Presidente): Essa é a proposta trazida pelo consenso. Quem vota pela aprovação levanta o crachá, por favor. Votos contrários. Abstenções? Aprovada a proposta 8. A proposta 9, conselheira Léa.

Léa Braga: Garantir protocolo para a interdisciplinaridade no SUAS e a intersetorialidade com as demais políticas públicas, garantindo fluxo dos encaminhamentos das referências e contra referências dos usuários, nos serviços da rede sócio-assistencial por meio de protocolos com objetivo de primar pela qualidade dos serviços prestados e pela melhoria do atendimento às demandas da população, incluindo as comunidades indígenas e quilombolas.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado, conselheira. Plenária esclarecida? Aqueles que votam aprovação da proposta de consenso, proposta 9, levantem o crachá. Votos contrários à proposta de consenso. Podem baixar. Abstenções? Aprovada. A proposta 10, conselheira Léa.

Léa Braga: Implantar protocolo para criação de um sistema informatizado, único online a partir do banco de dados do cadastro único, ancorado em um fluxo de rede e de serviços definidos, que permita: a) Cruzamento de informações territorializadas, intermunicipais e nas três esferas de governo. b) Identificação de perfil e da dinâmica de atendimento dos usuários da assistência social nos serviços, programas, projetos e benefícios da rede pública e privada. c) Dados para elaboração de diagnóstico social. d) Vigilância socioassistencial. e) O planejamento, o monitoramento e a avaliação. f) Possibilidade de composição de indicadores de qualidade.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado, conselheira. Apresentada a proposta. Aqueles que votam pela aprovação da proposta trazida pelos destaques levantem seus crachás. Aqueles que votam contrários. Podem baixar. Abstenções? Aprovada a proposta 10. Nós já temos a 11?

Conselheira Léa: Não, senhor presidente, pode prosseguir.

Ronaldo: Proposta de número doze nós temos um, dois, cinco destaques. Augusto, de São Paulo; Eduardo, de Alagoas. Maira, da Bahia. Telma, do Maranhão. Juliana, do Paraná. Augusto, por favor.

Augusto (SP): Então estou de acordo com a essência dessa proposta, o meu destaque é de alteração na redação. Eu acho que não podemos deixar as pontas soltas. Quando temos um arca bolso legal que vai apoiar, vai dar um respaldo para conseguirmos fazer isso, temos que citar, a temos que correr atrás. Então a minha proposta de alteração do texto seria, onde está escrito: “Garantindo que a gestão da política de assistência social seja operada por um profissional de nível superior da área das ciências humanas aplicadas.” Tirar a parte da área de ciências humanas aplicadas e colocar profissional de nível superior das carreiras previstas no artigo 3º da Resolução 17/2011 do CNAS, que é um dispositivo legal e que evoca toda outra série de dispositivos legais que já existe. Então eu acho que a gente tem que amarrar isso. Minha proposta é essa.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ronaldo: Obrigado Augusto. Eduardo.

Eduardo (AL): Já me sinto contemplado pela intervenção do colega.

Ronaldo: Obrigado Augusto. Maíra.

Maíra (BA): Bem delegados, na verdade é uma alteração de redação, ficaria assim: “Adequar a estrutura organizacional do órgão gestor de assistência social de acordo com a PNAS 2004 NOB e NOB-RH e ainda garantindo que a gestão da política de assistencial social seja operada por um profissional de nível superior dentre as categorias profissionais constantes na resolução CNAS número 17/2011.” Permanecendo todo o resto. É a minha proposta.

Ronaldo: É isso Maíra. Pediria aqui para fazer uma correção Telma Maranhos, do Distrito Federal. E não Telma do Maranhão. Está aqui seu nome, proposta de número 12, você pediu destaque? Está contemplada? Obrigado Telma. Juliana, do Paraná.

Juliana (PR): Metade do que já foi feito aqui da minha opinião já foi contemplada na fala anterior, mas que deveria ficar assim: “Adequar a estrutura organizacional do órgão gestor de assistência social de acordo com a PNAS 2004 NOB e NOBRH e ainda garantindo que a gestão da política de assistencial social seja operada por um profissional de nível superior que compõe o SUAS conforme resolução 17/2011.” Retirando todas as demais falas ali porque nós queremos garantir que seja um profissional que componha o SUAS, outra coisa é a concessão e os requisitos para manutenção da gestão plena. Lembrando que, a maioria dos municípios é de pequeno porte e não consegue chegar à gestão plena.

Ronaldo: Obrigado Juliana. Com a ausência do presidente, o vice-presidente vai encaminhar a votação. E esclareço que todos os destaques já foram contemplados.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Obrigado Ronaldo. Vamos votar então pela manutenção do texto original ou pela alteração. Em regime de votação quem vota pela manutenção do texto original do jeito que veio. Pela alteração do texto? Texto alterado. Não temos a 11 ainda? Vamos para 14.

Ronaldo: Proposta 14. Temos um destaque do Ventura de Santa Catarina.

Carlos Ventura (SC): Boa noite a todos e a todas. Meu único destaque aqui é o seguinte, é que essa 14, para mim, está completada na 18ª. Se vocês lerem com cuidado a 18ª, eu penso que a 14ª pode ser inclusa, além do mais eu penso assim também que só esse texto: “Garantir a materialização do paradigma dos serviços previstos na tipificação nacional.” Tudo bem é muito bonito, mas lá no serviço de base, os usuários vão olhar isso aqui e dizer: “Meu Deus, o que é isso?”. Vamos ser um pouquinho mais objetivo, vamos falar mais genérico? Penso eu.

Ronaldo: Obrigado, Ventura, pela contribuição. Proposta 14 só teve o destaque do Ventura, vice-presidente.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Obrigado. Vamos votar na proposta 14 pela manutenção ou alteração. Quem vota pela manutenção do texto da proposta 14 do jeito que está, por favor, levante o crachá. Ele propôs a supressão. Então vamos votar manutenção ou supressão. Quem vota pela supressão do texto de acordo com a proposta do delegado, por favor, levante o crachá. Abstenção? Então a proposta de supressão foi aprovada.



Ronaldo: Só um minutinho é porque eu conversei com o Renato e acabei atrapalhando um pouquinho a condução da questão. O Ventura fez uma proposta, ele podia me corrigir, ele está dizendo que a proposta de número 14 ela já está contemplada na proposta de número 18, que ainda vamos discutir. Então diante disso, ele está propondo a supressão da 14 e que voltemos a discutir essa questão na 18, não é isso, Ventura? E aí, Renato, eu acho que tem que ser a seguinte questão: A proposta 1 ser a manutenção da proposta 14 e a proposta 2 ser a supressão. É só isso, só questão do encaminhamento.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Está certo, eu achei que tinha feito isso. Então para ficar claro, para que não tenha dúvidas. Em regime de votação, pela manutenção do texto do jeito que está. A proposta 2, que é a proposta que o delegado trouxe, de suprimir o texto para discutir na 18, pela supressão quem vota? Proposta de supressão aprovada. Nós temos o texto da proposta 12 ou da 13?

Conselheira Léa: Senhor vice-presidente, a 11 está pronta.

Conselheira Léa: A proposta 11!

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Então, podemos ler, a proposta 11?

Conselheira Léa: Divulgar de forma ampla nas três esferas de governo serviços e benefícios sócios assistenciais, programas de transferência de renda e projetos, utilizando-se de mecanismos diversos como: a) Cartilhas educativas e panfletos. b) Mídia. c) Palestras e fóruns de debates, bem como estruturar comunicação entre a rede socioassistencial, participar de campanhas intersectoriais de enfrentamento e prevenção de violação de direitos, violência doméstica e familiar e uso abusivo de álcool e outras drogas.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Esse é o voto de consenso. Não tem nenhuma outra, mesa?

Roseli (SP): Meu nome é Roseli de São Paulo, eu me sinto indignada, por que quando foi o momento, eu não pedi a palavra, mas eu cheguei no pessoal que estava fazendo a nova redação e pedi que fosse acrescentado um pedaço de uma redação, porque eu sou do município de porte 1, uma cidade pequena, pobre, onde as pessoas rurais não tem acesso à assistência social por não conhecer as siglas, todas as siglas. Você chega na pessoa e pergunta “Você sabe o que é SUAS?” “Nunca ouvi falar.” então eu tinha pedido que fosse divulgado todas as siglas, principalmente nos municípios de porte 1 e 2. Então eu quero que seja registrada a minha indignação.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Por uma questão de ordem está feito o registro. Podemos voltar lá na proposta 11? Bom, a Léa já leu a proposta 11, então, vamos votar na proposta de alteração da proposta 11. Em regime de votação, quem vota na proposta 11 alterada de acordo com o que está na tela, por favor, levante o crachá. Obrigado. Contrários à proposta? Abstenção. A proposta com alteração foi aprovada.

Participante não identificado: Senhor vice-presidente, a proposta 13 está pronta.

Léa Braga: Aperfeiçoar a NOB-RH para ampliação da equipe de referência dos CRAS e CREAS, observando as especificidades: a) do território; b) das famílias; c) dos serviços referenciados e o cofinanciamento das ações, especialmente na oferta dos serviços de proteção social especial.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Em votação. Quem concorda com a proposta 13 alterada, levante o crachá, por favor. Ok. Contrários? Abstenção? Aprovada a alteração da proposta. Proposta de número 15.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ronaldo: Nós temos 3 inscrições para a proposta de número 15: Telma, do DF, Sebastião e o Marcos do RJ. Telma, por favor.

Telma (DF): Minha questão é muito rápida. A Resolução 34 que foi aprovada agora em novembro pelo CNAS define que habilitação e reabilitação não é um serviço, são ações que vão perpassar todos os serviços da rede, e na redação aqui, ficou serviço de habilitação, então a gente deve suprimir o serviço e colocar “ofertar habilitação e reabilitação”. Só isso.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Sebastião? Contemplado. Marcos, do Rio de Janeiro.

Marcos (RJ): Eu não sei se estou equivocado, mas a Resolução não fala claramente que a oferta não perpassa pelos serviços que são oferecidos inclusive na própria rede socioassistencial. Essa proposta foi uma proposta que passou no nosso grupo aprovada do jeito que está aqui. Temos um entendimento de que a Resolução 34 precisa de um pequeno ajuste para fazer esse atendimento, que inclusive em algumas lógicas que não estão contempladas dentro da própria resolução e é por essa natureza que a gente vem defender a proposta como está, ou seja, a manutenção do texto na origem.

Ronaldo: Obrigado, Marcos. Senhor vice-presidente, todas as intervenções já foram feitas.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Obrigado. Então, nesse caso especificamente, nós vamos colocar em votação ainda, temos uma defesa pela manutenção do texto e uma proposta de alteração. A plenária está esclarecida para votar? Em regime de votação. Quem vota pela manutenção do texto do jeito como está, levante o crachá, por favor. Pode abaixar. Quem vota pela alteração do texto? Então a proposta de alteração foi aprovada.

Simone Albuquerque (CNAS): Senhor Vice-presidente, a proposta 12 está pronta.

Léa Braga: Adequar à estrutura organizacional do órgão gestor de assistência social, de acordo com a PNAS 2004/NOB/SUAS e NOB/RH, e ainda garantindo que gestão da política de assistência social seja operada por um profissional de nível superior, dentro das categorias previstas no art. 3º da Resolução 17 do CNAS 2011, bem como aperfeiçoar os requisitos para concessão, manutenção da gestão plena, referentes à política de recursos humanos, adequando-os à realidade atual do SUAS.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Obrigado, Léa. É só essa proposta de consenso ou tem outra? Então, em regime de votação. Quem vota na proposta com as alterações apresentadas, por favor, levante o crachá. Obrigada, podem abaixar. Contrários? Abstenções? Proposta 12 aprovada. A redação da 15 está pronta?

Léa Braga: Ampliar e implantar equipamentos e serviços de proteção social básica especial de média e alta complexibilidade do SUAS como residências inclusivas e ofertas de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiências, inclusive com autismo, conforme tipificação nacional e resolução do CNAS 34/2011, garantindo a intersetorialidade com as demais políticas públicas.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Obrigado, Léa. A alteração é bem simples. Em regime de votação. Quem vota na proposta apresentada, por favor, levante o crachá. Contrários? Abstenções? Ok, proposta 15 aprovada.

Ronaldo: A 16 e a 17 já foram aprovadas e não houve destaque. A 18 que nós temos destaque da Júlia, do ES, Susana, do CE, e Andréia, do MS. Júlia, por favor.



Júlia (ES): Eu queria propor que se retirasse a palavra “unidades”, ficando “serviços tipificados”.

Susana (CE): A minha proposta é de supressão e também de inclusão. Suprimir, também, “unidades tipificadas” e continua “implantação dos serviços tipificados para todos os municípios” ou em “todos os municípios” eu acrescentaria isso.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Obrigado, Susana. Andréia.

Andréia (MS): Eu concordo com a colega, para retirar unidades e colocar todos os municípios e incluir: em todos os municípios, a partir dos centros geradores, como garantia do custeio real e do respeito às particularidades dos serviços e dos territórios. O que eu penso é que essa garantia precisa acontecer nos CRAS e nos CREAS, porque não adianta os gestores estaduais e federais quererem dizer quanto vale o CRAS, porque o meu CRAS na fronteira vale mais que o CRAS de uma capital. Eu acho que isso precisa ser garantido lá na base.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Pelo que eu entendi essa vai ser fácil de elas entrarem em um consenso. Sim, eu vou colocar em votação. Então. Em regime de votação. Pela manutenção do texto. Sim, ela está pedindo um esclarecimento.

Participante não identificada: Eu quero um esclarecimento, o pessoal aqui atrás também não entendeu, do que é um centro gerador que está falando na proposta.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Prossegue. Questão de esclarecimento. A pessoa que fez a proposta, por favor.

Ronaldo: Eu queria fazer o seguinte encaminhamento, vice-presidente. Talvez possamos encaminhar se a plenária aprova a alteração ou a manutenção e se caso for aprovada a alteração a pessoa que fez a proposta de alteração pode explicar melhor o que são esses centros geradores, pode ser? Ok, se vocês acham que deve ser explicado agora, vamos aguardar a colega.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Eu acho complicado votar sem estar esclarecido. Pode esclarecer, por favor, à plenária?

Susana: Desculpa, foi só um erro de palavra: quando eu quis dizer o centro de geração, não é que eu quero dizer que um custa mais que o outro, é que eles vão dizer qual o valor de cada serviço.

Ronaldo: Ainda não esclareceu. A dúvida é o que são centros geradores.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Vamos fazer o seguinte, como não podemos perder tempo com esse tipo de coisa eles estão tentando entrar num consenso e ao mesmo tempo tentando entender a proposta. Vamos passar para a próxima e eles entram em consenso e reapresentam a proposta com a explicação do que ela significa, pode ser?

Ronaldo: Proposta 19. Nós temos 4 destaques. Marlon- PE, Gisele- PR, Adriana- RS, Júlia- ES. Por favor, Marlon.

Marlon (PE): Boa tarde a todos e a todas. Eu vim sugerir a supressão dessa proposta, tendo em vista que a proposta 21 já acoberta muito bem isso e tendo em vista também que o projeto de lei não pode garantir percentuais para o orçamento, percentuais fixos para o orçamento, e, sim, projetos de emenda à constituição, que já está garantido na proposta 21, que também já diz um percentual mínimo de 5% para as três esferas de governo.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ronaldo: Gisele? Gisele retirou a proposta. Adriana?

Adriana (RS): Eu gostaria de acrescentar “políticas de assistência social” e depois complementando que é “desvinculando os recursos referentes aos programas de transferência de renda e EBC”.

Júlia (ES): A minha proposta é que este texto comece assim: “que o MDS e o CNAS encaminhem para o Congresso Nacional um substitutivo à PEC 431/2001, garantindo esses percentuais como está no texto, 7%, 10% e 15%” porque se a gente for encaminhar outra, o companheiro aqui está certo, isso aí não pode ser via projeto de lei, esse índice só pode ser se for por Emenda Constitucional, a saúde PEC 29 é o que garantiu os 15% da saúde, então ele está certo, não pode ser lei. Então sugerimos que o MDS encaminhe junto com o CNAS a deliberação desse colegiado, com o número de delegados desta Conferência, pedindo o substitutivo da 431/2001, conforme aquele percentual, 7%, 10% e 15%, não podemos propor uma nova PEC, porque a gente atrasa, vamos utilizar o que temos lá e substituir de forma que a gente tenha um andamento mais ágil.

Ronaldo: As quatro intervenções previstas já foram realizadas vice-presidente.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente):Obrigado, Ronaldo. Vamos esclarecer. O pessoal está ali tentando entrar num consenso, mas só para ver se é isso mesmo, para a mesa poder encaminhar da melhor forma. Nós temos a proposta de manutenção do texto, que é do nosso processo, tem uma proposta de supressão desse texto e uma proposta de alteração desse texto. É isso mesmo? Eles estão tentando entrar num acordo. A plenária ficou esclarecida que temos essas três propostas? A de manutenção, a de supressão e uma de alteração, que eles estão tentando fazer uma redação. Em regime de votação. Pela manutenção do texto? Pela supressão do texto, de acordo com o que foi proposto? Pela alteração do texto? De qualquer forma, a proposta de manutenção do texto foi vencida, ela não teve quase nenhum voto. Então, nós vamos fazer de novo pelo contraste pela supressão ou pela alteração. Os propositores estão dizendo que nenhum deles quer manter a sua indicação, não vão fazer texto.

Júlia (ES): Nós entramos num acordo de que pedimos a supressão da proposta 19 e vamos trabalhar o texto da 21, que já está falando da PEC 143, aí nós vamos construir o texto. Obrigada.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): É com esse espírito colaborativo que vamos avançado. Então, só para confirmar e cumprir o processo de condução da plenária. Quem vota pela supressão da proposta 19? Contrários? Abstenção? Então a proposta de supressão foi aceita. A próxima?

Ronaldo: Estamos aguardando a redação da proposta 18, é possível perguntar a mesa se já tem a nova redação? Na proposta 20 temos 7 destaques. Francisco- MA, Cibele- RN, Sissi- DF, Vânia- RJ, Agmar- MG, Francisca- PB, Sebastião- RO. Esses são os destaques da proposta 20. Francisco não se encontra? Vânia, por favor.

Vânia (RJ): A minha proposta mais uma vez é para que não deixemos item fora, o SUAS é para toda a população, então que o texto termine em “famílias em situação de risco e vulnerabilidade social”.

Ronaldo: Alguém mais se encontra na plenária? Francisco do Maranhão? Cibele? Por favor, Cibele.

Cibele (RJ): A minha proposta ficaria da seguinte forma: “garantir que estados e municípios efetivem os artigos 13 e 15 da LOAS, no que se refere a suas competências, desabilitando, provisoriamente, do SUAS aqueles que não cumprirem, bem como ampliar os cofinanciamentos para contemplar ações direcionadas às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, nas populações tradicionais e



outras como rurais, assentadas, pessoas em situação de rua, ribeirinhas, pesqueiras, portuárias, homoafetivas, ciganos” e da mesma forma que ficou a redação.

Ronaldo: Obrigado. Sissi está aí?

Sissi Keli (DF): Como não existe nenhuma lei regularizando a homoafetividade, que é o casamento de pessoas do mesmo sexo, em todos os estados do nosso país, eu sugiro que substitua a palavra homoafetivas para (falha no áudio)

Ronaldo: Agmar já se encontra aqui?

Agmar (MG): Só quando colocamos aqui as populações tradicionais, porque os textos das outras propostas estão todos complexos como todas elas, então eu só queria incluir “pescadores artesanais” ou manter comunidades tradicionais conforme o artigo 40/2007, para que permanecessem todos os textos das propostas iguais.

Ronaldo: Obrigado Agmar. Francisca.

Francisca (PB): Boa tarde. Na proposta 20, nós estamos discutindo o SUAS, quero só lembrar que é o Sistema Único, para todos, estamos citando aqui o nome de quilombolas, indígenas, ciganos, mas aí sempre aparece alguém que não foi contemplado e é para contemplar todo mundo, o SUAS é para quem dele necessite, independente de cor, de raça, de onde você more. É para todos. Não podemos delimitar numa conferência nacional, a quem esse serviço vai ser destinado. Minha proposta é a seguinte: “Cofinanciamento para contemplar ações direcionadas indistintamente às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social”, cortando, portanto, o restante que não nos interessa. O SUAS é para todos. Muito obrigada.

Ronaldo: Nós é que agradecemos Francisca pela sua intervenção e passamos para o Sebastião.

Sebastião (RO): Eu quero ser rápido. Eu concordo com a colega, mas o motivo de vocês virem tantos ribeirinhos, indígenas cobrando seus direitos é porque realmente é um espaço único para que nós possamos ser ouvidos. Eu concordo com a colega. Obrigado.

Ronaldo: Obrigado, Sebastião. Sr. presidente, as sete intervenções da proposta 20 já foram utilizadas o tempo no microfone, então, pode encaminhar o processo de condução da proposta.

Participante não identificado: Mediante a tanta transfobia, homofobia, lesbofobia, bifobia advinda de todo o país eu retiro e quero parabenizar o DF pelo trabalho brilhante das assistentes sociais e núcleo de atenção à diversidade sexual da CDEST. Parabéns DF que consegue enfrentar as fobias e dar visibilidade às travestis e transexuais e à população LGBT. Parabéns DF.

Carlos Ferrari (Presidente): Já estamos no avançar da hora, eu queria pedir que mantivéssemos o nosso espírito participativo, democrático, respeitando os momentos de fala, para que não transforme uma conferência republicana, democrática num grande transtorno. Está indo muito bem até aqui, vamos tentar continuar dessa forma, por favor. Em regime de votação a proposta 20. Aqueles que votam pela manutenção do texto, levantem o crachá, por favor. Obrigado. Contrários? Obrigado. Abstenções? Aprovada a alteração.

Participante não identificado: Sr. presidente, a proposta 18 está aprovada.

Presidente: Obrigado. Por gentileza a conselheira Léa.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Léa Braga: Realizar levantamentos do custo dos serviços socioassistenciais para subsidiar definição de parâmetros de cofinanciamento e estabelecer o índice de correção dos pisos de proteção social, básico e especial com a atualização destes de forma automática e efetiva, tipificados em todos os municípios e DF, a partir do centro gerador do custo CRAS, CREAS, CENTROPOP e unidades de acolhimento.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Essa é a redação que o grupo preparou só que essa proposta tem que ter um esclarecimento que a plenária solicitou ao grupo. O grupo pode fazer o esclarecimento para a plenária, antes da votação, por favor?

Participante não identificado: Vou esclarecer, vice-presidente, posso? A proposta aqui é que façamos um levantamento dos serviços tipificados e dos CRAS e CREAS das comunidades. Essa é a proposta. O centro gerador é um termo utilizado no MS para fazer o estudo do custo dos serviços e das unidades. Você pediram que eu esclarecesse, eu esclareci certo.

Participante não identificado: Na proposta faltam alguns termos tipificados, não está colocado da forma correta, por isso que está difícil o entendimento do termo. Agora, em relação a esse termo, nós vamos fazer uma nova redação para adequar esse termo tipificados para submeter a plenária.

Andréia: Desculpa, só citei o MS como um exemplo, de causa, mas esse centro gerador de custos que a estamos pensando é no Brasil inteiro, é em todos os municípios e DF, para lá na ponta, em todo o Brasil, fazer o custo de cada serviço.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): O que nos parece é que o centro gerador de custo é o que qualifica o que a proposta está apresentando, que é a realização do custo do serviço. É um termo técnico para qualificar a proposta, que é realizar um levantamento do custo do serviço. Vamos colocar a proposta em votação. Em regime de votação. Pela manutenção do texto original, por favor, levantem os crachás. Podem abaixar. Quem vota na alteração proposta, por favor, levante o crachá. Abstenção? Venceu a manutenção do texto original da proposta 18.

Carlos Ferrari (Presidente): A proposta 21? Por favor.

Ronaldo: Os destaques são do Marlon, Gisele e Gilma. Por favor,

Marlon (PE): Estamos construindo. Nossa proposta é que a 21 fique da seguinte maneira: “promover articulação e mobilização para aprovar a PEC 431/2001, que determina percentual mínimo de destinação de recursos para a assistência social nas três esferas de governo e buscar mecanismos que torne obrigatório o repasse fundo a fundo entre os entes federados, priorizando o cofinanciamento dos serviços”.

Ronaldo: A mesa recebeu a informação da relatoria dizendo que o companheiro Marlon falou em nome da Gisele e da Gilma, é isso? Então diante dessa questão, as intervenções que estavam previstas para a proposta 21, foram contempladas e pode encaminhar para o processo de votação.

Carlos Ferrari (Presidente): O Marlon já apresentou a proposta escrita, certo? Então antes de apreciarmos a proposta do companheiro, vamos votar pela manutenção ou pela alteração. O pleno está esclarecido? Vamos votar. Aqueles que votam pela manutenção, proposta 1, levantem o crachá, por favor. Pela alteração, proposta 2? Abstenção? Aprovada a alteração. Está passando aqui para a relatoria.

Ronaldo: Posso encaminhar a proposta 22? Está faltando, na verdade, as propostas 20 e 21, agora eu vou encaminhar a proposta 22. Tivemos 2 destaques na proposta 22, a Gilma e o Jaime. Gilma, por favor.



Gilma (SP): Não temos como criar por lei, então propomos que seja “estabelecer critérios e requisitos de exigibilidade de secretaria de assistência social exclusiva nos estados, DF e municípios para habilitação no SUAS, assegurando o comando único com dotação orçamentária própria, com trabalhadores efetivados por concurso público (...) conforme Lei 12.435 para consolidação”. A nossa proposta é essa.

Jaime (RS): Mais uma vez eu quero falar, quando se fala de concurso público, nós indígenas e os quilombolas estamos usando o SUAS, então eu queria só implementar um pouco e depois de concurso público colocar “comunidades indígenas e quilombolas” porque nós temos amparo legal na Constituição Federal, nós temos outros tipos de direitos que eu poderia até contestar tudo isso que está aqui, porque eu fui ferido em vários pontos aqui, mas até estou concordando porque também fui contemplado em vários pontos.

Ronaldo: Obrigado, Jaime. Sr. Presidente, as duas intervenções da 22 já foram feitas.

Presidente: Bom vamos agora ao nosso velho procedimento: proposta 1 manutenção; proposta 2 alteração da proposta 22 subtema 2. Plenária esclarecida? Em regime de votação: proposta 1, pela manutenção, levantem os crachás. Proposta 2, pela alteração? Abstenções? Ganhou a manutenção da proposta 22 que veio da relatoria. Nós temos pendentes agora a 20 e a 21.

Ronaldo: Justamente, nós estamos aguardando a redação da proposta da 20 e da 22 para concluir o subtema 2.

Léa Braga: Posso ler? Proposta 20: “Criar mecanismos para garantir a efetivação do repasse mensal sistemático e atualizado dos recursos de âmbito federal, estadual e municipal, fundo a fundo, para o cofinanciamento dos benefícios eventuais, conforme a Resolução 39/2010 CNAS dos serviços, programas e projetos da política de assistência social, bem como ampliar o cofinanciamento para contemplar ações direcionadas indistintamente às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social”.

Carlos Ferrari (Presidente): Excelente, obrigado pela leitura. Em regime de votação. Aqueles que votam pela aprovação da proposta apresentada pela mesa de apoio, por favor, levantem o crachá. Votos contrários? Abstenções? Aprovada a alteração da proposta 20, do subtema 2. Vamos a proposta 21.

José Geraldo: Está pronta Sr. presidente.

Léa Braga: “promover articulação e mobilização para aprovar a PEC 431/2001, que determina percentual mínimo de destinação orçamentária para a assistência social nas três esferas de governo e buscar mecanismos que torne obrigatório o repasse fundo a fundo entre os entes federados, priorizando o cofinanciamento dos serviços.”

Carlos Ferrari (Presidente): Podemos votar? Todos esclarecidos? Em regime de votação. Aqueles que votam pela alteração apresentada e lida agora, por favor, levantem seus crachás. Contrários? Abstenções? Aprovada a proposta 21 do subtema 2. Podemos seguir agora para o último eixo? O eixo que trata do fortalecimento, da participação e do controle social? Seguindo o mesmo rito, o companheiro Ronaldo vai fazer a leitura e aqueles que quiserem fazer seu destaque, dirijam-se à mesa de apoio, por favor.

Ronaldo: Subtema 3- Fortalecimento da participação e do controle social. Eu sei que todos estão cansados, vou pedir a colaboração de vocês, porque esse momento é extremamente importante para as pessoas ouvirem a proposta e aqueles que queiram fazer destaque possam se encaminhar até a mesa.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proposta 1: assessorar e estimular os órgãos gestores e os de controle e fiscalização para desencadearem um processo de acompanhamento e orientação sistemática ao efetivo cumprimento da legislação que regula a criação e o funcionamento dos CNAS em especial no que se refere a: a) implantação e implementação das câmaras de assessoria técnica; b) adequação dos espaços físicos; c) fornecimento de infraestrutura física, material, financeira e de recursos humanos; d) oferta de apoio logístico e operacional; e) realização de reuniões ampliadas e descentralizadas, nos territórios dos CRAS; f) realização de capacitação continuada e assessoria técnica e política; g) garantia da participação dos usuários e da sociedade civil nas reuniões; h) sistemática de eleição de modo a ampliar a participação direta e aprimorar a representatividade dos usuários da política.

Léa Braga: Ronaldo temos três destaques: Eduardo- AL, Graziela- ES, e Samuel, do CNAS.

Ronaldo: Obrigado. Posso ler a segunda?

Léa Braga: Uma questão de ordem.

Participante não identificada: Desculpa, mas é uma questão quero fazer antes do início da leitura e eu ia pedir, mas não deu tempo. Na verdade é uma questão de encaminhamento. Eu quero pedir à relatoria que, na revisão, toda vez que couber colocar o DF para não ficar pedindo destaque toda hora, como já se fez em conferências passadas, para incluir “Estados e DF”. Então que em todas as revisões se acrescente o DF, por favor.

Participante não identificada:Então vamos combinar. O DF, onde couber, paciência com a relatoria, porque ela também não dá conta de fazer isso tudo, mas isso já está acordado entre nós, ok. Ronaldo, vamos para a proposta 2.

Ronaldo: Proposta nº 2: promover a capacitação continuada para conselheiros de assistência social, secretários executivos dos conselhos, integrantes dos fóruns da assistência social, gestores, trabalhadores, entidades de assistência social e usuários da política, cofinanciada pelas três esferas de governo, como forma de viabilizar o protagonismo desses sujeitos no exercício da participação e do controle social e permitir a qualificação do planejamento, gestão, execução e avaliação da política de assistência social.

Léa Braga: Nós temos na proposta 1 destaque do Marlon, de PE.

Ronaldo: Proposta nº 3: aprimorar os instrumentos de informação do SUAS por meio de um plano para a divulgação de a) serviços, programas, projetos, benefícios; b) orçamento para a área; c) cronograma das reuniões e deliberações dos conselhos; d) publicização dos direitos socioassistenciais; e) fortalecimento da participação dos usuários e da sociedade civil.

Léa: Nós temos 2 destaques: Zenilda- PE, e Samuel, do CNAS.

Ronaldo: Obrigado. Proposta 4: Proporcionar encontros de socialização de informações acerca dos direitos sociais, informação sociopolítica dos usuários dos CRAS, associações de moradores e movimentos sociais, contemplando: a) territórios urbanos de alta vulnerabilidade social; b) comunidades rurais; c) comunidades e povos tradicionais, incentivando sua participação junto à política de assistência social.

Léa Braga: Destaque do Marlon, PE.



Ronaldo: Proposta nº 5: promover reuniões do conselho, abertas, participativas e itinerantes, em calendário articulado com as atividades dos CRAS e CREAS, utilizando espaços dentro da comunidade, associações de moradores, escolas, centros comunitários etc., tendo em vista o fomento à criação de fóruns municipais, estaduais e regionais permanentes de usuários para a discussão da política de assistência social, a partir da coletivização de suas necessidades e dos indicativos de ações dos serviços prioritários a serem desenvolvidos.

Léa Braga: Um destaque da Cibebe, RN.

Ronaldo: Proposta 6: criar e fortalecer os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, para a organização e mobilização dos usuários, incentivando-os ao debate de ideias e à coletivização de suas necessidades, com vistas à garantia de direitos e ao controle social do SUAS.

Léa Braga: Proposta 6 ,temos 2 destaques: Cecílio, SP, e Adriana, AL.

Ronaldo: Proposta 7: Ampliar e aperfeiçoar o desenho da intersetorialidade e da transversalidade da política de assistência social, no intuito de melhorar a qualidade dos serviços socioassistenciais e adensar a participação da sociedade na construção do SUAS.

Simone Albuquerque (CNAS): Dois destaques: Natanael de SP e Ana Verônica de PE.

Ronaldo: Pediram uma questão de ordem.

Participante não identificada: Eu estou com dificuldade de encaminhar, minha proposta pela mesa de apoio, eu quero dizer o seguinte a gente abrir espaço para almoçar e o outro permanecer aqui, nós vamos comprometer a deliberação da conferência, gente, já está esvaziado pelo cansaço a metodologia já foi improdutiva, a gente agora ainda vai passar por isso, esvaziar o plenário para deliberação do que a gente quer para o país? Isso não existe!

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Companheira trabalhamos bastante, da forma que estamos seguindo está bacana, conseguimos vencer os trabalhos, o jantar vai estar disponível até as 21:30, é o que garantimos no contrato, estou propondo que não paremos porque seria bastante improdutivo e ficiamos aqui até amanhã de madrugada.

Carlos Ferrari (Presidente): Se não está ficando claro, deixe esclarecer. O jantar não está disponível, ele vai estar a partir das 19:30, se a gente conseguir adiantar até às 19. Vamos fazer o seguinte, a plenária não é soberana? Vamos decidir o que fazer. Vamos colocar em votação. Uma proposta, primeira, a gente vai direto, ok? A proposta me parece aclamada pela plenária, é que a gente vá direto.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Eu vou além, vamos trabalhar com bastante disciplina, democraticamente, participando parar às 21 horas e vamos todos jantar juntos.

Ronaldo: Proposta 8: Promover a aproximação dos CNAS com os CRAS, garantindo infraestrutura, corpo técnico, financiamento para realização de fóruns descentralizados, reuniões ampliadas, oficinas de formação sociopolítica em parceria com as entidades de assistência social, associações de moradores, movimentos sociais, no intuito de construir o protagonismo dos usuários do SUAS na condução e controle social desta política pública.

Simone Albuquerque (CNAS): Dois destaques na proposta 8: Roseli- SP, e Ana Verônica- PE.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ronaldo: Proposta 9: Garantir a interlocução da política de assistência social, principalmente no nível da proteção social básica, com os movimentos sociais e políticos reivindicativos dos territórios, bem como cooperativas e associações de usuários para garantir a ampliação da participação popular no SUAS.

Léa Braga: Quatro destaques: Benedito Alemão- SP, Agmar- MG, Volnei- MG, e Marcos Antônio- MG.

Ronaldo: Proposta10: Estimular a implantação dos fóruns permanentes de assistência social como espaço de discussão e socialização de informações, participação política, instrumentalização da sociedade para a) monitorar o planejamento, gestão e orçamento da política de assistência social; b) efetivação das liberações na área.

Léa Braga: Um destaque: Marco Antônio do RJ.

Ronaldo: Proposta 11: Criar a ouvidoria do SUAS nas três esferas de governo para favorecer o exercício da cidadania dos usuários, encaminhamento das demandas e materialização dos direitos socioassistenciais.

Léa Braga: Três destaques: Auxiliadora, CNAS, Volnei, MG, e Marcos, RJ.

Ronaldo: Proposta12: Promover, por meio dos conselhos de assistência social das três esferas de governo, a sensibilização de parlamentares para a criação de frentes parlamentares de defesa da assistência social, com a realização de audiências públicas periódicas para monitorar e viabilizar a implementação do SUAS, ampliação do orçamento para a área e a efetividade das conferências, proporcionando maior participação e engajamento do legislativo na defesa dessa política pública.

Léa Braga: Sem destaques.

Ronaldo: Proposta 13: Construir instrumentos de avaliação quantitativa e qualitativa para monitorar e controlar a execução das deliberações das conferências, nas três esferas de governo, por meio da criação de comissões de monitoramento com participação dos usuários da sociedade civil e poder público, garantindo a democratização das informações em canais acessíveis à população no sentido de ampliar o controle social e avaliação da gestão e orçamento da política de assistência social.

Léa Braga: Sem destaques.

Ronaldo: Proposta 14: Garantir a ampliação progressiva do número de delegados nas conferências de assistência social nas três esferas de governo, bem como a ampliação da representatividade da sociedade civil, trabalhadores do setor e usuários.

Participante não identificado: Quatro destaques: Naiara - SP, Gisele- PR, Marcos- RJ, e Benedito Alemão- SP.

Ronaldo: Proposta 15: Criar estratégias de financiamento e de sensibilização para a organização de associações representativas de usuários com vista a garantir sua participação política junto aos serviços socioassistenciais, fóruns e conselhos de assistência social, respeitando o direito de livre escolha e voz do usuário.

Simone Albuquerque (CNAS): Destaques: Samuel- CNAS, José Ricardo- RS, Maria Godoy- CNAS, Maria Isabel- SP, e Gilma - SP.

Ronaldo: Proposta 16: Garantir que os entes federados, União, estados, municípios e DF , financiem a participação das delegações governamentais e da sociedade civil, de forma igua-



litária e justa para as conferências de assistência social de sua competência, considerando o critério paritário de participação.

Simone Albuquerque (CNAS): Destaques: Carlos- SC, Elisângela - AM, e Rodrigo- MG.

Ronaldo: Proposta 17: Alterar o decreto de eleição dos representantes da sociedade civil junto aos conselhos de assistência social, especialmente o CNAS para serem replicados nos estados e municípios, assegurando o fórum das conferências como espaço de assembleia de eleição dos representantes da sociedade civil, visando garantir maior representatividade dos candidatos e eleitores, com ampla participação dos usuários, qualificando o controle social nas três esferas de governo, município, estado, União e DF, considerando a importância do momento democrático para a ampliação da participação popular.

Simone Albuquerque (CNAS): Destaques: Marlon- PE, Eduardo- AL, Gilma - SP, Samuel, CNAS, Júlia- ES, Ana Tojal- AL, Luciano- BA, Adilson- RJ, Maria Godoy- CNAS, Sávio- MG, Nazaré- SP, Ana Verônica- PE, José Leonardo- PB- Alemão, SP- Francis, SP- Pedro Reis, BA – Elizabete- SC, Vânia- RJ, Isaac- PB- Luís, SP- Marcos- MG, Ana Lígia- DF, José Ricardo- RS, Ieda- DF, Frederico- CNAS, José Cruz- CNAS, Márcia- MG, e Vagner- CNAS.

Ronaldo: Proposta 18: Assegurar que as entidades e organizações da rede integrante da rede socioassistencial, inscritas nos conselhos municipais ou DF, bem como entidades e organizações que tenham serviços, programas, projetos e/ou benefícios socioassistenciais, também inscrita nos mesmos, tenham ampla legitimidade para compor os conselhos de assistência social, de acordo com seu âmbito de atuação.

Simone Albuquerque (CNAS): Destaques. Francis- SP, Ana Verônica- PE, Joana- GO, Simone- CNAS, Daniel- BA, Adailson- GO, Divino- GO, Daise- RJ, Cibele- RN, Marcos Antônio- RJ, José Leonardo- PB, Sávio- MG, Júlia- ES, Ana Paula- GO, Maria Conceição, GO, Ana Farias- PE, Márcia Ferreira- PR, Márcia Pinheiro- MG, Daniela- DF, Anacleto- ES, Telma- DF, Joari- SP, Mara- RS, Severino- PB, José Cruz- CNAS, Lenise- RS, Ana Lígia- DF, Luís Otávio - DF, Ieda - DF, Edvaldo- MS.

Ronaldo: Proposta 19: Democratizar a rede de serviços socioassistenciais através da criação e(ou) fortalecimento de espaços de participação dos usuários na esfera dos serviços de caráter decisório, em conselhos territoriais e locais de participação popular, com caráter consultivo.

Simone Albuquerque (CNAS): Destaques: Cecílio, SP, e Roseli, SP.

Ronaldo: Proposta 20: Definir como tema da 9ª Conferência “O papel da rede socioassistencial na efetivação do SUAS”.

Simone Albuquerque (CNAS): Destaques: Luciana, SP, e Mariana, DF.

Ronaldo: Não foram destacadas nesse subtema, presidente, somente a 12 e a 13, no conjunto de 20 propostas.

Carlos Ferrari (Presidente): Ronaldo, obrigado. Consideramos já aprovadas as propostas 12 e 13, ok, plenária? Como o número de destaques é grande, eu peço mais uma vez a contribuição nas falas para que a gente possa cumprir o nosso acordo. Proposta 1, Ronaldo.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ronaldo: Temos na proposta 1, o Eduardo, AL, e o Samuel, CNAS.

Eduardo (AL):Boa noite. Com relação à proposta 1, eu peço que a plenária pense pela supressão dela por vários motivos; o primeiro: quando fala “assessorar e estipular os órgãos gestores”, a proposta não está dirigida a lugar nenhum, ou seja não fala quem é o responsável por esse assessoramento e esse estímulo; 2º: as letras f, e, h e g, já estão previstas nas propostas abaixo; e 3º: há capacitações sendo realizadas nos municípios, então esta proposta é completamente incoerente, ela não tem um destino, não tem uma razão de existir e até se repete nas outras estruturas, então eu sou pela supressão dessa proposta.

Samuel Rodrigues (CNAS): Na verdade eu pedi destaque porque na letra “g” fala em “participação dos usuários e da sociedade civil” e eu enquanto usuário, e acredito que os demais, nos consideramos parte da sociedade civil. Seguindo aí, aonde fala em “participação direta e aprimorar a representação dos usuários da política” eu acrescentaria “em conformidade com a resolução 24 do CNAS”.

Carlos Ferrari (Presidente): Plenária esclarecida? Podemos votar? Temos três propostas. Proposta 1, manutenção do texto, proposta 2 supressão do texto e proposta 3 alteração. Em regime de votação. Pela manutenção do texto, levantem os crachás. Pela supressão? Pela alteração? Abstenções? Venceu a supressão do texto. Obrigado, vamos para a proposta 2.

Léa Braga: Marlon de PE.

Marlon (PE): É uma proposta de alteração. Onde tem “promover capacitação continuada”, escreva-se “promover formação continuada para os conselheiros da assistência social”.

Carlos Ferrari (Presidente): Proposta 1 pela manutenção e proposta 2 pela alteração. Plenária esclarecida, podemos votar? Em regime de votação. Proposta 1, levantem os crachás. Proposta 2? Abstenção? Ganhou a proposta 1, foi mantido o texto. Proposta 3.

Léa Braga: Zenilda, PE, e Samuel, CNAS.

Zenilda (PE): É só um acréscimo na letra f: “instituição de índice percentual qualitativo e quantitativo dos serviços efetivados em cada CRAS e CREAS”

Samuel Rodrigues (CNAS): Novamente eu queria acrescentar na última frase “fortalecimento da participação dos usuários e sociedade civil” ou “participação dos usuários”, que eu acho que é o que tem que fortalecer ou então “sociedade civil como um todo”, porque estão tratando a gente separado da sociedade civil, e isso está incomodando.

Carlos Ferrari (Presidente): Temos duas possibilidades: proposta 1 manutenção ou proposta 2 alteração. Esclarecida a plenária? Em regime de votação. Pela manutenção, levantem os crachás. Pela alteração? Abstenções? Proposta 2 ganhou, vai ser feita a alteração. A gente pode encaminhar a 4, Léa?

Léa Braga:Na proposta 4, tem a inscrição do delegado Marlon, de PE.

Marlon (PE):Alteração do texto. “proporcionar encontros de socialização de informações acerca dos direitos sociais e formação sociopolítica para os usuários de CRAS, CREAS, PRO-JOVEM-ADOLESCENTE e demais programas sociais.”



Carlos Ferrari (Presidente): Nós temos duas propostas: proposta 1 manutenção e proposta 2 alteração. Ok, podemos votar? Pela manutenção, levantem seus crachás. Pela alteração? Abstenções? Proposta alterada. A três já está pronta, mesa?

Presidente: Vamos para a proposta 5, então, Léa.

Léa: Proposta 5 tem a inscrição da delegada Cibele, RN.

Cibele: A minha proposta é de supressão, considerando que na oitava e na décima ela se complementa.

Carlos Ferrari (Presidente): Proposta de supressão. Temos duas propostas: 1 pela manutenção e 2 pela supressão. Plenária pronta para votar? Em regime de votação. Proposta 1, pela manutenção. Proposta 2, pela supressão. Abstenções? Proposta suprimida. Vamos lá, 6.

Ronaldo: Proposta 6 tem Cecílio, SP, e Adriana, AL.

Cecílio (SP): Proposta de alteração do texto. Nós dois já entramos em consenso aqui. Ficaria assim: nas áreas de abrangência (frase interrompida)

Ronaldo: Só um minutinho, qual é a questão que a plenária está levantando? Vocês estão pedindo para voltar a votação? Já foi votada. O presidente encaminhou as duas propostas, pela manutenção e pela supressão.

Carlos Ferrari (Presidente): A plenária é soberana. Se está causando desconforto, nós podemos reencontrar a votação. Não tem problema nenhum. Então vamos lá, para que a gente continue nesse momento que está bacana, vamos reconferir a proposta 5. Nós temos duas alternativas: manutenção ou supressão. Aqueles que tiveram sua proposta de supressão aprovada votem novamente, tranquilamente, é só para que a gente não saia daqui com esse desconforto. Tudo bem? Vamos lá.

José Geraldo: Senhor presidente, questão de ordem.

Participante não identificada: Eu queria pedir à mesa que tivesse o cuidado de perguntar se há ou não defesas a fazer da proposta, porque elas estão passando sem nenhum esclarecimento e nesse caso a supressão foi considerada a partir de um não esclarecimento daquilo que se propôs.

Carlos Ferrari (Presidente): Eu imaginei que quando eu pergunto se a plenária está esclarecida, para mim isso já era uma abertura, se não está suficiente, a gente pergunta duas vezes. Vamos lá.

José Geraldo: Presidente, questão de ordem aqui.

Participante não identificado: É o seguinte, o presidente deixou muito claro no momento de ouvir a proposta da defesa, se o pessoal não prestou atenção, a culpa não é nossa. Mas a votação já houve e foi uma votação com contraste muito positivo, por sinal. Agora, prestem atenção.

Participante não identificada: Questão de ordem. A gente já votou e se a gente retornar, terão pessoas que irão querer retornar em outras propostas. Estamos cansados, sim, mas temos que prestar atenção no que está sendo votado.

Carlos Ferrari (Presidente): Vamos fazer de maneira bem tranquila. Vamos verificar quem quer votar e quem não quer votar e a gente acaba com isso, tudo bem?



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

José Geraldo: Presidente, tem questão de ordem novamente.

Presidente: Eu peço ajuda mais uma vez à plenária. Questão de ordem, só para esclarecer, é para atender aquilo que não está no regimento e não para defender se vota ou não vota.

Participante não identificado: É justamente isso aí. O que aconteceu é que o seguinte: foi votado sim, eu concordo que foi votado, agora não foram contados os votos de ambas as partes e houve, sim, uma igualdade. Então se for para fazer a coisa justa, voltamos a eleger essa questão, agora se vocês quiserem deixar passar tudo, vamos em frente então, a consciência de cada um é que manda, democraticamente.

Carlos Ferrari (Presidente): Bom, já foram vencidas as questões de ordem. O intuito da mesa é conduzir o processo da forma mais democrática possível. Quando nós propusemos a possibilidade de votar era nesse intuito, só que eu quero ouvir a plenária. Como vamos fazer isso sob o aspecto de votar ou não. Temos que decidir. Então eu pergunto a plenária: aqueles que se sentiram confortáveis com a votação e acreditam que não precisa votar, por favor, levantem o seu crachá. Aqueles que querem votar novamente. Alguém se abstém? Então a proposta 5 está suprimida. Nós podemos seguir em frente. Proposta 6, por favor.

Léa Braga: Plenária, antes disso, eu vou pedir a vocês tranquilidade, silêncio e atenção porque muitas vezes o movimento daí, a distração nos leva a situações como essas, que são absolutamente desnecessárias para o processo que estamos levando hoje, atento, discutindo, e esse eixo é muito importante, quanto mais fortalecemos o controle social e a participação, ganha o SUAS e ganha a política de assistência social, então por favor.

Ronaldo: Proposta 6 nós temos dois destaques: Cecílio, SP, e Adriana, AL.

Cecílio (SP): É proposta de alteração do texto. Ficaria da seguinte forma: criar conselhos gestores locais nas áreas de abrangência dos CRAS, garantindo a participação dos usuários, trabalhadores, gestores e entidades de assistência social, visando a organização e mobilização dos usuários, incentivando-os ao debate de ideias e à coletivização de suas necessidades com vistas à garantia de direitos e ao controle social do SUAS.

Ronaldo: Adriana de AL?

Adriana (RS): Já tínhamos combinado de fazer uma proposta única.

Ronaldo: Então os dois destaques que estavam previstos nessa proposta já foram apresentados.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Temos uma proposta de alteração, é isso? Em votação. Quem concorda com a manutenção do texto de acordo com o que foi apresentado originalmente, levante o crachá. Quem vota pela alteração do texto. Texto alterado aprovado.

Léa Braga: Presidente, a proposta 3 está pronta, é única e de consenso. Fica assim: aprimorar os instrumentos de informação do SUAS, por meio de um plano de comunicação para a divulgação de a) serviços, programas, projetos e benefícios; b) orçamento para a área; c) cronograma das reuniões e deliberações dos conselhos; d) plublicização dos direitos socioassistenciais; e) fortalecimento da participação dos usuários trabalhadores; f) instituição de índice percentual quali-quantitativo de serviços efetivados em CRAS e CREAS.



Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Obrigado, Léa. Em regime de votação. Aqueles que concordam com a proposta de alteração, por favor, levantem o crachá. Contrários? Abstenção? Proposta aprovada com alteração. A proposta 6 já está pronta a redação, porque houve só uma intervenção, não é isso? Vamos colocar na tela para todo mundo ver. Eu encaminhei na proposta 6 se vocês votavam pela manutenção ou alteração e vocês votaram pela alteração. Agora vamos ver qual é a alteração.

Léa Braga: Proposta 6. Criar conselhos gestores locais nas áreas de abrangência dos CRAS, CREAS e CENTROPOPS, garantindo a participação dos usuários, trabalhadores, gestores e entidades de assistência social, visando a organização e mobilização dos usuários, incentivando-os ao debate de ideias e à coletivização de suas necessidades, com vistas à garantia de direitos e ao controle social do SUAS.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Quem vota pela proposta alterada, levante o crachá? Contrários? Abstenção? Proposta aprovada.

Ronaldo: Proposta 7: temos 2 destaques. Natanael, SP, e Verônica, PE. A informação que a mesa nos passou é de há apenas uma proposta, uma só pessoa vai falar, é isso? Obrigado. Natanael ou Verônica, por favor.

Ana Verônica (PE): Houve consenso entre mim e o Natanael. A proposta é suprimir “ampliar e aperfeiçoar o desenho”, substituindo por “garantir, através de protocolo, a intersetorialidade e da transversalidade da política de assistência social no intuito de melhorar a qualidade dos serviços socioassistenciais e adensar a participação da sociedade na construção do SUAS”. Compreendido?

Carlos Ferrari (Presidente): Feita a intervenção, nós temos duas possibilidades: pela manutenção, proposta 1, e pela alteração, proposta 2. A plenária está esclarecida? Alguém quer defender? Ok, em regime de votação. Proposta 1, pela manutenção do texto? Pela alteração? Abstenção? Aprovada a alteração da proposta 7. Proposta 8.

Ronaldo: Proposta 8: Roseli, SP, e Ana Verônica, PE.

Roseli (SP): A minha proposta é só acrescentar antes de “promover” “garantir e promover aproximação dos conselhos de assistência social com o CRAS, garantindo infraestrutura, corpo técnico e financiamento para a realização dos fóruns descentralizados, reuniões ampliadas, oficinas de formação socio-política, em parceria com as entidades de assistência social, associações de moradores e movimentos sociais, no intuito de construir o protagonismo do usuário do SUAS na condução e controle social dessa política pública.”

Ana Verônica: A proposta é suprimir a palavra “promover aproximação”, substituindo-a por “ampliar discussão” e onde tem CRAS, acrescentar CREAS.

Carlos Ferrari (Presidente): Primeiro nós vamos ver se mantemos ou se alteramos essa proposta. 1 pela manutenção, proposta 2 pela alteração. A plenária está esclarecida? Em regime de votação. Pela manutenção do texto, proposta 1, levantem seus crachás. Pela alteração do texto? Abstenções? Alteração ganhou, vamos fazer o texto para apresentar.

Ronaldo: Plenária, pelo contraste deu aprovação pela alteração. Proposta 9. Temos destaque depois volta no texto assim que a relatoria apresentar. Destaques na 9: Benedito Alemão, SP, Agmar, MG, Volnei, MG, e Marcos Antônio, MG.

Agmar (MG): Boa noite, houve um consenso entre nós para fazer um único destaque na nova proposta que seria: “garantir a interlocução da política de assistência social em todos os níveis de proteção



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

social com os movimentos sociais e políticos reivindicativos dos territórios, bem como a cooperativa que seja inscrita na OCB e associação de usuário, respeitando suas particularidades para garantir ampliação da participação popular no SUAS”. Quero fazer, em nome das comunidades quilombolas do Brasil, um agradecimento único a essa plenária, por todo o apoio de ter votado, ter dado importância a todas as nossas solicitações, a essa mesa e dizer que eu saio dessa conferência feliz pelo respaldo dado a nossas comunidades tradicionais. Muito obrigado a todos e que vocês voltem a suas cidades sabendo da necessidade da intervenção social na vida dos quilombolas e dos povos tradicionais.

Ronaldo: Obrigado, Agmar. Eu estou entendendo que o Agmar falou em nome do Benedito, do Volnei e do Marco Antônio, é isso, Agmar?

Carlos Ferrari (Presidente): Podemos encaminhar. Então proposta 1 pela manutenção e proposta 2 pela alteração. O pleno está esclarecido? Vamos votar. Proposta 1, pela manutenção, levantem os crachás. Proposta 2, pela alteração, levantem os crachás. Abstenções? Venceu a alteração.

Ronaldo: O texto já estava na tela, mas como não sabíamos se haveria alteração ou não, tá. vamos ler então, presidente?

Carlos Ferrari (Presidente): Pode, aí a gente já deixa registrado.

Léa Braga: Garantir a interlocução da política de assistência social em todos os níveis de proteção social com os movimentos sociais e políticos reivindicativos dos territórios, bem como com cooperativas que estejam inscritas na OCB e associações de usuários, respeitando suas particularidades para garantir a ampliação da participação popular no SUAS.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado. Aprovado. Proposta 10.

Ronaldo: Marco Antônio, RJ, é o único destaque na proposta 10.

Marco Antônio: Duas alterações, que inclusive já estão na relatoria, que eu já apresentei. A proposta é: “estimular a implantação dos fóruns permanentes de assistência social como espaço de discussão e socialização de informações, participação política, instrumentalização da sociedade civil para: a) monitorar o planejamento, gestão e orçamento da política de assistência social.” E a minha proposta é de supressão do item b porque efetivação das deliberações no campo do controle social pelo meu entendimento é competência de conselhos e não de fóruns. Então é nessa perspectiva que eu peço a supressão do item b.

Carlos Ferrari (Presidente):Obrigado. Podemos votar? 1 pela manutenção, 2 pela alteração. A proposta já está pronta, inclusive, já foi apresentada. Pela manutenção do texto, levantem seus crachás. Pela alteração, proposta 2? Abstenções? Aprovada a alteração da proposta 10.

Ronaldo: Essa proposta já foi apresentada, como já disse o presidente. Proposta 11: Auxiliadora, CNAS, Volnei, MG, e Marcos, RJ.

Auxiliadora (CNAS):Bom, na verdade eu gostaria de incluir, ao lado da ouvidoria, “de acordo com os parâmetros de acessibilidade” que essa ouvidoria seja constituída dentro dos padrões de acessibilidade.

Volnei (MG): Criar ouvidoria do SUAS nas três esferas de governo com eleição bienal para função de ouvidor geral, alternando governo e sociedade civil, apenas para a função do ouvidor geral, a equipe permanece a mesma, por que senão pode estar mascarando o que essa ouvidoria recebe. Para favore-



cer o exercício da cidadania do usuário, encaminhamentos das demandas e materialização dos direitos socioassistenciais, podendo complementar com a sugestão da Auxiliadora.

Marcos: Acredito que houve um consenso, mas eu quero acrescentar após “SUAS” “criar a ouvidoria do SUAS e do controle social”, porque afinal de contas nós estamos no eixo da participação e do controle social. Se, no controle social, nós não tivermos uma ouvidoria para atendermos à população dessa política, a gente está sujeito as informações que a gente recebe exclusivamente da ouvidoria do gestor, e aí a gente sabe que na prática há gestores e gestores, então a inclusão de também ouvidoria do controle social.

Carlos Ferrari (Presidente): Bom, temos três intervenções para alteração e temos a situação da manutenção da proposta. Nós podemos pedir esclarecimento.

Ronaldo: Tem uma companheira que está pedindo esclarecimento.

Ana Tojal (CNAS): Até onde eu entendo, a ouvidoria é um órgão de estado, público, então não tem eleição para isso. É uma loucura a gente propor isso. Outra coisa, ouvidoria do SUAS e do controle social, afinal, o controle social não faz parte do SUAS?

Carlos Ferrari (Presidente): Está esclarecido? Alguém quer fazer a defesa antes da votação? Marcos, por favor. Lembrando que ela colocou duas questões, ok.

Marcos: Venho falar quanto a minha proposta quando ela fala da ouvidoria do controle social. É claro que tudo na política faz parte do SUAS, porque senão não estaríamos aqui discutindo, agora, a gente está falando de um instrumento, de um mecanismo, um aparelho que o controle social possa ter para receber as informações da população, porque muitas da vezes apenas o conselho sozinho não dá conta de atuar no campo do controle social, então ele teria um instrumento a mais dentro do aparelho conselho para ouvir os usuários da política. É nessa perspectiva. E é claro, faz parte do SUAS, não é gente?

Carlos Ferrari (Presidente): Uma parte do questionamento da delegada Ana Tojal foi esclarecida quanto à figura de alternância do ouvidor, me parece que o levantamento da nossa delegada é bem pertinente. Alguém quer defender?

Ronaldo: O Volnei está pedindo para fazer a defesa da proposta dele.

Volnei (MG): Sabemos que a ouvidoria é um cargo de estado, porém a figura do ouvidor geral pode, sim, ser uma indicação da sociedade civil, não necessariamente que seja governamental, porque se nós tivermos um ouvidor geral semi-governamental, poderá estar maquiando sim as reclamações que chegam até a ouvidoria, a equipe permanece a mesma, o ouvidor geral pode, sim, ser indicado pela sociedade civil.

Presidente: São duas questões então. Tem esclarecimento aqui.

Participante não identificada: Eu quero que se esclareça antes da votação se vai votar as três separadas ou as três juntas, porque tem gente que pode ser a favor de uma proposta e não ser das demais.

Carlos Ferrari (Presidente): Primeiro, companheira, vamos votar alteração e manutenção; depois votamos em separado as três situações. Ok? Está claro para a plenária? Então vamos lá. Proposta 1 pela manutenção, proposta 2 pela alteração. Em regime de votação. Aqueles que são favoráveis à manutenção do texto, levantem o crachá. Alteração? Abstenção? Aprovou-se a manutenção do texto.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Léa Braga: Senhor presidente, a proposta 8 está pronta e foi consenso.

Léa Braga: Vou fazer a leitura da proposta nº 8. Garantir aproximação e ampliar a discussão dos conselhos de assistência social com os CRAS e CREAS com infraestrutura, corpo técnico e financiamento para as realizações de fóruns descentralizados, reuniões ampliadas, oficinas de formação sociopolíticas em parceria com as entidades de assistência social, associações de moradores e movimentos sociais, no intuito de construir o protagonismo dos usuários do SUAS a condução e controle social desta política pública.

Carlos Ferrari (Presidente): Obrigado. Essa é a proposta 8 então. Aqueles que são favoráveis levantem o crachá. Votos contrários? Abstenções? Proposta aprovada. Agora nós vamos para a 14 porque a 12 e 13 já foram aprovadas sem destaque.

Ronaldo: Proposta 14: Naiara, SP, Gisele, PR, Marcos, RJ e Benedito Alemão, SP.

Naiara (SP): Boa noite, eu faço uma proposta de redação a partir de uma preocupação com a participação dos segmentos da sociedade civil e de trabalhadores. A proposta é “ampliar o número de delegados nas conferências de assistência social nas três esferas, com representatividade da sociedade civil, garantindo maior participação das comunidades tradicionais, urbanas e povos tradicionais e a representatividade dos trabalhadores do SUAS nas esferas estadual e federal, por meio de processo de eleição entre pares regulado pelo CNAS.”

Ronaldo: Obrigado, Naiara. Gisele, PR.

Gisele (MT): A minha proposta seria tirar a palavra progressiva, porque eu acho que não necessariamente precisa ser progressiva e não se define tempo, até onde isso chega. E ao invés de trabalhadores do setor, trabalhadores do SUAS. Mas eu entendi, pela leitura que a Naiara fez que ela contemplou as minhas colocações, então eu tenho consenso com a proposta dela.

Marcos (RJ): A minha proposta no primeiro momento é também retirar “a palavra progressiva e após usuários vírgula e entidades e organizações de assistência social”, que ficou fora da proposta, contemplando apenas trabalhadores e usuários.

Benedito Alemão (SP): A proposta que foi elaborada por um grupo em conjunto, não pelos destaques é a seguinte: Garantir a ampliação progressiva do número de delegados nas conferências de assistência social nas três esferas de governo, no município, no estado e no DF, garantir o aumento de delegados, bem como a ampliação da representatividade da sociedade civil, trabalhadores do setor e usuário, respeitando o princípio da equidade, dar mais para quem tem menos, e assegurando todas as condições necessárias à participação dele. Essa é a proposta.

Carlos Ferrari (Presidente): A plenária está esclarecida quanto às propostas? Então primeiro vamos para manutenção ou alteração. Em regime de votação. Aqueles que defendem a manutenção, levantem os crachás. Alteração? Abstenções? Alteração. Agora nós vamos aguardar a proposta da mesa. 15, Ronaldo.

Ronaldo: Tivemos 5 destaques: Samuel, CNAS, José Ricardo, RS, Maria Godoy, CNAS, Maria Isabel, SP, e Gilma, SP

Samuel Rodrigues (CNAS): Na verdade, é acrescer a redação: “criar estratégias de financiamento e de sensibilização para organização de associação representativa de usuário, com vistas a garantia de sua participação política junto aos serviços socioassistenciais, fóruns e conselhos de assistência social, incluindo o processo



eleitoral, respeitando o direito de livre escolha do usuário”, porque não adianta assegurar nossa participação se não assegurar que os usuários venham para fazer a disputa no CNAS para compor o conselho.

José Ricardo: Boa noite a todos, me sinto contemplado e apoio essa proposta.

Maria Godoy: Eu discuti com a Gilma e ela vai defender a proposta.

Isabel (SP): Eu também me sinto contemplada pela proposta do Samuel e apoiamos a proposta do Samuel.

Gilma (SP): Eu e a Isabel estamos propondo a supressão dessa proposta porque já há mecanismo das entidades sociais e a organização dos usuários também se enquadra em entidades prestadoras de serviço, de assessoramento e de defesa e garantia de direitos, e para estas entidades já existe mecanismo de apresentação de projetos e financiamentos para os projetos, então nós não precisamos criar mecanismo, já está garantido esse mecanismo. Todas as entidades de prestação de serviço, de assessoramento, de garantia e defesa dos direitos apresenta projeto nas secretarias nos estado que vai ser aprovado o projeto. Então eu acho que isso é perigoso e nós estamos dando brecha para outras entidades e aí servir para politicagem. É nesse sentido que nós estamos falando.

Carlos Ferrari (Presidente): Temos três propostas: a original, a de supressão e a de alteração, nessa ordem. A plenária está esclarecida? Em regime de votação. Pela manutenção do texto? Pela supressão? Pela alteração? Venceu a supressão.

Ronaldo: Supressão da 15. Proposta 16. Três destaques. Carlos- SC, Elisângela- AM, e Rodrigo- MG.

Carlos Ventura (SC): É o seguinte, entramos em um consenso a respeito disso aí e eu só queria deixar aqui bem claro uma coisa, não é questão de ser avarento ou outra coisa desses termos, mas é que aconteceu agora pouco com a nossa delegação que ficamos sem transporte para o aeroporto amanhã de manhã por um detalhe de horas, a quem culpar? Ninguém, mas vai custar alguma coisa, o texto que a gente entrou em consenso, se vocês quiserem eu posso ler, eu posso fazer a leitura do texto, a plenária permite? Ah, não mudou ainda? Então tem mais um texto aqui.

Elisângela (AM): Eu sou do Amazonas, gostaria de compartilhar com vocês, é uma situação que creio ser de que muitos dos delegados que estão aqui hoje, é uma situação complicada de nós sermos eleitos para vir para a Conferência Nacional e estarmos ali nos nossos municípios praticamente mendigando o financiamento das nossas vindas para cá. Eu tenho certeza que muitos delegados que foram eleitos nas conferencias estaduais não estão aqui hoje por falta do compromisso de alguns governantes, que não entendem da importância que tem estarmos aqui hoje deliberando, aprovando essas propostas que foram construídas desde os municípios. Então fizemos nossa proposta e aqui o Rodrigo vai estar lendo para vocês.

Rodrigo (MG): Entramos em consenso, como já foi dito, só queria registrar a minha tristeza quanto ao tema deste ano, que é a valorização dos trabalhadores o qual nós não fomos valorizados. Então peço até licença para uma pessoa do Rio de Janeiro, que é governamental e teve que estar aqui com recurso próprio e outra do Nordeste do país que teve uma diária de R\$ 40,00, isso é um absurdo estar na capital com uma diária de R\$ 40,00.

Fiz uma moção contra o estado de Minas e vou ler agora a nossa proposta que vai ficar, se a plenária conceder a alteração: Garantir que os entes federados, União, estado, município e Distrito Federal cofi-



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

nanciem obrigatoriamente todas as despesas, transporte, hospedagem e alimentação desde o município de origem para os delegados governamentais e da sociedade civil na Conferência em cada nível de governo, de forma justa e igualitária, considerando o critério paritário, bem como a efetiva participação nas conferências de assistência social, principalmente na nacional. E é o que nós estamos vivenciando aqui hoje essa injustiça com os trabalhadores da área do SUAS.

Ronaldo: Obrigado companheiros. Então temos a proposta de alteração e temos o texto já apresentado pela Relatoria. A plenária está esclarecida, podemos votar? Muito bem, aqueles a votam pela manutenção do texto, proposta 1, por favor, levantem o crachá. Pela alteração. Abstenções. Alteração aprovada na 17. Muita calma nessa hora que na 17 nós temos 28 destaques, e eu já vou pedindo para as pessoas para ir fazendo uma fila conforme vamos chamando para organizar e ajudar ali na mesa de apoio. Marlon de Pernambuco; Eduardo de Alagoas; Gilma de São Paulo; Samuel do CNAS; Júlia retirou; Ana Tojal; Luciano da Bahia; Adilson – Rio de Janeiro; Maria Godoi – CNAS; Sávio – Minas Gerais; Nazaré – São Paulo; Ana Verônica – Pernambuco; José Leonardo da Paraíba; Alemão – São Paulo; Francis – São Paulo; Pedro Reis – Bahia; Elizabeth – Santa Catarina; Vânia – Rio de Janeiro; Isac – Paraíba; Luís – São Paulo; Marcos – Minas Gerais; Ana Lígia – DF; José Ricardo – Rio Grande do Sul; Ieda – DF; Frederico – CNAS; José Crus – CNAS; Márcia Pinheiro – Minas Gerais; e Wagner do CNAS, são esses os destaques. O Marlon já são encontra? Marlon, por favor, faça a sua intervenção.

Marlon (PE): A minha proposta é pela supressão da proposta número 17, tendo em vista que isso fragilizaria os movimentos sociais nas bases, e que nas conferências nós não teríamos a força necessária, tendo em vista que muitas instituições continuam não participando das conferências nacionais e das estaduais, então do jeito que está é possível ser feito, está sendo feito a representatividade das categorias estão acontecendo, então está tudo indo como nós pensamento. Se nós deixarmos assim, para ser feito na Conferência vai acontecer de muitas entidades continuar sem representar, ou todas as entidades de todos os municípios estão aqui? Do mesmo jeito é na eleição que acontece, então eu e algumas pessoas também somos a favor da supressão do texto pela fragilização dos movimentos sociais.

Ronaldo: Eduardo.

Eduardo (AL): Eu também sou pela supressão e só quero acrescentar o seguinte, quem participa de um movimento de organização de Conferência sabe que já é complicado. Imagina se você soma a esse movimento, a eleição no próprio momento. Outra coisa, Conferência é um momento político de discutir ideias, vai começar a viver movimento de politicagem das associações e outras organizações, é impossível manter essas duas coisas no mesmo evento, porque vai despolitizar a Conferência. Pela supressão!

Ronaldo: Vilma de São Paulo.

Vilma (SP): Fizemos um consenso, eu, Nazaré, Francis, Marcos, Luís, José Crus e Rosenir, e somos pela alteração desse texto, queremos alterar esse texto e temos uma proposta. Ah, tem que apresentar? Então eu vou chamar a colega aqui para apresentar comigo.

Ronaldo: Vamos garantir a intervenção de todas as pessoas que fizeram destaque.

Vany: Eu sou Vany e vim representando esse grupo, então, pela manutenção, só queria antes de falar o texto que a ideia de alteração desse texto, mas a manutenção da ideia é para democratizarmos o processo eleitoral e garantir a legitimidade dessas representações, porque o que normalmente a gente ver é que no momento da eleição da sociedade civil são poucos representantes votando naqueles que



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

vão representar um país inteiro, e quando estamos em uma Conferência nós realmente temos uma representatividade grande de todo o nosso Brasil.

Então a proposta do texto é alterar o Decreto de eleição dos representantes da sociedade civil junto aos Conselhos de assistência social, especialmente o CNAS, para serem replicados nos estados e municípios, assegurando Fórum próprio da sociedade civil em programação específica para este fim, dentro das conferências, visando garantir maior representatividade dos candidatos e eleitores com ampla participação dos usuários, qualificando o controle social nas três esferas de governo, município, estado, União e Distrito Federal, considerando a importância do momento democrático para a ampliação da participação popular.

Ronaldo: Obrigado. Eu pergunto à Gilma para ela repetir, só para a gente registrar aqui, Gilma. Vocês falaram em nome de você, quem mais?

Gilma (SP): Eu, Nazaré, Francis, Marcos, Luís, José Crus, Rosenir e Pedro Reis, Ana Lígia também, Márcia Pinheiro, Sávio, Ieda e a Vânia.

Ronaldo: Não, ela está falando em nome de todas as pessoas, Presidente, que pediram destaque, para evitar que essas pessoas repitam as intervenções. Eu vou repetir aqui para a gente poder encaminhar: Gilma, Nazaré, Sávio, Francis São Paulo, José Crus, Márcia Pinheiro, Ana Lígia, Ieda... Samuel.

Samuel Rodrigues (CNAS): Boa noite para todo mundo mais uma vez. Eu vim fazer aqui a defesa da supressão também da proposta, por compreender que organizar uma Conferência leva tempo, é um processo de um ano, acho que não dá para a gente misturar esses dois processos e pensar em participação de usuários é o que eu mais penso e o que mais defendo, mas a gente pensa na Resolução 24 na participação do usuário com organização e com representação, e lembrar que essa é uma matéria vencida da última Conferência, por isso eu defendo a supressão.

Ronaldo: Luciano da Bahia, pode falar Luciano, não tem problema não, nós vamos garantir a fala de todo mundo que quer falar.

Luciano (BA): Tudo bem, obrigado. Boa noite a todos, eu estou aqui também pela supressão, porque nós não podemos retroceder, nós não podemos retroceder, a gente sabe que os Conselhos já estão fragilizados e vamos fragilizar também o Conselho Nacional de Assistência Social, vamos suprimir essa proposta que é inadequada.

Ronaldo: Adilson Rio de Janeiro.

Adilson (RJ): Nós votamos pela supressão, porque consideramos que esse espaço é para pensarmos as diretrizes da política de assistência, é um espaço para avaliarmos essa política de assistência e não é um espaço para a eleição da sociedade civil, que vai ser fragilizada nas suas bases. Então consideramos que a eleição tem que acontecer nas suas bases junto aos seus Fóruns representativos e não nas conferências, que é um local de discussão de diretrizes na Política de Assistência Social.

Ronaldo: Ana.

José Geraldo (CNAS): Temos uma questão de ordem que eu acho que é justa.

Carlos Ferrari (Presidente): Vamos lá.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Participante não identificada: Estamos preocupados com o seguinte, a ideia inicial houve o consenso da supressão e da manutenção, a gente entende que para cada proposta é uma defesa, está todo mundo falando aqui, se for assim, então vai ser trinta e tantas falas, porque aí nós vamos querer falar também, só quero deixar claro, a plenária escolhe: ou a gente faz a defesa um por proposta, ou os 30 vão falar, tranquilo.

Carlos Ferrari (Presidente):Então quem tem o destaque semelhante ao que está sendo feito.

Ronaldo: Questão de ordem, Presidente.

Carlos Ferrari (Presidente): Tem mais uma questão de ordem.

Participante não identificada: Então, é nesse sentido, mas com essa diferença, porque a gente fez um acordo e retiramos o destaque, se o destaque é o mesmo e está se utilizando a apresentação do destaque para fazer a defesa nós não vamos retirar os nossos destaques e vamos utilizar todos os destaques para fazer a defesa. Aí eu estou defendendo diferente a questão de ordem, todos os destaques apresentados, tendo sido feito defesa, nós queremos o utilizar o mesmo número já para também fazer a defesa, o mesmo número que falou nós também já queremos falar, que aí nós não vamos retirar, pelo menos o mesmo número nós queremos ter essa equivalência, essa é a minha diferença da minha questão de ordem, porque aí senão não dá, a gente fez um acordo e cumpriu e do lado de lá não foi cumprido.

Carlos Ferrari (Presidente):Então vamos encaminhar da seguinte forma. Já tem mais questão de ordem? Posso encaminhar? É fácil de nós contarmos quantos destaques nós tivemos semelhantes, tanto para um lado quanto para o outro, a delegada Ana Lígia pede um equilíbrio de destaque para ela repetir a defesa dela mais algumas vezes.

José Geraldo (CNAS):Mais uma questão de ordem, senhor Presidente.

Carlos Ferrari (Presidente):Mais uma questão de ordem.

Maria Aparecida Godoi (CNAS): Gostaria de fazer a minha questão de ordem, posso? Eu penso o seguinte, começamos um processo, nesse processo uma parcela dos companheiros delegados e delegadas optaram por fazer um acordo e um falou em nome deles, os demais não fizeram acordo e estão seguindo o rumo, não se pode mudar alguma coisa que está em curso, se não era para ser assim a mesa tinha que ter encaminhado diferente no início, agora não é justo com os que estão inscritos. Então até por uma questão de garantir a democracia, ela é assim, se um grupo decidiu se unir e que um falasse em nome dele é de direito, os demais não decidiram assim, portanto que seja respeitada a lista de inscrição que fizeram de forma democrática aqui, respeitando o encaminhamento da mesa.

Carlos Ferrari (Presidente):Nós vamos assegurar a fala aos delegados todos que quiserem falar, que fizeram destaque.

Ronaldo: É isso que eu queria propor aqui, com a licença da Presidência, eu vou dizer aqui que quem já usou o microfone eu vou chamar e a pessoa fala assim: “Estou contemplado, não quero falar” para evitar esse tipo de questão, está bom? O Marlon já fez o uso da fala, o Eduardo de Alagoas, a Gilma, o Samuel, a Júlia do Espírito Santo não fez o uso da fala. Eu pergunto: Júlia você deseja falar? Não, Júlia está retirando a fala dela, agora nós vamos ouvir a fala da Ana Tojal e vamos continuar os trabalhos, conforme está previsto no regimento. Ana Tojal, por favor, faça o uso do microfone.



Ana Tojal (CNAS): Acho que nós perdemos uma oportunidade histórica do controle social de aprovar o item quatro do caderno de deliberações aumentando a participação da sociedade civil, agora, transformar a Conferência num Fórum eleitoral aí realmente é um atentado ao controle social, eu sou pela supressão.

Ronaldo: Perfeito Ana. O Luciano da Bahia já falou, o Adilson do Rio de Janeiro já fez o uso da fala, agora eu passo a palavra para a Maria Godoi do CNAS. Já falou? Não, ela fez questão de ordem, vamos garantir aqui os destaques, conforme estamos entendendo. Maria Godoi agora, por favor, faz o uso dos três minutos.

Maria Aparecida Godoi (CNAS): Vou fazer. No Conselho Nacional de Assistência Social eu estou representando a sociedade civil, eu represento os trabalhadores, portanto sou uma defensora da democracia e da participação social. E aí eu quero dizer para vocês o seguinte, penso que nós temos que rever sim muitas coisas, como é que se elege os Conselheiros, a forma de eleger, composição, número, tudo isso nós temos que rever, porque agora nós temos uma política e isso requer que cada vez mais a gente amplie a participação, devemos lembrar que 50% é de governo, 50% da sociedade civil.

E aí eu vou pedir permissão para o governo, mas eu vou falar para a sociedade civil: o governo não vai fazer disputa dentro da Conferência, quem vai fazer disputa dentro da Conferência é a sociedade civil, portanto nós não podemos permitir que isso aconteça, porque o espaço da Conferência é o maior espaço democrático que nós temos nesse país, para a gente fazer as articulações políticas que nós sociedade civil defendemos. Portanto, nós não podemos permitir que esse espaço vire uma disputa eleitoral entre nós, começando na Conferência municipal, passando peça estadual e desembocando na nacional, portanto temos que separar as duas coisas, devemos fazer, mas não na Conferência nacional, supressão do texto.

Ronaldo: Nós vamos só pedir para as pessoas respeitarem o que foi aprovado no Regimento Interno de três minutos de intervenção, na hora que a mesa falar “conclua”, conclua, porque nós temos muitas questões ainda para deliberar. Sávio de Minas Gerais.

Sávio (MG): Pessoal, eu sou a favor da manutenção da proposta, porque desde 1988 ou 1993, na implantação da LOAS o que mais nós temos feito é ampliar a questão democrática dentro dos processos de eleição, de dinâmica de Conferência e tudo mais, me estranha muito esse repúdio e essa proposta de supressão, que é uma proposta absolutamente democrática, não atrapalha em nada a Conferência, você pode fazer isso aí no primeiro dia, não tem problema nenhum você fazer eleição, agora, não sei se vocês conhecem, o processo de eleição hoje do Conselho Nacional de Assistência Social, eu presenciei um, tem entidade ou representação de trabalhador, ou a própria representação de usuário que é eleito com um voto, é um absurdo isso, não é mais do que 30 pessoas. Então vocês precisavam saber como se processa o processo aqui para depois vir falar.

Ronaldo: Nazaré, São Paulo, faça o uso dos seus três minutos.

Nazaré (SP): Eu gostaria só de retomar uma coisa, essa questão do processo democrático e participativo, um processo eleitoral a gente não consegue mobilizar tantas pessoas, a ideia é que essa eleição tenha um Fórum específico colada com a Conferência, junto acontecendo, no primeiro dia, isso a gente vai discutir. A questão da metodologia a gente vai discutir, a gente tem que, inclusive, discutir a metodologia dessa Conferência que foi tão complicada, então a discussão de metodologia, como vai ser a gente vai discutir, agora, essa articulação a gente otimiza dentro da Conferência, inclusive com recursos, o recurso que a gente gasta para vir aqui fazer a Conferência e a eleição, a gente aproveita



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

para fazer a eleição, nunca a gente vão conseguir uma articulação desse tamanho para a eleição do Conselho.

Ronaldo:Obrigado. Ana Verônica, Pernambuco.

Ana Verônica (PE):Concordo com a supressão do texto, porque, na verdade, a gente compreende que a política acontece no município, a gente sabe muito bem que a participação da sociedade civil e tratar de um Fórum paralelo à Conferência só vai fragilizar mais, ninguém está dividindo o meu lado e o seu lado não, porque é como se trata, do fortalecimento do sistema da assistência social não existe lado, existe corresponsabilidade e comprometimento de todos.

Ronaldo: José Leonardo da Paraíba.

José Leonardo (PB):Boa noite a todos, pela supressão, por entender que não podemos fragilizar em momento algum a Conferência nacional.

Ronaldo: Alemão São Paulo.

Benedito Alemão (SP): A mudança não só na questão da Conferência, a mudança desse país está na mão do usuário, na mão do trabalhador, na mão de quem rala, de quem dá o sangue todos os dias e não na mão de governo algum, então é pela supressão e a gente tem que mostrar a nossa união.

Ronaldo: Francis São Paulo.

Francis (SP):Eu sou a favor da manutenção da proposta, eu como usuário acho que uma coisa mais importante do que conveniência, do que um espaço de uma Conferência para nos fazer repensar... (frase interrompida)

Ronaldo: Francis só um minutinho, eu acho que o maior exemplo de democracia é a gente respeitar as falas de todas as pessoas e vocês têm o direito de manifestar através do voto, vamos garantir a fala de todo mundo que fez os destaques desta plenária, porque aí se não garantirmos, aí sim essa plenária não é democrática, vocês vão manifestar através do voto, das palmas, dos gritos, mas vamos garantir a fala de todo mundo que fez a inscrição aqui. Vamos lá Francis.

Francis (SP): Eu já me sinto muito contemplado nas defesas anteriores da manutenção da proposta, mas eu não posso deixar de ressaltar que as Conferências, como já foi dito, é um espaço onde nós temos a maior mobilização de todos os segmentos, as pessoas que são contrárias são a favor de que continue um segmento ser eleito com um voto, nenhum espaço do usuário vai conseguir vir à Brasília eleger de verdade as suas representações pela manutenção, pela democracia. Quanto mais gente tiver aqui a escolher os seus representantes vai ter mais forças a essa política que a gente está tentando construir. Democracia de verdade se faz com mais pessoas, não com menos, é a favor aqueles que querem manter apenas algumas pessoas no comando dessa política, pela democracia.

Ronaldo: Obrigado. Pedro Reis, Bahia.

Pedro Reis (BA): Boa noite plenária. Eu gostaria de denunciar que gestores e trabalhadores na Bahia tomaram conta das vagas dos usuários, e dizendo mais, a manipulação de gestores e alguns trabalhadores em cima dos usuários desestimulando os usuários, a falta de informação na sua totalidade os usuários são fragilizados e sabemos disso. E dizendo mais, aqui é o palco ideal, por quê? Porque é a



oportunidade de todos os usuários, todos os trabalhadores que aqui estão para poder defender a sua vaga no Conselho Nacional.

E digo mais, se a gente não politizar esse momento a gente vai ficar só na questão técnica e os encaminhamentos nos município, até aqueles mais fragilizados, e eu concluo dizendo o seguinte, aqui é o Fórum do debate, não só técnico, mas também político, defendemos a política para avançar na assistência, senão vamos todos ficar só olhando assistente para cá, assistente para lá e não avançamos no principal, que é o usuário, ele está fragilizado.

Ronaldo:Conclua Pedro.

Pedro Reis (BA):E pela manutenção.

Carlos Ferrari (Presidente):Eu quero pedir aos companheiros para que respeitem a todos os outros, o discurso não pode ser feito dessa forma, três minutos, então vamos fazer três minutos para que a gente possa cumprir o tempo. O jantar vai até 21h30, vamos tentar ser o mais sintético possível, respeitar o tempo da mesa senão a gente está deSr.espeitando o colega que precisa jantar, que precisa viajar e que precisa descansar, por favor.

Ronaldo: Elizabeth de Santa Catarina. Não se encontra? Vânia Rio de Janeiro. Era ali uma proposta, o encaminhamento é que as pessoas que fizeram destaque têm direito dos seus três minutos, vamos respeitar.

Vânia (RJ):Olha, eu só gostaria de dizer o seguinte, eu sou representante da sociedade civil de uma instituição bem pequena no Rio de Janeiro, há pouco tempo eu era Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social da segunda maior cidade do nosso país e nunca fiz a menor ideia de como acontece a eleição para os representantes do Conselho Nacional, eu sendo Presidente do Conselho da segunda maior cidade desse país.

Não acredito, sinceramente, que dessa forma a gente construa a democracia, eu acho que democracia a gente constrói com a participação de todos, e aí eu falo da questão econômica, porque muita gente não pode vir aqui se inscrever e nem votar nas eleições porque as instituições não têm dinheiro para mandar as pessoas aqui fazerem a inscrição e nem participar de eleição. E quando nós estamos aqui em uma Conferência é a oportunidade que essas instituições, que tem trabalho sério também, não é porque não tem recurso financeiro que não tem o trabalho sério, de poder participar de uma forma democrática.

Ronaldo:Obrigado Vânia. Isac, da Paraíba.

Isac (PB) :Boa noite, eu sou Isac, sou da sociedade civil, então a assistência trabalha com os vulneráveis, então querem concretizar isso, que a sociedade civil seja de fato os vulneráveis. Se falou muito nessa Conferência do usuário ser protagonista, quando a gente vem ser protagonista nessa Conferência aí nos encontramos com uma dessa. Então como nós vamos contribuir para que de fato a sociedade civil seja de fato um protagonista? Suprimindo essa questão, pelo amor de Deus. Outro detalhe também é que não existe condições, uma Conferência é uma Conferência, uma eleição é uma eleição, não existe espaço para acontecer esses dois processos, porque nessa Conferência, na minha sala, há a própria disputa dos gestores, quem sabia mais da LOAS, uma discussão, imagina da sociedade civil vir discutir aqui sobre política.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ronaldo: Obrigado Isac. Luís São Paulo.

Luís (SP): Boa noite a todos os delegados e delegadas, pessoal, olha, infelizmente o que a gente percebe é o seguinte, que as pessoas ou estão muito desinformadas, ou então fazem de conta, porque em outros Fóruns, principalmente na questão do Ministério das Cidades, nós do CONANDA, ACMP, da União nós fazemos em eleição na Conferência. Na Conferência da Cidade, tem um momento da eleição dos seus Conselhos, na Conferência da cidade tanto dos municípios como nos estados a eleição é feita nas conferências. Então isso aí é um engodo dizer que não tem espaço para poder fazer eleição, porque o espaço existe sim, o que falta é vontade política, porque para manter algumas entidades chamadas entidades sovaco, elas com um estatuto e uma ata debaixo do braço e dizem que tem representatividade, então vamos parar com essa conversa, aqui tem espaço sim, é um espaço legítimos das conferências. É pela manutenção com as devidas alterações.

Ronaldo: Obrigado. Marcos, Minas Gerais.

Marcos (MG): A minha colocação é manter o texto com alteração.

Ronaldo: Obrigado Marcos.

Ronaldo: Ana Lígia do DF.

Ana Lígia (DF): Mesmo independente de quem levar ou não levar a proposta, esse debate emocionante terá válido a pena. Eu acho que é a primeira vez que eu vejo usuário discutindo dessa forma, eu acho que é um dos momentos mais politizados dessa Conferência, ao contrário, eu acho que essa Conferência terá valido a pena. Outra coisa que eu vi aqui me entristeceu profundamente, mas isso aqui eu acho que terá valido a pena.

Os companheiros não devem ter dúvida de que em Conferência, ela é um lugar de disputa política, vocês não podem ter dúvidas sobre isso, Conferência não é lugar de absoluto consenso não e não podem ter receios de que haja convocação de Fórum próprio para fazer eleição sim, porque a Conferência, isso não pode haver dúvida, no tempo inteiro Conferência é lugar de disputa política, independente de ter ou não ter eleição.

Então esse argumento não pode prevalecer e é porque vocês não sabem, mas se vocês pudessem revisar o tamanho dos últimos colégios eleitorais do CNAS vocês iam ver o que a gente está dizendo, e o CNAS é que toma as mais altas deliberações sobre o Sistema Único de Assistência Social, é claro que há ocasião das conferências é o momento em que mais se pode mobilizar as pessoas nos estados e municípios, e aqui nacional, onde pode se trazer as pessoas, é um momento de grande mobilização. Agora, o trabalho que isso dá... (frase interrompida)

Ronaldo: Conclua.

Ana Lígia (DF): Muito obrigada.

Ronaldo: Obrigado Ana. José Ricardo, Rio Grande do Sul.

José Ricardo (RS): Boa noite a todos e a todas, em respeito a todos nós, que estamos desde das nove da manhã aqui debatendo, e esse assunto eu creio que nós já temos definido, é pela supressão. Não é possível nós continuarmos ainda a acreditar que se a sociedade civil não tiver medidas de convergências, medidas da sua organização nós vamos fazer frente ao debate político feito ou então propositivo



junto ao governo. O governo tem o seu papel, sabe o que quer e nós cada vez mais precisamos nós organizar para saber o que nós queremos, então pela supressão.

Ronaldo: Obrigado. Ieda, DF. Retirou? Frederico do CNAS. Saiu? Nós vamos continuar, José Crus, CNAS, retirou? Márcia Pinheiro retirou, Wagner do CNAS retirou. Então, Presidente, os 28, conforme o nosso regimento interno e acatado por essa plenária foram feitos os destaques na proposta 18, pode caminhar para o processo de deliberação.

Carlos Ferrari (Presidente):Muito bem, então nós temos três propostas: proposta 1) pela manutenção; proposta 2) pela supressão; proposta 3) pela alteração. A plenária está totalmente esclarecida? Em processo de votação, eu vou pedir para ficarem atentos agora, porque eu não sei se o contraste vai dar conta, em processo de votação, proposta um. É a proposta 17, é só repetindo, proposta um pela manutenção.

Gisele:Questão de ordem, Presidente.

Ronaldo: Antes de colocar em votação o Regimento garante questão de ordem, por favor, vai lá Gisele.

Gisele: A minha questão de ordem é que primeiro são coloque em votação se mantém ou suprime.

Carlos Ferrari (Presidente): Companheira todas foram votadas dessa forma, um, dois e três. Proposta um pela manutenção, proposta dois pela supressão e proposta três pela alteração. O pleno está esclarecido? Em votação proposta um pela manutenção levantem seus crachás. Pode abaixar, pela supressão. Pode abaixar, pela alteração. Proposta suprimida.

Ronaldo: Vamos agora para a proposta 18.

Carlos Ferrari (Presidente): Proposta 18.

José Geraldo (CNAS):Sr. Presidente, a proposta 14 está pronta.

Carlos Ferrari (Presidente):Vamos apreciar a proposta 14, então.

José Geraldo (CNAS): Por consenso.

Participante não identificada: Vou fazer a leitura da proposta 14, atenção: “Garantir a ampliação do número de delegados nas conferências de assistência social nas três esferas de governo, bem como, a ampliação da representação da sociedade civil, trabalhadores do SUAS, dos distintos entes federados, usuários e entidades de assistência social, garantindo maior mobilização e participação de povo e comunidades tradicionais, assegurando equidade nas condições de participação.”

Carlos Ferrari (Presidente):Essa é a proposta 14 com todas as alterações feitas ali a partir dos destaques. O pleno está esclarecido e pronto para votar? Em regime de votação aqueles favoráveis à proposta 14 levantem seus crachás. Pode abaixar, contrários. Abstenções. Proposta aprovada, vamos à 18 companheiro Ronaldo.

Ronaldo: Na proposta 18, nós não vamos fazer nenhuma alteração de encaminhamento para evitar que percam tempo, temos 30 intervenções, 30 destaques, vamos chamar, se a pessoa já se sentir contemplada na fala anterior, ela só diz: “Estou contemplada.” E passamos para frente para ganharmos tempo. Então eu vou pedir aqui ao Francis - São Paulo para se posicionar; Ana Verônica de Per-



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

nambuco; Joana de Goiás; Simone Albuquerque do CNAS; Daniel da Bahia; Dailson de Goiás; Divino de Goiás; Deise do Rio Grande do Sul; Cibele - Rio Grande do Norte; Marcos - Rio de Janeiro; José Leonardo - Paraíba; Sávio - Minas Gerais; Júlia do Espírito Santo; Ana Paula - Goiás; Maria Conceição - Goiás; Ana Farias - Pernambuco; Márcia Ferreira - Paraná; Márcia Pinheiro - Minas Gerais; Daniela - Distrito Federal; Ana Cleto - Espírito Santo; Telma - Distrito Federal; Juari - São Paulo; Mara - Rio Grande do Sul; Severino Paraíba; José Crus CNAS; Denise Rio Grande do Sul; Ana Lígia DF; Luís Otávio - DF; Ieda - DF; Edvaldo - Mato Grosso do Sul. Vamos concentrar e prestar atenção, garantindo a fala de cada companheiro que pediu destaque, o primeiro Francis - São Paulo, por favor.

Francis (SP): Nessa proposta eu vou pedir atenção para alguns termos, quando diz assegurar as organizações que têm um projeto ou um serviço na área de assistência, legitimidade para se representarem no Conselho. Eu fico muito surpreso eu acho que com a força que algumas poucas organizações poderosas têm aqui em vários espaços. Eu vejo que essa proposta é um retrocesso a tudo aquilo que estamos construindo na política de assistência social como é possível com uma entidade que tem toda a sua estrutura voltada para uma outra política? Vou dar um exemplo: alguma entidade que seja mantenedora de hospitais ou, então, na área de educação, que tenha apenas um projeto na assistência, elevar e participar de forma legítima das representações do Conselho, a gente constrói a Política de Assistência Social, a legitimidade das entidades se conquista com o trabalho daqueles que têm preponderância. Meu encaminhamento é pela supressão.

Ronaldo: Obrigado Francis. Ana Verônica de Pernambuco.

Ana Verônica (PE): Minha proposta é de alteração de texto: “Assegurar que as entidades e organizações de assistência social e da rede socioassistencial inscritas nos Conselhos Municipais ou do Distrito Federal.” Aí suprime desde a palavra “bem” até “mesmo”, aí continua: “Tenha uma ampla legitimidade para compor os Conselhos de Assistência Social.” Deu para compreender Relatoria?

Ronaldo: Sim. Se for aprovada a alteração a gente vai estar fazendo aqui a discussão do encaminhamento com a Relatoria. Ana Verônica, obrigado. Joana – Goiás.

Joana (GO): Boa noite. A proposta que eu devo apresentar nós estamos em consenso e estamos trazendo a proposta com a Simone, ela vai apresentar a nossa proposta.

Ronaldo: Obrigado Joana. Simone do CNAS.

Simone Albuquerque (CNAS): (CNAS): Boa noite a todos e todas. Vejam só, primeiro eu queria explicar que fizemos uma discussão e entendemos que aqui tem duas propostas e a gente precisa separá-las. A primeira parte da proposta é uma que reafirma o SUAS, toda a sua história e tudo que nós construímos até aqui, ela diz o seguinte, a primeira parte dessa proposta: “Assegurar que as entidades e organizações da rede integrantes da rede socioassistencial inscritas no Conselho Municipal ou do Distrito Federal tenham ampla legitimidade para compor os Conselhos de assistência social de acordo com o seu âmbito de atuação.” Isso é extremamente legítimo, aliás, a LOAS nós a aprovamos assim em julho desse ano, agora. Essa outra “bem como”, isso não tem legalidade nenhuma, não está na Resolução do Conselho Nacional, não está na Lei Orgânica da Assistência Social, por isso a nossa proposta é, nós vamos mudar o texto suprimindo “bem como entidades e organizações que tenham serviços, programas, projetos e/ou benefícios socioassistenciais”. A nossa proposta, então, ficaria assim: “Assegurar que as entidades e organizações de assistência social, conforme definidas na LOAS e Resoluções do CNAS, integrantes da rede socioassistencial, inscritas nos Conselhos Municipais ou do Distrito Federal tenham ampla legitimidade para compor os Conselhos de Assistência Social.” Eu conclamo esse Plenário que o SUAS que nós aprovamos e que colocamos na LOAS ele seja mantido.



Ronaldo: Ok Simone. Daniel da Bahia. Adailson – Goiás.

Adailson (GO): Nós tivemos uma discussão, entramos em consenso, somos muitos, se todos forem falar eu creio que vai prolongar ainda mais a Conferência, então os que estão participando desse consenso que a Simone falou, nós estamos abdicando de falar, porque nós fomos contemplados com a fala dela.

Ronaldo: Obrigado Adailson. Divino. Também Divino contemplado com a fala da Simone? Deise – Rio Grande do Sul, não é isso?

Ronaldo: Deise do Rio de Janeiro, é porque a letrinha aqui, você desculpe.

Deise (RJ): Não tem problema. Boa noite, eu venho falar em defesa da proposta, por quê? Estou representando o município do Rio de Janeiro e nós temos várias instituições que desenvolvem excelente trabalho de assistência social, que desenvolvem atividades há muitos anos de assistência social e por causa da mudança da legislação que refere-se ao CNPJ, elas acabaram indo para a educação e saúde. Mas mesmo com essa mudança para a educação e saúde, elas não reduziram os recursos delas na assistência social, e aí para fortalecer o controle social dessas entidades que nós solicitamos a permanência do texto que foi redigido em todos os grupos, obrigada.

Ronaldo: Obrigado Deise. Cibele.

Cibele (RGN): Eu concordo com Simone, porque é o meu pensamento com relação à manutenção do texto.

Ronaldo: Obrigado Cibele. Marcos do Rio de Janeiro.

Marcos (RJ): Boa noite já, não é? A companheira que me antecedeu e do Rio de Janeiro que vá me desculpar, mas eu não acredito que uma entidade que seja de assistência social tenha sido impedida de permanecer na assistência social, seguramente essa não é uma entidade de assistência social, porque a ação preponderante de uma entidade de assistência social é que define a sua área de atuação.

Então se ela tiver, garanta a minha fala companheira, se ela tiver uma ação preponderante na área da assistência, ela não tem que estar fora da assistência. O que me chama atenção e eu estou muito à vontade para falar, porque eu sou de uma entidade, a gente compõe uma rede de instituição nesse país, temos dentro das nossas entidades lá na ponta, porque a representação da federação é diferente da unidade que atende e que com essa nova legislação acabou tendo que migrar para outra área, e, no entanto, a gente não concorda que a gente rasgue o que a luta histórica construiu em nome da Política de Assistência Social, que isso é retrocesso, fazer isso aqui é retroceder em tudo aquilo que a gente construiu até aqui. Então eu venho aqui defender a alteração do texto na proposta que foi apresentada em consenso da maioria do grupo que destacou, é importante dizer isso, a maioria dos que destacaram construíram uma proposta de consenso e eu defendo, então, a manutenção da proposta alterada.

Ronaldo: Marco, obrigado. José Leonardo, Paraíba. Está aí não? Sávio – Minas Gerais.

Sávio (MG): Pessoal, eu sou a favor da alteração da proposta por entender que custamos muito a definir quais são as entidades de assistência social, e entidades de saúde e educação não é entidade de assistência social. Há uma consideração do campo da assistência com relação aos seus projetos, serviços, programas, tanto é que é inscrito isso aí para que depois sirva numa Conferência, vamos



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

imaginar do Conselho lá de Educação e de Saúde, muito bem-vindos os projetos, continuam sendo, filantropia está garantida no processo com relação à comprovação dos gastos na área da educação e saúde, então não vejo por quê.

Ronaldo: Obrigado Sávio. Júlia – Espírito Santo.

Júlia (ES): Eu sou a favor da mudança do texto, conforme aqui defendido pela Simone e eu só queria dizer uma coisa, eu acho que as entidades que pela lei não são mais da assistência social, é fazer a luta lá na saúde com intersetorialidade para a gente manter a política, vamos fazer na educação aí da intersetorialidade para manter a política, eu acho que nós precisamos estar em todos os Conselhos, e isso é o que nós estamos discutindo até agora a intersetorialidade. Então eu não estou entendendo porque aqui entidades que só tem um serviço, um programa pontual na assistência tem que brigar para vir para esse espaço, vamos, então, se eu estou lá na educação eu preciso de estar lá, e estar lá defendendo o Sistema Único da Assistência, o Sistema Único de Saúde e Educação de qualidade.

Ronaldo: Obrigado Júlia. Ana Paula - Goiás.

Ana Paula (GO): Eu já estou contemplada e convencida pela fala das colegas que defendem a alteração em defesa das entidades e organizações da assistência social.

Ronaldo: Obrigado Ana. Maria Conceição - Goiás.

Maria Conceição (GO): Me sinto contemplada na fala da Simone e do Marcos.

Ronaldo: Obrigado. Ana Farias – Pernambuco. Retirou? Obrigado Ana Farias. Márcia Ferreira - Paraná.

Márcia Ferreira (PR): Eu só queria colocar que é um momento histórico a nossa conquista de ter realmente representatividade nos Conselhos a rede socioassistencial, então eu me sinto contemplada com a proposta da Simone de manter o texto com a alteração, porque nós estamos defendendo sim a LOAS e aqueles municípios que não conseguirem encontrar entidades da rede socioassistencial, os municípios pequenos que preencha com o usuário, porque nós queremos o quê? A rede socioassistencial, as entidades da rede socioassistencial, assistente social e os usuários, principalmente os usuários.

Ronaldo: Obrigado, Márcia Pinheiro - Minas Gerais, está contemplada? Daniela, DF.

Daniela (DF): Eu queria só reafirmar o apoio à proposta que já foi apresentada de consenso que nós discutimos e nada mais no sentido só da defesa das entidades da assistência social.

Ronaldo: Ana Cleto, Espírito Santo, contemplada? Obrigado. Telma, DF.

Telma (DF): Eu acho que todos os assistentes sociais lutaram tanto para construir a LOAS e não é agora que nós vamos rasgá-la, então eu defendo a alteração de texto pela Simone.

Ronaldo: Obrigado. Juari, São Paulo.

Juari (SP): Boa noite a todos os colegas. Vai ser a única intervenção que eu vou fazer nesse microfone, mas eu faço questão de fazê-la em defesa da LOAS e da Política de Assistência Social, como trabalhador entendo que apoiar a alteração que a Simone apresentou aqui em nome do grupo é o nosso cami-



nho para consolidar o SUAS e valorizar os trabalhadores, assim nós vamos estimular que as entidades de assistência social se organizem, aonde não existir ainda temos motivação para que essas entidades se organizem e se estabeleçam, principalmente nos municípios de pequeno porte que estão sendo apresentados aqui. Então pela alteração, manter as entidades da assistência social nos assentos do Conselho municipal, estadual, distrital e federal aqui o Conselho Nacional.

Ronaldo: Obrigado Juari. Mara, Rio Grande do Sul, retirou? Severino, Paraíba.

Severino (Paraíba): Boa noite a todos e todas, eu sou o coordenador estadual da Fraternidade Cristã das Pessoas com Deficiência no estado da Paraíba e a Fraternidade contempla com a fala da Simone, muito obrigado.

Ronaldo: Obrigado Severino. José Crus – CNAS.

José Crus (CNAS): Também quero ratificar a proposta com alteração em nome do sistema público não contributivo, construído de forma coletiva em um processo democrático, de conferência, então meu voto é pela alteração.

Ronaldo: Lenise, Rio Grande do Sul.

Lenise (RS): Boa noite delegados e delegadas, a minha proposta é de alteração do texto: “Assegurar que as entidades com atuação em mais de uma área, sendo uma delas a de assistência social e a presente esta área estruturada e organizada conforme a LOAS e PNAS, SUAS, possam se inscrever como entidade de assistência social no Conselho Municipal de Assistência Social, portanto, dessa forma tenham legitimidade para comporem os Conselhos de Assistência Social, de acordo com o seu âmbito de atuação.” Uma vez que a gente defende a intersetorialidade, a composição do governo também traz outros setores, então a gente defende também esse processo de participação.

Ronaldo: Ana Lígia.

Ana Lígia (DF): Eu estava contemplada, mas até em razão dessa fala, vejam bem, esse argumento de que outras políticas públicas compõem os Conselhos, eu tenho certeza que vocês compreendem que outras políticas públicas compõem os Conselhos de Assistência Social, porque os usuários da assistência social também têm direito a ter acesso a outras políticas públicas, uma coisa não tem absolutamente nada a ver com a outra, por favor. E aí ontem nós comemoramos 18 anos de LOAS e eu acho que esse Plenário tem definitivamente de dizer não, porque nós ficamos 50 anos para separar essas políticas setoriais, para que a assistência social ganhasse a visibilidade que ela tem direito, lutamos por uma Lei que custou muito para todos nós o ano passado.

Então nós vamos mais andar para trás, a gente tem é que avançar e acertar essa situação, esses argumentos não têm a menor procedência. E é como disse, cada um tem que procurar a sua política setorial e nos Conselhos de Assistência Social tem que ter vocalização para discutir a política pública de assistência social, enquanto tiver outros lá nós não vamos discutir essa política pública, então a gente tem que fazer esse pacto é para avançar, nós vamos andar mais para trás não. Então eu acho que taxativamente nós temos que dizer não para esse assunto não voltar mais aqui, por favor.

Ronaldo: Obrigado Ana. Luís Otávio.

Luís Otávio (DF): Contemplado pela proposta da Simone Albuquerque, proposta de alteração apresentada pela Simone em defesa da assistência social.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ronaldo: Obrigado. Ieda.

Ieda (DF): Nesses 18 anos da LOAS nós não tínhamos outra coisa para reafirmar hoje se não fosse defender o SUAS, as entidades de assistência social conforme está regulado na LOAS, fruto de uma pactuação e negociação histórica onde houve um respeito ao protagonismo de uma rede privada que colabora e muito para que o sistema único se amplie e a gente chegue em cada recanto desse país. Então, em nome disso, do SUAS, da nova Lei 12.435, dos 18 anos de LOAS, conclamo aos companheiros e companheiras, assistentes sociais, trabalhadores do SUAS, gestores, gestoras, conselheiros, esse é o momento de reafirmar nossa luta histórica em defesa das entidades de assistência social, pela proposta da Simone.

Ronaldo: Edivaldo, Mato Grosso do Sul.

Edivaldo (MS): Boa noite, todos nós sabemos que ao longo da história quem fez a assistência social nesse país foram as organizações não governamentais, isso não é novidade para ninguém e isso todos nós ouvimos por todo o período que nós transitamos por dentro dessa política de assistência social. E nesse sentido, muitas das organizações que construíram esse país, vamos por assim dizer, elas não tinham suas atividades preponderantes como sendo da assistência social, e, no entanto, por esse caminho que ultimamente nós adotamos essas organizações, por não serem preponderantemente de assistência social elas deixarão de compor esse cenário? Nós vamos jogar tudo que elas fizeram água abaixo, quer dizer, o que elas fizeram agora já não serve mais, é isso? Nós tivemos entidades de natureza religiosa, ou seja, sua atividade preponderante não é assistência social, no entanto, prestou relevante serviço, como programas, projetos e benefícios, agora elas não mais podem participar conosco dessa discussão dentro dos Conselhos, é isso? A intersectorialidade das políticas públicas pressupõe o quê? Eu trazer o meu conhecimento para discutir com você que tem um outro? Não é assim que se constrói, somando os conhecimentos dos esforços? E como é que nós vamos dizer: agora o Conselho vai ter só um estágio de assistência social? Concluo só dizendo aos senhores o seguinte, que as entidades que fazem o processo de reabilitação de pessoas com deficiência, muitas delas são de natureza preponderante educacional, outra saúde esse processo. Muito obrigado.

Ronaldo: Ok Edivaldo. Desta forma, Sr. Presidente, de forma respeitosa e democrática todas as 30 intervenções foram garantidas e passo aí a coordenação para que você possa encaminhar à votação.

Carlos Ferrari (Presidente): Ok. Tem um aviso antes, rapidinho.

Participante não identificado: O Jadson Sousa dos Santos Oliveira Silva você perdeu a sua carteira e ela foi achada, está lá no guarda-volumes.

Carlos Ferrari (Presidente): Ok. Nós temos três propostas.

José Geraldo (CNAS): Sr. Presidente, o autor da proposta do destaque de supressão está retirando a proposta.

Carlos Ferrari (Presidente): Ok. Então nós temos duas propostas: uma pela manutenção, proposta um e a proposta dois pela alteração. O pleno está pronto para votar? Em regime de votação, aqueles que votam pela manutenção do texto levantem seus crachás. Pela alteração. Abstenções. Aprovada a alteração.

Participante não identificado: A proposta 19.



Ronaldo: Nós temos mais duas propostas ainda, e tem alguma proposta, se não me engano, que ficou pendente, não é isso Carlos?

Carlos Ferrari (Presidente): É, a proposta 17, foi isso?

Ronaldo: Isso, tem uma que nós temos que confirmar ali com a mesa de apoio. Nós não estamos falando, nós só estamos dizendo, que iremos consultar à mesa, tem uma proposta que ficou pendente, só isso, que é a 19 e a 20 ainda para ser votada. O Carlos falou que ele acha que é a 19.

José Geraldo (CNAS): A 16 está pronta, consenso.

Ronaldo: Então vamos à 16, Presidente?

Participante não identificada: Vou fazer a leitura.

Ronaldo: Vamos verificar a pendência aqui da 16.

Participante não identificada:Proposta 16: “Garantir que os entes federados, União, estados, municípios e DF financiem obrigatoriamente transporte, hospedagem e alimentação, desde o município de origem para os delegados governamentais e da sociedade civil nas conferências em cada nível de governo, de forma igualitária e justa, considerando o critério paritário, bem como efetiva participação nas conferências de assistência social, principalmente a nacional.”

Carlos Ferrari (Presidente): Essa é a proposta 16 alterada. A plenária está pronta para votar? Os que votam pela aprovação, levantem seu crachá. Votos contrários. Abstenções. Proposta aprovada.

Ronaldo: Proposta 19, nós temos dois destaques: Cecílio de São Paulo e Roseli de São Paulo. Cecílio, por favor.

Cecílio (SP): Já temos acordo, eu e a Roseli, vou ler o texto da alteração. Ele fica da seguinte forma: “Democratizar a rede de serviços socioassistenciais através da criação e/ou fortalecimento de Fóruns de usuários na esfera da Rede Socioassistencial.” Este é o texto.

Carlos Ferrari (Presidente): Já está projetado na tela.

Ronaldo: É isso que eu ia falar, Presidente, ele falou em nome dele e da Roseli, e a Relatoria já colocou no telão que proposta que eles estão sugerindo de alteração.

Carlos Ferrari (Presidente): Muito bem, a plenária concordando podemos votar? Pela manutenção do texto, proposta um, levantem o crachá. A alteração à proposta dois. Abstenções. Aprovada a alteração dos companheiros. Proposta 20.

Ronaldo: A proposta 20 temos a Luciana de São Paulo e a Mariana do DF. A Luciana já se encontra para fazer a intervenção? Luciana.

Luciana (SP):Boa noite, podemos definir como tema da próxima Conferência e a minha sugestão é a alteração dessa proposta, porque a rede socioassistencial pode ser considerada como subtema da gestão, então eu proponho que o próximo tema da Conferência seja “A gestão e o financiamento na efetivação do SUAS e a rede seja um subtema da gestão ,para que a gente possa discutir sobre os serviços”, como a Sposati colocou na palestra dela e que todo mundo foi a favor.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ronaldo: Mariana do DF.

Mariana (DF): Boa noite. Eu proponho a manutenção do texto como está com o tema que já foi debatido nos grupos e que nós precisamos fortalecer e definir o papel da rede socioassistencial para a efetivação do SUAS.

Carlos Ferrari (Presidente) Temos duas propostas então, a manutenção que a companheira defendeu e a alteração, tem uma colega a defende a alteração do texto.

Ronaldo: Carlos, se você me permitir passo para a Relatoria para aprovarmos a alteração, já fazemos o encaminhamento.

Ronaldo: Por favor, a companheira que está sugerindo.

Carlos Ferrari (Presidente): Por favor, proceda a leitura, Léa.

Léa Braga (CNAS): Proposta 20: “Definir como tema da 9ª Conferência Nacional de Assistência Social a gestão e o financiamento na efetivação do SUAS.”

Carlos Ferrari (Presidente): Então são duas propostas, uma pela manutenção e outra pela alteração. A plenária está tranquilo para votar? Proposta 20: proposta um pela manutenção e proposta dois pela alteração. Em regime de votação, os que votam pela manutenção do texto que ergam seus crachás. Pela alteração. Abstencões. Alteração ganhou.

Ronaldo: Carlos o pessoal da mesa de apoio nos trouxe uma questão que queremos dividir com a Plenária, na questão 18 foi aprovada a alteração do texto, e a informação que a mesa de apoio está nos dando que nessa alteração tinham duas redações, eu gostaria de saber se isso procede? Sim, tiveram duas alterações, Carlos, aí eu acho que a gente tem que apresentar as duas.

Carlos Ferrari (Presidente): As duas propostas e votamos a de número um e de número dois.

Ronaldo: As duas alterações da 18, porque a mesa de apoio está nos chamando atenção e colocando que tiveram duas propostas de alteração, e vamos projetar no telão.

Carlos Ferrari (Presidente): A de número um e a de número dois.

Ronaldo: Já está aí a proposta 18 por favor.

Ronaldo: Simone, José Geraldo e Marisa, nós podemos encaminhar para votação aqui na mesa a proposta 18?

José Geraldo (CNAS): Sim.

Carlos Ferrari (Presidente): Proposta um, proceda à leitura Léa e a dois, o Ronaldo para ler.

Léa Braga (CNAS): A primeira: “Assegurar que as entidades e organizações de assistência social, conforme definidas na LOAS e Resoluções do CNAS, integrantes da Rede Socioassistencial, inscritas nos Conselhos Municipais ou Distrito Federal tenham ampla legitimidade para comporem os Conselhos de Assistência Social.”

Ronaldo: Essa é a alteração apresentada pela Simone, Léa, e agora tem a alteração apresentada pela Lenise.



Léa Braga (CNAS): Então, é isso mesmo, essa que eu acabei de ler, senhores Delegados, foi a proposta apresentada pela Simone, a que eu vou ler agora é apresentada pela delegada Lenise. “Assegurar que as entidades com atuação em mais de uma área, sendo uma delas a de assistência social e que esteja estruturada e organizada conforme a LOAS e a Política Nacional de Assistência Social/SUAS possam se inscrever como entidade de assistência social nos Conselhos Municipais ou do Distrito Federal, portanto, dessa forma tenham legitimidade para compor os Conselhos de assistência social de acordo com o seu âmbito de atuação.”

Carlos Ferrari (Presidente): Proposta um, proposta defendida pela Simone e a dois pela companheira Lenise. Em regime de votação. Aqueles que votam na proposta um levantem os seus crachás. Aqueles que votam na proposta dois levantem seus crachás. Abstenções. Ganhou a proposta um. Agora eu preciso de mais três minutos de compreensão de vocês e de muita atenção, por favor. Nós temos que ir para o jantar, só que nós temos mais 52 moções para votar, esse pleno pode definir o seguinte, nós temos a possibilidade, como as moções foram todas acatadas com mais de 10% de assinaturas, nós podemos aprovar todas em bloco ad referendum, ou voltar depois da janta e ler as 52. Eu vou submeter ao pleno e a gente delibera de forma democrática, tudo bem? Muita atenção, porque esse é um momento importante para essa Conferência, eu peço silêncio e atenção dos senhores. Está todo mundo esclarecido pelo o que eu acabei de dizer? (intervenções fora do microfone) Por favor.

Ronaldo: Eu vou pedir licença ao Carlos, e quero perguntar a Plenária também.

Ronaldo: É porque algumas pessoas balançam a cabeça no sentido de sim e outras não, então eu pergunto a Plenária se está esclarecido para votar a proposta feita pelo Presidente aqui da mesa. Levanta o crachá quem está esclarecido.

Carlos Ferrari (Presidente): Não é votação.

Ronaldo: Não é votação. Perfeito, pode abaixar. Quem não está esclarecido? A maioria está esclarecida.

Carlos Ferrari (Presidente): Feito esse esclarecimento, vou colocar em votação

Ronaldo: Eutália você está querendo questão de ordem? Por favor, faça antes que iniciamos o processo de votação.

Eutália Barbosa (CNAS): Na verdade, assim, a preocupação é que não conhecemos as 50 moções.

Carlos Ferrari (Presidente): A alternativa é ler companheira.

Eutália Barbosa (CNAS): Calma Presidente, me deixa terminar, eu gostaria de saber se seria possível vermos pelo menos os temas das moções, e temos aqui a aprovação de uma proposta e que contraria o esse processo, acho isso arriscado, não tenho segurança para isso. Então uma proposta alternativa seria não ler o texto da moção, mas que pudéssemos saber pelo menos o teor de cada moção.

Carlos Ferrari (Presidente): Se nós fizermos isso, entendendo o encaminhamento da Conselheira, tem que ser depois do jantar, porque o restaurante não segura mais. Então nós temos duas alternativas.

Ronaldo: Eutália, a mesa está entendendo que você não pediu uma questão de esclarecimento, você fez outra proposta, então eu acho que tem uma que está colocada aqui. Eu perguntei ao plenário se



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

estava esclarecido com a proposta que foi apresentada pela coordenação da mesa, a plenária disse que sim, através do cartão de votação, então você me pediu para usar o microfone para pedir um esclarecimento, nós estamos entendendo na mesa que não é uma questão de esclarecimento, e sim que você fez uma nova proposta, é isso?

Carlos Ferrari (Presidente): Esclarecido? Então nós temos essas duas possibilidades.

Ronaldo: Questão de ordem.

Carlos Ferrari (Presidente): Questão de ordem, vamos lá.

Participante não identificada: Questão de ordem, tem moção que veio para cá que contraria propostas aprovadas aqui, nós não podemos fazer isso, nós vamos votar uma coisa contrariando a outras que a gente aprovou aqui, se está com fome a gente para, vai lá, volta, segura a onda, mas a gente não pode é desdizer o que a gente disse.

Carlos Ferrari (Presidente): Já foi feita questão de ordem misturada com defesa, enfim, agora nós podemos votar.

Participante não identificada: Presidente, questão de ordem.

Ronaldo: Gente, vamos garantir, estamos concluindo.

Participante não identificada: Então eu vou chamar isso de questão de encaminhamento, o nosso problema é que não é um problema de ser esclarecido ou não, todo mundo está esclarecido, o problema é a gente não se sentir em condições de escolher sem pelo menos fazer a defesa de proposta, antes que o senhor encaminhe à votação permita, então, que a gente discuta.

Carlos Ferrari (Presidente): Ok companheira.

Participante não identificada: Então não encaminhe a votação já, então permita que a gente se inscreva para defender uma ou outra proposta, porque senão a gente vai passar o trator, a gente está tendo a defender, então abra a possibilidade para a gente discutir.

Carlos Ferrari (Presidente): Companheira, eu só queria deixar claro à plenária que não é problema de apressar, o problema é que a comida vai estragar, está lá desde as 18h30 colocada no richô, eu posso ficar aqui até duas horas da manhã para lermos todas as moções, só precisamos saber se nós vamos jantar ou vamos conhecer os temas da moção, só isso. É necessário defesa ou a plenária quer votar? Eu vou colocar as duas situações, aqueles que acreditam que nós já podemos decidir, por favor, levantem o crachá. Aqueles que querem defender, discutir um pouco mais, levantem o crachá.

Ronaldo: Tem uma questão de ordem ali na mesa.

Simone Albuquerque (CNAS): Eu quero fazer uma questão de ordem, Presidente.

Ronaldo: Pois não, só um minutinho, Simone, só avisar que o Flavio perdeu o crachá, no grupo seis, está aqui.

Carlos Ferrari (Presidente): Pois não Simone sua questão de ordem.



Simone Albuquerque (CNAS): Eu quero pelo menos Presidente e Vice-Presidente que a gente tenha o compromisso de que se ganhar nesse Plenário a proposta de que nós vamos votar as moções em bloco, que essa plenária também deixe bem claro que se houver alguma moção que vá contra o que a gente deliberou aqui, essa moção não tem validade.

Carlos Ferrari (Presidente): A plenária se sente satisfeita? Eu estou entendendo que a gente já pode votar, que o encaminhamento da companheira Simone foi aceito, agora de novo eu vou submeter a esse pleno. Nós paramos agora e vamos jantar e aprovamos ad referendum, essa é a proposta um. A proposta dois, nós vamos jantar e voltamos para apreciar as moções, ok? Posso encaminhar dessa forma ou ainda não está confortável? Tendo o adendo da Simone aí, que em sendo aprovada a proposta um, são desconsideradas aquelas moções antagônicas as deliberações desse pleno, ok? Está confortável? Aqueles que aprovam a proposta um, por favor, que levantem o crachá. Aprovação ad referendum. Proposta dois para nós jantarmos e retornarmos. Ganhou a proposta um. Eu gostaria, então, de antes de nós encerrarmos eu vou passar a palavra para o Vice-Presidente, ates que a gente vá para o jantar, estamos fazendo... (frase interrompida)

Participante não identificada: Senhor Presidente eu tenho uma questão de ordem antes do encerramento, é porque todas as conferências, ao final da Conferência a gente faz a avaliação e nessa a gente não recebeu nada para avaliar em momento algum. Então eu sugiro à mesa e à Comissão Organizadora que, ou encaminhe para as pessoas articuladoras do estado ou disponibilizem no site da Conferência uma avaliação, porque tiveram questões importantes a serem levantadas e a gente não pôde avaliar em momento algum.

Carlos Ferrari (Presidente):Excelente, isso a gente já tinha planejado um modelo de formulário para colocar no site e vocês vão ser informados oportunamente sobre isso, muito bem lembrado. Podemos continuar?

Participante não identificada: Presidente, tem mais o quê?

Carlos Ferrari (Presidente): Não entendi Conselheira.

Participante não identificada: É porque tem uma pessoa aqui que faz questão de ler uma carta, eu estou falando: já terminamos?

Carlos Ferrari (Presidente): Não, o que nós vamos fazer agora, tem uma carta do Fórum dos trabalhadores que vai ser lida, tem um aviso do Conselheiro Renato Francisco Paula e eu não posso deixar de agradecer e pedir para que os Conselheiros nacionais que estejam aqui venham aqui também à frente para que também agradeçam, afinal de contas a contribuição e participação de todos foi muito importante, então eu acho que a gente não pode minimamente fazer esse encerramento sem essa deferência à plenária que ficou aqui até agora, são só essas três coisas. Nós vamos começar com um aviso do nosso companheiro, o nosso Vice-Presidente Renato Francisco Paula. O Renato prefere que leia a carta primeiro depois passamos para ele e fazemos o encerramento. Tudo bem Conselheira? Carta dos companheiros do Fórum, por favor, quem vai fazer a leitura? Daniela.

Daniela (Fórum dos Trabalhadores): Boa noite, eu gostaria aqui de pedir um pouco da atenção de vocês, a gente vai tentar ser breve, ao longo dessa Conferência foram realizadas algumas plenárias onde estiveram reunidos os trabalhadores do SUAS, as diversas categorias e entidades que representam e articulam o Fórum Nacional e os Fóruns Estaduais, e foram acumuladas algumas discussões e nós gostaríamos aqui brevemente apresentar uma carta que foi discutida e aprovada nesse Fórum para socializar com todo esse Plenário.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Manifesto do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS - FNTSUAS. “Os trabalhadores e trabalhadoras presentes na VIII Conferência Nacional de Assistência Social vêm à plenária final manifestar sua grande expectativa frustrada quanto ao conteúdo prioritário de valorização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Na Conferência de abertura tivemos um banho de água fria ao constatar que o foco da valorização dos trabalhadores e trabalhadoras foi desviado para a apresentação do plano Brasil Sem Miséria em que pese e o fato de que esse plano seja central na agenda político brasileira a expectativa da maioria dos e das trabalhadoras girava em torno de questões referentes à pauta dos trabalhadores do SUAS. Consideramos ainda que o tema não foi priorizado durante toda a Conferência, nesse sentido reafirmamos a importância da Mesa Nacional Permanente de Negociação do SUAS no prazo aprovado de 120 dias, reafirmamos as decisões das conferências de assistência social quanto questão de ordem financiamento público da Política de Assistência Social, que o Executivo faça gestão junto ao Legislativo para que a regulamentação das mesmas.

Reafirmamos a necessidade de alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal para garantir mais recursos para a política de assistência e sua força de trabalho.

Reafirmamos a urgência da definição do quadro de todos os profissionais de formação superior, médio e fundamental que compõe o SUAS para abertura de concurso, cumprindo o deliberado na NOB-RH/SUAS e a necessidade de revisão da Classificação Brasileira de Ocupações - CDO. Valorizamos a aliança com a sociedade civil na implementação e no exercício pleno do controle social do SUAS.

Entendemos que a realização da Política de Assistência Social depende prioritariamente da nossa força de trabalho, por isso é urgente a valorização que o reconhecimento de todos os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS. Dessa forma estaremos Fórum Nacional, Fóruns Estaduais, Fóruns Municipais e todos os trabalhadores comprometidos com o SUAS vigilantes, exigindo o cumprimento das deliberações da VIII Conferência Nacional de Assistência Social.”

Carlos Ferrari (Presidente):Obrigado companheira. Vou passar agora para o nosso Vice-Presidente para fazer as considerações.

José Geraldo (CNAS):Presidente tem uma questão de ordem.

Hélio Camilo (RJ): Boa noite, Hélio Camilo, Rio de Janeiro. Como diz aqui no Regimento Interno, no artigo 27, que as deliberações desta Conferência têm um prazo de 90 dias para ser publicado no Diário Oficial e na página eletrônica do CNAS. Como foi aprovado aqui nesse Plenário, se tiver moções que estejam contrariando o que nós aprovamos durante esses dias, que também seja disponibilizado eletronicamente para nós termos conhecimento. Que nós possamos ter conhecimento, senão a gente vai ficar sem saber, então, que seja também na página eletrônica divulgado as moções que nós aprovamos e aquelas que contrariaram o que nós aprovamos durante o pleito, obrigado.

Renato Francisco Paula (Vice-presidente): Ok, acatado. Só quero dar um aviso aqui para vocês que tem uma turma que queria que a gente interrompesse a votação para falar isso, mas o momento é esse agora. Vocês se lembram de que no ato político nós dissemos que o Conselho e a Secretaria tinham preparado algumas questões, algumas surpresinhas para vocês e tudo mais, um material que está preparado, e agora a gente ao sair para o jantar vai ter uma equipe do MDS que vai está distribuindo para vocês o restante do material que não foi distribuído, dentre eles uma pequena surpresinha que a gente preparou para vocês, e quem não recebeu, as pessoas que foram embora todas receberão não só o material que já foi distribuído



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

nos outros dias. Os Conselhos estaduais e Secretarias receberão nos seus locais de origem, onde estão o material do Ministério, tanto que ninguém precisa ficar preocupado com relação a isso, então a gente vai para o jantar e lá tem uma equipe do Ministério que vai providenciar essas questões. Obrigado.

Carlos Ferrari (Presidente): Eu gostaria de chamar aqui na frente rapidamente para a gente fazer o encerramento, Fórum dos Trabalhadores, Conselheiros Nacionais para que a gente possa fazer o nosso encerramento.

Carlos Ferrari (Presidente): O Fórum dos Trabalhadores, já foi reforçado na fala da companheira. Eu queria agradecer todos os companheiros presentes, o Fórum dos Trabalhadores responsável pelo temário da organização dessa Conferência, Secretária Nacional de Assistência Social, enfim a todos os conferencistas que fizeram esse momento. Nós vamos celebrar, nós vamos ter um momento agora para jantar juntos, para confraternizar juntos. Eu quero só pedir desculpas pelos erros, a gente pode ter errado em alguns momentos, acertado em outros e vocês vão poder dizer isso na vossa avaliação.

Eu saio do Conselho daqui a alguns meses, então de muitos já estou me despedindo desse lugar de Presidente, mas obviamente continuando na militância da assistência social e eu queria agradecer muito ao carinho de todas as companheiras e companheiros que nos ajudaram nessa caminhada na política pública de assistência social, em especial aos conselheiros estaduais, nacionais, municipais, delegados, os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, é a minha parte. Muito obrigado e abro a palavra para os companheiros do Conselho Nacional que queiram fazer alguma colocação e para a nossa Secretária, companheira do Fórum. Ninguém está querendo mais se manifestar? O Fórum dos Trabalhadores pede a palavra.

Participante não identificada: Boa noite trabalhadores e trabalhadoras, usuários e usuárias do Sistema Único de Assistência Social, gestores e gestoras, autoridades presentes, Sr. Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Sr. Carlos Eduardo Ferrari e demais senhores e senhoras presentes. Hoje eu sou administrador, advogado, antropólogo, assistente social, contador, economista, economista doméstico, músico terapeuta, pedagogo, psicólogo, sociólogo, terapeuta ocupacional, cuidador social, agente social, auxiliar de serviços gerais, educador de rua, educador social, monitor de oficina, recepcionista, auxiliar administrativo e copeiro e demais trabalhadores do nível médio, além de outras profissões ainda não reconhecidas pela Resolução 17 e que está em processo de aproximação com esse Fórum, como é o caso da educação física.

Hoje eu sou o Fórum Nacional e Estadual dos trabalhadores do SUAS. Finalmente perguntamos, estamos nos momentos finais da VIII Conferência Nacional da Assistência Social, cuja temática foi consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores, nesse derradeiro momento chamo a todos os presentes nessa plenária para compartilhar algumas inquietações, as quais durante esse evento debatemos: “Até quando lutaremos pelo protagonismo do outro sem garantirmos o nosso próprio protagonismo, trabalhadores?” A temática dos trabalhadores será escamoteada dentre tantas e quantas outras questões políticas.

Até quando seremos trabalhadores invisíveis promovendo a visibilidade do outro? Até quando permaneceremos nas (ininteligível) do Sistema da Assistência Social? Aguardamos a revisão e ampliação das equipes de referência fortalecendo a interdisciplinaridade, definindo o território, adequando à composição da equipe e volume de demandas. Esperamos um sistema de informação adequado que possibilite a referência e contrarreferência com o efetivo registro de interdisciplinaridade, qualificação e ação em rede de intervenção. Finalmente parafraseando o lema dos usuários e usuárias de pessoas com deficiência: “Não façam nada sobre nós sem a nossa presença.” O Fórum dos Trabalhadores agradece.

Carlos Ferrari (Presidente): Companheiro José Crus vai fazer um aviso final.

José Crus (CNAS): Só avisar que ainda há volumes guardados no guarda-volumes, bolsas, livros, é só para que na saída não se esqueçam de pegar os seus guardados no guarda-volumes. Obrigado.

Carlos Ferrari (Presidente): Declaro encerrada a VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Obrigado.



10. MOÇÕES DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

MOÇÕES COM NÚMERO DE ASSINATURAS NECESSÁRIAS PARA APROVAÇÃO

MOÇÕES DE REPÚDIO

MOÇÃO 01

A quem se destina:

- Conselho Nacional de Justiça;
- Ministério Público Federal do Trabalho;
- Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social repudiam a histórica exploração do Tribunal de Justiça do Estado do Pará sobre Psicólogos e Assistentes Sociais trabalhadores da Política Nacional de Assistência Social. Há décadas a exploração do referido tribunal recai sobre os ombros dessas categorias profissionais, mediante a exigência feita pelos magistrados ou, em nome deles os diretores de secretaria das varas, por meio de ofícios ameaçadores, para elaboração de estudos sociais, pareceres psicológicos, relatórios etc., com o objetivo de embasar decisões judiciais. Destaca-se que referidas solicitações ocorrem de forma ilegal e imoral, pois é realizado: 1) Por psicólogos e Assistentes Sociais sem nenhuma vinculação empregatícia com o judiciário; 2) As (os) profissionais são obrigados a trabalhar cotidianamente e gratuitamente para aquele devido poder; 3) Inexiste garantia de transporte ou infraestrutura fornecida pelo TJPA; 4) Os prazos fornecidos pelo TJPA são absurdos (20,10,5 dias ou até 48 horas); 5) O estudo é “solicitado” sob forte pressão psicológica de ameaça de PRISÃO. Diante desse quadro INACEITÁVEL, exigim o fim desta prática.

Assinaturas: 134

MOÇÃO 02

A quem se destina:

- Conselho Nacional de Assistência Social

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, realizada entre os dias 07 e 10 de dezembro de 2011, em Brasília, vem manifestar repúdio à Coordenação desta Conferência por incluir todos os segmentos de deficiência em um mesmo grupo, impedindo a socialização, inserção e discussão de suas propostas nos demais grupos, bem como, a interação com outros segmentos de delegados (as) representantes desta Conferência.

Assinaturas: 230



MOÇÃO 03

A quem se destina:

- Conselho Nacional de Educação Física - CONFEF

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional da Assistência Social repudiam o Conselho Nacional de Educação Física pela omissão da representação desta categoria no processo das discussões dos profissionais reconhecidas enquanto integrantes do Sistema Único de Assistência Social elencadas na Resolução nº 17/2011 do CNAS.

Assinaturas: 120

MOÇÃO 04

A quem se destina:

- Poder Judiciário e Ministério Público

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social realizada nos dias 07 à 10 de dezembro de 2011 em Brasília-DF repudiam a “JUDICIALIZAÇÃO DO SUAS” devido a grande demanda enviada pelo Ministério Público e Poder Judiciário (varias varas) para elaboração de pareceres, laudos psicossociais com prazos inexecutáveis, demonstrando desconhecimento da execução da Política Nacional de Assistência Social e inviabilizando o acompanhamento e execução de serviços sociassistenciais aos usuários em todo o Brasil. Repudiam ainda, as ameaças recebidas de encarceramento em caso de descumprimento dos prazos previamente estabelecidos e solicitamos a realização imediata de concurso público com as devidas convocações da quantidade suficiente de profissionais.

Assinaturas: 169

MOÇÃO 05

A quem se destina:

- Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJE/PA
- Conselho Nacional de Justiça – CNJ
- Ministério Público Federal do Trabalho

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social denunciam a histórica exploração que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará sobre o conjunto dos trabalhadores (assistentes sociais e psicólogos) da política nacional de assistência social. Há décadas à exploração do TJ/PA recai sobre os ombros dessas categorias profissionais. Embasados (as) nos artigos 150 e 151 do Estatuto da Criança e do Adolescentes que preconizam respectivamente: a) “Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para a manutenção de equipe profissional, destinado, há assessorar a Justiça da Infância e da Juventude” (Art. 150) b) “compete equipe interprofissional, dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local forneça subsídios por escrito mediante laudos, ou verbalmente na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos, orientação, encaminhamento, prevenção e outras, tudo sobre a imediata subordinação a autoridade judiciária, assegurada a livre mani-



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

feiação do ponto de vista técnico (151). Desta forma, os delegados e delegadas reivindicam a nomeação dos concursados do TSE/PA referente ao ano de 2009.

Assinaturas: 128

MOÇÃO 06

A quem se destina:

- Governo do Estado de Santa Catarina

Os Delegados e Delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, realizada entre os dias 07 e 10 de dezembro de 2011, vêm manifestar o repúdio ao Governo de Santa Catarina, que tem precarizado as políticas públicas e deSr.espeitado os trabalhadores estaduais, quando defendem que esses devem trabalhar por amor e se contentar com os seus salários atuais, o que não garante as condições dignas de trabalho com profissionalismo. Repudiam também pela ausência do financiamento para a Política Estadual de Assistência Social do estado de Santa Catarina e o deSr.espeito à população catarinense.

Assinaturas: 109

MOÇÃO 07

A quem se destina:

- CEAS/MG
- SEDESE/MG

Os delegados e delegadas da VIII conferência Nacional de Assistência Social repudiam o CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social e a SEDESE – Secretária Estadual de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, visto que ofereceram somente transporte rodoviário para a sua delegação. Ressaltamos que, com exceção dos Estados de Tocantins, Mato Grosso e Goiás (sendo estes dois últimos muito próximos de Brasília), a todas as demais delegações foram ofertadas passagens áreas.

Assinaturas: 117

MOÇÃO 08

A quem se destina:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social apoiam o repúdio dos participantes da 64ª Assembleia Pública extraordinária CMAS/RJ realizada em 29/11/2011, a qual denunciou o não ajuste adequado dos valores repassados às entidades que compõem a rede socioassistencial privada, tendo em vista os valores praticados na rede histórica de ação continuada não terem sido reajustados, conforme os níveis de inflação.

Assinaturas: 118



MOÇÃO 09

A quem se destina:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Os delegados e delegadas participantes da VIII Conferência Nacional de Assistência Social repudiam a atitude do MDS ao estabelecer prazo de preenchimento do Plano de Ação 2011 dos municípios até 30 de dezembro de 2011, desprezando a seriedade das gestões municipais e dos Conselhos em relação ao controle social, prejudicando a efetiva participação.

Este prazo está em descompasso com a ordem do processo de planejamento e execução dos serviços socioassistenciais.

Assinaturas: 119

MOÇÃO 10

A quem se destina:

- CRESS
- CEAS
- CNAS
- CFESS

Os delegados e delegadas participantes da VIII Conferência Nacional de Assistência Social repudiam os convênios firmados entre as instituições públicas municipais e as instituições de ensino superior a distância que impõe ao profissional de Serviço Social a obrigatoriedade de supervisionar estagiários que na maioria das vezes são despreparados teoricamente obrigando os Assistentes Sociais a disponibilizar maior dedicação de tempo para orientação e ensino de teorias que já deveriam ter sido aprendidas nos cursos em universidades particulares, cujo ensino tem sido deficiente. Tal situação tem contribuído para precarização e desvalorização da categoria.

Assinaturas: 130

MOÇÃO 11

A quem se destina:

- SETAD / BA
- Prefeitura Municipal de Salvador/BA
- Grupo Cetro-Dominum Terceirização Vida

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional da Assistência Social repudiam a situação dos 21 CRAS da cidade de Salvador estão com suas atividades paralisadas desde o dia 30 de novembro de 2011 em decorrência dos seus profissionais estarem vivenciando a seguintes situações de trabalho precarizados: dois meses sem salários; três meses sem auxílio alimentação e transporte; não pagamento da 1ª parcela do 13º salário, férias; FGTS pago com atraso; desconto no salário sem repasse para o INSS; assistente sociais e psicólogos contratados como assistente operacional e coordenadoras. Além disto, em abril de 2011 houve paralisação de 4 dias e os profissionais tiveram seus dias descontados caracterizando assédio moral por parte SETAS/BA. As relações de trabalho são precarizadas pela



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

terceirização da mão-de-obra pelo grupo CETRO. Diante desse quadro se faz urgente a convocação dos profissionais concursados recentemente em prol da valorização e do respeito aos trabalhadores do SUAS de Salvador-BA.

Assinaturas: 159

MOÇÃO 12

A quem se destina:

- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDESE/MG

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social repudiam a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social - SEDESE do Estado de Minas Gerais frente à não publicação de edital para realização de Concurso Público Estadual para formação de equipe técnica da área de Assistência Social considerando que o referido Concurso Público já foi aprovada pela Câmara Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Assinaturas: 120

MOÇÃO 13

A quem se destina:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Conselho Nacional de Assistência Social
- SEDES/BA
- CEAS/BA

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social repudiam o Governador da Bahia e prefeituras municipais pela falta de respeito com todos os trabalhadores da Assistência Social do estado e seus municípios que, na sua maioria, não respeitam a lei dos SUAS quanto à elaboração e implantação do PCCS, mantendo baixas remunerações, contratando através de empresas terceirizadas, mantendo a precarização quanto as relações e condições dos profissionais do SUAS.

Assinaturas: 142

MOÇÃO 14

A quem se destina

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Ministério do Planejamento
- Senadores da República
- Deputados Federais

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social: considerando o orçamento público como peça chave na estruturação das políticas sociais, pela previsibilidade orçamentária e financeira na constituição de custos e despesas inerentes as etapas do processo de construção e consolidação das políticas públicas; considerando o orçamento público como espelho da correlação de forças e espaço político, de disputas por projetos hegemônicos na sociedade ;considerando o or-



çamento da Seguridade Social como orçamento público fundamental para o financiamento da Política de Assistência Social. Repudiam o Projeto de Lei da DRU – Desvinculação das Receitas da União em tramitação por promover a transferência de renda de 20% dos recursos do orçamento da Seguridade Social para despesas não vinculadas e previstas a esse orçamento, em total dissonância aos preceitos constitucionais, num momento histórico e único para reafirmação e fortalecimento do SUAS, como sistema público organizativo da Política de Assistência Social.

Assinaturas: 120

MOÇÃO 15

A quem se destina:

- Estado de Minas Gerais
- CEAS/MG
- Conselho Nacional de Assistência Social

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, tendo em vista o tema da “Valorização dos trabalhadores”, percebem que ocorre uma contradição quanto ao tema discutido no que se refere aos trabalhadores governamentais, uma vez que os municípios tiveram que custear as despesas de hospedagem e alimentação destes, lembrando que estes estão na conferência representando o Estado e não o município. Desta forma, exigem respeito, visto a dificuldade dos municípios para custear tais despesas que são de responsabilidade do Estado ou da União. Ressaltam que foram eleitos num processo digno e tiveram que se esforçar perante a esfera municipal para estarem aqui hoje contribuindo com a Assistência Social no Brasil. Ressaltam ainda, que muitos não puderam participar em decorrência dessa transferência de responsabilidades em custear as despesas dos delegados governamentais.

Assinaturas: 247

MOÇÃO 16

A quem se destina:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Casa Civil da Presidência da República

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, repudiam o recolhimento e internação compulsória da população com trajetória de vida nas ruas, em especial crianças e adolescentes usuários de crack.

Essas pessoas são encaminhadas a delegacias e unidades de abrigo, sem decisão pessoal ou de suas famílias. A ação do Poder Público utiliza da presença ostensiva e arbitrária da polícia nestas ações. Muito mais do que proteger as pessoas, estas ações podem agravar ainda mais a situação ao utilizar-se de práticas punitivas e muitas vezes “higienistas”, numa postura segregadora, que nega o direito da cidadania.

Assinaturas: 160



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MOÇÃO 17

A quem se destina:

- Governo Municipal de Florianópolis/SC
- Câmara Municipal de Florianópolis/SC

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social repudiam o Governo Municipal de Florianópolis/SC pelo descaso com a Política de Assistência Social do município, descumprindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o ano de 2012, aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores que definiu o percentual de 10% para a Assistência Social, fruto de luta e mobilização do CMAS, dos Fóruns, Movimentos Sociais e Frente Parlamentar Municipal em defesa da Assistência Social.

Assinaturas: 113

MOÇÕES APOIO

MOÇÃO 18

A quem se destina:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Conselho Nacional de Assistência Social

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social apoiam e defendem a implementação da NOB-RH SUAS com a instituição da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUAS, nas três esferas de Governo, com a garantia de concurso público e plano de cargos, carreiras e salários (PCCS)

Assinaturas: 142

MOÇÃO 19

A quem se destina:

- Participantes da VIII Conferência Nacional de Assistência Social
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Conselho Nacional de Assistência Social
- Trabalhadores do SUAS
- Governo do Estado de Santa Catarina
- Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação/SC

Os delegados (as) da VIII Conferência Nacional de Assistência Social apoiam o trabalho que vem sendo realizado pela Diretoria de Assistência Social da Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação, que apesar do desmonte promovido pelo Governo do Estado, tem superado vários limites para qualificar a política de assistencial social em Santa Catarina.

Assinaturas: 104



MOÇÃO 20

A quem se destina:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Conselho Nacional de Assistência Social
- Secretaria Nacional de Defesa Civil
- Conselho Nacional de Defesa Civil

Os delegados e delegadas participantes da VIII Conferência Nacional de Assistência Social apoiam o urgente detalhamento qualificado do “Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de emergências”, previsto na tipificação, como forma de referenciar a atuação de equipes do SUAS em municípios, estados, Distrito Federal e União, na assistência a pessoas afetadas pelos desastres, bem como os órgãos competentes executivos de controle social promovam a integração das políticas de assistência social e defesa civil tanto antes (prevenção e preparação) quanto depois (reconstrução) das calamidades, estabelecendo diretrizes e mobilizando recursos necessários para tanto.

Assinaturas: 163

MOÇÃO 21

A quem se destina:

- Congresso Nacional

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social solicitam a mobilização e apoio dos deputados federais, senadores e lideranças partidárias para a inclusão na Ordem do Dia e Votação do requerimento 3140/2011, de autoria do deputado Romero Rodrigues, que versa sobre a PEC 431/2011, que “acrescenta §§ 1º e 2º do artigo 204 da Constituição Federal, onde destinam 5% (cinco por cento) dos recursos do orçamento da união Federal, Estados, DF e municípios para o custeio da Assistência Social.”

Assinaturas: 131

MOÇÃO 22

A quem se destina:

- Governos Federal, Estadual e Municipal

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional da Assistência Social, tendo em vista a resolução de nº 17 do CNAS, que ao definir as profissões que compõem as equipes de referência no SUAS, reconhece que o musicoterapeuta é um profissional habilitado a contribuir com a PNAS. Apoiam a garantia de vagas nas equipes de referência dos serviços públicos municipais, estaduais e federais através de realização de concursos públicos nas três esferas.

Assinaturas: 128



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MOÇÃO 23

A quem se destina:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Conselho Nacional de Assistência Social
- Câmara dos Deputados
- Senado Federal
- Casa Civil da Presidência da República

Os Delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, apoiam a valorização dos trabalhadores do SUAS, para tanto defendem a jornada máxima de trabalho de até 30 horas, sem redução de salário para todos(as) os(as) trabalhadores(as).

Assinaturas: 177

MOÇÃO 24

A quem se destina:

- Secretarias de Assistência Social

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social apoiam o fortalecimento dos serviços socioassistenciais destinados aos indivíduos com transtornos decorrentes do uso/abuso e dependência de substâncias psicoativas, possibilitando a qualificação das ações, projetos, programas, serviços e benefícios que permitam propiciar melhores condições ao indivíduo para viver seu processo de reinserção social.

Assinaturas: 165

MOÇÃO 25

A quem se destina:

- Ministério do Planejamento
- Instituto Nacional de Seguridade Social

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social apoiam a nomeação imediata dos assistentes sociais aprovados pelo concurso público do INSS, realizado em 2009 e prorrogado até 2013, assegurando a qualidade na avaliação social prestada aos idosos e pessoas com deficiência, que possuem direito ao BPC (Benefício de Prestação Continuada)

Assinaturas: 144

MOÇÃO 26

A quem se destina:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Conselho Nacional de Assistência Social
- Fórum dos Trabalhadores do SUAS
- Governo do Estado de Santa Catarina e demais estados da Federação



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social apoiam a garantia da inclusão da categoria de Educadores Sociais nos concursos Públicos, nas três esferas de governo para a consolidação do SUAS, e considerando a especificidade dos serviços. Assegurar às categorias que atuam nos serviços de acolhimento institucional: Adicional de Risco, periculosidade e Jornada de Trabalho de 30 horas.

Assinaturas: 137

MOÇÃO 27

A quem se destina:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Secretarias de Assistência Social
- Conselhos de Assistência Social

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social apoiam a Garantia do cumprimento da NOB-SUAS/RH nos três níveis de gestão (municipal, estadual e união) por meio de concursos públicos para as diferentes categorias profissionais habilitados pelo CNAS e MDS, previstas na resolução CNAS 17 de 20 de junho de 2011 a fim de proporcionar nos programas, serviços e projetos socioassistenciais a interdisciplinaridade, a diversidade de abordagens, a cobertura dos diferentes setores da população, o atendimento ao conjunto das necessidades de cada região e a complexidade presente nos territórios.

Assinaturas: 264

MOÇÃO 28

A quem se destina:

- Câmara dos Deputados
- Senado Federal
- Presidência da República

Os delegados e delegadas da VII Conferência Nacional de Assistência Social apoiam a aprovação da PL 7647/2010 que tem cunho substitutivo e de atualização ao decreto – lei 938/69 o qual não contempla o objeto nem a atuação da Terapia Ocupacional. Este projeto de lei tem como foco a definição do objetivo e a especificidade da Terapia Ocupacional já tramitou entre as diferentes comissões da câmara, sendo consensual o fato de que o mesmo não conflita com nenhuma profissão regulamentada, trata do exercício da profissão, e este se pauta no desempenho ocupacional das atividades cotidianas de cuidados pessoais, trabalho e lazer utilizados como tecnologia de medição sócio-ocupacional em diferentes indivíduos, grupos famílias e comunidades.

Assinaturas: 166

MOÇÕES DE REIVINDICAÇÃO

MOÇÃO 29

A quem se destina:

- Conselho Nacional de Assistência Social



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social reivindicam que os cargos de coordenação dos programas e serviços da Assistência Social sejam ocupados prioritariamente por servidores públicos e efetivos, respeitando o prazo de 2017 para o âmbito Municipal e 2019 para o âmbito Estadual.

Assinaturas: 110

MOÇÃO 30

A quem se destina:

- Conselho Nacional de Assistência Social
- Congresso Nacional

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social reivindicam em nome da categoria trabalhadora dos Assistentes Sociais a efetivação da NOB/ RH. A criação de uma lei que fixe piso salarial único, com o objetivo de combater a precarização do trabalho. De forma que os municípios possam regulamentar e efetivar, o repasse de fundo a fundo.

Assinaturas: 207

MOÇÃO 31

A quem se destina:

- Presidente do Conselho Nacional de Justiça (com cópia para a Presidência dos Tribunais de Justiça dos Estados, CNAS e Ministério Público)

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social realizada entre 7 a 10 de Dezembro em Brasília, preocupados com a falta, na grande maioria das Comarcas brasileiras, de equipes interprofissionais a serviço do poder Judiciário habilitadas a desempenhar as atribuições previstas no art. 151/90, da Lei 8.069/1990 dentre outras previstas por diplomas legais diversos, e ainda: Considerando que os referidos técnicos integrantes das chamadas equipes interprofissionais, na forma de lei devem prestar a assessoria aos juizados da infância e da juventude de maneira continuada, não sendo sua ausência suprida por técnicos cedida pelo município ou junto a este requisito, para fins de elaboração de laudos técnicos eventuais;

Considerando que as funções inerentes às equipes interprofissionais são de elevada complexidade, demandando os profissionais que integram habilitação técnica específica; considerando que os arts. 150 e 151, da Lei nº8,069/90 são bastante claros a estabelecer a obrigatoriedade da contratação, por parte do Poder Judiciário, de equipes interprofissionais para atuação junto às Varas da Infância e da Juventude em caráter permanente, e não meramente eventual; considerando que a recomendação nº02/2006, do egrégio Conselho Nacional de Justiça, é expressa no sentido da necessidade da contratação de equipes interprofissionais pelos Tribunais de Justiça de todo Brasil; considerando que o princípio da prioridade absoluta a criança e ao adolescente, previsto de maneira expressa pelo art.4, caput e par. Único, da lei nº 8,069/90 pelo art.227, caput, da constituição federal, estabelece o dever do estado (*lato senso*) assegurar as áreas relacionadas a proteção a criança e ao adolescente a destinação privilegiada de recursos públicos, também se aplica ao Poder Judiciário. Manifestam pela gestão do Conselho Nacional de Justiça junto aos Tribunais de Justiça brasileiros afim se deflagrar imediatamente concurso publico destinado a contratação de equipes interprofissionais a cargo dos órgãos jurisdicionais brasileiros com atuação na infância e juventude. Enfatizamos também a necessidade de



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

efetivo respeito, por parte dos Tribunais de Justiça do Brasil, do princípio constitucional da prioridade absoluta a criança e ao adolescente e do disposto nos arts. 4, par, único, alínea “d” e 150, ambos da lei nº 8,069/90, com a execução orçamentária, em caráter privilegiado e prioritário, no atendimento desta antiga reivindicação da sociedade dos jurisdicionados brasileiros, de forma a aprimorar, cada vez mais, o atendimento a população. Com tal iniciativa, o Conselho Nacional de Justiça estará caminhando a passos largos no sentido de dotar cada comarca dos estados brasileiros, ao menos, de um psicólogo, um pedagogo e um assistente social, com atuação em caráter permanente junto ao Juizado da Infância e da Juventude, em cumprimento a normas e princípios relativo a proteção integral infanto-juvenil expressamente previsto na lei e na Constituição Federal.

Assinaturas: 133

MOÇÃO 32

A quem se destina:

- Conselho Nacional de Assistência Social
- Coordenação da Organização da VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social considerando que a maior parcela dos usuários da Assistência Social é de Mulheres. Considerando que em sua maioria são responsáveis pela família, considerando as questões sociais que implicam nas questões de gênero, de raça, de etnia e da diversidade, reivindicam que na IX Conferência Nacional de Assistência social seja organizada uma mesa de debate sobre relações gênero, raça, etnia e diversidade no SUAS.

Assinaturas: 133

MOÇÃO 33

A quem se destina:

- Ministro da Justiça
- Polícia Federal

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília de 7 a 10 de dezembro de 2011, apelamos ao Ministro da Justiça e Cidadania e a Polícia Federal que seja feita a Justiça, apurando o caso e punindo os culpados (mandantes e executores) dos assassinatos de lideranças de movimentos sociais que se posicionam em defesa da vida e da cidadania e dos direitos humanos, como por exemplo o assassinato brutal de Marcelino Chiorello de Chapecó –SC, ocorrido no dia 28/11/2011.

Assinaturas: 109

MOÇÃO 34

A quem se destina:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Departamento da Rede Sócio Assistencial Privada do SUAS



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, realizada no período de 07 a 10 de dezembro de 2011, requerem um posicionamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no sentido de agilizar o processo da concessão e renovação da Certificação das Entidades Beneficentes da Assistência Social. Desde que passou à ser atribuição do MDS, ocorre uma grande morosidade na análise dos processos havendo Entidades que encaminharam sua documentação em 2008 e até o momento não obtiveram a finalização da análise do seu processo. Sendo assim, queremos que seja dada prioridade a esta questão e que o MDS adote as medidas necessárias de imediato para atender a esta solicitação, seja através da ampliação do seu quadro funcional ou de outras ações que venham a resultar no cumprimento dos seis meses previsto para que os processos de concessão e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, sejam avaliados.

Assinaturas: 116

MOÇÃO 35

A quem se destina:

- Conselho Nacional de Assistência Social

Os delegados (as) da VIII Conferência Nacional de Assistência Social reivindicam a convocação de uma plenária ampliada do CNAS para formular um novo formato para as conferências, reorganizando a dinâmica, tendo em vista maior participação e qualificação do processo de deliberação.

Assinaturas: 186

MOÇÃO 36

A quem se destina:

- Câmara dos Deputados Federais

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social reivindicam ao Congresso Nacional a aprovação de uma Lei que puna os desvios de recursos públicos na área de Assistência Social com o mesmo rigor previsto na Lei Maria da Penha.

Assinaturas: 106

MOÇÃO 37

A quem se destina:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Comissão Intergestora Tripartite - CIT
- Presidência da República

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social solicitam que os recursos do programa PROJOVEM adolescentes permaneçam na área de assistência social para o desenvolvimento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes e jovens de acordo com o disposto na tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais .

Assinaturas: 124



MOÇÃO 38

A quem se destina:

- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho Nacional do Ministério Público

Os delegados e delegadas da XIII Conferência Nacional de Assistência Social reivindicam aos Tribunais de Justiça e Ministério Público que efetivem a contratação de profissionais para a composição ou ampliação das equipes interprofissionais que têm como papel assessorá-los por meio da realização de laudos e pareceres e que tal função não seja solicitada aos profissionais do CRAS e CREAS.

Assinaturas: 106

MOÇÃO 39

A quem se destina:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Secretarias Estaduais de Assistência Social
- Governos Estaduais
- CIT e CIBs

Os delegados e delegadas desta VIII Conferência Nacional de Assistência Social reivindicam que os governos Estaduais assumam seu papel de co-responsáveis e no co-financiamento da política Estadual de Assistência Social. Se organizando política e administrativamente de forma a estruturarem seus órgãos gestores com capacidade técnica e de gestão, criando seus Planos de Assistência Social e de dotação orçamentária, tendo em vista a consolidação da Lei nº 12.435/2011.

Assinaturas: 130

MOÇÃO 40

A quem se destina:

- Governo do Estado de Santa Catarina

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, nos dias 07 a 10 de dezembro de 2011, reivindicam a extinção do Fundo Social em Santa Catarina, contrapondo a lógica do Fundo Estadual de assistência Social (FEAS), que é fiscalizado e acompanhado pela CEAS. Os recursos do FEAS são destinados para a execução dos serviços contemplando os 293 municípios à partir de critérios técnicos estabelecidos pela CIB. O Fundo Social é um fundo paralelo cujos serviços, recursos são destinados à assistência Social, sem controle social é critério de partilha, de forma a beneficiar os interesses do governo.

Assinaturas: 106

MOÇÃO 41

A quem se destina:

- Conselho Nacional de Assistência Social



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os delegados e delegados da VIII Conferência Nacional de Assistência Social manifestam preocupação quanto os sistemas de governo, pois acreditam que uma consequência da vulnerabilidade social em nosso país é baixa qualidade no ensino, a ausência de política pública preventiva nas escolas, com a atenção de psicólogos, terapeutas ocupacionais, pois estes profissionais tem capacidade de edificar uma família em situação de vulnerabilidade social e fazer um trabalho com o aluno e a família.

Assinaturas: 152

MOÇÃO 42

A quem se destina:

- Conselho Nacional de Assistência Social
- Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social reivindicam que o MDS e CNAS regulamentem a atuação da equipe de referência dos CRAS e CREAS, para que atendam exclusivamente os programas e serviços da Política da Assistência Social. Hoje em grande parte dos municípios a equipe de referência, tem que atender outras demandas das demais políticas públicas, tais como educação, habitação, saúde e inclusive demanda do poder judiciário. Isto, dificulta muito os trabalhos destes profissionais e precariza o atendimento dos usuários do SUAS. Esta situação ocorre geralmente em municípios de pequeno porte 1 e 2 que tem somente uma equipe de profissionais para atender toda a demanda do município. Respeitando a intersetorialidade, exigimos concursos públicos específicos para cada secretaria para fortalecer o trabalho.

Assinaturas: 122

MOÇÃO 43

A quem se destina:

- Conselho Nacional de Assistência Social
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Ministério Público Federal
- Presidência da República

Os delegados e delegados da VIII Conferência Nacional de Assistência Social reivindicam ao Conselho Nacional de Assistência Social a convocação da Conferência Nacional com a Temática Gestão do Trabalho nas (3) três esferas de Governo.

Assinaturas: 147

MOÇÃO DE RECONHECIMENTO

MOÇÃO 44

A quem se destina:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Conselho Nacional de Assistência Social
- Conselho Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Norte



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

- Conselho Federal de Serviço Social – CFESS
- Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS
- Fórum Nacional de Assistentes Sociais
- Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte
- Ministério da Saúde
- Secretária Municipal de Saúde de Areia Branca/RN
- Secretaria Municipal de Assistência Social de Areia Branca/RN

Os delegados e delegadas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social reconhecem o trabalho da Assistente Social Francisca Batista funcionária da Secretária Municipal de Assistência Social de Areia Branca/RN pelo trabalho relevante e alto grau de comprometimento e dedicação pública e notória para gerar andamento às ações da assistência social no município; se constituindo na ALMA TEÓRICA e OPERACIONAL da secretária e do CMAS , podendo ser denominada como um divisor de águas nos serviços, nas demandas teóricas e práticas da Assistências de Areia Branca/RN; e a o trabalho de Joselene Maria (*in memorian*) que realizou junta ao programa de erradicação do trabalho infantil (PETI) desde sua implementação no município, anteriormente implementado no Brasil Criança Cidadã e pela assessoria junto à secretária de assistência Social de Areia Branca/RN- Brasil até janeiro de 2011, quando seu falecimento em virtude de câncer de mama.

Assinaturas: 110

11. OFICINASTEMÁTICAS

OFICINA 1: GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS

Ementa: O tema recursos humanos frente às transformações ocorridas no mundo do trabalho. As particularidades e perspectivas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social -SUAS. A estruturação do trabalho, a qualificação e a valorização dos trabalhadores e sua relação com o processamento dos serviços socioassistenciais. A Política de Capacitação e os princípios estruturantes da educação permanente frente à defesa e garantia dos direitos socioassistenciais. Produção e disseminação de conhecimento em assistência social e de novas práticas e tecnologias. A Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11 e sua importância para a consolidação do SUAS. Implicação do Art. 6º, Alínea “e” e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Expositores:

1. **Stela da Silva Ferreira**- Professora e Pesquisadora do NEPSAS-PUC/SP
2. **José Ferreira da Crus** -Assistente Social e especialista em políticas públicas, Coordenador Geral da Gestão do Trabalho da SNAS/MDS
3. **Rubens Germano da Silva** - Prefeito de Picuí e Presidente da Federação dos Municípios da Paraíba – FAMUP

Coordenação da Mesa: Carlos Rogério – conselheiro CNAS

Relator: Célio Moraes

Principais indicações apresentadas pelos expositores



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O primeiro expositor, **José Crus**, ressaltou que o MDS tem recebido muitos pedidos de informações sobre a gestão do trabalho, área nova na política de assistência social, visto a tradição do voluntariado.

Lembrou ainda que todo o esforço recente é o de implantação do SUAS, desafio que não é pequeno e que representa a instalação dos equipamentos, contratação de profissionais, construção de referências na área da assistência social. A gestão do trabalho não se resume à capacitação, não se trata também de gestão de recursos humanos, que envolve contratação e seleção de pessoal, por exemplo. Apontou que o aumento de trabalhadores na política de assistência social apresenta números expressivos, se considerarmos a tradição de trabalho voluntário.

Assinalou a relevância da normatização da política de assistência social e do CENSO, que permite revelar um diagnóstico anual da situação dos trabalhadores no SUAS. Afirmou que agenda é imensa frente a esse diagnóstico e os municípios terão, portanto, que constituir a área de gestão do trabalho. Ter inserido na Lei 12.435/11 a possibilidade de financiamento dos trabalhadores, é um incentivo fundamental para garantir isso.

Outro tema que precisa entrar na agenda é a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque políticas sociais essenciais não podem ter impedimentos e restrições, como limite de gastos. Destacou a pesquisa em editais de concursos públicos para o SUAS, que evidenciou as expectativas em relação aos conhecimentos que os profissionais precisam ter para habilitar-se ao cargo. Observou que, em muitos casos, nem mesmo o conhecimento das normativas era exigido para prestar a prova. Em outros casos, exigia-se conhecimento em RH para psicólogos que atuavam no SUAS. Percebe-se, portanto, uma distância entre as demandas do SUAS e o que está sendo exigido em concursos.

Quanto a Política Nacional de Capacitação, a versão preliminar já foi apresentada no FONSEAS para que essa concepção seja incorporada nos planos estaduais. Traz dois princípios: educação permanente e interdisciplinaridade, temas relevantes no debate dos serviços socioassistenciais. É necessário investir no trabalhador e, esse investimento, será desde o nivelamento inicial até o mestrado. Em todos esses momentos prevê-se produção dos trabalhadores que componham e agreguem conhecimento ao SUAS. Essa política será também debatida com as universidades, visto que o CNAS entendeu essa necessidade. Haverá, portanto, um debate envolvendo instituições de pesquisa, universidades e conselhos profissionais que resultará, com as alterações pertinentes, na aprovação da Política no CNAS.

Informou ainda que a reformulação da Classificação Brasileira de Ocupações está em debate com o Ministério do Trabalho. Estudo sobre as equipes de referência e perfil dos trabalhadores em conformidade com a complexidade do sistema, entre outras iniciativas, estão sendo realizadas para qualificar o debate sobre a gestão do trabalho.

A segunda expositora, **Stela Ferreira**, afirmou que as diretrizes da gestão do trabalho são fruto das conferências anteriores e são uma grande conquista e que, no seu trabalho de mestrado de avaliação da NOBRH, pode perceber a baixa qualificação e precária profissionalização. Falar em trabalhadores qualificados para atuar na política é indispensável, mas isso não é um fim em si mesmo e deve ter em conta a atenção aos direitos que a política deve prover.

Observou, ainda, que havia baixo rebatimento das deliberações nas ações de gestão e isso foi observado na década de 1990, ou seja, embora houvesse discussões nas conferências elas não eram incorporadas nas decisões públicas de gestão. Todavia, no início da década passada, observou-se nova tendência e um projeto político diferenciado, como é o caso da NOB/RH, que retoma a ideia de fortalecer uma perspectiva de serviços, para assegurar continuidade e atenção qualificada. Para servir a essa lógica de estabilida-



de em condições dignas, a realização de concurso público torna-se um instrumento fundamental nessa perspectiva de continuidade. Destacou que na Conferência de 2009 o usuário foi colocado no centro da discussão e, somente após colocá-lo nessa centralidade é que seguimos no debate sobre a atuação dos trabalhadores.

Ao ressaltar a importância do concurso público, apontou que ao ser contratado por esse mecanismo, houve uma avaliação do conhecimento que o profissional possui. Entretanto, observou que embora o concurso público represente um grande avanço, que fortalece a impessoalidade, não garante condições de lidar com os desafios concretos que a política apresenta. Isso terá rebatimento no âmbito da formação dos trabalhadores que serão requisitados pelo SUAS. Frequentemente se observa que os trabalhadores que entram são poucos cuidados na cultura institucional, não há acolhimento dos novos profissionais e isso gera uma cisão, especialmente porque falta a memória registrada das práticas desenvolvidas e é muito difícil avançar sem memória. Logo, torna-se necessário um processo de capacitação desde a inserção no sistema.

Observa-se que as demandas de capacitação são saber o que é função de CRAS e CREAS e até mesmo dos assistentes sociais e psicólogos. Essa perspectiva é contrária à lógica do sistema que convida a pensar em relação/articulação o que está separado. O SUAS está convidando a pensar em equipes de referência e pressupõe profissionais com formações diferentes que produzam um conhecimento novo para responder às demandas da população. Nesse sentido vale discutir o que é equipe de referência, o que não é a mesma coisa que discutir equipe mínima, é fundamental pensar para responder às demandas do Sistema. A Universidade não sabe tudo, é necessário articular aquilo que se sabe de forma fragmentada e construir conhecimento articulado e efetivo. As capacitações demandam preparação para CRAS e CREAS e quase não há demanda para as funções de gestão do SUAS e, portanto, há uma fragmentação da realidade. De outro lado, observa-se que os Estados também não têm discutido a atenção regionalizada e tampouco temos notícias dos resultados e das iniciativas da capacitação dos trabalhadores nesse âmbito.

Acrescentou, não basta capacitação e não basta repetir o conteúdo das normatizações, temos que responder qual é a diferença para o usuário e para as famílias. Temos que reconhecer que o trabalhador produz conhecimento. Há um modelo predominante de “parar para pensar”, mas há uma nova demanda por processos de supervisão que indicam mais para uma aproximação do cotidiano dos serviços. Precisamos ter consenso em torno da capacitação, o que pressupõe pensar, o que queremos efetivamente com essa questão e isso requer reconhecer que a nossa capacidade de resposta deve ser proporcional ao reconhecimento do direito do usuário e das respostas que eles esperam de nós e que temos que ofertar; isso implica responsabilidades para o gestor, os trabalhadores e para os profissionais que atuam com capacitação.

O terceiro expositor, **Prefeito Germano da Costa**, apontou que a legislação precisa ser cumprida e que há muitos desafios na relação entre os entes federados. Ex. a União usa a DRU e, a seu ver, o grande dilema é receber recursos para custeio e ter que assumir as despesas com pessoal. Na média nacional, somente 1/3 dos trabalhadores da assistência social são concursados. Destacou, ainda, a importância da ação articulada entre diferentes políticas, inclusive para otimizar recursos, sendo que, por vezes, as políticas criam barreiras e tornam-se donas do patrimônio.

Quanto ao perfil dos trabalhadores municipais e estaduais na Paraíba cita que, em 2005, o município de Picuí tinha três computadores e uma assistente social, hoje são sete profissionais e uma rede de informações instalada. Ressaltou que o Município tem 20 mil habitantes e sobrevive do Fundo de Participação do Município. Utiliza o índice de condição de vida – ICV da Fundação Abrinq, bem como o índice FIRJAN para destacar o município na sua região e na média do país.



Principais indicações apresentadas pela plenária (debates)

- Necessidade de definir piso para as categorias profissionais.
- Realização de concurso público, observando o piso, pois há vários concursos em que o salário é muito baixo e que por vezes as condições de trabalho são muito ruins para os contratados.
- Investimento por parte dos municípios no co-financiamento da política, já que o co-financiado para assistência social advém praticamente somente da União.
- Foi destacada iniciativas de formação profissional da Divisão Regional de Assistência e Desenvolvimento Social de SP, mesmo os trabalhadores não sejam todos efetivos.
- Os avanços conceituais na gestão do trabalho do SUAS foram muito intensos nos últimos dois anos, por exemplo, o Estado da Paraíba está fazendo o Plano Estadual de Capacitação junto com as universidades, buscando assegurar a profissionalização.
- Preocupação dos municípios de manter as equipes da forma como está previsto na NOB/RH, mas não há exigências em relação aos estados, destaca que estes têm atuado como fiscalizadores dos municípios, embora não seja o seu papel.
- Necessidade de parceria entre Estado e Municípios para a elaboração do plano de capacitação.
- Dificuldades de comunicação e de encaminhamentos entre os estados e o MDS em virtude da forma que o MDS tem atuado, afirmando que são os últimos a saber sempre, o Governo Federal encaminha a informação diretamente aos municípios.
- A política nacional indica estágios formativos, mas é preciso entender como os estados e municípios vão atuar com reuniões ampliadas, essas reuniões e eventos serão inseridos na lógica de capacitação? Porque esse é um investimento dos municípios.
- Necessidade de realização do balanço da Conferência anterior.
- O CENSO SUAS indica para a revisão do grupo das categorias profissionais que compõem equipes de trabalhadores do SUAS.
- Necessidade de debater sobre a situação dos educadores sociais, profissionais esses compõe as equipes na oferta de serviços de proteção social básica especial e que hoje não tem sua profissão regulamentada; no DF eles são concursados e têm nível superior, são profissionais licenciados em diferentes áreas e que conseguem promover o protagonismo infanto-juvenil.
- Deve haver financiamento diferenciado para os municípios de pequeno porte e compromisso do governo federal para isso.
- Evitar esforços no sentido de envolver os prefeitos nas decisões da política de assistência, especialmente quanto à definição de pisos salariais, sugere-se a realização de um encontro de prefeitos para esclarecer sobre a responsabilidade do município no que concerne à política de assistência social.
- Foi destacada a importância de capacitação para quem atua na oferta dos serviços e também na gestão.
- Foi ressaltado que todas as decisões do Governo Federal são frutos de pactuações, isto fortalece a Política Pública de Assistência Social.
- Deve-se imprimir prioridade para que os PCCS sejam aprovados por leis.
- O Educador Social tem uma contribuição fundamental, especialmente na construção de vínculo que por vezes o ensino superior não fornece. O trabalho socioeducativo requer um domínio de um campo relacional e de formação vínculo, do usuário com o profissional.

Desafios e Encaminhamentos

- Implantação da NOB assegurando vínculo efetivo para os profissionais, há varias estratégias adotadas pelo MDS que estão nessa direção.
- O papel do estado é apoiar tecnicamente o município, o controle social deve ser exercido pelas instâncias legítimas, como os Conselhos.



- Luta para que o instrumento Convênio e a ideia de emenda parlamentar sejam extintos na área de assistência social.
- Desencadeamento de estudos sobre custo dos serviços, permitindo assim avaliar se há necessidade de valores diferenciados por porte do município.
- No processo de capacitação, envolver todos os trabalhadores, gestores e conselheiros.
- Um desafio é entender que a política nacional de assistência social é mais do que capacitação, há varias estratégias nesse documento, necessário pensar essas estratégias dentro de um plano.
- As equipes que atuam nas unidades públicas devem pensar no processo referência e contrarreferência, fazer só encaminhamento não significa qualidade de serviço para os usuários.
- Envolvimento das três esferas de governo no debate sobre a definição de recursos para a política de assistência social, pois é fundamental discutir a proporção de financiamento no pacto federativo.

OFICINA 2: TRABALHADORES DO SUAS: RECONHECIMENTO E ORGANIZAÇÃO

Ementa: A centralidade dos trabalhadores na efetivação do SUAS. O reconhecimento das categorias profissionais no âmbito do SUAS: discussão, participação, contribuições e proposições dos trabalhadores para a estruturação da gestão do trabalho. A Resolução do CNAS nº 17/2011: perfil, habilidades, atitudes, competências profissionais, representação e representatividade; Mesa de Negociação do SUAS, Plano de Carreira, Cargos e Salários – PCCS. A importância do trabalho interdisciplinar. A exigência do perfil crítico do profissional: desnaturalização da pobreza, preconceitos e todas as formas de desigualdade e opressão. A gestão colegiada e participativa no SUAS como forma de democratizar as relações de trabalho. A Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/2011 e valorização do trabalho profissional.

Expositores:

1. **Alba Maria Pinho de Carvalho** – Assistente Social, Pós-Graduada e Doutora em Sociologia, Professora da Universidade Federal do Ceará - UFC
2. **Lúcia Cortes da Costa** – Doutora e Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
3. **Rosário de Maria Costa Ferreira** – Assessora Técnica de Implementação e Acompanhamento da Política de RH do SUAS do Departamento de Gestão do SUAS/SNAS/MDS
4. **Frederico Jorge de Souza Leite** – Psicólogo, Secretário de Finanças da Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI
Coordenadora: - Márcia Mansur Saadallah – CNAS

Coordenadora: - Márcia Mansur Saadallah – CNAS

Relatora: Joana Marques de Almeida Michalski

Principais indicações apresentadas pelos expositores

A Assistência Social constitui-se como um campo de disputa e tensionamentos entre a perspectiva da política pública em construção no campo da ampliação de direitos, com potencial emancipatório e a perspectiva enraizada na cultura política brasileira do assistencialismo, a atualizar-se e reconfigurar-se nos percursos da civilização do capital, em tempos neoliberais.

Especificamente, o SUAS encarna um novo contexto na profissionalização da Política de Assistência Social no campo da ampliação e consolidação de direitos, instituindo um marco na estruturação e gestão do trabalho



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

em patamares de qualidade, na perspectiva de viabilização deste campo socioassistencial em meio às contradições que marcam a contemporaneidade neste sistema do capital e expressam-se nas reconfigurações da pobreza.

Nesses percursos de embates na construção da Política de Assistência Social, neste campo em permanente disputa os trabalhadores da Assistência Social encarnam um papel decisivo em uma dupla condição: na condição de sujeitos políticos do Movimento Social e na condição fundante de profissionais viabilizadores desta política de Assistência Social, no desenvolvimento do trabalho no âmbito do SUAS.

Estas duas condições se imbricam na afirmação da centralidade dos Trabalhadores da Assistência Social como sujeitos no interior deste campo. Em resposta a este desafio, o exercício do trabalho necessário circunscreve exigências e demandas que precisam ser respondidas por uma atuação profissional ampla, interdisciplinar, crítica e de qualidade, com contribuições específicas, unificadas e direcionadas pelo compromisso ético dos trabalhadores na viabilização do projeto político da Assistência Social, na sua especificidade no interior do sistema de proteção social brasileiro. É uma construção profissional no campo socioassistencial, a exigir a gestão pública do trabalho como uma questão estratégica para efetiva implementação do SUAS.

A gestão pública do trabalho no SUAS circunscreve uma questão política, no sentido do enfrentamento das expressões de vulnerabilização do trabalho que, violentamente, marcam o cotidiano dos trabalhadores que, no interior dos espaços estatais, operam as políticas sociais. Violentos processos de superexploração da força de trabalho incidem sobre os trabalhadores atuantes nas políticas sociais de dupla forma: a sua própria precarização contratual aliada às condições degradadas de trabalho.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH/SUAS) e a Resolução nº 268/2006 e do Conselho Nacional de Assistência Social constitui um marco regulatório da estruturação da gestão do trabalho no SUAS e afirma o reconhecimento da valorização do trabalhador como condição para qualificação do trabalho no campo socioassistencial. Neste sentido, estabelece parâmetros e mecanismos reguladores das relações de trabalho no SUAS, na perspectiva da garantia de direitos como condição de valorização dos trabalhadores que, no campo da Assistência Social, exercem um trabalho de caráter público, a exigir servidores públicos.

A efetivação da NOB/RH/SUAS exige avanços necessários para fazer valer os direitos como parâmetros na gestão do trabalho no âmbito do SUAS, em meio a vulnerabilização do trabalho nos processos contemporâneos de expansão do capital. Impõe-se, como uma interpelação do atual momento de consolidação da Política Pública de Assistência Social, a reconfiguração do trabalho no âmbito do SUAS, na perspectiva da desprecarização que assegure a valorização do trabalhador no exercício do trabalho necessário para viabilizar o campo socioassistencial.

Considerando as especificidades da Assistência Social como política pública de proteção social e as configurações do trabalho necessário para viabilizá-la, na perspectiva de ampliar e consolidar direitos socioassistenciais, cabe delimitar dimensões constitutivas do mundo do trabalho no SUAS neste momento contemporâneo: quem são os trabalhadores e o que fazem ou podem fazer no exercício do trabalho necessário; condições em que esses trabalhadores exercem o seu trabalho; a pauta política que os trabalhadores do SUAS estão a construir e desenvolver em seus processos de mobilização e organização; exigências de formação profissional para que estes trabalhadores desenvolvam uma atuação de qualidade na efetivação do SUAS; conhecimentos que se fazem necessários para o exercício do trabalho no SUAS; estratégias, técnicas, competências e habilidades que são demandadas pelo trabalho neste campo socioassistencial.



Como móvel de investigação e de construção política nos processos de definição dos trabalhadores do SUAS, emerge um fenômeno peculiar no contexto contemporâneo, qual seja, a mobilização de diferentes categorias profissionais em torno da Política de Assistência Social. É este um fato novo no sentido de avanços na profissionalização desta Política, em uma disputa no âmbito da divisão social e técnica do trabalho.

Constitui-se um campo de estudos e debates acerca da habilitação e reconhecimento dos trabalhadores da Assistência Social, qualificando esta disputa legítima que culmina com o reconhecimento público de categorias profissionais de nível superior para atender às demandas específicas dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão.

Em verdade, a dinâmica investigativa e a construção política de um amplo e ousado debate democrático, a envolver todo o país, nos percursos da definição dos trabalhadores da Assistência Social, propiciou consolidar as demarcações e delineamentos do campo socioassistencial, permitindo avançar nas configurações das funções de Proteção Social Básica e Especial e de Gestão no âmbito do SUAS.

A rigor, as discussões ampliadas e as elaborações produzidas ao longo de todo o processo colocou em foco a identidade da Assistência Social como política pública, fortalecendo a visibilidade de seu próprio campo de atuação, fazendo-a avançar nas configurações de sua especificidade no âmbito da Proteção Social Brasileira, rompendo com marcas da indefinição, da fragmentação, da dispersão de ações, e da descontinuidade neste campo em disputa entre o conservadorismo e a ética emancipatória dos direitos.

Evidencia um contingente de trabalhadores em expansão, com considerável aumento nos últimos anos. Esta expansão quantitativa do quadro de trabalhadores no SUAS é acompanhada do aumento da precarização nas relações de trabalho. Essa vinculação entre expansão do quadro de trabalhadores e precarização do trabalho mostra que a definição dos trabalhadores do SUAS precisa ser sempre pensada e encaminhada em relação com as condições de trabalho, a constituir-se questão central na agenda dos trabalhadores da Assistência Social.

Outro traço marcante no perfil dos trabalhadores do SUAS é a interdisciplinaridade como exigência para o exercício do trabalho necessário no campo socioassistencial. Este caráter interdisciplinar da força de trabalho atuante no SUAS amplia-se com o reconhecimento público de determinadas categorias profissionais para atender requisições específicas dos serviços socioassistenciais juntando se, então, ao núcleo interdisciplinar das Equipes de Referência viabilizadoras da Proteção Social Básica e de Proteção Sócio Especial. Esta interdisciplinaridade aponta para a exigência da articulação de contribuições de profissionais específicas, a partir das diretrizes ético-políticas que alicerçam a política de Assistência Social, na construção das mediações políticas, éticas e técnicas requeridas no exercício do trabalho no campo socioassistencial.

Cabe demarcar o padrão exigido pelo próprio exercício do trabalho no campo socioassistencial nesse momento de consolidação do SUAS no cenário contraditório da vida brasileira: é um profissional crítico, lúcido, capaz de desenvolver uma atuação qualificada neste campo de disputa de perspectiva e direcionamento no âmbito da política da Assistência Social. É a exigência de um profissional capaz de estabelecer um sistema de mediações políticas, técnicas e éticas que respondam às demandas do campo socioassistencial.

No processo de discussão coletiva desta relação fundante Trabalho/Formação profissional ganhou especial destaque a questão do conhecimento necessário para compreender e analisar os circuitos contemporâneos do capitalismo, desvendando as configurações das classes sociais, os redimensionamentos do mundo do trabalho, as configurações do Estado e das políticas públicas, as novas dimensões da pobreza, os processos organizativos em seu potencial emancipatório e, especificamente, as



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

configurações da família e a questão da formação de identidades em meio a contextos de inseguranças, riscos e violência.

Esta exigência de Formação Profissional suficientemente ampla e ampliada para responder às requisições e demandas do trabalho não é atendida nos limites nos cursos de graduação das diferentes profissões que integram o núcleo das equipes de referência e/ou são requisitadas para atender especificidades dos serviços sociassistenciais.

Assim, impõe-se a exigência da Formação Continuada como princípio estratégico na gestão do trabalho no SUAS.

A questão da identidade dos trabalhadores do SUAS é uma identidade em processo, em aberto e em curso, em meio ao conjunto de dilemas, de conquistas, de tensionamentos que marcam o universo do trabalho no SUAS, na contemporaneidade brasileira. E, o fundamento básico nestes processos identitários é a direção ético-política da Assistência Social a encarnar potencialidades emancipatórias.

Principais indicações apresentadas pela plenária

- Inexistência de concurso público;
- Privatização das escolas;
- Contratação de trabalhadores no CRAS e CREAS sem concurso, com a única condição de escolha política partidária;
- Como trabalhar o enfrentamento de alguns desafios diário: falta de ética, de moral e do clientelismo político;
- Imposição aos Assistentes Sociais de supervisão de campo, a partir de acordo estabelecido entre prefeitos e proprietários de Faculdades e Universidades de cursos à distância (EAD);
- A desqualificação dos profissionais formados em EAD, causando retrocesso profissional;
- Como garantir direitos aos usuários se os trabalhadores possuem seus direitos violados;
- Falta de capacitação permanente e continuada dos trabalhadores da Assistência Social;
- Precarização dos ambientes de trabalho;
- Falta de articulação, participação dos conselhos dos trabalhadores da Política de Assistência Social, com os demais profissionais que atuam na Assistência. Ex: Educação Física;
- Ausência de plano de cargos e salários para os trabalhadores do SUAS em todos os níveis;
- Inexistência de plano de saúde;
- Sobrecarga de trabalho aos profissionais do SUAS;
- O não cumprimento do número de profissionais conforme NOB/RH nos CRAS e CREAS;
- Os usuários se contentam em receber benefícios de transferência de renda, ex: Bolsa Família; ausência do empoderamento do controle social;
- Adoecimento de profissionais que trabalham nos CRAS e CREAS;
- A Tipificação dos Serviços com construção pactuada na CIT constitui um avanço nas relações democráticas
- A via de reflexão é o entendimento do mundo do trabalho; da vulnerabilização; da precarização do trabalho e da crise do capital;
- Os sistemas de monitoramento e avaliação propiciaram o aprimoramento da gestão e constituem um avanço para a construção da Política;

Desafios e Encaminhamentos

- Reflexão sobre os momentos de crise e da perda de espaço dos partidos políticos;
- A consolidação do SUAS tem que se dar num campo de disputa dos direitos;



- A precarização das profissões precisa ser discutida nos marcos da expansão do capital.
- Imperativo desenvolver as estratégias para a desprecarização do trabalho no SUAS;
- A prática social no campo da política de Assistência Social precisa ser repensada;
- Precisamos trabalhar o protagonismo dos usuários;
- Precisamos organizar uma ampla mobilização junto ao MEC em conjunto com nossos conselhos sobre os cursos de EAD;
- Em relação à saúde do trabalhador temos que lutar para a instalação de comissões nos ambientes de trabalho; instalação de uma rede protetiva de atendimento e suporte em termos de saúde mental aos trabalhadores dos CRAS e CREAS;
- É preciso pensar e entender sobre serviços e benefícios, gestão integrada, serviço continuado;
- Desenvolvimento de plano de capacitação permanente e continuada;
- Estabelecimento de pauta de negociação, discussão de equipe e controle interno e externo.

OFICINA 03 - OS CRAS E OS SERVIÇOS REFERENCIADOS NO TERRITÓRIO: O TRABALHO COM FAMÍLIAS NA ÓTICA DOS DIREITOS

Ementa: A Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11 e a organização dos serviços no território: a referência do equipamento público estatal e sua tradução em direitos. O fluxo dos usuários e a lógica da territorialização na organização dos serviços socioassistenciais. O PAIF e os serviços de convivência e fortalecimento dos vínculos na ótica da territorialidade e sua articulação com a rede socioassistencial. O trabalho com famílias no CRAS na ótica do direito. O desafio da busca ativa e do acompanhamento familiar no processo de garantia de direitos das famílias no Cadastro Único, no BPC, no Programa Bolsa Família e nos serviços ofertados no território. As equipes volantes e a ampliação da oferta dos serviços socioassistenciais. A articulação do CRAS e CREAS e serviços de alta complexidade.

Expositores:

1. **Dirce Koga**- Assistente Social, Professora e Coordenadora do Programa de Mestrado em Políticas Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul/SP.
2. **Maria do Socorro Fernandes Tabosa**- Coordenadora Geral dos Serviços Socioassistenciais a Família.
3. **Joari Aparecido Soares de Carvalho**- Psicólogo, Mestre, Articulador e Coordenador do Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS – SP, Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região – SP e psicólogo da Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania e Inclusão Social.

Coordenadora: Adriana da Silva Pereira –SNAS/MDS

Relatora: Ledi Ferla

Principais indicações apresentadas pelos expositores

A primeira expositora, Dra. Dirce Koga, destacou que não temos consenso sobre o que é território; é um caminho que precisamos construir juntos, a partir das práticas, das vivências dos municípios. A gestão do SUAS ainda é desafio, mesmo que haja avanços na expansão dos serviços. A professora argumentou que o CRAS no território impõe um desafio: definir a escala do trabalho social no cotidiano. Nesse sentido afirmou citando Milton Santos, “A escala é um limite e um conteúdo, sempre mudando ao sabor das várias dinâmicas que incidem sobre o acontecer regional ou local”.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O território vai além do espaço físico de trabalho. Quando falamos de território, falamos como limite, mas precisamos discuti-lo como conteúdo. Na escala física, considerar quais são os conteúdos do território que são diferenciados nos municípios brasileiros.

A escala de cinco mil famílias referenciadas não dá a dimensão do conteúdo a ser trabalhado. O Censo 2010 aponta grandes mudanças populacionais nas cidades brasileiras. Os portes dos municípios definem claramente os limites.

De acordo com o Censo 2010 (IBGE), a maioria dos municípios brasileiros é de pequeno porte I (70,35%); porém, os de grande porte e metrópoles congregam 54,74% da população brasileira. Nos municípios pequenos há diversidades territoriais no âmbito nacional. Ainda não definimos como trabalhar o SUAS no contexto metropolitano, regional e local.

Como trabalhar estas diferenciações de limite e conteúdo no âmbito dos territórios? O CRAS no território traz as dimensões de lugar, cotidiano e vulnerabilidade. Ressaltou o cotidiano e a visão de vulnerabilidade estão reduzidos, muitas das vezes, na baixa ou ausência de renda. O CRAS está num lugar; o cotidiano é o do atendimento às emergências; é um cotidiano de repetições, de procedimentos. A vulnerabilidade é vista como homogênea, como um estereótipo das famílias (ex: todas as famílias têm as mesmas vulnerabilidades).

Citando mais uma vez Milton Santos destacou: no lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. Ex: “atravessou a rua, está em outro município; em outro bairro, não pode ser atendido aqui”. Outro desafio é definir o que é território vulnerável. Geralmente, temos utilizado o território mais como condicionalidade e menos como uma condição básica. (ex: morar no bairro há mais de dois anos). afirmou o lugar em Milton Santos é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações de espontaneidade e da criatividade.

No debate sobre Território e Serviços Referenciados apontou. Os serviços referenciados no território precisam superar a visão da Proteção Social na lógica mercadológica e na lógica de privatização. Temos resistência em dizer que o serviço público dá segurança. Assinalou a rede socioassistencial geralmente é vista apenas na lógica equipamentista e cadastral. Na lógica equipamentista, a preocupação está mais na existência de equipamentos do que com a qualidade dos serviços prestados. Na lógica cadastral se gasta muito tempo na elaboração de cadastros sem, contudo, ouvir os anseios da população. As informações cadastrais revelam pouco o cotidiano das famílias. A equipe técnica do CRAS passa a ser operadora de cadastro. É necessário refletir: até que ponto os cadastros revelam mesmo a realidade das famílias?

A intersetorialidade não pode ser considerada antagônica ou substitutiva da setorialidade. A sabedoria reside em combinar setorialidade com intersetorialidade, e não contrapô-las no processo de gestão. (SPOSATI, 2007:P.134)

A intersetorialidade é vista na lógica administrativa do território (cada política tem sua divisão: distrito, região, etc) e na lógica patrimonial do serviço (a “minha” criança, o “meu” idoso).

Sobre Famílias no Território apontou que o trabalho social como capacidade protetiva, deve considerar as trajetórias de vidas e territorialidade. As famílias são vistas como vulneráveis, não como lócus



de proteção. Territorialidade tem a ver com identidade. No cotidiano (do CRAS), só dá tempo para cadastrar; não dá tempo de ouvir a trajetória de vida daquela família.

A segunda expositora, Maria do Socorro Fernandes Tabosa, iniciou sua contribuição destacando que a política de Assistência Social é política de Seguridade Social, não contributiva, com caráter de política de Proteção Social articulada à outras políticas sociais. É direito de cidadania, de responsabilidade estatal, com universalização do acesso.

Enfaticou que o SUAS compõe um conjunto articulado e integrado, entre: serviços, programas, projetos e benefícios. Possui pacto federativo, rede pública e privada. É um sistema nacionalizado, com mesma organização em todo o país. Ressaltou que a Política Nacional de Assistência Social, aprovada no ano de 2004, garante as proteções afiançadas de renda, acolhida, convívio familiar e comunitário, desenvolvimento da autonomia e sobrevivência a riscos circunstanciais.

Mencionou que a Proteção Social Básica é um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se a pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação ou ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos, com vínculos familiares, comunitários e de pertencimento fragilizados e vivenciam situações de discriminação etária, étnica, de gênero ou por deficiências, entre outros. Destacou que os Serviços da Proteção Social Básica estão assim classificados: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (geracional e intergeracional), Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Lembrou que as unidades de implementação dos serviços, programas e projetos da Proteção Social Básica: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, centros da criança, adolescente, jovem e idoso, referenciados ao CRAS e demais unidades que ofertam serviços, programas ou projetos de Proteção Social Básica.

Quanto ao papel do CRAS e a gestão do território este deve: articular a rede socioassistencial de proteção básica estabelecendo contatos, alianças, fluxos e encaminhamentos entre o CRAS e as demais unidades de proteção social (quando existirem); promover o acesso dos usuários aos demais serviços socioassistenciais e possibilitar que as famílias mais vulneráveis sejam acompanhadas pelo PAIF; deve assegurar o compartilhamento de informações para a proteção à família e garantia de direitos; deve ainda realizar a busca ativa com o objetivo de identificar as situações de vulnerabilidade e risco social e ampliar o conhecimento do território, possibilitando ação preventiva e a priorização do acesso a serviços e benefícios.

Assinalou que o coordenador do CRAS exerce um papel fundamental nas ações de gestão do território, no planejamento e organização das informações oriundas da busca ativa.

Argumentou que a referência e contrarreferência da família no SUAS é exercida quando a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de menor complexidade (proteção social básica) e garante a proteção especial, inserindo a família no PAEFI ou em outros serviços da PSE. É exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social especial) e garante a proteção básica, inserindo a família em serviços, benefício, programa e/ou projeto de proteção básica. Lembrou que para isso o CRAS possui uma equipe de referência. Sua composição é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, dependendo do número de famílias referenciadas ao CRAS. As equipes volantes são equipes adicionais, vinculadas a um CRAS em funcionamento, para cobrir territórios com peculiaridades, tais como: extensão territorial, isolamento, áreas rurais e/ou de difícil acesso.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Destacou que as funções da equipe volante são: ofertar serviços socioassistenciais de proteção social básica, com centralidade no PAIF; realizar busca ativa, com prioridade para as famílias em extrema pobreza residentes em áreas distantes da unidade CRAS; e acesso às demais políticas públicas. Para consolidar os direitos sociais da família, deve-se garantir a continuidade dos serviços executados pela equipe volante, possibilitando o retorno periódico da equipe a cada localidade. Organização das atividades conforme as características do território para o atendimento e acompanhamento de famílias.

Ressaltou que no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, a família é reconhecida como o núcleo primário de afetividade, acolhida, convívio, sociabilidade, autonomia, sustentabilidade e referência no processo de desenvolvimento e reconhecimento da cidadania. E o Estado tem o dever de prover proteção social às famílias a fim de possibilitá-las ao exercício de sua função protetiva. Nesse sentido o território é o lócus de operacionalização do PAIF, o lugar a ser resignificado pelas suas ações. A equipe do CRAS, responsável pela implementação do PAIF, sob coordenação do gestor municipal deve ainda contribuir para a organização das ações no território, tendo as famílias como referência.

Afirmou que o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. O trabalho social se baseia no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias e se fundamenta no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares. O trabalho social objetiva a potencialização dos recursos disponíveis das famílias, suas formas de organização, sociabilidade e redes informais de apoio para o fortalecimento ou resgate de sua autoestima e a defesa de direitos.

Quanto aos usuários do PAIF, lembrou que esses são: famílias beneficiárias de programas de transferência de renda ou famílias com membros que recebem benefícios assistenciais, com prioridade para as extremamente pobres e/ou em descumprimento de condicionalidades; famílias encaminhadas pela Proteção Especial, após encerrado acompanhamento pelo PAEFI (retorno de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento, PETI, violência e exploração ou abuso sexual); famílias com vínculos de pertencimento e sociabilidade fragilizados, ou que vivenciem situações de discriminação, estigmatização (ex: gestantes com risco clínico sem rede primária; pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas em situação de isolamento social, territórios de violência, conflitos fundiários, entre outros); membros de famílias responsáveis pelo cuidado de pessoas dependentes.

Ressaltou que o desafio da busca ativa e do acompanhamento familiar no acesso a direitos, a importância da busca ativa e o acompanhamento familiar, pois, estes contribuem para a garantia de direitos sociais e oportunidades, abrangendo a garantia de renda, acesso a serviços e inclusão social. As informações provenientes da vigilância socioassistencial, utilizadas na busca ativa, possibilitam uma ampliação e qualificação dos resultados dos serviços, materializando uma rede de proteção social nos territórios, a partir das vulnerabilidades e potencialidades detectadas, conseguindo imprimir o viés preventivo em suas ações. O acompanhamento familiar contribui para aumentar a capacidade de mobilização social das famílias, através de ações que incentivem a participação política, o protagonismo, a autonomia, o reconhecimento e o acesso a direitos.

Por fim, apresentou um conjunto de desafios: romper com a lógica da demanda espontânea, e cumprir com o compromisso de ir ao encontro das famílias; o CRAS deve ter acesso a fontes de informação sobre o território – Implantação da vigilância socioassistencial; mobilização e orientação das equipes dos CRAS para atuação planejada no território; superar a fragmentação das políticas públicas, possibilitando uma visão integrada dos problemas sociais e de suas soluções.



O terceiro expositor Joari Aparecido Soares de Carvalho iniciou sua reflexão apresentando um conjunto de questões que surgem para que viabilize as ofertas de serviços no trabalho com famílias na ótica dos direitos. É necessário reorganizar as funções de gestão, de vigilância e monitoramento para entender a dinâmica do trabalho social no território, bem como considerar as diferenças territoriais para implantação dos CRAS; é preciso qualificar os atendimentos nos CRAS não apenas quantificar.

Destacou que no território, conforme Milton Santos, existem subterrâneos de relações intergeracionais, existem “cicatrizes” nos territórios. Assinalou a urgência de refletir sobre vigilância social. Estamos fazendo vigilância social “com” as famílias ou “sobre” as famílias? A vigilância social e a matricialidade familiar devem ser levadas em conta na atuação do território.

Prosseguiu argumentando, quanto ao PPA, precisamos planejar rubrica para realização de diagnóstico social – e as informações produzidas precisam ser divulgadas e discutidas pelas equipes de trabalho. Também quanto à gestão colegiada do trabalho, é necessário socializar as informações já produzidas. Afirmou que sujeitos de direitos devem participar com autonomia e ter voz ativa. Promover o direito do outro, mas também garantir o próprio direito. Afirmou no que relaciona ao trabalhador, que trabalhador do SUAS não pode continuar sendo vitimizado, precisa lutar pelos seus direitos.

Principais indicações apresentadas pela plenária

- Característica de muitos CRAS, especialmente de municípios pequenos, que ultrapassam suas competências, visto que tem que atender demanda da saúde, do juizado, além de fazer o trabalho do CREAS.
- Os avanços da PNAS são inegáveis, porém, ainda há necessidade de adequação nas nomenclaturas de órgãos gestores.
- Maior articulação entre o gestor e a equipe técnica, para fazer cumprir as deliberações da política de assistência social.
- A vigilância social exige organização e sistematização, o que nosso tempo não permite; por isso, sempre fica para o segundo plano.
- Precisamos incorporar a vigilância social na gestão e temos que aprender fazendo. O diagnóstico social deve ser uma prática, um conhecimento produzido coletivamente – inclusive incluindo a população com a qual trabalhamos.
- O CRAS precisa produzir informação para a sua intervenção; as intervenções com instrumentos apropriados de trabalho devem servir para o planejamento adequado das atividades.
- As equipes técnicas devem ter perfil para trabalhar no CRAS.
- O CRAS não tem condições de fazer vigilância se não tiver informação.

O CRAS deve cumprir sua função no território; a equipe de referência deve produzir as informações necessárias com base no território e utiliza-la para potencializá-las a favor da comunidade.

Desafios e encaminhamentos

- Reforçar e fortalecer a Política de Assistência Social nos municípios investindo nos CRAS como unidades públicas de proteção social básica, capazes de canalizar as demandas existentes no território.
- Trabalhar no sentido de mobilizar a sociedade para entender a função dos CRAS e criar outras estratégias para atender as demandas das famílias no município.



OFICINA 4: PARADIGMAS DA RELAÇÃO PÚBLICO PRIVADO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: TRABALHO EM REDE, A NATUREZA DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO, ASSESSORAMENTO E DEFESA DE DIREITOS E O VÍNCULO SUAS

Ementa: Resgate histórico da relação público x privado na Política de Assistência Social no Brasil. Caracterização das entidades de assistência social no art. 3º, da LOAS. A relação de complementariedade entre Estado e entidades de assistência social nos serviços socioassistenciais. Os princípios fundamentais da assistência social: gratuidade na oferta dos serviços socioassistenciais e sem exigência de contraprestação do usuário. Previsões legais, operacionais, orçamentárias e financeiras para a instituição do vínculo SUAS. Critérios, indicadores e padrão de qualidade dos serviços nos eixos da Proteção Social Básica – PSB e da Proteção Social Especial - PSE e a regulamentação do vínculo SUAS. Lei 12.101/2009 e seu desdobramento no processo de constituição da rede socioassistencial.

Expositores:

1. **Rosângela Dias Oliveira da Paz** – Assistente Social, Professora da PUC/SP
2. **Carolina Gabas Stuchi** – Especialista em Políticas Públicas, Diretora do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS - DRSP-SUAS/SNAS/MDS
3. **Leila Pizzato** – Assistente Social, Coordenadora de Assistência Social da Associação Antônio Vieira

Coordenador: Pedro Ost - Conselheiro do CNAS

Relatora: Vânia Nery

Principais indicações apresentadas pelos expositores

A primeira expositora, **Rosângela Paz**, iniciou sua apresentação anunciando como principais pontos e ideias-chave para o debate os seguintes aspectos:

1. Privado e Público
2. Política Pública
3. Sociedade Civil e relação com o Estado
4. Relação Público- Privado na Assistência Social

Ressaltou a noção histórica fragilizada quanto ao sentido de “público”, destacando a marca do patrimonialismo do Estado brasileiro, conforme Marilena Chauí refere. Definiu ainda que “público” está relacionado à coletividade e à responsabilidade de todos. Neste sentido, a rede socioassistencial, pública e/ou privada deve ser considerada para além da natureza jurídica: a ênfase é no interesse coletivo que ela deve atender.

No segundo ponto, a política pública é compreendida como de responsabilidade estatal, de caráter contínuo, sistemático e planejado que pode prever ou não a complementariedade entre as esferas governamental e não governamental. Ressaltou que a Política Pública está voltada ao interesse coletivo, tem direção universal e pertence ao campo da cidadania e do direito.

O legado da filantropia, benemerência e beneficência na história da assistência social localizam-se no campo da solidariedade da sociedade civil, que pode ter a direção da cidadania, mas não efetiva o direito.



O que está na base destas definições? Localiza-se na relação entre a sociedade civil e o Estado, considerando que o Estado não é um bloco homogêneo, da mesma forma que a sociedade civil é plural e heterogênea, pode-se então, falar em “sociedades civis”. A relação com o Estado é permeada por tensões e negociações.

Salientou que a mudança de paradigma na Assistência Social ocorre na década de 80, mais particularmente, com a Constituição de 1988. Destacou como conquistas da sociedade civil organizada a Lei Orgânica de Assistência Social, os Conselhos e seu papel no controle social da Política, Planos e Fundos, a PNAS/04, a Lei 12.101/09, Lei 12.435/11.

A LOAS e o SUAS supõem a ruptura com o paradigma conservador caracterizado pelo assistencialismo, benemerência, favor e filantropia transitando para o paradigma progressista, fincado no direito social e na Política Pública.

Afirmou que o SUAS exige um Estado forte na regulação, coordenação e execução da política, atribuindo à instância de governo a responsabilidade pela criação de condições políticas, institucionais, gerenciais, de recursos humanos e financeiros para a sua efetiva implantação. Isso requer uma mudança de cultura na área da assistência social. A regulação proposta a partir do SUAS reconhece o caráter público do serviço socioassistencial prestado pelas entidades e organizações de assistência social.

A segunda expositora, **Carolina Gabas Stuchi**, apresentou os dados gerais mais recentes que mensuram a dimensão das entidades de assistência social. A pesquisa da PEAS/IBGE 2006 indica a existência de 16.089 entidades de assistência social (antes da migração das creches e pré-escolas para a política de educação). O Censo SUAS Rede Privada 2010 aponta para 9.398 entidades de assistência social inscritas e com parceria/convênio com Municípios. O Censo SUAS Rede Privada 2011 (em andamento) sinaliza aproximadamente 14.000 entidades de assistência social inscritas.

Estes dados mostram uma concentração na Região Sudeste (SP e MG), seguida das regiões Sul (RS e PR), Nordeste, Centro Oeste e Norte, e em aproximadamente 1.500 Municípios de todo o país, ou seja, há uma parte do país em que praticamente não tem oferta de serviços por entidades privadas. A atuação destas organizações, em sua grande maioria, ocorre na esfera municipal, o que reafirma a dimensão do território como componente estruturante da rede socioassistencial.

Apontou como pressupostos do modelo regulatório do SUAS: concepção de Estado social em contraposição ao Estado mínimo; descentralização político-administrativa; diretriz de participação que reafirma e fortalece as instâncias de deliberação da política; a ideia de rede socioassistencial, que deve integrar e articular os serviços estatais e aqueles prestados pelas entidades.

Ao indagar quais são as entidades de assistência social, salientou o fato de que aquelas que são de atendimento possuem uma matriz de tipificação de serviços. Para aquelas pertencentes às categorias de assessoramento e defesa de direitos, a perspectiva orientadora das duas resoluções do CNAS garantem suas especificidades, considerando que nesta área a primazia é da sociedade civil.

A seguir apresentou os níveis de pertencimento das entidades de assistência social no SUAS:

1. estar inscrita nos CMAS, conforme Resolução CNAS 16/2010: deve ser prévia ao seu funcionamento; autorização para sua atuação na política;
2. estar cadastrada no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social de que trata o art. 19 da LOAS, cujo preenchimento é feito pelo órgão gestor municipal nos parâmetros estabelecidos nacio-



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- nalmente pelo MDS; possibilita acompanhar os serviços prestados e serve como base para certificação das entidades pleiteantes;
3. estar certificada como entidade beneficente pelo MDS, conforme Lei 12.101/2009, com base na inscrição e no Cadastro. O MDS deve prestar contas ao CNAS trimestralmente;
 4. estar vinculada ao SUAS, na forma do art. 6ºB da LOAS, conforme relação da entidade com a rede socioassistencial do Município. É o maior grau de pertencimento das entidades.

A terceira expositora, Leila Pizzato, salientou que o caráter complementar atribuído à prestação de serviços pelas entidades não tem significado secundário ou subalterno. Outro aspecto diz respeito ao reordenamento da presença das entidades de assistência social na rede, já que é necessário ressignificar sua própria natureza e pertencimento ao campo da assistência social.

Destacou ainda que a velocidade de implementação das regulações não é a mesma da compreensão pelos municípios, por parte dos operadores da Política de Assistência Social, tanto governamentais como não governamentais.

Principais indicações apresentadas pela plenária

De modo geral, as intervenções revelaram uma maior necessidade de esclarecimentos quanto a:

- Procedimentos oriundos das regulações que as entidades e organizações de assistência social devem adotar.
- Importância e relevância do debate sobre o marco regulatório amplo das organizações da sociedade civil, tendo em vista a tendência de criminalização da ação dessas entidades por parte da mídia: o esclarecimento e visibilidade são fundamentais; da mesma forma, o clareamento na compreensão se faz necessário para parte dessas entidades, que entendem que o SUAS limita-se ao CRAS.

Desafios e Encaminhamentos (apresentados pelas expositoras)

- Regularizar o vínculo SUAS o que exige: uniformizar a compreensão sobre o que rede socioassistencial; o vínculo é para a entidade, mas a integração em rede é dos serviços por ela ofertados; procedimentos e fluxos para seu reconhecimento; estabelecimento de critérios e indicadores de qualidade para o serviço; a definição do financiamento pelo Estado prevista no artigo 6ºB da LOAS.
- Romper com a concepção assistencialista que ainda impulsiona algumas entidades socioassistenciais;
- Romper com o primeiro-damismo.
- Implantar a Secretaria Municipal de Assistência Social, superando a prática da adoção de diversos codinomes tais como ação social.
- Implantar CRAS e CREAS com equipes qualificadas.
- Promover a tipificação dos serviços para qualificar o trabalho em rede.



OFICINA 5 - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL CREAS MUNICIPAL E REGIONAL- DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA PROTEÇÃO ESPECIALIZADA NO SUAS

Ementa: Os dispositivos da Lei 8.742/93 alterada pela 12.435/11 e a proteção social especial. O CREAS e os serviços especializados municipalizados e regionalizados. O atendimento das famílias e indivíduos com direitos violados. O CREAS e a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto. O enftretamento do trabalho infantil. O Suas e o sistema de garantia de direitos. A referência e contra referência no processo de inserção das famílias nos serviços socioassistenciais e na articulação com outras políticas.

Expositores:

1. **Meive Ausonia Piacesi** -Assistente Social, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado de Assistência Social do Pará
2. **Telma Maranhão Gomes**- Assistente Social, Diretora do Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social-MDS

Coordenação da Mesa: Eutália Barbosa Rodrigues - CNAS

Relatora: Marina de Pol Poniwas

Principais indicações apresentadas pelos expositores

A primeira expositora, **Meive Ausonia Piacesi**, iniciou destacando os limites e desafios para o processo de regionalização dos serviços de media complexidade, para tanto, devem ser pactuados compromissos e competências em um diálogo entre os entes federados. Salientou que a NOB/SUAS traz eixos estruturantes, **Descentralização** política administrativa colocando o serviço mais próximo do usuário e a **Territorialização** que apresenta múltiplos fatores para a situação de vulnerabilidade.

Com isso, ao planejar a partir dos territórios de maior incidência e risco deve-se aplicar o princípio de prevenção e proteção pró-ativa. Abordou sobre as funções da Assistência Social como proteção social básica e especial e a vigilância social. À proteção social especial cabe o atendimentos das demandas de negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violências físicas e psicológicas, discriminações, dentre outros. Especificamente ao CREAS, o atendimento especializado ao trabalho infantil, mendicância, crianças e adolescentes sob medida protetiva, cumprimento de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, abuso e exploração sexual e vítimas de violência doméstica.

O CREAS por meio dos serviços ofertados deve acompanhar de forma sistematizada e de forma processual as demandas, que devem ser processadas levando em consideração ações interdisciplinares, realizando orientações e atendimento, encaminhamentos para a rede, articulação com a rede socioassistencial e o Sistema de Garantia de Direitos, abordagem nas ruas, deslocamentos da equipe técnica e monitoramento.

A expositora apresentou como desafios a garantia da cobertura dos serviços, a ausência de retaguardas a exemplo do Sistema de Garantia de Direitos, as complexidades das situações atendidas pelos CREAS, recursos humanos e financeiros para atender estas demandas, a falta de autonomia dos municípios e o cumprimento das competências pactuadas.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Como competências do Estado para o CREAS Regional cita o pacto, a necessidade de apoio técnico e capacitação, o monitoramento e avaliação, uma política de RH, enfrentamento das desigualdades, co-financiamento e articulação com o SGD.

Destacou que para a regionalização do CREAS devem ser considerados os seguintes condicionantes, que são: a) grupo de municípios – verificação do acesso e distância; b) inexistência do serviço no município; c) caráter transitório; abrangência regional; d) fragilidade da gestão; e) pactuação e decisão de competências de forma clara; f) diagnóstico da realidade e; g) planejamento – infra estruturas, manutenção. Finaliza apresentação trazendo exemplos e imagens do Estado de Tocantins e do CREAS de Marajó.

A segunda expositora, **Telma Maranhão Gomes**, apresentou o desafio do fortalecimento da Proteção Social Especial de Média Complexidade, com o trabalho social especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violações de direitos. O CREAS é colocado como unidade pública estatal responsável por este trabalho especializado. Salienta que o papel do CREAS está consubstanciado em um conjunto de leis e normativas, sendo seu papel no SUAS o de ofertar serviço especializado de caráter continuado e gerenciar os processos de trabalho na Unidade.

Destacou que não cabe ao CREAS ocupar lacunas provenientes da ausência de atendimentos, que o papel não pode ser confundido com outras políticas ou órgãos e que não cabe ao CREAS assumir a atribuição de investigação para responsabilização dos autores de violência, nem a realização de laudo e parecer.

Apresentou como desafios o fortalecimento do papel do CREAS na rede, o aprimoramento dos parâmetros para implantação dos CREAS, a revisão da NOB, a ampliação da cobertura de atendimentos e o fortalecimento do planejamento entre CREAS e a vigilância socioassistencial.

Como principais dimensões do trabalho social no CREAS cita a acolhida inicial, o acompanhamento especializado e a articulação em rede. Salientando o desafio de avançar no protocolo integrado de atendimento.

Apresentou os serviços tipificados, com ênfase no PAEFI que é o serviço central do CREAS. O Serviço Especializado de Abordagem Social, trazendo à tona a discussão do Plano de Enfrentamento ao crack que está ganhando centralidade com o co-financiamento para a equipe de abordagem social. O Serviço de Proteção Social ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto – Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade – que deve ser um serviço articulado com o PAEFI. Compreendendo a necessidade da responsabilização das outras políticas - saúde e educação- no acompanhamento do adolescente. Revela o debate em construção, de que a responsabilização da medida é do Estado, sendo que o CREAS faz parte da rede.

Por fim, apresentou também o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias que é destinado a promoção e atendimento especializado a Pessoa com Deficiência, idosos com alto grau de dependência e suas famílias. Apresenta que neste serviço há um desenho preliminar de Centros Dias para pessoas com deficiência e idosos com responsabilidades compartilhadas com a saúde.

Principais indicações apresentadas pela plenária

- Formular e regular proposta de definição de critérios para a responsabilidade e participação do município nos CREAS Regionalizados;



- Identificar a demanda dos CRAS e CREAS;
- Necessidade do debate de gênero nos CREAS e construção de diálogo com a Política das Mulheres;
- CREAS POP – Lançamento na VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Destaca-se que esse CREAS não possui o serviço PAEFI, que é o serviço central dos CREAS.

Desafios e encaminhamentos

- Construir metodologias integradas para avançar na intersetorialidade na oferta dos Serviços de Média Complexidade.
- Aprimorar o principal serviço do CREAS, o PAEFI.
- Fortalecer o papel do CREAS na rede.
- Aprimorar os parâmetros para implantação dos CREAS.
- Ampliar a cobertura de atendimentos e o fortalecimento do planejamento entre CREAS e com dados da vigilância socioassistencial.

OFICINA 6: SUAS E O PLANEJAMENTO NA PERSPECTIVA DA NOB SUAS

Ementa: O planejamento como parâmetro estruturante do SUAS na organização da oferta de serviços, benefícios e projetos. E como forma de consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva nos termos da Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11. Indicadores de acompanhamento, monitoramento e avaliação e da superação de deficiências de gestão e controle social. Tecnologia da informação, utilização da base de dados dos territórios, indicadores de vulnerabilidade social e especificidades locais/regionais no planejamento. O Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS e o fortalecimento da capacidade técnica e de gestão.

Expositores:

1. **Jaime Rabelo Adriano** – Coordenador Geral de Apoio do Controle Social e Gestão Descentralizada - DGSUAS/SNAS/MDS
2. **Maria Luiza Rizotti** – Profª Drª da UEL/PR

Coordenação da Mesa: Solange Teixeira e Cinara Dias Custódio - CNAS

Relatora: Mônica Le Vem

Principais indicações dos expositores:

O primeiro expositor, Jaime Rabelo Adriano iniciou sua apresentação destacando:

- Processo de revisão da NOB/ SUAS.
- A revisão da NOB SUAS reconhece o esforço de habilitação e adesão de municípios, DF e estados ao instituir Conselho, Plano e Fundo e de implantar os serviços sócio assistenciais, assumindo as responsabilidades advindas do co-financiamento federal e reconhece, também, a necessidade de instituir novas práticas, mecanismos e instrumentos que favoreçam o aperfeiçoamento do sistema.
- O aspecto de gestão, instituindo uma cultura de planejamento no cotidiano da assistência social e de acompanhamento na área.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- O Pacto que expressa o compromisso da União, Distrito Federal, Estados e Municípios para o aprimoramento da gestão e qualificação dos serviços do SUAS.
- O Pacto como um novo regime de colaboração e cooperação para o alcance de metas pactuadas nacionalmente;
- O instrumento que confere materialidade ao Pacto é o processo de planejamento fundamentado em: diagnóstico sócio territorial: Conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios para identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que configuram esses territórios, identificando demandas e possibilidades; e definição de indicadores.
- IGD /SUAS é calculado levando em consideração os indicadores socioterritoriais, de gestão, de serviços e do controle social, apurados anualmente a partir do diagnóstico socioterritorial, das informações prestadas no Censo SUAS e outros sistemas da Rede SUAS, refletindo o estágio de organização e de desenvolvimento da gestão do SUAS, nos municípios, DF e estados.
- Prioridades e Metas: com base nas informações dos sistemas de informação do SUAS, serão propostos indicadores, metas e prioridades nacionais que serão pactuados a cada 04 anos na CIT, identificando o estágio de organização do Sistema em todas as esferas. Essas metas e prioridades deverão nortear a elaboração dos Planos de Assistência Social.
- Os níveis de Gestão definidos a partir do CENSO SUAS. O conjunto de indicadores que vai determinar em que nível de gestão que cada município se encontra e, a medida que os municípios vão se aprimorando, alcançam um novo estágio.
- Planejamento do apoio à gestão descentralizada do SUAS: consiste em promover, articular e integrar as atividades e ações de apoio técnico e financeiro a Estados e Distrito Federal, no caso da União; e aos Municípios, no caso dos Estados, orientando o processos de elaboração, implantação e implementação de normas, instrumentos e métodos necessários à gestão descentralizada do SUAS.

A segunda expositora, **Maria Luiza Rizotti**, abordou os seguintes pontos:

- A dificuldade que temos de planejar.
- Planejamento entendido como projeto técnico político.
- Planejamento como instrumento estratégico para consolidar políticas sociais: fomenta o debate no campo da assistência, produz conhecimento consistente sobre as vulnerabilidades sociais e pensa o local da assistência social no município.
- O planejamento como instrumento de mobilização de informações idéias e propostas, agregador de recursos, aglutinador de alianças e parcerias e intermediador de tendências e posições.
- A decisão sobre prioridades e estratégias de ação devem pautar-se em princípios e diretrizes: política social enquanto direito de cidadania; descentralização político-administrativa; participação da população.
- Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política social.
- Criação de rede hierarquizada e organizada entre a esfera governamental e não governamental e comando único para as ações.
- Planejamento pode ser compreendido como um processo que possibilita a definição clara dos rumos a serem seguidos, a partir da escolha, entre as opções possíveis, dos objetivos, das diretrizes, ações e meios mais adequados à sua realização (TC-Pr, 2000), considerando nesse processo as demandas da sociedade, o crescimento da cidade, as tendências econômicas e sociais, a disponibilidade de recursos, a legislação, entre outros. (VIDAL et al, 2002, pág.20).
- Planejamento na Administração Pública exige: a definição de diretrizes, objetivos e metas, que se preveja a organização das ações, que se calcule a provisão de recursos, se defina a forma de acompanhamento das ações, se realize a revisão crítica das propostas, dos processos e dos resultados.
- Condições para um bom planejamento: objetivos claros e metas definidas; políticas de governo pré-estabelecidas; estratégias adequadas para a consecução dos objetivos e das metas e diretrizes que norteiem o alcance dessas metas.



Diagnostico Sócio Territorial: necessidade de se apropriar melhor, entender o que realmente é; a dimensão territorial traz elementos que permitem uma perspectiva de totalidade da questão social visto que trabalha não somente com os aspectos das necessidades, como também se refere às próprias relações estabelecidas entre os sujeitos e seu cotidiano de vivência... “

“O território não é uma divisão geográfica. Território local da realidade da vida coletiva” Necessidade de ler e interpretar dados e informações para um bom planejamento. Ninguém conhece a realidade das pessoas/usuários como os profissionais das políticas sociais. Planejamento exige conhecimento da legislação de assistência social e o “Planejamento é a construção do caminho da proteção”.

Principais Indicações da Plenária (debates)

- O governo federal vai fazer a “fiscalização dos municípios?
- Qual o instrumento de fiscalização pela UNIÃO a partir do CENSO SUAS?
- Monitoramento e avaliação é igual controle e fiscalização?
- A mudança de gestão passa pela pelo controle?
- Importância de estabelecer parceria com o usuário.
- Importância do CRAS no território.
- Pensar nas diferenças territoriais.
- Dados do território não retornam para o território, os usuários não se tornam parte do planejamento como fazer dos usuários sujeitos de participação do planejamento?
- Pacto com a gestão estadual, os estados também deverão planejar e serem avaliados pelo CENSO. Verificar se os estados estão assumindo o que lhe foi colocado, estabelecido?
- A qualidade da informação tem que ser a da realidade do município e estado. Pensar que o CENSO é instrumento para superar as dificuldades.
- Estados também têm que mudar a cultura de punição. Instituir uma nova cultura de colaboração entre os entes federados. Desafio de mudar a cultura de “jogar a poeira pra baixo do tapete”.
- Qualificar a gestão, pois, o CRAS acaba fazendo o que a gestão deveria fazer. Inversão de papéis.
- A construção do CENSO tem sido feita com muita cautela. Deve ter unidade com a quantidade de informação, pois cada um tem um norte, objetividade;
- Propor na NOB uma parte do planejamento, o instrumento de planejamento é o plano municipal de assistência social.
- Processo de qualificação da política de assistencial social.
- A instância mais próxima dos municípios é o estado, que nem sempre participa.
- Dialogar com a proposta de governo.
- Importância do planejamento participativo.
- Fazer leitura da correlação de forças para avançar no planejamento.
- Ter o retorno dos indicadores do CENSO SUAS.
- Importância do planejamento e orçamento.
- Dificuldade do MDS com a gestão estadual. Muitos secretários novos que ainda estão sendo sensibilizados.
- No novo modelo de planejamento, serão desenvolvidos aplicativos.
- Indicadores são termômetros importantes para verificar se a oferta de serviços tem transformado a vida dos usuários.
- Índice de Gestão Descentralizada -IGD/SUAS mesma lógica do IGD do Bolsa Família. Quanto mais faz, mais recebe. As variáveis selecionadas para composição do índice é o IDCRAS dividido pela quantidade de CRAS do município ou DF. E o segundo componente de cálculo do IGDSUAS-M é a execução financeira.



Desafios e Encaminhamentos

- Legalizar a política municipal de assistência social, por meio de resolução do CMAS.
- Necessidade do MDS discutir com os refeitos a adesão do SUAS.
- Importância de capacitação financeira para os municípios, no sentido de orientar sobre a legislação do financiamento.
- Importância de discutir com o executivo o perfil do gestor.
- Aperfeiçoar conjunto de indicadores de vulnerabilidades e superação das mesmas.

OFICINA 7: FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA SOCIAL COMO ESTRATÉGIA PARA QUALIFICAÇÃO DO SUAS

Ementa: A vigilância social no SUAS como função da política de assistência social que demanda capacidade e meios de gestão para produzir e sistematizar informações; construção de indicadores que possibilitem detectar vulnerabilidades e riscos sociais; mensuração, na perspectiva da territorialidade, de situações de riscos sociais e de violação de direitos; compreensão das precarizações que trazem riscos e vulnerabilidades ao cidadão; análise de sistemas de notificação de risco e vulnerabilidade que identifiquem violação de direitos; estudos e análises de vulnerabilidade e riscos da população, de acordo com a Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11. O georeferenciamento de indicadores, demandas e serviços para qualificação da política. identificação das formas de vulnerabilidade e risco social da população e do território. Construção de instrumentos de coleta de informações nos territórios. Diagnóstico Socioterritorial como instrumento de planejamento na função de vigilância social.

Expositores:

1. **Carlos Alberto Maciel** – Professor da Universidade Federal do Pará - UFPA
2. **Luís Otávio Pires Faria** – Coordenador Geral de Apoio do Controle Social e Gestão Descentralizada – DGSUAS/SNAS/MDS
3. **Paulo Jannuzzi** – **Secretário de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI/MDS**

Coordenação da Mesa:Fábio Moassabi Bruni

Relatora: Magda Carvalho Rodrigues Sant'ana

Principais indicações apresentadas pelos expositores

O primeiro expositor, **Carlos Alberto Maciel**, apresentou as quatro condições necessárias para que haja o desenvolvimento de uma política de prevenção e monitoramento, que ratifica as funções da Assistência Social. Num segundo momento, apresentou os entraves e desafios para as práticas destas condições:

- **Gestão pública e democrática:** do ponto de vista da gestão, enquanto política de Estado, a Assistência Social na sua organização deve reconhecer o usuário como sujeito de direitos. Além disso, há a necessidade de uma descentralização vertical e horizontal. Os equipamentos têm que ser implantados a partir das necessidades da população que vive no território. A vigilância deve apontar essa condição.
- **Equipes qualificadas e capacitadas para a atuação do SUAS:** as equipes são essenciais para o conhecimento do território. Para a implantação de um equipamento, há a necessidade de um



diagnóstico. Por outro lado, quando instalados, a equipe deve usar as informações que são colhidas nos atendimentos para dar a direção ao trabalho.

- **Aproximação da gestão do SUAS com as instituições de Ensino Superior:** qualificar as equipes do sistema para que passem de uma posição reativa para proativa; formação profissional; pesquisa e; enfrentamento ao preconceito aos cursos ligados à assistência social.
- **Afirmção e consolidação de uma cultura do zelo e do cuidado na Assistência Social:** a vigilância deve atuar com foco no presente e no futuro. No presente, para compreender as dinâmicas do território que produzem as vulnerabilidades e, no futuro, identificando os processos de vulnerabilidade para antecipar os problemas e enfrentá-los.

Ao falar dos desafios, o expositor apresentou dados de pesquisa em 17 municípios, com 33 CRAS e 52 técnicos de referência. A pesquisa demonstra que:

- Técnicos de referência: quase 80% dos profissionais são contratados.
- Faixa salarial: 1 a 3 salários mínimos – 80% das equipes.
- Equipes que residem no município que trabalham – 40% mora num município e trabalha em outro.
- Equipes capacitadas teórica e tecnicamente: empobrecimento dos conceitos teóricos.
- Espaços precários e sem materialidade.
- Ausência de protagonismo do cidadão.
- Pouca cultura política.

O expositor, **Luís Otávio Pires Faria**, apresentou as bases conceituais da vigilância socioassistencial (principalmente de risco e vulnerabilidade) e a sua operacionalização no SUAS.

A concepção de vigilância socioassistencial foi criada pela PNAS e da NOB 2005. Caminhou a passos mais lentos e contém algumas imprecisões, assim é necessário o amadurecimento dos aspectos conceituais da vigilância e avanço na materialidade da mesma.

A vigilância deve partir de demandas (necessidades) e ofertas (entregas da assistência). Que serviços a população necessita? A oferta deve ser definida a partir da demanda. Fazer a leitura de riscos e vulnerabilidades com o intuito de refletir sobre a maneira em que se oferta o serviço. É preciso que vulnerabilidade seja entendida como uma conjugação de fatores, envolvendo as características do território, fragilidades ou carência das famílias, grupos ou indivíduos e a falta de ofertas e do acesso a políticas públicas.

A vigilância (orientar para planejar): pensar ofertas e necessidades/riscos/vulnerabilidades em um determinado território. Cada nível de gestão da política tem a necessidade de desagregar essas informações. Localizar no espaço as necessidades e ofertas correspondentes é pensar na vigilância.

- Por que realizar diagnóstico do município para a implantação do CRAS? Para previamente saber onde instalar as unidades do serviço.
- Discutir a vigilância é discutir o modelo de atenção. O que predomina é a demanda espontânea X o que tenho para ofertar.

A “busca ativa”: ação de vigilância. Organizar a ação de forma proativa. Incorporar a busca ativa como a prática dos serviços (na oferta dos serviços), isso é algo que a vigilância tem muito a contribuir.

A vigilância precisa se constituir em uma área da gestão: acompanhamento das diversas situações; subsídio às unidades com informações para que atuem na busca ativa. O MDS vem enca-



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

minhando essas questões através do Censo SUAS, na pesquisa dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, estudos sobre formas de registro das informações dos CRAS/CREAS, e já está sendo construído com previsão para 2012, o modelo de orientação para a construção de prontuários no âmbito do SUAS.

Ainda do ponto de vista operacional: elaborar e atualizar periodicamente o diagnóstico socioterritorial; contribuir na elaboração de planos e diagnósticos de abrangência dos CRAS; cadastramento e atualização do CADÚnico; fornecer informações sistematicamente à unidades da rede socioassistencial, especialmente CRAS e CREAS; dentre outros.

O terceiro expositor, **Paulo Martino Jannuzzi**, apresentou as ferramentas informacionais, instrumentos de monitoramento e pesquisas de avaliação para uso dos técnicos, pesquisadores e gestores.

Destacou o interesse crescente em um Sistema de Monitoramento e Avaliação no Brasil: indicadores e pesquisas para suprir a necessidade do poder público em garantir transparência da gestão pública.

Esse interesse responde às demandas por maior transparência e efetividade do gasto público pela sociedade, seja pelo fortalecimento das instituições democráticas, seja pela pressão da arrecadação tributária; responde à profissionalização crescente da Administração Pública, nas três esferas; responde à introdução de sistemáticas mais sofisticadas de planejamento e controle na gestão das Políticas Públicas; responde às demandas decorrentes da estruturação de um conjunto mais amplo de Políticas Sociais, instituídas como direitos na Constituição de 1988.

Apresentou gráfico demonstrando a ampliação do gasto público em políticas sociais e refletiu sobre:

- Organização e produção mais sistemática de registros de programas: INEP/MEC: novo EducaCenso, Prova Brasil, DATASUS: organização e disponibilização das informações produzidas na rede de saúde, em nível municipal, estadual e federal, Senasp/MJ: organização das estatísticas e informações sobre segurança pública, em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança, InfoLogo/M Previdência: estatísticas da Previdência Social (benefícios, acidentes de trabalho etc) e CNIS, MTE : RAIS, CAGED, informações sobre IMO e Qualificação, MDS: Cadastro Único de Programas Sociais: Aplicativos informacionais, Indicadores de Programas, Pesquisas de Avaliação.
- Organização e produção mais sistemáticas dos registros, monitoramento e avaliação.
- Desafios de produção de informação e conhecimento na área de monitoramento e avaliação.
- Apresentação das ferramentas que hoje estão disponibilizadas para a vigilância social dos territórios: relatório de informações sociais; painéis de acompanhamento da conjuntura social e programas; publicações, Censo Suas 2010; tabuladores de microdados; microdados de pesquisas de avaliação; painel de indicadores de monitoramento; mapa de oportunidades e serviços públicos.
- Existe um conjunto de ferramentas que estão sendo disponibilizadas para serem utilizadas na construção de diagnósticos e para o M&A.

Principais indicações apresentadas nos debates

- Como realizar a aproximação da universidade com os serviços, uma vez que os cotidianos são tão diferentes?
- Necessidade de aprofundar o conceito de Busca Ativa.
- Debater os desafios do trabalho no CRAS com a vigilância – velho/novo.
- A assistência social como política de Estado é muito nova, com um processo histórico que a vinculou a raízes contraditórias. Ainda há a briga entre o novo que está se instituindo e o velho que



insiste em ficar. A assistência social tem ficado mais densa de uns tempos para cá (instrumentais, normas, equipes).

- Necessidade de capacitação e qualificação dos saberes dos técnicos para entender e aprender a lidar com as novas ferramentas.
- Como articular CADÚnico com os serviços para subsidiar o trabalho no território?
- A porta de entrada dos serviços da assistência que deveria ser o CRAS, passou a ser o CADÚnico.
- Como se dará no sistema, o acompanhamento de famílias?
- Quais são as diferenças e semelhanças entre vigilância social e o M&A e como isso está sendo pensado pelo MDS para rede governamental e não governamental?

Desafios e Encaminhamentos

- Alerta para que a vigilância social não se transforme em um procedimento administrativo da política.
- O MDS tem feito um esforço significativo de aproximação com a universidade, e também com a disponibilização de instrumentais.
- As ferramentas para a vigilância não podem se fixar só nos níveis de gestão e dos operadores, têm que ir para a população que deve conhecer os seus direitos.
- Na formação profissional investir em pesquisa na área da assistência social; estimular cursos lato sensu; fortalecer a área da AS no stricto-sensu.
- O serviço de vigilância deve incluir a participação e o protagonismo do cidadão que acessa a política de assistência social.
- Na NOB revisada estará colocada a competência da Vigilância Social. Em 2012, serão lançadas orientações técnicas para a Vigilância e um deles será sobre a elaboração de diagnósticos.
- Disponibilização na página do MDS os registros dos atendimentos da Resolução 04/2011.
- Descentralização do CadÚnico está ligado à lotação de pessoal para fazer o cadastro.
- As atividades de M&A estão no âmbito da função da Vigilância
- A construção da vigilância no município deve aglutinar M&A, vigilância e até mesmo o cadastro.
- Cultura de monitoramento e avaliação de programas é incipiente, assim como seu principal elemento estruturador (Sistema de Proteção Social vem sendo construído desde a Constituição de 1988).
- Formação em Gestão e em Avaliação de Políticas e Programas ainda é incipiente, fortemente disciplinar, distante da realidade operacional enfrentada pelo agente público.
- Maioria dos programas sociais tem 10 a 20 anos, com potencial de viabilidade muito distintos.
- Projetos de avaliação são confundidos com projetos de pesquisa de natureza acadêmica.
- Múltiplas demandas de informação do gestor não permitem fazer recortes no objeto de estudo de modo a potencializar o “desenho metodológico”.
- Tempo da decisão e recursos monetários disponíveis são fatores críticos para uso da pesquisa;
- Contexto de intervenção de um programa é muito mais complexo (conflito de interesses, dificuldade de cooperação etc).
- Múltiplos sujeitos e agentes envolvidos.
- Produtos dos programas podem ser muito distintos: benefício monetário, isenção tributária ou serviços.



OFICINA 8: A INTEGRAÇÃO DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS NA GARANTIA DO ACESSO AOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS

Ementa: A Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11 e a gestão integrada de benefícios e serviços. Resgate do processo de integração dos beneficiários no acesso à proteção social e seus respectivos serviços socioassistenciais, na perspectiva da universalização do atendimento. Articulação dos Benefícios e Serviços no fortalecimento da autonomia e protagonismos dos usuários. A construção da articulação no planejamento, gestão e execução dos benefícios e serviços socioassistenciais.

Expositores:

1. **Ana Lígia Gomes-** Assistente Social, Subsecretária de Assistência Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST – DF.
2. **Tiago Falcão Silva-** Gestor Público, Secretário da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC/MDS).
3. **Léa Lúcia Cecílio Braga-** Assistente Social, Coordenadora Geral de Regulação e Ações intersetoriais de Departamento de Benefícios Assistenciais da Secretaria Nacional de Assistência Social/ MDS.

Coordenadora da Mesa: Isis Leite Conselheira do CNAS

Relatora: Sandra Costa Lima

Principais indicações dos expositores

O expositor, **Tiago Falcão**, destacou os principais dados do Programa Bolsa Família referentes ao mês de novembro de 2011: a) total de 13.306.920 família beneficiárias, o que corresponde a ¼ da população brasileira; b) o valor da transferência de renda à estas famílias totaliza R\$ 1.594.647,00; c) o benefício médio é de R\$ 119,83 e; o orçamento correspondeu a R\$ 16,7bi.

Ressaltou que o grande risco do Programa Bolsa Família é o imobilismo, como se não houvesse possibilidade de avanço, portanto, afirma que a equipe da SENARC vem buscando o aperfeiçoamento e a melhoria do PBF.

Quanto aos avanços do programa, apresentou:

1. Reajuste do benefício - aumento de 20% o valor médio do benefício que passou a variar entre R\$ 22,00 e R\$ 200,00. Apenas 0,1% das famílias recebem o valor máximo. Houve também a decisão política de expansão do benefício à 800 mil famílias, o qual se dará de forma escalonada até 2013;
2. Retorno Garantido – propicia a segurança do retorno ao programa em caso de necessidade para famílias que não precisem mais do benefício e se desliguem voluntariamente. O retorno poderá ocorrer no prazo de 36 meses;
3. Benefício Variável à Nutriz - visa aumentar a proteção do bebê, especialmente suas condições de nutrição e elevar a renda familiar. Destinado a criança de 0 a 6 meses – 6 parcelas de R\$ 132,00;
4. A partir de novembro/2011, será pago à gestante, em articulação com o Projeto Rede Cegonha do Ministério da Saúde, o benefício de 09 parcelas de R\$ 32,00;



No que se refere à articulação de benefício e serviços, afirmou que o PBF já nasce integrado e articulado às políticas de Educação (Programa Mais Educação, Programa Brasil Alfabetizado); de Saúde (articulação entre a implementação do benefício variável à gestante e à nutriz); de Assistência Social (ampliação do registro no SISCON quanto ao acompanhamento das famílias em condição de descumprimento de condicionalidade). Informa, ainda, que em 2011 vem acontecendo o processo de expansão das pactuações com os Estados, visando fortalecer as estruturas municipais no acompanhamento das famílias do PBF. Atualmente a expansão foi pactuada com os seguintes estados: Acre; Amapá; Distrito Federal; Espírito Santo; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul; Rondônia e; São Paulo.

Como novidades na gestão e execução do Programa Bolsa Família, ressaltou:

1. Busca Ativa – refere-se a atividades de revisão cadastral onde o Estado deverá buscar e incluir as famílias extremamente pobres na base do Cadastro Único e no Programa Bolsa Família.
2. A implementação da versão 7.0 do Cadastro Único - que possibilita o aperfeiçoamento da base de dados.
3. O IGD – o valor passa a ser multiplicado pelo número de cadastros validados, sendo que o valor passou de R\$ 2,50 para R\$ 3,25.

A expositora, **Ana Ligia Gomes**, iniciou ressaltando sua atuação como gestora da assistência social do Distrito Federal, que tem sua especificidade, e pode ser considerado um “Estado Executor”. Considerou que a conferência é o local de avaliar o que tem sido feito, mas a grande importância deste momento político é de encontrar estratégias para construção de uma agenda política para a Assistência Social. Ressaltou que gostaria de registrar que a temática desta oficina é tão importante que mereceria uma mesa específica nesta conferência, portanto propõe que o MDS promova um Encontro Nacional sobre integração de serviços e benefícios para Estados e Municípios.

Quanto a sua fala, tratou das seguintes questões:

1. Há um problema com o planejamento, na verdade, não há planejamento conjunto para integração de serviços e benefícios. Nós recebemos o que deve ser feito na execução, e temos que fazer mesmo que seja “aos trancos e barrancos”;
2. A política de assistência social é feita organicamente de serviços e benefícios que devem estar articulados. Este é um princípio que está em todas as normativas da assistência social;
3. Quanto falarmos de serviços e benefícios temos que falar da Proteção Social Básica, mas também da Proteção Social Especial, pois se falarmos de benefícios desvinculados dos serviços, eles (os benefícios) podem tornar-se puro clientelismo;
4. A situação atual revela que há uma baixa integração entre serviços e benefícios. Há um desequilíbrio entre a oferta dos serviços e a ampliação dos benefícios. “Há uma probabilidade de o pequeno engolir o maior”, ou seja, o benefício se tornar maior que a própria política. Quais os entraves para enfrentarmos este desequilíbrio? Como estão os serviços de convivência, o PAIF, o PETI? Todas as famílias beneficiárias devem estar nos serviços?
5. A agenda do Programa Brasil Sem Miséria é de extrema relevância, será uma conquista civilizatória, mas se não efetivarmos os serviços ela não terá sustentabilidade.

Finalizou colocando os seguintes questionamentos: Como realizaremos a organização da gestão nos territórios? Como cada CRAS vai se organizar sabendo que temos que oferecer serviços, benefícios, PAIF, Inclusão produtiva, transferência de renda, cadastro único, tudo isso com uma equipe mínima?

A expositora, **Léa Braga**, traz para discussão dados sobre Benefício de Prestação Continuada e Be-



nefícios Eventuais. Ressaltou que realizou leitura das conferências anteriores onde constatou que a temática sobre integração de serviços e benefícios tem sido recorrente nestes espaços de discussão, como também lhe permitiu chegar a conclusão de que “estamos caminhando” para efetivação desta política no Brasil.

Destacou a importância da aprovação da Lei Federal nº. 12.435/2011 para fortalecimento da Assistência Social, utilizando-a como referência para sua fala nesta oficina. Traz para o debate as principais alterações realizadas por esta lei. Quanto ao BPC, as principais alterações foram: conceito ampliado de família; conceito ampliado de pessoa com deficiência; acumulação do benefício com o contrato de aprendizagem da pessoa com deficiência. Quanto aos benefícios eventuais: conceito ampliado sem recorte de renda e responsabilidade da concessão e do valor do benefício como responsabilidade dos gestores dos três entes federados. Ressalta que é importante considerar a Resolução da CIT nº 07/2009 – Protocolo de Gestão Integrada de Serviços e Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS e a Tipificação Nacional dos serviços Socioassistenciais.

Finalizando apresentou duas experiências no âmbito do MDS que considera importante quanto à dimensão da integração entre serviços e benefícios: BPC na Escola, ações articuladas entre MDS, MEC, MS, SDH/PR, envolve compromisso da União, do Estado e Municípios. e BPC Trabalho, articulação entre Assistência Social, Saúde, Ciência e Tecnologia e Entidades Sociais.

Principais Indicações da Plenária (debates)

- Para avançarmos na articulação entre serviços e benefícios é preciso avançar na construção de uma boa gestão, e isto requer, dentre outras, avançar na dimensão do financiamento. Portanto, é preciso que o ente federado Estado assuma a sua função que é de co-financiar a gestão dos serviços e benefícios. Coloca as seguintes questões para o debate: 1) A articulação entre serviços e benefícios é urgente, mas precisamos avançar também na integração dos sistemas informacionais, por exemplo, por que o SISPETI não conversa com o CADÚNICO? 2) Quanto a garantia do direito ao benefício da gestante e da nutriz, para que isso aconteça precisamos urgentemente avançar na intersetorialidade. 3) Enquanto gestores municipais, nós temos que dar conta de uma demanda enorme de serviços e benefícios, portanto devemos promover uma maior articulação entre as três esferas de governo.
- Ainda não existe uma agenda de construção da articulação e integração dos serviços e benefícios e o que tem sido concebido é um distanciamento entre CadÚnico/PBF e o PAIF, pois foram construídos de forma separadas e esta é a grande dificuldade. Na verdade, aponta que deve-se aumentar a oferta de serviços, pois a busca ativa é muito importante, mas será canalizada para onde? Compreende que este assunto não é temático, nem periférico, mas central nesta conferência e como deliberação propõe que seja deliberada uma agenda para articulação e expansão dos serviços. “qual é a agenda para além da conferência?”
- Relato caso de indeferimento da concessão do BPC de sua filha de 11 anos, que tem síndrome de down, pelo critério da renda familiar. “Pela deficiência ela tem direito, mas pela renda minha ela não teve. Eu quero que vocês conversem com as famílias das pessoas com deficiência porque isso não é justo, minha filha não tem direito ao benefício porque eu sou uma professora assalariada. Ela precisa, nós precisamos. Nós temos que rever isso, eu estou à disposição para conversar com vocês sobre isso”.
- O benefício previdenciário para donas de casa impedi-la-á de receber o Bolsa Família?
- O que podemos fazer para incluir a população em situação de rua no Bolsa Família?
- Destaque para situação de relato: no Rio de Janeiro estamos vivendo uma grande problemática para trabalhar a transferência de renda e o serviço socioassistencial, é uma grande demanda para



uma equipe mínima. Os trabalhadores não estão sendo ouvido, estão angustiados com a imensidão de famílias que deverão ser atendidas. Como vamos fazer, vamos selecionar famílias para atendimento com base em que critérios?

- Nosso grande desafio é atender às famílias para além dos programas de transferência de renda. Se não estamos conseguindo atender as famílias que nos procuram, como vamos atender as da busca ativa? Ressalta que em Fortaleza foi lançado recentemente o Plano Fortaleza Sem Miséria.

Desafios e encaminhamentos

- Uma deliberação desta conferência que a Política de Assistência Social tem assumido centralidade no enfrentamento da pobreza.
- A Lei de Responsabilidade Fiscal deverá estabelecer exceção para o limite de gasto com pessoal na assistência, para que possamos contratar os profissionais, haja vista que o MDS até repassa recurso, mas os municípios poderão utilizá-lo?
- Precisamos de estratégias urgentes para contratação de equipes e ampliação das equipes.
- Devemos verificar como o IGD-SUAS ajudará na organização da gestão da política.
- Devemos levar a proposta de que a coordenação do programa bolsa família, nos municípios, seja subordinada a(ao) secretário(a) de assistência social.
- Devemos colocar sempre na pauta de discussão a gestão do território quanto aos benefícios e serviços.
- Temos clareza do que é o PAIF, mas tem que ser visto como ele tem sido implantado nos diversos municípios
- Esta conferência precisa mesmo aprovar uma proposta nova com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Compreendo que a discussão em torno da disputa entre serviço e benefício está superada, precisa ser combatida. Devemos discutir a qualificação de ambos, serviços e benefícios, considerando que o Programa Brasil Sem Miséria abre uma oportunidade para se debater as questões estruturais da assistência social, já que esta política vem ocupando centralidade nas políticas públicas e na agenda política da Presidência da República. Concordo plenamente que os sistemas têm que conversar, estamos trabalhando muito para interoperar os sistemas. Quanto à população em situação de rua, há dois anos, ela já pode ser incluída na base do cadúnico para inclusão nos benefícios. Por fim, considero um erro sair um indicativo federal para a subordinação do gestor do bolsa família, isso fere o pacto federativo de autonomia dos municípios na definição de sua estrutura administrativa.



OFICINA 9: O PROTAGONISMO DO USUÁRIO NO FORTALECIMENTO DE NOVAS ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO NO SUAS

Ementa: Protagonismo popular e a perspectiva da superação da subalternidade na democratização do poder. As estratégias de participação dos sujeitos de direitos na política de assistência social e nas diferentes instâncias do SUAS. Os mecanismos e processos para fomento e garantia da participação dos usuários na política de assistência social. O processo de participação dos usuários no acesso aos benefícios e na oferta dos serviços do SUAS. A representação e a representatividade dos usuários nos conselhos de assistência social.

Expositores:

1. **Eleonora Schettini Martins Cunha** – Assistente Social, Cientista Política e Professora da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
2. **Carlos Eduardo Ferrari** – Administrador de Empresas, Pós-graduado em Marketing e Mestre em Administração, professor universitário na Universidade Ítalo Brasileira, Vice Presidente da Federação Nacional das Avapes - FENAVAPE e Presidente do CNAS
3. **Samuel Rodrigues** – Integrante da Coordenação do Movimento Nacional de População de Rua – MNPR

Coordenadora da Mesa:-Maria da Conceição Pires dos Santos – CNAS

Reladoras: Kathiúça Bertollo e Carla Bresan

Principais indicações apresentadas pelos expositores

O primeiro expositor, **Carlos Eduardo Ferrari**, relatou sua vivência empírica e como se pode vencer os limites e criar possibilidades para que de fato se tenha protagonismo do usuário na política de Assistência Social.

Sobre protagonismo e participação afirma: a participação é o impulso anterior ao protagonismo. Muitas vezes são confundidos estes “termos” e seus significados. O protagonismo só será atingido com a consciência do usuário de fazer esta participação e com a possibilidade dessa participação. A interlocução social e política é fundamental para que a fala do usuário possa alcançar eco.

Para transformar participação em protagonismo é necessário: criar condições pra que a sua intervenção tenha como base o eco de várias lutas, outros indivíduos. No caso de uma pessoa com deficiência, além de enfrentar limitações pessoais, a partir do momento que vê sua dificuldade/necessidade com um grupo, a partir de uma causa comum de um grupo pode-se ser superada, a sua participação passa a ser uma possibilidade, por estar sendo vista e representada como um conjunto de lutas.

Destacou ainda interlocuções municipais, estaduais devem ser articuladas. Aliança com propostas maiores para ter representação em instâncias maiores. A articulação passa a ser uma possibilidade mais concreta uma vez que está investida de representatividade. Garante a autonomia do indivíduo.

Outra questão que exige reflexão: existe a necessidade de autonomia financeira para possibilitar o eco da luta, o comprometimento de uma luta. Necessidade de apoio estatal ou privado. Na defesa de direitos são as entidades que possuem predominância e não o Estado. É necessária articulação de pessoa física em organização de usuários. O que diferencia uma organização de usuário de uma entidade?



Destacou a Resolução 24 do CNAS e afirma é a partir dela que o movimento pode exercer o controle social, reconhecendo as organizações dos usuários. O que a Resolução propõe é um modelo muito calcado nas legislações dos últimos anos. A rede se reinventa e se reestrutura e tem a frente pessoas empoderadas fazendo debates de forma articulada. Exemplo: Representação dos cegos no Brasil.

Ressaltou que o desafio maior quando se fala em protagonismo de usuário é superar a visão do senso comum de que todo usuário pode fazer controle social. Isso é injusto com o próprio usuário e não faz com que ele se torne realmente protagonista. É necessário desestigmatizar o discurso, transformar essa limitação em possibilidade revolucionária.

Fazer com que serviços sejam pensados por aqueles que demandam. Esse debate vai para além da discussão da Assistência Social. É de toda a sociedade brasileira.

O segundo expositor, **Samuel Rodrigues**, iniciou destacando que falar em novas estratégias pressupõe que tínhamos outras estratégias que eram utilizadas em outros tempos. Enfatizou a desburocratização trazida pela Resolução 24 do CNAS. Este é um grande avanço que traz a possibilidades de participação de quem usa os programas, projetos e serviços da Assistência Social. Destacou o constante desafio de mobilizar outros grupos para fazerem parte do processo. Falou a partir da experiência do Movimento Nacional de População de Rua. Expressou a dificuldade de mobilização de diferentes grupos.

Afirmou que o movimento de população de rua demonstra certa resistência “retrógrada” do próprio movimento com o velho discurso de que não se discute política, religião, etc.. Daí a importância de discutir política. Mas isto está sendo superado aos poucos, visto que estão participando de conselhos municipais, etc. Para superar estas limitações é importante e necessário o apoio dos trabalhadores, CREAS POP, para essa mobilização, para esse traçar novas estratégias.

Salientou que os CREAS POP precisam passar a ofertar rodas de conversas para os próprios usuários, para que eles percebam as possibilidades. É preciso uma participação propositiva, que será inicialmente por segmento a qual cada um pertence e depois ampliando-se, unindo-se a outros segmentos e requisitando outras políticas de forma articulada.

Enfatizou a necessidade de envolvimento da base, rede. É preciso estudar leis, medida provisória, decreto. Necessidade de rodas de conversa sobre interesses e demandas, com apoio dos trabalhadores das diferentes políticas.

Afirmou mais uma vez que o relato da experiência do movimento da população de rua de Belo Horizonte foi importante. Destaca a necessidade dessa participação e a dificuldade de encontrar novas lideranças. É imperativo ter os direitos assegurados não como benesse, mas sim como direito! Movimento a-partidário mas de espaço político. Movimento pacífico que pauta as demandas dos sujeitos.

Destacou que atualmente são 06 vagas destinadas aos usuários no CNAS. Necessidade de articulação das entidades de representantes dos usuários nos conselhos, é a partir do movimento organizado que se pode reivindicar os direitos.

Ressaltou o desafio/dificuldade de encontrar novas lideranças dentro desses grupos vulneráveis, dessa comunidade. Necessidade de envolvimento para fazer valer a voz desses sujeitos. Nenhuma das conquistas vieram por governantes bonzinhos, vieram através de muita luta, envolvimento político.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mais uma vez destacou o relato de sua experiência. Sua realização pessoal por estar a 04 anos no CNAS. Articulação do conselho com essa população (na rua).

Finalizando enfatizou a grande quantidade de pessoas que estão participando de uma Conferência Nacional pela primeira vez. Destacou a renovação do grupo a partir da inserção de novas pessoas e enfatizou a necessidade do envolvimento de cada um de nós na participação e controle social.

A terceira expositora, **Eleonora Schettini Martins Cunha**, iniciou questionando a plateia: “quem é usuário?” Resposta: grande maioria. Quase totalidade dos presentes. Ressaltou enfatizando a distinção entre “usuário de outras políticas” e “usuário” da assistência social. As dificuldades de cada um são distintas. Protagonismo é enfrentar os desafios. Necessidade de perceber as diferenças apresentadas pelos usuários. Desde a questão da acessibilidade até outras.

Quando se fala na falta de interesse do usuário em participar é preciso considerar que participação é estímulo. Interesse faz parte, mas as pessoas precisam ser atendidas em suas limitações. Quando se fala de Protagonismo, participação deve-se considerar as diferenças entre os usuários da Assistência Social.

Destacou a necessidade de que, nos espaços de trabalho e convívio com os usuários, se tenha espaços de conversa. Imperativo falar em política, de ações coletivas, de ampliação de conquistas; necessidade de não se distanciar do debate político, estar na frente disputando os espaços. A ação política feita pelos usuários é fundamental, via coletivo, via associações, para requisitar da prefeitura, do Estado.

O Estado brasileiro possui e apresenta uma trajetória conservadora, o que ainda limita, recua, assusta a participação popular. É necessário se aproveitar de espaços possíveis, articulação com trabalhadores. O Estado rege a vida dos cidadãos. O conselho é uma grande possibilidade de participação, haja vista que suas deliberações/resoluções devem ser cumpridas, tal qual aos decretos do prefeito. Isso é protagonismo e o usuário tem tentado estar lá!

Afirmou, há diferença entre estar lá e fazer a diferença. Sair de uma participação que é somente estar presente para se fazer realmente presente. É preciso trazer à tona a experiência de vida que se tornou sabedoria, conhecimento tão importante quanto o acadêmico/profissional. O usuário leva para debate dificuldades que só ele tem.

A partir do SUAS a participação não pode mais ser individual, há necessidade de criar associações, movimentos. A partir dessa organização se tem maior legitimidade da participação. O usuário deve estar presente e ter voz e vez! E que não seja “representado” por outros, mas por si mesmo, como protagonista das ações. O papel do trabalhador é fortalecer o movimento dos usuários para que eles possam falar por si, por isso, há urgência de formação política. Também a necessidade de realizar ações em horários para além do horário de trabalho do usuário, em horários alternativos, finais de semana, ou seja, os trabalhadores atuarem em horários que o usuário pode estar presente.

Enfatizou que não existe uma categoria única de usuários, a diversidade deve estar expressa. Todo o processo de formação política demora um tempo e só ocorre se houver participação. Vendo TV ou somente lendo um livro não se faz protagonismo. Ele só pode ser fortalecido na prática, com participação. Necessidade do usuário seguir seu caminho e não o caminho e rumo traçado pelos outros, por isso deve ter autonomia, entender o que há por trás das falas que ouve.

Ressaltou os trabalhadores podem e devem auxiliar os usuários, via análises de conjuntura, promovendo espaços de conversa. A política de assistência social existe por que há desigualdade social,



vivemos em uma sociedade desigual. O Estado brasileiro tem a obrigação de atender e cuidar das consequências de suas opções econômicas, por isso é um direito o acesso à Assistência Social. As entidades tem um papel importante, mas é o Estado que deve ser responsabilizado a atender os usuários. Ressaltou a crença na participação do usuário.

Principais indicações apresentadas pela plenária (debates)

- Como proceder para a criação de associação de usuários do BPC?
- Necessidade do protagonismo da comunidade, buscar intervir para poder crescer. Como se faz o protagonismo em municípios de pequeno porte, em que há uma repetição das mesmas pessoas em vários conselhos? E quando o gestor está ameaçando, vigiando? Como se pode contribuir para que o controle social possa fazer efeito?
- O que fazer quando o usuário participa, mas o conselho não funciona?
- O usuário não deve aceitar o favor, a tutela do gestor; o usuário deve ocupar os espaços.
- Necessidade efetivar o serviço para egressos do sistema prisional; retomar a aprovação da proposta da conferência de 2009 para egressos do sistema prisional; capacitar os profissionais; pensar nos egressos prisionais – homem, mulher.
- Como mobilizar as pessoas para participação se elas não tem suas necessidades básicas atendidas?
- Questionamento acerca da legitimidade de representação via entidade e não via “classe” segmento a qual pertence.
- Autonomia? Quem vai legitimamente representar o usuário? Autonomia, dignidade e exclusão social. Não fazer política pobre para pobre, qualidade é uma coisa para todos! O rótulo atrapalha ainda mais para as pessoas vencerem na vida.
- Questionamento acerca do Plano Brasil Sem Miséria e a Política da Assistência Social.
- Desafio da participação, que vai desde o deslocamento, além de outras dificuldades.
- Foi enfatizada a questão da desigualdade social, ressaltando a importância do sonho de uma sociedade mais igual, de tornar esse sonho realidade. “ Ser diferente faz diferença!”
- Falta de acessibilidade nos CRAS.
- Necessidade de pedir autorização para a entrada no albergue quando o atraso é pelo fato de estar participando de reuniões.
- Importância de repensar as estratégias de mobilização da comunidade.

Desafios e encaminhamentos/ considerações finais dos expositores

- Convicção de que a participação intensiva vai se transformar em protagonismo! “Nada sobre nós sem nós!”.
- Ressaltou os diversos parceiros do controle social: mídia, Ministério Público.
- Relatou a experiência no movimento de pessoas cegas. Décadas de abandono, negação de Estado virando as costas. Ressaltou a emoção das pequenas conquistas, mas que há muitos para trazer pra dentro do movimento.
- Enfatizou a importância do Plano Brasil Sem Miséria e Viver Sem Limites. Ressaltou a proposta de gestão que a presidente Dilma tem tentado implantar que é de articulação entre os Ministérios e Políticas Públicas.
- Em resposta ao questionamento acerca da acessibilidade, disse que a NOB enfatiza bem isso e concordou com as colocações da plenária.
- A participação precisa ser feita na base, as pessoas precisam assimilar isso.
- Os movimentos sociais parece que adormeceram; é preciso ir para além dos conselhos e conferências, para que haja uma efetiva participação popular.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- O que fazer em municípios em que há perseguição política? Não recuar da luta, fazer denúncias, solicitar apoio de proteção às testemunhas. É relevante estar pelo caminho, subir um degrau por dia, continuar a caminhada.
- Albergues de péssima qualidade e atendimento precário ao usuário. Acerca dos tutelados: perceber os serviços como um direito do usuário e dever do Estado. Fazer disso uma bandeira de luta.
- Relato de estratégias para mobilizar o usuário.
- É preciso ver o que mobiliza, aproveitar o momento de aglutinação das pessoas.
- A participação sem conquista pode desanimar.
- Participação custa dinheiro, esforço; o poder público deve bancar as despesas para custear a participação do usuário nos espaços de controle social.
- Ressaltou a discrepância entre o discurso ético e as condutas profissionais que muitos profissionais desenvolvem no seu dia-a-dia.

Oficina 10 – SUAS E A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ementa: A questão social, os determinantes estruturais da pobreza e os desafios das políticas sociais. A estratégia da articulação intersetorial e intergovernamental. Formas estratégicas de fortalecimento e integração das ações do SUAS com as demais políticas setoriais, conforme preconiza a Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11. A intersetorialidade como estratégia de gestão e de prestação de serviços nos territórios. A articulação intersetorial e a superação da extrema pobreza no Brasil. A construção de espaços de diálogo intersetorial para garantir a articulação dos serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas, possibilitando a participação do usuário. A articulação com a rede socioassistencial e com as demais políticas setoriais.

Expositores:

1. **Carla Bronzo**- Doutora em Sociologia e Política, Gerente de Extensão e Relações Institucionais, Professora e Pesquisadora da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro /MG;
2. **Rômulo Paes de Sousa** - Secretário Executivo do MDS, médico epidemiologista e especialista em avaliação de políticas públicas, especialista em medicina social pela Universidade Federal/MG e PhD em Epidemiologia pela Universidade de Londres
3. **Ângela Vieira Neves**- Professora e Pesquisadora da UnB

Coordenação da Mesa: Marisa Rodrigues da Silva – Conselheira CNAS

Relator: Pedro Nazareno Barbosa Júnior- Assistente Social-PA

Principais indicações apresentadas pelos expositores

A primeira expositora, **Carla Bronzo**, iniciou sua exposição refletindo sobre a integralidade.

1 - A Integralidade necessária no enfrentamento da pobreza pressupõe:

- Ir além da dimensão econômica, a ausência de renda.
- Capacidades limitadas em termos de ativos produtivos e humanos.
- Precariedade do acesso a bens e serviços
- Fragilidade do trabalho, para além da renda, envolve identidade e dignidade social.
- Fragilidade dos laços sociais e de mecanismos de solidariedade e reciprocidade.



- Aspectos subjetivos, relativos a valores e atitudes.
- Dimensão da territorialidade, estigma e da segregação, elementos que podem agregar outro componente aos processos de exclusão.

2 - Articulação dessa discussão com a perspectiva da intersectorialidade

- O reconhecimento desses múltiplos fatores geradores e presentes na condição de pobreza e vulnerabilidade remete à perspectiva da integralidade, que aborda a pobreza em toda sua amplitude e complexidade;
- No caso da pobreza, uma compreensão ampliada do fenômeno exige um olhar pautado pela integralidade.
- Intersectorialidade se insere em modelos emergentes de gestão: flexibilidade, participação, articulação, pluralismo, integração. Governo multinível e relacional (redes horizontais e verticais).

3 - Principais dimensões da concepção intersectorialidade

- Dimensão da decisão e do contexto político: envolvimento dos atores/setores na legitimação da decisão política
- Dimensão institucional: alterações nos arranjos institucionais e organizacionais
- Dimensão técnico-operacional: alterações nas metodologias e práticas de trabalho
- Alternativas e arranjos intersectoriais: reformas administrativas (reestruturação setores e competências), criação de mecanismos paralelos de articulação, associados à estrutura tradicional, novas práticas e espaços de integração.

4 - Redes: estrutura organizativa para uma realidade poliédrica. Características básicas de rede:

- Incorporação de múltiplos atores nas decisões e execução das atividades (presença de múltiplas áreas ou serviços);
- Interação continuada entre os atores, permitindo trocar recursos e negociar e estabelecer objetivos comuns, com a convicção de que para alcançá-los eles necessitam uns dos outros;
- Baseada na confiança e regulada pelas regras negociadas e acordadas entre as partes (relações continuadas e não hierárquicas entre os atores, baseadas na negociação e confiança)
- Reconhecimento mútuo sem o qual não é possível trabalhar junto.
- Confiança: Ingrediente essencial em um plano de gestão integrada.
- Estrutura em rede é um espaço relacional e seu bom funcionamento vai depender da gestão das relações. Isso prevê desenhar marcos contratuais onde se prevê o papel de cada parte, as formas de resolver os conflitos e espaços de encontro.
- Tarefas e espaços de mediação que permitam gerar consensos, facilitar diálogos, promover imagens conjuntas, gerar valores e percepções compartilhadas sobre os objetivos da intervenção, etc.

5 - Os reflexos das noções de intersectorialidade e rede:

- Não adianta fazer de forma mais eficiente ações que não respondem às necessidades e demandas.
- Sozinhos somos impotentes: eficiência de um profissional, serviço ou setor é insuficiente para construir respostas mais adequadas
- A simples superposição, acumulação ou soma de atuações não é suficiente. Resposta conjunta é diferente de um conjunto de respostas.
- Não se trata de colocar junto o que se faz separadamente, mas de fazer algo novo de forma compartilhada.



6 - O Suas na gestão estratégica da pobreza e a intersectorialidade:

- Gestão ativa do território: maior adequação entre a oferta de serviços e as demandas e necessidades existentes, na perspectiva de fortalecimento da infraestrutura social.
- O papel dos CRAS na articulação da rede de serviços que possa atender as demandas e necessidades das famílias.
- O suposto fundamental é que existem redes a serem mobilizadas, porosas às demandas levantadas, com capacidade para atendê-las com qualidade.
- O suposto: existem equipamentos e serviços que podem ser mobilizados
- A questão da existência, qualidade, adequação e funcionamento das redes de serviços torna-se vital para a efetividade ou não das estratégias de inclusão social.
- Não adianta a política supor a articulação, pelo CRAS, de uma rede de serviços inexistente ou inadequada para atender as necessidades e demandas, seja em termos de quantidade ou de qualidade e natureza dos serviços prestados.
- No geral, uma insuficiência ou inadequação da rede existente para o atendimento às demandas socioassistenciais em todas as faixas etárias, com uma situação mais grave para o público de jovens adultos e no campo da inclusão produtiva, onde essa inexistência ou inadequação se mostra mais severa.
- Para além da existência ou adequação das redes em relação à demanda: o papel dos CRAS na articulação com as demais políticas e serviços existentes.

7 - Os limites da proteção social: gerar autonomia e promoção social:

- A autonomia só se processa, de fato, se existe uma estrutura de oportunidade adequada para responder às demandas por trabalho e renda, por educação e saúde de qualidade e universal, por condições de moradia e infra estrutura, por proteção social.
- A baixa qualificação e os déficits de escolaridade, de forma geral, constroem o acesso das populações mais pobres ao mercado de trabalho. Áreas e territórios segregados exacerbam a pobreza.
- Os serviços socioassistenciais “esbarram” nas demandas não equacionadas de moradia e oferta de serviços de saúde e educação e na fragilidade da oferta de respostas efetivas à questão do trabalho e de geração de oportunidades produtivas. Não são suficientes para evitar o sofrimento e a desolação da falta de renda, emprego e qualificação, a violência e abandono.
- Seus efeitos parecem se concentrar na ampliação do acesso a bens e serviços públicos e na esfera da sociabilidade, dimensões centrais dos ativos não tangíveis que podem ter impacto nesse enfrentamento.
- Sem alternativas e uma visão estratégica das políticas de proteção e desenvolvimento social, corre-se o risco de gerar uma situação de dependência permanente dos beneficiários em relação à provisão pública, o que, além de um impacto negativo do ponto de vista de uma política social emancipatória e voltada para a autonomia dos cidadãos, apresenta problemas de sustentabilidade tanto social quanto fiscal.

Desafios para a integralidade

- Pobreza como problema que diz respeito ao conjunto das políticas públicas e não apenas às políticas sociais, ou à política de assistência social. Colocar no centro o conteúdo distributivo do problema.
- Questão social deve ser equacionada pelas distintas áreas e níveis de governo e setores da sociedade. Deve ter Agenda, compromisso.
- Definições sobre volume / qualidade da oferta de serviços decorre de diagnósticos e são frutos



de decisão política e programática (critérios ético–normativos) e não realizadas por interesses particularistas

O segundo expositor, **Rômulo Paes**, inicia sua apresentação afirmando que o mundo tem uma larga tradição de abordagens intersetoriais e, no caso da assistência social, as referências que trouxeram a questão para o campo da proteção social foram: a) a LOAS e suas enfrentamentos; b) a abertura da abordagem sistêmica, que vai além da pobreza; c) o envolvimento do Estado com as mudanças políticas no país e a emergência de uma nova elite política que reorienta as concepções de políticas públicas e; d) o enriquecimento do país.

Ressaltou que na *transição da Política Pública são identificados* os seguintes aspectos:

- Modelo baseado em Programas;
- Incipiência na definição do direito;
- Marco jurídico;
- Indefinição quanto à força de trabalho adequada;
- Sobreposição, redundância, desperdício e baixa efetividade;
- Cobertura reduzida;
- Incipiência no modelo de avaliação e monitoramento; transparência pública/ participação social esporádica.

Sugere que a etapa Sistêmica da Proteção Social presente:

- Estado como agente aglutinador de iniciativas não articuladas;
- Formação programática de Sistema; SUAS – Definição da abordagem, dos meios e métodos de trabalho;
- PBF – Definição de critérios de elegibilidade, valor do benefício, entre outros.

Ressaltou que é necessário ter como desafios a para o SUAS:

- A busca de um modelo solidário;
- Relacionamento com os movimentos sociais;
- Recortes coerentes para a formulação das políticas públicas, posicionando o MDS na relação com os outros ministérios, dando-lhe poder político e ferramentas de viabilidade;
- Desenvolvimento do SUAS desejável nos estados e municípios, elevação do debate político para um nível de participação.

Destacou que o Programa Bolsa Família articula três dimensões específicas: alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda; contribuição para a redução da pobreza entre gerações, por meio do cumprimento das condicionalidades; articulação com outras políticas públicas, de forma a desenvolver as capacidades das famílias beneficiárias.

Observou que as Características do Modelo Intersetorial:

1. abordagem intersetorial ;
2. mais eficiente, porém mais caro;
3. preenche lacunas orçamentárias;
4. efeito inercial da disputa orçamentária;
5. maior efetividade;
6. padrão externo na definição de qualidade;
7. redução do efeito corporativo.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nesse debate há que observar a Linha e Público do Modelo Intersetorial:

1. Linha de extrema pobreza: renda familiar per capita de até R\$ 70; acima da linha adotada nos Objetivos do Milênio/PNUD (US\$ 1,25); valor de referência da extrema pobreza do Bolsa Família;
2. Público do Brasil Sem Miséria: 16,2 milhões de pessoas em todo o país;
3. Extrema pobreza = 16,2 milhões de pessoas: 59% estão concentrados na região Nordeste; do total de brasileiros residentes no campo, um em cada quatro se encontra em extrema pobreza (25,5%); 39,9% tem até 14 anos de idade = cerca de quatro em cada dez indivíduos em extrema pobreza no Brasil; 70,8% são negros (pretos e pardos); 25,8% são analfabetos (15 anos ou mais).

Apresentou como desafios importantes: a) financiamento; b) componente tecnológico; c) corporações; d) burocratização; e) judicialização; f) baixa qualidade dos serviços e; g) limitações da abordagem setorial.

Principais dificuldades: a) retirar a população extremamente pobre de sua condição, rompendo o círculo vicioso da exclusão social; b) territórios de baixo dinamismo econômico; c) reduzido grau de escolaridade e qualificação e; d) acesso precário a recursos, oportunidades de emprego e atividades produtivas e serviços públicos básicos.

A terceira expositora, **Ângela Neves**, iniciou debatendo o conceito de intersectorialidade, que associa a ideia de “integração, de território, de equidade, enfim, de direitos sociais”, referindo-se “à população e aos seus problemas, circunscritos a um território ou região da cidade ou do município.” Dessa maneira, instaura-se um processo de aprendizagem e de determinação dos sujeitos, que passa a articular saberes e experiências no âmbito do planejamento, da execução e avaliação das ações.

Ressaltou os marcos desse processo no Brasil e na Assistência Social, que são: a) a Constituição e o desenho de uma nova cultura política; b) a Loas; c) a Assistência social e culturas políticas em disputa; d) os avanços do SUAS tencionando a cultura política vigente; e) os projetos políticos em disputa; f) o Suas como completude legal da cidadania no Brasil – cultura política do direito e; g) a garantia legal à efetivação no cotidiano – a luta com o histórico clientelista e patrimonialista.

Enfaticou que a LOAS e o SUAS rompe com a lógica do “cliente” e “favor”, principalmente com a histórica e intrínseca relação entre clientelismo e assistência social, traços perversos a consolidação de direitos sociais. Torna-se o campo de disputa constante entre a lógica do assistencialismo e da garantia do direito – o tempo da regulamentação.

Acrescentou que o SUAS tem se mostrado o mais profícuo na efetivação da assistência social como política pública visto que: a) instituiu uma mudança na cultura política local na área da assistência social com a efetivação do sistema descentralizado e participativo fortalecendo uma cultura de direitos nos diferentes municípios; b) prevê os desafios da intersectorialidade no SUAS e a descentralização (redes); c) a participação da sociedade civil deixa de ser um confronto ao Estado, para se caracterizar como “participação negociada” na disputa entre projetos distintos, em processo de co-gestão entre o Estado e a sociedade.

Prosseguiu afirmando que a ação intersectorial, as redes de base local e/ou regional, reclamam por valorização e qualificação na interconexão de agentes, serviços, organizações governamentais e não governamentais, movimentos sociais e comunidades. Intervir em rede requer que se estabeleçam, entre as diversas instituições de defesa de direitos e prestadoras de serviços, vínculos horizontais de interdependência e de complementaridade.



Destacou a Tipologia das Redes Socioassistenciais:

1. Redes sociais espontâneas: nascem do núcleo familiar ampliado (grupos de vizinhança, clubes, igrejas);
2. Redes de serviços sociocomunitários: constituem-se numa extensão das redes sociais espontâneas;
3. Redes sociais movimentalistas: fortalecem as redes nascidas na comunidade (movimentos sociais de defesa de direitos);
4. Rede privada: o mercado constitui-se no grande agente dessa rede;
5. Rede pública, o Estado.

Enfatizou sobre o SUAS e os desafios da intersectorialidade, que são: a) a qualificação do trabalho da rede depende da relação entre público e privado na Assistência Social; b) a sociedade civil tem papel de destaque, em particular as entidades sócio-assistenciais; c) os CRAS e seus trabalhadores “devem qualificar essas práticas políticas” “esse encontro” entre o Estado e a sociedade civil na Assistência Social; d) a construção da política pública exige um aprendizado político de gestão do Estado nas três esferas; e) a descentralização como transferência do poder de decisão, competências e de recursos; f) a rede sócio assistencial deve qualificar suas formas de gestão através do que preconiza o SUAS (monitoramento, controle social, gestão democrática, transparência dos gastos, compromisso com o interesse público no uso dos recursos públicos).

Destacou que o mundo tem uma larga tradição de abordagens intersectoriais e, no caso da assistência social, as referências que trouxeram a questão para o campo da proteção social foram: a LOAS e seus enfrentamentos; a abertura da abordagem sistêmica, que vai além da pobreza; o envolvimento do Estado com as mudanças políticas no país e a emergência de uma nova elite política que reorienta as concepções de políticas públicas e; o enriquecimento do país;

Principais indicações apresentadas pela plenária (debates)

- É necessário superar a impotência diante da insuficiência das respostas, que demandam os serviços. Trazer as outras políticas para o enfrentamento da pobreza.
-
- A intersectorialidade no SUAS deve se consolidar como uma agenda de compromissos, que são: a) fortalecer o sistema de vigilância social; b) estabelecer o diálogo entre os envolvidos; c) tornar a administração pública deliberativa; d) persistir na garantia das ações nos tempos definidos; e) provocar vontade política do gestor; f) estimular o diálogo entre os conselhos; g) promover a ruptura das práticas clientelistas e ampliação da participação dos usuários e; h) mapear e reordenar a rede.

Desafios e Encaminhamentos

- Mapear e reordenar a Rede Privada em cada município, articulada com os CRAS, enquanto uma referência na consolidação do SUAS.
- Instituição de uma cultura de direitos, colocando em xeque a cultura clientelista marcadamente forte na assistência social, nos diferentes municípios.
- As entidades sócio assistenciais que prestam serviços nos diferentes municípios devem se articular em uma rede para fortalecimento dos serviços, a partir do diagnóstico social do território.
- O desafio da intersectorialidade pressupõe uma análise da cultura política local nos diferentes municípios; no aprofundamento do diálogo entre conselhos.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Fortalecimento dos CRAS e CREAS na condução do processo do Estado Democrático de Direitos\ Estado Ético e seu projeto político. Sem isso, o difícil aprendizado da intersetorialidade enquanto diretriz, será apenas uma normativa.
- A qualificação do trabalho da rede socioassistencial depende da relação entre público e privado na Assistência Social; a sociedade civil tem papel de destaque, em particular as entidades socioassistenciais.
- Os CRAS e seus trabalhadores devem qualificar as “práticas políticas”, o encontro entre o Estado e a sociedade civil na Assistência Social; a construção da política pública exige um aprendizado político de gestão do Estado nas três esferas. Fortalecer a descentralização como transferência do poder de decisão, competências e recursos.
- A rede socioassistencial deve qualificar suas formas de gestão por meio do que preconiza o SUAS (com monitoramento, controle social, gestão democrática, transparência dos gastos e compromisso com o interesse público no uso dos recursos públicos).

OFICINA 11: A ASSISTÊNCIA SOCIAL E A UNIVERSALIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL

Ementa: O tripé constitucional da Seguridade Social – limites e possibilidades. O lugar da Política de Assistência Social na Seguridade Social e os princípios da integralidade, universalidade e equidade, da participação da comunidade e controle social. A Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11 e a afirmação da proteção social não contributiva. O Plano Decenal da Assistência Social e a universalização da proteção social básica. Universalização dos direitos sociais na perspectiva da construção de um sistema de proteção social não contributivo. O debate do universalismo básico, Piso de Proteção Social Mundial (proposta da ONU). Carta da Conferência Internacional de Seguridade Social.

Expositores:

1. **Renato Francisco dos Santos Paula:** Assessor SNAS/MDS
2. **Jorge Alfredo Gimenes Peralta** – Educador Popular do Centro de Educação Popular – CEAP/RS
3. **Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria** – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social – CNTSS/CUT

Coordenador da Mesa: Wagner Antônio Alves Gomes – SNAS

Relatora: Daraci Rosa dos Santos

Principais indicações apresentadas pelos expositores

O primeiro expositor, **Renato Francisco dos Santos de Paula**, iniciou contextualizando a forma como a Seguridade Social tem sido pautada pelo CNAS, apontando para a retomada da discussão na perspectiva de encaminhamentos efetivos para além das políticas definidas no tripé da seguridade social, na Constituição Federal.

Apontou a importância de a assistência social ter que se qualificar para entrar na agenda da seguridade social, considerando sua trajetória diferenciada da Saúde, que já tem uma legitimidade.

Ao abordar a Proteção Social, colocou que a mesma é tratada em apenas uma das várias modalidades que constituem o sistema de seguridade social, mencionando a Conferência Mundial sobre Sistemas



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Universais de Seguridade Social, apontou a necessidade de pensar a proteção social fora dos sistemas de seguridade social.

Apresentou os conceitos a partir dos autores Viane e Levicovitz, dizendo que os Estados devem instituir seus sistemas a partir de duas vertentes de proteção social, que são:

- a) os riscos causados pela estrutura da sociedade, seu dinamismo e processo social, no caso, na sociedade do capital, o desemprego, a violência, a falta de serviços, etc;
- b) os riscos próprios da condição humana, tais como, pessoas com deficiência, crianças, idosos, etc, em qualquer tipo de sociedade.

Na Assistência Social colocou como exemplo a falta de concepção de algumas pessoas quando apontam que, quando as políticas todas funcionarem, não precisaremos mais de assistência social, como se a questão fosse apenas estrutural, desconsiderando a segunda vertente.

Apresentou as modalidades de Proteção Social e suas características, como:

- Assistência Social - focalista, residual, seletiva;
- Seguro Social - categorias ocupacionais;
- Seguridade Social - benefícios, ações e serviços a todos os cidadãos, na lógica da universalidade.

	ASSISTENCIA SOCIAL	SEGURO SOCIAL	SEGURIDADE SOCIAL
Cobertura	Marginal	Ocupacional	Universal
Prestação	Ad Hoc	Contributivo/ Redistributivo	Homogenea de soma fixa
Financiamento	Fiscal	Contributivo	Fiscal

Argumentou que no Brasil, as bases para a proteção social estão dadas na Constituição Federal/88, onde, no art. 6º, estabelece os direitos sociais que devem ser operacionalizados por políticas que levam o mesmo nome (saúde, educação, etc), sendo que o mesmo não se dá com a assistência social; mencionou o art. 194, que coloca o tripé da seguridade social e o art. 203, onde aparece o público descrito no artigo 6º.

Esclareceu que a política de assistência social foi a última a ser regulamentada por várias razões, entre as quais, destaca-se a compreensão dos constituintes na época, que centraram o debate na reforma da previdência, por conta do movimento sanitarista, que reivindicava a política. Isso não ocorreu com a assistência social, visto que não tinha ninguém brigando por ela. Assim, ficou uma política voltada para pobres e não reconhecida e legitimada.

Seguiu apontando o art. 204, cujas diretrizes fazem com que a assistência social adquira características de política pública, citando a descentralização política-administrativa e a participação popular, o que só foi reconhecido agora, com a instituição do SUAS.

Evidenciou o trajeto inconcluso da seguridade social no Brasil, uma vez que as suas políticas não se encontraram para discutir juntas e que apenas as políticas ali estabelecidas não são suficientes para as necessidades do país; apontou a lógica que preside cada uma delas, sendo:



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Previdência: privada;
- Saúde: transita entre o público e o privado;
- Assistência social: buscando romper com a caridade e a benesse;

Como desafios, citou:

- Retomar e ressignificar princípios da seguridade social na lógica democrática e popular;
- Avançar nas formas de luta contra a lógica de seguro;
- Retomar princípios do SUS;
- Consolidar assistência social a partir de conteúdos próprios;
- Desvincular orçamento da DRU, estabelecendo fonte sólida de financiamento;
- Educação permanente nas três áreas;
- Redefinir relação entre público e privado, na lógica do controle democrático popular;
- Articulação e integração entre os sistemas públicos de políticas, como SUAS/SISA/SUS, etc.
- Finaliza comentando, a seguridade social no Brasil não existe.

A segunda expositora, **Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria**, fala a partir do ponto de vista dos trabalhadores, citando a declaração dos Direitos Humanos e a Constituição Federal/88, em seus artigos 194/196/201 e 203.

Procedeu uma retomada histórica, apontando: a) o ano de 1988 como o da consagração da seguridade social; 1990/Collor a implantação do neoliberalismo, que traz perdas, revendo a constituição e retirando direitos sociais; b) a era FHC, com aprofundamento do neoliberalismo, estabelece estratégia de desenvolvimento social e macroeconômica, que induz a continuidade da luta e a construção coletiva em outra perspectiva; c) contradições no governo Lula, mas com avanços significativos a de 2006 a 2010, sendo que a crise de 2008 demonstrou que o Brasil é um estado forte, principalmente por ter as políticas de seguridade social estabelecidas;

Colocou que, embora a seguridade social não articule os 3 pilares, ela existe na compreensão geral e apresenta algumas reflexões a partir de dados que relacionam SUAS/SUS, SUAS/EDUCAÇÃO e SUAS/PREVIDÊNCIA, mencionando dados sobre a queda da mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida dos idosos, de aumento da inclusão de crianças na escola e na educação infantil, assim como, números de beneficiários que acessam através da previdência;

Esclareceu que a linha da pobreza apresenta múltiplas dimensões, não sendo apenas uma questão econômica / financeira, mas também relacionada com as privações de capacidades e que a erradicação da pobreza e construção dos pilares se dá pela inserção no mercado de consumo, acesso universal aos serviços, políticas urbanas, habitação popular, saneamento, transporte público, reforma agrária, que tem como fundamento a agricultura familiar, a transferência de renda, etc.;

Como desafios, destacou:

- Articulação do bolsa família com capacitação, micro crédito e economia solidária;
- Estabelecimento de piso de proteção social (debate da OIT);
- Universalismo básico x universalidade; políticas universais x focalizadas contra a perspectiva de política pública para pobre;
- Retomar e aprofundar o debate das deliberações da conferência mundial sobre sistemas universais de seguridade social, com ênfase no papel do Estado;
- Cumprir e cobrir contingências previstas na convenção 102 da OIT, da qual o Brasil é signatário;



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

- Financiamento sustentável: reforma tributária e progressiva; reforma fiscal;
- Gestão do trabalho: força de trabalho que materializa o SUAS e é o elo principal com usuários;
- Retomar o conselho de seguridade social como expressão democrática e participativa, com transversalidade das ações e força para as 3 políticas;
- Controle social;
- Dar visibilidade para o papel central da assistência social na seguridade social, tendo em vista seu papel de articulação e transversalidade das políticas de desenvolvimento social.

O terceiro expositor, **Jorge Alfredo Gimenes Peralta**, esclareceu que sua fala se pautará na política de saúde, considerando sua inserção na mesma, apontando para a necessidade da retomada de seus princípios filosóficos, no que se refere à universalidade.

Colocou os contrapontos indicados pelos setores conservadores, opositores dos direitos sociais, os quais indicam que é preciso uma nova agenda para o Brasil, no que se refere à reforma da previdência, tendo em vista que fomos muito “generosos” em 1988, com a Constituição Federal.

Os argumentos contrários à saúde como política pública e que justificam a sua privatização vão no sentido de que o Brasil é muito grande, não há recursos suficientes para atender todo o país, devendo-se, assim, tornar o básico disponível para quem pode pagar e para quem não pode pagar, que haja cobertura estatal;

Apontou que tal perspectiva vem na ótica de adoção do modelo americano e que seus defensores colocam que ou fazemos isso ou nunca universalizaremos a saúde; coloca o exemplo da privatização de 25 hospitais no estado de São Paulo nos últimos tempos.

Mencionou que o Brasil avançou nos últimos 8/10 anos, através da assistência social como direito e criou um contingente de pessoas que entraram para a classe média despolitizada e que, ao galgarem este patamar, querem plano de saúde, escola privada e negam a política e a perspectiva do direito – é preciso politizar, portanto;

O Brasil vai conseguir resolver o problema da pobreza em 2012, zerar ou diminuir antes do que foi estabelecido pela meta do milênio, mas que, ainda, temos um contingente de pobreza muito grande, considerando que 80% da população recebe até 3 salários mínimos;

Indica a necessidade de compreender a seguridade social num leque maior, entendendo a necessidade de condições mínimas para as pessoas se desenvolverem;

Colocou o informe da ONU sobre pisos mínimos e a importância de se ter clareza, do ponto de vista financeiro, sobre a visibilidade das proteções sociais públicas;

Enfatizou que é fundamental o reconhecimento da importância do Bolsa Família no impacto econômico que gera economia local e regional, voltando em forma de tributos para o estado, mostrando a inteligência da política pública.

Entre os principais desafios colocou:

- A radicalização da democracia com vistas a materializar o conteúdo dos direitos humanos, decidir sobre as questões centrais das políticas públicas (controle social x BNDES, Banco Central, Ministério da Fazenda – que são os grandes definidores do financiamento), estabelecer outra metodologia e outra forma de participação popular nas conferências;



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Definir uma agenda social para o Brasil, em relação às conferências, ao debate sobre a conferência mundial sobre sistemas universais de seguridade social, realizar conferência nacional de seguridade social, definindo-se: a agenda para os próximos 10 ou 15 anos, tanto no que se refere aos Trabalhadores do SUAS, quanto a dos movimentos sociais;
- Fortalecer as políticas e criar estruturas de forma a garantir acesso a tudo, considerando que avançamos na inclusão social, enfrentamos a crise, criamos emprego, aumentamos o crédito e o poder aquisitivo das pessoas, no entanto, o valor da habitação triplicou e aumentou também o déficit habitacional, assim como, aumentou o número de pessoas com carros individuais, em detrimento do transporte público.

Principais indicações apresentadas pela plenária

- Princípio da integralidade da proteção no campo da seguridade social e os desafios para todas as políticas que a compõe;
- Participante levanta questão: Por que o expositor Renato afirma que no Brasil não há sistema de seguridade social?

Cada expositor fez comentários, a seguir:

O **primeiro expositor** colocou que não existe seguridade na lógica que defendemos;

Falou da diferença entre transversalidade, intersetorialidade e integralidade (das necessidades do ser humano, como integral), por isso a transversalidade é necessária;

No desenho das políticas anão há a perspectiva de integração. Como exemplo, colocou o Bolsa Família: teoricamente é da assistência social, no entanto, implica e rebate na política de segurança alimentar quando reflete na questão nutricional, reduz mortalidade; não há reconhecimento do programa como sendo de assistência social, pois incide na saúde, na educação, etc. não há no desenho da seguridade social a integração das políticas, ela é consequência do processo e da necessidade que temos.

Disse que há possibilidade de construção e estamos vivendo a oportunidade de fazer isso. As crises estruturais do capital, sua natureza, possibilitam colocar no buraco que se cria, alternativas; as crises abrem buraco na lógica capitalista e deixam evidente a brecha; a seguridade social não é uma alternativa revolucionária, a proteção social pode elevar a um novo patamar civilizatório. Isto não significa romper com uma agenda capitalista, de mercado, aí entra o papel dos movimentos sociais – lutar para elevar o patamar civilizatório, mas não parar por aí. Superar a cultura de fragilidade das políticas, entender que a sociedade organizada tem que lutar por interesses coletivos e não segmentados.

A segunda expositora fez referência a fala do primeiro expositor. A gente teve que construir um modelo da Constituição de 88, que começou pelo SUS, foi pensado na época e estão ocorrendo deformações neste modelo. O conselho virou um conselho de corporações e segmentos; o conselho de saúde tem que ser revisto.

Em 2005 teve a primeira conferência interministerial no país sobre saúde do trabalhador. A idéia era reunir as três políticas e não foi possível, teve problemas com o governo e com os movimentos sociais, que não cobraram dificuldades em abrir mão do meu eu e do que eu quero.

Falou que as ações em que ocorreram avanços se deram porque houve intersetorialidade e transversalidade, aconteceram, pelo dinamismo da vida e da conjuntura.



O **terceiro expositor** afirmou que teve notícia de que o Bolsa Família foi criado por Cristovam Buarque, com outro nome e similar ao BF e deu exemplo de uma jovem que, na época era atendida como criança, e que atualmente, aos 18 anos, é atendida juntamente com seus dois filhos pelo Bolsa Família. Isto, além de dar elementos para a direita e demais opositores, acaba gerando dependência e mostra a necessidade de integrar as políticas públicas, não só no âmbito federal.

Relatou situações de municípios com trabalhadores contratados sem concurso público, embora de forma legalizada, mas que isto não é resolutivo, que precisa se discutir a lei de responsabilidade fiscal e de responsabilidade social, pois é necessário trabalhadores concursados, qualificados, efetivos para qualificar a gestão. Ou faz isso ou continua fragmentando as políticas, com resultados ruins.

Desafios Encaminhamentos

Os desafios foram destacados no item “ Principais indicações apresentadas pelos expositores” e não houve encaminhamentos.

OFICINA 12: O PAPEL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PLANO VIVER SEM LIMITE

Ementa: Acesso e formas de atendimento dos usuários e seus familiares no sistema de proteção social e serviços públicos na perspectiva do desenho universal e da acessibilidade. Definição de papéis entre as políticas públicas setoriais e a sociedade civil no atendimento a pessoa com deficiência. Articulação dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS com os demais serviços da rede socioassistencial no processo de habilitação e reabilitação e na construção de contextos inclusivos. Superação das barreiras arquitetônicas e atitudinais. Fomento ao uso de tecnologias assistivas. Estratégias para mobilizar, articular, organizar, estimular e potencializar recursos das pessoas com deficiências e pessoas idosas, famílias e comunidade no processo de habilitação e reabilitação e inclusão social, como garantia da segurança de autonomia. Atenção para os princípios constitucionais e da Convenção da Organização das Nações Unidas - ONU.

Expositores:

1. **Maria José de Freitas** - Assistente Social, Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais – DBA/SNAS/MDS.
2. **Ana Paula Crosara de Resende** - Diretora de Políticas Temáticas da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa Com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
3. **Marco Antônio Castilho Carneiro** - Vice-Presidente da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENASP e representante do Fórum Nacional de Entidades de Pessoas Com Deficiência

Coordenadora da Mesa: Maria Auxiliadora de Araújo – CNAS

Relatora: Deborah Cristina Amorim

Principais indicações apresentadas pelos expositores



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A primeira expositora, **Ana Paula C. de Resende**, apresentou o Plano Nacional de Direitos da Pessoa Com Deficiência – VIVER SEM LIMITE. O plano está estruturado em quatro eixos: Acesso à Educação; Inclusão Social; Atenção à Saúde; Acessibilidade.

Explicou que para viabilizar o acesso a Educação estão previstos:

- BPC na Escola (378.000 crianças e adolescentes);
- Transporte Escolar Acessível (2.600 ônibus acessíveis);
- Escola Acessível (42 mil escolas);
- Salas de Recursos Multifuncionais (45 mil salas novas/atualizadas);
- Língua Brasileira de Sinais (Contratação de 1.296 professores e tradutores intérpretes; 27 cursos Letras/Libras - 2.700 vagas/ano; 12 cursos de Pedagogia, com ênfase na educação bilíngue - 480 vagas/ano);
- PRONATEC (150 mil vagas).
- Considerando a Inclusão Social estão programados:
- Alterações no BPC (Garantia do retorno do BPC após a saída do emprego; acúmulo da renda da aprendizagem com o BPC);
- BPC Trabalho (50 mil beneficiários);
- Centros-Dia de Referência (27 unidades especializadas de assistência social).

Visando ampliar a atenção à saúde estão estruturados:

- A Triagem Neonatal (Teste do Pezinho completo);
- Sistema nacional monitoramento e busca ativa;
- Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas: deficiências visuais e auditivas; Síndrome de Down; Autismo; Paralisia Cerebral; Amputados; Outras;
- Rede de Habilitação e Reabilitação (Qualificação dos serviços em parceria com instituições de excelência);
- 45 Centros de Referência em Habilitação e Reabilitação, com veículos acessíveis;
- Órteses e próteses (19 novas oficinas ortopédicas e qualificação de 60 oficinas ortopédicas);
- Formação de 660 profissionais;
- Aquisição, adaptação e manutenção de órteses e próteses, inclusive de cadeira de rodas);
- Atendimento Odontológico (Qualificação de: 420 centros de especialidades odontológica; 27 centros cirúrgicos; Capacitação de 6 mil equipes).
- Com vistas à acessibilidade o programa Minha Casa Minha Vida 2 prevê:
- 1,2 milhão de moradias adaptáveis (Kits para adaptação); Mobilidade Urbana (Exigência de acessibilidade em obras de mobilidade urbana; PAC grandes cidades;
- Copa 2014); Secretaria de Acessibilidade e Programas Urbanos; Cães-Guia (5 centros tecnológicos);
- Microcrédito (Juros de 0,64% ao mês; Até R\$ 25 mil); Desoneração tributária; Programa Nacional de Inovação em Tecnologia (Crédito de R\$ 90 milhões; Apoio de R\$ 60 milhões; Catálogo Nacional); Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistida.

Destacou que o Plano tem previsão de investimentos na ordem de 7,5 bilhões de reais entre 2011 e 2014.

A segunda expositora, **Maria José de Freitas**, iniciou abordando sobre o papel da Política de Assistência Social no Plano Brasil Sem Limite, sendo que o objetivo é a inclusão social e o fortalecimento da participação das pessoas com deficiência, promovendo sua autonomia, eliminando barreiras e permitindo o acesso e usufruto dos serviços disponíveis. O Plano prevê a necessária articulação e a ação intersetorial entre diversos ministérios que estão mobilizados para a implementação do Plano.



Enfatizou que a Política de Assistência Social vai acompanhar o Programa BPC na Escola, prevendo a ampliação das metas até 2014 (529.000 beneficiários), sendo que 70% dos beneficiários estejam na escola. Há expectativa de que 100% dos municípios façam a adesão ao programa, nesse sentido é importante a mobilização da sociedade cobrando que os municípios façam essa adesão. Também se prevê o fornecimento de órteses e próteses aos beneficiários. Essas ações exigem parcerias entre MEC, MS, MDS e SDH.

Mencionou que também se avançou em relação à suspensão especial do BPC quando da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, podendo voltar ao BPC em caso de não conseguir se manter no emprego. Também foi feita a compatibilização do benefício com a remuneração do aprendiz, sendo que há a possibilidade de acumular o benefício e a bolsa por até dois anos.

-BPC Trabalho: Promoção do acesso ao trabalho dos beneficiários do BPC com deficiência, de 16 a 45 anos, prioritariamente:

- Beneficiários com baixa escolaridade, que aliada às limitações da deficiência, à baixa renda e à falta de oportunidades para acessar as políticas de saúde e educação, encontram muitas restrições para a vida independente e para o trabalho. Um Projeto Piloto está em andamento em: São Paulo e Santo André/SP, Fortaleza, João Pessoa, Teresina, Belém, Recife, Campo Grande, Porto Alegre.

Ressaltou que Centro-dia de referência deve ser organizado para: oferta serviço de cuidados pessoais às pessoas com deficiência com alto grau de dependência, agravado pela situação de extrema pobreza, visando a prevenção do isolamento social, das situações de negligência, abandono, maus tratos e de abrigo institucional e a promoção da autonomia dos usuários e dos cuidadores familiares.

Afirmou que o Centro-Dia de Referência para Pessoas com Deficiência deverá ser instituído como uma Unidade Referenciada ao CREAS e uma das referências na prestação do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias.

No Eixo Acessibilidade, foram ainda propostas as ações: Acessibilidade dos CRAS e CREAS; Acessibilidade das unidades que ofertam serviços de acolhimento; Curso de Libras para as equipes dos CRAS e CREAS; Capacitação de técnicos do SUAS; A compreensão é de que a acessibilidade precisa ser alcançada em várias frentes e não apenas no aspecto físico, sendo necessário o cumprimento das normas da ABNT e a legislação, superando os números identificados no senso SUAS em relação a acessibilidade.

Comentou sobre ao processo de habilitação e reabilitação, este se dá ao longo da vida da pessoa com deficiência e não tem previsão de término. É centrado na pessoa e tem nas características e demandas de cada indivíduo o seu eixo gerenciador, variando de pessoa para pessoa. Conclui sua fala trazendo uma reflexão de Ban Ki-moon, Secretário-Geral da ONU por ocasião do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência (03/12/2011):

“Este ano, a celebração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência nos lembra que o desenvolvimento só poderá ser duradouro se for equitativo, incluyente e acessível para todos. Corrigir as atitudes negativas, a falta de serviços e o precário acesso a eles, e superar outros obstáculos sociais, econômicos e culturais, redundarão em benefício de toda a sociedade.”

O terceiro expositor, **Marcos Coimbra**, apresentou suas considerações acerca do Plano, segundo ele “a atenção à pessoa com deficiência no Plano Viver sem Limite é apresentada como inclusão social e não acesso à Assistência Social enquanto política pública, a exemplo do que está posto para a Educação e Saúde. O termo “inclusão social”, por si só já traz uma afirmativa de que a pessoa com deficiência não



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

está incluída na sociedade, necessitando então de um plano que à inclua, sem demérito algum sobre a inclusão social, que é a nossa luta”.

Enfatizou que pensar o papel da Assistência Social dentro do Plano Viver sem limite é primeiramente afirmar que já avançamos muito mais do que propõe o Plano, embora reconheçamos sua importância em áreas pontuais, particularmente nos programas de transferência de renda, considerando um avanço principalmente a promoção do acesso ao trabalho. Enquanto Política de Assistência, no entanto, as práticas cotidianas têm mostrado que se necessita avançar mais e para isso, remete a reflexões dentro da Política de Assistência, ressaltando que os mais variados direitos socioassistenciais estabelecidos: Ressalta que a Loas preconiza uma das suas destinações a Habilitação e Reabilitação das Pessoas com Deficiências e a promoção de sua integração à vida comunitária (Art. 2º).

Afirmou que a resolução 34 que definiu a Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência na Política de Assistência, publicada no último dia 28 de novembro, demonstra um avanço e o respeito às reivindicações históricas tanto das pessoas com deficiência, quanto das Entidades representativas do segmento das pessoas com deficiências, reafirmando a importância do Controle Social nesta luta, uma vez que, apesar de a Loas trazer como uma das suas principais diretrizes, a atenção à Pessoa com Deficiência, focou-se quase que exclusivamente sua atenção apenas para o BPC, sem definir claramente o que era a Habilitação e reabilitação da Pessoa com Deficiência dentro da Assistência, sendo necessário, no entanto, um olhar para outros segmentos (autistas, entre outros com características específicas).

Segundo o palestrante, apesar dos avanços, há problemas que precisam se superados:

1. Barreiras arquitetônicas\ barreiras técnicas\ desconhecimento das formas de abordagens e comunicações com as pcd's;
2. Inclusão das pessoas com deficiências nos processos, tanto de ofertas de serviços, quanto às suas atuações por mecanismos de luta por direitos;
3. Realização de programas que incentivem e desenvolvam ações de promoção da autonomia daquelas pessoas que possam estar inseridas em espaços sociais diversos, particularmente no campo do mercado de trabalho, grupos de convivências, etc.;
4. Referência Familiar – Trabalhar a referência familiar e convivência comunitária, identificando as realidades diversas das pessoas com deficiências, particularmente dos deficientes intelectuais, autistas, transtornos globais do desenvolvimento, entre outros, considerando a preocupação daquelas pessoas sem referência familiar (perda ou abandono dos pais);
5. Ampliar e implantar equipamentos e serviços de proteção social especial de media e alta complexidade para habilitação e reabilitação e residências assistidas para pcd, e def. intelectual.
6. Participação direta das Pessoas Com Deficiências nos espaços de Controle Social e a garantia de representantes daqueles que não tem como se representar de forma autônoma;

Principais Indicações apresentadas pela Plenária (debates)

Em geral houve manifestações de apoio ao plano com o reconhecimento de sua importância para garantir a inclusão social e acessibilidade das pessoas com deficiência, entretanto foram apontadas preocupações em relação à diversidade de deficiências que precisam ser consideradas, bem como as exigências específicas para a sua inclusão.

Retomando a palavra a **primeira expositora** expressou que o plano é uma primeira etapa, ele é o possível para o momento, mas o governo sabe que ele não é ainda o ideal.



Enfatizou que existe um esforço em cumprir a convenção internacional dos direitos da pessoa com deficiência, mas muito será necessário avançar nas diferentes políticas. Solicita para que as pessoas se manifestem, digam onde há fragilidades, cobrem dos estados e municípios a adesão ao plano, para também criar uma cultura inclusiva na sociedade como um todo, “percebendo que a deficiência é apenas mais um aspecto da diversidade humana”.

Finalizou trazendo o lema do movimento das pessoas com deficiência: “Nada sobre nós sem nós”. “Se estivermos falhando nos provoquem, falem mais diretamente conosco. Queremos acertar e com a ajuda de vocês vamos conseguir”

A segunda expositora respondeu a alguns questionamentos apresentados pela plenária, reconhecendo que há limites no plano, mas que o governo está aberto ao diálogo e que várias discussões vem ocorrendo no sentido de aprofundar a compreensão e ampliar o acesso.

Enfatizou que várias questões estão na pauta dos ministérios, apesar de não constarem desse momento do plano. Reafirma a abertura ao diálogo e a disposição em atender aos anseios e necessidades das pessoas com deficiência.

Para finalizar o **terceiro expositor**, coloca a solicitação de que seja viabilizada a isenção de ICMS na compra de veículos por pessoas com deficiência ou para famílias com pessoas com deficiência. Reconhece a importância da postura de abertura ao diálogo por parte do governo e reafirma o desejo de participação das pessoas com deficiência e suas entidades na elaboração e consolidação do plano e suas ações.

Desafios e Encaminhamentos

- Garantir a Intersetorialidade, envolvendo outras políticas.
- Romper com as atitudes culturais, sociais.
- Garantir dentro da própria Assistência, a oferta de ações que promovam a inserção no mercado de trabalho formal, quando possível.
- Entender o vínculo familiar, de acordo com a realidade das mais diversas deficiências, ressaltando aqui as pessoas sem vínculo familiar, o que fazer ?

OFICINA 13 : O FINANCIAMENTO E COFINANCIAMENTO DO SUAS: O ORÇAMENTO PÚBLICO DOS ENTES FEDERADOS E A GESTÃO DOS FUNDOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ementa: Financiamento da Seguridade Social. Lógica de financiamento e de cofinanciamento do SUAS. O processo orçamentário e a articulação com os instrumentos de gestão do SUAS(Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA, Planos de Assistência Social e Relatórios de Gestão e Fundos). Instituição, regulamentação e gestão dos fundos de assistência social. Aplicação de recursos e a prestação de contas. Lei de Responsabilidade Fiscal e a contratação de servidores públicos. A Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11 e a obrigatoriedade do repasse de recursos para pagamento de pessoal.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Expositores:

1. **José Dirceu Galão Júnior** – Subsecretario de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva
2. **Gisele de Cássia Tavares** – Assistente Social da Secretaria de Assistência Social de Londrina/PR
3. **Antônio Jose Gonçalves Henriques** – Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS

Coordenador: José Geraldo França Diniz – CNAS

Relatora : Dulcelena Alves Vaz Martins – SNAS/FNAS

O primeiro expositor, **José Dirceu Galão Júnior**, destacou os seguintes pontos:

- Ciclo de Planejamento e Orçamento e o financiamento da Assistência Social
- Relevância dos instrumentos de planejamento.
- Os principais os debates atuais sobre o tema.
- Repartição de poderes introduzidos pela Constituição Federal CF/88 – buscou dar regra única para todos os entes federados.
- Ciclo de planejamento e orçamento – a CF/88 estabeleceu regras gerais.
- Normas Gerais - Leis: LRF, LDO e outras leis complementares (Lei 4.320/64, Lei 8666/93 e outras).
- Normas programáticas – PPA e o orçamento anual.
- LOA – traz no ano exatamente o que será gasto nas ações e serviços – o orçamento coincide com o ano civil – obedece aos princípios constitucionais e o equilíbrio entre receita e despesa.

A Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF estabelece: percentual de despesas com pessoal e a obrigatoriedade das despesas.

Já a Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO dispõe sobre: regionalização; subvenção contrapartida; regras de contingenciamento.

O Plano Plurianual - PPA apresenta as estratégias, iniciativas e programas para os próximos anos.

A Lei Orçamentária Anual - LOA trata das ações setoriais para cada ano, detalhando o montante de recursos.

2. Evolução Financeira dos recursos da União na Assistência Social

- Evolução do orçamento de 2002 a 2012.
- Participação orçamentária das funções da seguridade social - 2002 a 2012 nas 03 áreas de governo.
- Participação dos entes federados no financiamento – União, Estados e Municípios – observação quanto a grande participação dos municípios.
- Reflexão sobre a repartição federativa do orçamento público
- O modelo tributário da Federação dá muito poder à União.
- A competência pela execução é dos estados e municípios – disto decorre a transferência regular e automática.
- Dilema: arrecadação centralizada e execução descentralizada.
- Necessidade de fluxo regular e automático da União.
- Superação das limitações legais.



A segunda expositora, **Gisele de Cássia Tavares**, afirmou que para qualificação dos serviços e dos trabalhadores é importante a apropriação da linguagem e das questões financeiras e orçamentárias

Registrou os avanços que ocorreram nesses dois anos após a VII Conferência Nacional de Assistência Social, tais como: autorização para pagamento de pessoal – materializada pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 -LOAS); ampliação de recursos nas três esferas de governo; levantamento de custos dos serviços; qualidade dos serviços; alocação de todos os recursos da assistência na função 08, nos fundos, como despesas obrigatórias; fundos instituídos como unidades orçamentárias; aprovação do PL 3077 – PL SUAS; Lei 12.435/2011; discussão de uma nova NOB/SUAS.

Apontou as novidades da Lei 12.435/2011 que modifica alguns dispositivos da LOAS/93; introduz novos conteúdos que já estavam na NOB SUAS em 2005; simbologia da LOAS –como sistema próprio – SUAS; Artigo 6º E: pagamento de pessoal; Artigo 28: transferência fundo a fundo; Artigo 30 A: aprimoramento da gestão.

Com relação às competências dos entes federados ressaltou os seguintes aspectos: Artigo 12 A- incisos I, II e III; Art.13 competências dos estados – gestão e o cofinanciamento por meio de transferência automática; competências do DF e Municípios ; Artigo 30 A – alterado o caráter – despesa pública com seguridade social; definição de despesa pública; definição de transferências voluntárias e a exceção do artigo 25 da LRF (Lei Complementar nº101/2000): despesas obrigatórias.

Enfatizou a necessidade de capacitar os conselheiros para fortalecer o controle social

Com relação ao financiamento da assistência social, citou o Artigo 195 da CF – que trata das contribuições que financiarão a seguridade social e a Lei 9.604/98 - que estabelece que as transferências de recursos do Fundo Nacional da Assistência Social- FNAS para os fundos municipais e estaduais poderão ocorrer sem a necessidade de convênios, contratos ou outros instrumentos similares.

A nova NOB/SUAS em discussão adotará novos critérios em relação ao financiamento: gestão financeira; planejamento – plano de assistência; blocos de financiamento; papel dos conselhos.

O terceiro expositor, **Antônio Jose Gonçalves Henriques**, enfocou: a estruturação e organização dos fundos de assistência social; evolução da receita orçamentária do MDS 2003 a 2012; evolução das transferências fundo a fundo - 2003 a 2012; modelo de gestão do SUAS – pacto federativo – eixos balizadores; base legal - diversas leis; regulamentações complementares – destacando as resoluções CNAS 130/2005(que aprova a NOB/SUAS) e a 32/2011(que estabelece percentual dos recursos do SUAS, cofinanciados pelo governo federal, que poderão ser gastos no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência, de acordo com o art. 6º-E da Lei nº 8.742/1993, inserido pela Lei12.435/2011); principais alterações introduzidas pela lei 12.435 – quanto à gestão – expectativa da transferência dos recursos do IGDSUAS – pagamento de pessoal (MDS está elaborando orientação para a utilização dos valores por níveis de proteção como base cálculo) 60% de cada nível de proteção; instrumentos de planejamento PPA – LDO – LOA; Artigo 30 da LOAS – Conselho – Plano e Fundo.

Instituição, organização dos Fundos de Assistência.

I - Aspectos Legais

1. Lei de criação
2. Decreto
3. CNPJ próprio



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

II - Aspectos Organizacionais

1. Unidade orçamentária
2. Planejamento financeiro
3. Programação financeira e fluxo de caixa
4. Monitoramento e avaliação
5. Prestação de contas aos Conselhos
6. Prestação de contas ao MDS/FNAS

III - Aspectos políticos

1. Unidade gestora
2. Definição do gestor ordenador e gestor financeiro
3. Vinculação do fundo a secretaria de assistência social
4. Definir equipe do fundo
5. Diferenciações entre CNPJ e personalidade jurídica
6. Definição de transferência fundo a fundo
7. Novidade da nova NOB/SUAS: transferência de recursos fundo a fundo referentes a investimento e diferenças entre transferências fundo a fundo e voluntárias
8. Aplicação de recursos: observar a tipificação dos serviços e artigo 12 da lei 4.320/64 e a relação entre a finalidade e os objetivos a serem alcançados

Especificou as fases da execução da despesa: empenho; liquidação e pagamento. Destacou os aspectos a serem observados na execução da despesa: cadastro atualizado; executar nas contas abertas pelo FNAS; obrigatoriedade de aplicação no mercado financeiro enquanto não utilizado; identificar a fonte de financiamento; manter arquivo para consulta pelo MDS e outros órgãos; principais despesas a serem financiadas com recursos do cofinanciamento federal

Em relação a prestações de contas dos recursos repassados do Fundo Nacional de Assistência Social, destacou que será adotado um novo demonstrativo para 2012. Será possível alterações após o preenchimento – ajustes – semelhante a declaração retificadora do Imposto de Renda; análise via sistema; reprogramação – dos recursos livres – sem estar inscritos em restos a pagar. – não necessidade de aprovação da Prestação de Contas para reprogramar. PROJovem– reprogramar dentro do próprio programa.

Os expositores da Oficina 21- O Papel das Frentes Parlamentares da Assistência Social na Consolidação do SUAS, foram convidados a fazer suas indicações a respeito do tema, em virtude do cancelamento da mesma

O Deputado Yulo Oiticica- Bahia, destacou que as Frentes Parlamentares de Defesa da Assistência Social promovem: avanços da democracia; estimulam os estados e municípios na criação de suas frentes parlamentares; promovem a valorização dos profissionais e dos usuários: 30 horas dos profissionais de assistência social; orçamento participativo; necessidade da União investir mais nos estados e municípios.

Para o Vereador, **Ricardo Camargo Vieira** - Florianópolis/SC, o alcance das Frentes Parlamentares, centra-se na formulação legal e na institucionalização e busca: fortalecimento do controle social; ocupação do espaço institucional; debates conceituais; produção de instrumentos legais – projetos de lei e manter a assistência social na agenda política.



Apresentou vitórias e desafios da Frente Parlamentar de Florianópolis: 10% do orçamento para a assistência social estabelecidos na LDO e LOA; projetos de lei; subvenções sociais; aumento do quadro de servidores; central de interpretes; fim das terceirizações.

Enfaticou a necessidade de incentivar as frentes parlamentares municipais; vinculação de receita e orçamento próprio para assistência social nos municípios.

Principais indicações apresentadas pela Plenária (debates)

- Aprovação pelo conselho, a aplicação dos recursos referentes do Índice de Gestão Descentralizada Municipal- IGDM -SUAS (instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 -LOAS), que é o instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
- Dentro da nova NOB há a possibilidade de prazo para o fundo apresentar ao conselho o Plano de Aplicação dos recursos do IGD.
- Como gastar os 60% dos recursos com pessoal? Nos municípios de pequeno porte há dificuldade de tal aplicação.
- Falta de participação dos estados no financiamento.
- Todos os recursos da Função 08 devem ser alocados no órgão gestor da assistência social.
- Modelo tributário prejudica a Assistência Social.
- A responsabilidade do conselho em aprovar as contas sem estrutura, sem conhecimento, sem aparato técnico.
- Conselho – a responsabilização é o reconhecimento que esta instância é o espaço para os debates acontecerem.
- O conselho estadual e o CNAS – devem se aproximar e dar condição para que os conselhos tenham mais elementos para exercerem o seu papel.
- O caminho construído no SUS tem diversos paralelos com os caminhos que o SUAS está trilhando. As discussões já foram superadas no SUS. O cofinanciamento Federal é o melhor modelo de regramento do modelo assistencial.
- Cofinanciamento lento nos estados – cinco estados já implantaram o fundo a fundo. No processo de discussão da nova NOB já está aprofundando esse debate, com compromisso com a assinatura do pacto de aprimoramento da gestão. O Índice de Gestão Descentralizada Estadual- IGDE deverá ser um indutor do processo.
- Integração das áreas já prevista no artigo 195 da CF – saúde, assistência e previdência.
- Lei 8.666/93 – aplica-se a lei aos convênios no que couber – no caso com as entidades a avaliação é que cabe a utilização da lei.
- Contrapartida – só ocorre na relação convenial – contrapartida se aplica no mesmo objeto. O cofinanciamento é no serviço.
- Em relação às Frentes Parlamentares, buscar apoio dos parlamentares que “compram” essa luta.
- Buscar apoio do Ministério Público.
- Capacitar os vereadores para que entendam a política da assistência social..
- Qual o aumento real do orçamento na área da AS.
- Pagamento de pessoal – os recursos repassados pelo IGD não pode pagar pessoal.
- Dificuldade no acompanhamento da execução dos recursos pelos conselhos – não possuem senhas para acompanhar os convênios, não têm conhecimento dos valores repassados e em que contas foram depositados.
- Conselho deve ser capacitado para analisar as contas.
- Projovem executados por entidades – a maioria dos beneficiários são as crianças provenientes do PETI.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Desafio de se construir juntos a política de assistência social.
- Com o percentual de 60% pode pagar os encargos decorrentes da folha de pessoal concursado?
- Os recursos do IGD pode ser gasto deslocamento de conselheiro?
- Acompanhamento dos recursos dos pisos de proteção social (mecanismo utilizado pelo Governo Federal para financiar os serviços socioassistenciais)- o FNAS envia mensalmente ofícios dos pagamentos realizados aos fundos municipais e estaduais para os conselhos.
- Quando há desvio de finalidade – os recursos devem ser devolvidos.
- O Plano de Ação é aberto em novembro e fica aberto até 31/12.

Desafios e Encaminhamentos

- O FNAS deve orientar a aplicação dos recursos de acordo com a classificação funcional programática.
- Os pagamentos de pessoal são para as equipes de referência, por isso não podem ser utilizados os recursos do IGD.
- É obrigatório o debate político para garantir que a consciência crítica seja fomentada.

OFICINA 14: SUAS E O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: A TRADUÇÃO DE GRANDES COMPROMISSOS

Ementa: A superação da extrema pobreza no Brasil e a centralidade da assistência social nessa agenda nacional, como estabelece a Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11. A assistência social e os determinantes estruturais da pobreza. A construção do protagonismo popular como centralidade da assistência social e a erradicação da miséria. O Plano Brasil sem Miséria: os eixos de Garantia de Renda, Inclusão Produtiva e Acesso a Serviços Públicos. O Comitê Interministerial de gestão do Plano Brasil sem Miséria e a coordenação do MDS. O papel estratégico da política pública de assistência social na busca ativa e no acompanhamento familiar. A intersetorialidade no desenvolvimento das políticas e programas de enfrentamento à pobreza. A proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos.

Expositores:

1. **Simone Albuquerque** – Diretora do Departamento de Gestão do SUAS - SNAS/MDS
2. **Cláudio da Rocha Roquete** – Secretário Extraordinário Adjunto da Secretaria da Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza –SESEP/MDS
3. **Maya Takagi** - Secretária da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN/ MDS

Coordenadora da Mesa: Valéria Gonelli

Relatora: Edna Alves de Oliveira

Assuntos discutidos:

1. Intersetorialidade e SUAS não depende só do gestor, mas de todos envolvidos na implementação do SUAS;
2. Brasil Sem Miséria.. não aliviar mas superar a pobreza;
3. Observar as múltiplas faces da pobreza;



Desafios do Brasil

Conseguir o Brasil sem miséria nos estados: Trabalho melhor remunerado, não tirar o dinheiro da seguridade social para pagar dívidas públicas, educação de qualidade e acesso a todos, acesso a tecnologia para os mais pobres, resumindo, políticas públicas para todos!

A primeira expositora, **Maya Takagi**, iniciou enfatizando que o grande compromisso do governo Dilma é o desafio de superar a extrema pobreza, para tanto destacou:

- Como atingir 16.000.000 pessoas;
- Universalização dos direitos sociais positivados;
- Compromisso da busca ativa;
- Busca ativa na zona rural e urbana, locais de baixa estrutura viária, diversidade de públicos;
- Pensar o território na sua complexidade social, econômica e cultural;
- Aprimoramento das políticas adequando as de acordo com a diversidade social;
- Fazer todas as ações necessárias ao desenvolvimento social cheguem aos mais pobres;
- Articulação a partir do trabalho de vigilância social territorial;
- Orientação de todos os projetos de inclusão produtiva através do mapa de oportunidades;
- A partir do acesso aos serviços, trabalhar a educação para a cidadania;
- Romper com o patrimonialismo, clientelismo saltando para uma cultura de direitos;

A expositora, **Simone Albuquerque**, iniciou destacando aspectos importantes para que a política de assistência social possa fazer cumprir sua parte no processo de combate à pobreza:

- Criação de um novo modelo para assistência social na perspectiva da intersetorialidade com todas as políticas setoriais, insistindo com as políticas setoriais para assumirem as famílias não alcançadas por estas políticas.
- Discussão de referência e contra referência dentro do Suas;
- Estabelecer sistemas de informação dentro do SUAS, com transparência;
- Construir protocolos setoriais;
- Fazer acordos entre serviços, programas e benefícios acordos para dentro do sistema;
- Acordo entre os gestores entre os sistemas;
- Informação para tomar decisão dentro do Sua;
- Avaliar CRAS a partir do registro das famílias pobres;
- Pensar comitê para os territórios e relatórios por territórios;
- Capacitação de conselheiros
- Lançamento de capacitação continuada para o SUAS do iniciante até o mestrado;
- Desafio da intersetorialidade sem abrir mão da construção das outras áreas com seus objetos;
- Estudos sobre participação e extrema pobreza, desafios para os usuários.

Principais indicações apresentadas pela Plenária e debatidas pelos expositores (debates)

- Vários Ministérios estão trabalhando a intersetorialidade;
- É fundamental criar câmaras intersetoriais;
- Entendimento que o combate à pobreza é um desafio, que acontece devido à inserção precária no trabalho;
- Fluxo de informações é um desafio e pode prejudicar a meta estabelecida pelo Ministério;
- O plano Brasil sem Miséria deve considerar as especificidades locais;
- O Ministério do Desenvolvimento Social é coordenador do Brasil sem Miséria, mas não é o executor;



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Política de disseminação da informação, criando ferramentas que possibilitem a transparência dos dados;
- Banda larga deve ser reivindicação de todos os municípios.

Desafios e Encaminhamentos

- É preciso tratar a pobreza de forma multidimensional;
- Capacitação de toda a rede da política de assistência social para tratar a população com dignidade, sensibilizando todos os envolvidos;
- Diálogo da área econômica com a área social dos municípios.

OFICINA 15. OS BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS NA PERSPECTIVA DO DIREITO: BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA, PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Ementa: Concepções e vertentes dos programas de transferência de renda no contexto mundial. Preconceitos em relação à política de transferência de renda - desnaturalização e criminalização da pobreza. Os programas de transferência de renda como instrumentos de garantia dos direitos socioassistenciais. O impacto do Programa Bolsa Família - PBF e do Benefício de Prestação Continuada - BPC no enfrentamento das desigualdades sociais e de redução da pobreza e indigência. Os Benefícios Eventuais, regulamentação e processualidade. O desempenho dos municípios na gestão do PBF e BE. Lei 10.836/2004 que instituiu o PBF e a Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11. O papel dos Conselhos de Assistência Social e de outros órgãos de fiscalização e controle social no Programa Bolsa Família - PBF, Benefício de Prestação Continuada - BPC e Benefício Eventual - BE.

Expositores:

1. **Luciana de Barros Jaccoud** - Assessora especial da Ministra/ MDS
2. **Maria Izabel Lopes Ribeiro** - Assistente Social, Secretária Municipal de Assistência Social de Itaguaí/RJ
3. **Ieda Maria Nobre Castro** - Assistente Social e assessora técnica da Secretaria Nacional de Assistência Social
4. **Maria Ozanira da Silva e Silva** - Professora da Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Coordenadora da Mesa: -Fátima Aparecida Rampim – CNAS

Relatora: Cláudia Francisca de Amorim – SNAS

A expositora **Luciana de Barros Jaccoud** iniciou sua fala esclarecendo que não iria abordar um benefício específico, mas o seu conjunto e o que eles representam no sistema de proteção social. Porque falar do conjunto dos benefícios? Porque ele é um pilar do sistema de proteção social. No Brasil, a garantia de renda tem impactos positivos. O conceito de sistema de proteção social não é consensual. Há autores que consideram que no nosso país não há um sistema de proteção social e sim um conjunto de políticas sociais:

- a) Porque falar sobre sistema de proteção social? Porque possibilita uma leitura daquilo que o Estado pode garantir. A ideia de sistema de proteção social permite avaliar o conjunto de políticas sociais no Brasil e conseqüentemente o esforço do Estado e da sociedade na implementação de políticas sociais. Hoje o número de benefícios monetários no país é equivalente a 40 milhões;



- b) O que se tem no sistema brasileiro de garantia de renda? O esforço do Estado em garantir a cidadania social. As políticas sociais não competem com os programas de transferência de renda, mas se integram. Temos um sistema de garantia de renda dentro de um sistema de proteção social. No sistema de garantia de renda temos os benefícios não contributivos que compreendem o BPC, o PBF e os BE e; os benefícios contributivos que compreendem os benefícios previdenciários. Essa flexibilização do sistema de garantia de renda foi possibilitada pela Constituição Federal de 1988;
- c) Principais números: sistema contributivo - 15 milhões de benefícios (aposentadoria, auxílio doença, dentre outros); sistema não contributivo: 13 milhões de benefícios do BF; 3,6 de BPC e BE (?);
- d) Pilar de garantia de renda dos idosos - o sistema de garantia de renda coloca o Brasil num patamar de igualdade com os países desenvolvidos quando se trata da população de idosos, pois temos 2% dessa população em extrema pobreza e 7% na pobreza. Há idosos que tem o BPC e ainda aqueles com a Renda Mensal Vitalícia – RMV. Isso ocorre também com a pessoa com deficiência;
- e) O que o PBF contribui e altera o sistema de garantia de renda? O nosso sistema estava voltado para uma população de inativos (benefícios previdenciários). O que acontece de diferente com o PBF? É que ele é um benefício para uma população que não está na inatividade. Ele é direcionado para qualquer família que tem uma corte de renda elegível ao benefício. O PBF entrou no sistema de proteção social e se integrou institucionalmente articulando sua cobertura com outros benefícios e para uma população ativa. É importante destacar que, não se trata de um piso mínimo, mas de não deixar nenhum cidadão abaixo de um determinado patamar de renda. Parte dessa conquista é fruto da CF de 1988, do debate político e da capacidade de transformar o PBF em um dos pilares de nosso sistema de proteção social brasileiro.

A segunda expositora, **Maria Ozanira da Silva e Silva**, iniciou sua exposição esclarecendo que sua fala expressa o lugar de onde ela vem, ou seja, a academia que tem por compromisso a análise crítica. Portanto, as críticas por ela formuladas são no sentido de trazer a reflexão e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas. A professora se centrou na seguinte análise - Os Programas de Transferência de Renda (PTR): o Bolsa Família no enfrentamento à pobreza e na garantia de renda. A análise foi estruturada da seguinte forma: aspectos conceituais; PTR's na América Latina; o BF no enfrentamento à pobreza e na garantia de direitos.

- a) Aspectos Conceituais: Transferência de Renda (TR) é uma transferência direta de renda a indivíduos, pessoas e/ou famílias pobres. É um benefício sem contribuição prévia. A ideia central das TR's é a articulação entre uma política monetária e as políticas de saúde e educação. O pressuposto é que a TR complementa a renda das famílias;
- b) Concepção de pobreza - fenômeno multidimensional e de natureza estrutural. Portanto é mais que a insuficiência de renda. É resultado da desigualdade na distribuição de riqueza produzida num país, é o não acesso aos serviços básicos de saúde, educação transporte, moradia, dentre outros, e também a não participação política;
- c) Pressuposto dos PTR's - acesso, frequência, desempenho e qualidade da educação;
- d) Matizes que orientam os PTR's - a transferência de renda universal e incondicional para compartilhar a riqueza produzida; para garantir a sobrevivência da família e situa-se no contexto de políticas de enfrentamento à pobreza e desigualdades sociais;
- e) Os PTR's marcaram profundamente o debate internacional dos anos 80 do século XX no contexto da crise mundial do capitalismo;
- f) Os PTR's na América Latina se desenvolveram nas duas últimas décadas (década de 90 do século XX e primeira década dos anos 2000) e vêm se fortalecendo no âmbito da assistência social na AL e em países da África enquanto versão regional e periférica para enfrentar o quadro decorrente da



desigualdade social; são marcados por crescente extensão, popularidade e condicionalidades; estão presentes em todos os países do continente exceto nas Guianas e no Suriname; tem por objetivo reduzir a pobreza e interromper o ciclo geracional da pobreza; foram criados 20 PTR's no período de 1989 a 2009; só no ano de 2005 foram criados 7 PTR's;

- g) PBF no enfrentamento à pobreza e na garantia de direitos - Dados de outubro de 2011: PBF atendeu 13.171.810 famílias com repasse de 14 bilhões de reais (acumulados); o BPC atendeu 3,6 milhões com repasse de 20 bilhões de reais; 12.8 milhões de brasileiros superaram a pobreza entre 1998 a 2008, mas não só os PTR contribuíram para essa retirada das pessoas da pobreza, outras ações também contribuíram a exemplo da política de reajuste do salário mínimo;
- h) Os PTR's, BPC, Benefícios Previdenciários e o BF atenderam 51.131.418 milhões de pessoas em 2011, considerando 3 (três) pessoas por família no BF;
- i) A progressividade das transferências governamentais foram responsáveis por 1/3 da queda da desigualdade no período de 1993 -2009 (PNADS, Sergei 2011).
- j) Os PTR's são fortalecidos com o Plano Brasil Sem Miséria que tem como destaque o PBF;
- k) Os problemas estruturais dos PTR's: critério apenas de renda para definição de pobres; baixo valor e transferência monetária fragmentada comprometendo a transparência; frágil articulação com a política macroeconômica sustentável e com redistribuição de renda; frágil articulação com os 3(três) níveis de governo, destes com a sociedade e entre os outros programas; frágil articulação da transferência monetária com o acesso e qualidade dos serviços;
- l) Interrupção de um processo em curso de políticas e programas universais sendo substituído por programas focalizados na pobreza e extrema pobreza; maior visibilidade da pobreza sem buscar suas determinações estruturais; riscos de limitar a intervenção mantendo e controlando a pobreza; secundarização do bem-estar estável; moralismo subjacente dos PTR's disseminando a idéia da dependência, do desestímulo ao trabalho e da necessidade de condicionalidade; centralidade na educação e saúde como se a educação em si fosse capaz de superar a pobreza; manutenção da pobreza; o baixo corte de renda contribui para a manutenção do trabalho informal e precário e para o falseamento das informações.
- m) Questão Central – Superação ou alívio da pobreza? Temos que pensar os PTR's a partir do seu significado para os beneficiários. É importante dizer que nunca nenhum programa social atingiu a dimensão do Bolsa Família.

A terceira expositora, **Ieda Maria Nobre Castro**, iniciou realizando uma reflexão sobre os Benefícios Eventuais (BE). Para tanto, trabalhou os seguintes pontos:

- a) Conceituação de BE - contingência social inerente à condição concreta da vida e eventos que afetam o cotidiano, a exemplo da morte, nascimento, desemprego, dentre outras ocorrências. Essas contingências afetam os mais pobres, com maior dificuldade de enfrentá-las por seus próprios meios (Potyara, 2010). São incertezas que implicam riscos, danos e perdas que devem ser enfrentadas pelo Estado;
- b) BE - entre o direito e a dívida - a legislação garante o direito ao benefício não contributivo, não condicionado e sem critérios de seletividade. No entanto, a operacionalização é distante daquilo que está posto na legislação. Há baixa participação dos estados (20%) e dos municípios (60%) no co-financiamento; se caracterizam como distribuição de bens pontuais e não são integrados aos serviços socioassistenciais e de outras políticas sociais;
- c) BE e conselhos - os conselhos de assistência social são importantes espaços para veiculação do direito ao BE; para definição de critérios e prazos na perspectiva de assegurar agilidade e presteza e, consequentemente evitar situações de constrangimento;
- d) Limites e possibilidades à efetivação do direito – A Resolução CNAS 212/2006 e o Decreto 6.307/2007, trouxeram a presença do Estado na provisão desse benefício, mas ainda há muito



para avançar no sentido de materializá-lo na dimensão do direito; a oferta dos Benefícios Eventuais deve ser descentralizada nas unidades públicas estatais e integrada aos serviços e com incentivo do governo federal para o co- financiamento e; há necessidade de aprofundamento conceitual sobre os benefícios enquanto prestações e provisões do Estado.

A expositora, **Maria Izabel Lopes Ribeiro**, abordou os seguintes pontos:

- a) Diferença entre a Política de Assistência Social e a Política de Transferência de Renda - a primeira é para quem dela necessitar, e a segunda tem critérios de seletividade;
- b) Preconceito em relação à Política de Transferência de Renda - interpretação equivocada de que estimula o desinteresse pelo trabalho; há um juízo de valor em relação à aplicação do recurso proveniente do benefício; existência de uma lógica de que tal política é para pobres, secundarizando a intersetorialidade e ficando sua operacionalização exclusivamente com a assistência social;
- c) Os Programas de Transferência de Renda como Instrumento de Garantia dos Direitos Socio-assistenciais - é uma estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais; há um desafio à efetivação do acesso à transferência de renda por meio das diversas políticas setoriais de forma integrada (educação, saúde, habitação, dentre outras)
- d) O papel dos conselhos de assistência social e de outros órgãos de fiscalização e controle social no PBF, BPC e BE - o controle social deve acompanhar e avaliar a execução dos benefícios socioassistenciais; devem identificar as estratégias adotadas pelo município para a identificação, mapeamento e cadastramento das famílias com perfil para os PTR's e; a avaliar as estratégias de divulgação de ações de cadastramento;
- e) Um grande desafio para os BE's - realizar diagnóstico social a fim de garantir o acesso da população, regulamentá-los em âmbito municipal e garantir recursos humanos para identificação de demandas, sistematização de informação, definição de indicadores sociais com a finalidade de definir novos benefícios a serem prestados no município.

Principais Indicações da Plenária (debates)

No final da exposição a plenária fez os seguintes questionamentos:

- a) É utopia pensar que no Brasil podemos chegar a um patamar de superação da pobreza que não seja pela via assistencialista?
- b) Como pensar na operacionalização dos BE's sem o parecer social?
- c) Do ponto de vista metodológico, a professora Ozanira, considerou na sua análise que os PTR's assumiu ao longo dos anos uma posição de centro esquerda?
- d) O BF é sugerido pela Presidenta Dilma a outros países?
- e) Se nas condicionalidades do BPC há uma dimensão civilizatória e qual?
- f) Os trabalhadores tem possibilidade de conscientizar os usuários e beneficiários de seus direitos?
- g) O que a professora Ozanira quis dizer com "Proteção da Economia"?

Considerações das expositoras:

A **primeira expositora** afirmou que a Política Social não tem como objetivo único o combate à pobreza, mas assegurar direitos e serviços. O combate à pobreza extrapola em muito a política social. O BF não tem por objetivo substituir renda, mas complementar renda. No Brasil não é possível uma previdência solidária, não contributiva. É importante colocar que nem todas as



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

famílias do BF têm condicionalidades, pois há famílias que não possuem filhos. O BF tem um impacto importante nas economias locais, há um estudo do IPEA (2011) que mostra a movimentação das economias pelo BF.

A **segunda expositora** enfatizou que o BF é sugerido a outros países não só pela presidenta Dilma, mas pelos organismos internacionais. As críticas que faço ao PBF não retira a sua importância e o seu valor para a nossa sociedade. Falo de um lugar que tem por responsabilidade realizar reflexões críticas, pois sou da academia. Já fui para vários países para falar sobre o PBF, inclusive Israel.

A política social combate à pobreza, mas ela sozinha é insuficiente. As condicionalidades dos PTR's punem as famílias pobres. E isso está demonstrado no relatório do MDS/2011 que mostra o número de famílias desligadas do PBF por falta de cumprimento das condicionalidades. Considera ainda que não deve haver condicionalidades.

A **terceira expositora** comenta o parecer social para o acesso ao BE é uma burocracia desnecessária. Os conselhos podem criar os critérios e encaminhar aos CRAS e nos finais de semana os serviços que tem assistente social se responsabilizam pela operacionalização do BE, a exemplo dos hospitais. O BPC tem uma dimensão civilizatória fantástica, pois ele garante ao beneficiário além da garantia de renda, a possibilidade dele realizar atividades que são importantes para ele.

Desafios e encaminhamentos

Não foram apresentados

OFICINA 16: OS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: MOBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E CONTROLE SOCIAL

Ementa: A redemocratização do Brasil e seus atores. Desafios para os Conselhos e as Conferências. Estrutura, funcionamento dos conselhos e os desafios para aprimorar o controle social no SUAS. Representação e representatividade dos segmentos populares. As diferenças constitutivas entre os movimentos sociais e ONGs e sua relação com a Política de Assistência Social e à defesa dos direitos. Participação popular nas unidades de assistência social e como ela se organiza. O espaço qualificado das entidades sociais e o desafio do controle social democrático. A autonomia dos conselhos e sua relação com o órgão gestor. Estratégias para potencializar a participação nos conselhos. O papel dos conselheiros como agente público.

Expositores:

1. **Marcia Maria Biondi Pinheiro** - Doutora em Assistência Social, Presidente do CNAS por duas gestões.
2. **Maria de Fátima Menezes da Silva** - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Recife
3. **Adriano Borges Domingos da Silva** - Assistente Social, Coordenador do Sistema Municipal de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social de Votuporanga/SP.

Debatedor: **Antônio Celso Pasquini** - Mestre em Administração, Administrador Geral da União Social Camiliana e Conselheiro do CNAS



Coordenador: Clodoaldo de Lima Leite – CNAS

Relatora: Thaisa Alves Rodrigues

A primeira expositora, **Márcia Maria Biondi Pinheiro** iniciou analisando os dados do CENSO SUAS 2010 (gestão e controle social). Discorreu sobre a história do Conselho e do SUAS. Lembrou o processo histórico brasileiro da colonização à república: violência, proibição da fala, destacando o “sentido” da evolução histórica brasileira: expressão dos interesses das classes dirigentes. Marcado por patrimonialismo; mandonismo; clientelismo; favor; tutela; conciliação e luta entre o interesse público e o privado.

Enfatizou dados de acordo com a Pesquisa MUNIC, destacando que 98,4% dos municípios têm conselhos de Assistência Social. Os conselhos municipais e estaduais foram instituídos em Lei entre 1994 e 1998, com definição da natureza, finalidade, competências, com regimento interno com as funções dos conselheiros definidas.

E os principais problemas relacionados aos conselhos: a difícil manutenção da paridade nas decisões/a sub-representação de usuários/a super-representação de entidades/a falta de eleição democrática da sociedade civil.

Com relação ao processo de escolha da sociedade civil (88,37%) está instituído conforme a legislação. Os conselhos possuem sedes compartilhadas, principalmente com as Secretarias de Assistência social com a maioria repartindo salas e banheiros.

No que se refere aos equipamentos, além de material de escritório, a maioria já possui computador ligado a internet, telefone, impressoras. Não possuem veículo e não tem acervo bibliográfico.

Do total de conselhos, 40,26% não possuíam Secretaria Executiva. Na maioria os conselhos têm de 01 a 04 funcionários.

Observou-se alta a vinculação ao Programa Bolsa Família(81%), no entanto, os conselhos municipais tem baixo acompanhamento da pactuação da CIB e CIT (há uma contradição com dados estaduais, que apontam que é alto o acompanhamento nesse nível de gestão).

Quanto à mobilização (função da participação popular), apesar da afirmação de que 82% acompanham as deliberações da conferência e 64% o Plano Decenal, não há canais de recebimento de denúncias (65%), ouvidorias e formas de expressão institucionalizadas. As atividades de mobilização, como reuniões descentralizadas e ampliadas, no questionário são inexpressivas. A resposta “nunca” e “raramente” sobrepõem todas as demais.

Destacou hoje são 50.000 conselheiros no Brasil (sendo 48.508 conselheiros municipais no Brasil e 472 estaduais).

A segunda expositora, **Maria de Fátima Menezes da Silva**, abordou o tema os Conselhos de Assistência Social: Mobilização, Participação dos Movimentos Sociais e Controle Social e apresentou a experiência do Conselho de Recife/PE.

O CMAS é uma instância de controle Social que tem como objetivo deliberar sobre a Política Municipal de Assistência Social. Atuam no processo de inscrição de entidades, serviços, programas, projetos e benefícios sócio-assistenciais.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Principais competências e atribuições do CMAS: 1) deliberação e fiscalização da execução de Políticas Municipais de Assistência Social e de seu financiamento, em consonância com as diretrizes aprovadas nas Conferências; 2) mobilização da população no sentido de promover a participação popular nas discussões acerca da Política da Assistência Social; 3) monitoramento das Entidades Públicas e Privadas de Assistência Social e seus serviços; 4) atendimento aos representantes das instituições e usuários acerca dos critérios de inscrições da legislação referente à política de Assistência Social; e 5) realização de formação continuada para conselheiros e equipe técnica.

Apresentou algumas Resoluções publicadas pelo CMAS de Recife, referentes ao IGD do Programa Bolsa Família, prazos para documentação para renovação de convênios entre o FMAS e Entidades Privadas.

Destacou que o CMAS de Recife possui 231 entidades de assistência social e 1 entidade de educação inscrita por força de liminar. Ressaltou a importância da Consultoria Jurídica como forma de respaldar as ações dos Conselhos e a necessidade de impedir que Entidades de outras políticas sejam certificadas pela Assistência Social.

- **Avanços:** 1) Participação efetiva do CMAS nas reuniões do Conselho Nacional de Assistência Social; 2) Definição do CMAS enquanto Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família; 3) Maior apropriação de instrumentais e material jurídico para subsidiar a análise dos processos de inscrição no CMAS; 4) Ampliação da área de atuação das equipes, o que contribui para valorização das mesmas; 5) Formação e realização de reuniões quinzenais de Grupo de Estudos do CMAS.
- **Aspectos a serem melhorados:** 1) Quadro de pessoal, que é reduzido; 2) Intensificar a formação continuada para os Conselheiros e Técnicos que atuam no CMAS, para fortalecer a autonomia do conselho.

O expositor, **Adriano Borges**, abordou o tema os conselhos de assistência social: mobilização, participação dos movimentos sociais e controle social.

Sobre as consultorias jurídicas: muitas vezes os pareceres em vez de respaldar as ações dos conselhos, criam dificuldades por não compreenderem a Política de Assistência Social.

Entidades de Assistência Social: já conseguimos definir qual o papel e as diferenças com entidades de educação e de saúde.

Enfaticou a importância da tese de doutorado da Sra. Márcia Pinheiro, para o entendimento da política de assistência social, sua história e desafios e fez uma avaliação:

- Pontos positivos da Política: 1) Luta pelo reconhecimento da assistência social enquanto política pública (militantes, estudiosos, trabalhadores, entidades e usuários); 2) Deliberações das conferências incorporadas na agenda de compromisso do Estado brasileiro (União, Estado e Município) para tornar a sociedade mais justa e democrática; 3) Deliberação de conferência e/ou conselho é expressão da democracia participativa; 4) A primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social estabelecida em lei; 5) Decreto 6.308/2007 – Define o que são Entidades e Organizações de Assistência Social; 6) Lei 12.101/2009 – Certificação de Entidades nas áreas de educação, saúde e assistência social – o gestor desempenha seu papel, que é técnico e o conselho desempenha efetivamente seu papel, que é o controle social – passando do véis cartorial para o propositivo; 7) Lei 12.435/2011 – Institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Instrumento de efetivação de uma política pública – Conhecida como Lei do SUAS; 8) As entidades integram o SUAS (prestação de serviços, controle social, luta pela garantia dos direitos); 9) CRAS, CREAS e Entidades de Assistência Social compõem um sistema público de proteção social na área de assistência social.



- Pontos críticos: 1) Descrença nas potencialidades dos conselhos; 2) No cotidiano dos conselhos muitas vezes não se dá efetivamente a composição paritária; 3) Representação de entidades no lugar que caberia ao usuário; 4) Concepções e práticas assistencialistas, clientelistas, primeiro damismo e patrimonialista; 5) Negação do papel do estado como responsável pelas políticas públicas; 6) Imprecisões quanto à definição de entidade filantrópica; 7) Pouco interesse na discussão sobre a regulação da política; 8) Resistência e até mesmo recusa no reconhecimento do poder de deliberação dos conselhos; 9) Ações visando apenas a transferência de recursos públicos e interesses próprios; 10) Baixa renovação das entidades nos conselhos; 11) Imprecisões quanto à definição de entidade filantrópica; 12) Pouco interesse na discussão sobre a regulação da política; 13) Resistência e recusa no reconhecimento do poder de deliberação dos conselhos; 14) Ações visando apenas a transferência de recursos públicos e interesses próprios; 15) Baixa renovação das entidades nos conselhos.
- DESAFIOS: 1) Compreender os conceitos contidos nos instrumentos de regulação do SUAS; 2) Maior efetividade na representatividade das Entidades de Assistência Social nos conselhos; 3) Entidades Beneficentes de Assistência Social com atuação nas áreas de saúde, educação e assistência social; 4) O debate da política de assistência social deve mobilizar grupos, entidades e outros; 5) Entidades de Assistência Social se identificarem como participantes da política pública de Assistência Social; 6) Pouca publicização dos processos eleitorais para composição dos conselhos; 7) Participação restrita a grandes entidades; 8) Representação das entidades ora representado seu espaço legítimo, ora representando usuários e/ou organização de usuários; 9) Falta de interesse na discussão da assistência social como uma política pública; 10) NOB-RH referencial para as entidades.

O debatedor, **Antônio Celso Pasquini**, iniciou fazendo questões dirigidas ao público. Vocês conhecem as leis dos Conselhos de vocês? As leis foram revisadas? Os conselhos municipais realizam Conferências de Assistência Social?

É importante deixar claro que, uma vez nomeados, somos agentes públicos; temos direitos, deveres e responsabilidades. Se aprovamos as contas, temos tanta responsabilidade quanto o gestor.

Lançou questões sobre as falas dos expositores. Para a segunda expositora, quanto às Entidades que não são exclusivas de assistência social, o CNAS lançará orientações sobre a certificação.

O terceiro expositor coloca que a paridade entre governo, usuários e entidades é garantida em lei.

Principais indicações apresentadas pela plenária (debates)

- A primeira expositora declarou que, durante o tempo em que esteve no Governo do Estado do Rio de Janeiro, como subsecretária de Assistência Social e Direitos Humanos, foi implantado o repasse fundo a fundo. E isso só foi possível porque recorremos a outras instâncias como MDS e outros municípios e Estados.
- Os pareceres dos Conselhos são coletivos. Se alguém precisar, procure outros conselhos para saber como fizeram, o que fizeram e como conseguiram. Espero que esses 50.000 conselheiros se irmanem e que apoiemos uns aos outros pela luta em favor da população.
- O resultado do Censo 2010 está disponível no site do MDS. A pesquisa MUNIC – Pesquisa de Informações Básicas Municipais – é realizada com os municípios e sistematizada pelo IBGE, contratado para realizar a pesquisa. Traz um levantamento de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições municipais. Foram apresentados dados da MUNIC e do Censo SUAS.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Os conselheiros, no uso de suas funções públicas, tem responsabilidades, representam um segmento da sociedade – não é nem entidade, é um segmento.
- A Constituição de 88 reconheceu o direito à voz e à participação e isso é um avanço. Minha palavra é sempre de esperança, nós já inovamos muito e avançamos também.
- Qual o papel da CIB no Conselho?
- Quantas comissões e quais os tipos de comissão permanentes podemos ter?
- Fui eleito presidente do Conselho como usuário. O Ministério Público é conivente com o governo e não leva minhas denúncias adiante. Pediram que eu não voltasse lá esse ano. A Secretária de Assistência Social do Município diz que a NOB-RH é uma recomendação. Minha primeira pergunta é: É recomendação? Faz se quiser? Cortaram o carro que eu usava para visitas, porque toda vez que eu fazia uma visita, voltava com uma denúncia. O Ministério público diz que o município define o uso do carro. Hoje foi votada uma revogação da deliberação do CMAS de cancelar os certificados das entidades de saúde; por isso, pagaram minha passagem para cá, porque queriam votar isso enquanto eu estivesse fora. Por fim, mais uma denúncia: A comida dessa Conferência é a pior possível, além de muito cara.
- Até quando os municípios pequenos sofrerão com a ausência de fiscalização das instâncias superiores? O que o CNAS vai fazer para nos apoiar? Muitos conselheiros são despreparados e incapazes. Trazê-los para capacitações pontuais não resolve.
- Com relação à paridade, o próprio governo propôs que estabelecêssemos a votação com os conselheiros presentes, vez que nunca estavam mais que três representantes do governo. Acabou a paridade quando colocaram como conselheiros representantes do governo dois vereadores e o Ministério Público, que nunca apareceram.
- Na prática, apenas duas comissões nossas funcionam. Temos mais uma, mas nunca funcionou.
- A fiscalização nos municípios menores é difícil, procurem apoio do Conselho Estadual e se não houver resposta dentro de um mês, procurem o Ministério Público.
- O Paraná fez parceria com o MDS para capacitar o Ministério Público. De fato, conseguimos avançar muito quando nos aproximamos do Ministério Público.
- As entidades que se reconhecem como partícipes de outras políticas públicas: nós clareamos as áreas. Creche é educação. Alcool e drogas: dependeu de um esforço da assistência social identificar o que é específico da sua área e reconhecer a importância da saúde assumir a parte terapêutica.
- Sobre as entidades: Está tudo normatizado. Entidades de Assistência Social não conseguiriam entrar no Ministério da Saúde.
- Quanto à pergunta sobre a NOB RH: A LOAS estabelece que é o CNAS é responsável pela regulação respaldado nas resoluções. É lei!
- A CIB e a CIT é um pacto entre gestores. É o como vamos fazer.
- Existe mecanismo ou interesse de criar mecanismos de proteção ao conselheiro?
- Os municípios de pequeno porte I e pequeno porte II têm dificuldades de preencher as vagas das entidades nos Conselhos Municipais. O que fazemos quando, mesmo com a publicização da eleição, o município não consegue entidades para ocupar as vagas? Se não tiver entidades, o Conselho pode ser formado apenas por governo e usuário? Concorri à vaga com uma pessoa, como usuário, que perdeu a eleição e ocupou a vaga como representante das entidades.
- Precisamos estabelecer estratégias para fortalecimento dos Conselhos. Vamos fazer encontros e momentos para discussão. Hoje vocês sentiram que não estão sozinhos.
- Devemos nos manifestar sempre, mas devemos escolher as estratégias. Quando você se manifesta sozinho e denuncia sozinho, é mais fácil ser perseguido. Isso deve ser feito enquanto conselho.
- Quanto à proteção legal aos conselheiros: o CNAS tem dado bons exemplos em relação a grupos de trabalho para discutir o que nos interessa.
- O CMAS tem que provocar os Conselhos Estaduais e Nacional, em relação às posições que devemos tomar



Desafios e encaminhamentos

- Compreender os conceitos contidos nos instrumentos de regulação do SUAS;
- Maior efetividade na representatividade das Entidades de Assistência Social nos conselhos;
- O debate da política de assistência social deve mobilizar grupos, entidades e outros;
- Entidades de Assistência Social se identificarem como partícipes da política pública de Assistência Social;
- Pouca publicização dos processos eleitorais para composição dos conselhos;
- Participação restrita a grandes entidades;
- Representação das entidades, ora representado seu espaço legítimo, ora representando usuários e/ou organização de usuários;
- Falta de interesse na discussão da assistência social como uma política pública;
- NOB-RH referencial para as entidades.

OFICINA 17: A PROTEÇÃO SÓCIO ASSISTENCIAL PARA POPULAÇÕES NO CONTEXTO DE DESASTRE AMBIENTAL: ENFRENTAMENTO DAS CALAMIDADES PÚBLICAS E SITUAÇÕES EMERGENCIAIS

Ementa: A devastação florestal, a poluição hídrica e do ar, os saneamentos urbanos, industrial e do meio rural. A proteção das matas e a coleta pelas populações nativas. A organização popular na defesa do meio ambiente e a assistência social. Mapeamento dos espaços de devastação, das áreas de perigo e de concentração populacional e a iminência de desastres ambientais nas regiões brasileiras. As calamidades sociais decorrentes da devastação e destruição ambiental e a articulação socioassistencial. Recursos e responsabilidades das três esferas governamentais, os planos de emergência e o SUAS. Os serviços e benefícios socioassistenciais - função e especificidades da política de assistência social no enfrentamento das calamidades públicas e situações de emergência.

Expositoras:

1. **Samira Lima da Costa**- Professora da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES
2. **Maria Emília de Souza**- Assistente Social e Assessora Parlamentar da Assembleia Legislativa de Santa Catarina
3. **Arlete Avelar Sampaio**- Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Estado de Assistência Social-FONSEAS

Debatedora: Joaquina Barata Teixeira- Professora da Universidade Federal do Pará-UFPA

Coordenadora: Renato Saidel Coelho-CNAS

Relatora: Celda Chaves

A oficina contou com dezessete participantes e destes, sete fizeram intervenções respondidas pelas expositoras e debatedora e que foram transformadas em propostas.

A expositora, **Samira Costa**, iniciou apresentando o enfoque urbano das calamidades e situações emergenciais, ilustrando com pesquisa de campo, onde se constatam as deficiências das políticas socioambientais.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Procedeu uma abordagem crítica do enfrentamento das calamidades e situações emergenciais, ilustrando com as calamidades do Vale do Itajaí.

A expositora fez a seguinte indagação: onde estão e como vivem as famílias, pessoas e comunidades atingidas por problemas ambientais?

Prosseguiu sua explanação, colocando sobre os problemas ambientais e questões sociais: contextualização histórica-política e interlocuções necessárias.

Regiões urbanas marcadas pelas características ambientais: encostas de morros, regiões de manguezal aterrado ou com ocupação de palafitas e outras.

Regiões que preservam e vivem de suas características ambientais: áreas ribeirinhas, áreas de reserva e proteção ambiental, regiões extrativistas, rurais e outras.

Regiões que preservam e vivem de suas características ambientais

Interlocução: Assistência Social e Política Nacional DS de Povos e Comunidades

- Entorno de grandes empreendimentos
- Interlocução: Assistência social e setor privado - grandes empreendimentos
- Aterros sanitários e lixo urbano
- Assistência social e lixo urbano

Os serviços sócios assistenciais e as questões ambientais:

- A rede intersetorial e a prevenção de calamidades
- O serviço sócio assistencial de proteção em situações de calamidade pública

De acordo com a tipificação de serviços sócio assistenciais, espera-se que a assistência social:

- Promova apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.
- Assegure a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas.

Ou seja, a assistência social, nesses casos, participa a partir da demanda por proteção social especial. O serviço socio assistencial de proteção em situações de calamidade pública.

O serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências está previsto para atender famílias e indivíduos:

- Atingidos por situações de emergência e calamidade pública (incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, dentre outras) que tiveram perdas parciais ou totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais, e se encontram temporária ou definitivamente desabrigados;
- Removidos de áreas consideradas de risco, por prevenção ou determinação do Poder Judiciário.

Entretanto, há a possibilidade de atuar ativamente na definição de caminhos a serem tomados antes que as calamidades aconteçam.



De que proteção social falamos?

- Só quando toda a vulnerabilidade social produzida tanto pelos processos de proteção ambiental quanto pelo desenvolvimento econômico estiver sendo de fato considerada durante os processos de planejamento e avaliação de impacto é que poderemos falar, talvez, de um princípio de sustentabilidade.
- Embora a participação da proteção social especial, nesses casos, seja altamente relevante, a proteção social básica é imprescindível, se pensarmos em seu caráter protetivo e no potencial preventivo de ações intersetoriais de avaliação, planejamento e acompanhamento.

A expositora, **Maria Emília**, iniciou colocando sobre os aspectos relevantes para a elaboração e execução de políticas públicas : apropriação do processo socioambiental.

- Aspectos socioeconômicos: renda per capita, desemprego, escolaridade, saneamento básico, taxa de analfabetismo, áreas de maior ocupação.
- Aspectos Legais: políticas públicas e prevenção de desastres - Estatutos das Cidades, planos diretor, LOAS, Política.

Aonde chegamos

- Expansão do processo de urbanização desordenado aumentando os impactos dos desastres naturais: ocupações irregulares em margens de cursos d' água, em áreas íngremes, alagadas e ambientalmente frágeis; especulação imobiliária; pobreza; aumento do lixo e do consumo de energia; poluição do solo, da água e do ar.
- Contribuições científicas sobre aspectos: climáticos, geológicos, geomorfológicos, hidrográficos, demográficos, impactos sócios – ambientais, vulnerabilidades.

PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL NO CONTEXTO DE DESASTRES AMBIENTAIS

Na emergência:

Serviço de proteção em situações de calamidades Públicas

- Promover apoio e proteção.
- Alojamento provisório
- Atenções e provisões materiais.
- Alternativa habitacional.
- Remoção de áreas de risco.
- Durante o impacto, muitas críticas: condições dos abrigos, descontrole da triagem das doações, distanciamento da população atingida nos espaços de decisão, dificuldades de acesso às necessidades básicas, não convocação em massa dos profissionais, falta de orientação de uma estratégia emergencial, cancelamento de todos os benefícios e serviços, população orientada a procurar cesta básica nos abrigos, ao receber o Auxílio Reação, assinatura de um termo se comprometendo que não buscaria mais benefícios na PM. Continuamente intimidados em relação aos questionamentos sobre sua condição e sobre a qualidade do serviço.
- Lócus Privilegiado: Política de Assistência Social/ SUAS



ANAIIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Avanços Normativos - Jurídicos:

- Constituição Federal de 1988
- Loas
- Política Nacional
- Plano Nacional
- SUAS
- NOB-SUAS / NOB – RH
- Fundos
- Comissões Intergestora - CIB / CIT
- Programas, serviços, benefícios
- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais
- Orçamento/Financiamento
- Plano Decenal – Conferências
- Rede SUAS
- Primazia do Estado – protagonista na responsabilidade

Avanços Normativos - Jurídicos:

- Gestão Participativa, Democrática, Compartilhada, Articulada e Descentralizada.
- Princípio Federativo da Cooperação.
- Prevenção de situações de risco: desenvolvimento de potencialidades e aquisições, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
- Voltada à população que vive em situação de fragilidade: pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos, direitos violados.
- Acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos.
- Unidades de Atendimentos: Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Redes de Serviços Socioassistenciais, Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS)
- Ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.
- Quanto mais investimento em prevenção, menor os traumas das tragédias.
- Investir na ampliação de oportunidades de acesso à rede de proteção socioassistenciais
- Estimular potencialidades, criatividade, autonomia.
- Estimular a participação popular.
- Investir em educação (jovens e adultos próximos da casa).
- Fortalecer ações de capacitação e formação (conhecer as questões ambientais e sociais).
- Promover autoestima, valorização.
- Organização das comunidades.
- Investir em informação.
- Desencadear estratégias coletivas com os setores populares e movimentos sociais.
- Estimular o protagonismo popular.
- Monitoramento e avaliação.

SUPERAR:

- Excesso de burocracia.
- Ausência de publicização investindo em política de informação.
- A falta de entrosamento ente as políticas públicas com gestão Intersetorial.
- Insuficiência de quadros técnicos.
- Insuficiência de capacitação continuada do quadro técnico.



- Falta de conhecimento da rede por parte dos técnicos e população
- Reduzido financiamento.
- Ausência de diagnóstico sócio territorial.
- Falta de recursos para projetos de geração de emprego, renda, inclusão produtiva, e demais serviços.
- Baixo envolvimento dos conselheiros.
- Falta de percentual orçamentário.
- Precarização do trabalho social.
- Visão e prática conservadora, tuteladora, pulverizada, restrita ao atendimento individual.

A expositora seguinte, **Arlete Sampaio**, abordou a questão da crise ambiental relacionada à crise econômica, mencionando a necessidade de mapeamento das áreas de risco e propôs que a Defesa Civil se constitua como um Sistema, no interior do qual se inclua a assistência Social.

Alguns pontos importantes levantados pela expositora:

- A assistência social assume papel essencial de provisão e acolhimento e de articulação de ações- os municípios necessariamente não possuem defesa civil organizada- em geral quando não é a primeira que chega a assistência social comparece junto com a defesa civil.
- Historicamente a assistência social esteve sempre presente no enfrentamento das situações de calamidades públicas, de desastres e emergências. Foi por isso que a LOAS acolheu e consagrou a intervenção nos seus objetivos e explicitamente em seu artigo 22 prevendo garantias de benefícios eventuais.
- O papel do Estado é central- trata-se de uma responsabilidade característica do Estado, pois, é este que reúne condições de articular todas as políticas públicas e órgãos necessários para atuar na situação de desastre. Nas situações concretas é comum a assistência social compartilhar a coordenação com a defesa civil.
- No campo, portanto, da GESTÃO há que se trabalhar urgente uma pauta de aproximação entre Assistência Social e Defesa Civil/Ministério da | Integração Nacional, com o protagonismo dos governos estaduais e federal para normatizar a operacionalização da parceria nas situações concretas com a melhor definição de papéis, atribuições, previsão e destinação de recursos etc..
- Os recursos da defesa civil devem ser melhor distribuídos posto que se destinados um percentual aos Fundos Estaduais de Assistência Social de fato atenderão as necessidades da população já que são do campo da assistência social. Se destinados aos fundos terão a agilidade e a prontidão que a situação requer por que tais repasses aos municípios ou diretamente as pessoas não podem se submeter a uma relação burocrática do tipo convencional, por exemplo, como tem ocorrido.
- No campo da prevenção- é responsabilidade dos Estados com o apoio do governo federal debater e contemplar numa proposta de vigilância social a preocupação com as questões do meio ambiente cuja devastação certamente está na raiz da ocorrência dos desastres e calamidades que assolam a população. O mapa da destruição ambiental sobretudo nas regiões de pobreza e vulnerabilidade social está intrinsecamente ligado ao mapa da ocorrência da calamidade e desastres- questões sociais objeto da nossa intervenção para a qual o SUAS está atrasado e merece ter uma pauta coletiva nesta conferência.

A debatedora professora, **Joaquina Barata**, relacionou os desastres ambientais, calamidades e situações emergenciais ao momento de crise permanente do capitalismo, onde comparece a devastação do meio ambiente e da força de trabalho.

Não podemos deixar de mencionar essa raiz da relação entre questões sociais e questões ambientais, se quisermos buscar na teoria crítica as fontes de nossas análises sobre desastres ambientais, calamidades públicas e situações emergenciais.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São situações que hoje impõem 03 grandes dimensões de desafios:

- a) desafios explicativos, no campo da ciência,
- b) desafios normativos, no campo da ordem jurídica-política, e
- c) desafios interventivos, no campo das políticas sociais e ambientais, que nos compete abordar aqui, porque o SUAS tem que estar preparado e aparelhado para participar desse enfrentamento das calamidades, que já não se põem como no passado, quando atingiam algumas dezenas de pessoas. Hoje atingem massas populacionais, estados ou municípios inteiros, mares (contaminando fauna aquática, de onde extraímos alimentos), como aconteceram no derramamento de óleo no golfo do México e agora na costa brasileira. E a petrolífera americana Chevron, não consegue explicar suas causas e nem estancar o vazamento.

Com base nessa referência, cabe formular uma pergunta: Não é imperioso que se possa distinguir, no tratamento das calamidades públicas, dos desastres ambientais e das situações emergenciais, aquilo que corresponde ao ciclo próprio da natureza e o que corresponde a mudanças planetárias geradas por irresponsáveis ações humanas que produzem impactos sociais?

Justifico a pergunta, porque a relação do homem com a natureza, numa oficina como esta, em absoluto não pode significar, como formulam alguns compêndios de ecologia, a relação da natureza abstrata subordinada ao homem genérico, mas da natureza adjetivada como “propriedade”, subordinada ao capital - onde está subjacente a lógica da acumulação, da concentração da riqueza, da renda e da propriedade.

Ora, todos sabemos que a acumulação capitalista não é democrática, é oligopólica. Quem quer fingir que é diferente? A bancada ruralista, no Congresso Nacional que tenta uma guinada conservadora no Código Florestal?

Muitos já falaram sobre a tendência expansionista do capital para áreas de relações não capitalistas, que tem como corolário a expropriação de terras, a invasão de territórios indígenas e quilombolas, a devastação da floresta, a poluição dos rios, a destruição da biodiversidade animal e vegetal, comprometendo irremediavelmente os ecossistemas, transformando bens comuns em riqueza privatizada, e criando uma legião de despossuídos.

A assistência social já se depara com processos decorrentes dessa relação entre devastação ambiental e exclusão:

- Depara-se quando batem no plantão, no posto de trabalho, ou nos CRAS e CRES posseiros expropriados que viviam do extrativismo e que agora tem que vender sua força de trabalho num contexto de desemprego.
- Depara-se quando um índio desgarrado de sua comunidade tribal que foi invadida perambula nas periferias urbanas.
- Depara-se quando grandes desabamentos deixam muitas famílias sem teto, sem lar e sem pão.

A Debatedora destaca alguns pontos importantes a saber:

- o aumento do buraco na camada de ozônio, com ameaças concretas para os seres humanos;
- a veloz devastação das florestas heterogêneas do último reduto de vasta biodiversidade do planeta – floresta amazônica (muitas das consequências ambientais desta devastação ainda são imprevisíveis);



- a poluição de mananciais: rios, igarapés, lagos, córregos, riachos, comprometendo um bem vital e mais raro do que se supõe: **a água**;
- o acúmulo, na atmosfera, de CFC (flúor, cloro e carbono);
- a maior redução de terras agriculturáveis no mundo, comprometidas pela desertificação, por pastos e pelo agro-negócio;
- o efeito estufa e as alterações climáticas;
- a extinção de espécies no campo animal e vegetal (fauna e flora), restringindo o espectro alimentar da humanidade.

Desafios e Encaminhamentos

- O licenciamento ambiental para grandes empreendimentos deve contemplar detalhada avaliação de impacto social, com amplo debate com a comunidade que será atingida e proposição conjunta de projetos condicionantes, considerando os impactos sociais de curto, médio e longo prazo.
- Financiamento público vias FNAS para o enfrentamento das calamidades públicas e situações emergenciais;
- Debater de forma ampla a necessidade que a abordagem e o enfrentamento da calamidade não seja responsabilidade exclusiva da assistência social;
- Construção de sistemas de defesa civil que incluam a assistência social;
- Definição de áreas de risco com alternativas de moradias;
- Estabelecer plano para as situações de emergência e de calamidades públicas
- Estabelecer uma rede de comunicação intersetorial para atuação em situações de emergência e calamidades públicas;
- Que o CNAS estabeleça um diálogo nacional no sentido de estabelecer parâmetros nacionais para atuação nas situações emergenciais e calamitosas.
- Que seja identificada a intersetorialidade responsável pelas calamidades, desastres ambientais e situações emergenciais;
- Que se assegure Controle Social para os recursos destinados às calamidades e situações emergenciais;
- Que seja profissionalizado o atendimento às calamidades, que não devem resumir-se a ações voluntárias;
- Que se assegure o protagonismo das vítimas das calamidades e situações emergenciais.

OFICINA 18 - ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGAS : UM DEBATE NECESSÁRIO

Ementa: A intersetorialidade das políticas sociais, a articulação da assistência social com as políticas de saúde e educação no enfrentamento às drogas. *“O Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas”*. A proteção social ofertada na política de assistência social como estratégia de prevenção ao uso de drogas ilícitas. Crianças, adolescentes, jovens e drogas.

Expositores:

1. **Carla Dalboso** –Diretora de Articulação e Coordenação de Políticas sobre Drogas da Secretaria Nacional Anti-Drogas- SENAD.
2. **Maria Ermínia Cilibert** - Integrante da Comissão Intersectorial de Saúde Mental – CNS



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3. Maria Helena de Souza Tavares: Prof.Universitária e Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social do R.J

Coordenadora da Mesa: Maria do Carmo Tourinho - CNAS

Reladoras: Simone de Almeida e Maria Rosangela Pinheiro Dâmaso.

Principais indicações dos expositores

O tema foi tratado em três dimensões, o que possibilitou uma visão geral sobre o assunto.

- O histórico e marco legal das ações governamentais e políticas públicas do setor.
- O histórico do uso da droga na humanidade e da legislação da saúde mental no Brasil, que envolve os modelos tradicionais de atendimento ao “doente mental” até a promulgação da lei Paulo Delgado onde se instala um novo modelo de atendimento .
- A abordagem da intervenção da assistência social frente às demandas dos usuários de crack.

A primeira **expositora** enfatizou:

- Adesão do Brasil aos princípios diretivos da XX Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas.
- Igual ênfase à Redução da Demanda e da Oferta de Drogas.
- Responsabilidade Compartilhada.
- Criação da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, no âmbito da Presidência da República
- Realinhamento da Política Nacional sobre Drogas com alteração de **92%** dos itens da Política Antidrogas anterior.

A SENAD orienta-se pelo princípio da responsabilidade compartilhada, adotando como estratégia a co-operação mútua e a articulação de esforços entre governo, iniciativa privada, terceiro setor e cidadãos, no sentido de ampliar a consciência para a importância da integração setorial e da descentralização das ações sobre drogas no país.

Tem como Eixos: prevenção; tratamento, recuperação e reinserção social; redução de danos sociais e à saúde; redução da oferta; e estudos, pesquisas e avaliações.

Missão Institucional- Coordenar a Política Nacional sobre Drogas, por meio da articulação e integração entre Governo e Sociedade estabelecendo estratégias; elaborando diagnóstico; e promovendo capacitação ,reforçando as” Boas práticas(Consultório de rua/UFBA- Lua nova /Sorocaba).

A percepção do aumento do consumo com a associação do crack à violência e a grande demanda de casos, as pesquisas e pressão da sociedade levou o poder público a se posicionar diante dessa realidade e agir concluindo que se trata de um problema de saúde pública.

Concebendo o caráter da vulnerabilidade não como uma condição permanente, mas com caráter dinâmico; e circunstancial que podem ser minimizadas ou revertidas.

O poder público por meio da SENAD e Ministério da Justiça instituiu o PLANO INTEGRADO DE ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGAS que prevê: definir instrumento legal, a destinação de



recursos e municipalização das ações; estruturar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção do uso, tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas; ampliar e fortalecer as redes de saúde e assistência social para usuários de crack e outras drogas; capacitar atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas aos usuários de crack e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas; Ampliar a participação comunitária nas políticas e fomentar a multiplicação de boas práticas; disseminar informações qualificadas relativas ao crack e outras drogas; fomentar o desenvolvimento das ações em nível municipal, por meio da destinação de recursos; e fortalecer ações de enfrentamento ao tráfico.

A operacionalização desse plano abrange as áreas da Prevenção por meio do fortalecimento da rede de proteção, atuação nas escolas e nas comunidades. O cuidado na atenção ao usuário e familiares, rede de atenção a saúde e comunidades terapêuticas. O combate ao tráfico de drogas, intervenção nos focos (a exemplo das cracolândias) e combate ao crime organizado.

Em cada eixo estão previstas ações de capacitação para os segmentos:

- Comunidades Terapêuticas – MJ/MS;
- Operadores do direito – MJ;
- Educadores para a implementação de Projetos de Prevenção MJ/MEC;
- Lideranças Comunitárias e Conselheiros Municipais- MJ;
- Lideranças Religiosas e de Movimentos Afins– MJ;
- Profissionais de saúde e assistência social– MJ/MS/MDS

No eixo prevenção estão previstos ainda a criação de Centros Regionais de Referência - MJ/MEC, por meio de: parcerias com a rede pública de ensino superior para formação de RH, desenvolvimento de metodologias e realização de pesquisas; e formação permanente dos profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde e assistência social.

Todos os CRR serão padronizados, com oferta das mesmas modalidades de cursos. O número de vagas será ampliado de 300 para 600 em todos os 65 centros em 2013.

A segunda **expositora** abordou o tema A Droga na História da Humanidade e iniciou destacando, a questão do uso de drogas não se constitui apenas como um “problema”, mas faz parte da cultura humana há milhares de anos como um instrumento de estímulo, consolo, diversão, devoção e intensificação do convívio social.

Muitas obras na antiguidade foram intituladas como “banquete” (symposium), com o relato de diálogos que transcorriam ao final de uma comida no momento de se beber vinho. A palavra em grego, simpósio, significa literalmente “beber junto”.

O uso de drogas parece ser tão antigo quanto a humanidade. As primeiras referências sobre a papoula, de onde é extraído o ópio, se encontram em tábuas sumerianas, na Mesopotâmia, datando de três a quatro mil anos antes de Cristo.

Na América do Sul, desde tempos imemoriais, o homem usa a coca. Mascando suas folhas, os índios adquiriam vigor e energia. O conquistador espanhol reconheceu rapidamente o perigo de tal hábito para os seus soldados. Por esse motivo, houve, em 1569, a proibição da mastigação das folhas de coca pelos colonizadores.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

No mundo anglo-saxão, sob forte influência de correntes puritanas do metodismo e de outros grupos religiosos, uma frente política passou a defender, desde o século XIX, uma atitude extrema: a proibição do álcool, do tabaco, e de muitas outras drogas de uso recreativo.

Essa posição venceu temporariamente nos Estados Unidos desde 1919 até 1933, com a Lei Seca proibindo a fabricação e a venda de bebidas alcoólicas. Mesmo com sua revogação, entretanto, o espírito puritano proibicionista continuou a influir desde então no mundo, tornando-se até mesmo doutrina oficial das Nações Unidas.

Marcos da Política Brasileira

- 1921 - Publicação da primeira lei restritiva à drogas
- 1976 - Publicação da Lei 6.368 (medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes)
- 1980 a 1993 - surgiram órgãos que coordenavam pesquisas e ações referentes às drogas, como o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, da Secretaria Nacional de Entorpecentes, ligada ao MJ
- 1987 - I Conferência de Saúde Mental
- 1992 - II Conferência de Saúde Mental
- 1998 - aprovada a Declaração Política, que indicava uma direção, com propostas de diretrizes gerais para as políticas relacionadas à questão das drogas. Também foi criada a Secretaria Nacional de Políticas Antidrogas (SENAD)
- 2001 - III Conferência Nacional de Saúde Mental
- 2001 - Publicação da Lei 10.216/01 (dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental)
- 2002 - alinhamento da política à CF no respeito aos direitos humanos, às liberdades fundamentais de um Estado de Direito e de acordo com os compromissos internacionais firmados pelo Brasil
- 2003 - O MS publicou a Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas, na qual deixou clara a posição do SUS em atender a esta população
- 2007 - Apresentação da Política Nacional sobre o Álcool pelo MS
- 2008 - Aprovação da Lei Seca (Lei 11.705/2008) voltada à redução dos acidentes e mortes no trânsito
- 2009 - Marcha dos Usuários de Saúde Mental
- 2009 - Corte da OEA condena o Brasil por morte de portador de transtorno mental
- 2010 - IV Conferência Nacional de Saúde Mental
- 2011 - 14ª Conferência Nacional de Saúde

A seguir foi apresentada transcrição dos primeiros artigos da Lei 10.216/01, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Art. 1º Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.

Art. 2º Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo.



Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:

- I - ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;
- II - ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;
- III - ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração;
- IV - ter garantia de sigilo nas informações prestadas;
- V - ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária;
- VI - ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;
- VII - receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento;
- VIII - ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis;
- IX - ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

Art. 3º É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

Art. 4º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

§ 1º O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio.

§ 2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.

§ 3º É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no § 2º e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2º.

Art. 5º O paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida, sob responsabilidade da autoridade sanitária competente e supervisão de instância a ser definida pelo Poder Executivo, assegurada a continuidade do tratamento, quando necessário.

Art. 6º A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.

Foram apresentados ainda os princípios que devem ser observados no atendimento:

- Integralidade - garantia do fornecimento de um conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos, curativos e coletivos, exigidos em cada caso para todos os níveis de complexidade de assistência. Engloba ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.
- Regionalização e hierarquização - A regionalização é a aplicação do princípio da territorialidade, com foco na busca de uma lógica sistêmica, evitando a atomização dos sistemas locais de saúde. A hierarquização é expressão desta lógica, buscando entre outros objetivos, a economia de escala.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Transversalidade - a Política deve se fazer presente e estar inserida no trabalho das várias Secretarias buscando transformar as relações de trabalho a partir da ampliação do grau de contato e da comunicação entre as pessoas e grupos, tirando-os do isolamento e das relações de poder hierarquizadas.
- Protagonismo, corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e coletivos - Qualquer mudança na gestão e atenção é mais concreta se construída com a ampliação da autonomia e vontade das pessoas envolvidas, que compartilham responsabilidades. Os usuários não são só pacientes, os trabalhadores não só cumprem ordens: as mudanças acontecem com o reconhecimento do papel de cada um. Um SUS humanizado reconhece cada pessoa como legítima cidadã de direitos e valoriza e incentiva sua atuação na produção de saúde.
- Defesa intransigente dos Direitos Humanos

Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: (realizado pelo CFP, Conselho Federal de Psicologia).

Locais de Internação para Usuários de Drogas “Continuem caminhando em fila indiana pro inferno, com suas drogas e bebidas, pra esquecer a merda de tua vida. Deturpa teu corpo pra não olhar pro lixo que é tua mente, e teu coração que nem existe mais.”

Principais Violações identificadas:

- Violação de privacidade e de correspondências
- Proibição de visitas íntimas e visitas familiares
- Desrespeito à orientação sexual
- Mão de obra não remunerada Principais Violações:
- Não possuir acesso à rede de educação
- Contenção química e física
- Retirada do poder familiar (Mulheres que possuem filhos que moram na CT, podem ir embora, mas as crianças ficam na CT, implicando na perda do poder familiar e no encaminhamento das crianças para adoção).
- Adoção de medidas punitivas (ficar sem uma das refeições ou mais; cavar buracos de 3m X 3m em terreno pedregoso, devendo depois enchê-lo novamente)
- Imposição de credo e desrespeito à liberdade de escolha religiosa.
- Posicionamento dos Movimentos da Luta Antimanicomial :
- “A ilegalidade de algumas drogas em nosso meio tem servido ao controle de práticas e comportamentos de segmentos sociais historicamente discriminados e que são cotidianamente impelidos à marginalidade pela fragilidade de nossa democracia, pela reprodução ampliada da desigualdade, pelo caráter conservador das respostas operadas no âmbito do Estado, em face do consumo de drogas e de outras práticas que confrontam a moralidade dominante.” CFESS Manifesta – Dia Internacional de Combate Às Drogas - 26/6/2011
- “Existe uma violência crescente, uma falta de perspectivas e de mudança da situação social, o grande desenvolvimento da indústria farmacêutica nas últimas décadas, a exaltação ao discurso cientificista que propõe tratamentos através de medicação, a cultura do prazer imediato e da fuga da realidade, etc., contribuem para que o abuso de drogas seja um sintoma da sociedade globalizada e imediatista.” VI Encontro Nacional da Luta Antimanicomial – 2005.
- “Repudiamos qualquer tentativa maniqueísta e moralista de tratar a questão do uso de drogas, um fenômeno complexo, multifatorial, que exige um diálogo, portanto, também complexo. O que está em questão não é só a saúde, mas a liberdade, o protagonismo, os projetos de vida, os direitos de cada pessoa, seja ela usuária de drogas, louca, ou o quer que seja.” Manifesto Cuidar, Sim. Excluir, Não. - 8/4/2009- RENILA



- “A perspectiva de Redução de Danos da qual falamos, nos coloca diante do fracasso das concepções e intervenções polarizantes, que simplificam demais a existência humana, evidenciando que a questão não é apenas de ser contra ou a favor das drogas, mas sobretudo é necessário acolher e aceitar as pessoas que usam.” – Manifesto em Defesa da Redução de Danos – 28/6/07. ABORDA e REDUC

A terceira **expositora** iniciou sua intervenção colocando que na atualidade, a questão das drogas e, especialmente o CRACK, tem ocupado os debates e reflexões principalmente nos grandes centros urbanos, levando ao entendimento de ser um dos principais problemas da vida social, reforçado pela sua associação à violência.

Assim, ocupa o debate público e é objeto de análise de setores acadêmicos e políticos, além de fazer parte das conversas cotidianas na casa e na rua. Este processo vem possibilitando a reatualização de estereótipos e preconceitos frente a determinados grupos e classes sociais.

Sabe-se que a entrada massiva do tráfico de drogas (e armas) no Brasil data da década de 80 do século passado, quando grupos de venda de drogas a varejo passam a ocupar os espaços de moradia da população pobre e, de alguma forma, a gerenciar a vida dos territórios que ocupam. Tal ocorrência se dá em distintas cidades do país, mas o seu paroxismo acontece na cidade do Rio de Janeiro.

Embora a foco da nossa oficina não seja aprofundar o debate específico sobre o tráfico, torna-se relevante apresentar breves sinalizações:

- A presença do tráfico em diferentes territórios possibilitou a construção do ideário do “cidadão refém”, submetido aos ditames autoritários destes grupos ilegais, forjando o que vem sendo denominado de “medo social”;
- Criou-se um novo ordenamento na vida desses locais, onde se evidenciou a ausência de controle sobre o cotidiano das próprias vidas, decorrente do que Machado da Silva denomina de uma nova sociabilidade – “sociabilidade violenta”, onde há total cerceamento das relações interpessoais pautada no respeito e / ou solidariedade, sem qualquer possibilidade do exercício da alteridade;
- Ocorreu aumento quantitativo de usuários de drogas, principalmente de jovens, adolescente e crianças, bem como a inserção destes no universo de vendas. Tal crescimento foi analisado por autores de diferentes perspectivas teóricas, mas que trazem em comum nessas análises que geralmente a inclusão neste universo (uso e trabalho) decorre pela ilusão do poder e status, além do acesso monetário decorrente na atividade comercial ilícita;
- A repressão ao tráfico pelas instituições legais, historicamente organizou-se de forma truculenta, autoritária e arbitrária, pautada em concepções discriminatórias que levaram à criminalização da pobreza.

Com a entrada do CRACK nos postos de venda (as faladas bocas de fumo), ocorreu uma mudança no interior dos territórios, que passaram a receber inúmeras pessoas não só para comprar e consumir, mas também fazer daqueles espaços o local de moradia.

Destaca-se que a maioria dos usuários de CRACK provém das classes trabalhadoras mais empobrecidas, tendo em vista se tratar de uma droga de menor custo.

Tudo isto mudou o ritmo da vida nesses locais, provocando também uma maior visibilidade da questão para toda a sociedade. Fala-se, inclusive, numa “epidemia de CRACK”, o que é contestado por alguns profissionais da saúde que ressaltam a ocorrência de atendimentos de pessoas que fazem o chamado uso “recreacional”.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Municípios, da qual participaram 4.400 municípios, dentre os quais 63,7% indicaram ser o CRACK a maior causa dos problemas dos serviços de saúde pública do país.

Avalia-se que o uso de CRACK e outras drogas é efetivamente uma questão a ser enfrentada com seriedade, uma problemática social inibidora da cidadania.

O Plano de Enfrentamento ao CRACK e outras drogas tem por objetivo desenvolver um conjunto integrado de ações de prevenção, tratamento e reinserção social dos usuários, bem como, enfrentar o tráfico visando a redução da criminalidade associada ao consumo dessas substâncias junto à população.

Desta forma, articula ações que envolvem diversas instâncias governamentais, bem como entidades da sociedade civil. Dentre as políticas vislumbradas como imprescindíveis para o enfrentamento, encontra-se a Política de Assistência Social.

A Assistência Social é uma política pública que compõe a Seguridade Social juntamente com a Previdência Social e a Saúde. O escopo da assistência é o “social” em cuja amplitude está os outros setores, o que exige uma ação articulada.

Essa é uma reflexão importante por duas razões. A primeira para não atribuir-lhe responsabilidade que não lhe compete pois, para sua operacionalidade satisfatória, deve estabelecer vínculos estritos com as demais políticas. A segunda razão é a não de empobrecê-la, garantindo a fixação de orçamento às ações que lhe são próprias.

Destaca-se, assim, a exigência do debate intersetorial, que englobe definição de papéis e responsabilidades.

No que concerne a Assistência Social, verifica-se a necessidade de aprofundar conhecimentos para subsidiar ações voltadas para a atenção aos usuários de CRACK e suas famílias, seja no âmbito da proteção básica ou especial, pautadas nas diretrizes emanadas da PNAS / SUAS. Trata-se de iniciar ou ampliar um processo de debates, capacitações, construções de diagnósticos, visando qualificar a intervenção social.

Vislumbramos, inicialmente, para a intervenção relativa à proteção básica, a importância do trato da questão do CRACK e outras drogas nas atividades desenvolvidas no PAIF, bem como nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, assumindo desta maneira a perspectiva preventiva.

Mas, a ênfase nas ações que envolvem proteção e reinserção social, qualifica os CREAS como prioritários no Plano Nacional de Enfrentamento. Para tal, faz-se necessário qualificar as ações de abordagem e acompanhamento da população em situação de rua, no sentido de possibilitar reconhecer suas demandas e construir plano de ação para respondê-las.

Entretanto, o real enfrentamento depende da ação articulada entre as diferentes políticas setoriais e, ser dada a ênfase na política de segurança por também envolver a dimensão de combate a criminalidade circunscrita no tráfico de drogas.

Dentre as políticas setoriais destacamos:

SAÚDE: No âmbito da saúde referendar as diretrizes construídas historicamente no que se refere à Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras drogas, bem como as definições da reforma Psiquiá-



trica, que se baseia numa rede de atenção aos usuários de modelo extra-hospitalar. Além da importância da utilização de Estratégias de Redução de Danos.

Para materializar tais propostas torna-se mister a ampliação quantitativa e qualitativa dos Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e Droga (CAPS-ad), que no universo de mais de cinco mil e quinhentos municípios do país, temos implantados apenas 258 CAPS=ad. Além disso, é também imprescindível a ampliação dos Centros de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi).

EDUCAÇÃO: Na área de educação, faz-se também necessário a capacitação de todo o corpo funcional da rede de ensino para a compreensão da questão das drogas, buscando construir um novo olhar sobre os usuários. Além de valorizar e efetivar dentro dos “Temas Transversais” previstos na política de educação, a valorização e priorização do debate sobre as drogas, numa perspectiva não moralizadora, cumprindo desta forma a dimensão preventiva.

Conforme sinalizado anteriormente, o presencia-se uma verdadeira “demonização do CRACK”, o que tem servido para justificar uma série de ações polêmicas por parte do Estado no processo de combate, normalmente amparado por forças repressivas. Dentre elas, aquelas que se vinculam ao sistema de internação compulsória de crianças e adolescentes usuárias de CRACK em situação de rua.

Tal postura vem recebendo críticas contundentes e moções de repúdio de diferentes organizações da sociedade civil, entidades profissionais, conselhos profissionais, conselhos de direito, fóruns, entre outros, que dão destaque ao caráter punitivo e higienista dessas ações, ressaltando-se o desrespeito aos direitos conquistados através de lutas históricas, contempladas na Constituição no, ECA, no SUS e SUAS.

Concordo e corroboro com as críticas e entendo que a dependência do CRACK é uma coisa gravíssima, mas fazer disto o demiurgo das mazelas sociais não se coloca como um caminho eficaz e possibilita mascarar diversas vulnerabilidades presentes na vida da população; além de reatualizar posturas segregadoras que trazem para a cena política, processos discriminatórios e a criminalização da pobreza já anteriormente vivenciada no país.

A questão é grave e exige muita responsabilidade no seu enfrentamento.

Mas só vamos construir caminhos que possibilitem o resgate da cidadania para os sujeitos sociais nela envolvidos quando, efetivamente, exercitarmos o trabalho intersectorial qualificado.

Assim, é exigência separarmos o que responsabilidade da segurança pública do que responsabilidade das políticas sociais.

Principais indicações apresentadas pela plenária

O público da oficina se constituiu em sua maioria de pessoas e profissionais envolvidos diretamente com as comunidades terapêuticas. Diante disso a polêmica girou em torno das críticas sinalizadas nas exposições sobre as práticas utilizadas nessas comunidades, a necessidade de aprofundamento da metodologia de redução de danos, a urgência na capacitação dos agentes envolvidos em todas as etapas do atendimento.

Desafios e Encaminhamentos

Existe um consenso em relação às dificuldades e desafios da sociedade e do poder público diante dessa realidade, dentre as quais destacam-se:



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Ausência de estrutura institucional e retaguarda para o atendimento a população de rua, usuário de álcool e outras drogas.
- Estruturação dos serviços de atendimento de urgência e emergência.
- Necessidade de fortalecer o trabalho intersetorial e em rede.
- Capacitação dos profissionais de saúde e da assistência social.
- Universalização do acesso dos serviços de saúde mental.
- Necessidade de enfrentar o debate sobre a dimensão religiosa da abordagem assumida pelas comunidades terapêuticas e financiadas pelo poder público.
- “Temos um grande desafio a enfrentar, que vai nos exigir compromisso ético, político e a audácia de não temer construir novas metodologias e, acima de tudo, pautarmos nossas ações nas concepções democráticas e libertárias que vêm respaldando a construção dos instrumentos legais, bem como na definição dos nossos planos de ação.”
- O tempo foi curto para aprofundar a discussão de tema com tamanha relevância e complexidade, ficando assim registrada a necessidade de criarmos novas oportunidades para este debate numa perspectiva intersetorial e também inseri-lo no cotidiano das reflexões da Política de Assistência Social.

OFICINA 19: O SUAS E A QUESTÃO DE FRONTEIRAS

Ementa: Panorama atual das fronteiras brasileiras (encontro da diversidade, nacionalidade, língua, cultura, economia). Questões sociais/econômicas/legais nas fronteiras (tráfico de drogas, tráfico de pessoas, contrabando, livre trânsito, livre circulação de mercadorias). Organização institucional na fronteira e a presença do Estado em seus três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário (esferas federal, estadual e municipal). Precarização do trabalho e dos direitos sociais, violência, desigualdade e pobreza, acesso precário às políticas públicas e as perspectivas para o SUAS. O papel do CREAS na acolhida e encaminhamento das várias demandas das populações no território transnacional.

Expositores:

1. **Roseli de Fátima Meira Barbosa**- Secretária de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social do Estado do Mato Grosso
2. **Elias de Souza Oliveira**- Professor da Faculdade União das Américas - Foz de Iguaçu/PR
3. **Maria do Socorro Batista dos Santos**- SETRABES/Roraima

Coordenador: José Araújo da Silva – CNAS

Relator: Reinaldo Nobre Pontes – UFPA

Principais indicações apresentadas pelos expositores

A primeira expositora, **Roseli de Fátima Meira Barbosa**, discorreu sobre o tema “Desafios e expectativas do SUAS na faixa de fronteira” em três momentos: 1- aspectos geográficos e sociais (Brasil e Mato Grosso) no que tange as faixas de fronteiras; 2- A organização do SUAS: perfil da demanda e tipologia da oferta de serviços e 3- Desafios e expectativas.

No primeiro aspecto, enfatizou as características das faixas de fronteiras no Brasil e em particular no estado do Mato Grosso, destacando o processo histórico da ocupação e a evolução das relações com a Bolívia. Esse estado possui 750 Km de fronteira seca e 233 Km de fronteira fluvial com a Bolívia, en-



volvendo 4 Municípios na linha de fronteira; 14 totalmente na faixa de fronteira e 10 parcialmente na faixa de fronteira. Enfatizou que a faixa de fronteira se caracteriza por ser um território muito complexo com elevada incidência de todo tipo de criminalidade.

No segundo momento, a expositora apresentou um perfil da organização do SUAS na faixa de fronteira, começando por delinear o perfil da demanda por municípios de fronteira.

Ressaltou que esses municípios apresentam índices de vulnerabilidade social superior a média do estado, destacando a renda *per capita* muito baixa em quase todos eles. Existe um percentual aproximado de 30% da população desses municípios vinculadas a programas de transferência de renda. A escassez de emprego, a predominância da agricultura tradicional e a enorme desigualdade social bem resumida pela expositora na frase seguinte:

“A economia limitada à pecuária tradicional na maioria dos municípios, associada aos serviços típicos dos centros urbanos, superpõe domínios sociais de classes onde quem é rico é muito rico, e quem é pobre é muito pobre.”

A “organização do SUAS – tipologia dos serviços” foi apresentada com base no resultado do monitoramento realizado em todos os municípios do Estado, os aspectos mais destacados foram os seguintes: - Inadequação dos recursos humanos: 87% dos municípios fronteiriços; Instalações inadequadas: 88%; Inadequação da gestão: 50% ausência de plano; 57% serviços fora da tipificação. Em resumo, o quadro do SUAS na fronteira apresenta-se desolador, merecendo urgentes medidas reparadoras.

A última parte da exposição “SUAS desafios e expectativas” se resume a seguir:

- Os municípios de fronteira (583 em todo o Brasil) padecem da falta de um financiamento específico do SUAS para atender suas especificidades (assentamentos rurais, quilombolas, e outras populações tradicionais);
- Incluir a Política de Assistência Social no Plano Estratégico de Fronteiras (Decreto 7.496/2011) juntamente com o Corpo Diplomático Brasileiro e as Forças Armadas;

O segundo expositor, **Elias de Souza Oliveira**, organizou sua apresentação assim: na primeira parte, abordou a questão “o que é pensar fronteiras”, desenvolvendo uma análise conceitual, na qual buscou desmistificar o conceito de território.

Santos e Silveira apud Silva (2006 p. 71-72) entendem que “A fronteira deve ser compreendida para além de um espaço político, de um país, ou extensão usada (SANTOS, 2001). Neste contexto, a fronteira deve ser apreendida como uma territorialidade, como sinônimo de um pertencer aquilo que nos pertence, na qual a concretude do território deverá refletir as relações dadas pelo binômio local global de uma nova dinâmica.

Destacou que a compreensão limitada do conceito de fronteira leva a políticas sociais de baixo alcance e que prejudicam o enfrentamento da questão social. Avaliou que o conceito de território praticado no SUAS pode comprometer a perspectiva de trabalho na fronteira por restringir ao território nacional. Exemplificou na área da saúde com o sistema SISFRONTEIRA, que envolve a transferência mútua de recursos entre países para socorrer populações fronteiriças, poderia se transferir para o SUAS a ideia.

Outro aspecto conceitual tratado foi de cidadania: se o critério de pertencimento é local de nascimento ou filiação. Sugerindo repensar tais critérios para a inclusão de brasiguaios.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Discutiu a particularidade da fronteira Brasil/Paraguai (em Foz) mostrando a dificuldade de acesso dos brasiguaios à política de Assistência Social.

Os problemas de indefinição a quem assiste o direito à assistência social nas regiões fronteiriças tem colocado importante limite ao funcionamento amplo do SUAS nessas regiões,

Outra questão observada no cenário da fronteira é a ausência de um marco legal que defina com clareza um mínimo de direitos sociais nacionais e internacionais, no contexto da integração regional vinculada às discussões e proposições sociais do MERCOSUL, no intuito de regulamentar a situação dos segmentos populacionais que vivem no entorno da fronteira (NOGUEIRA, 2003).

Verifica-se que a implementação da política de assistência social pautado numa visão distrital conservadora, tendo por base o território solo, torna-se, na região de fronteira, um elemento potencialmente intensificador dos processos de exclusão dos brasileiros não residentes no território nacional do SUAS.

O expositor defende, assim, uma reconceituação dos direitos de brasiguaios visando sua inclusão na política de Assistência Social.

A terceira expositora, **Maria do Socorro Batista dos Santos**, delineou a criminalidade como um estado permanente de criminalidade, destacando o problema do tráfico humano. Roraima faz fronteira com Guiana e Venezuela, relatou a ocorrência de todo tipo de tráfico (drogas, animais, pessoas, gasolina, gás, etc). a existência de garimpos nas várias nacionalidades onde reina a “lei do cão”.

Destacou a dramática realidade do tráfico de adolescentes e sua percepção a partir da interface com a política de assistência social, particularmente com o CREAS. Identificou o despreparo dos profissionais para atuarem em situações limites, que envolvem pressões advindas do crime organizado, corrupção dos poderes públicos (conivência com o crime e corrupção ativa e passiva).

Relatou situações ocorridas nos 16 km de fronteiras (secas) não fiscalizadas, por ela observadas em pesquisa de campo, confirmando os desmandos dos poderes constituídos, favorecedores do crime. Mostrou que as máfias de tráfico humano agem quase que livremente aliciando, encarcerando, torturando e explorando suas vítimas. Exemplificou que em 10 anos apenas 27 investigações foram concluídas.

Apresentou perfil das vítimas: 13 a 15 anos; baixa escolaridade; pobreza; e que 56% delas passa mais de 1 ano sob prostituição forçada.

Roraima é parte de uma rota internacional de trafico humano, negócio que só perde em lucratividade para o tráfico de drogas.

“A droga a gente vende só uma vez, enquanto que as mulheres a gente vende várias vezes, até que não aguentem mais, fiquem loucas, morram de doenças ou se matem.” (Dono de Bordel no Canadá em entrevista para a revista Macleans)

As consequências para as vítimas foram destacadas: suicídio, depressão, morte, doenças, HIV, etc.

Relato de “Estrela” (14anos) durante entrevista:

“Quando chegamos na boate ouvimos choros de dor, era como choro de criança, ficamos com muito



medo foi horrível (...), até hoje ouço o choro daquelas meninas, era como pedindo socorro (...). Aquele homem maravilhoso que comprou até drogas, nos levou para jantar e nos fez sentir princesa, nos jogou em um quarto e trancou a porta e passamos nesse até a noite a pão e água.” (Entrevista, 2010)

Concluiu, mostrando a necessidade de se apostar no avanço do SUAS nas regiões de fronteiras em parceria com as demais políticas públicas, e que o Estado brasileiro deve ser protagonista nesse processo.

Principais indicações apresentada pela plenária (debates)

- Uma assistente social de Ponta Porã (MS) fez relato de situação de conurbação (15 km) onde uma única cidade com duas nacionalidades requer uma política de tipo específico. Outro participante de Miri (RO) apresentou relato de vida em área de fronteira, como refém do narcotráfico. Sugere um plano entre entes da federação para enfrentar a situação dramática que se reflete em sua vida pessoal.
- Na sequência outra participante também relata que vivendo na fronteira Brasil – Bolívia, assiste a situação dramática de vida-morte com envolvimento de jovens e extermínio. Sugere uma Assistência Social itinerante através de barcos nos rios de fronteira.
- O coordenador da oficina leu notícia de ampliação de investimento em política de fronteiras do Brasil, notando a ausência de referências quanto às causas dos problemas especialmente à desigualdade reinante.

Desafios e encaminhamentos

- Reforço da necessidade de repensar o conceito de território nas fronteiras no âmbito da política de assistência social, para ampliar a cidadania. Necessita se particularizar a análise.
- Necessidade de pactos internacionais para enfrentar o problema conjuntamente.
- Quanto ao tema da profissionalização, foi questionado se os cursos que a inclusão produtiva vem oferecendo resultam em superação do desemprego e da pobreza.
- O relator sugeriu a realização em âmbito Amazônia de evento, em cuja pauta deve constar o problema das políticas sociais nas fronteiras, para o qual concorreria o programa de mestrado em serviço Social (UFPA).

OFICINA 20: GARANTINDO DIREITOS NO SUAS: O PAPEL DA OUVIDORIA, DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA DEFENSORIA PÚBLICA

Ementa: O papel da Ouvidoria Pública, do Ministério Público e da Defensoria Pública e os direitos socioassistenciais reclamáveis pelos cidadãos brasileiros. Espaços de inscrição de demandas sociais e do processo de tomada de decisões. O papel da Ouvidoria Geral do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS como um dos instrumentos de participação popular na busca da proteção social como direito. A relação do gestor e do conselho de assistência social com os órgãos de fiscalização e de defesa de direitos. Inserção do debate acerca do Decreto nº 6.932, de 11/08/09, que instituiu a Carta de Serviços ao Cidadão e da Proposta de Lei Orgânica da Administração Pública Federal, subseção IV - “Do controle social”, nos artigos 66, 67 e 68. Considerar a Resolução nº 71 do Ministério Público e Política Nacional de Assistência Social - PNAS.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Expositores:

1. **Marcos Paulo Bittencourt Fowler**- Procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná
2. **Sacha Alves do Amaral** - Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte
3. **Rejane Maria de Oliveira**- Socióloga, Mestre em Ciências Sociais, Ouvidora do MDS
4. **Liana Dani**- Defensora Pública da Defensoria Pública Geral da União

Coordenadora: Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho - CNAS

Relatora: Vinólia Costa Vieira – CMAS de Maracanã PA.

O primeiro expositor, **Marcos Paulo Bittencourt Fowler**, destacou como principais pontos:

- A capilaridade da Promotoria de Justiça do Paraná.
- A missão do Ministério Público como órgão fiscalizador e defensor da ordem jurídica e do regime democrático, portanto, um importante papel na promoção da justiça social e da garantia de direitos frente as desigualdades econômicas e sociais.
- As formas de atuação do MP frente às demandas trazidas pelos cidadãos na violação de direitos individuais e na vigilância visando a melhoria dos serviços públicos com ações voltadas para: a documentação, investigação, promoção de audiências públicas, requisição e instauração de inquéritos policiais; promoção de ações judiciais na defesa de direitos difusos e coletivos; promoção das ações penais públicas, ações de controle da constitucionalidade, etc.
- MP e Assistência Social – o papel efetivo de zelar pela aplicação da LOAS, por meio de estratégias como:
 1. Estudo e discussão do conteúdo da lei;
 2. Estímulo aos fóruns municipais para adequação da lei;
 3. Revisão das legislações municipais para enfrentar questões de distorções aos princípios e diretrizes da LOAS;
 4. Possibilidade de intervenção nos conselhos;
 5. Atuação na garantia dos Benefício Sociassistenciais (em especial o Benefício de Prestação Continuada);
 6. Acompanhamento do controle social, prestando apoio e orientações;
 7. Contribuição da implantação do SUAS no âmbito estadual
 8. Possibilidades e investimentos importantes para a atuação do MP no fortalecimento da Política Nacional de Assistência Social
 9. Aproximação e convênios com o MDS para capacitação de promotores, para qualificar as ações no âmbito da política;
 10. Interlocução com os órgãos federais (MDS) para acesso ao sistemas de dados.
 11. Projetos estratégicos em execução;
 12. Monitoramento do SUAS;
 13. Ampliação da rede de proteção à infância e adolescência;
 14. MP de caráter mais social e articulado com as demandas da população (população de rua, violência doméstica, pessoa com deficiência, idosos);
 15. Atendimento especial às áreas de maior vulnerabilidade social;
 16. Repercussão da Resolução no. 71 de 15 de junho de 2011 do Conselho Nacional de Justiça – relativa ao Plano de Convivência Familiar e comunitária – as demandas necessárias para o acolhimento e para os serviços de fortalecimento de vínculos através dos serviços de proteção básica e proteção especial de média e alta complexidade desenvolvidas nos CRAS e CREAS.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

A segunda expositora, **Sacha Alves do Amaral**, destacou o papel do MP, frente as demandas sociais, como órgão fiscalizador e que também promove direitos à partir da interlocução com as realidades sociais e com a complexidade no campo da assistência social.

- A questão da formação jurídica idealista para garantia à dignidade da pessoa humana, de acordo com os valores da justiça social.
- O desafio do MP para estabelecer no cenário municipal relações de parceria e apoio, mas também fazer a fiscalização de programas e serviços.
- O necessário entendimento de como o município se organiza para o atendimento da população por dentro dos serviços públicos. Sendo precípuo o compromisso e a responsabilidade e comprometimento com a superação da omissão, da precarização referenciados com o entendimento que direitos sociassistenciais são direitos humanos.
- As resoluções do CONANDA e CNAS como norteadoras das suas ações.
- Os desafios no atendimento à situações extremas, na perspectiva de superar as intervenções tardias que comprometem resultados e impactos, como exemplo nos casos de ato infracional.
- A articulação intrasetorial – por dentro das instituições e serviços de atendimento (CRAS e CRE-AS), para evitar encaminhamentos equivocados que não dialogam com a forma como a política se organiza.
- A articulação intersetorial – os sinais de que se pode estar atuando fora da lógica da rede de proteção social.
- As fragilidades no Sistema de Justiça.
- Falta de equipe interprofissional

A terceira expositora, **Rejane de Miranda**, destacou como principais pontos:

- A ouvidoria tem bases tradicionais, mas há novos avanços históricos que trata do Pluralismo, da participação e da democracia.
- A estratégia das redes que traz a possibilidade de se comunicar. Há um observatório das ouvidorias públicas do país, como instrumento de democracia e de participação cidadã.
- A ouvidoria contribui para o acesso a informação como um direito público e dever do Estado. Constitui-se como instrumento de prevenção de conflitos;
- A ouvidoria interfere quando se detecta discriminação no atendimento de usuários por dentro da assistência social, por questões partidárias ou outras motivações.
- Lei de Acesso – 12.527/2011 – A lei regula toda a questão da informação no Brasil. Dando poderes ao cidadão ter acesso a todos os dados que devem ser disponibilizados para responsabilizar o Estado. Trata do acesso à informação e à transparência como direito fundamental. Traz mudança de mentalidade, no que diz respeito a disseminação das informações. Regula inclusive a penalidade. Dá poderes ao cidadão de exigir informações e ter sua solicitação atendida em tempo previsto que deve ser obedecido pelo dever do poder público.
- Como está o conhecimento do orçamento, das contas públicas? Qual a obrigação do poder público em dar as informações e os prazos que tem para disponibilizá-las? Não existe sigilo nas informações do que diz respeito à serviços e atendimento. Os órgãos públicos têm a obrigação de informar, independente de quem for o cidadão.

A quarta expositora, **Liana Dani**, iniciou destacando a Defensoria Pública se ramificou bastante, pela definição do MP e também por diagnóstico das demandas sociais;

- São somente 451 defensores no território nacional. Com o crescimento da demanda é que nasceu a necessidade de interlocução com a gestão da PNAS;



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- O esforço empreendido para criar e implementar equipes multiprofissionais, mas ainda um desafio.
- O interesse e o compromisso com a socialização das informações do atendimento.
- A atuação da defensoria pública no campo de direitos do idoso e de outros grupos vulneráveis na perspectiva de garantir atendimentos de forma equitativa.
- O diálogo da defensoria Pública estadual com a defensoria Pública Federal;
- A atuação da defensoria no acesso a serviços socioassistenciais no atendimento às vítimas de escarpelamento (couro cabeludo arrancado), situações de rua, idosos, de forma articulada com CRAS e CREAS em vários estados. Assim como o atendimento na agilidade da concessão de benefícios em caos extremos, prestando assistência jurídica integral e gratuita a administração pública.
- O necessário olhar e a sensibilidade para outras demandas que o cidadão pode não estar trazendo, mas que é importante diagnosticar e encaminhar.
- A integração com a gestão da PNAS.

Principais indicações apresentadas pela Plenária (debates)

- O Ministério Público tem cadeira específica nos conselhos setoriais?
- Como está a participação do MP no debate frente às demandas trazidas pelos trabalhadores do SUAS? Em especial no que diz respeito às demandas do Poder Judiciário nos municípios, que são constantemente solicitadas aos profissionais que atuam em CRAS e CREAS.
- “Nós, de municípios do interior, geralmente ouvimos que quando o MP vem, vem o bicho-papão, enquadrar a gente”. Na verdade não é isso. O MP é fundamental para garantir direitos e articular as lutas.
- “Trabalho em município de pequeno porte 2 e de fato tinha a visão do MP como um inimigo. Mas isso foi superado quando o promotor criou uma relação de parceria, através de conversas. Mas, o MP às vezes coloca questões como: “olha vocês tem três dias pra resolver o caso, colocar essa criança num programa social”. Mas não é assim, precisa se criar vínculos e dar acesso a serviços, não simplesmente pra dar resposta à um ofício que chegou, mas entender a demanda, o diagnóstico e assim dar os encaminhamentos corretos, inserindo em outros programas que vão atender as necessidades e ter impacto sobre essa família.
- Só é possível garantir todo o acesso a esses conhecimentos dos atendimentos e das políticas públicas de atendimento, com capacitações coletivas, com constantes trocas de experiências entre os profissionais que atuam na rede de proteção social e garantia de direitos.
- Relato de caso: estupro de vulnerável na família por adolescente e o desafio de entender o perfil do mesmo, para que ele sendo também menor não tivesse seus direitos violados. Havia um histórico de naturalização da violação na família. Os encaminhamentos dados pra resguardar surtiram efeitos na vida do adolescente, que veio a ser atendido pela assistência e conseguiu superar a situação de vulnerabilidade.
- Na prática, as vezes se percebe a falta de sensibilização do magistrado. O operador do direito vê a coisa de forma muito isolada e não consegue fazer a conexão. É preciso o operador também estar neste acompanhamento dos casos.
- O entendimento das demandas emergentes e os conhecimentos necessários para atendê-las. Sendo que outros atores do sistema de garantia de direitos também cometem equívocos, como exemplo os conselheiros tutelares que veem no acolhimento institucional a primeira perspectiva de atendimento da criança em situação de abandono.
- A necessária força do MP para responsabilizar o poder público para o atendimento da população.
- A lei coloca que o gestor quando presta conta, tem que dar inclusive com relatório para traduzir as informações e dar acesso e contribuição para que conselheiros e interessados compreendam as informações.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

- As vezes o sistema é perverso. A defensoria não tem acesso à algumas informações que outros órgãos tem, mas somos nós que estamos atendendo o público.

Manifestação dos expositores

- O MP não compõe conselhos, mas acompanha o processo do controle social, a exemplo do que vem acontecendo no Paraná, com presença nas reuniões daquele Conselho para dar orientações.
- O MP às vezes bate e assopra: faz o controle e responsabiliza quando é preciso, mas também ouve, orienta. Mas de fato existe essa relação de respeito com as prefeituras para garantir ações executivas que criem condições de exercer direitos. O MP precisa ter esse papel, mas de fato é complicado, nem sempre a relação é tão boa.
- O promotor de uma comarca pequena precisa ter parceria com o corpo técnico das políticas públicas para compreender as demandas e os encaminhamentos que poderão ser dados.
- A Defensoria, para diminuir pouca capilaridade que tem, investe em serviços itinerantes e regionalizados para dar acesso à população. Tem alcançado resultados significativos.
- A magistratura tem, pela dinâmica das práticas, um distanciamento dos casos que atua, então é necessário se aproximar dos sujeitos, pra entender melhor o universo dos casos que se está de atuando.

Não houve encaminhamentos

OFICINA 21 – O SUAS E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Ementa: O acolhimento institucional na tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. Orientações técnicas no acolhimento de crianças e adolescentes. As diferentes modalidades de abrigos. Integração com o sistema de garantia de direitos. Oferta de segurança, apoio, proteção e cuidado de qualidade O convívio familiar para preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. O serviço de acolhimento X fragilização e perda do vínculo familiar. Estratégias para contribuir com a superação dos motivos do acolhimento. Regionalização e reordenamento dos serviços.

Expositoras:

1. **Mírian Maria José dos Santos**- Vice presidente do CONANDA
2. **Mariana Souza Machado Neris** -Coordenadora Geral dos Serviços de Acolhimento DPSE/SNAS/MDS
3. **Maria Cristina Marques**-Coordenadora Substituta da Coordenação Geral de Vigilância Social – DGSUAS/SNAS/MDS

Coordenadora da Mesa: -Célia Mota de Carvalho – CNAS

Relatora: Ana Angélica Campelo de A. e Melo – SNAS/MDS

A primeira expositora, **Mírian Maria José dos Santos**, inicialmente ressaltou a articulação política entre o CONANDA e o CNAS nessa temática, que resultou em três resoluções conjuntas dos dois conselhos: O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006); as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) e as orientações para a criação de Comissões Intersetoriais Estaduais e Municipais de Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em seguida, fez uma breve explanação sobre a interrelação entre o SUAS e o SGD, a partir da comparação entre a resolução 109/2009 do CNAS (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais) e a Resolução 113/2006 do CONANDA (Parâmetros para a Institucionalização e Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes).

Foram apresentados os princípios para a construção da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes:

- Proteção Integral para a Criança e o Adolescente
- Prioridade Absoluta para a Criança e o Adolescente
- Igualdade e respeito à diversidade
- Equidade e Justiça Social

Por fim, foi apresentado o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, com destaque para seus cinco eixos orientadores:

1. Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes
2. Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes
3. Protagonismo e participação de Crianças e Adolescentes
4. Controle Social da efetivação dos Direitos
5. Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

Na apresentação do Plano Decenal, foram ressaltados os objetivos estratégicos que têm maior interface com o tema da oficina:

Diretriz 03 - Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados, consideradas as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.

Objetivo Estratégico 3.1 – Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para a promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, com base na revisão e implementação do Plano nacional temático.

Objetivo Estratégico 3.3 – Estabelecer e implementar protocolos para a proteção de crianças e adolescentes em situação de emergências, calamidades, desastres naturais e assentamentos precários.

Objetivo Estratégico 3.4 – Fomentar a criação de programas educativos de orientação e de atendimento a familiares, responsáveis, cuidadores ou demais envolvidos em situações de negligência, violência psicológica, física e sexual.

Objetivo Estratégico 3.5 – Definir diretrizes para as atividades de prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes conforme a Lei 11. 343/06, bem como ampliar, articular e qualificar as políticas sociais para prevenção e atenção a crianças e adolescentes usuários e dependente de álcool e drogas.

Objetivo Estratégico 3.7 Definir diretrizes e implementar políticas sociais articuladas que assegurem a proteção integral e o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de rua.



Objetivo Estratégico 3.9 – Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, com base no Plano Nacional temático.

Objetivo Estratégico 3.10 - Definir e implementar políticas e programas de prevenção e redução da mortalidade de crianças e adolescentes por violências, em especial por homicídio.

Objetivo Estratégico 3.11 – Formular diretrizes e parâmetros para estruturação de redes integradas de atenção a crianças e adolescentes em situação de violências, com base nos princípios de celeridade, humanização e continuidade no atendimento.

Objetivo Estratégico 3.13 - Formular diretrizes e parâmetros para estruturação de redes integradas de atendimento de crianças e adolescentes egressos do sistema sócio-educativo e do acolhimento institucional.

Objetivo Estratégico 3.14 – Implantar mecanismos de prevenção e controle da violência institucional no atendimento de crianças e adolescentes, com ênfase na erradicação da tortura.

Diretriz 04 – Universalização e fortalecimento dos conselhos tutelares, objetivando a sua atuação qualificada.

Objetivo Estratégico 4.1– Implantar e aprimorar o funcionamento de conselhos tutelares em todos os municípios, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo CONANDA.

Diretriz 05 – Universalização, em igualdade de condições, do acesso de crianças e adolescentes aos sistemas de justiça e segurança pública para a efetivação dos seus direitos.

Objetivo Estratégico 5.1 – Articular e aprimorar os mecanismos de denúncia, notificação e investigação de violações dos direitos de crianças e adolescentes.

Objetivo Estratégico 5.2 – Incentivar processos de aprimoramento institucional, de especialização e de regionalização dos sistemas de segurança e justiça, para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Objetivo Estratégico 5.3 - Fortalecer a capacidade institucional dos órgãos de responsabilização para o rompimento do ciclo de impunidade e para o enfrentamento de violações dos direitos de crianças e adolescentes.

A segunda expositora, **Mariana Souza Machado Neris**, inicialmente fez uma breve exposição acerca do processo de construção do SUAS, ressaltando os seguintes aspectos:

- A assistência social como política pública;
- Foco na família;
- Reconstrução do conceito de família;
- Competências definidas;
- Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais
- definição de equipes de referência;
- Profissionalização do trabalho ;
- Incompletude institucional;
- Articulação intersetorial e interinstitucional.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Foram destacadas as seguranças afiançadas pelo SUAS (Segurança de Acolhida, Segurança de Convívio ou Vivência Familiar e Segurança de Sobrevivência) e sua relação com a oferta de serviços de acolhimento; seguida da explanação sobre os diferentes níveis de proteção social (Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade).

A seguir, foram apresentados os diferentes serviços de proteção social especial, o público a que se destinam e as respectivas unidades. Nesse tópico, foi dada especial atenção ao Serviço de Acolhimento Institucional, onde foram explicadas as diferentes modalidades ofertadas a cada público específico, como se segue:

- Crianças e adolescentes: abrigo institucional e casa-lar.
- População adulta em situação de rua: casa de passagem e abrigo institucional.
- Mulheres em situação de violência: abrigo institucional.
- Pessoa adulta com deficiência: residências inclusivas.
- Pessoa idosa: casa lar e abrigo institucional.

A segunda parte da explanação esteve voltada para a apresentação da normatização acerca dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, com foco nos parâmetros trazidos pelas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

Do conteúdo desse documento foram destacados: a) os princípios a serem seguidos para a oferta dos serviços; a definição e regras gerais dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes; b) a regionalização do atendimento; c) a articulação intersetorial, o papel do órgão gestor da Assistência Social junto à rede de acolhimento e; d) orientações acerca do reordenamento dos serviços. A seguir, será apresentado um resumo de cada um desses itens.

Princípios:

- Excepcionalidade do afastamento do convívio familiar.
- Provisoriedade do afastamento do convívio familiar.
- Preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- Garantia de acesso e respeito à diversidade e não discriminação.
- Oferta de atendimento personalizado e individualizado.
- Garantia de liberdade de crença e religião.
- Respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem.

Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes: Abrigos Institucionais e Casas-Lares:

- Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.
- O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, sem identificação do serviço, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Não deve distanciar geográfica e socioeconomicamente da realidade das crianças e adolescentes acolhidos.
- O serviço deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

- Regionalização do Atendimento
- Excepcionalmente pode ser justificável a regionalização do atendimento nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes: municípios de pequeno porte - cuja pequena demanda e condições de gestão dificultem a implantação de serviços locais.
- Compartilhamento de equipe:
- Estruturação de Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora ou Casas-lares, com compartilhamento de equipe (coordenador e equipe técnica), que atenderá a mais de um município.
- O ambiente de acolhimento (casa-lar ou residência da família acolhedora) deverá estar localizado no município de moradia habitual da criança/adolescente acolhido e sua família.
- Previsão de veículos e combustível suficientes, de modo a permitir o deslocamento da equipe técnica do município-sede para os demais os municípios atendidos, com periodicidade mínima semanal.
- O compartilhamento dessa equipe constitui estratégia para assegurar o atendimento da criança e do adolescente próximo à sua comunidade de origem, de modo a evitar seu acolhimento em serviços localizados nas capitais dos estados ou em municípios muito distantes de seu contexto de moradia e de sua família.

Casa- Lar Regionalizada:

- Recorrer a esta alternativa apenas quando nenhuma outra for de possível implantação.
- Assegurar condições para o deslocamento semanal, tanto das famílias para o município onde se localizar a Casa-lar, quanto das crianças e adolescentes para o município de residência da família de origem, de modo a favorecer o processo de reintegração familiar.

Articulação Intersectorial:

Os Serviços de Acolhimento integram o SUAS: Necessidade de articulação / referência e contra-referência.

Incompletude institucional – complementaridade de ações.

Fundamental articulação com:

- Demais serviços do SUAS
- SUS
- Sistema Educacional
- Sistema de Justiça
- Conselho Tutelar
- Segurança pública
- Conselhos de direito
- Cultura / Esporte / Lazer
- Dentre outros

Papel do Órgão Gestor da Assistência Social

O Órgão Gestor da Assistência Social tem a responsabilidade de apoiar, supervisionar, acompanhar e monitorar a rede de serviços de acolhimento, incluindo a rede governamental e não governamental. Em municípios de médio e grande porte e metrópoles - e nos demais quando a demanda justificar - o órgão gestor da Assistência Social deverá manter equipe profissional especializada de referência, para supervisão e apoio aos serviços de Acolhimento.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atribuições Mínimas dessa equipe:

- Mapeamento da rede e fortalecimento da articulação dos serviços de acolhimento com os demais serviços / atores;
- Monitoramento das vagas na rede de acolhimento, indicando o serviço que melhor atenda às necessidades específicas de cada caso;
- Supervisão e suporte técnico aos serviços de acolhimento;
- Apoio às equipes técnicas dos serviços no acompanhamento das famílias de origem dos acolhidos;
- Monitoramento da situação das crianças e adolescentes acolhidas e de suas famílias.

Reordenamento:

A implantação, qualificação e reordenamento dos serviços de acolhimento deve constar dos Planos de Assistência Social, e basear-se em um diagnóstico local que busque identificar a existência ou não de demanda por tais serviços nos municípios, quais modalidades são mais adequados, e quais serviços preexistentes estão em desacordo com as normativas e precisam ser reordenados.

Nos municípios de grande porte e metrópoles deve haver diversificação na oferta de diferentes modalidades de atendimento, de modo a atender de forma qualificada à diversidade de situações apresentadas.

Nenhum novo serviço de acolhimento deverá ser criado sem atender aos parâmetros vigentes e, gradativamente, a infraestrutura e a oferta dos serviços já existentes deverá ser adequada para o cumprimento dessas exigências, até 2015, prazo máximo estipulado pelo Plano Decenal de Assistência Social.

É imprescindível que todos os usuários dos serviços de acolhimento e suas famílias sejam cadastrados no CadÚnico.

O reordenamento visa:

- Oferecer ambiente de qualidade.
- Atendimento personalizado em pequenos grupos.
- Que favoreça o processo de desenvolvimento da criança/adolescente.
- Auxiliar a criança/adolescente a reparar vivências de separação / violência e se apropriar de sua história.
- Potencializar a capacidade de manter/construir vínculos.
- Família como foco das ações.
- Próximo à sua família e comunidade de origem.
- Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA): Visa orientar o trabalho de intervenção durante o período de acolhimento. Definição de estratégias para contribuir com a superação dos motivos do acolhimento.
- Garantir direitos: à convivência familiar e comunitária, à proteção integral.

No final da explanação foram apresentados rapidamente alguns dados do Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento, sendo dada maior ênfase à comparação de alguns dados deste levantamento, realizado entre 2009 e 2010, com dados obtidos por levantamento realizado em 2003 pelo IPEA. Tal comparação demonstrou ter havido uma diminuição do tempo de permanência das crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento institucional, bem como um



aumento substancial do percentual de serviços de acolhimento com atendimento a pequenos grupos, o que aponta para uma tendência para o reordenamento dos serviços nos últimos anos.

Finalizando a apresentação, foram apresentadas algumas ações do MDS voltados para os serviços de acolhimento previstas para o período de 2012 a 2014, destacando-se algumas ações previstas nos planos “Brasil sem Miséria” e “Viver sem Limite”.

A expositora, **Maria Cristina Marques**, inicialmente fez uma breve exposição acerca do conceito de vigilância social apresentado na NOB/SUAS:

“A vigilância socioassistencial consiste no desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão assumidos pelo órgão público gestor da Assistência Social para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável.”

A função de vigilância social no âmbito da Assistência Social:

- Produz, sistematiza informações, constrói indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, que incidem sobre famílias / pessoas, nos diferentes ciclos de vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos);
- Identifica pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono;
- Identifica a incidência de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos vítimas de formas de exploração, de violência, de maus tratos e de ameaças;
- Identifica a incidência de vítimas de apatenação social, que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência;
- Exerce vigilância sobre os padrões de serviços de Assistência Social, em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários.

“A vigilância socioassistencial deve buscar conhecer o cotidiano da vida das famílias, a partir das condições concretas do lugar onde elas vivem e não só as médias estatísticas ou números gerais, responsabilizando-se pela identificação dos “territórios de incidência” de riscos no âmbito da cidade, do Estado, do país, para que a Assistência Social desenvolva política de prevenção e monitoramento de riscos.

O sistema de vigilância social de Assistência Social é responsável por detectar e informar as características e dimensões das situações de precarização, que vulnerabilizam e trazem riscos e danos aos cidadãos, a sua autonomia, à socialização e ao convívio familiar.

A função de vigilância social inclui, também, o Sistema Público de Dados das Organizações de Assistência Social, dando forma à responsabilidade do SUAS de instalar o Cadastro Nacional de Entidades prestadoras de serviços socioassistenciais.”

Foi destacado que a vigilância socioassistencial é o grande desafio do SUAS. Para se ofertar proteção, é preciso informação, tanto acerca da demanda por serviços quanto da oferta de serviços. Nesse sentido, a vigilância opera em dois eixos: a vigilância dos padrões dos serviços e; a vigilância dos riscos e vulnerabilidades.

A segunda parte da apresentação teve como foco o “Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos” realizado entre 2009 e 2010 pelo MDS em parceria com a FIOCRUZ. O universo pesquisado foi os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, identificados em todo o território nacional.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A realização do levantamento teve apoio do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o levantamento visou identificar e caracterizar a rede de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes existentes no país e as crianças e adolescentes neles acolhidas.

O levantamento buscou identificar:

- os Serviços de Acolhimento Institucional: identificação da instituição, perfil do coordenador, perfil do serviço, ações desenvolvidas, recursos humanos, recursos financeiros e instalações físicas, dentre outros;
- as crianças/adolescentes: perfil socioeconômico, histórico familiar e institucional, rede de apoio, motivo do abrigamento, dados sobre saúde e educação, dentre outros.

Alguns dos principais dados apresentados foram:

- 36.929 crianças e adolescentes acolhidos em 2.624 Serviços de Acolhimento Institucional, em 1.157 municípios ;
- motivos de acolhimento: carência de recursos materiais (9,7%), negligência (37,6%), pais dependentes químicos/alcoolista (20,1%), abandono pelos pais (19%), trajetória de rua (10,1%);
- 52% dos abrigos sem equipe técnica para a efetivação da garantia à convivência familiar e comunitária;
- grande concentração de serviços de acolhimento nas regiões Sul e Sudeste e baixa cobertura de serviços no Norte (3% das unidades), Nordeste (10%) e Centro-Oeste (7%).

A seguir, foi apresentada uma proposta de indicadores para qualificar os serviços de acolhimento, elaborada pela coordenação geral de vigilância social (DGSUAS/SNAS/MDS), baseada nas informações constantes dos dados obtidos pelo Levantamento Nacional. Os indicadores levam em consideração aspectos como estrutura, recursos humanos, metodologia de atendimento, dentre outros aspectos relevantes.

Por fim, foi demonstrada a avaliação dos serviços pesquisados, de acordo com os tais indicadores. A apresentação demonstrou que, em alguns aspectos, a maioria dos serviços têm avançado, a exemplo do número máximo de crianças e adolescentes acolhidos que, em mais de 70% dos serviços está de acordo com a normativa nacional que prevê o número máximo de 20 crianças e adolescentes por serviço. Por outro lado, nota-se que ainda há uma grande defasagem entre a prática e o que consta das normativas nas questões referentes a recursos humanos e no atendimento às famílias.

Principais indicações apresentadas na plenária (debates)

- A questão do financiamento e dos custos de manutenção de uma criança ou adolescente nos serviços de acolhimento nos padrões adequados às normativas;
- Necessidade de um estudo nacional sobre os custos por criança e adolescente em serviços de acolhimento. Sugeriu-se a avaliação sobre a variação de custos por faixa etária ou presença de deficiência. O estudo sobre os custos deve levar também em consideração a diferença do custo de vida nas diferentes regiões do País.
- Necessidade comprometimento das três esferas de governo (nacional, estadual e municipal) no financiamento dos serviços. Foram apresentadas pelos participantes situações de alguns estados que não repassam nenhum recurso para a alta complexidade. Outros participantes apresentaram exemplos de situação na qual o município não cofinanciava nada, e o dinheiro repassado restringia-se aos valores dos estados e da união.



- Foi discutida a situação dos serviços de acolhimento para pessoas com deficiência mental, destacando-se a existência de grandes unidades com características de “instituições totais”, que segregam e massificam seus usuários. Nesse sentido, foi apresentada a proposta de “residências inclusivas”, cuja implementação consta do plano “Viver sem Limite”.
- Ressaltou-se o fato de muitos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes recusarem-se a receber crianças com deficiência, e a necessidade desse ponto ser ressaltado nos planos de reordenamento.
- Foi apresentada uma experiência de serviço de acolhimento destinado a mães com filhos (crianças/adolescentes) vítimas de violência paterna. Destacou-se que, em muitos casos, o pai é o autor da violência, mas a mãe não tem para onde ir com seus filhos. Assim, acabam separando as crianças da mãe – o que é mais uma violência. Os resultados apresentados por essa experiência demonstram que o acolhimento conjunto das mães com as crianças possibilita um atendimento efetivo e conta com número de reinserções bem mais alto do que os serviços que acolhem apenas crianças e adolescentes. Nesse sentido, reclamou-se da falta de previsão a esse tipo de acolhimento na Tipificação Nacional. Foi colocada a possibilidade de tal serviço se enquadrar na definição genérica de “serviço de acolhimento para adultos e famílias”, mas defendeu-se a ideia de uma discussão mais profunda para uma possível inclusão de novos serviços tipificados.
- Destacou-se que, em muitos municípios, não é feito nenhum trabalho com as famílias das crianças e adolescentes acolhidos, o que dificulta sua reintegração familiar. Nesse sentido, foi ressaltada a necessidade dessas famílias serem atendidas também pelos, CRAS, CREAS, CAPS, de acordo com a necessidade de cada uma.

Desafios e encaminhamentos

- Revisão dos valores de repasse de recursos, tendo em vista que o custo apresentado por alguns participantes está entre R\$1.000,00 e R\$ 1.800,00 por criança/adolescente por mês. Foi realizada, inclusive, uma comparação entre o valor do recurso federal para serviços de acolhimento (aproximadamente R\$90,00 por vaga/mês) e o valor que será repassado pelo Ministério da Saúde para as comunidades terapêuticas (que é de R\$ 900,00 per capita/ mês).
- Foi sugerido a realização de um mapeamento dos valores cofinanciados pelos diversos estados.
- Destacou-se a necessidade da participação dos estados na implementação de serviços com regionalização de equipes ou casas lares regionalizadas, de modo a manter as crianças próximas as suas famílias.
- Ressaltou-se a importância de que os serviços de acolhimento não podem atuar de forma isolada, e que cabe ao órgão gestor da Assistência Social dar supervisão e apoio aos mesmos, bem como garantir o atendimento dos acolhidos e de suas famílias nos demais serviços do SUAS, em particular dos CREAS e CRAS.
- Houve o encaminhamento de que o MDS deve publicar uma orientação formal – pactuada na CIT - no sentido de garantir a oferta, pelos órgãos gestores de Assistência Social Estaduais e Municipais (municípios de médio e grande porte e metrópoles) de Equipes de Referência Especializadas, para dar supervisão e apoio aos serviços de acolhimento em seu reordenamento.

OFICINA 22: SUAS E A QUESTÃO DE GÊNERO

Ementa: O poder patriarcal e a luta feminista. Enfrentamento à feminilização da pobreza. Economia feminista e os sentidos do trabalho da mulher. As políticas de desenvolvimento e a questão de gênero. Protagonismo social e político das mulheres. Os desafios da igualdade de gênero na política brasileira hoje, na economia e na vida social do país. Luta contra a desvalorização do trabalho feminino e do



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

trabalho doméstico. Ações emancipatórias para as mulheres e a política de assistência social. A responsabilização da mulher nas políticas sociais. A reprodução da vida, o afeto e a proteção familiar. O CREAS e a acolhida das mulheres vítimas de violência.

Expositoras:

1. **Marlene Merisse**- Conselheira do Conselho Federal Serviço Social-CFESS
2. **Gabriela Schreine** – Mestranda em Gênero e Políticas Públicas. FLASCO. Argentina.

Coordenadora da Mesa: Gracielly Alves Delgado

Relatora: Jacy Corrêa Curado

A expositora **Marlene Merisse** abordou o tema “Desigualdade Social e Feminização da Pobreza” e buscou trazer um aconselhamento sobre as questões de gênero no SUAS por meio de uma contextualização da discussão de gênero em relação à política social.

Gênero é um conceito transversal, assim como a política deve ser pensada de forma transversal. Questionou o que significa ter um engajamento para enfrentar a pobreza e afirmou que “reduzir a desigualdade não significa erradicar a pobreza”. Ao fazer uma discussão de gênero estamos falando não de pobreza absoluta, mas também de desigualdade social.

A palestrante comentou que uma população precisa de alimento para o corpo, mas também precisa de alimento para a alma, para a mente e, por isso, é preciso pensar em pobreza cultural, da educação, da saúde etc. Nesse sentido não se resolverá a fome e a pobreza no Brasil se não enfrentarmos a desigualdade social, pois a exploração do homem sobre o homem trabalhador pobre é fruto de desigualdade social.

Apresentou dados populacionais do IPEA (2009) sobre inserção no mercado de trabalho, desemprego, trabalho formal e ocupação com recorte de sexo e raça, demonstrando as desigualdades existentes, pontuando principalmente as de gênero e raciais.

O “cuidado do outro” foi discutido através de apresentação de dados sobre trabalho doméstico do IPEA (2009) e algumas observações foram realizadas sobre a problemática como a diminuição do trabalho infantil, o aumento da participação dos homens no trabalho doméstico e a ausência da carteira assinada. Destacou a necessidade de se realizar um recorte de raça na análise dessas questões.

Dados do Programa Brasil sem Miséria serviram de base para demonstrar que a pobreza e miséria têm a cara de uma “Mulher, Negra (pardas e pretas), Indígena e Jovem.”

Algumas questões foram colocadas para futuras reflexões:

- Como compreendemos a pobreza das famílias com as quais trabalhamos a assistência social?
- Como identificamos o lugar das mulheres nas relações da sociedade, quando falamos de pobreza, de vulnerabilidade e desigualdade?
- Como nos colocamos frente ao enfrentamento da pobreza em especial no que se refere à inclusão produtiva e geração de trabalho e renda?

A segunda expositora, **Gabriela Schreine**, abordou o tema “Equidade de Gênero no SUAS” e iniciou conceituando gênero como um espaço que “organiza a vida, os lugares ocupados e as formas como



são ocupados, as atitudes, as relações de poder e dever” (WAINERMAN, 2005). Diferencia o caráter cultural de gênero ao ‘sexo’, que seria concebido como natural, e ilustra com uma citação popular “O homem vence pela coragem, a mulher pelo carinho”.

Um quadro sobre construção de gênero no Brasil foi apresentado, demonstrando as características de masculinidade como sendo da esfera produtiva e da feminilidade como reprodutiva, apontando uma distinção de valor entre elas.

Outros componentes culturais do gênero masculino e feminino foram apresentados em relação ao uso do tempo. As mulheres, além de usar o tempo para gerar renda, disponibilizam uma grande parte dele no trabalho doméstico e cuidado aos familiares, restando pouco para o cuidado de si e lazer. Diferentemente dos homens, em que o tempo é gasto principalmente com a geração de renda (trabalho) e lazer.

Alerta para a veracidade da ideia de que “as coisas mudaram”, comentando que para se modificar as relações de gênero no enfrentamento à pobreza necessita-se um novo uso do tempo aonde a divisão sexual de trabalho entre público e privado precisa ser repensado e melhor distribuído. Destacou que a condição das mulheres usuárias do SUAS no trabalho doméstico e cuidado social devem ser alvo de reflexão por parte das políticas sociais, apontando que muitas vezes a prática dos técnicos reforçam a presença das mulheres nas ações dos programas e serviços, como no caso das condicionalidades. Pergunta sobre quem participa do CRAS e SUAS e responde comparando a massiva participação das mulheres à baixa participação masculina, que muitas das vezes se restringe a situações de organizações de festas e eventos.

Finaliza trazendo alguns pontos para reflexão:

- Se gênero é relacional, deve-se pensar em formas mais equitativas de cuidado social, pois gênero interfere na forma de ser da família e de ser do SUAS. A equidade de gênero passa por problematizar a ética do cuidado, *de construir outro lugar para o masculino no cuidado.*
- O PAIF pode/deve promover novas formas de relacionar-se ao cuidado dentro de uma perspectiva de gênero.
- Cuidar para não instrumentalizar a mulher dentro de um sistema que coloca no centro à família.
- O papel que ocupam as mulheres que cuidam dentro do SUAS (as mulheres são maioria absoluta nas equipes de técnicos) *O erro não está em esperar que as mulheres se ocupem do cuidado, mas sim em esperar só isso delas, e pior, somente delas!*

Principais indicações apresentadas pela plenária (debates)

- A questão da deficiência e a relação de cuidado da mulher.
- A dificuldade do acesso ao crédito às mulheres por meio do PRONAF.
- A exigência e uma estética e disposição sexual das mulheres como forma de discriminação.
- Questionamento sobre o caráter natural ou cultural das diferenças de gênero, até que ponto é aprendido?
- O acúmulo das mulheres nas atividades produtivas (geração de renda) e reprodutivas (da casa), sendo que “as mulheres levam a casa junto”.
- Questionamento se as mulheres podem estar no lugar público assim como os homens podem estar no lugar privado, principalmente no contexto da seguridade social.
- Desafio de colocar a questão de gênero como central na Assistência Social, pois a pobreza tem sexo e raça;



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- A necessidade de incluir as questões emergentes e as novidades na política social como a questão da diversidade sexual e étnica.
- A preferência da mãe – mulher nas convocações do poder judiciário na esfera da Proteção Social Especial;
- O pouco interesse e participação na Oficina de gênero, pois “falar de Gênero é dar poder as mulheres”
- A relação mulher, trabalho e renda ainda são mediados por discriminações salariais e ocupacionais.
- A preferência da mulher como pessoa de referência da família nas políticas socioassistenciais deve ser problematizado, pois se por um lado aponta para uma certa autonomia e empoderamento das mulheres, como demonstrado em pesquisas recentes, por outro, pode estar mantendo as relações assimétricas da divisão sexual do trabalho, não contribuindo para o avanço em direção da co-responsabilidade ou de trabalho compartilhado entre homens e mulheres em todas as esferas da vida cotidiana.
- Ainda há muito para avançar em direção à inserção de gênero na perspectiva da transversalidade nas políticas socioassistenciais, pois nota-se uma ausência dessa abordagem nos documentos, textos e falas da atual conferência nacional.
- A diferenciação de tratamento entre os próprios funcionários dos programas governamentais em relação às mulheres negras apontando para comportamentos preconceituosos e discriminatórios.

Desafios e encaminhamentos

Foram elaboradas algumas propostas pelas participantes e expositoras da Oficina:

- Revisar o sexismo na linguagem.
- Que a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM) garanta uma maior inserção de gênero nas Políticas de Assistência Social.
- Organizar uma mesa de debate sobre a questão de gênero, raça e etnia e o SUAS, na próxima Conferência Nacional de Assistência Social.
- Inserir a perspectiva de gênero nos programas de qualificação profissional da rede socioassistencial.

OFICINA 23: Tema: O SUAS e as Contribuições para a Conferência Rio + 20

Ementa: A Conferência de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas Rio + 20. A interesetorialidade da sustentabilidade e os serviços, programas, projetos e benefícios para a população em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal. A matriz da sustentabilidade nas metas do Plano Decenal de Assistência Social, na gestão e execução dos serviços socioassistenciais. O controle social na agenda do desenvolvimento sustentável. A construção da agenda de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas brasileiras. A visão e a participação da sociedade civil na Rio + 20. Proposta do CNAS para compor o documento de contribuição das conferências para a Rio + 20.

Expositores:

1. **Márcia Muchagata** - Gerente de Projeto- Secretaria Executiva/ MDS
2. **Clóvis Scherer** - Supervisor do Escritório do DIEESE no Distrito Federal

Coordenador da Mesa: Adailton Amaral Barbosa Leite –SNAS/MDS



Relatora: Alexandra Trivelino – SNAS/MDS

Após as boas vindas dadas pelo coordenador da oficina, Adailton, Márcia Muchagata iniciou a apresentação sobre os novos temas da agenda de desenvolvimento sustentável que comporá a Conferência Rio + 20.

Tendo em vista a importância deste tema e a necessária participação social nas discussões sobre desenvolvimento sustentável, o governo brasileiro tem inserido em todas as Conferências realizadas no ano de 2011 mesas e reuniões para discutir as contribuições da sociedade ao documento propositivo apresentado pelo Brasil à ONU. Foram feitas reuniões nas Conferências de Segurança Alimentar, Juventude, entre outras.

A apresentação de Márcia contextualizou o que é a “Rio + 20” resgatando a Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento Sustentável ocorrida em 1992, no Rio de Janeiro e sua segunda edição duas décadas depois. Márcia ressalta que a Conferência de Desenvolvimento Sustentável não é uma conferência sobre meio ambiente, mas uma conferência sobre temas transversais ao tema do desenvolvimento sustentável, entre eles a discussão da erradicação da extrema pobreza. Essa Conferência deverá estabelecer uma agenda internacional para o desenvolvimento sustentável nos próximos 20 anos.

Destacou-se que o processo de discussão é composto por três momentos, o primeiro de reuniões preparatórias com temas que perpassam o desenvolvimento sustentável, acesso à água, combate à pobreza, entre outros; em seguida, o lançamento em janeiro de 2012 do documento base com as propostas dos países para a agenda de desenvolvimento sustentável e; por último a realização da Conferência em junho de 2012, nos dias 20 a 22. O Brasil entregou à ONU o documento com as propostas que compõem o documento final da ONU no dia 01º de novembro de 2011.

O Brasil organizou-se para esta conferência institucionalizando por meio do Decreto n.º 7.495 de 11/06/2011 a Comissão Nacional, da qual fazem parte governo e representantes da sociedade civil, co-presidida pelo MMA e MRE.

A Comissão tem uma Secretaria Executiva, da qual fazem parte o MRE, MMA, MDS e MF. Além disso, também criou a Comissão Nacional de Organização, que cuida da parte logística, é coordenada pelo MRE e um Comitê Facilitar Nacional da Sociedade Civil.

São temas da Conferência: a) a Economia Verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, sendo este um tema de muito dissenso por conta da influência nos setores produtivos e; b) a discussão sobre estrutura institucional para o Desenvolvimento Sustentável.

O documento de propostas para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil foi submetido à consulta pública durante o ano de 2011 e contou com mais de 100 contribuições. O documento é uma etapa importante do processo que inicia o debate interno para construção da agenda nacional de desenvolvimento sustentável.

A introdução do documento trata, entre outros assuntos: a) da incorporação definitiva da erradicação da pobreza como elemento indispensável à concretização do desenvolvimento sustentável, acentuando sua dimensão humana; b) da plena consideração do conceito de desenvolvimento sustentável na tomada de decisão dos atores dos pilares econômico, social e ambiental; c) do fortalecimento do multilateralismo, com a clara mensagem de adequação das estruturas das Nações Unidas e das demais instituições internacionais ao desafio do desenvolvimento sustentável e; d) do reconhecimento do reordenamento internacional em curso e da mudança de patamar dos países, com seus reflexos na estrutura de governança global.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Apresenta como princípios as “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” reconhecendo que os países têm responsabilidades comuns para o desenvolvimento sustentável, mas em graus diferentes de esforços para seu cumprimento. Reconhece também o princípio da “não –regressão”, para que compromissos assumidos e avanços conquistados não sejam desfeitos.

Nos novos desafios, foram destacados, principalmente, aqueles que se relacionam com a erradicação da extrema pobreza, segurança alimentar e nutricional e à equidade social. Para um desenvolvimento realmente sustentável, é necessária a construção de um país com justiça social, acesso a direitos e diminuição das desigualdades.

A apresentação foi finalizada elencando as 08 principais propostas colocadas no documento elaborado pelo governo brasileiro, que são:

Proposta 1: Programa de Proteção Socioambiental Global: garantia de renda para superar a pobreza extrema em todo o mundo e promoção de ações estruturantes que garantam qualidade ambiental, segurança alimentar, moradia adequada e acesso à água limpa para todos.

Proposta 2: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Da mesma forma que foi feito um compromisso global em torno dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o Brasil propõe a criação do ODS envolvendo uma agenda de metas a serem alcançadas pelos países em torno do Desenvolvimento Sustentável.

Proposta 3: Pacto Global para Produção e Consumo Sustentáveis. Esta proposta se subdivide em outras três:

- 3.1: Compras Públicas Sustentáveis;
- 3.2: Classificações de consumo e energia;
- 3.3: Financiamento de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento Sustentável.

Proposta 4: Repositório de Iniciativas.

Proposta 5: Protocolo Internacional para a Sustentabilidade do Setor Financeiro.

Proposta 6: Novos Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável.

Proposta 7: Pacto pela Economia Verde Inclusiva, que se subdivide em outras duas:

- 7.1: Relatórios de Sustentabilidade
- 7.2 : Índices de Sustentabilidade

Proposta 8: Estrutura Institucional para o Desenvolvimento Sustentável, que se relaciona com outras seis sub-propostas:

- 8.1: Mecanismo de Coordenação Institucional para o Desenvolvimento Sustentável;
- 8.2: Reforma do ECOSOC;
- 8.3: Governança e Participação Universal do PNUMA;
- 8.4: Lançamento de Processo Negociador para Convenção Global sobre Acesso a Informação;
- 8.5: Participação de atores não governamentais nos processos multilaterais;
- 8.6: Governança da Água.



A oficina seguiu com a apresentação do Supervisor do Escritório do DIEESE no Distrito Federal e também membro da equipe técnica da Articulação do Acordo para o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 / CDES, Clóvis Scherer, sobre o acordo para o Desenvolvimento Sustentável, compromisso do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. O Acordo se trata de um documento elaborado em conjunto com 72 organizações da sociedade civil, dentre elas, ONGs, empresários, sindicatos, instâncias de controle social, entidades em geral, para estabelecimento de um acordo em torno do desenvolvimento sustentável. Esse documento, em grande medida, converge com o documento elaborado pelo governo brasileiro entregue à ONU em novembro deste ano.

A articulação Nacional tem previsão de ocorrer em três momentos: o primeiro, já realizado, foi a construção do documento, em conjunto com 72 instituições, encaminhado à Comissão Nacional para a Rio+20 no dia 06/10/2011; o segundo momento prevê a realização de eventos para a Disseminação do Acordo: promoção de colóquios e reuniões com o objetivo de ampliar e aprofundar o debate, envolvendo outras instituições e; o momento final após a Conferência Rio + 20, com a construção de rede social que aprofunde os consensos e promova a divisão das responsabilidades no monitoramento dos resultados.

A Rio + 20 tem entre seus objetivos firmar um compromisso político irreversível com o desenvolvimento sustentável traduzido em:

1. Agendas Nacionais de Desenvolvimento que a partir de diretrizes pactuadas na sociedade apontem estratégias de desenvolvimento sustentável e definam metas e indicadores para mensurar o processo;
2. Uma governança multilateral e participativa que respeite o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

O roteiro para a transição para uma agenda nacional de desenvolvimento perpassa os seguintes princípios e pilares da sustentabilidade:

- As questões ambientais, sociais e econômicas estão articuladas e as dimensões política, ética, cultural e jurídica são fundamentais para o desenvolvimento.
- A equidade entre pessoas (raças, etnias, gênero e gerações), entre regiões e entre países e as liberdades fundamentais para todos são elementos transversais de políticas e ações.

Também são citadas como diretrizes:

1. Fortalecer o papel dos Estados Nacionais como indutores do desenvolvimento sustentável, restaurando a capacidade de planejamento, o manejo da política econômica e os sistemas de proteção social e ambiental.
2. Promover o trabalho decente: transição justa requer políticas ativas de mercado de trabalho, proteção social e garantia de educação profissional.
3. Incentivar a transição para uma economia de baixo carbono por meio de financiamento, sistema de crédito e fiscal, ambiente regulatório favorável e compras públicas baseadas em critérios de sustentabilidade.
4. Promover o desenvolvimento local, o empreendedorismo, o cooperativismo, a economia solidária e o extrativismo sustentável.
5. Preservar, recuperar e conservar os recursos naturais. Reduzir o desmatamento. Prever incentivos e retribuições aos serviços ambientais.
6. Reduzir as desigualdades sociais, erradicar a fome e a pobreza. Promover políticas de segurança alimentar e nutricional.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

7. Implementar a justiça fiscal.
8. Incentivar a agricultura sustentável por meio do acesso ao crédito e a tecnologias sustentáveis desde a produção até a comercialização.

Foram ressaltados como elementos fundamentais da estratégia de desenvolvimento sustentável:

1. Um novo modelo de produção, consumo e distribuição – participação social nos processos decisórios, ancorado nos princípios de equidade, baixo impacto ecológico e na recuperação da economia para a sua função social;
2. Cidades e campo sustentáveis: como espaços privilegiados para construção de cultura e tecnologias sociais para a sustentabilidade;
3. A educação como eixo prioritário e estruturante do desenvolvimento, da criatividade, da inovação, da produção e da cultura para um novo padrão de convivência na sociedade e de interação com o meio ambiente.
4. Participação e controle social como fator fundamental para a qualidade e viabilidade dos processos de desenvolvimento sustentável.
5. Cooperação para o desenvolvimento sustentável: os desafios são comuns e os países devem compartilhar soluções e promover a cooperação entre governos e sociedades.
6. Novos indicadores de desenvolvimento: avançar em indicadores que integrem desempenho econômico, bem-estar social e qualidade ambiental.

Sobre a Governança multilateral e participativa, importante eixo no conteúdo da agenda, foi proposto acordar a arquitetura institucional multilateral capaz de coordenar e conferir sinergia às Agendas Nacionais, e coordenar e monitorar os compromissos globais e o financiamento para o desenvolvimento sustentável. Clóvis resalta que a integração de países com o mesmo bioma é um dos aspectos de articulação multilateral mais eficiente que a integração com base apenas no fator regional. Foi ressaltado que o Brasil e os países emergentes têm papel protagonista, não só por ser o Brasil o anfitrião da Conferência, mas por ter cumprido grande parte da agenda proposta há 20 anos.

O Brasil deve apresentar propostas ancoradas nas suas políticas econômica, social e ambiental, motivando os demais países a assumirem compromissos ousados e agendas propositivas.

O protagonismo dos emergentes tem base nas alianças que foram capazes de construir até aqui e considera que a crise nos países desenvolvidos deve fragilizar o compromisso desses países com a sustentabilidade.

Principais indicações apresentadas pela plenária (debates)

- A lógica da sustentabilidade com enfrentamento à extrema pobreza é um dos compromissos estabelecidos na Agenda 21, na ocasião da Eco-92. O Brasil foi um dos poucos países que ousou estabelecer uma agenda nacional, tendo sido quase toda cumprida nessas duas décadas, especialmente a partir de 2003, com as políticas de combate à pobreza. Outros países estabeleceram agendas locais, que foram pouco desenvolvidas. A visão de desenvolvimento sustentável passa necessariamente pela eliminação da pobreza e desigualdades, na perspectiva da mencionada por *Capra* no livro “Teia da Vida”, entendendo que os eventos da vida humana estão integrados e relacionados.
- o MDS há a agenda de trabalho para identificar nos municípios as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Pode-se aproveitar o potencial deste trabalho e relacionar com os compromissos já assumidos na Agenda 21, nos capítulos 3 e 8, que discorrem sobre a erradicação da pobreza, concentrando esforços em uma direção.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

- No Movimento Social Jovem de São Paulo há estratégias para colocar em prática as diretrizes e compromissos estabelecidos nas Conferências? É preciso democratizar mais a discussão. A própria ONU não é tão democrática em sua composição e decisões. Precisamos de um diálogo mais próximo com a sociedade, com maior participação social, inclusive no Fórum Social Mundial.
- Com relação à Agenda 21, poucos países implementaram realmente as propostas e muitos esqueceram a Agenda como instrumento de planejamento. Foi pensado que a Conferência Rio + 20 poderia repaginar a Agenda 21, mas a ideia da Conferência é ir além de propostas, queremos induzir compromissos mais concretos, vincular essa agenda às questões econômicas, por exemplo, de acesso ao financiamento externo. A expectativa é de que cada país elabore uma agenda, um planejamento de desenvolvimento sustentável – como ocorreu no Brasil, com complementação de renda, metas para geração de emprego, estímulo à economia verde com diminuição do uso de fontes a base de carbono, etc. Entre as propostas, vem-se discutindo a criação de um imposto global sobre emissões e poluição, por exemplo.
- O Brasil tem muito a mostrar – atualmente estão discutindo um sucedâneo do Protocolo de Quioto. Há um debate, uma disputa de projetos políticos e econômicos diferentes que podem implicar em retrocessos ou estagnação das ações. É preciso o aprofundamento da reflexão com o conjunto da sociedade.
- A questão do financiamento não é simples. Na Europa já se discute a criação de um imposto sobre a circulação de renda. O financiamento do desenvolvimento sustentável é ponto de grande divergência. Há proposta de criação de um Fundo de Financiamento Global de Desenvolvimento Sustentável.
- A Agenda 21 dava ênfase ao desenvolvimento local. É preciso propor uma visão mais ampla de escala sobre o desenvolvimento. Criou-se uma expectativa que o governo local resolveria a questão do desenvolvimento, e o governo local, em muitas ocasiões, não correspondeu por diversos motivos.
- O CNAS poderia dar muitas contribuições nessa Conferência, por exemplo, na discussão da localização das famílias vulneráveis, com o desenvolvimento de centros produtivos.
- Temos previsto uma discussão sobre o Sistema Financeiro Internacional na Conferência de forma democrática, envolvendo a sociedade. Isso é um ponto de dissenso em vários setores. Há avanços, mas temos que trazer a questão da sustentabilidade para o SUAS. Hoje temos ações importantes, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com compras públicas dos produtos produzidos pela agricultura familiar.

Não houve encaminhamentos



12. ANEXOS

Anexo 01- Resolução CNAS nº31, de 09 de novembro de 2011, que aprova o Regulamento da VIII Conferência de Assistência Social

Anexo 02 – Regimento aprovado pela Plenária da VIII Conferência de Assistência Social

Anexo 03- Resolução CNAS nº 01, de 09 de janeiro de 2012, que aprova as Deliberações da VIII Conferência de Assistência Social



ANEXO 01

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2011

Aprova o Regulamento da VIII Conferência Nacional de Assistência Social.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, de acordo com suas competências conferidas pelo artigo 18, inciso VI, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS),

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Regulamento da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO FERRARI
Presidente do CNAS

REGULAMENTO DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º A VIII Conferência Nacional de Assistência Social, convocada pela Portaria Conjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 01, de 17 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no artigo 18, inciso VI, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e na Resolução n.º 06, de 09 de fevereiro de 2011, tem por objetivo avaliar e propor diretrizes para o aprimoramento da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na perspectiva da valorização dos trabalhadores e da qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios.

Art. 2º São objetivos específicos da VIII Conferência Nacional:

I- avaliar os avanços obtidos na gestão do trabalho no SUAS, seu financiamento e propor estratégias para implementação da NOB/RH, como mecanismo para qualificar os serviços e consolidar o SUAS no sistema de proteção social não contributivo brasileiro.

II - avaliar a qualidade da oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social sob a lógica do trabalho articulado em rede (entidades socioassistenciais e unidades estatais), do protagonismo e participação dos usuários e da valorização dos trabalhadores.

III-propor estratégias para o fortalecimento do alcance das atenções ofertadas pelo SUAS no processo de erradicação da pobreza extrema, definindo articulações intersetoriais prioritárias e formas de financiamento adequadas.

IV-avançar na proposição de estratégias para a consolidação da participação e do controle social na assistência social, como eixo estruturante do SUAS, para o fortalecimento do protagonismo dos usuários e para valorização dos trabalhadores.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO II DO TEMÁRIO

Art. 3º A VIII Conferência Nacional tem como tema “Avanços na Consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com a Valorização dos Trabalhadores e a Qualificação da Gestão dos Serviços, Programas e Projetos”.

Parágrafo único: São subtemas da VIII Conferência Nacional:

- I - estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS;
- II - reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais;
- III - fortalecimento da participação e do controle social;
- IV - a centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil.

CAPÍTULO III DA REALIZAÇÃO

Art. 4º A realização da VIII Conferência Nacional é precedida de Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal.

Parágrafo único: Nas Conferências dos Estados e do Distrito Federal serão eleitos os Delegados representantes dos Estados e Municípios, titulares e suplentes, garantindo a paridade entre representação governamental e sociedade civil.

Art. 5º A VIII Conferência Nacional será realizada em Brasília, no período de 07 a 10 de dezembro de 2011.

CAPÍTULO IV DOS PARTICIPANTES

Art. 6º São participantes da VIII Conferência Nacional:

- I - delegados, devidamente credenciados, com direito a voz e a voto, em número de 1.420;
- II - convidados do CNAS com direito a voz, em número de 280;
- III - observadores com direito a voz, em número de 200;
- IV - colaboradores com direito a voz (conferencistas, relatores, expositores de oficinas);
- V – expositores de estandes, grupo de mobilização, equipe de apoio e outros.

§1º São Convidados do CNAS a participar da VIII Conferência Nacional as autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; secretários executivos dos CEAS e CAS/DF; profissionais e representantes de entidades e organizações da área; trabalhadores; usuários e organizações de usuários, a critério da Comissão Organizadora.

§2º São Observadores aqueles que se inscreveram, no Sistema de Credenciamento “online” na página eletrônica do CNAS (www.mds.gov.br/cnas), seguindo critérios de ordem de acesso.

Art. 7º São Delegados, devidamente credenciados, considerando a paridade na representação:

- I - natos: os conselheiros do CNAS, titulares e suplentes, em número de 36;
- II - delegados de âmbito municipal, em número de 1.150;



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

III- delegados de âmbito estadual e do Distrito Federal, em número de 146;

IV- delegados de âmbito nacional, em número de 88;

CAPÍTULO V DA ESCOLHA DOS DELEGADOS

Art. 8º A definição do número de Delegados de âmbito municipal, estadual e distrital para a VIII Conferência Nacional foi aprovada na Plenária da 189ª da Reunião Ordinária do CNAS, realizada em 17 a 19 de maio de 2011 e constituiu os anexos XI e XII do Manual Orientador da VIII Conferência Nacional.

Art. 9º As relações de Delegados, titulares e suplentes, eleitos nas Conferências de Assistência Social dos Estados e do Distrito Federal serão encaminhadas ao CNAS, via Sistema de Registro dos Relatórios e Sistema de Credenciamento.

CAPÍTULO VI DO CREDENCIAMENTO

Art. 10 O credenciamento de Delegados nacionais será realizado previamente pelo CNAS e dos Delegados representantes dos municípios, dos estados e do Distrito Federal será realizado pelos Conselhos Estaduais e do Distrito Federal, utilizando-se do Sistema de Credenciamento “online”, e a entrega do material e dos crachás observará o estabelecido pela Comissão Organizadora nos horários definidos na Programação da VIII Conferência Nacional.

Parágrafo único: Na ausência de Delegados titulares, os respectivos suplentes serão credenciados, mediante documento devidamente assinado pelo Presidente da Conferência Estadual ou do Distrito Federal, ou pelos responsáveis pela Delegação, a ser apresentado no prazo e horário do credenciamento da VIII Conferência Nacional, devendo a indicação de o suplente observar à deliberação da Plenária das Conferências Estaduais ou Distrito Federal, conforme Relatório.

Art. 11 Os demais participantes farão credenciamento no Sistema de Credenciamento “online”, a entrega de material e dos crachás observará o estabelecido pela Comissão Organizadora nos horários definidos na Programação da VIII Conferência Nacional.

CAPÍTULO VII DOS RELATÓRIOS

Art. 12 Os Relatórios das Conferências Estaduais e do Distrito Federal serão devidamente lançados no Sistema de Registro de Relatórios das Conferências dos Estados, “online”, respeitando as orientações do Informe Complementar ao Manual Orientador da VIII Conferência Nacional (Informe CNAS nº 004/2011), que se encontra na página eletrônica do CNAS (www.mds.gov.br/cnas).

CAPÍTULO VIII DA SISTEMATIZAÇÃO DOS RELATÓRIOS E RELATORIA DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL

Art. 13 A sistematização das deliberações, parte integrante dos Relatórios das Conferências dos Estados e do Distrito Federal, consistirá no material a ser analisado pelos grupos de trabalho da VIII Conferência Nacional, consubstanciado nos Cadernos de Deliberações.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 14 Os Cadernos de Deliberações serão sistematizados por subtemas, conforme descrição abaixo:

- I - estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS;
- II - reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais;
- III- fortalecimento da participação e do controle social;
- IV- a centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil.

Art. 15 A Relatoria adotará como critério para a sistematização dos Relatórios:

- I - a incidência do mesmo conteúdo em mais de 2 (dois) Estados da Federação;
- II - a presença de demandas e expressões regionais, desde que também apontadas por outros Estados da respectiva região;
- III - os conteúdos que não estiverem diretamente relacionados aos subtemas, que se caracterizarem como princípios, diretrizes e objetivos da Política de Assistência Social, serão destacados para referendo na Plenária.

Art. 16 A Relatoria da VIII Conferência Nacional contará com um Coordenador Geral, um Relator Geral, Assessores, Relatores responsáveis por subtemas e Relatores de grupos e oficinas previamente indicados.

CAPÍTULO IX DA ORGANIZAÇÃO

Art. 17 A VIII Conferência Nacional terá como Presidente, o Presidente do CNAS e, como Presidente de Honra, a Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Parágrafo único: Na ausência do Presidente, o Vice-Presidente do CNAS assumirá a Presidência da VIII Conferência Nacional.

Art. 18. Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a VIII Conferência Nacional conta com a Comissão Organizadora, constituída por meio da Resolução CNAS nº 40, de 21 de dezembro de 2010, com a seguinte composição:

- I - coordenadores: Presidente do CNAS Carlos Eduardo Ferrari, e Vice-Presidente Renato Francisco dos Santos Paula;
- II - representantes Governamentais: Marisa Rodrigues da Silva, José Ferreira da Cruz e Célia Mota de Carvalho;
- III - representantes da Sociedade Civil: Frederico Jorge de Souza Leite, Renato Saidel Coelho e José Araújo da Silva.

Art.19. A Comissão Organizadora, responsável pela realização da VIII Conferência Nacional conta com o apoio de quatro Comitês:

- I- Acessibilidade;
- II - Comunicação;
- III- Editorial; e
- IV- Executivo.

Art. 20. A Comissão Organizadora conta com suporte técnico e administrativo do MDS e da Secretaria Executiva do CNAS, necessários à realização das atividades relacionadas à organização e desenvolvimento da VIII Conferência Nacional.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Art.21. A Comissão Organizadora contará também com uma equipe de relatoria.

Art. 22 A VIII Conferência Nacional será constituída de Painel de Abertura, Mesas Temáticas, Oficinas, Grupos de Trabalho, Debates e Plenária Final.

CAPITULO X DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 23 - A Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional tem as seguintes atribuições:

- I- encaminhar a realização da VIII Conferência Nacional, atendendo às deliberações do CNAS;
- II. propor ao Pleno CNAS os subtemas;
- III- apresentar ao Pleno do CNAS o Manual Orientador para as Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal;
- IV- indicar metodologia do trabalho em grupos, os temas e as ementas das oficinas;
- V- sugerir, para aprovação do Pleno do CNAS, os nomes dos expositores dos painéis;
- VI- apresentar os critérios para participação e a definição dos convidados e observadores;
- VII-elaborar roteiro de orientação para os expositores dos painéis e as ementas para o Caderno de Textos;
- VIII- acompanhar a disponibilidade e organização da infraestrutura, inclusive, do orçamento para a Etapa Nacional;
- IX- apresentar ao Pleno do CNAS a prestação de contas da VIII Conferência Nacional;
- X- encaminhar o Relatório Final ao CNAS;
- XI- realizar o julgamento dos recursos relativos aos credenciamentos de delegados da VIII Conferência Nacional.

Art. 24 - Ao Coordenador Geral da VIII Conferência Nacional cabe:

- I- convocar as reuniões da Comissão Organizadora;
- II-coordenar as reuniões e as atividades da Comissão Organizadora;
- III- submeter à aprovação do Pleno do CNAS as propostas e os encaminhamentos da Comissão Organizadora;
- IV- supervisionar todo o processo de organização da VIII Conferência Nacional.

Art. 25 - A Equipe de Relatoria será composta de:

- I - coordenador geral;
- II - relator geral;
- III - assessores;
- IV - relatores temáticos;
- V - relatores de grupos e de oficinas.

Art.26. Ao Coordenador Geral cabe:

- I- produzir, em conjunto com a assessoria, orientações gerais para o processo de realização das Conferências de Assistência Social nos municípios, estados, DF e a nacional (histórico, tema, subtemas, objetivos, processo de mobilização, metodologia, dentre outros);
- II- produzir orientações para as Conferências Municipais de Assistência Social (Passo a Passo);
- III- produzir orientações para as Conferências Estaduais e DF;



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

IV- propor instrumentais para elaboração de relatórios das Conferências municipais para os CEAS e das conferências Estaduais e DF para o CNAS;

V- apresentar metodologia para as conferências em reunião do CNAS com os CEAS;

VI- propor o Regulamento e Regimento Interno da VIII Conferência Nacional;

VII- propor a criação e regras de sistema informatizado para o recebimento, controle e acompanhamento do registro dos relatórios das conferências estaduais e DF; e do processo de relatoria dos grupos de trabalho e plenária final durante a VIII Conferência Nacional;

VIII- definir processo de trabalho para recebimento de relatórios das conferências estaduais e do DF e consolidação do Balanço das Conferências.

Art.27. Durante a VIII Conferência Nacional são atribuições do Coordenador geral:

I- apoiar a confecção do relatório da VIII Conferência Nacional e estabelecer a metodologia de trabalho para a sistematização dos conteúdos e propostas;

II- realizar o registro das mesas e dos painéis, em instrumento padrão;

III- preparar o material para capacitação dos relatores, incluindo os instrumentos de registros;

IV- elaborar o consolidado de deliberações para a VIII Conferência Nacional, por subtemas, a partir do relatório final dos estados, construindo o Caderno de Deliberações a ser apreciado pelos grupos e aprovado pela Plenária da VIII Conferência Nacional (os cadernos devem ser construídos a partir de uma análise prévia, verificando as replicações, as incongruências ou outras situações a serem estudadas);

V- coordenar a sistematização das propostas apreciadas pelos grupos para deliberação na plenária final;

VI- apoiar à plenária final com redação de novos conteúdos apresentados pelos participantes que solicitaram destaque, com o propósito de efetuar a consolidação das sugestões similares e a mediação das diversas posições presentes;

VII- recepcionar e classificar as moções;

VIII- encaminhar à presidência do CNAS, após o término da VIII Conferência Nacional, as deliberações, para posterior publicação em D.O.U.;

IX- produzir o relatório e/ou anais da VIII Conferência Nacional.

Art.28. Durante a VIII Conferência Nacional são atribuições do Relator geral:

I- apoiar na confecção da metodologia dos trabalhos de relatoria, na modelagem dos processos de relatoria e na orientação dos relatores;

II- responsabilizar-se pela sala de relatores e pelas condições de trabalho para os mesmos;

III- apoiar a coordenação geral em todas as suas atribuições.

Art.29. Durante a VIII Conferência Nacional são atribuições dos relatores responsáveis por subtemas:

I- apoiar na análise e redação das deliberações de cada subtema para posterior apreciação da plenária;

II- constituem-se em ponto de apoio do relator geral, coordenando os relatores de cada subtema respectivo.

Art.30. Durante a VIII Conferência Nacional são atribuições dos Relatores de grupo:

I- acompanhar e relatar os debates dos grupos, apresentando e ordenando as deliberações para apoiar a relatoria geral;

II- responsabilizar-se em verificar o número de delegados presentes;

III- oferecer suporte ao andamento dos trabalhos do grupo.



Art.31. Durante a VIII Conferência Nacional são atribuições dos Relatores de oficinas:

- I- sistematizar o conteúdo das exposições e do debate transcrito em cada oficina, assinalando as intervenções, as propostas sugeridas e os encaminhamentos efetuados;
- II- registrar os nomes dos expositores, bem como dos coordenadores da oficina;
- III- registrar o número de pessoas presentes na oficina, conforme lista de presença.

Art. 32 – Ao Comitê de Comunicação cabe:

- I - monitorar a implementação do Plano de Comunicação da VIII Conferência Nacional junto à ASCOM/MDS;
- II - fazer a interface entre a Comissão Organizadora e a ASCOM/MDS em assuntos referentes à divulgação das conferências municipais, estaduais, do DF e nacional;
- III - apresentar à ASCOM/MDS demandas complementares da Comissão Organizadora.

Art. 33 – Ao Comitê de Acessibilidade cabe:

- I - aperfeiçoar as orientações sobre acessibilidade realizadas pelo CNAS, de forma a contribuir para a melhoria da acessibilidade nas conferências municipais, estaduais e do Distrito Federal, inclusive com instrumental próprio;
- II - avaliar as informações sobre acessibilidade nas conferências municipais das capitais, estaduais e do Distrito Federal a partir dos relatórios recebidos;
- III - acompanhar e monitorar o planejamento e operacionalização da VIII Conferência Nacional nas questões relacionadas à acessibilidade.

Art. 34 – Ao Comitê Editorial cabe:

- I - coordenar junto à ASCOM e à SAGI a produção do caderno de texto da VIII Conferência Nacional, a partir do calendário de execução aprovado pelo CNAS, que prevê o convite aos autores, recebimento dos textos, revisão, editoração e publicação;
- II – monitorar a produção dos Anais da VIII Conferência Nacional;
- III - monitorar a produção de outros materiais a serem utilizados durante a VIII Conferência Nacional.

Art.35 - Ao Comitê Executivo cabe:

- I - articular a dinâmica de trabalho entre a Comissão Organizadora e o MDS, quanto às questões relacionadas ao cerimonial, publicidade, assessoria jurídica, orçamento, e administrativas, entre outras;
- II - encaminhar orientações aos Conselhos de Assistência Social relacionadas às matérias aprovadas pela Comissão Organizadora;
- III - encaminhar processos administrativos com prestação de contas à Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional;
- IV - elaborar o orçamento e solicitar as suplementações necessárias, assim como propor e acompanhar a infraestrutura e logística da VIII Conferência Nacional, conforme disposto no Termo de Referência;
- V - convocar técnicos dos órgãos do MDS para auxiliá-lo, em caráter temporário e permanente, no exercício das suas atribuições;
- VI - providenciar a divulgação do Regulamento e do Regimento da VIII Conferência Nacional;
- VII - propor a celebração de contratos e convênios necessários à realização da VIII Conferência Nacional;
- VIII - propor, elaborar e realizar métodos de credenciamento dos delegados da Etapa Nacional e os controles necessários;



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

IX - propor e monitorar a Central de Operações da VIII Conferência Nacional;

X - monitorar o andamento das Etapas Municipais e Estaduais da VIII Conferência Nacional, especialmente, no recebimento de seus relatórios finais;

XI - providenciar os atos e encaminhamentos pertinentes ao fluxo dos gastos com as devidas previsões, cronogramas e planos de aplicação.

CAPÍTULO XI DOS RECURSOS

Art. 37- As despesas com a organização geral e realização da VIII Conferência Nacional correrão à conta de dotação orçamentária consignada pelo MDS e apoio institucional de patrocinadores.

Art. 38 O planejamento, organização, execução e acompanhamento de todas as atividades de infraestrutura logística e operacional da VIII Conferência Nacional serão realizados pela empresa vencedora do procedimento licitatório.

CAPÍTULO XII DO REGIMENTO INTERNO DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL

Art. 39 A Comissão Organizadora apresentará proposta de Regimento Interno a ser submetido à aprovação, por maioria simples dos Delegados, credenciados até o horário estabelecido na Programação da VIII Conferência Nacional.

Parágrafo único: As regras de aprovação do Regimento Interno serão apresentadas pela Coordenação da Plenária específica.

CAPÍTULO XIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência da VIII Conferência Nacional em conjunto com a Comissão Organizadora.

CARLOS EDUARDO FERRARI
Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social



ANEXO 02

REGIMENTO INTERNO DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Define as regras de funcionamento da VIII Conferência Nacional de Assistência Social.

Art. 1º A VIII Conferência Nacional de Assistência Social, convocada pela Portaria Conjunta nº 01, de 17 de dezembro de 2010, assinada pela Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em cumprimento ao disposto no Inciso VI do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e na Resolução CNAS nº 06, de 9 de fevereiro de 2011, será realizada de 7 a 10 de dezembro de 2011, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília/DF.

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 2º A VIII Conferência constitui-se como instância máxima de deliberação da Política de Assistência Social, e tem como objetivo geral Avaliar e propor diretrizes para o aprimoramento da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na perspectiva da valorização dos trabalhadores e da qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios.

Seção I Do Temário

Art. 3º A VIII Conferência tem como tema “Avançando na Consolidação do Sistema Único de Assistência Social com a Valorização dos Trabalhadores e a Qualificação da Gestão dos Serviços, Programas e Projetos e Benefícios”.

CAPÍTULO II DOS PARTICIPANTES

Art. 4º São participantes da VIII Conferência Nacional:

- I - delegados, devidamente credenciados, com direito a voz e a voto;
- II - convidados do CNAS com direito a voz;
- III – observadores com direito a voz.

Seção I Do Credenciamento

Art. 5º Os (as) Delegados (as) natos, de âmbito nacional, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, devidamente credenciados no Sistema “online”, pelos Conselhos Nacional, Estaduais e do Distrito Federal, receberão o crachá de identificação no dia 7 de dezembro, no horário de 12h às 17h ou no dia 8 de dezembro, no horário de 8h às 14h, no Balcão de Credenciamento do Centro de Convenções, em Brasília.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Parágrafo Único. Na ausência dos Delegados (as) titulares, os respectivos suplentes serão credenciados mediante apresentação de documento de substituição, devidamente assinado pelo Presidente do Conselho Estadual ou do Distrito Federal, ou pelo coordenador da Delegação, a ser apresentado até às 14h do dia 8 de dezembro, na *Sala de Soluções*, da VIII Conferência, observando a deliberação da Plenária da Conferência Estadual ou do Distrito Federal.

Art. 6º Os Convidados, Observadores e demais participantes, devidamente credenciados no Sistema “online”, receberão o crachá de identificação no dia 7 de dezembro, no horário de 12h às 17h ou no dia 8 de dezembro, de 8h às 14h, no Balcão de Credenciamento do Centro de Convenções.

§ 1º Os convidados, conferencistas e expositores de oficinas poderão ser credenciados até o horário da sua participação na VIII Conferência.

§ 2º No dia 8 de dezembro, no horário de 14h as 17h o credenciamento funcionará para atender as excepcionalidades, conforme orientação da Comissão Organizadora.

Art. 7º As excepcionalidades surgidas no credenciamento serão tratadas pela Comissão Organizadora.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 8º A VIII Conferência será presidida pelo Presidente do CNAS e, como Presidente de Honra, a Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Parágrafo único. Na ausência do Presidente, o Vice-Presidente do CNAS assumirá a Presidência.

Art. 9º A VIII Conferência Nacional contará com Painéis, Oficinas (simultâneas), Grupos de Trabalho, Debates e Plenária Final.

Seção I Dos Painéis

Art. 10 Os Painéis, visando subsidiar os grupos de trabalho, abordarão os seguintes subtemas da VIII Conferência:

- I. Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS.
- II. Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais.
- III. Fortalecimento da participação e do controle social.
- IV. A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil.

Art. 11 Após a apresentação dos Painéis os (as) participantes da VIII Conferência poderão fazer inscrição para intervenção ou encaminhar perguntas por escrito aos conferencistas, respeitado o tempo previsto para debate na programação.

Parágrafo único. Cada intervenção deverá ser de, no máximo, 3 (três) minutos.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Seção II Dos Grupos de Trabalho

Art. 12 Os trabalhos dos grupos realizar-se-ão com o objetivo de aprofundar a avaliação da consolidação do SUAS e a valorização dos trabalhadores e tendo como base os 4 (quatro) subtemas, constantes dos Relatórios consolidados das Conferências Estaduais e do Distrito Federal.

Art. 13 Os grupos reunir-se-ão, concomitantemente, em número de 24 (vinte e quatro) conforme definido na programação, em dois momentos específicos, nos dias 8 e 9 de dezembro, no horário das 14h às 18h.

Parágrafo único. Os grupos discutirão todos os subtemas e encaminharão propostas para sistematização, a ser realizada pela equipe de relatoria da VIII Conferência, e apresentada na Plenária Final para deliberação.

Art. 14 Os grupos serão integrados por Delegados (as), Convidados (as), Colaboradores (as) e Observadores (as), previamente distribuídos no momento do credenciamento, de forma aleatória, definidos em número de 83 (oitenta e três) participantes em razão de estrutura física das salas, observada a acessibilidade.

Parágrafo único. Terão direito a voto no grupo os (as) Delegados (as), que dele participa, devidamente credenciados (as) na VIII Conferência e que estejam de posse do crachá de identificação e os demais participantes terão direito a voz.

Art. 15 Os grupos apreciarão o conjunto de propostas sistematizadas advindas dos Estados e do Distrito Federal podendo aprovar integralmente, aprovar com alteração de redação, rejeitar e, podendo ainda, apresentar até 3 (três) novas propostas por subtema.

Parágrafo único. As propostas sistematizadas advindas dos Estados e do Distrito Federal assim como as novas propostas serão remetidas à Relatoria, por cada grupo de trabalho, devendo ser aprovadas por 50% (cinquenta por cento) mais um dos Delegados que deles participam e que estiverem presentes no momento da votação.

Art. 16 Serão encaminhadas à Plenária Final somente:

- I. as propostas sistematizadas advindas dos Estados e do Distrito Federal que obtiverem aprovação de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um, ou seja, no mínimo 13 (treze) grupos de trabalho
- II. as novas propostas que obtiverem aprovação de no mínimo 20% (vinte por cento) dos grupos de trabalho, ou seja, 5 (cinco) grupos.

Art. 17 Cada grupo de trabalho terá um (a) Coordenador (a) e um Relator (a).

§ 1º Os (as) Coordenadores (as) serão eleitos dentre os (as) presentes no grupo e terão como atribuições:

- I. coordenar os debates, assegurando o uso da palavra a todos (as) os participantes;
- II. controlar o uso da fala pela ordem de inscrição;
- III. cronometrar o tempo de intervenção de cada participante, fazendo respeitar os três minutos, para cada uma delas;
- IV. contar os votos para cada proposta;
- V. assegurar que as propostas sejam encaminhadas à Coordenação de Relatoria de acordo com a deliberação do grupo.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

§ 2º Os (as) Relatores (as), que serão previamente indicados pela Coordenação de Relatoria da VIII Conferência, terão como atribuições:

- I. abrir os trabalhos e encaminhar a eleição do coordenador;
- II. responsabilizar-se em verificar o número de delegados presentes;
- III. acompanhar e relatar os debates do grupo, apresentando e ordenando as deliberações para apoiar a Relatoria Geral;
- IV. oferecer suporte ao andamento dos trabalhos do grupo; registrar as conclusões do grupo em sistema próprio da relatoria;
- V. apresentar a sistematização à Coordenação de Relatoria e contribuir para a organização das propostas para deliberação na Plenária Final.

Art. 18. A sistematização dos grupos deverá ser entregue à Coordenação de Relatoria até às 20 horas dos dias 8 e 9 de dezembro.

Seção III Das Oficinas

Art. 19 A VIII Conferência contará com 25 (vinte e cinco) Oficinas, com o objetivo de socializar concepções, aprofundar conteúdos e experiências no campo da Política de Assistência Social.

§ 1º As Oficinas acontecerão simultaneamente no dia 8 de dezembro, das 19h às 22h;

§ 2º As inscrições para as Oficinas serão realizadas no dia 8 de dezembro, de 8h às 15h, no Balcão de Credenciamento, no Centro de Convenções;

§ 3º As Oficinas possuem número limitado de 83 (oitenta e três) participantes, em função de estrutura física das salas e as vagas serão preenchidas por ordem de inscrição.

CAPÍTULO IV DA PLENÁRIA FINAL

Art. 20 A Plenária Final da VIII Conferência, constituída de Delegados (as), Convidados (as), Observadores (as) e Colaboradores (as), tem caráter deliberativo, com atribuição de discutir, modificar, aprovar ou rejeitar as propostas consolidadas nos grupos de trabalho, bem como as moções.

Parágrafo único. Apenas terão direito a voto os (as) Delegados (as) devidamente credenciados (as) na VIII Conferência e que estejam de posse do crachá de identificação. Aos demais participantes será garantido o direito a voz.

Art. 21 As moções deverão ser apresentadas à Coordenação de Relatoria, em formulário próprio, retirado no Balcão de Credenciamento, até às 19h do dia 9 de dezembro, com a assinatura de, no mínimo, **10% (dez por cento)** dos (as) Delegados (as), de que tratam os artigos 5º e 6º deste Regimento, de forma a permitir o processo de apreciação e votação pela Plenária Final.

§ 1º As moções serão apreciadas pela Plenária Final logo após a aprovação do Relatório das propostas oriundas dos Grupos.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

§ 2º A comissão organizadora apresentará no dia 9 de dezembro, no período da manhã, o número de delegados credenciados para a VIII Conferência no Balcão de Credenciamento do Centro de Convenções.

Art. 22 A Plenária Final deliberará sobre:

- I. as propostas aprovadas por subtemas nos grupos, conforme artigo 16 deste Regimento;
- II. as moções.

Art. 23 O processo de apreciação e aprovação do Relatório Final dar-se-á da seguinte forma:

- I. leitura do Relatório consolidado das propostas dos grupos de trabalho;
- II. apresentação dos destaques solicitados;
- III. apresentação de 1 (uma) defesa a favor e 1 (uma) contrária, quando solicitado por qualquer delegado, obedecendo ao tempo máximo de 3 (três) minutos, para cada;
- IV. esclarecidas as propostas, essas serão submetidas à votação pela Plenária Final;
- V. serão aprovadas as propostas que obtiverem a maioria simples dos votos dos (as) Delegados (as) presentes, identificados por contraste e recorrendo-se à contagem em caso de dúvida.
- VI. as propostas não destacadas serão consideradas automaticamente aprovadas.

Art. 24 A Plenária Final contará com uma Mesa de Apoio que auxiliará a coordenação dos trabalhos.

Art. 25 Instalado o processo de votação, é vedado o levantamento de questões de qualquer natureza.

CAPITULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26 Será apresentado pela Comissão Organizadora da VIII Conferência, até às 09h do dia 10 de dezembro, o número de Delegados (as) aptos (as) a votar e o número de Convidados (as) e Observadores (as) presentes.

Art. 27 As deliberações aprovadas na VIII Conferência serão publicadas no Diário Oficial da União pelo CNAS, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do seu encerramento e disponibilizadas na página eletrônica do Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 28 Assegura-se à Plenária o questionamento, pela ordem, à Coordenação da Mesa, para restabelecer os trabalhos ou no caso em que este Regimento não esteja sendo cumprido.

Art. 29 Os casos omissos serão apreciados pela Comissão Organizadora da VIII Conferência e submetidos à aprovação da Plenária.



ANEXO 03

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 09 DE JANEIRO DE 2012

Publica as deliberações da VIII Conferência Nacional de Assistência Social.

O **CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**, no uso das competências que lhe confere os incisos II, V, IX e XIV do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e suas alterações por meio da Lei nº 12.435/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Publicar as deliberações anexas, na forma do previsto no artigo nº 27 do Regimento Interno da VIII Conferência Nacional de Assistência Social realizada nos dias 7 a 10 de dezembro de 2011, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães - Brasília/DF, com o tema “*Avançando na Consolidação do Sistema Único de Assistência Social com a Valorização dos Trabalhadores e a Qualificação da Gestão dos Serviços, Programas e Projetos e Benefícios*”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO FERRARI

Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social

PROPOSTAS APROVADAS NA PLENÁRIA FINAL DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Brasília, 10 de dezembro de 2011

SUBTEMA 1

ESTRATÉGIAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS

1. Fortalecer a luta da classe trabalhadora pelo direito ao trabalho digno, com remuneração justa.
2. Buscar a valorização dos trabalhadores do SUAS e a conquista de condições do exercício profissional com qualidade, respeitando e construindo respostas às demandas sociais com a população, em cumprimento aos princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS) e Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social (NOB-RH/SUAS).
3. Implantar a gestão do trabalho a partir da NOB-RH/SUAS nas três esferas de governo e no Distrito Federal para garantir trabalho qualificado no desenvolvimento das ações do SUAS, com base em diagnóstico do número de trabalhadores necessários em relação à demanda de trabalho existente nos serviços continuados, programas e projetos.
4. Garantir cofinanciamento de recursos humanos nas três esferas de governo e no Distrito Federal, conforme a Lei nº 12.435/2011 e a NOB-RH/SUAS, de forma democrática e participativa, com definição de condições materiais, éticas e técnicas para o desenvolvimento do trabalho e com elaboração de normas e protocolos específicos, voltados a viabilizar saúde e segurança dos trabalhadores.



VIII Conferência Nacional de Assistência Social

5. Propor projeto de lei que garanta, nas três esferas de governo e no Distrito Federal, a implementação de Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), específicos para todos os trabalhadores do SUAS, visando ainda a constituição de piso e isonomia salarial das equipes de referência, jornada de até 30 horas semanais, sem redução salarial e, quando for o caso, adicional de risco, adicional noturno, e insalubridade, dentre outras garantias, com base nas diretrizes da NOB-RH/SUAS e de acordo com a Resolução CNAS nº 17/2011.

6. Realizar concurso público, nas três esferas de governo e no Distrito Federal, para todas as áreas profissionais (nível superior, médio e fundamental) dos serviços socioassistenciais, constituindo e ampliando o quadro de trabalhadores efetivos do SUAS, de acordo com a NOB-RH/SUAS, as diretrizes dos PCCSs e as necessidades dos serviços socioassistenciais.

7. Constituir Política de Capacitação Continuada, de acordo com a NOB-RH/SUAS, com recursos da União, estados, Distrito Federal e municípios, voltada para os trabalhadores, gestores, conselheiros, entidades da rede socioassistencial nas três esferas de governo e no Distrito Federal, orientando-se pelo princípio da profissionalização, da ética e pelo direito de atendimento aos usuários como sujeitos de direitos.

8. Elaborar e implementar o Plano municipal, estadual, do Distrito Federal e nacional de formação permanente para os trabalhadores do SUAS, em consonância com a NOB-RH/SUAS e na perspectiva da qualificação dos serviços socioassistenciais, em articulação com as demais políticas setoriais, os poderes Judiciário e o Legislativo, contemplando temas relacionados à gestão, trabalho socioassistencial com famílias, ao uso abusivo de álcool e outras drogas, à divulgação dos direitos sociais, às estratégias de mobilização popular, inclusive para as comunidades e povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, ciganos, pesqueira, portuária, assentados, etc.) e ao atendimento especializado à pessoa com deficiência, sobretudo o curso profissionalizante da língua brasileira de sinais.

9. Garantir a implementação da NOB-RH/SUAS nos Planos de Assistência Social com dotação orçamentária no Plano Plurianual (PPA), e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com respaldo de pactuação tripartite, para assegurar equipe de referência dos serviços socioassistenciais em observância a Resolução CNAS nº17/2011, contemplando todos os trabalhadores do SUAS.

10. Garantir e incentivar a participação dos trabalhadores do SUAS em cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado pertinentes à Política de Assistência Social e áreas afins, sem qualquer prejuízo de remuneração.

11. Fortalecer ou criar Fóruns de Trabalhadores do SUAS, nas três esferas de governo e no Distrito Federal com perspectiva intersetorial, visando a melhoria do atendimento aos usuários, a organização dos trabalhadores, a troca de experiências e construção de agendas conjuntas, ações e estratégias intersetoriais entre as políticas, a rede socioassistencial e as diversas áreas profissionais.

12. Reconhecer os cargos e funções dos trabalhadores de nível médio que atuam no SUAS, nas funções de monitor, educador social e orientador social, entre outras, por meio de Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

13. Propor alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal para modificar os limites percentuais de gasto com pessoal, estabelecidos por esta lei para os respectivos entes da Federação, para assegurar que as Políticas de Assistência Social, Educação e Saúde possam contratar recursos humanos necessários, por meio de concursos públicos.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

14. Viabilizar a instalação, no prazo de até 120 dias a partir da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, da MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE DO SUAS para discussão da Política de Gestão do Trabalho, com composição paritária, de acordo com a NOB-RH/SUAS, a Resolução CNAS nº172/2008e a Resolução CNAS nº17/2011, com imediata criação do Comitê de Trabalho para elaborar proposta de diretrizes nacionais sobre Plano de Cargos, Carreiras e Salários do SUAS, que contemple todos os seus trabalhadores.

15. Incentivar a criação imediata nos órgãos gestores da assistência social de setor específico para coordenar, executar e monitorar a gestão do trabalho, bem como da gestão do SUAS conforme art. 3º da Resolução CNAS nº17/2011, incluindo a Política de Formação Permanente para os profissionais do SUAS, contemplando todos os princípios e diretrizes definidos na NOB-RH/SUAS.

16. Garantir a constituição de equipe de referência conforme NOB-RH/SUAS e Resolução CNAS nº 17/2011, mediante concurso público, para os serviços socioassistenciais, bem como o cumprimento da normatização relativa às especificidades das categorias profissionais habilitadas para atender as necessidades dos serviços socioassistenciais de alta complexidade.

SUBTEMA 2

REORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

1. Criar mecanismos de divulgação, integração e expansão dos programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais, bem como informações sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) para a população em geral, respeitando-se as especificidades e as diversidades.

2. Garantir e ampliar orçamento e o cofinanciamento entre as três esferas de governo para: a) ampliação de espaços físicos públicos próprios, observando integralmente as normas da ABNT para a acessibilidade; b) aquisição de equipamentos permanentes (computadores com internet, entre outros necessários); e c) veículos, inclusive adaptados, destinados às unidades que prestam serviços socioassistenciais, de gestão e conselhos.

3. Assegurar cofinanciamento a partir dos pisos de financiamento da PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA e ESPECIAL DE MÉDIA e ALTA COMPLEXIDADE, incluindo pisos de: a) financiamento para a PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA no domicílio para pessoas com deficiência e idosas; b) PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL para pessoas com deficiências, idosos, indígenas e quilombolas e suas famílias; c) SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA e FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS de 06 a 15 anos.

4. Criar mecanismos técnicos, financeiros e de gestão, sob responsabilidade dos estados e pactuados na Comissão Intergestores Bipartite (CIB), que garantam a oferta de serviços regionalizados de PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA e de ALTA COMPLEXIDADE, especialmente para os municípios de Pequeno Porte I e II, respeitando as diversidades regionais, conforme art. 13 (incisos II, IV e V) da LOAS.

5. Apoiar a implantação e implementação de CRAS e CREAS itinerantes e serviços com equipes volantes, com a participação efetiva dos usuários, de acordo com a especificidade regional e étnico-cultural, de forma a aproximar a população da rede socioassistencial para atendimento às populações e comunidades tradicionais, rurais e áreas de fronteiras, garantindo equipes técnicas exclusivas para tal.

6. Fomentar e cofinanciar a celebração de termos de cooperação técnica e financeira entre a União, estados, Distrito Federal e municípios com universidades e instituições de pesquisas, levando-se em conta critérios e indicadores de qualidade acadêmica para realizar: a) estudos sobre o impacto social dos benefícios, serviços, programas e projetos; b) diagnósticos analíticos sobre identificação de situações de vulnerabilidade.



de, risco social, demandas, necessidades e potencialidades da população, c) estudos subsidiando a indicação de locais para a implantação de CRAS e CREAS, Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) e unidades de acolhimento; d) pesquisas e diagnósticos intersetoriais, com referência nos territórios dos CRAS.

7. Garantir o reordenamento e a execução continuada dos serviços socioassistenciais da PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA e da PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, conforme a TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS (Resolução CNAS nº109/2009), LEI nº12.435/2011 e a Resolução CNAS nº105/2009, que publica as deliberações da VII Conferência Nacional de Assistência Social, com apoio técnico e respeitando o princípio da territorialidade.

8. Assegurar cofinanciamento e apoio técnico para as três esferas de governo e Distrito Federal para qualificar a oferta de programas projetos e serviços, de acordo com as legislações e normatizações da Política de Assistência Social, objetivando o fortalecimento da rede socioassistencial e sua potencialização em âmbito local, visando contemplar famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, comunidades rurais e povos tradicionais de acordo com o Decreto federal nº 6.040/2007, incluindo povos de fronteiras e assentados.

9. Garantir protocolo para a interdisciplinaridade no SUAS e a intersectorialidade com as demais políticas públicas, assegurando fluxo dos encaminhamentos das referências e contrarreferências dos usuários nos serviços da rede socioassistencial, com objetivo de primar pela qualidade dos serviços prestados e pela melhoria do atendimento às demandas da população, incluindo as comunidades indígenas e quilombolas.

10. Implantar protocolo para a criação de um sistema informatizado único, *on-line*, a partir do banco de dados do Cadastro Único, ancorado em um fluxo de rede e de serviços definidos, que permita: a) cruzamento de informações territorializadas, intermunicipais e nas três esferas de governo e no Distrito Federal; b) identificação de perfil e da dinâmica de atendimento dos usuários da assistência social nos serviços, programas, projetos e benefícios da rede pública e privada; c) dados para a elaboração de diagnóstico social; d) vigilância socioassistencial; e) o planejamento, o monitoramento e a avaliação; f) possibilidades de composição de indicadores de qualidade.

11. Divulgar de forma ampla, nas esferas de governo, serviços e benefícios socioassistenciais, programas de transferência de renda e projetos, utilizando-se de mecanismos diversos como: a) cartilhas educativas e panfletos; b) mídia; c) palestras e fóruns de debates; d) bem como estruturar a comunicação entre a rede socioassistencial para participar de campanhas intersectoriais de enfrentamento e prevenção de violação de direitos, da violência doméstica e familiar e do uso abusivo de álcool e outras drogas.

12. Adequar a estrutura organizacional do órgão gestor de Assistência Social de acordo com a PNAS/2004, NOB/SUAS e NOB-RH/SUAS e, ainda, garantindo que a gestão da Política de Assistência Social seja operada por um profissional de nível superior dentre as categorias previstas no art. 3º da Resolução CNAS nº17/2011, bem como aprimorar os requisitos para concessão/manutenção da Gestão Plena, referentes à Política de Recursos Humanos, adequando-os à realidade atual do SUAS.

13. Aperfeiçoar a NOB-RH/SUAS para a ampliação da equipe de referência dos CRAS e CREAS, observando as especificidades: a) do território; b) das famílias; c) dos serviços referenciados e o cofinanciamento das ações, especialmente na oferta dos serviços de PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

14. Ampliar e implantar equipamentos e serviços de Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade do SUAS, como residências inclusivas e oferta de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência, inclusive com autismo, conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº109/2009) e Resolução CNAS nº 34/2011, garantindo a intersetorialidade com as demais políticas públicas.

15. Garantir que as Secretarias de Assistência Social nos municípios, estados e Distrito Federal sejam as responsáveis pela gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.

16. Incluir no Plano Plurianual (PPA), e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) as despesas decorrentes da Política de Assistência Social como de natureza obrigatória, atualizando as Leis Orgânicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com base na Lei nº 8.742/93 (LOAS) e suas alterações conforme Lei nº 12.435/11.

17. Realizar levantamento do custo dos serviços socioassistenciais para subsidiar definição de parâmetros de cofinanciamento e estabelecer o índice de correção dos pisos de proteção social básica e especial, com a atualização automática destes, e efetiva implantação dos serviços e unidades tipificados.

18. Criar mecanismos para garantir a efetivação do repasse mensal, sistemático e atualizado dos recursos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal (fundo a fundo) para o cofinanciamento dos benefícios eventuais (conforme a Resolução CNAS nº 39/2010), dos serviços, programas e projetos da Política de Assistência Social, bem como, ampliar o cofinanciamento para contemplar ações direcionadas indistintamente às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social.

19. Promover articulação e mobilização para aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 431/2001, que determina percentual mínimo de destinação orçamentária para a assistência social nas três esferas de governo e no Distrito Federal, e buscar mecanismos que tornem obrigatório o repasse fundo a fundo entre os entes federados, priorizando o cofinanciamento dos serviços.

20. Criar por lei ou como requisito de habilitação no SUAS, a exigibilidade de Secretaria de Assistência Social exclusiva desta política pública nos estados, Distrito Federal e municípios, assegurando o *comando único*, com dotação orçamentária própria e trabalhadores efetivados por meio de concurso público, para ampliar e qualificar a assessoria técnica dos estados, promover a capacitação continuada e o cofinanciamento, conforme a Lei 12.435/2011, visando a efetiva consolidação do SUAS.

SUBTEMA 3

FORTEALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL

1. Assessorar e estimular os órgãos gestores e os de controle e fiscalização para desencadear um processo de acompanhamento e orientação sistemática ao efetivo cumprimento da legislação que regulam a criação e o funcionamento dos Conselhos de Assistência Social, em especial no que se refere: a) implantação e implementação das câmaras de assessoria técnica; b) adequação dos espaços físicos; c) fornecimento de infraestrutura física, material, financeira e de recursos humanos; d) oferta de apoio logístico e operacional; e) realização de reuniões ampliadas e descentralizadas nos territórios dos CRAS; f) realização de capacitação continuada e assessoria técnica e política; g) garantia da participação das organizações da sociedade civil e principalmente dos usuários nas reuniões; h) sistemática de eleição de modo a ampliar a participação direta, e a aprimorar a representatividade dos usuários da política.



- 2.** Promover capacitação continuada para conselheiros da assistência social, secretários executivos dos conselhos, integrantes dos fóruns da assistência social, gestores, trabalhadores, entidades de assistência social e usuários da política, cofinanciada pela união, estados, Distrito Federal e municípios, como forma de viabilizar o protagonismo destes sujeitos no exercício da participação e do controle social e permitir a qualificação do planejamento, gestão, execução e avaliação da Política de Assistência Social.
- 3.** Aprimorar os instrumentos de informação do SUAS, por meio de um Plano de Comunicação para a divulgação de: a) serviços, programas, projetos, benefícios; b) orçamento para a área; c) cronograma das reuniões e deliberações dos conselhos; d) publicização dos direitos socioassistenciais; e) fortalecimento da participação dos usuários e trabalhadores; f) instituição de índice percentual quali-quantitativo de serviços efetivados em CRAS e CREAS.
- 4.** Proporcionar encontros de socialização de informações acerca dos direitos sociais e formação sociopolítica para os usuários dos CRAS, CREAS, PROJOVEM Adolescente e demais programas e projetos socioassistenciais, para associações de moradores e movimentos sociais, contemplando: a) territórios urbanos de alta vulnerabilidade social; b) comunidades rurais; c) comunidades e povos tradicionais, incentivando sua participação junto à Política de Assistência Social.
- 5.** Criar Conselhos Gestores Locais nas áreas de abrangência dos CRAS, CREAS e Especializado para Centros POPs garantindo a participação dos usuários, trabalhadores, gestores e entidades de assistência social, visando a organização e mobilização dos usuários, incentivando-os ao debate de ideias e a coletivização de suas necessidades, com vistas à garantia de direitos e ao controle social do Sistema Único de Assistência Social.
- 6.** Fomentar, por meio de protocolo específico, o processo de construção da intersetorialidade e a transversalidade Política de Assistência Social, no intuito de melhorar a qualidade dos serviços socioassistenciais e adensar a participação da sociedade na construção do SUAS.
- 7.** Garantir aproximação e ampliar a discussão dos Conselhos de Assistência Social com os CRAS e CREAS, visando infraestrutura, corpo técnico e financiamento para a realização de fóruns descentralizados, reuniões ampliadas, oficinas de formação sociopolítica, em parceria com as entidades de assistência social, associações de moradores e movimentos sociais, no intuito de construir o protagonismo do usuário do SUAS na condução e controle social desta política pública.
- 8.** Garantir a interlocução da Política de Assistência Social, em todos os níveis de proteção social, com os movimentos sociais e político reivindicativos dos territórios, bem como com cooperativas que sejam inscritas na Organização de Cooperativas do Brasil (OCB) e associações de usuários, respeitando particularidades, buscando garantir a ampliação da participação popular no SUAS.
- 9.** Estimular a implantação dos Fóruns Permanentes de Assistência Social como espaços de discussão, socialização de informações, participação política, e instrumentalização da sociedade civil para: a) monitorar o planejamento, gestão e orçamento da Política de Assistência Social.
- 10.** Criar a Ouvidoria do SUAS em todas as esferas de governo, para favorecer o exercício da cidadania dos usuários, encaminhamentos das demandas e materialização dos direitos socioassistenciais.
- 11.** Promover, por meio dos Conselhos de Assistência Social de todas as esferas de governo, a sensibilização dos parlamentares para a criação de frentes parlamentares de defesa da assistência social, com a realização de audiências públicas periódicas, para monitorar e viabilizar a implementação do SUAS,



ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ampliação do orçamento para a área e efetividade das propostas das Conferências, proporcionando maior participação e engajamento do legislativo na defesa desta política pública.

12. Construir instrumentos de avaliação quantitativa e qualitativa para monitorar e controlar a execução das deliberações das conferências, em todas as esferas de governo, por meio da criação de comissões de monitoramento com participação da sociedade civil garantido a democratização de informações em canais acessíveis à população no sentido de ampliar o controle social e avaliação da gestão e orçamento da Política de Assistência Social.

13. Garantir a ampliação do número de delegados nas Conferências de Assistência Social nas três esferas de governo e no Distrito Federal, bem como a ampliação da representação da sociedade civil (entidades de assistência social, usuários e trabalhadores do SUAS dos distintos entes federados) garantindo maior mobilização e participação de povos e comunidades tradicionais, assegurando equidade nas condições de participação.

14. Garantir que os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) financiem obrigatoriamente os custos com transporte, hospedagem e alimentação desde o município de origem para os delegados governamentais e da sociedade civil, nas conferências em cada nível de governo, de forma igualitária e justa, considerando o critério de paridade para efetiva participação nas Conferências de Assistência Social, principalmente a nacional.

15. Assegurar que as entidades e organizações de assistência social, conforme definidas na LOAS e Resoluções do CNAS, integrantes da rede socioassistencial, inscritas nos Conselhos Municipais ou do Distrito Federal, tenham ampla legitimidade para comporem os Conselhos de Assistência Social.

16. Democratizar a rede de serviços socioassistenciais através da criação e/ou fortalecimento de fóruns de usuários.

17. Definir como tema da IX Conferência Nacional de Assistência Social “A gestão e o financiamento na efetivação do SUAS”.

SUBTEMA 4

A CENTRALIDADE DO SUAS NA ERRADICAÇÃO DA EXTREMA POBREZA NO BRASIL

1. Estimular a atuação intersetorial e em rede, com articulação das ações da assistência social com as demais políticas públicas, na perspectiva da integralidade do atendimento e potencialização de recursos, visando à inclusão produtiva das famílias urbanas e rurais, de territórios de fronteira, de assentamentos, das terras indígenas e quilombolas.

2. Criar, em todas as esferas de governo, estratégias para a ampliação do acesso às políticas públicas em articulação com as políticas transversais setoriais, nas comunidades e povos tradicionais, conforme Decreto Federal nº 6.040/2007, incluindo territórios de fronteira assentamentos, egressos do sistema prisional, catadores de materiais recicláveis, homoafetivos, pessoas com deficiência e população em situação de rua.

3. Estabelecer/fortalecer parcerias com as demais políticas públicas e com instituições governamentais e não governamentais, objetivando desenvolver programas de qualificação profissional, a inclusão produtiva e o empreendedorismo dos usuários dos serviços e benefícios socioassistenciais.



- 4.** Criar observatório de mercado de trabalho para orientar os programas de qualificação profissional para os sujeitos de direitos da assistência social.
- 5.** Ampliar o processo de qualificação profissional dos jovens e seus educadores para inserção no mercado de trabalho, observando os recortes de raça, indígenas e quilombolas, gênero, especialmente para as pessoas com deficiência e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e com medidas protetivas.
- 6.** Fortalecer a economia solidária, por meio da articulação intersetorial e da organização sociocomunitária, visando formação profissional, assessoria técnica aos coletivos de trabalho e comercialização solidária.
- 7.** Articular e fortalecer a interlocução com a rede governamental e não governamental na realização de projetos de segurança alimentar e nutricional, priorizando a inclusão das famílias que integram os serviços e benefícios socioassistenciais.
- 8.** Propor a alteração do artigo nº 20 da Lei nº 8.742/93 (LOAS), quanto aos critérios para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) passando a idade da pessoa idosa de 65 para 60 anos, conforme o Estatuto do Idoso, estabelecendo valor mínimo da renda per capita para o acesso em meio salário mínimo, assegurando que o valor do BPC não seja utilizado para efeito de cálculo do per capita de outro requerente na mesma família (independentemente do número de beneficiários da mesma família) e a inclusão de pessoas com transtorno mental, com doenças crônicas, raras, coronárias, morbidade com impossibilidade de inserção no mercado de trabalho, ampliando-se os recursos financeiros para essas novas coberturas.
- 9.** Ampliar os recursos destinados à Política de Assistência Social criando mecanismos de expansão dos serviços socioassistenciais para apoiar os municípios no diagnóstico das famílias e indivíduos em situação de pobreza e de extrema pobreza, buscando garantir-lhes o acesso aos serviços públicos básicos.
- 10.** Propor lei para assegurar 5% dos recursos oriundos do pré-sal para a Política de Assistência Social e destiná-los as três esferas de governo e Distrito Federal, por meio de repasse fundo a fundo, visando o enfrentamento da extrema pobreza, contemplando os indígenas e quilombolas.
- 11.** Ampliar os critérios de elegibilidade dos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF), Benefício de Prestação Continuada (BPC) e eventuais, universalizando o acesso aos direitos socioassistenciais, além de excluir a renda oriunda do BPC no cálculo da renda familiar per capita do PBF, para fins de concessão deste benefício.
- 12.** Reafirmar a centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil, considerando seu papel de assegurar os direitos socioassistenciais, de dar visibilidade às necessidades da população e de atuar na perspectiva da garantia dos direitos e melhor qualidade de vida, por meio da articulação intersetorial com outras políticas públicas para que alcancem moradia digna, trabalho e cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar e nutricional, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infra estrutura urbana e nas comunidades tradicionais, conforme Decreto nº6.040/2007, ao crédito bancário, à documentação civil, ao desenvolvimento sustentável e à garantia de renda.



